



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Geociências

HIGOR FERREIRA BRIGOLA

**AS RELAÇÕES GEOPOLÍTICAS DOS EUA COM A AMÉRICA DO SUL NA
GESTÃO DE BARACK OBAMA (2009-2016): CONTINUIDADE OU RUPTURAS NA
POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE?**

CAMPINAS

2020

HIGOR FERREIRA BRIGOLA

**AS RELAÇÕES GEOPOLÍTICAS DOS EUA COM A AMÉRICA DO SUL NA
GESTÃO DE BARACK OBAMA (2009-2016): CONTINUIDADE OU RUPTURAS NA
POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE?**

TESE APRESENTADA AO INSTITUTO DE
GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR
EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E
DINÂMICA TERRITORIAL

ORIENTADOR(A): CLAUDETE DE CASTRO SILVA VITTE

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO HIGOR FERREIRA
BRIGOLA E ORIENTADA PELA PROFA.
DRA. CLAUDETE DE CASTRO SILVA
VITTE

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

B769r Brigola, Higor Ferreira, 1988-
As relações geopolíticas dos EUA com a América do Sul na gestão de Barack Obama (2009-2016) : continuidade ou rupturas na política externa estadunidense? / Higor Ferreira Brigola. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Claudete de Castro Silva Vitte.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Obama, Barack, 1961-. 2. Geopolítica. 3. Geopolítica - Estados Unidos. 4. Relações internacionais. 5. Estados Unidos - Relações Exteriores- América do Sul. I. Vitte, Claudete de Castro Silva, 1962-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The U.S. geopolitical relations with South America under Barack Obama's management (2009-2016) : continuity or ruptures is the U.S. foreign policy?

Palavras-chave em inglês:

Obama, Barack, 1961-

Geopolitics

Geopolitics - United States

International relations

United States - Foreign Relations - South America

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Doutor em Geografia

Banca examinadora:

Claudete de Castro Silva Vitte [Orientador]

André Roberto Martin

Vinicius Modolo Teixeira

Rafael Antonio Duarte Villa

Cristina Soreanu Pecequilo

Data de defesa: 15-12-2020

Programa de Pós-Graduação: Geografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-5282-2741>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4446795588043445>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

AUTOR: Higor Ferreira Brigola

As relações geopolíticas dos EUA com a América do Sul na gestão de Barack Obama (2009-2016) : continuidade ou rupturas na política externa estadunidense?

ORIENTADORA: Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

Aprovado em: 15 / 12 / 2020

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte - Presidente

Prof. Dr. André Roberto Martin

Prof. Dr. Vinicius Modolo Teixeira

Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa

Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo

A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Campinas, 15 de dezembro de 2020.

DEDICATÓRIA

Para Antonio Carlos Brigola (*in memoriam*) e Maria Regina Ferreira Brigola (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), por me proporcionar a oportunidade de realizar esta pesquisa.

A minha orientadora, professora Dra. Claudete de Castro Silva Vitte, pela confiança depositada em mim para a realização desta tese, por todo o auxílio e ensinamentos durante este processo e principalmente pela compreensão nos momentos mais difíceis.

Aos membros da secretaria de pós-graduação do IG-Unicamp, que sempre estiveram presentes e dedicados para me orientar sobre os procedimentos para a conclusão do doutorado.

Ao professor Dr. Edu Silvestre de Albuquerque, por ter me iniciado nos estudos em geopolítica e ter me orientado durante a graduação e mestrado.

A todos meus familiares e amigos que torceram por mim, em especial a: Marcus Vinicius do Nascimento, Isabelly Maia Lages, Jacira Maia Lages, Vinicius Modolo Teixeira e Fábio Perina Célia, os quais me ajudaram nas mais diversas dificuldades que apareceram no decorrer do doutorado.

A minha esposa, Aline Lages Brigola, pelo apoio e pela paciência nas noites em que não pude dormir ao seu lado, dedicando o pouco tempo livre de que dispunha para a conclusão desta tese.

A minha filha, Júlia Lages Brigola, que veio ao mundo durante a conclusão deste trabalho e que, mesmo tão pequena, deu-me forças para seguir em frente.

RESUMO

Desde o século XIX, após a efetivação da Doutrina Monroe (1823), a América Latina tornou-se uma área de influência imediata dos EUA. Após o conhecido episódio de 11 de setembro de 2001, a política exterior estadunidense, sob o governo de George W. Bush, foi redirecionada para o Oriente Médio, resultando em uma agenda hemisférica pouco expressiva por parte dos EUA e deixando um vácuo de poder preenchido a partir da ascensão de governos de centro-esquerda na América do Sul, com um pensamento autônomo que possibilitou as condições para iniciativas de integração regional, sem a participação estadunidense, resultando em certo distanciamento. A tese que defendemos partiu do princípio de que, mesmo tendo sido uma região negligenciada pela política externa na gestão de George W. Bush, a América do Sul teve uma importância estratégica para os EUA na gestão de Barack Obama. Nesse sentido, a presente tese se propôs a contribuir para a compreensão do contexto geopolítico e geoeconômico da política externa dos EUA para a América do Sul durante as duas gestões do presidente Barack Obama (2009-2016). Para esta análise, foi de suma importância esclarecer alguns conceitos teóricos da geopolítica e dialogar com algumas das teorias das Relações Internacionais. Buscou-se sintetizar o histórico das relações entre os EUA e a região desde o início do século XIX, com a Doutrina Monroe, até a gestão de George W. Bush, para verificar de que modo foram construídas essas relações ao longo dos anos. Em seguida, foi realizada uma análise sobre o contexto sul-americano durante o período correspondente às duas gestões de Barack Obama, dando enfoque ao posicionamento autônomo defendido pelos governantes de orientação centro-esquerda dos países da América do Sul e aos principais projetos de integração regional na América do Sul e seus principais obstáculos. Em seguida, foi elaborada uma pesquisa por meio de fontes bibliográficas diversas sobre assuntos relativos ao tema, com foco em geopolítica e relações internacionais, de documentos oficiais e discursos da gestão presidencial norte-americana, do Congresso e das Forças Armadas, bem como de sites e *think tanks* especializados nessa temática, buscando compreender de que modo ocorreu a condução da política externa dos EUA durante os governos de Barack Obama para a América do Sul. Ao fim do trabalho, concluímos que a América do Sul continuou como uma área dotada de importância estratégica para o governo de Washington na agenda de segurança, sendo o narcotráfico um fator prejudicial à segurança nacional estadunidense, enquanto, na agenda econômica, a América do Sul continuou sendo um mercado importante de fornecimento de *commodities* e manufaturados para os EUA, e também um mercado comprador das exportações estadunidenses. Assim, mesmo com os discursos de aproximação e cooperação de Barack Obama em relação à região, sua política externa em quase nada foi alterada em comparação à gestão de George W. Bush, o que nos permite concluir que a América do Sul, embora importante, foi considerada uma região secundária na política externa estadunidense durante o governo Obama.

Palavras-Chave: Geopolítica; Estados Unidos; Barack Obama; América do Sul; Política Externa.

ABSTRACT

Since the 19th century, after the Monroe Doctrine (1823), Latin America has become an area of immediate influence of the United States. After the well-known episode of September 11, 2001, American foreign policy, under the government of George W. Bush, was redirected to the Middle East, resulting in an insignificant hemispheric agenda on the part of the United States. This decision left a power void that was filled by the rise of center-left governments in South America, with an autonomous thinking that enabled the conditions for regional integration initiatives, without the American participation, resulting in a certain distance. The thesis we defend was based on the principle that, even though the region was neglected by foreign policy under George W. Bush, South America had strategic importance for the United States under Barack Obama. In this sense, this thesis aimed to contribute to the understanding of the geopolitical and geoeconomic context of the US foreign policy towards South America during the two terms of President Barack Obama (2009-2016). For this analysis, it was extremely important to clarify some theoretical concepts of geopolitics and to dialogue with some of the theories of International Relations. We sought to synthesize the history of relations between the United States and the region from the beginning of the 19th century, with the Monroe Doctrine, until the administration of George W. Bush, to verify how these relationships were built over the years. Then, we carried out an analysis of the South American context during the period corresponding to Barack Obama's two administrations, focusing on the autonomous position defended by the center-left leaders of South American countries as well as the main regional integration projects in South America and their main obstacles. Next, we conducted a search by means of diverse bibliographic sources on subjects related to the theme focusing on geopolitics and international relations, official documents and speeches of the North American presidential management, the Congress and the Armed Forces, as well as websites and think tanks specialized in this theme, seeking to understand how the US conducted their foreign policy for South America during the Obama administrations. At the end, we concluded that South America remained an area of strategic importance for Washington D.C. regarding the security agenda, with drug trafficking being a detrimental factor to US national security, while, in the economic agenda, South America continued to be an important market for the supply of commodities and manufactured goods to the USA, and also a buyer market for US exports. Thus, even with Barack Obama's speeches of rapprochement and cooperation in relation to the region, his foreign policy hardly changed compared to George W. Bush's administration, allowing us to conclude that South America, although important, was considered a secondary region in US foreign policy during the Obama administration.

Keywords: Geopolitics; United States; Barack Obama; South America; Foreign Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Triângulo estratégico no Caribe de acordo com Mahan	39
Figura 2: O mundo segundo Mackinder	47
Figura 3: As Pan-Regiões de Haushofer	56
Figura 4: Projeção Azimutal Centrada no Polo Norte.....	61
Figura 5: Cerco do Novo Mundo em Nicholas Spykman	62
Figura 6: Cerco do Velho Mundo em Nicholas Spykman.....	62
Figura 7: O mundo segundo Spykman (1944).....	65
Figura 8: Área de abrangência do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)	117
Figura 9: A tese dos Hemiciclos de Golbery do Couto e Silva.....	123
Figura 10: O mundo na visão Meridionalista de André Martin	182
Figura 11: Rota do gasoduto da Petrosur	189
Figura 12: Complexos Regionais de Segurança de acordo com Buzan e Waever (2003)	195
Figura 13: As principais diretrizes apresentadas na <i>National Security Strategy</i> de 2010	238
Figura 14: As principais diretrizes apresentadas da <i>National Security Strategy</i> de 2015.	242
Figura 15: Prioridades Hemisféricas no <i>Strategic Plan</i> (2007-2012)	247
Figura 16: Bases colombianas citadas no acordo de defesa entre EUA e Colômbia, em 2009	257
Figura 17: Alcance de ida e volta sem reabastecimento do avião C-17 Globe Master III na América Latina	259

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Porcentagem do total de equipamentos militares exportados pelos Estados Unidos para a América do Sul de 1952 a 1991 (por décadas)	120
Gráfico 2: Porcentagem do total de equipamentos militares exportados pelos Estados Unidos para os países da América do Sul de 1952 a 1991	121
Gráfico 3: Porcentagem do total de aeronaves exportadas pelos Estados Unidos para a América do Sul de 1952 a 1991 (por décadas)	125
Gráfico 4: Porcentagem do total de equipamentos de artilharia exportados pelos Estados Unidos para os países da América do Sul de 1952 a 1991 (por décadas)	126
Gráfico 5: Porcentagem do total de veículos blindados exportados pelos Estados Unidos para os países da América do Sul de 1952 a 1991 (por décadas).....	126
Gráfico 6: Porcentagem do total de aeronaves exportadas pelos Estados Unidos para os países da América do Sul de 1981 a 1991	137
Gráfico 7: Exportações brasileiras para o Mercosul e EUA (1997-2001).....	160
Gráfico 8: Importações brasileiras do Mercosul e EUA (1997-2001).....	161
Gráfico 9: Assistência em segurança realizada pelos EUA aos países da América do Sul entre 2001-2004 (em dólares).....	167
Gráfico 10: Assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da América do Sul entre 2005 e 2008 (em dólares)	173
Gráfico 11: Mercados fornecedores para as importações brasileiras (2009-2016)	214
Gráfico 12: Mercados compradores das exportações brasileiras (2009-2016).....	215
Gráfico 13: Mercados fornecedores para as importações chilenas (2009-2016).....	216
Gráfico 14: Mercados compradores das exportações chilenas (2009-2016).....	217
Gráfico 15: Frequência de aparição das categorias positiva e negativa do Multilateralismo nos manifestos de democratas e republicanos (1992-2012).....	249
Gráfico 16: Assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da América do Sul entre 2009 e 2012 (em dólares)	265
Gráfico 17: Equipamentos militares exportados pelos EUA aos países da América do Sul em TIV (2009-2012)	268

Gráfico 18: Importações dos EUA sob o ATPA/ATPDEA por países em milhares de dólares (2010-2012)	284
Gráfico 19: Importações estadunidenses dos países da América do Sul em milhares de dólares (2009-2012)	290
Gráfico 20: Exportações estadunidenses para os países da América do Sul em milhares de dólares (2009-2012).....	291
Gráfico 21: Evolução do comércio exterior entre os EUA e a América do Sul em milhares de dólares (2005-2012).....	295
Gráfico 22: Assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da América do Sul entre 2013 e 2016 (em dólares)	312
Gráfico 23: Equipamentos militares exportados pelos EUA aos países da América do Sul em TIV (2013-2016)	317
Gráfico 24: Comparação da assistência em segurança realizada pelos EUA aos países da América do Sul nos governos de G. W. Bush e Barack Obama (em dólares)	321
Gráfico 25: Comparação por período das exportações de equipamentos militares dos EUA para a América do Sul em TIV (2009-2012, 2013-2016)	322
Gráfico 26: Importações estadunidenses dos países membros do TPP em milhares de dólares (2009-2016)	326
Gráfico 27: Exportações estadunidenses aos países membros do TPP em milhares de dólares (2009-2016)	327
Gráfico 28: Importações estadunidenses dos países da América do Sul em milhares de dólares (2013-2016)	330
Gráfico 29: Exportações estadunidenses aos países da América do Sul em milhares de dólares (2013-2016)	332
Gráfico 30: Evolução do comércio exterior entre os EUA e a América do Sul em milhares de dólares (2009-2016).....	336

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tópicos da agenda global política e econômica dos Estados Unidos e as prioridades hemisféricas de acordo com a <i>Nacional Security Strategy</i> , de 1991.....	142
Quadro 2: <i>Nacional Security Strategy</i> publicada por governo (1991-2016).....	148
Quadro 3: Reuniões Ministeriais da ALCA na gestão Clinton	155
Quadro 4: Data de admissão dos países membros da Alba (2004-2015).....	188
Quadro 5: Os Estados Membros da UNASUL de acordo com sua data de ratificação.....	192
Quadro 6: Participação dos países sul-americanos em arranjos de integração regional	208
Quadro 7: Resultados das eleições presidenciais dos EUA de 2008 (por Estado).....	230
Quadro 8: Objetivos estratégicos do <i>Strategic Plan</i> de 2007-2012	245
Quadro 9: Objetivos estratégicos do <i>Strategic Plan</i> de 2014-2017	250
Quadro 10: Posição ocupada pela China como parceiro comercial dos países da América do Sul (2000-2012).....	288
Quadro 11: Percepções de ameaças pelos Comandantes do USSOUTHCOM (2009-2016).....	319

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ajuda total dos Estados Unidos à América Latina entre 1952 e 1975 (em milhões de dólares constantes para 1989).....	128
Tabela 2: Valores destinados ao combate às drogas nos Anos Fiscais do Governo Reagan (1982-1989)	135
Tabela 3: Relações comerciais dos EUA com os países do ATPA (1991-agosto/2000)	144
Tabela 4: Militares dos EUA em áreas estrangeiras, 1984-1992 (fim dos anos fiscais – em milhares)	145
Tabela 5: Valores em dólares (FOB) das Exportações e Importações brasileiras para países do Mercosul (1997-2001)	159
Tabela 6: Valores em dólares (FOB) das Exportações e Importações brasileiras para os Estados Unidos (1997-2001)	159
Tabela 7: Relações comerciais dos EUA com os países do ATPA/ATPDEA (1991-2004) ..	166
Tabela 8: Relações comerciais dos EUA com os países do ATPA/ATPDEA (2001-2008) ..	171
Tabela 9: Gastos militares dos países sul-americanos entre 2009-2016 (em milhões de dólares constantes de 2017)	202
Tabela 10: Porcentagem da distribuição do orçamento em defesa dos países da América do Sul (2008-2016).....	204
Tabela 11: Países exportadores de armamento para a América do Sul entre 2008 e 2018 (em unidades).....	205
Tabela 12: Recursos em milhões de dólares destinados para as bases aéreas estadunidenses fora dos EUA (<i>Fiscal Year</i> 2010).....	260
Tabela 13: Equipamentos militares exportados pelos EUA aos países da América do Sul em unidades (2009-2012)	269

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA COMO SUBSÍDIO À COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA DO SUL.....	21
1.1 Geografia Política e Geopolítica: uma discussão conceitual	22
1.1.1 A Geografia Política em Friedrich Ratzel	26
1.1.2 Rudolf Kjéllen e o “surgimento” da Geopolítica	32
1.2 Os autores da Geopolítica Clássica.....	34
1.2.1 Alfred T. Mahan e o Poder Marítimo.....	35
1.2.2 Halford Mackinder e a teoria do Poder Terrestre.....	44
1.2.3 Karl Haushofer e a <i>Geopolitik</i> alemã: a geopolítica como ciência da guerra e o início de seu ostracismo	50
1.2.4 Nicholas Spykman e a estratégia geopolítica dos Estados Unidos	58
1.3 A Geopolítica na Guerra Fria: banalização acadêmica, relevância estratégica e a necessidade de resgate	65
1.4 A Geopolítica no pós-Guerra Fria	71
1.4.1 O Choque de Civilizações: um novo paradigma da Geopolítica no pós-Guerra Fria?	73
1.4.2 A escola da Geopolítica Crítica.....	76
1.5 O diálogo entre a Geopolítica e a teoria das Relações Internacionais	79
1.5.1 O Realismo e a Interdependência Complexa como subsídio para compreender as relações entre os Estados Unidos e a América do Sul.....	87
1.5.2 Geopolítica e Análise de Política Externa: Os EUA e a América do Sul	92
2 . AS RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A AMÉRICA DO SUL E A PROJEÇÃO DO SUBCONTINENTE NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....	96
2.1 Os primórdios da construção da hegemonia estadunidense na América Latina.....	97
2.1.1 Os princípios da Doutrina Monroe.....	97
2.1.2 Manda quem pode, obedece quem tem juízo: a política do Grande Porrete.....	106

2.1.3 Alterando os instrumentos da política externa norte-americana: o início da “Boa Vizinhança”	111
2.2 A Guerra Fria e o mundo bipolar: uma reorientação nas relações hemisféricas?.....	114
2.2.1 Os primeiros anos da Guerra Fria e a estratégia de segurança hemisférica	115
2.2.2 A reestruturação na estratégia de contenção ao comunismo na América Latina nos anos 1960.....	124
2.2.3 Guerra das Malvinas, redemocratização e combate às drogas: o ocaso da Guerra Fria	131
2.3 As relações hemisféricas no mundo multipolar: entre a aproximação com os EUA e a autonomia sul-americana	138
2.3.1 Os primeiros anos pós-Guerra Fria e o final do mandato de George Herbert Walker Bush na Casa Branca (1991-1993): a “Nova Ordem Mundial” resultou em novas relações hemisféricas?.....	140
2.3.2 A administração Bill Clinton (1993-2001) e a estratégia do <i>engagement and enlargement</i> : novos discursos e as mesmas diretrizes para a América Latina.....	146
2.3.3 A administração de George W. Bush (2001-2009) e a campanha no Oriente Médio: a “virada de costas” para América do Sul	162
3. O CENÁRIO GEOPOLÍTICO SUL-AMERICANO NO PERÍODO DE 2009-2016: O REGIONALISMO, A INTEGRAÇÃO REGIONAL E SUAS LIMITAÇÕES	177
3.1 O Regionalismo e a Geopolítica da Integração na América do Sul no século XXI	178
3.1.1 ALBA	185
3.1.2 UNASUL.....	191
3.1.3 Aliança do Pacífico	196
3.2 Os desafios para a integração na América do Sul durante o período da gestão de Barack Obama.....	199
4. AS RELAÇÕES GEOPOLÍTICAS DO GOVERNO BARACK OBAMA COM A AMÉRICA DO SUL (2009-2016): UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE NO ÂMBITO POLÍTICO-ESTRATÉGICO E ECONÔMICO	221
4.1 Uma biografia sucinta de Barack Obama: do estado do Havaí à Casa Branca em Washington D.C.....	221
4.2 A política global de Barack Obama: uma análise sobre as <i>National Security Strategies</i> (2010 e 2015).....	233

4.2.1 O governo Obama e as diretrizes de política externa do Departamento de Estado e da USAID: os <i>Strategic Plans</i> de 2007-2012 e de 2014-2017.....	244
4.3 O primeiro mandato de Obama e a América do Sul: esperança e desapontamento	253
4.3.1 A Política Externa do governo Obama em sua dimensão político-estratégica	256
4.3.2 Uma análise sobre a política externa do Governo Obama para a América do Sul em âmbito econômico	282
4.3.3 Considerações parciais sobre a Política Externa do presidente Barack Obama para a América do Sul em sua primeira gestão (2009-2012).....	296
4.4 O segundo mandato de Barack Obama (2013-2016): novas relações hemisféricas? ...	298
4.4.1 A política externa do segundo mandato de Barack Obama em sua dimensão político-estratégica	299
4.4.2 Uma análise sobre a política externa da segunda gestão de Barack Obama em âmbito econômico para a América do Sul	323
4.4.3 Considerações parciais sobre a Política Externa do presidente Barack Obama para a América do Sul em sua segunda gestão	337
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	339
REFERÊNCIAS	345

INTRODUÇÃO

Dentre os diversos temas que abarcam a área dos estudos de geopolítica e Relações Internacionais (RI), aqueles que abordam as relações entre países hegemônicos e suas áreas de influência imediata são dotados de grande instigação e importância. O desencadeamento de distintos episódios levou o Sistema Internacional a ser dividido entre grandes potências e países com baixa projeção internacional de poder, os quais passaram a ser áreas de interesses e disputas entre os países dominantes. Dentro desse âmbito, estão incluídas as relações entre Estados Unidos e América Latina.

Datadas de um longo período histórico, seu início ocorreu na terceira década do século XIX, quando o país do Norte, já independente, incitou a manutenção da descolonização na porção sul do continente, evitando novas tentativas de colonizações através da ideologia da Doutrina Monroe. A proximidade geográfica, somada aos novos mercados e abundância em recursos naturais, destinou os países recém-independentes a um papel de subalternidade aos EUA.

As mudanças no Sistema Internacional, provenientes dos fatos desencadeados no século XX – duas guerras mundiais, o período bipolar e a pós-bipolaridade –, contribuíram para que as relações entre EUA e América Latina assumissem um caráter pendular, com alternância entre períodos de explícita demonstração de poder de Washington sobre os países hemisféricos e períodos de cooperação entre eles. No século XXI, quando a cristalização do sistema capitalista neoliberal como sistema-mundo se tornou um fato consumado, as relações hemisféricas passaram por mais reveses do que progressos, em especial com a América do Sul.

Entendemos que algumas das questões que contribuíram para esses reveses foram a falta de uma política concreta por parte dos EUA em relação ao hemisfério, sobretudo após os atentados ao World Trade Center, os quais fizeram eclodir a campanha militar de Washington no Oriente Médio e, em segundo lugar, a ascensão de governos de centro-esquerda, que buscavam uma integração regional fechada ao invés de um alinhamento incondicional com o país hegemônico.

Com a orientação estadunidense de sua política exterior voltada ao Oriente Médio e a ausência de uma agenda hemisférica por parte dos EUA, criou-se, nos países sul-americanos, um desprestígio de Washington, o que fez ampliar a margem de autonomia dos países da região em diversos aspectos, entre eles: políticas externas, de segurança e de defesa, o que propiciou o surgimento de propostas de integração regional e o distanciamento, cada

vez maior, em relação ao governo estadunidense, priorizando organismos como a Unasul em vez da OEA, por exemplo. Além disso, alguns países, causando desconfiança na Casa Branca, buscaram uma relação mais estreita com países externos à região como Rússia, Irã e, principalmente, China, a qual vem preenchendo o vácuo de poder deixado pelos EUA na América do Sul.

O discurso chamado de “*Renewing U.S. Leadership in the Americas*” e pronunciado pelo democrata Barack Obama, em 28 de maio de 2008, quando ainda concorria à presidência, era um tanto esperançoso, pois, além de criticar as posturas na política global (assim como regional) adotada por seu antecessor, George W. Bush, Barack Obama frisava que iria agir por novas relações hemisféricas, deixando para trás os laços baseados em centro e periferia, os quais seriam substituídos por políticas cujo princípio seria o da cooperação.

Acreditamos que, mesmo distante geograficamente dos principais acontecimentos geopolíticos globais que sempre estão em primeira linha na atenção da política de Washington, o continente sul-americano continua sendo uma região de importância para a geopolítica estadunidense. Além disso, mesmo com a diminuição de sua influência, os EUA mantêm a região como uma extensão de seu espaço vital, como defendem autores renomados na academia estadunidense de diferentes gerações, como Spykman e Kissinger.

Nesse sentido, este trabalho possui como objetivo principal contribuir para o entendimento do contexto geopolítico e geoeconômico da política externa dos Estados Unidos em relação aos países da América do Sul no período das gestões de Barack Obama (2009-2016), observando as pautas de política externa, segurança e compromissos de governos (as principais “bandeiras” e discursos da gestão presidencial norte-americana, do Congresso e das Forças Armadas). A escolha do recorte espacial da América do Sul – e não da América Latina – ocorreu justamente pelo cenário emerso pela ascensão de governos de centro-esquerda e pelas ideologias pautadas na integração regional, ideia defendida pela maioria dos países sul-americanos como um processo de autonomia em relação aos EUA¹.

Para responder o objetivo principal, definimos alguns objetivos específicos que nos auxiliarão neste processo, como a conceituação teórica sobre a geopolítica e sua conexão com as Relações Internacionais, sendo abordadas duas correntes em especial: a do Realismo Político e a da Interdependência Complexa, com as quais buscamos embasar as relações de poder e de cooperação dos países envolvidos na pesquisa. É importante realizar um resgate

¹ É importante destacar que o período que envolveu as gestões de Barack Obama foi de 20 de janeiro de 2009 a 20 de janeiro de 2017. Contudo, como nesses vinte dias de 2017 não ocorreu nada de considerável em sua política externa, optamos por colocar 2009-2016 ao nos referirmos ao período das gestões de Barack Obama.

histórico das relações entre EUA e América do Sul, enfatizando-se a relevância geopolítica do subcontinente em relação ao governo de Washington, ao mesmo tempo em que se procura abordar as políticas de aproximação dos países sul-americanos com países externos à região assim como as políticas de integração regional visando maior autonomia.

Para atender aos objetivos propostos, a pesquisa foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, *Geografia Política, Geopolítica e Relações Internacionais: uma discussão teórica como subsídio à compreensão das relações entre Estados Unidos e América do Sul*, a proposta foi, resgatando-se leituras de seus principais expoentes, realizar um arcabouço teórico sobre a conceituação da geopolítica, diferenciando-a da geografia política – termos, por vezes, tratados erroneamente como sinônimos –, e dissertar sobre seu desenvolvimento desde o surgimento até a atualidade. Em um segundo momento, buscou-se uma relação da geopolítica com as teorias das Relações Internacionais, destacando-se duas correntes: Realismo Político e Interdependência Complexa, com o objetivo de subsidiar teoricamente as relações geopolíticas entre os EUA e a América do Sul. Para a realização deste capítulo, a pesquisa bibliográfica, especialmente a de trabalhos que envolvem a temática, foi de suma importância.

No capítulo 2, *As relações históricas entre os Estados Unidos e a América do Sul e a projeção do subcontinente no Cenário Internacional*, elaboramos um resgate histórico, desde os primórdios dessas relações, que datam do século XIX, até o governo de George W. Bush. Este capítulo foi realizado a partir de pesquisas bibliográficas de dissertações, teses, artigos de revistas e jornais, bem como de páginas digitais e documentos oficiais dos governos envolvidos na pesquisa, principalmente referentes ao período pós-Guerra Fria, ao qual daremos maior enfoque.

No capítulo 3, *O cenário geopolítico sul-americano no período de 2009-2016: o regionalismo, a integração regional e suas limitações*, foram abordadas as características do cenário em que a América do Sul se encontrava durante os anos correspondentes ao governo de Barack Obama na presidência dos EUA. Foram discutidas questões como a ascensão dos governos de centro-esquerda no subcontinente, os projetos de integração regional e suas principais limitações. A importância deste capítulo se dá pela escolha da América do Sul como recorte espacial como área de estudo, pois entendemos que o cenário instaurado naquele período trouxe impactos nas relações da região com os EUA. Para atender a essas questões, buscamos, além da análise bibliográfica, focar em dados fornecidos por documentos oficiais, páginas eletrônicas dos governos dos respectivos países e páginas eletrônicas voltadas às

pesquisas nas mais diversas áreas que abrangem estudos em geopolítica e relações internacionais.

Por fim, o capítulo 4, *As relações geopolíticas do governo Barack Obama com a América do Sul (2009-2016): uma análise sobre a política externa estadunidense no âmbito político- estratégico e econômico*, foi dividido em diferentes partes. Num primeiro momento, foi realizado, através de pesquisas bibliográficas e jornais, um histórico sobre a candidatura de Barack Obama, a partir de sua trajetória política, campanha e discursos proferidos. Em seguida, foi realizada uma análise sobre as diretrizes da agenda de interesses globais dos EUA durante os dois mandatos de Barack Obama, verificadas por meio de documentos oficiais como o *Nacional Security Strategy* (NSS), elaborado pelo próprio presidente e seus assessores, e o *Strategic Plan*, elaborado pelo Departamento de Estado; buscou-se também averiguar de que modo a América do Sul foi abordada nesses documentos. Em última instância, foi realizada uma pesquisa sobre as relações do governo Obama com a América do Sul, a partir de sua agenda econômica, política e de segurança, tendo como foco principal a análise de documentos e dados disponíveis em páginas como Departamento de Estado, Departamento de Defesa, além de páginas de programas de assistência econômica e social dos Estados Unidos, como a *USAID* e o *Security Assistance Monitor*, bem como páginas de *Think Tanks*. Neste capítulo, focamos a pesquisa nos seguintes países: o Brasil e a Venezuela, por serem aqueles com maiores destaques regionais, já que eram líderes de dois projetos de integração autônomos naquele período, respectivamente a Unasul e a Alba; a Colômbia, por possuir uma estreita relação com os EUA no campo da segurança e do comércio, justificado pelo combate ao narcotráfico; e o Chile e o Peru, países com os quais os EUA buscaram uma maior aproximação comercial por meio dos Tratados de Livre Comércio (TLC), pois tal aproximação foi um dos meios de consolidação do TPP, a principal diretriz econômica da política global do presidente Obama. Isso não significa, entretanto, que os demais países foram totalmente excluídos da pesquisa; sempre que surgiam questões pertinentes, eles foram citados.

1. GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA COMO SUBSÍDIO À COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA DO SUL

A presente pesquisa traz uma perspectiva teórica da área científica da geografia, tendo como foco principal a subárea da geopolítica, porém abrangendo uma análise em nível interdisciplinar, com amplo diálogo com as Relações Internacionais. Nesse sentido, antes de entrar na discussão sobre as relações geopolíticas entre os Estados Unidos, sob a égide do governo Obama, e os países da América do Sul, torna-se de elevada importância desatar alguns nós teóricos e explicar alguns conceitos e abordagens sobre o desenvolvimento da geopolítica como área do conhecimento desvinculada da geografia política – por vezes, elas são confundidas como áreas idênticas a ponto de a primeira ser classificada como uma palavra abreviada da segunda.

Desse modo, a primeira parte deste capítulo apresenta uma reflexão sobre as principais diferenças teóricas entre a geografia política e a geopolítica, retrocedendo a uma análise dos pensamentos e obras dos “pais” fundadores de ambas as áreas. Essa discussão se torna fundamental para este trabalho, pois se trata de uma pesquisa sobre as relações geopolíticas previstas na política externa dos Estados Unidos para a América do Sul, assim a compreensão sobre a diferença da geografia política e a geopolítica ajudará a elucidar melhor as questões apresentadas nos próximos capítulos.

Na segunda parte, o texto traz uma análise aos autores da chamada geopolítica clássica, que vai do final do século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial, era de ouro da geopolítica (GÖKMEN, 2010). Embora os escritos desses autores não sejam atuais, não há como abordar geopolítica sem mencioná-los, pois grande parte de seus pensamentos ainda se faz presente na política internacional, por isso, a importância de destacá-los neste trabalho.

A terceira parte é composta por uma investigação das principais mudanças que ocorreram na geopolítica a partir do fim da Segunda Guerra e início da Guerra Fria, período no qual essa subdisciplina submergiu nos meios acadêmicos pelo fato de ser considerada como uma arma ideológica a serviço dos países expansionistas, em especial a Alemanha nazista. É importante frisar que esse foi um período no qual a geopolítica continuou sendo estudada nos círculos militares das grandes potências, fruto do cenário mundial bipolar que se instaurou após a Guerra, enquanto que, nos meios acadêmicos, a geopolítica só seria resgatada novamente nos anos 1970 na França e, logo depois, nos Estados Unidos.

Na quarta parte deste capítulo, há uma análise de como o pensamento geopolítico se instalou no período pós-Guerra Fria e quais foram suas principais mudanças. Essa parte se torna necessária porque, embora muito da geopolítica clássica ainda tenha sobrevivido, ela assumiu uma nova face, acompanhando as mudanças geradas pela globalização e as transformações do espaço geográfico. Por fim, a quinta parte tem como objetivo uma aproximação do pensamento geopolítico com a teoria das Relações Internacionais, tendo em vista que são áreas complementares, dotadas de importantes ferramentas para compreender o cenário internacional e, com isso, trazer o foco para as relações entre os Estados Unidos e a América do Sul.

No início da leitura, os tópicos apresentados poderão parecer distantes do objetivo da pesquisa, mas esperamos que se tornem mais claros ao longo do trabalho. Entendemos que, para falar de geopolítica, é necessária uma abordagem teórica sobre o assunto, buscando compreender seu desenvolvimento enquanto subárea da geografia e de outras ciências. Assim nos propusemos a alavancar a escala de embasamento teórico, dialogando e emprestando conceitos também das Relações Internacionais. As relações entre os Estados Unidos e a América do Sul são um tanto complexas e podem ser interpretadas e analisadas a partir de diversas correntes de pensamentos de relações internacionais; aqui nos apoiaremos em duas: o Realismo Político, que muito se aproxima da geopolítica clássica e de alguns autores contemporâneos, e a Interdependência Complexa, que consideramos ser capaz de responder às grandes mudanças no cenário internacional, sobretudo por causa do avanço da globalização, do surgimento de outros atores não estatais e de agendas de segurança focadas em assuntos não significativamente militares. Essas são, enfim, as duas correntes hegemônicas no debate das Relações Internacionais que, a nosso juízo, permitem uma interlocução mais próxima com a ciência geográfica.

1.1 Geografia Política e Geopolítica: uma discussão conceitual

A ciência geográfica, incumbida do papel de estudar as íntimas relações dos seres humanos com a natureza, em determinado espaço geográfico, possui um amplo leque de subáreas, cada uma com suas próprias perspectivas de análise e embasamento teórico forjado no contato com outros campos disciplinares. Na geografia, tanto na área humana quanto na área física, há diversas vertentes que podem ser inter-relacionadas entre si.

Tanto a geografia política quanto a geopolítica fazem parte desse vasto leque da geografia humana e, embora muitas vezes tenham sido tratadas como sinônimos, as definições de ambas revelam diferenças não apenas conceituais como também em aspectos metodológicos. Os trabalhos em geografia política e geopolítica foram amplos durante a primeira metade do século XX, sendo a primeira avaliada por muitos como a verdadeira ciência geográfica, enquanto que a segunda foi fortemente atacada como uma pseudociência, subserviente dos desejos expansionistas dos Estados Nacionais (LACOSTE, 1988).

De acordo com Castro (2005), o termo “geografia política” apareceu, pela primeira vez, em textos do filósofo francês Turgot, em 1750, em seu projeto de uma *Teoria da geografia política*. Turgot fez “uma distinção entre uma geografia política teórica, identificada como uma ‘arte de governar’, e uma geografia positiva ou histórica, descrição do passado e do presente sob o ponto de vista da geografia política” (REGO-MONTEIRO, 2014, p. 30). Ele, porém, não eliminou o caráter complementar de ambas em uma mesma esfera do saber científico. Sua teoria

[...] foi apresentada como um “tratado de governo”, uma tentativa de formalização da intersecção do político e do geográfico, inspirado provavelmente no Livro IV de *O espírito das leis* de Montesquieu. Sua preocupação era demonstrar que o governo começa no estudo dos fatores geográficos da política, o que antecede à sua participação política e sobretudo à ação. (CASTRO, 2005, p. 19)

Apesar do pioneirismo de Turgot, foi no século XIX, com o alemão Friedrich Ratzel, que a *geografia política* surgiu como campo de estudos acadêmico, enquanto que o termo *geopolítica* somente apareceria no início do século XX com o sueco Rudolf Kjéllen. Seja qual for o termo preferido, nesse período inicial, em ambas podemos observar a presença do que Derwent Whittlesey (1948) identificou como principal evento político localizado sobre a Terra: o Estado².

Baseado no princípio ratzeliano de que o Estado não é concebível sem o solo, Moodie (1965) parte da premissa de que o campo de estudos da geografia política se divide em basicamente duas considerações essenciais. A primeira estaria na análise das relações entre a comunidade (Estado) e o ambiente físico, enquanto que a segunda preocupação

² É importante destacar que alguns autores da geografia política posteriormente passaram a criticar essa geografia política estadocêntrica, como Claude Raffestin, em sua obra *Por uma Geografia do poder*, publicada em 1993.

surgiria a partir da ideia de que os Estados não são estáticos, pois estão sujeitos a mutações, resultantes em especial de suas relações externas.

Para Castro (2005), a consolidação da geografia política como disciplina acadêmica no século XIX se deu a partir das disputas territoriais entre os Estados nacionais no contexto europeu e da projeção deles para além do Velho Mundo: “E a contribuição de Ratzel foi demonstrar que essas ocorrências eram espacializadas e que sem o sentido geográfico as análises científicas ficariam incompletas” (CASTRO, 2005, p. 71). Nessa perspectiva, a autora aponta que o ramo da geografia política estava “voltado para as questões relativas ao Estado: localização, posição, território, recursos, fronteiras, população, relações com outros Estados etc.” (CASTRO, 2005, p. 43-44).

Embora o termo seja utilizado pela primeira vez por Rudolf Kjéllen em 1905, alguns autores geógrafos, militares e diplomatas já faziam estudos geopolíticos sem utilização do termo, como o norte-americano Alfred T. Mahan e o britânico Halford J. Mackinder. Seja no uso teórico de Kjéllen ou nos usos aplicados de Mahan e Mackinder – e depois do alemão Karl Haushoffer durante o período nazista –, é notória a influência da geografia política de Ratzel (CARVALHO; CASTRO, 2009).

Para conceituar a geopolítica, é importante realizar um apanhado de visões de diferentes autores europeus, estadunidenses e brasileiros, uma vez que “cada autor conceitua a geopolítica de forma distinta, mas todos parecem concordar em um ponto: ela apresenta-se de forma dinâmica” (MIYAMOTO, 1995, p. 22).

O general-geógrafo Haushoffer, da Escola de Munique, definia-a da seguinte forma:

Geopolítica é a ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao solo. Apoia-se sobre as amplas bases da geografia, em especial da geografia política, doutrina da estrutura espacial dos organismos políticos [...] A geopolítica aspira a proporcionar as armas para a ação política e os princípios que servem de guia na vida política [...] Geopolítica é a base da atuação política, na luta de vida ou morte dos organismos estatais pelo *espaço vital*. (WEIGERT, 1943, p. 24-25, tradução nossa)³

O estadunidense Hans Weigert, não muito diferente de Haushoffer, define geopolítica “como a geografia política aplicada à política de poder nacional e à sua estratégia, de fato, na paz e na guerra”. Assim, “ao relacionar todo o

³ “Geopolítica es la ciencia que trata de la dependencia de los hechos políticos con relación al suelo. Se basa sobre los amplios cimientos de la geografia, en especial de la geografía política, doctrina de la estructura espacial de los organismos políticos [...] La geopolítica aspira a proporcionar las armas para la acción política, y los principios que sirven de guía en la vida política [...] Geopolítica es la base científica del arte de la actuación política en la lucha a vida o muerte de los organismos estatales por el espacio vital (WEIGERT, 1943, p. 24-25).

desenvolvimento histórico com as condições de espaço e solo e ao considerar a história determinada por essas forças eternas, a geopolítica tenta prever o futuro”. (WEIGERT, 1943, p. 25, tradução nossa)⁴

Ainda Weigert (1943), para ilustrar de melhor modo as principais diferenças entre a geografia política e a geopolítica, situa a primeira na geografia e a segunda nas ciências políticas. O geógrafo político estaria incumbido de analisar as relações espaciais entre os Estados, enquanto que o geopolítico deveria empregar os fatores geográficos na política⁵.

Autor do livro *Geopolitics – The struggle for space and power*, Robert Strausz-Hupé (1972 apud MIYAMOTO, 1995, p. 23), por sua vez, considerou que “a geopolítica proporciona as bases para os projetos de uma estratégia global, sendo a estratégia política sinônimo da arte do estadista”. Já Everaldo Backheuser, um dos percussores da geopolítica brasileira, aponta a geopolítica como “a política feita em decorrência das condições geográficas” (1959, p. 114 apud MIYAMOTO, 1995, p. 23).

Na visão de Therezinha de Castro:

[...] ciência da vinculação geográfica dos acontecimentos políticos, a Geopolítica tem por objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da geografia no planejamento das atividades do Estado, visando a resultados imediatos ou remotos. Em razão disto, a Geopolítica pode ser considerada como um estudo dos precedentes históricos em função dos ambientes geográficos; os resultados destes estudos levam a conclusões práticas, aplicáveis ou não à atualidade. (CASTRO, 1999, p. 23)

Tendo em vista que, inicialmente no Brasil, os estudos sobre geopolítica, em grande parte, ficaram restritos aos militares, é importante observar a posição desses autores. O general Golbery do Couto e Silva, um destacável pensador da área, sobretudo na Guerra Fria, em seu livro *Geopolítica do Brasil*, de 1967, afirma que:

Para nós, a Geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação política, quando não, por iniciativa a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e de posição. (COUTO E SILVA, 1967, p. 64)

⁴ “como geografia política aplicada a la política de poder nacional y a su estrategia de hecho en la paz y en la guerra” / “al relacionar todo desarrollo histórico com las condiciones de espacio y suelo, y al considerar la historia misma como determinada por estas fuerzas eternas, la geopolítica intenta predecir el futuro” (WEIGERT, 1943, p. 25).

⁵ É importante destacar que a geopolítica não é realizada apenas por cientistas políticos, trata-se de uma área multidisciplinar, praticada por militares, estadistas, geógrafos, historiadores, entre outros.

A geografia política está, então, direta e restritamente vinculada ao campo da geografia; em contrapartida, a geopolítica torna-se uma área multidisciplinar, estando também vinculada à ciência política. Como mostra Miyamoto (1995), a geografia política não se preocupa com a aplicabilidade prática visando alcançar os objetivos estratégicos de um Estado-nação. Quando se utiliza, por exemplo, de estudos de elementos pertencentes à topografia, sob a ótica da geografia política, eles são abordados apenas como limites físicos, sem nenhuma dotação de valor estratégico. Por outro lado, a geopolítica “não se satisfaz com a mera descrição física. [...] Ela preocupa-se com os ‘movimentos’ destes elementos e na sua aplicação na formulação de uma política que visa fins estratégicos” (MIYAMOTO, 1995, p. 25).

Como demonstra Costa (2008), enquanto a geografia política estaria fadada a ser uma disciplina de caráter mais teórico, visando analisar as relações entre o Estado e seu território, a geopolítica é mais utilitarista que a primeira, cabendo a ela formular estratégias voltadas às relações de poder entre os Estados com base na geografia de um determinado Estado.

1.1.1 A Geografia Política em Friedrich Ratzel

Mesmo que os escritos de Turgot sobre a geografia política tenham aparecido no século XVIII, foi o geógrafo alemão Friedrich Ratzel quem ficou conhecido, nos meios acadêmicos, como o “pai fundador” dessa ciência no século XIX. Para compreender melhor seus trabalhos, é imprescindível analisar os fatores e o contexto nacional vivido por Ratzel os quais repercutiram em seus escritos.

Para Castro (2005), duas dimensões tiveram grande repercussão em suas ideias. A primeira delas foi o ambiente político provindo dos séculos XVIII e XIX, com o período de consolidação dos Estados Nacionais europeus, sobretudo, com a unificação tardia da Alemanha com a liderança de Bismarck em 1871. A segunda delas foi o amálgama formado pelo ambiente filosófico na Alemanha, influenciado fortemente pelo pensamento hegeliano, pelo ambiente científico através da sociologia nascida no século XIX a partir das mudanças trazidas pela Revolução Industrial e pelo enfoque teórico da biologia, com especial atenção ao evolucionismo de Charles Darwin. Como lembra Costa (2008), Ratzel não possuía a geografia

como sua primeira formação; graduado em zoologia em Heidelberg, lá sofreu grande influência do darwinismo a partir de Haeckel.

Ratzel é conhecido como o fundador da geografia humana. Entre suas diversas obras dos mais variados conteúdos científicos, figuram como as principais a *Antropogeografia*, de 1882, e *Geografia Política*, publicada em 1897, sendo esta, com o nome da disciplina em questão, sua obra-mor.

Ratzel trazia consigo uma grande preocupação com os rumos que a Alemanha poderia tomar no cenário internacional. A consciência do atraso econômico e político de seu país evidenciava a inferioridade em relação às principais potências europeias, em especial na questão das colônias no Novo Mundo (COSTA, 2008). Então, questões sobre o papel do Estado nesse processo começaram a surgir. Após a unificação alemã, o desenvolvimento industrial do Estado alemão foi crescente, aflorando assim “tendências materialistas, que, de certa forma, favoreceram o surgimento de visões que explicassem o sentido que se materializava no território. Ou seja, a produção de um novo ordenamento do espaço geográfico” (SANTIAGO, 2013, p. 31).

A base do pensamento ratzeliano estava na íntima relação entre o Estado e o solo (o território em que se está estabelecido), estando este diretamente relacionado ao condicionamento daquele (como disponibilidade de recursos naturais, formas de relevo, posição favorável para navegação marítima e fluvial etc.) e ambos mediados pelo povo (sociedade). Nesse sentido, o autor parte da “analogia de que o solo, pelas suas características intrínsecas, ‘favorece ou emperra’ o desenvolvimento dos Estados” (COSTA, 2008, p. 35).

Prosseguindo com esse raciocínio, o “solo e o homem estão inseparavelmente vinculados. O elemento ‘materialmente coerente’ do estado é o solo, com o qual o estado, um grupo de homens, tem uma vinculação espiritual” (KISS, 1942, p. 855).

O Estado não existe sem um solo, pois este é a base para que aquele venha a se desenvolver; com isso, torna-se fundamental a concepção de ideal nacional que ultrapasse as categorias de língua e raça, abarcando também o fato de que o povo adota a ideia de território comum. O sentimento nacionalista é evidente em Ratzel, em especial na questão territorial, no sentido de que “a sociedade é o intermediário pelo qual o Estado se une ao solo. Segue-se que as relações da sociedade com o solo afetam a natureza do Estado em qualquer fase do seu desenvolvimento que se considere” (RATZEL, 1983, p. 98 apud SANTIAGO, 2013, p. 119). Essa relação é fundamental na definição do poder nacional, o qual corresponde ao conjunto dos recursos materiais e dos valores psicológicos de que desfruta o Estado, tendo em vista os objetivos que almeja alcançar ou preservar (MEIRA MATTOS, 1977).

Em sua visão sobre o Estado, Ratzel se utiliza da analogia deste com um organismo vivo. De acordo com essa teoria, os Estados podem expandir-se, contrair-se, viver, prosperar, decair e morrer. Nesse sentido, o autor desenvolve o conceito de *Lebensraum*, também chamado de *Espaço Vital*, descrito por Moraes (2007, p. 70-71) como a “proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais”.

A partir desse raciocínio sobre o desenrolar da história, o Estado que não encontrasse, em seu território, os requisitos suficientes para seu desenvolvimento, teria a tendência à expansão, assim, os conflitos estatais por razões territoriais seriam algo recorrente e até certo ponto natural na história. Para explicar e embasar o crescimento dos Estados, Ratzel deduziu algumas leis básicas, publicadas na obra *Leis do crescimento espacial dos Estados*, de 1895, na qual lançou as “Sete Leis do Expansionismo”, reproduzidas aqui a partir da obra de Meira Mattos (2002):

- 1- O espaço dos Estados deve crescer com a sua cultura.
- 2- O crescimento dos Estados apresenta outros sintomas de expansão: ideias, intercâmbio comercial, atividades missionárias.
- 3- O crescimento do Estado manifesta-se pela adição de novos estados, dentro do processo de amalgamação.
- 4- A fronteira é o órgão periférico do Estado, e, como tal, prova do crescimento, da força e das mudanças desse organismo.
- 5- Em seu crescimento, o Estado luta pela absorção de áreas politicamente valiosas: litorais, planícies, regiões ricas em recursos.
- 6- O primeiro impulso de crescimento territorial chega ao Estado primitivo de fora, de uma civilização superior.
- 7- A orientação geral da amalgamação transmite a tendência de crescimento territorial de Estado para Estado e aumenta esta tendência no processo de transmissão (é como um apetite que vem comendo). (MEIRA MATTOS, 2002, p. 19)

De acordo com Tosta (1984), ao comentar sua sétima lei, Ratzel frisou que “neste pequeno planeta só há espaço para um único Estado” (RATZEL, 1985 apud TOSTA, 1984, p. 12), pois, na visão ratzeliana, perder espaço significaria perder poder, ao ponto de que “a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da proteção. O Estado protege o território contra violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo” (RATZEL, 1990, p. 76 apud SANTIAGO, 2013, p. 118).

E quem venha a supor que, num povo em vias de crescimento, a importância do solo não seja tão evidente, que observe esse povo no momento da

decadência e da dissolução! Não se pode entender nada a respeito do que então ocorre se não for considerado o solo. Um povo regride quando perde território. Ele pode contar com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde se encontram as fontes de sua vida. Mas se seu território se reduz, é, de uma maneira geral, o começo do fim. (RATZEL, 1983 apud COSTA, 2008, p. 42)

Em suma, a geografia política de Ratzel pode ser entendida como uma ciência do Estado e, sem dúvida, seus escritos trouxeram uma grande contribuição para a ciência geográfica assim como para a geopolítica⁶, repercutindo em autores do passado e do presente que embasaram suas ideias e teorias a partir da relação entre o Estado e seu território. Porém, é importante destacar que Ratzel foi alvo de diversas críticas, em especial por parte de autores da geografia francesa, sendo acusado de tecer uma ciência ideológica a serviço do recém-criado Estado alemão para legitimar políticas expansionistas. Para Albuquerque (2011), a França, após o fracasso de Napoleão nas guerras franco-prussianas, passou a ser o Estado mais hostil ao germanismo, olhando com desconfiança os políticos, militares e intelectuais alemães. Entre esses autores, estariam aqueles ligados à corrente do *Possibilismo Geográfico*, de Paul Vidal de La Bache, como Camille Vallaux.

Vallaux procura compreender de que modo o território com seus recursos naturais, relevo e posição geográfica teria uma influência no desenvolvimento da sociedade e do Estado: “Como esses elementos constantes distribuem-se desigualmente na superfície terrestre, resulta daí uma diferenciação dos espaços políticos e do desenvolvimento dos Estados” (COSTA, 2008, p. 45). Para o geógrafo francês, essa diferenciação que ocorre no desenvolvimento do Estado constitui o objeto da análise da geografia proposta por ele, em que as particularidades seriam ressaltadas.

Outro fato para o qual o autor chama a atenção é no sentido de que, se o meio natural apresenta alguma influência no processo de desenvolvimento da sociedade e do Estado, essa influência não seria determinante, mas relacionada com o poder de adaptação ativa dos Estados em relação ao próprio meio. A forte tendência ao Possibilismo Geográfico fica clara, ao ponto de que:

É preciso afirmar que em toda sociedade política há uma potência de adaptação ativa que a impede de ser determinada geograficamente à maneira das colônias animais; e essa observação preliminar, que se impõe pelo mais simples estudo dos fatos, é já uma razão suficiente para excluir da geografia

⁶ Entre algumas influências do pensamento de Ratzel em autores da geopolítica, é possível notar a teoria organicista do Estado, a qual viria a influenciar Rudolf Kjéllen, e o conceito de *Lebensraum*, que é visivelmente claro nos escritos de Karl Haushofer.

política todo o método e todo procedimento biológico. (VALLAUX, 1914, p. 7 apud COSTA, 2008, p. 26-27)

Vallaux concorda com Ratzel quando afirma que o solo possui uma importância crucial para o Estado e que sua importância no processo de desenvolvimento político, soberania e domínio antecede a importância do desenvolvimento econômico. Mas discorda de Ratzel na questão da extensão territorial como fonte de poder. Enquanto para o teórico alemão, quanto mais território um país possuir, mais forte ele é, para o geógrafo francês, quanto maior o espaço dominado, maiores as dificuldades estruturais de gestão desse território⁷.

A ideia de que espaço é poder é negada por Vallaux, partindo do pressuposto de que esse poder é relativo, pois beneficiaria apenas os detentores do poder estatal, e não o cidadão comum. Além disso, ele considera que “o tempo e não o espaço é o que forma, do ponto de vista da geografia, como da história, o quadro geral da evolução dos Estados. A noção do tempo e da distância, e não do espaço” (apud COSTA, 2008, p. 50), pois, com o desenvolvimento estrutural a partir de meios de circulação, comunicação, transporte e outros, o espaço tornou-se “menor” e subjugado ao tempo. Mas aí está um equívoco de Vallaux, pois Ratzel, como lembra Santiago (2013), aborda as questões de ordenamento territorial através de redes de circulação que visam a encurtar o tempo para uma melhor gestão do território. Para o geógrafo alemão, o poder de um Estado também se constrói a partir de uma “infraestrutura material de estradas e comunicações que possibilite o acesso mais rápido a todo território e, conseqüentemente, a facilitação de uma unidade territorial articulada e consolidada” (SANTIAGO, 2013, p. 138).

De acordo com Costa (2008), Vallaux aponta o conceito de espaço como o ponto fraco da ciência de Ratzel, entendendo que sua geografia política está aquém dos métodos científicos, sacrificados em nome de seu país, e julgando-a como um “manual do imperialismo” (VALLAUX apud COSTA, 2008, p. 50). Esse julgamento da geografia política de Ratzel como um sustentáculo do imperialismo alemão aparece também na geografia brasileira, de ampla influência francesa, como em Antonio Carlos Robert de Moraes:

⁷ É importante sublinhar aqui o pensamento de Ratzel sobre a coesão nacional, pois o autor, mesmo destacando a extensão territorial como fonte de poder, destaca que um Estado fragmentado culturalmente pode se enfraquecer devido às dificuldades de atender os interesses comuns de sua população. “Um Estado forte teria de, necessariamente, produzir uma unidade nacional, por isso a questão nacional aparece de forma mais clara, quando o autor discorre sobre a necessidade do progresso civilizatório e da união política de um povo em função das ‘necessidades comuns’ ou ‘interesses comuns’” [...] (SANTIAGO, 2013, p. 129).

É fácil observar a íntima vinculação entre estas formulações de Ratzel, sua época e o projeto imperial alemão. Esta ligação se expressa na justificativa do expansionismo como algo natural e inevitável numa sociedade que progride, gerando uma teoria que legitima o imperialismo bismarckiano. Também sua visão do Estado como um protetor acima da sociedade vem no sentido de legitimar o Estado prussiano, onipresente e militarizado. (MORAES, 2007, p. 70-71)

A bem da verdade, a famosa frase de Hegel, “o homem é filho de seu tempo”, ilustra o que podemos concluir sobre Ratzel e seus trabalhos. A corrida imperialista entre as grandes potências europeias pela aquisição de colônias e de novos territórios o influenciou a buscar soluções de como engajar a Alemanha nesse jogo. O território possui um valor inestimável para o poder do Estado, algo que é evidente não apenas em Ratzel, pois os Estados da Inglaterra e França também se utilizaram de métodos expansionistas e colonialistas para a manutenção de seu poder mundial, o que torna a crítica a Ratzel um tanto sem fundamento.

Ratzel, ao discorrer sobre a influência dos aspectos naturais no desenvolvimento de um Estado, conseguiu demonstrar a importância do fator geográfico na história, desenvolvendo meios científicos que legitimassem o “direito da geografia de investigar as condições naturais em meio às quais os acontecimentos históricos se desenvolveram” (RATZEL, 1990, p. 32-33 apud SANTIAGO, 2013, p. 82). Ratzel:

[...] o verdadeiro desbravador da antropogeografia e da geografia política, com suas afamadas leis do crescimento dos Estados e seus conceitos fecundos de espaço e de posição (*Raum und Lage*) – pois que a geopolítica nasceu no influxo imediato de suas lições. (COUTO E SILVA, 1967, p. 141)

Finalizando, embora não tenha sido um estrategista do poder global, é possível afirmar que Ratzel “foi pioneiro nos estudos geopolíticos modernos” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 15), principalmente por observar que o valor político do território está diretamente relacionado às suas características físicas e também por sua ciência possuir uma vocação aos estudos do Estado, classificado como um organismo biológico vivo, capaz de estabelecer relações, dentre elas, a expansão a partir da conquista. Além disso, estando o poder do Estado diretamente relacionado ao seu território, as características deste poderiam favorecer o desenvolvimento nacional ou se tornar um obstáculo a ele.

1.1.2 Rudolf Kjéllen e o “surgimento” da Geopolítica

Entre os autores mais importantes que sofreram influência do pensamento de Ratzel, sem sombra de dúvida, está o jurista sueco Rudolf Kjéllen, conhecido por ser o criador do termo *geopolítica* para explicar as relações entre Estado e território (COSTA, 2008)⁸.

Professor de Direito Político nas Universidades de Gotemburgo e Upsala, obteve grande destaque com o artigo “As grandes potências”, de 1905, e com o livro *O Estado como forma de vida*, de 1916. O autor sueco propunha formalizar uma disciplina a favor dos “Estados Maiores”, entre eles, o Estado Maior alemão, fonte de sua maior admiração. Assim como Ratzel, Kjéllen trazia consigo a visão do Estado como um ser vivo, o qual poderia nascer, crescer, estabelecer relações, definir e morrer:

Comparando o Estado com um ser vivo, Kjéllen multiplicou-se numa série de analogias: o território seria o corpo, a capital representaria o coração e os pulmões, as vias de transporte corresponderiam às artérias e às veias, os centros de produção seriam as mãos e os pés. Segundo ele, o verdadeiro poderio do Estado resulta da existência de três condições essenciais: a) grande espaço; b) ampla liberdade de movimentos; c) perfeita coesão interna. (AZEVEDO, 1955, p. 45)

Para Kjéllen:

O Estado não é um conglomerado acidental ou artificial de vida humana que se mantém unido mediante fórmulas jurídicas; está profundamente arraigado em realidades históricas e afetivas, cresce organicamente, é uma entidade do mesmo tipo fundamental que o homem individualmente considerado: em uma palavra, é uma manifestação biológica ou um ser vivente. Como tal, os Estados estão sujeitos à lei do crescimento. Os Estados vigorosos e cheios de vida que possuem um espaço limitado obedecem ao categórico imperativo de expandir seu espaço, seja por colonização, amalgamação ou conquista. (transcreve ATÊNCIO, 1975, p. 11 apud COSTA, 2008, p. 57)

Kjéllen entendia que as grandes potências viviam uma constante competição, lutando pela sobrevivência e acúmulo de poder, e uma seleção natural, concepção que, anos mais tarde, seria adotada pela Corrente Realista das Relações Internacionais⁹. O “que Kjéllen fez em relação à Ratzel foi estabelecer definitivamente a diferença entre geografia política e

⁸ Embora sua nacionalidade não seja alemã, possuía uma ampla inspiração e admiração pela escola germânica.

⁹ A corrente do realismo político, também chamada de corrente realista das Relações Internacionais, defende que o Sistema Internacional é pautado pela competitividade entre os Estados pelo acúmulo de poder, em que, por falta de um poder supranacional dominante, impera um comportamento anárquico entre eles. Um jogo de soma zero, em que, para um vencer, outro precisa sucumbir.

geopolítica, projetando a teoria ratzeliana para o campo da Ciência Política e definindo seu campo de atuação” (MIYAMOTO, 1995, p. 27). Diferente da geografia política, a geopolítica deveria possuir um poder de ação prático e ser incumbida de auxiliar na formalização de estratégias nacionais a partir da geografia do Estado, buscando assim uma projeção num cenário envolto pela competição e disputa pelo poder.

Em virtude da concepção organicista do Estado, o autor classificava como cinco os elementos formadores do Estado (território, povo, economia, sociedade e governo) e tratou de dividir a política estatal em cinco diferentes ramos com diferentes objetos de investigações (TOSTA, 1984). Entre eles, estariam a *Geopolítica*: que tem como objeto de estudo as relações do Estado com o território; a *Demopolítica*: que tem como objeto o estudo do povo e das raças com suas íntimas relações políticas como nação, diferenciando-se, assim, da etnografia; a *Ecopolítica*: cujo objeto de investigação são as atividades econômicas do Estado; a *Sociopolítica*: que estuda a sociedade estabelecida dentro dos limites nacionais; e, por fim, a *Cratopolítica*: cuja finalidade é abordar as questões administrativas do governo nacional, assim como questões relacionadas ao regime estabelecido e assuntos que envolvem manifestações de soberania.

É importante destacar que, entre essas diferenciações criadas por Kjéllen, apenas o termo *geopolítica* se tornou conhecido, sendo utilizado atualmente nas mais diversas circunstâncias, o que gera, como mostra Vesentini (1997, p. 26), “um modismo vazio, com o uso e abuso da palavra *geopolítica* para designar realidades que pouco têm a ver com ela, como se, de repente, tudo tivesse virado discurso ou prática geopolíticas”.

Kjéllen fazia uma abordagem realista das relações internacionais, conforme veremos adiante, e, assim como Ratzel, enfatizava o valor do território e dos recursos naturais para o desenvolvimento do Estado. A geografia física possuía para ele um elevado potencial na elaboração das políticas externas de um país, pois a “ciência” geopolítica postulava leis de política internacional baseadas na geografia global, como, por exemplo, a disposição dos continentes e oceanos, ou a divisão em potências marítimas e terrestres (DODDS, 2007).

Como afirma Tosta (1984), Kjéllen subdividia a geopolítica em diferentes partes, sendo elas: 1) *Topolítica* – política proveniente da situação geográfica (*Lage*); 2) *Morfopolítica* – política aplicada ao território, isto é, ao espaço (*Raum*) ocupado pelo país; 3) *Fisiopolítica* – política do domínio, ou seja, daquilo que o território possui em riquezas naturais e exploráveis. Ainda em Tosta (1984, p. 18), para Kjéllen: “um Estado só pode ser reconhecido como possuidor de um grande poder real quando satisfizer às três condições: *grande espaço, liberdade de movimentos e coesão interna*”.

Segundo J. Vicens-Vives (apud COSTA, 2008), o geopolítico sueco foi pioneiro em defender a “transformação” dos Estados Maiores em “academias científicas”, já que a geopolítica se encarregaria de tratar dos fenômenos da guerra entre eles. Com isso, o sucesso das suas ideias, nos círculos de poder dos mais diversos países, foi absoluto, em especial nos países de regimes totalitários, sendo produzido um destacável número de estudos sobre essa nova disciplina, tanto na Europa, como na América Latina:

Tais são os exemplos das atividades do general-geógrafo alemão K. Haushofer no Instituto de Geografia de Munique e na *Revista de Geopolítica*, dirigida por ele, E. Obst, O. Maull e seu filho Albrecht [...] caso também do Centro de Geopolítica da Universidade de Trieste, durante o período de Mussolini na Itália. Na América Latina, essa influência é notável nos estudos do coronel A.B. Rattenbach (Argentina); general A. Pinochet (Chile) e dos generais Mario Travassos, Golbery e Meira Mattos, além do brigadeiro Lysias Rodrigues (Brasil). Em todos esses estudos a menção a Kjéllen é explícita, atribuindo-lhe o mérito de ter operacionalizado com “genialidade” aqueles fundamentos elaborados por Ratzel e de ter extraído daí uma “nova ciência”, antes de tudo aplicada à *dinâmica* (assim contraposta à natureza “estática” da geografia política), mais adequada aos “homens de governo”, interessados num instrumento “ágil” de análise e formulação de estratégias baseadas na geografia. (COSTA, 2008, p. 57-58)

Concluindo, a geopolítica desenvolvida por Kjéllen foi basicamente a aplicação da geografia política de Ratzel para a guerra, com fins práticos e sem a limitar a uma análise teórica e estática. O autor sueco trouxe para a sua *geopolítica* diversas inspirações vindas do geógrafo alemão, entre elas – e talvez a de maior destaque –, a caracterização do Estado como um ser vivo, dotado da capacidade de estabelecer relações, as quais, no entendimento de Kjéllen, eram de competição. Assim, através da geopolítica, necessitava-se da elaboração de estratégias para a projeção de um Estado no Sistema Internacional.

1.2 Os autores da Geopolítica Clássica

Tendo realizado uma abordagem sobre a distinção entre o conceito de geografia política e geopolítica e, posteriormente, uma elucidação sobre o início da geopolítica enquanto área do conhecimento, é importante apontar seus autores de maior destaque, os chamados “geopolíticos clássicos”, discutindo suas principais ideias e teorias. Embora alguns deles tivessem publicado seus trabalhos antes do surgimento do termo *geopolítica* (casos de

Mahan e Mackinder), isso não suprime sua aceitação como autores geopolíticos, pois suas teorias evidenciam, de maneira clara, a relação com essa área do conhecimento.

Os chamados autores da geopolítica clássica vivenciaram a chamada “era de ouro” da geopolítica, que predominou do fim do século XIX até o encerramento da Segunda Guerra Mundial (GÖKMEN, 2010). Esse termo foi aplicado em virtude do período em que as turbulentas rivalidades entre Inglaterra, Alemanha, Rússia e EUA influenciaram tais autores a formalizarem teorias embasadas em uma visão de mundo nacional, com pesquisas e resultados que poderiam ser aplicados na prática, visando ao desenvolvimento ou ao acúmulo de poder de seus respectivos países no cenário internacional. Tais teorias se enquadravam, como veremos adiante, na visão de mundo da corrente realista das relações internacionais, compreendendo o sistema-mundo como anárquico e competitivo, no qual os Estados Nacionais se estabeleciam basicamente e unicamente pelas relações de poder (MORGENTHAU, 2003).

Como o sistema internacional efetivamente marcado pelo equilíbrio de poder, esses autores se viram obrigados a elaborar suas próprias visões geopolíticas de mundo. É importante destacar aqui que, embora a geopolítica como instrumento do poder tenha sido aceita com êxito nos países totalitários, isso não significa sua não aceitação em países liberais democráticos.

Nos próximos itens, serão discutidos, então, os chamados autores da geopolítica clássica, abordando suas principais teorias. Mesmo que elas tenham sido formuladas em épocas remotas, ainda é possível identificar a continuidade de tais pensamentos nas políticas externas dos países na atualidade, estando aí a importância de conhecê-las para compreender as movimentações de alguns países no cenário internacional contemporâneo. Embora o foco da pesquisa esteja direcionado para as políticas do governo dos EUA, nesta análise não nos restringiremos apenas a autores estadunidenses, estendendo o leque também para autores de origem britânica e alemã, os quais foram e ainda são fundamentais para o desenvolvimento da teoria da geopolítica.

1.2.1 Alfred T. Mahan e o Poder Marítimo

Embora o domínio dos mares, dos séculos XVIII ao início do século XX, tenha sido estabelecido pela Grã-Bretanha, foi nos Estados Unidos que um militar, dedicado às pesquisas históricas, desenvolveu a teoria do Poder Marítimo.

Alfred Thayer Mahan, nascido em 1840 na cidade de West Point, estado de Nova Iorque, era filho de Dennis Hart Mahan, um renomado professor de engenharia civil e militar da Academia Militar de West Point.

Embora Mahan não tivesse uma graduação formal em história, era um militar completamente inclinado aos estudos históricos das guerras, sempre buscando aprender com o passado o que era possível aplicar no futuro. “A história, para ele, servia como uma ferramenta de análise aplicada e não como uma história interpretativa e problematizada” (ALMEIDA, 2009, p. 128).

A base de seu pensamento estava na utilização do mar como fator chave para obtenção do poder global e, apesar de seus estudos, de fato, estarem buscando atender as necessidades de seu país no cenário internacional, seus escritos terminaram por influenciar uma gama de países e suas políticas externas. A autora Margaret Tuttle Sprout, em um famoso artigo sobre Mahan, denominou-o como o evangelista do poder marítimo e, segundo ela, ninguém mais influenciou “tão direta e profundamente [...] a teoria do poder marítimo e a estratégia naval como Alfred Thayer Mahan” (SPROUT, 1973, p. 145 apud ALMEIDA, 2009, p. 93).

Mahan olhava os mares e oceanos como um grande espaço de cunho social e político com suas características próprias, distinguindo-os dos espaços terrestres, porém considerando que ambos estavam conectados por portos ou vias de comunicações interiores. “Chama a atenção para o fato de que, apesar de esse espaço ‘marítimo’ permitir, em princípio, a circulação em todas as direções, a história dos fluxos e a posição dos continentes e portos definiram as famosas *trade routes*, autênticas *highways* marítimas” (COSTA, 2008, p. 70).

Sua primeira obra, intitulada *The Gulf and inland waters*, foi publicada no ano de 1882. Nela o autor abordou questões relacionadas às operações navais durante a Guerra de Secessão. Entre sua extensa bibliografia, a obra de maior destaque e difusão, sem sombra de dúvida, foi *The influence of sea power upon History: 1660-1783*, publicada em 1890 e que se tornou clássica para a geopolítica e historiografia do poder marítimo.

Almeida (2009) considera que a obra de Mahan gerou um impacto imediato dentro do meio naval, principalmente na Grã-Bretanha, de modo que “os ingleses se abismaram por ter sido um norte-americano e não um britânico que melhor descrevera as políticas inglesas da época” (ALMEIDA, 2009, p. 115), enquanto que, na Alemanha, o “kaiser, ao ler a obra de Mahan, viu o respaldo necessário para a expansão colonial de sua Nação e o desenvolvimento de um forte poder marítimo, de modo a contestar o poder da

GB”¹⁰ (ALMEIDA, 2009, p. 115). Nos EUA, a obra de Mahan obteve, a princípio, grande repercussão entre os estadistas defensores do expansionismo do poder estadunidense, como Theodore Roosevelt, Henry Cabot Lodge e John Milton Hay (LAFEBER, 1962).

Como lembra Costa (2008), do mesmo jeito que Ratzel realizava uma geografia política a partir de uma óptica alemã, investigando os pontos potenciais para alavancar o poderio alemão em meio à grande disputa imperialista europeia, Mahan também se ocupou de estabelecer uma teoria a partir de uma visão de mundo estadunidense. E, assim como Ratzel, o militar estadunidense também foi julgado como um autor do imperialismo. “Na virada do século, o *Sea Power*, de Mahan, tornou-se a bíblia dos defensores do destino manifesto estadunidense e dos partidários da política de expansão do poderio naval norte-americano” (MELLO, 1999, p. 15).

Pelo fato de seus estudos terem sido realizados no período da “grande inflexão” da política externa norte-americana, e especialmente pela emergência dos Estados Unidos como potência marítima e mundial, Mahan credenciou-se como um autêntico teórico do expansionismo, ou, nas palavras de Morison e Commager, um filósofo naval do imperialismo. (COSTA, 2008, p. 69)

Ao analisar o domínio dos mares estabelecido pela Grã-Bretanha através da historiografia das guerras, do comércio e da colonização, Mahan buscou compreender os fatores que levaram esse país ao domínio mundial através de seu elevado poder marítimo. Desse modo, poderia aplicá-los à geopolítica dos EUA, com o intuito de colocar este país na esfera do poder mundial. “Assim, para ele o poder marítimo poderia significar para os EUA o mesmo que significou para a GB, isto é um instrumento político eficaz e eficiente para a obtenção de poder e relevância mundial” (ALMEIDA, 2009, p. 128).

Para isso, torna-se de extrema importância diferenciar o *poder marítimo* de *poder naval*. Para Mahan:

[...] o poder marítimo não é sinônimo de poder naval, pois não compreende apenas o potencial militar que, navegando, domina o oceano ou parte dele pela força das armas, mas, também o comércio e a navegação pacífica que, de um modo, vigoroso e natural, deram nascimento à esquadra e, graças a ela, repousam em segurança. (TOSTA, 1984, p. 38)

Neste sentido, o poder naval seria um dos componentes do poder marítimo. O primeiro é “mais restrito e se manifesta como poder especificamente militar, ao passo que o

¹⁰ Na citação, onde o autor utiliza a sigla GB, leia-se Grã-Bretanha.

poder marítimo é mais abrangente e se concretiza na capacidade política, econômica e militar de uma potência em usar o mar.” (MELLO, 1997 apud VIOLANTE, 2015, p. 227). Para o desenvolvimento do poder marítimo comercial, como ressalta Almeida (2009), o país deveria atender a três aspectos político-econômicos fundamentais, os quais foram classificados como a “trindade mahaiana”. O primeiro deles seria basicamente a produção de bens e a necessidade de troca deles com os demais países; o segundo aspecto é o *shipping*, que em inglês significa a capacidade do país transportar seus bens produzidos por vias marítimas, através de navios mercantes; enquanto que o terceiro e último é a posse de colônias e postos de circulações comerciais e militares, para estabelecerem uma conexão entre a metrópole e seus pontos e rotas comerciais, facilitando o comércio do país. Para Mahan, existe uma relação indissolúvel entre uma marinha de guerra poderosa, uma marinha mercante e a posse de colônias (LOPEZ, 2012).

Tratando-se praticamente do poder naval militar:

[...] desde Hermócrates, há 2.300 anos, os princípios, a natureza e as funções da marinha de guerra são os mesmos, cabendo-lhe a definição dos “pontos de concentração”, “depósitos de munições e suprimentos”, a “comunicação entre esses pontos e a base original”, o “valor militar do comércio” e o modo pelo qual esse “comércio combinado com as operações pode ser conduzido”. (MAHAN apud COSTA, 2008, p. 69)

Para determinar o poder marítimo de um país, em relação ao que poderia facilitar ou dificultar seu desenvolvimento, Mahan atribuiu seis elementos classificados por ele como “elementos do poder marítimo”: a posição geográfica, a conformação física do país, a extensão do território, o tamanho da população, o caráter nacional e o caráter do governo.

Sobre a posição geográfica, em sua visão, os países insulares teriam uma grande vantagem em relação aos países continentais, basicamente por não precisarem defender suas fronteiras por terra, podendo dedicar suas atividades de defesa exclusivamente pelo mar. Mahan faz referência à vantagem da Inglaterra em relação à França e Holanda¹¹, pois, de acordo com o autor, a posição geográfica pode influenciar a concentração ou a dispersão das forças navais de um país (MAHAN, 1987). Sendo assim, enquanto o primeiro poderia facilmente lançar-se às atividades marítimas, tendo uma frota altamente concentrada, a França, ao contrário, além da preocupação de um potencial ataque de países fronteiriços,

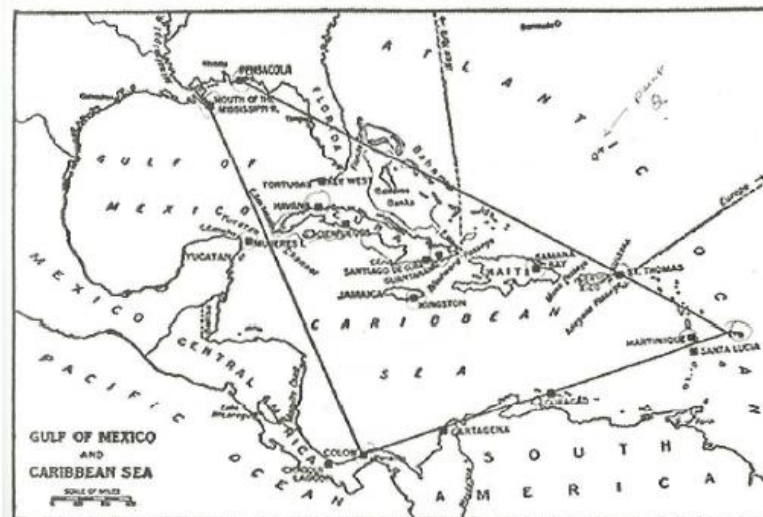
¹¹ Sobre a posição geográfica da Inglaterra, Costa (2008, p. 71) aponta que, “além da sua configuração insular (com portos protegidos) a lhe propiciar ganhos de concentração de sua frota naval, ela conta com um vasto império colonial de apoio de uma marinha mercante altamente desenvolvida. Nesse país, comércio marítimo, domínio colonial e poder naval formariam um todo harmônico, verdadeiro modelo do poder marítimo”.

possuía uma grande desvantagem marítima devido ao fato de seu litoral estar fracionado em duas costas, uma no Oceano Atlântico e outra no Mar Mediterrâneo, o que dividia sua frota naval, sendo que, para estar concentrada, obrigatoriamente, seria necessário um contorno na Península Ibérica, atravessando o estreito de Gibraltar.

Mahan faz uma analogia do caso francês com os EUA, identificando a mesma situação neste país, o qual possui uma costa marítima voltada para o Oceano Atlântico e outra para o Oceano Pacífico. Para suplantar essa fraqueza geográfica, Mahan, então, determina a construção de um canal no Panamá como um imperativo, podendo assim unir mais facilmente as frotas localizadas em ambos os oceanos.

Para atingir esse objetivo, a extensão do poder estadunidense ao Caribe era algo indispensável, o que, de acordo com Mahan, deveria ocorrer a partir de três pontos estratégicos: o controle da boca do Rio Mississippi, a Zona do Canal do Panamá e a Ilha de Santa Lúcia (CARMONA, 2012). Além disso, é importante destacar a presença de Cuba no centro deste triângulo estratégico (ver Figura 1), estendendo a esse país um papel fundamental para a manutenção da hegemonia naval dos EUA na região.

Figura 1: Triângulo estratégico no Caribe de acordo com Mahan



Fonte: Carmona (2012)

Para Costa (2008, p. 72), o domínio do Caribe seria essencial para manter o poder estadunidense sobre o Canal do Panamá, pois “a abertura de um canal na região poderia provocar o interesse de outras nações e uma disputa por seu controle”. Além disso, “se algum adversário adquirisse essas importantes posições estratégicas, a segurança naval dos EUA

estaria seriamente ameaçada. Esse adversário obterá uma posição central em relação aos EUA” (ALMEIDA, 2009, p. 182).

Ainda em Costa (2008), Mahan estava ciente da posição na qual se encontravam os EUA para o equilíbrio de poder tanto na América como no mundo, e isso deveria vir acompanhado de um forte desenvolvimento militar, em outras palavras, “este país deveria transformar seu potencial econômico, territorial e marítimo em poder estratégico” (COSTA, 2008, p. 72).

Ao analisar a conformação física, Mahan chama a atenção para o acesso do interior do país até seu litoral através de rios navegáveis, em especial para o escoamento de produtos, porém, de nada adiantaria uma fácil conexão com seu litoral se ele não possuísse um bom número de portos; para Mahan, o número e a profundidade desses portos eram essenciais para o desenvolvimento do poder marítimo.

Em sua visão, um país com um vasto litoral, mas desprovido de portos, é um país sem comércio marítimo, sem transporte e sem marinha (MAHAN, 1987). Ao mesmo tempo, Mahan considera que, se esses portos e vias de conexão com a parte interna do país não fossem defendidos com uma esquadra militar, isso poderia se tornar uma fraqueza em caso de guerra (MAHAN, 1987). Como alguns exemplos, o autor cita um episódio ocorrido em 1667, quando estava em curso a Segunda Guerra Anglo-Holandesa, e uma força batava adentrou a Inglaterra através do Rio Tâmesa conseguindo ameaçar sua capital. Outro exemplo utilizado pelo autor ocorreu durante Guerra de Secessão, quando a deficiente defesa da força naval confederada da boca do rio Mississipi terminou por permitir o bloqueio dessa região por parte da esquadra da União.

Sendo assim, “a situação dos EUA também preocupava Mahan que afirmou que ao final do século XIX as riquezas do interior fizeram os norte-americanos se desviarem do mar e se dirigirem para as grandes planícies e para uma grande corrida ao oeste” (ALMEIDA, 2009, p. 165). Esse descaso em relação ao mar poderia trazer graves consequências para o país. Nesse sentido, Mahan:

[...] reconhece que a posição dos Estados Unidos encontra-se evidentemente inferiorizada em relação às demais potências marítimas. Os Estados Unidos não possuem um poder “defensivo” que lhe permita fazer frente a qualquer ameaça. Possuem apenas potencialidades. Sua maior fragilidade encontra-se justamente na relação “não orgânica” da população com o mar [...]. (COSTA, 2008, p. 73)

O terceiro elemento – e o último de caráter geográfico – estava baseado no tamanho do território do país. Mahan apontava que não era a extensão territorial em milhas quadradas o que importava, mas o tamanho do litoral de um país e o caráter de seus portos. Isso poderia se tornar uma vantagem ou desvantagem de acordo com o tamanho da população (MAHAN, 1987).

Desta maneira, o terceiro elemento estava diretamente relacionado ao quarto elemento considerado por Mahan: o tamanho da população. Um vasto litoral despovoado se transformava em uma fraqueza e, assim como o terceiro elemento, o que era classificado pelo autor de extrema importância não era a população absoluta de um país, mas aquela diretamente voltada (ou prontamente disponível) às atividades marítimas (MAHAN, 1987).

Nesse mister, Mahan utilizava o exemplo da Confederação na Guerra de Secessão dos EUA. Apesar de possuir uma longa costa marítima com excelentes portos, a Confederação não possuía uma população grande o bastante para guarnecer os seus navios de combate, nem um poder marítimo forte o suficiente para desafiar a União, assim a extensão territorial lhe era desfavorável. (ALMEIDA, 2009, p. 166)

Para Mahan, os EUA possuíam uma enorme deficiência em relação a esse elemento, visto que a expansão para o oeste tinha tornado a natureza de sua população mais voltada para o interior do território do que para a costa marítima.

O quinto elemento, o caráter nacional, estava voltado para a aptidão natural de um povo em relação às atividades marítimas. Em sua visão, todo povo buscava, por sua própria natureza, a obtenção ou o acúmulo de riquezas, mas o sucesso nesse objetivo se relacionava ao modo como isso deveria ser realizado, e isso era definido pelo caráter nacional.

Ao analisar as teses de Mahan, Violante (2015, p. 243) expõe que “quanto mais uma população estiver ligada ao comércio, mais buscará ganhos materiais além do território nacional, impulsionando, por conseguinte, seu poder marítimo e naval”. Sendo assim, Mahan analisou os modelos adotados por cada nação para acumular suas riquezas, e, como foi demonstrado na “trindade mahaiana”, a produção é a base para construção da riqueza nacional, juntamente com o comércio dos bens produzidos, questão não adotada por alguns países que se ocuparam apenas do metalismo.

Para exemplificar essa questão, Mahan buscou embasamento nas potências marítimas do século XVI, Espanha e Portugal, “para mostrar que a exploração baseada simplesmente na ‘caça à riqueza imediata’, como a exploração de ouro e prata, é efêmera e de pouco efeito quando não articulada a outras atividades econômicas, principalmente a

indústria” (COSTA, 2008, p. 74). Sendo assim, a avareza criada por ambos os países, ao invés de levar ao desenvolvimento, acabou levando à decadência de seu poder marítimo.

Em contrapartida, os ingleses e holandeses eram vistos por Mahan como homens de negócios, com aptidões que naturalmente os levariam às atividades relacionadas ao mar, pois, de acordo com Costa, diferentemente dos países Ibéricos, os britânicos e os batavos:

[...] souberam articular corretamente suas potencialidades e atividades internas e externas de um modo efetivo, não se limitando apenas a extrair riquezas, mas produzindo-as e comercializando-as pelo mundo. Além disso, souberam aproveitar suas potencialidades marítimas, instalando seus portos avançados (principalmente a Inglaterra), atingindo os principais portos das nações civilizadas, ou mesmo do chamado mundo colonial, aí incluídos os protetorados ocidentais. Quanto mais crescia o seu comércio marítimo, mais se desenvolviam internamente: essa era a chave de sua verdadeira riqueza e de seu poder marítimo. (COSTA, 2008, p. 74)

Consequentemente, com o desenvolvimento do comércio marítimo, torna-se necessária a produção de navios militares para repelir ataques de potenciais adversários ou inimigos. Sendo assim, um país com uma marinha mercante de grande poder resultava em uma marinha de guerra fortemente estruturada e armada para a sua proteção. Nesse sentido, o caráter nacional para o comércio era um fator determinante para o desenvolvimento de um poder marítimo efetivo.

Outra questão para a qual Mahan chama a atenção em referência ao caráter nacional diz respeito basicamente à relação entre a metrópole e suas colônias, pois:

O modo como as colônias eram percebidas, também, influenciou o comércio marítimo. Para ele o colonizador de sucesso por excelência foi o inglês, com um caráter nacional relevante. Os colonos ingleses não apenas enviavam bens para a metrópole, mas preocupavam-se, fundamentalmente, com o desenvolvimento da própria colônia. Houve, assim, uma simbiose entre a metrópole e a colônia. Uma dependia da outra. O colono inglês queria permanecer na colônia e desenvolvê-la e não apenas explorá-la e retornar à metrópole. A colônia passava a ser uma extensão do Império com toda a sua importância e nesse ponto os holandeses falharam e se distanciaram dos ingleses. Embora fossem empreendedores, os holandeses não tiveram a longevidade colonial nem o vigor comercial dos ingleses. (ALMEIDA, 2009, p. 170)

Sobre a questão das colônias, Carmona (2012, p. 34) afirma que Mahan estaria se referindo diretamente à colonização dos EUA – ou poderia ter cometido um equívoco –, pois, como lembra o autor, “não consta que as colônias inglesas no Caribe ou a então Guiana

inglesa ao norte da América do Sul tenha tido sorte diferente dos países colonizados por Espanha e Portugal, no tocante ao desenvolvimento relativo”.

Enfim, “Mahan acreditava que seus compatriotas tinham a mesma índole comercial dos ingleses e caso tivessem os mesmos incentivos que seus primos tiveram poderiam desenvolver o seu comércio e por consequência o seu poder marítimo” (ALMEIDA, 2009, p. 170).

Por fim, o sexto e último elemento do poder marítimo definido por Mahan, o caráter do governo, foi classificado por Violante (2015) como a chave dos seis elementos, pois estava diretamente ligado à consistência do interesse nacional. O que Mahan queria dizer era que “o Estado deveria ter a capacidade de formar homens públicos em prol de seus interesses nacionais (estadistas). A canalização da política para a fomentação do poder naval deveria ser a principal preocupação do governo” (VIOLANTE, 2015, p. 235). Entre os diversos exemplos explanados em sua obra, Mahan cita “a Inglaterra com seus diferentes governantes. As políticas navais adotadas pelos governos desde Elizabete I criaram uma mentalidade naval que se espalhava até os mais jovens comandantes navais ingleses do período” (ALMEIDA, 2009, p. 171).

Em sua visão, os governos deveriam seguir duas condutas distintas, porém complementares, uma em caso de paz e outra, de guerra. A primeira consistia basicamente em desenvolver sua indústria e transportar, através do mar, os bens produzidos, além de garantir a formação de uma marinha de guerra para proteger a marinha mercante. No segundo caso, uma marinha de guerra vigorosa deveria ser a prioridade, compatível com o tamanho do comércio marítimo e com os interesses nacionais. Assim como em relação ao tamanho da marinha de guerra, Mahan delega uma grande importância às instituições do governo, que, em tempos de conflitos, deveriam providenciar um relevante contingente de reserva tanto de homens como de navios. Mahan acredita que essa marinha de guerra deveria estar apoiada em bases e estações navais localizadas em locais distantes do território nacional (MAHAN, 1987).

Ainda sobre a questão da marinha de guerra, é importante destacar o pensamento de Mahan em relação a sua estratégia ofensiva. Em sua visão, a melhor defesa seria o ataque, levando o conflito o mais longe possível do seu próprio território. Nos termos do autor:

A palavra defesa envolve duas ideias (...) Há a defesa pura e simples que envolve a preparação a espera de um ataque. Pode-se chamá-la de defesa passiva. Por outro lado, há a defesa (...) melhor assegurada pelo ataque ao inimigo. O primeiro método é exemplificado pelas fortificações estacionárias, minas submarinas e geralmente, todos os elementos imóveis destinados simplesmente a parar o inimigo se ele tentar penetrar. O segundo

método compreende todos os meios e armamentos com os quais não se espera pelo ataque, mas que encontram a frota inimiga, quer ela esteja a poucas milhas, quer em suas próprias águas. Tal defesa pode parecer uma guerra ofensiva, mas não é; ela torna-se ofensiva apenas quando seus objetivos de ataque são mudados de uma frota inimiga para um país inimigo. (MAHAN, 1984, p. 67 apud CARMONA, 2012, p. 37)

Embora os EUA estivessem relativamente longe geograficamente das potências mundiais, Mahan ressalta que isso não se trata basicamente de um privilégio, mas uma fraqueza se negligenciada a defesa de seus portos e litorais. Por isso, a necessidade de uma poderosa frota militar, sobretudo para proteger o proposto Canal do Panamá, que, sob seu olhar, atrairia demais países interessados no domínio da região.

Ainda:

[...] disse Mahan que uma Marinha de Guerra era essencialmente uma força armada que tinha na mobilidade sua principal qualidade. Quanto mais afastados os interesses sujeitos ao ataque de um adversário, mais necessária se fazia uma Marinha de Guerra Poderosa. Para isto, “era necessário aumentar a mobilidade de força e com isso, avultava a necessidade da aquisição de bases em diversas partes do mundo onde os “interesses nacionais” se fizessem contrariados, de modo a permitir a ação ofensiva “instantaneamente”. (ALMEIDA, 2010, p. 170 apud CARMONA, 2012, p. 39)

Essa questão se torna mais clara ao estabelecer uma relação com a política externa atual dos EUA quanto as suas frotas navais regionalizadas nos oceanos, assim como suas inúmeras bases militares espalhadas pelo planeta que acabam por servir de ponto de apoio às suas ações. Esses são fatores pontuais que serão discutidos nos próximos capítulos, especialmente em referência ao poder global dos EUA no cenário internacional contemporâneo.

As ideias centrais de Mahan, autor conhecido como o profeta do poder marítimo, seriam sucintamente resumidas em três pontos: “I- demonstrar a importância que o mar tinha para o desenvolvimento das nações; II- compreender os princípios que governavam a guerra do mar desde a antiguidade; e III- despertar na classe política dos EUA a centralidade das políticas navais para o seu desenvolvimento” (VIOLANTE, 2015, p. 227).

1.2.2 Halford Mackinder e a teoria do Poder Terrestre

A Inglaterra dominou os mares do século XVIII até as primeiras décadas do século XX, impondo por longo período sua forma de liberalismo através de acordos

comerciais e da ameaça das canhoneiras¹². Desde a repressão ao tráfico internacional de escravos até a construção do Canal de Suez, era o interesse nacional inglês que se fazia de forma onipresente e onisciente.

No continente europeu, a França foi a eterna rival do projeto expansionista britânico, sem nunca, entretanto, ter conseguido a vitória, mesmo no auge da era napoleônica. Mas a supremacia britânica era apenas naval e assim a Inglaterra teve que aceitar certo equilíbrio de poder regional com a França, algo talvez facilitado pela agenda global de interesses da diplomacia e do empresariado londrino, que se encontrava demasiado ocupado na expansão econômica e militar pelo resto do mundo.

Paradoxalmente, seria uma ex-colônia britânica quem ousaria desafiar essa supremacia global. Os Estados Unidos alcançaram sua autonomia na Guerra da Independência (1776-1783) e, a partir disso, experimentaram uma expansão econômica acelerada, decorrente da aplicação combinada de políticas protecionistas (a teoria da indústria infante) e de certa dose de livre comércio. A ascensão estadunidense modificaria irreversivelmente o equilíbrio de poder mundial, ainda que sua expansão estivesse, em um primeiro momento, limitada ao Caribe e a regiões mais afastadas da Ásia, consideradas áreas insulares de menor peso na estratégia hegemônica britânica¹³.

O impasse francês na Europa e a emancipação estadunidense na América indicavam que a supremacia naval britânica poderia ser, afinal, neutralizada por meio de guerras desenroladas em áreas continentais interiores. Assim, a emergência de novos poderes terrestres desafiantes parecia apenas questão de tempo. A Grande Rússia ainda adormecia, mas a emergência da Alemanha como potência industrial e militar representava essa nova ameaça.

Naquele contexto, o geógrafo e geopolítico britânico Halford John Mackinder (1861-1947) ministra impactante conferência denominada “*The Geographical Pivot of History*”, em 25 de janeiro de 1904, na *Royal Geographical Society*. No mesmo ano, o

¹² Mesmo a história de um país até então totalmente periférico como o Brasil registra episódios de intervenção da esquadra de guerra britânica. A proibição inglesa ao tráfico internacional de escravos e a recusa do governo imperial brasileiro em se desculpar e pagar indenização pelo saque a um navio mercante de bandeira britânica naufragado em águas territoriais brasileiras ocasionaram um tensionamento diplomático entre os dois países que ficaria conhecido por Questão Christie. Por essa razão, em abril de 1862, uma canhoneira britânica ameaçou bombardear a cidade portuária de Rio Grande; e oito meses depois, uma esquadra de guerra britânica bloqueou o porto do Rio de Janeiro e apreendeu cinco navios ali aportados, exigindo do governo brasileiro o pagamento de indenização de 3,2 mil libras esterlinas.

¹³ Na maior parte do século XIX, o envolvimento militar dos Estados Unidos estava limitado à América Latina, considerada sua “área de influência imediata”, onde intervenções preventivas se tornaram práticas comuns e justificadas com a Doutrina Monroe (1823). É com a Guerra Hispano-Americana (1898) que os interesses estadunidenses se projetam também para o Caribe e Pacífico.

Geographical Journal publica sua tese do pivô geográfico, classificado pelo geopolítico alemão Karl Haushofer como “uma obra-prima geopolítica”.

Mackinder compreendia que o cenário mundial vivido na época, classificada por ele como era colombiana¹⁴, estava representado por mundo “fechado”, no qual os surtos expansionistas das grandes potências haviam terminado. Sendo assim, não havia mais continentes para descobrir e oceanos para explorar. Esse período é, então, denominado de “Era pós-Colombiana”.

De agora em diante, na era pós-colombiana, novamente nos defrontaremos com um sistema político fechado e, o que não tem menos importância, a sua esfera de ação seria o mundo inteiro. Todas as explosões de forças sociais que se produzam, em vez de dissiparem num circuito circunvizinho de espaço desconhecido no qual dominam a barbárie e o caos, serão fielmente refletidas desde os mais distantes rincões do globo e, devido a isso, os elementos débeis do organismo político e econômico do mundo serão destruídos. (MACKINDER, 1962, p. 242 apud MELLO, 1999, p. 30)

O geógrafo britânico descrevia o mundo a partir de apenas um oceano, denominado por ele de *Great Ocean*, o qual recobria 3/4 do espaço terrestre. Em relação às terras emersas, a África, Europa e Ásia correspondiam a apenas um continente, classificado por Mackinder como *World Island*, enquanto que a América e a Oceania seriam enquadradas na perspectiva de ilhas-continentes menores que circundavam a grande ilha mundial.

Para Mackinder, haveria uma rivalidade irreconciliável entre os polos de poder marítimo e terrestre ao longo da história mundial¹⁵. Esse antagonismo essencialmente geopolítico deveria sustentar também a política britânica de contenção dos poderes terrestres russo e alemão. Na tradicional Projeção de Mercator, a Europa aparecia como centro geográfico do planeta, mas Mackinder deslocava esse centro para o que denominava Área Pivô, representada pelo núcleo da massa terrestre eurasiática, conforme ilustrado na Figura 2, abaixo.

¹⁴ O termo *Era Colombiana* é utilizado pelo autor como referência à Era dos Descobrimentos, também chamada de Era das Grandes Navegações.

¹⁵ Os casos históricos estudados por H. Mackinder foram as guerras greco-pérsicas, na Antiguidade (poder naval grego contra poder terrestre persa), e a Guerra dos Sete Anos, na Idade Moderna (poder naval inglês contra poder terrestre francês).

Figura 2: O mundo segundo Mackinder



Fonte: Mello(1999)

O mapa-múndi mackinderiano traz a Área Pivô envolta por dois grandes arcos. O primeiro é o Crescente Interno e corresponde ao espaço natural de expansão do poder terrestre, desejando projetar-se também enquanto poder anfíbio, e, por consequência, deve representar a primeira linha de contenção do poder marítimo. À época, as principais nações contidas nesse arco eram o império alemão, austro-húngaro e turco-otomano, mais a Índia (então colônia inglesa) e a fragmentada China. Já o segundo arco é o Crescente Externo, que corresponde à área de domínio do poder marítimo, abrigando as grandes potências econômicas e militares da Inglaterra, dos Estados Unidos e do Japão, além dos domínios britânicos do Canadá, da África do Sul e da Austrália.

Os antagonismos geopolíticos entre esses dois arcos se encontraram mortalmente na Primeira Guerra Mundial. Comportando-se como previsto no esquema geoestratégico mackinderiano, o poder naval britânico (com apoio dos Estados Unidos) conseguiu deter o avanço da aliança do poder terrestre entre Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia Otomana.

Do ponto de vista de Mackinder, essa zona pivô, dominada por um Estado pivô, no caso o Império Russo, tem condições de expandir o seu poder em escala mundial [...]. Ele chega a vislumbrar até mesmo a possibilidade de vir a constituir-se o que chama de um “império do mundo”, caso um dia a Rússia viesse a estabelecer uma aliança com a Alemanha. Em suma, preocupava-o o modo pelo qual o “poder terrestre” poderia desestabilizar o equilíbrio mundial do poder, até então repartido e hegemônico por potências – especialmente a Inglaterra – que centravam a sua estratégia no domínio dos oceanos e da periferia do “coração continental”. (COSTA, 2008, p. 82)

Na concepção geoestratégica mackinderiana, a hegemonia do poder marítimo atlântico dependia do enfraquecimento dos poderes terrestres da Eurásia, em especial de uma possível aliança entre o gigante territorial da Área Pivô, a Rússia, com o país mais industrializado do centro da Europa, a Alemanha. Essa tarefa ficou clara quando Mackinder assumiu cargo no campo diplomático no período entreguerras. O “cordão sanitário” mackinderiano criou uma série de Estados-tampões, com a única função de isolar a Alemanha e a Rússia. Os territórios do “cordão sanitário” foram desmembrados dos quatro grandes impérios ruídos da Primeira Guerra Mundial: o russo (que havia sido enfraquecido por sua revolução interna e pela guerra contra a Alemanha), o austro-húngaro, o turco e o alemão. Aos sete países que compunham a zona de contenção da proposta de Mackinder – Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, Romênia e Grécia –, somaram-se, pouco depois, os Estados Bálticos (entre 1918 e 1940) e a Finlândia.

O conceito de Área Pivô foi reelaborado por Mackinder no livro *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*, de 1919, quando passa a ser denominado de *Heartland*. Em suma, o “*Heartland* não tinha limites geográficos rigorosamente demarcados sobre o mapa e sua extensão era ainda maior que a abarcada na *Pivot Area*” (MELLO, 1999, p. 55). Para Costa (2008, p. 87), novos territórios foram introduzidos no coração continental, sendo adicionados “o mar Báltico, o trecho navegável do Baixo e Médio Danúbio, o mar Negro, a Ásia Menor, a Armênia, a Pérsia, o Tibete e a Mongólia”. Na obra, Mackinder reafirma que os fenômenos geopolíticos se desenrolaram a partir dos conflitos travados entre o *Heartland* e o crescente ao seu redor, como denota sua célebre frase: “*Quem domina a Europa Oriental controla o Heartland; quem domina o Heartland controla a World Island; quem domina a World Island controla o mundo*” (apud MELLO, 1999, p. 56).

Para entender essa mudança conceitual-estratégica de Mackinder é preciso ter em mente que o crescimento do poder econômico e militar alemão no período que antecede a Segunda Guerra Mundial voltava a assombrar a Europa a partir de sua clara pretensão

expansionista e hegemônica. Em paralelo, a revolução comunista russa resultara num poder de planejamento econômico centralizado, tornando realidade o receio ocidental do despertar da Grande Rússia cristalizado na expandida União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Portanto, com a definição histórica do eixo Berlim-Moscú como principal ameaça geopolítica partindo do núcleo terrestre eurasiático na direção do Atlântico, Mackinder pôde localizar com precisão, em seu mapa mundi geoestratégico, o *Heartland*. Seu temor era que se esses dois países desenvolvessem um poder anfíbio e lançassem-se aos mares a partir da construção de uma ampla frota marítima:

Respaldada pela retaguarda continental, essa esquadra poderia atravessar os estreitos, chegar ao mar do Norte e ao Mediterrâneo e apossar-se das linhas de comunicação que ligavam a Inglaterra ao seu império colonial. Isso levaria ao declínio do poder marítimo britânico e à satelitização das Ilhas Britânicas pelo poder terrestre dominante na Eurásia. (MELLO, 1999, p. 56)

Mesmo com a criação do cordão sanitário por Mackinder, isso não impediu a eclosão da Segunda Guerra Mundial, iniciada pela ofensiva expansionista alemã. Alemanha e URSS assinaram, em 1939, protocolos secretos conhecidos como Pacto de Não Agressão, resultando na divisão da Polônia entre os dois países, assim como na permissão de anexação futura dos Estados Bálticos pela URSS. Mas, dois anos depois, o pacto diplomático entre Berlim e Moscú foi “jogado aos ares” com a invasão nazista ao território russo, alterando o perfil do conflito. Pode-se dizer que:

Até 1941, a guerra desenrolou-se segundo o clássico molde de uma confrontação entre o poder terrestre e o poder marítimo: os alemães dominando a Europa, mas incapazes de dobrar a potência insular; os ingleses encastelados em sua ilha, mas sem condições de levar a guerra ao continente. (MELLO, 1999, p. 59)

Os Estados Unidos souberam aproveitar essa divisão entre os poderes terrestres eurasiáticos ao fornecerem armamento aos russos, que assim puderam proceder à reconquista dos territórios invadidos e atacar a própria Alemanha a partir do Leste. E, com a aliada Inglaterra enfraquecida, os Estados Unidos puderam assumir o papel de mais importante potência naval do mundo, inclusive derrotando o poder naval nipônico no Pacífico.

As grandes mudanças do cenário internacional, vislumbradas desde a fase final da guerra, não passaram despercebidas para Mackinder. No artigo “*The round world and the winning of the peace*”, de 1943, o autor elabora um novo cenário para o futuro mundial que anunciava uma ordem bipolar em virtude da ascensão soviética.

Consideradas todas as coisas, é inevitável a conclusão de que a União Soviética, se emerge desta guerra como conquistadora da Alemanha, deve ser classificada como a primeira potência do globo. Será, ademais, a potência colocada estrategicamente na posição mais vantajosa do ponto de vista defensivo. O *Heartland* é a maior fortaleza natural do planeta. Pela primeira vez na história está guarnecido por uma força suficiente tanto em número como em qualidade. (MACKINDER, 1962, p. 272-273 apud MELLO, 1999, p. 63)

A nova ameaça ao poder hegemônico atlantista emergia da ideologia socialista da União Soviética e sua tutela militar sobre os países ocupados do Leste Europeu, representando uma reorganização centralizada e planejada do território do *Heartland* eurasiático. O novo *Heartland* era muito menor que a Área Pivô, passando de 23 para 13 milhões de km². Com essa nova configuração geopolítica do mundo, o geógrafo britânico termina por criar um último conceito, o *Midland Ocean*, mais precisamente a porção norte do oceano Atlântico. Portanto, a partir dessa nova visão de mundo, o cenário bipolar e as tensões mundiais se encontrariam entre a potência terrestre do *Heartland*, referindo-se claramente à URSS, e a potência marítima do *Midland Ocean*, referindo-se aos Estados Unidos.

1.2.3 Karl Haushofer e a *Geopolitik* alemã: a geopolítica como ciência da guerra e o início de seu ostracismo

Ao analisar a tese desenvolvida pelo general alemão Karl Haushofer, é imprescindível, antes de tudo, recapitular brevemente a questão alemã do século XIX, um país em processo de unificação tardia (iniciada em 1871) e que chegara atrasado à disputa pela obtenção de colônias, afastado, portanto, do equilíbrio de poder europeu. Os implícitos sentimentos de inferioridade e de não realização de seu destino manifesto mexeram com o orgulho e o brio do povo alemão, jogando a Alemanha em duas guerras mundiais.

Como afirma Moniz Bandeira (2010a), após a unificação alemã sob o governo do Reich, foi uniformizada a legislação industrial, adotada uma moeda única e unificados o sistema de pesos e medidas, e, por fim, foram instituídas tarifas aduaneiras com o objetivo de proteção do mercado interno.

O domínio sobre a região de Alsácia e Lorena, área dotada de riqueza mineral, em especial minério de ferro, e a indenização paga pelos franceses após a Batalha de Sedan (1870) contribuíram para o desenvolvimento industrial alemão. A construção de sua rede

ferroviária, em 1974, contribuiu para a expansão de seu mercado e colocou a Alemanha em outro patamar no capitalismo mundial: “Cerca de 25 anos depois, em 1900, a Alemanha tornar-se-ia a segunda potência industrial do mundo, suplantada apenas pelos EUA” (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 49).

O surgimento da Alemanha como potência industrial e fortemente armada está entre os principais fatores que desenrolaram a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Seria um tanto reducionista alegar que esse conflito se iniciou apenas pelo ideal alemão de expansão de poder, mas, com toda a certeza, esta questão está entre os motivos que incutiram, nos demais países europeus, certo grau de insegurança.

Tal mudança de contexto não teria tanta importância se um país não tivesse adquirido força econômica e militar necessária para questionar o *status quo*. Afinal, Portugal ou a Bulgária, por exemplo, podiam se sentir injustiçados no mundo e desejar ardentemente mais colônias ou espaço na Europa, mas não tinham poder para mudar as coisas, portanto não teriam potencial para levar a Europa à guerra. O problema é que tal país insatisfeito e poderoso surgiu: a Alemanha. (BERTONHA, 2011, p. 36)

Ainda em Bertonha (2011), o crescimento alemão foi o ponto culminante para a determinação dos blocos de aliança da Primeira Grande Guerra, fato que fez países como Inglaterra e França esquecerem suas rivalidades históricas para lutarem por um objetivo comum: a contenção de Berlim e evitar mudança do *status quo* europeu. Após a derrota da Tríplice Aliança representada pela Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia Otomana, os vencedores da guerra logo trataram de vedar o poderio alemão através de um acordo assinado na cidade de Versalhes em 1919 (Tratado de Versalhes).

Com esse tratado, a Alemanha declarava sua rendição diante dos vencedores do conflito, atendendo as exigências dos países vencedores. O objetivo das potências europeias e dos EUA estava no sepultamento da Alemanha como potência, buscando diminuir seu poder e humilhá-la diante do mundo ao lhe atribuir a responsabilidade única pela guerra. Para evidenciar isso, vejamos:

O sistema econômico alemão existente antes da guerra dependia de três fatores principais: 1) o comércio ultramarino representado pela sua marinha mercante, suas colônias, seus investimentos estrangeiros, suas exportações, e as ligações dos seus comerciantes com o exterior; 2) a exploração do seu ferro e carvão, e as indústrias baseadas nesses produtos; 3) seu sistema de transporte e suas tarifas. Deles, o primeiro era certamente o mais vulnerável, embora não o menos importante. Ora, o Tratado busca a destruição sistemática de todos os três, mas principalmente dos dois primeiros. (KEYNES, 2002, p. 43)

Com o sepultamento econômico, veio ainda o recorte territorial da Alemanha, que perdeu uma vasta porção conquistada, assim como o poder sobre suas colônias. Entre as demais exigências, estavam também os elevados valores a serem pagos como indenizações aos países vitoriosos, uma forte redução de seu poder militar e o fim de sua soberania em áreas estratégicas.

Como lembra Richard (1988 apud COSTA, 2008), o governo alemão instaurado no pós-guerra, conhecido como República de Weimar, nasceu frágil e envolto em diversas contradições. Nesse período, o nacionalismo começou a tomar conta do imaginário do povo alemão, um país antes cotado como uma potência mundial, agora mutilado territorialmente, com uma economia e setores sociais em decadência e sem autonomia para exercer seus objetivos. Isso tudo ampliou o sentimento de revolta na sociedade alemã, fortalecendo, sobretudo, uma gama de políticos conservadores, entre eles aqueles que sustentavam o sonho de uma grande Alemanha:

O rápido colapso da Alemanha em outubro de 1918, quando seus exércitos ainda controlavam a Europa, desde a Bélgica até a Ucrânia, foi um grande choque para as forças nacionalistas de direita, que tendiam a culpar uma “traição” interna pela rendição humilhante. Quando as condições do acordo de Paris provocaram humilhação ainda maior, grande número de alemães denunciaram tanto o “tratado escravo” como os políticos democráticos de Weimar, que concordaram com tais condições. A questão das indenizações e a hiperinflação correlata de 1923 encheram o cálice de descontentamento alemão. (KENNEDY, 1989, p. 279 apud COSTA, 2008, p. 116)

Em meio a esse cenário de mistura de sentimento nacionalista com a insatisfação quanto à humilhação alemã, surge o nome de um personagem que tenderia a ser uma peça fundamental para mudar drasticamente essa situação, assim como entraria também para a história da geopolítica, o general e geógrafo alemão Karl Haushofer. Ele é acusado de utilizar a geopolítica para fins expansionistas e, a partir dela, servir diretamente à campanha nazista de Adolf Hitler. Após a Segunda Guerra Mundial, a geopolítica entraria em um ostracismo graças a ele.

Embora muitos analistas cheguem à conclusão de que Hitler se inspirou em grande parte nos escritos de Haushofer para a formulação do 3º *Reich* e embora ambos tivessem contato, não existem fontes que comprovem que o general alemão compartilhasse da ideologia nazista, até porque sua esposa era de origem judia e seu filho foi assassinado pela Gestapo acusado de conspiração numa tentativa de atentado a Hitler (COSTA, 2008).

Em 1941, um artigo da prestigiosa *The Reader's Digest* com o título de “*Los mil científicos que hay detrás de Hitler*” aponta que:

Haushofer e seu Instituto de Munique, com seus milhares de cientistas, técnicos e espões, são quase desconhecidos para o público, até mesmo no Terceiro Reich. Mas suas ideias, suas cartas geográficas, mapas, estatísticas, informação e planos têm ditado os movimentos de Hitler desde o início [...] O Instituto de Haushofer não é um mero instrumento a serviço de Hitler. É exatamente o contrário. O Dr. Haushofer e seus homens dominam o pensamento de Hitler. (THE READER'S DIGEST, 1941 apud WEIGERT, 1943, p. 19, tradução nossa)¹⁶

Segundo Weigert (1943), o Coronel Beukema, professor de geopolítica e estudos estratégicos de West Point, afirma que “[...] a história dará mais importância a Karl Haushofer, profeta da geopolítica alemã, que a Adolf Hitler, porque os estudos de Haushofer tornaram possíveis as vitórias de Hitler na política do poder e na guerra” (WEIGERT, 1943, p. 21-22, tradução nossa)¹⁷.

Haushofer era natural da Baviera e iniciou sua carreira militar em 1889. É importante destacar sua missão diplomática no Japão, onde desenvolveria seu interesse pelos estudos geopolíticos a partir daquele país. Mais tarde, desses estudos surgiria um trabalho pioneiro sobre as ideias de uma coalizão nipo-germânica, integrando também a Rússia (URSS). Haushofer chegou a participar da Primeira Guerra Mundial, aposentando-se da carreira militar após o fim do conflito e, partir dali, passou a se dedicar à vida de geógrafo, sendo aceito no Instituto de Geografia de Munique. Seu reconhecimento começou a decolar desde então, tendo ministrado aulas e conferências e publicado os mais variados artigos sobre geopolítica, construindo, assim, seu *status* como intelectual (COSTA, 2008).

Haushofer publicou grande parte de seus escritos na *Revista de Geopolítica*, criada em 1924 e da qual participavam como editores o general alemão e sua equipe, formada por Erich Obst, Hermann Lautensach, Fritz Termer, Otto Maull, Kurt Vowinckel e Albrecht, dentre outros: “A distribuição da Revista foi bastante ampla, sobretudo nos países onde

¹⁶ “Haushofer y su Instituto de Munich com su millar de científicos, técnicos y espías, son casi desconocidos para el público, incluso en el Tercer Reich. Pero sus ideas, sus cartas geográficas, mapas, estadísticas, información y planos han dictado los movimientos de Hitler desde el comienzo mismo [...] El Instituto de Haushofer no es um mero instrumento al servicio de Hitler. Es exactamente lo contrario. El Dr. Haushofer y sus hombres dominan el pensamiento de Hitler” (THE READER'S DIGEST, 1941 apud WEIGERT, 1943, p. 19).

¹⁷ “[...] la historia dará más importancia a Karl Haushofer, profeta de la geopolítica alemana, que a Adolfo Hitler, porque los estudios de Haushofer hicieron posibles las victorias de Hitler en la política de poder y en la guerra” (WEIGERT, 1943, p. 21-22).

Haushofer possuía contatos pessoais, como o Japão e os países anglo-saxões” (SILVA, 2003, p. 11).

As visões geopolíticas desenvolvidas por Haushofer estavam embasadas nos conceitos de Ratzel, em especial o de *Lebensraum* (Espaço Vital), e também nas ideias de Kjéllen, como a visão do Estado como um organismo biológico (ideia que se iniciou em Ratzel e depois foi adotada por Kjéllen) e o conceito de autarquia, o qual trouxe um ponto de vista complementar ao *Lebensraum*, ao passo que significava um amplo espaço que garantia a autossuficiência de um país na aquisição de produtos e matérias-primas para alcançar sua modernização industrial rumo à prosperidade (O’LOUGHLIN; WUSTEN, 1990).

A busca pela recuperação do “espaço vital” da Alemanha estava nítida nas concepções teóricas de Haushofer. Para ele, o *Lebensraum* era definido “como o direito e o dever de uma nação de fornecer o espaço e os recursos necessários para seu povo” (GÖKMEN, 2010, p. 36, tradução nossa)¹⁸ e, para alcançá-lo, o meio necessário seria a expansão territorial por qualquer via que fosse possível.

Também é possível identificar alguns conceitos mackinderianos com pequenas mudanças na geopolítica alemã, chamada também de *Geopolitik*. A teoria do *Heartland* de Halford Mackinder aparece em Haushofer travestida por uma visão de mundo germânica em contrapartida à visão de mundo inglesa. Mackinder é citado com grande frequência pelo geógrafo e militar alemão, como já afirmado nesta pesquisa, sendo que o general classifica a tese do geógrafo britânico como uma “obra-prima” geopolítica, embora cada um deles tivesse do país do outro a visão de antagonista a seus interesses. Por isso, lembra Weigert (1943), Haushofer, quando se referia a Mackinder, ressaltava que “era preciso aprender com o inimigo”.

Para recuperar a condição de potência europeia no centro do continente e, assim, garantir a hegemonia sobre o *Heartland*, Haushofer defendia uma ampla aliança entre os poderes terrestres da Alemanha e URSS, somada ao poder naval japonês.

De acordo com Mello (1999, p. 78), “uma coalizão russo-germânica engendraria as condições necessárias para o desenvolvimento de um poder anfíbio continental-oceânico capaz de arrebatar das potências insulares a preponderância mundial”. E ainda:

Haushofer via na Rússia bolchevista o aliado geopolítico natural, que serviria de ponte ou elo de ligação entre a Alemanha e os povos asiáticos da região indo-pacífica, cujo inimigo comum eram o colonialismo e o poder

¹⁸ “[...] as a nation’s right and duty to provide necessary space and resources for its people” (GÖKMEN, 2010, p. 36).

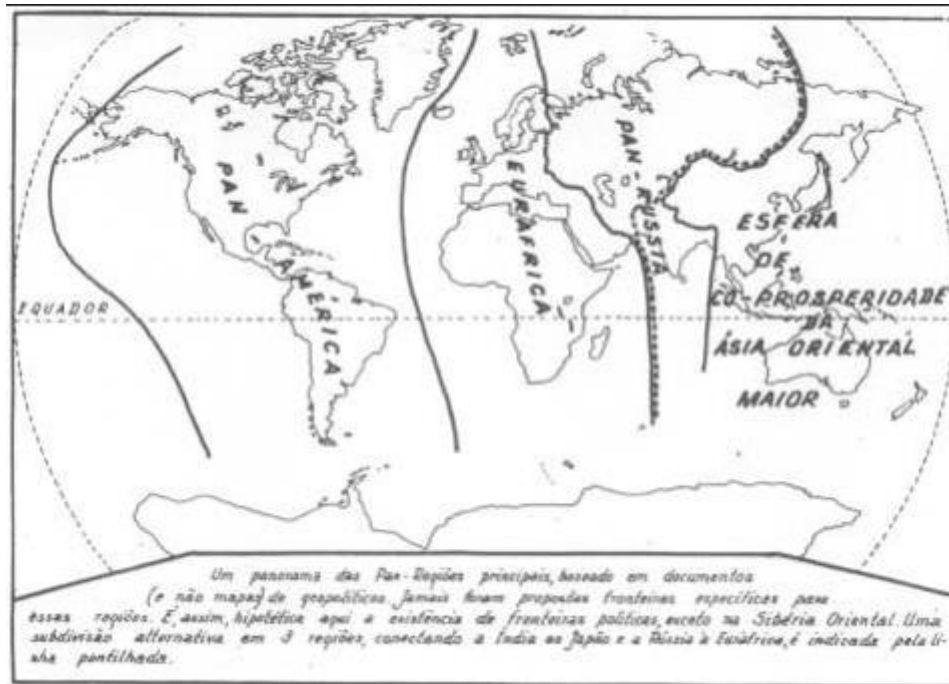
marítimo britânicos. Portanto, eram os imperativos geopolíticos da posição ocupada pelos alemães no centro da Europa e pelos russos no *Heartland* da Eurásia – e não as divergências ideológicas entre nazismo e bolchevismo – que deveriam nortear a política da Alemanha em relação à Rússia. (MELLO, 1999, p. 79)

Seguindo esse raciocínio, “Haushofer contava com a virtual rivalidade ideológica e estratégica entre a URSS e a Inglaterra – além dos Estados Unidos – como fatores de aproximação com seu país” (COSTA, 2008, p. 138). Essa confluência russa-alemã-nipônica idealizada por Haushofer resultou na elaboração de uma proposta que teria como princípio a divisão do espaço geopolítico mundial a partir de quatro zonas de influência, cada uma com sua própria suserania. Essas divisões foram denominadas de *Pan-Regiões* e teriam como princípio norteador a noção das *Pan-ideas*, as quais seriam organizações de mundo a partir de ideologias básicas, como o *Pan-islamismo*, *Pan-americanismo* etc. A própria *Doutrina Monroe* – que afirmou o ideal Pan-americano – foi classificada por Haushofer como um exemplo de *Pan-ideas*. Em suma, as *Pan-Regiões* dividiam o globo a partir de zonas de influência de uma grande potência norteadora (O’LOUGHLIN; WUSTEN, 1990).

As ligações culturais entre os centros e a região hegemônica também foram evidenciadas (GÖKMEN, 2010), assim como as questões econômicas em cada uma dessas áreas se enquadram no conceito de autarquia. Entre as *Pan-Regiões* selecionadas pelo geógrafo e militar alemão, estariam: a Euráfrica – controlada pela Alemanha; Pan-Ásia – sob o domínio japonês; Pan-Rússia – controlada evidentemente pela Rússia; e a Pan-América – capitaneada pelos Estados Unidos. Essa divisão pode ser observada na Figura 3 a seguir.

O desejo de Haushofer por uma Alemanha grande estava nítido na existência de Euráfrica, que, além da expansão do poder alemão sobre a Europa, englobava o continente africano, afinal a visão de que colônias eram essenciais para aquisição de matérias-primas ainda se fazia presente, principalmente para a recuperação das perdas coloniais da Alemanha após a Primeira Guerra Mundial (OBST, 1926 apud O’LOUGHLIN; WUSTEN, 1990).

Figura 3: As Pan-Regiões de Haushofer



Fonte: Tosta (1984)

Haushofer, em sua visão de mundo, advogava que os episódios ocorridos entre grandes nações na história tinham sido tradicionalmente caracterizados por linhas latitudinais, mas, a partir do século XX, uma divisão vertical de mundo começou a se aprofundar (O'LOUGHLIN; WUSTEN, 1990).

Em síntese, a *Geopolitik* de Haushofer defendia a constituição de um bloco transcontinental eurasiático, formado por uma aliança russo-germânico-japonesa que teria à sua disposição um excedente de poder não compensado, em termos militares, econômicos e demográficos, capaz de colocar em xeque o poderio naval do império britânico. (HAUSHOFER, 1986 p. 127 apud MELLO, 1999, p. 80)

De acordo com Tosta (1984), os cortes longitudinais de cada Pan-Região garantiriam um acesso a diversas tipologias climáticas e solos, os quais diversificariam sua produção agrícola, assim como a extração de recursos minerais. Ao mesmo tempo, todas as regiões propostas pelo autor teriam positivamente um amplo contato com o oceano, facilitando seu comércio em relação aos bens não produzidos internamente. Basicamente, as ideias de Haushofer sobre a dominação de espaços longitudinais por cada potência significava nada mais que a legitimação do colonialismo nos países periféricos, um dos pontos em que sua teoria diverge do pensamento de Adolf Hitler.

Embora muitos autores defendam que as ideias da geopolítica de Haushofer influenciaram as ações de Hitler e que isso está demonstrado no *Mein Kampf*, ao afirmar o desejo da Alemanha de conquistar seu espaço vital, algumas questões pontuais os distanciam e devem ser discutidas. A primeira delas é justamente a questão das colônias, para as quais Hitler propõe, em seu livro, uma política externa de caráter continental e antioceânica, desprezando o viés colonialista de Haushofer. Para o líder de origem austríaca, a conquista da Europa era o que determinava o espaço vital alemão, e não as conquistas extraeuropeias.

A própria ação realizada pelos alemães na Europa durante a Segunda Guerra terminou por bater de frente com as teorias haushoferianas. Primeiro, pela tentativa de Hitler de ganhar carta branca dos ingleses (os principais inimigos para Haushofer) para avançar seu *front* na porção oriental da Europa, um plano sem êxito. Em segundo lugar, porque a Alemanha rompeu o pacto de não agressão com os soviéticos, tentando sua anexação territorial, atitude que marcou a mudança do cenário da Segunda Guerra, sepultando de fato a principal ideia de Haushofer e decretando o início do fim da Alemanha no conflito. E, embora nunca tenham sido encontrados vestígios da ligação de Haushofer com o nazismo, suas teorias geopolíticas foram vinculadas às tragédias da Segunda Guerra Mundial, levando, então, a geopolítica a ser banida das comunidades acadêmicas. O termo *geopolítica* passou a ser visto como uma pseudociência a favor do expansionismo militar dos Estados, não tendo o reconhecimento de caráter científico.

Haushofer chegou a ser interrogado e julgado pelos aliados no final do conflito, sob a acusação de compactuar com o regime nazista, ele que, inclusive, chegou a ter livros censurados pelo *Führer*. Entre seus argumentos, estavam que sua geopolítica provinha de uma ciência e que ele era um intelectual, não aprovando as anexações de nações cuja população era de origem alemã. Como demonstra Gökmen (2010), embora Haushofer tenha sido o principal expoente da *Geopolitik* alemã, seus objetivos visavam também classificar a Geopolítica como área científica: “Em outras palavras, sua ambição não era apenas em relação à geopolítica alemã, mas também à ciência da geopolítica” (GÖKMEN, 2010, p. 39, tradução nossa)¹⁹.

¹⁹ “In other words his ambition was not only towards German geopolitics but also for the science of geopolitics” (GÖKMEN, 2010, p. 39).

1.2.4 Nicholas Spykman e a estratégia geopolítica dos Estados Unidos

A geopolítica encontrou, nos períodos de guerras, um cenário completamente favorável para seu desenvolvimento, tornando-se fundamental para a elaboração de estratégias de contenção. Fundadas na perspectiva do realismo político, tais estratégias desejavam conter o avanço de inimigos reais ou potenciais em nome da defesa do interesse nacional. Quando o sistema internacional está organizado hegemonicamente por uma única nação (unipolaridade) ou um seleto grupo de países (multipolaridade), as “estratégias de contenção” mais eficientes são justamente as que atendem às necessidades desses países líderes.

Assim como na Alemanha, com Haushofer, no período vivido pela intensa disputa de poder na Segunda Guerra, os Estados Unidos também tiveram um importante nome de destaque, responsável pela elaboração da grande estratégia geopolítica estadunidense. Nicholas John Spykman, nascido na Holanda, mas radicado nos EUA, foi um geógrafo e cientista político, professor da Universidade de Yale e diretor do Instituto de Estudos Internacionais. Embora seus escritos tivessem como objetivo traçar uma geoestratégia estadunidense no cenário da Segunda Guerra, sua teoria teve uma importância além desse período, servindo como base para a formulação de estratégia de contenção ao avanço soviético na Guerra Fria, elaborada por George Kennan.

Como lembra Costa (2008), diferentemente da Alemanha, onde a geopolítica como um produto do poder encontrou um ambiente favorável, nos EUA existia uma forte resistência por parte de alguns geógrafos políticos que questionavam o seu caráter científico, tais como Weigert, Bowman, Hartshorne, entre outros. A geopolítica possuía uma conotação desagradável nos EUA, ligada ao nome de Haushofer e ao expansionismo de Hitler, “era estranho, era estrangeiro, era germânico” (FURNISS Jr., 1952, p. 386, tradução nossa)²⁰. Mesmo com um ambiente hostil a essa área do conhecimento, com Spykman nascia, então, uma geopolítica norte-americana, com ampla inspiração em Mahan e Mackinder.

Spykman possuía uma visão de mundo embasada nos princípios do realismo político e na qual imperava a anarquia no sistema internacional, resultante da ausência de um poder central dominante acima dos Estados e da constante luta estatal pelo poder; deste modo, todo Estado deveria estar apto a desenvolver estratégias como meio de sobrevivência ou manutenção de sua hegemonia. O geógrafo americano, assim como seu conterrâneo Mahan, acreditava que a política externa de um país deveria estar adequada a certos valores morais,

²⁰ “[...] it was stranger; it was foreign; it was Germanic” (FURNISS JR, 1952, p. 386).

como justiça, equidade e tolerância, apenas se esses valores não se tornassem um obstáculo para a aquisição dos objetivos nacionais de seu Estado (GÖKMEN, 2010).

Para ele, diversos fatores condicionam a política de um país, como a densidade populacional, a estrutura econômica, a composição étnica do povo, a forma de governo e também a sua geografia. Pelo fato de ser uma característica permanente, esta última é destacada com grande importância pelo autor em dois artigos publicados em 1938: “*Geography and foreign policy I*” e “*Geography and foreign policy II*”, pois, como ele afirmava: “ministros vêm e ministros vão, mesmo os ditadores morrem, mas as cordilheiras permanecem imperturbáveis” (SPYKMAN, 1938, p. 29, tradução nossa)²¹. Entre alguns elementos geográficos relevantes para a política externa, Spykman apontava a extensão territorial, a localização geográfica, suas fronteiras, o clima e a topografia.

O geógrafo estadunidense lembrava que, ao longo da história, a maioria dos impérios poderosos – como Egito, Babilônia, Assíria e Pérsia – eram detentores de grande extensão territorial, inferindo, então, que tal característica geográfica seria uma vantagem para os Estados, mas isso não significava que obrigatoriamente um Estado poderoso deveria possuir uma vasta porção territorial, pois como demonstra o próprio autor: “tamanho não é força, mas força potencial” (SPYKMAN, 1938, p. 32, tradução nossa)²². O tamanho do país pode significar um grande elemento de defesa se os principais centros estiverem localizados distantes de suas bordas e mais localizados em seu interior, e, além disso, o efetivo controle sobre um grande território depende da comunicação e integração de seu centro para sua periferia, através de estradas, ferrovias, portos navegáveis e aeroportos.

Sobre a localização geográfica, Spykman a define como o mais importante fator geográfico como condicionante da política externa, pois ela pode alterar o valor do tamanho do território e tornar clara a importância histórica de pequenos Estados (SPYKMAN, 1938).

Complementando:

Ela condiciona e influencia todos os outros fatores pelo fato de que a localização mundial define as zonas climáticas e, portanto, a estrutura econômica, enquanto que a localização regional define inimigos potenciais e, portanto, o problema da segurança territorial e aliados potenciais e, talvez, até os limites do papel de um Estado como um participante de um sistema de segurança coletiva. (SPYKMAN, 1938, p. 40, tradução nossa)²³

²¹ “Ministers come and ministers go, even dictators die, but mountain ranges stand unperturbed” (SPYKMAN, 1938, p. 29).

²² “[...] size is not strength but potential strength” (SPYKMAN, 1938, p. 32).

²³ “It conditions and influences all other factors for the reason that world location defines climatic zones and thereby economic structure, and regional location defines potential enemies and thereby the problem of territorial

Ainda sobre a localização geográfica, Spykman possuía uma peculiar análise da distribuição das massas terrestres, embasadas numa projeção cartográfica azimutal equidistante, tendo como centro o Polo Norte, conforme ilustrado na figura 4, abaixo.

Deste modo:

Para o geógrafo americano, a abertura dos Canais de Suez e do Panamá dividiu as massas terrestres do globo em cinco grandes ilhas continentais. Destas cinco ilhas, duas situavam-se no hemisfério boreal – a América do Norte e Eurásia – e outras três localizavam-se no hemisfério austral – a América do Sul, a África e a Austrália. É importante frisar que a geopolítica não é realizada apenas por cientistas políticos, sendo uma área multidisciplinar, praticada por militares, estadistas, geógrafos, historiadores, entre outros. (MELLO, 1999, p. 100)

A partir da visão de mundo centrada no Polo Norte, é notável a dimensão das massas terrestres circundando o Oceano Ártico, estando as maiores porções continentais emersas localizadas no hemisfério norte. Essas porções de terras são caracterizadas por uma proximidade geográfica entre a América do Norte e a Eurásia, e, ao mesmo tempo, deixam evidente o distanciamento entre a América do Sul, a África e Austrália. É importante salientar que a pequena distância entre a América do Norte e a Eurásia apresenta-se em três frentes: através do Oceano Pacífico, do Oceano Atlântico e do Oceano Ártico.

Figura 4: Projeção Azimutal Centrada no Polo Norte

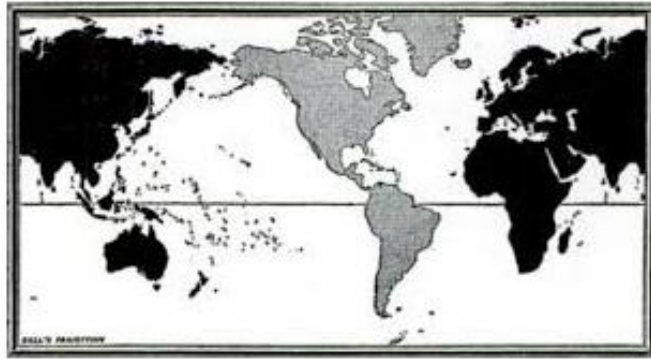


Fonte: Mello (1999)

De acordo com Spykman, as principais disputas pelo poder estariam concentradas nas zonas temperadas do planeta, fazendo uma alusão aos países localizados nas grandes massas continentais do hemisfério norte. Seguindo seu raciocínio, as relações entre a América do Norte e os dois lados do continente eurasiático são as linhas de base da política mundial, enquanto as relações entre a América do Sul, a Austrália e a África necessitam de maior importância (SPYKMAN, 1944).

Como lembra Mello (1999), Spykman definia que as linhas dominantes da política mundial poderiam ocorrer em duas frentes especiais: uma delas seria o domínio da Eurásia por apenas um poder único, ou uma aliança de poderes que poderiam se projetar nas duas costas do continente, chegando aos oceanos Atlântico e Pacífico, e assim conseguiriam realizar um cerco ao hemisfério ocidental, chamado por ele de “Novo Mundo”, conforme se pode observar na Figura 5, abaixo. A segunda estava embasada na possibilidade de se manter um equilíbrio de poder no grande continente, favorecendo assim a projeção dos EUA nos dois oceanos, em razão de uma potencial estratégia de cerco à Eurásia.

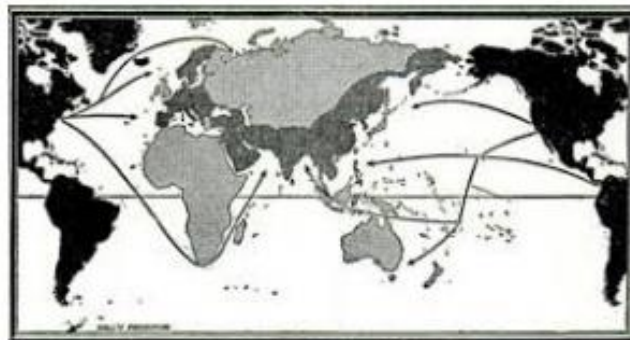
Figura 5: Cerco do Novo Mundo em Nicholas Spykman



Fonte: Spykman (1944)

Desse modo, em termos de política externa dos EUA, Spykman defendia um posicionamento intervencionista – em oposição aos pensamentos isolacionistas wilsoniano –, pois a “ascensão de um poder aéreo com raio de ação intercontinental e transoceânico tornava ineficaz a segurança de uma posição geopolítica insular” (MELLO, 1999, p. 99). A partir desse pensamento, o poder aéreo tornou ilusória a crença de que a distância oceânica e uma marinha de guerra, nos oceanos Atlântico e Pacífico, seriam suficientes para garantir a segurança do país. Sendo assim, o autor apontava que a linha de defesa estadunidense não deveria estar restrita ao seu território, mas estar presente nas duas costas do continente eurasiático (ver Figura 6).

Figura 6: Cerco do Velho Mundo em Nicholas Spykman



Fonte: Spykman (1944)

O objetivo da intervenção dos EUA na Eurásia é proporcionar o equilíbrio de poder “para evitar que se estabeleça um centro de poder excessivamente influente na Europa e no Extremo Oriente” (TOSTA, 1984, p. 80). Seguindo esse raciocínio:

É evidente que a política do equilíbrio de poder é, em primeiro lugar, uma política para uso de grandes potências. Os pequenos estados, a menos que se unam entre si, não podem ser mais que pesos da balança usada pelos outros. O pequeno Estado é um vazio na área de alta pressão política. (SPYKMAN, 1944, p. 27 apud COSTA, 2008, p. 170)

Na Europa, um equilíbrio de poder era mais viável devido à equiparação de força dos países, fazendo com que os potenciais conflitos terminassem por se anular, não colocando em xeque a segurança e os interesses estadunidenses. Sendo assim, “não interessava aos americanos um Reich alemão estendendo-se do mar do Norte até a Sibéria e muito menos um império russo que abarcasse da Sibéria ao mar do Norte” (MELLO, 1999, p. 116). De certo modo, uma federação de países europeus integrados com a projeção de poder nas duas extremidades da Europa também não agradava aos EUA, pois, do mesmo modo, ameaçaria sua segurança e sua hegemonia no Atlântico e no continente americano (MELLO, 1999). Na Ásia, o cenário era um tanto discordante, em especial pela enorme disparidade de poder entre o Japão e a China, o que dificultava a política de um balanço de poder.

Partindo de uma análise prática, as ideias de Spykman foram escritas no livro *American's strategy in world politics*, publicado em 1942, obra a qual revelava a grande estratégia que o autor designava para os EUA na Segunda Guerra Mundial²⁴. O geógrafo estadunidense temia que a aliança nipo-germânica nesse conflito poderia vir a conquistar a Eurásia e realizar o movimento de pinça, cercando o hemisfério do Novo Mundo. Como lembra Costa (2008), a Alemanha avançava em direção ao *Heartland* mackinderiano, enquanto o país nipônico avançava em sentido ao ocidente, através de mares marginais, assim como pelas costas dos países mais próximos.

Se a constelação nipo-germânica de poder conseguisse conquistar a Rússia e a China, unificando as duas extremidades da Eurásia, poderia desenvolver um poder anfíbio, neutralizar os Estados Unidos mediante um envolvimento estratégico e suplantando a influência norte-americana no hemisfério ocidental. (MELLO, 1999, p. 109)

Em caso de um possível cerco do poder eurasiático ao Novo Mundo, Spykman apostava que a defesa do hemisfério ocidental estaria na hegemonia incontestável dos EUA no continente americano – semelhante aos domínios das Pan-Regiões de Haushofer –, com o objetivo de criar uma integração regional econômica, política e militar sob a tutela de

²⁴ Para referenciar o livro *American's strategy in world politics*, de 1942, neste trabalho foi utilizada a versão em espanhol, publicada no México, em 1944, com o título traduzido para: *Estados Unidos frente al mundo*.

Washington. Nessa porção do continente, a maior preocupação de Spykman viria praticamente dos países chamados “ABC” (Argentina, Brasil e Chile), que, por estarem mais distantes dos EUA geograficamente, poderiam ser mais suscetíveis às propagandas ideológicas dos países inimigos (essa questão será mais bem abordada no próximo capítulo da tese, quando será apresentada a importância da América do Sul nas estratégias geopolíticas dos EUA).

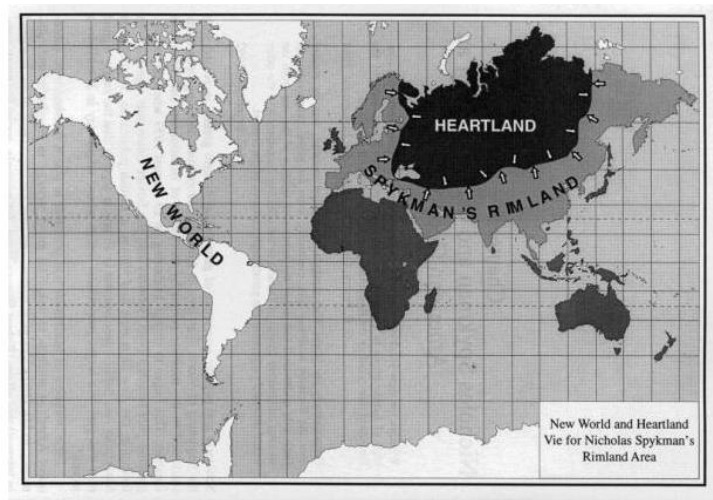
Como demonstra Mello (1999), após a publicação de seu livro *American's strategy in world politics*, a visão do autor sobre a grande estratégia estadunidense passou por novas revisões e reavaliações, e, embora sua produção tenha sido interrompida por sua morte, em 1943, os escritos foram compilados pela Universidade de Yale e editados em 1944, tendo como título *The Geography of the peace*.

Nessa obra, foi apresentada uma discordância da visão estratégica de Spykman em relação ao *Heartland* idealizado por Mackinder. Para o estrategista estadunidense, o *Heartland* não possuía uma importância central para a hegemonia global; esse papel daria lugar ao que Spykman chamava de *Rimland*, conforme representado na Figura 7. Assim,

O *Rimland* da massa terrestre eurasiática deve ser visto como uma região intermediária situada entre o *Heartland* e os mares marginais. Ele funciona como uma vasta zona amortizadora no conflito entre o poder marítimo e o poder terrestre. Com vistas para ambas as direções, ele tem uma função anfíbia e deve defender-se em terra e no mar. No passado, ele teve de lutar contra o poder terrestre do *Heartland* e contra o poder marítimo das ilhas costeiras da Grã-Bretanha e do Japão. É na sua natureza anfíbia que está a base de seus problemas de segurança. (SPYKMAN, 1944, p. 41 apud MELLO, 1999, p. 122)

O *Rimland* teria a mesma localização ao que Mackinder chamou de *Inner Crescent* (Crescente Interno), que seriam as regiões costeiras que circundam o continente euro-asiático. Com essa primazia, a partir da perspectiva de Spykman, as potências desafiadoras do poder estadunidense estavam localizadas geograficamente no *Rimland* e expandiam seu poder em seu interior, podendo chegar ao domínio total da vasta porção continental da Eurásia.

Figura 7: O mundo segundo Spykman (1944)



Fonte: <http://www.oldenburger.us>

Para Spykman, os últimos conflitos de ordem global não seriam necessariamente entre uma potência terrestre contra uma potência naval, ao modelo mackinderiano, mas entre potências – continentais e insulares – aliadas contra uma ameaça originária do *Rimland*, como a França Napoleônica ou a Alemanha Guilhermina (MELLO, 1999). A própria Segunda Guerra era entendida a partir dessa perspectiva por Spykman: uma aliança anglo-americana com o poder soviético – poder marítimo e poder terrestre – construiu-se contra a ascensão da Alemanha nazista, um poder dominante no *Rimland*. Ao mesmo tempo, na Eurásia, ocorria uma aliança dos EUA com o gigante chinês para conter outro país do *Rimland* que se projetava com grande poder, o império nipônico. Em outras palavras, Spykman, com sua visão de mundo, alterou o famoso ditado elaborado por Halford Mackinder sobre a relação do *Heartland* com o domínio global: “Quem controla o *Rimland* domina a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo” (MELLO, 1999, p. 131).

1.3 A Geopolítica na Guerra Fria: banalização acadêmica, relevância estratégica e a necessidade de resgate

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a Europa, que até então fora o centro do mundo, encontrava-se agora em situação totalmente precária por ter sido o *locus* da guerra. O sistema internacional passou, então, a se orientar pela disputa entre dois novos polos emergentes, apoiados em sistemas político-ideológicos totalmente diferentes – os Estados

Unidos (EUA), representando o bloco dos países capitalistas, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), representando o bloco dos países socialistas. O mundo bipolar brevemente elevaria as tensões do sistema internacional de tal maneira que o período ficaria conhecido por “Guerra Fria”. Assim como a mudança estrutural do cenário global afetou as relações entre os Estados, a geopolítica também sofreu os efeitos dessa mudança.

As duras críticas delegadas à sua natureza ideológica e expansionista terminaram por levar essa área do conhecimento a um ostracismo, desaparecendo das comunidades acadêmicas. Como lembra Lacoste (1988, p. 24), após o ano de 1945, “não é mais de bom tom fazer referências à geopolítica” e, com isso, “a geopolítica como subcampo da geografia foi abandonada em favor de uma geografia política que se pretendia isenta de ideologias e compromissos com o Estado” (REGO-MONTEIRO, 2014, p. 32). Como bem lembra Smith (1984), a geografia política havia deixado de ser política.

Essa geografia política que ressurgiu trouxe um propósito de “resgatar” seu viés científico, com fortes preocupações metodológicas. Os EUA foram praticamente o único país em que os geógrafos passaram a fazer geografia política, enquanto que os geógrafos alemães, franceses e ingleses quase nada produziram devido aos reveses causados pela grande guerra (COSTA, 2008).

Os norte-americanos, ao contrário, absorveram rapidamente os ingredientes do novo contexto mundial e de seu país, e dedicaram os anos 1950 às análises que pudessem refleti-los. Banida a geopolítica instrumental de inspiração alemã (Haushofer) ou mesmo norte-americana (Spykman), recuperaram e deram *status* acadêmico e científico à geografia política, na melhor tradição de Bowman, Whittlesey, e Hartshorne, na verdade os autênticos *founding fathers* dessa ciência no país. (COSTA, 2008, p. 224)

Contudo, o novo cenário instaurado de disputa global por duas superpotências mantinha a necessidade de estratégias geopolíticas que defendessem o interesse nacional em questão. Embora a geopolítica tenha sido exaurida dos meios acadêmicos, ela permaneceu viva dentro da *intelligentsia* estatal em ambos os países, mesmo sem a utilização de seu nome.

Dentre a *intelligentsia* estatal dos EUA, o melhor exemplo a citar é, sem sombra de dúvida, George Frost Kennan, um diplomata que teve um papel crucial na criação da estratégia de contenção à URSS, que viria a se chamar Doutrina Truman. Como membro da *U.S. Foreign Service*, Kennan foi enviado a Berlim em 1929 para estudar e aprender sobre os mais diversos aspectos da sociedade russa. “Ele completou seus estudos em 1931 e, por fim,

tornou-se o primeiro diplomata americano a receber treinamento especializado em assuntos russos” (HIXSON, 1989, p. 6 apud GÖKMEN, 2010, p. 54, tradução nossa)²⁵.

Em 1946, como embaixador dos EUA em Moscou, Kennan enviou ao governo de Washington o famoso “*Long Telegram*”, o qual, de acordo com Dodds (2007, p. 209, tradução nossa) “parecia mais uma reminiscência de um sermão religioso do que um memorando político, Kennan propôs que os EUA deveriam estar preparados para ‘conter’ as tendências expansionistas da União Soviética”²⁶. O telegrama foi publicado na revista *Foreign Affairs*, em julho de 1947, formalmente intitulado como “*The sources of soviet conduct*” e assinado como autor X, para proteger sua identidade.

Foi, provavelmente, no período em que Kennan estudou em Berlim que ele teve seu contato e o despertar do interesse pela geopolítica, pois a escola de geopolítica alemã estava em ascensão enquanto Mackinder estava no auge de seu renome (GÖKMEN, 2010).

Também, na grande estratégia de contenção norte-americana na Guerra Fria, as ideias de Spykman são claras, o que demonstra o contato de Kennan com os escritos do geopolítico estadunidense. Essa questão ficou evidente a partir de seu pensamento de proteger o *Rimland* do expansionismo soviético.

Seguindo esse raciocínio, “a estratégia de contenção tem uma componente especificamente militar, que é produto da complexa e sutil combinação – uma síntese por assim dizer – dos principais aspectos das teorias do *Heartland* e do *Rimland*” (MELLO, 1999, p. 128). Após vencer a Alemanha e dominar sua porção oriental, a URSS era a potência dominante do *Heartland*, e a estratégia dos EUA consistia basicamente em evitar que a expansão soviética chegasse ao *Rimland*. A contenção à URSS no coração da Eurásia, impedindo que ela chegasse às áreas costeiras, era um imperativo, com isso, estratégias econômicas e militares foram criadas para que essa contenção se tornasse mais efetiva, como o Plano Marshall e a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), e ainda:

Veio da oficialização deste conceito a teoria da estratégia de contenção de Truman e as variadas ações diplomáticas e militares de valorização estratégica das chamadas *fringe areas*, que resultaram na participação dos Estados Unidos no Pacto do Atlântico, na pressão diplomático-militar sobre a Grécia e Turquia, no engajamento militar nas guerras da Coreia e do Vietnã, no Tratado do Sudeste Asiático e em outras iniciativas de menor vulto. (MEIRA MATTOS, 2002, p. 25)

²⁵ “He completed his studies in 1931 and eventually became the first American diplomat to receive specialized training in Russian affairs” (HIXSON, 1989, p. 6 apud GÖKMEN, 2010, p. 54).

²⁶ “[...] Long Telegram appeared more reminiscent of a religious sermon than a policy memorandum, Kennan proposed that the USA had to be prepared to “contain” the expansionist tendencies of the Soviet Union” (DODDS, 2007, p. 209).

Do lado soviético, um geopolítico de elevado renome foi o almirante Sergei Gorshkov. Uma das obras de destaque desse geopolítico soviético foi *The sea power of the State*, publicada em 1977. O almirante expôs a necessidade do desenvolvimento de um poder naval na URSS e defendia a importância das forças navais atuarem em todas as rotas, estreitos e passagens oceânicas, consolidando uma marinha com elevado potencial e que pudesse realizar missões das mais variadas naturezas: militares, comerciais, pesqueiras e exploratórias de recursos naturais (GALLOIS, 1990 apud PENHA, 2011). Essa talvez tenha sido uma ideia inspirada em Mahan.

O que se observa, portanto, é que, mesmo que a força naval russa tenha começado a se desenvolver apenas a partir da década de 1950, foi a um ritmo muito acelerado. Gorshkov buscava advogar a presença soviética em todos os mares do mundo: “no Mediterrâneo em 1966 e 1967 por ocasião da Guerra dos Seis Dias; no Índico em 1968 graças às facilidades acordadas com a Índia; em 1969 nas Caraíbas; e na década de 1970 na África Ocidental e Austral” (GORSHKOV, 1979 apud PENHA, 2011, p. 77).

A entrada da URSS no Atlântico Sul, a partir da costa da África, deu-se através do processo de descolonização, mais especificamente com a independência da Guiné Equatorial, em 1958 (PENHA, 2011). De acordo com Penha (2011), os objetivos soviéticos imediatos eram o isolamento da África do Sul, resultando no domínio geopolítico do cone sul africano e no controle da passagem dos oceanos Índico e Atlântico, atrapalhando a atuação dos navios petroleiros provindos do Oriente Médio. Os soviéticos:

[...] através de suas bases no eixo Angola/Moçambique/Novozarskaia (na Antártida) e por meios de seus submarinos nucleares, tinham condições de atacar embarcações ocidentais que patrulhavam as rotas marítimas na passagem do Cabo da Boa Esperança, valendo-se da estratégia do “flexamento das rotas.”²⁷ (CASTRO, 1997 apud PENHA, 2011, p. 86)

Percebe-se, então, que a geopolítica não desapareceu completamente, apenas deixou de circular nos ambientes acadêmicos e se vinculou aos setores estratégicos e militares dos governos envolvidos na disputa pelo poder global²⁸. Todavia, no início dos anos 1980, a

²⁷ “Em linhas gerais, tal princípio consistia em formar uma grande marinha oceânica para o domínio de pontos geoestratégicos; pontos que concedessem o controle do que Mahan chamava de ‘vasos comunicantes geográficos interoceânicos’” (CASTRO, 1994, p. 341).

²⁸ É importante ressaltar que, nos países do 3º mundo, em especial nos países sul-americanos, o desenvolvimento da geopolítica se deu de maneira totalmente diferente daquela que ocorreu nos Estados Unidos ou países Europeus. Nos países sul-americanos, a geopolítica aparece no início no século XX, porém restrita às escolas militares e não em ambientes acadêmicos, tendo uma pequena gama de autores civis que passaram a produzi-la. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em vez de entrar em ostracismo, a geopolítica teve um forte crescimento no subcontinente, em especial durante os regimes militares.

geopolítica retornaria aos ambientes acadêmicos, a partir de um autor muito conhecido, tanto na área da geopolítica, como da geografia política, o geógrafo francês Yves Lacoste.

Criador da importante revista *Hérodote*, com seu primeiro número em 1976, no ano de 1982, a revista foi publicada tendo como subtítulo “Revista de Geografia e Geopolítica”. Como explicação, Lacoste afirmava que a revista trazia como objetivo, desde seu primeiro número, retomar discussões ideológicas e políticas em contrapartida à despolitização da geografia (COSTA, 2008), algo já apontado em seu livro *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, publicado também em 1976. Nele, o autor explana sobre o elevado poder estratégico da geografia, que, sendo apropriada pelo Estado, pode ser um poderoso instrumento de guerra, o que ele classifica como a Geografia dos Estados Maiores. Rego-Monteiro (2014), citando Lacoste (2008), aponta que o termo *geopolítica* passou a ser empregado pela mídia francesa para explicar os conflitos decorrentes da Guerra Fria, como a Guerra entre China e Vietnã, a invasão soviética no Afeganistão, a Guerra Irã-Iraque, entre outros.

Costa procura uma explicação para a retomada do termo geopolítica por Yves Lacoste, concluindo que:

Ao que tudo indica, portanto, o uso dessa malfadada palavra, que rotula há décadas, essa pseudociência (técnica ou arte, como preferem os “geopolíticos”) de tão triste memória em todo mundo, só foi incorporada como *label* por Y. Lacoste e seu grupo porque – do ponto de vista do *marketing* – ela seria mais adequada que a acadêmica e formal geografia política. (COSTA, 2008, p. 246)

De certo modo, como lembra Hepple (1986), analistas afirmam que o retorno dos estudos sobre geopolítica foi resultado das grandes mudanças globais dentro do cenário da Guerra Fria após os anos 1960. Como exemplo dessas mudanças, podemos citar: o forte crescimento militar e expansivo da URSS, o nacionalismo crescente no Terceiro Mundo (e depois o fundamentalismo islâmico), a revolução cubana, assim como demais mudanças que saíram da órbita de segurança estritamente militar, como o lapso econômico desencadeado pela crise do petróleo. Essas mudanças fizeram surgir “buracos” na grande estratégia dos Estados Unidos e não poderiam ser resolvidos apenas pelo viés militar.

Com a necessidade fazendo a ocasião, surgiu, então, aquele que se tornará o responsável pelo “resgate” do uso do termo *geopolítica* nos Estados Unidos, o influente Henry Kissinger, que foi conselheiro de Segurança Nacional no governo Nixon, em 1969, e se tornou depois Secretário de Estado, em 1973. Em seus discursos e escritos, o termo

geopolítica voltou a circular entre os mais diversos jornais da mídia popular, sendo muitas vezes também utilizado em suas memórias (HEPPLE, 1986). E, por mais que Yves Lacoste tenha ficado conhecido por trazer, nas academias, o retorno do termo *geopolítica*, na verdade, Henry Kissinger foi o responsável pelo resgate do termo anteriormente ao geógrafo francês.

A falta de referência a Kissinger na geopolítica de Lacoste e da Hérodote também é curiosa. No segundo número da revista (1976), a capa trazia uma charge com vinte e cinco personalidades políticas e pensadores, em sua grande maioria do campo de esquerda, em frente a um quadro negro escolar com o mapa europeu. Entre as personalidades desenhadas, na posição mais inferior da sala, estava Kissinger, o único com uma orelha de burro. Embora Lacoste e Kissinger estivessem em polos opostos, não só no espectro ideológico, mas também em seus envolvimento diretos na guerra do Vietnã, a geopolítica é recuperada dos dois lados, sem que houvesse qualquer referência mútua. (REGO-MONTEIRO, 2014, p. 39-40)

Ao examinar a geopolítica de Kissinger, Hedley Bull (1980) considera que o autor estadunidense não utiliza esse termo como algo determinado por aspectos geográficos na política mundial. Semelhante a Spykman, a geopolítica de Kissinger compreendia a necessidade de uma estratégia global para os EUA no cenário bipolar, buscando então uma balança de poder (HEPPLE, 1986), em um tabuleiro global que se encaminhava para quesitos de multipolaridade. Nas palavras de Kissinger, “o desafio mais profundo à política americana será essencialmente filosófico: desenvolver alguns conceitos num mundo que é militarmente bipolar e politicamente multipolar” (KISSINGER, 1969, p. 81). Em suma, de acordo com Hepple (1986), Kissinger obteve dois importantes papéis no resgate da geopolítica. Em primeiro lugar, permitir:

[...] uma maior reflexão sobre estratégia global na tradição geopolítica. Em segundo lugar, e talvez no fim mais significativamente, popularizou a palavra geopolítica, que entrou na linguagem de uma maneira que nunca havia feito antes, embora ao preço substancial de ambiguidade e confusão de significado²⁹. (HEPPLE, 1986, p. S27, tradução nossa)

Por fim, conclui-se que o resgate da geopolítica se deu em dois locais e momentos distintos e, ao mesmo tempo, independentes, pois não há referência mútua entre o autor estadunidense e Yves Lacoste. Talvez a baixa comunicação entre o mundo anglófono e francês naquele período possa ser o ponto-chave dessa falta de referência. Embora a

²⁹ “[...] to further reflection on global strategy in the geopolitical tradition. Secondly, and perhaps in the end more significantly, it popularized the word geopolitics, which entered the language in a way which it never had before, though at the substantial price of ambiguity and confusion of meaning” (HEPPLE, 1986, p. S27).

antecedência deva ser dada a Kissinger, cabe especular se este autor poderia ter dado os primeiros passos para o cenário que iria surgir na França nos anos 1970, até ser, então, ecoado por Lacoste no fim dos 1970 e início dos anos 1980 com a revista *Hérodote*.

1.4 A Geopolítica no pós-Guerra Fria

Após o fim da Guerra Fria, com a maior economia do planeta e poder militar inquestionável, os EUA tornaram-se o país dominante do século XX, levando muitos analistas de relações internacionais a afirmarem o surgimento de uma nova era de unipolaridade do sistema internacional. O cientista político e filósofo estadunidense Francis Fukuyama classificou esse período como o “fim da história”, uma vez que o triunfo do liberalismo-democrático representaria para a humanidade seu ápice do desenvolvimento. Raciocinava Fukuyama que os membros da sociedade que surgira, a qual é classificada por ele como pós-histórica, “por compartilhar um conjunto comum de valores e aspirações baseados na democracia e na liberdade individual, por essa razão, estariam fadados a eliminar o uso da força militar como forma de resolver suas divergências” (SATO, 2000, p. 149).

Não que, segundo o autor, o poder militar e os conflitos deixariam de existir por completos, mas seriam subalternos às relações comerciais, um pensamento semelhante ao de Richard Rosencrance em sua obra *The rise of the Trading State*, publicada em 1986. O argumento central defendido pelo autor é constituído por um mundo onde os cenários políticos estratégicos estariam dando lugar ao mundo do comércio (SATO, 2000).

Porém, o mundo pós-Guerra Fria descrito por Fukuyama tornou-se utópico. Mesmo com a vitória do capitalismo liberal, o mundo não se viu liberto da utilização da força militar, como demonstrado desde a primeira Guerra do Golfo (1991) e também na Guerra da Bósnia (1992-1995). Com o declínio do projeto socialista, tornou-se um quase consenso entre os mais diversos grupos políticos que o desafio era o aperfeiçoamento do capitalismo liberal, que viu, assim, subitamente expandir o raio de ação de seus valores culturais, bem como a legitimidade de instituições ou organismos internacionais que o projetaram como símbolo da concretização do binômio liberdade-prosperidade (AYERBE, 2002).

Desse modo, o triunfo da proposta neoliberal tem acenado com a cristalização da atual ordem econômica mundial e o intervencionismo norte-americano no sistema internacional. Entretanto, as diversas configurações geopolíticas experimentadas mundialmente indicam que essa hegemonia mundial é profundamente questionada pelos

demais atores do sistema internacional. Fiori analisa o movimento de expansão econômica e as transformações estratégicas do poder global efetivada pelos Estados Unidos nas últimas décadas:

[...] depois da sua “crise” dos anos 1970, e da sua vitória dos anos 1990, quando os Estados Unidos assumiram, explicitamente, o projeto de construção de um império global. Mas, logo no início do século XXI, este projeto começou a enfrentar dificuldades que reabriram as portas – dialeticamente – para o fortalecimento dos estados nacionais e do seu cálculo geopolítico tradicional, em todos os tabuleiros regionais do sistema mundial. Muitos analistas confundiram esta mudança com uma “crise terminal” do poder americano, ou do “sistema mundial moderno”, sem perceber que neste início do século XXI, o sistema interestatal “moderno” se universalizou, reacendendo a competição político-econômica dos seus estados mais poderosos [...]. (FIORI, 2007, p. 78)

Nesse sentido, a nova ordem mundial anunciada por George H. W. Bush, em 1991, durou pouco tempo, pois a ascensão econômica da Europa Ocidental e Japão, na década anterior, e, naquele momento, também da China levou muitos analistas a acreditarem que estávamos diante de uma ordem multipolar. Ainda que a hegemonia militar norte-americana não seja questionada, a atual multipolaridade econômica parece ser um ponto crucial para entendermos a continuidade dos gastos militares no mundo pós-Guerra Fria. E, à medida que o *gap* militar em relação a esses novos aspirantes ao domínio global for diminuindo nas próximas décadas, as tensões geopolíticas regionais tendem a se acirrar em virtude da competição crescente por influência e poder entre esses novos competidores. Embora existam pensadores, como Klaus Solberg Söilen, que defendem a ideia de que a geopolítica como modelo de formulação de políticas externas passou a ser substituída pela geoeconomia³⁰, é impensável um fim da geopolítica e de formulações geoestratégicas a serviço do poder nacional, ainda que essas estratégias não sejam exclusivamente de caráter militar, podendo estar vinculadas ao fator econômico, cultural etc. A formulação do paradigma do choque das civilizações pelo cientista político norte-americano Samuel P. Huntington nos demonstra isso,

³⁰ Assim como a geopolítica, a geoeconomia surgiu antes da criação de seu termo, pois, embora fosse estudada desde o início do século XX, o termo geoeconomia surgiu a partir de Edward Luttwak em seu artigo “From geopolitics to Geo-Economics: logic of conflict, grammar of commerce”, publicado em 1990. O campo de estudo da Geoeconomia está diretamente relacionado com a Geopolítica, tendo como enfoque as relações econômicas internacionais. De uma maneira geral, “A Geoeconomia evoluiu da Geopolítica. Em sua concepção moderna, a Geopolítica designa o estudo da configuração de poder no sistema internacional e suas implicações para a competição política internacional e para a morfologia estratégica do espaço mundial. Tanto a Geopolítica quanto a Geoeconomia estão essencialmente associadas à competição geoestratégica por primazia e poder internacional no mapa-múndi. Mas a Geoeconomia particulariza a lógica Geopolítica e lhe ressalta a dimensão do poder econômico” (BRAZ, 2015, n.p.).

servindo como um dos alicerces teóricos para fundamentar a nova estratégia de contenção dos Estados Unidos do pós-Guerra Fria, travestida de uma face cultural.

Ao mesmo tempo, é possível dizer que a geopolítica tradicional não está morta e também que é inegável o surgimento de uma geopolítica diferente daquela que estava presente no cenário bipolar. Esta nova versão está baseada na “primazia de critérios de *soft power* de influência e *status* e é mais universalista e menos estatista na composição de atores que oferecem liderança global e influência política” (FALK, 2012, n.p., tradução nossa)³¹. Além disso, diversos assuntos passaram a englobar a agenda de interesses de análise da geopolítica, como a geopolítica ambiental, geopolítica dos recursos energéticos, geopolítica das empresas transnacionais etc. Seguindo essas mudanças, é importante também citar o surgimento de uma nova escola anglófona denominada de Geopolítica Crítica, que ganhou força a partir dos anos 1990, e que traz o discurso como objeto de análise nos parâmetros geopolíticos, questões que explanaremos nos próximos itens.

1.4.1 O Choque de Civilizações: um novo paradigma da Geopolítica no pós-Guerra Fria?

Como proposta de criar um paradigma geopolítico para explicar as relações internacionais no pós-Guerra Fria, o *Choque de Civilizações* de Samuel Huntington aparece, pela primeira vez, em um artigo publicado no conhecido periódico *Foreign Affairs*, em 1993. Essa revista, especializada em relações internacionais, conta com dezenas de milhares de assinantes, circulando especialmente no meio formador de opinião pública da América, o que dá uma dimensão do alcance do artigo seminal desse teórico. O autor explora sua tese civilizacional também no livro *The clash of civilizations and the remaking of world order*, publicado em 1996. Essa obra foi traduzida para cerca de 40 idiomas, inclusive o português, com o título de “*O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*”, lançada pela editora Objetiva, em 1997.

Em sua frase talvez mais polêmica, Samuel Huntington afirma que “as linhas de cisão entre as civilizações serão as linhas de batalha do futuro” (HUNTINGTON, 1994, p. 120). Esse pensamento apresenta uma nítida interpretação realista das relações internacionais, ainda que os estados estejam travestidos de unidade civilizacional. Para o autor, as rivalidades

³¹ “[...] on the primacy of soft power criteria of influence and status, and is more universalistic and less statist in the composition of actors providing global leadership and influencing policy” (FALK, 2012, n.p.).

e os conflitos inerentes à política mundial tiveram causas comerciais nas duas primeiras guerras mundiais e assumiram uma face eminentemente ideológica no período da Guerra Fria. Entretanto, ainda segundo suas ideias, a política mundial não mais será marcada por conflitos e rivalidades de natureza econômica ou ideológica daqui por diante, pois é a natureza civilizacional que se destaca nessas novas disputas e guerras:

Minha tese é a de que a fonte fundamental de conflito nesse novo mundo não será essencialmente ideológica ou essencialmente econômica. As grandes divisões na humanidade e a fonte predominante de conflito serão de ordem cultural. As nações-Estados continuarão a ser os agentes mais poderosos nos acontecimentos globais, mas os principais conflitos ocorrerão entre nações e grupos de diferentes civilizações. (HUNTINGTON, 1994, p. 120)

O autor define civilização por elementos comuns, como língua, história, religião, costumes e instituições, agregando ainda a autoidentificação subjetiva dos povos. Assim, diz ele, cada civilização pode abarcar centenas de milhões de pessoas, caso da China, ou apenas alguns milhares, caso da civilização caribenha anglófona. Da mesma forma, prossegue, uma civilização pode incluir numerosos Estados nacionais, caso das civilizações ocidental, latino-americana e árabe, ou apenas uma, caso da civilização japonesa. Todavia, o jogo de poder mundial seria, para Huntington, determinado, no máximo, por nove grandes civilizações, quais sejam: ocidental, ortodoxa, latino-americana, confucionista, hinduísta, japonesa, islâmica, budista e uma possível civilização africana.

Os conflitos ocorridos no passado, argumenta o autor, tiveram a proeminência da civilização ocidental, caso das duas grandes guerras e da Guerra Fria; mas o mundo atual perdeu essa face exclusivamente ocidental, crescentemente substituída pela interação da civilização ocidental com as não-ocidentais e, sobretudo, pela interação entre as civilizações não-ocidentais. A partir disso, os povos e governos das civilizações não-ocidentais já não seriam mais objetos passivos da colonização ocidental, juntando-se ao ocidente enquanto protagonistas da história (HUNTINGTON, 1997). O recrudescimento dos conflitos civilizacionais ocorre, segundo ele, justamente por conta da ampliação dessas interações entre os povos advinda do processo de globalização, o que intensifica o sentido de pertencimento dos indivíduos e povos a uma determinada identidade civilizacional. A modernização econômica também separa as pessoas das identidades locais formadas há muito tempo, enfraquecendo o Estado-nação como fonte identitária única, ao mesmo tempo em que a religião toma a si a tarefa de preencher esse vazio existencial, defende o cientista.

Embora reconheça que considerações relativas ao equilíbrio de poder levarão, algumas vezes, a alianças que cortarão as fronteiras civilizacionais (HUNTINGTON, 1997), o estrategista estadunidense destaca que as diferenças de natureza cultural são mais difíceis de conciliar e resolver do que aquelas de natureza política e econômica: nos conflitos ideológicos da Guerra Fria, a questão-chave era “*de que lado você está?*”, e as pessoas tinham o poder de escolher um lado ou mudar de lado, mas, nos conflitos civilizacionais, a questão se torna mais complexa, passando a ser “*o que é você?*”, e isso não pode ser alterado. Segundo seu modelo interpretativo, a religião e a etnia identificam as pessoas de maneira drástica e exclusivista.

Os conflitos civilizacionais previstos no modelo de Huntington são representados em dois níveis: um micro, no qual as tensões mais violentas envolveriam as fronteiras do Islã com seus vizinhos, sejam ortodoxos, hindus, africanos ou cristãos ocidentais; e um macro, em que as alianças são mais complexas em virtude da acomodação dos interesses na fórmula “ocidente contra o resto”. Os choques mais perigosos do futuro correspondem ao nível macro e provavelmente surgirão da impossibilidade de acomodação entre a arrogância ocidental, a intolerância islâmica e a postura afirmativa asiática (HUNTINGTON, 1997).

É nesse sentido que o autor demonstra a funcionalidade geoestratégica de seu paradigma civilizacional quando alerta os estadunidenses e os aliados ocidentais europeus sobre os movimentos de aproximação da China (representante da civilização confucionista) com os países muçulmanos:

É provável que, intrinsecamente, cada uma das duas tenha menos em comum uma com a outra do que com a civilização ocidental. No entanto, em política um inimigo comum cria um interesse comum. As sociedades islâmicas e sínicas que veem o Ocidente como seu antagonista têm, assim, razões para cooperar entre si contra o ocidente, da mesma maneira como os Aliados e Stalin o fizeram contra Hitler. (HUNTINGTON, 1997, p. 227)

De fato, o casamento entre o parque industrial chinês e os recursos energéticos dos países muçulmanos poderá formar um colosso econômico difícil de ser abatido por qualquer potência ou aliança ocidental. Mas Huntington concentra sua análise no aspecto de desenvolvimento e cooperação militar, demonstrando claramente a dimensão geoestratégica de suas teorizações. A China, a Coreia do Norte (sob influência chinesa) e vários países islâmicos do Oriente Médio e entorno estão ampliando significativamente a capacidade militar e intercambiando tecnologias sensíveis para o desenvolvimento nuclear e lançamento de mísseis de longo alcance, denuncia o geoestrategista estadunidense.

A política ocidental de contenção da conexão militar confucionista-islâmica deve usar de todos os meios necessários para manter a hegemonia mundial, conforme seu raciocínio, inicialmente através da pressão econômica e política para o cumprimento dos acordos de não proliferação de armas de destruição em massa, além do emprego de força militar se os recursos anteriores falharem (questões que serão discutidas em um item no último capítulo sobre a política global dos Estados Unidos).

O fato é que a manutenção do poder mundial hegemônico – caso da Inglaterra, no século XIX, e dos Estados Unidos, a partir da segunda metade do século XX – exige a implementação de “estratégias de contenção” geopolíticas eficientes e, conseqüentemente, de fundamentação teórica condizente com as necessidades de previsão mínima para a evolução do cenário internacional. Nesse sentido, o paradigma civilizacional de Huntington assume as mesmas características da teoria do *Heartland*, de Halford Mackinder, e da teoria do *Rimland*, de Nicholas Spykman, as quais, mais tarde, influenciaram a estratégia anticomunista de George Frost Kennan. Em comum, as geoestratégias de Mackinder, Spykman e Kennan identificavam as principais ameaças ao poder ocidental, a partir da projeção de algum poder terrestre, sediado no coração da “ilha mundial” eurasiática e/ou de suas fimbrias (à época de Mackinder e Spykman, a Alemanha e, à época de Kennan, a União Soviética). Já Huntington deslocou essa ameaça potencial definitivamente para a Ásia, especialmente China e Oriente Médio. Estão em concordância Mackinder, Spykman, Kennan e Huntington quando asseguram que o objetivo político ocidental de contenção de ameaças contra seu poder mundial somente seria alcançado a partir da projeção do poder da potência ocidental da vez.

1.4.2 A escola da Geopolítica Crítica

Diferente da abordagem civilizacional de Samuel Huntington, o mundo pós-Guerra Fria ganhou também uma nova corrente na geopolítica, adotada por geógrafos anglófonos que buscavam novos caminhos e diferentes metodologias de análise nessa área do conhecimento. Falamos aqui da chamada geopolítica crítica.

A geopolítica crítica surge com um grande potencial no início dos anos 1990, tendo em seus principais expoentes nomes como John Agnew, Gearóid Ó Tuathail, Simon Dalby e Klaus Dodds. De acordo com Karol (2013), é uma área pouco pesquisada no Brasil, sendo que as principais obras não foram traduzidas para português, um problema em um país de poucas pessoas bilíngües, inclusive em graduações de ciências humanas.

Enquanto as abordagens tradicionais da geopolítica trazem as políticas do Estado como o foco de análise, a geopolítica crítica, de acordo com Gallardo (2007), aceita o Estado como o principal agente no cenário internacional, mas, ao mesmo tempo, não descarta a importância de demais agentes nas relações internacionais, como os organismos não-governamentais, as organizações internacionais, as empresas transnacionais, entre outros. Porém, com ampla influência de Foucault, o principal objeto de análise da geopolítica crítica é o discurso. Analisar os discursos deferidos por estadistas, intelectuais do Estado e mídias, objetivando desvendar os interesses estratégicos por trás deles, é o foco dessa nova escola. Como aponta Grondin:

[...] um discurso é sempre uma interpretação, uma narrativa de múltiplas realidades inscritas em uma ordem social ou simbólica específica. A representação discursiva não é, portanto, neutra; os indivíduos no poder são aqueles que são “autorizados” a produzir “realidade” e, portanto, conhecimento. Neste contexto, o poder é conhecimento e a capacidade de produzir o que é considerado “verdadeiro”. (GRONDIN, 2010, p. 6-7 apud GÖKMEN, 2010, p. 78, tradução nossa)³²

Para a geopolítica crítica, o discurso nas relações internacionais se apresenta como uma forma de poder, a geopolítica, para essa escola, deve ser encarada como um ato discursivo através do qual os homens do Estado espacializam as políticas internacionais ao seu modo, pois todo discurso é dotado de um caráter ideológico, desprovido de neutralidade (Ó TUATHAIL; AGNEW, 1992). Nas palavras dos autores Ó Tuathail e Agnew, a geopolítica é:

[...] uma prática discursiva pela qual os intelectuais da arte de governar “espacializam” a política internacional, de modo a representá-la como um “mundo” caracterizado por tipos particulares de lugares, povos e dramas. [...] o estudo da geopolítica é o estudo da espacialização da política internacional pelos poderes centrais e estados hegemônicos. (Ó TUATHAIL; AGNEW, 1992, p. 192, tradução nossa)³³

³² “[...] a discourse is always an interpretation, a narrative of multiple realities inscribed in a specific social or symbolic order. Discursive representation is therefore not neutral; individuals in power are those who are ‘authorized’ to produce ‘reality’ and therefore, knowledge. In this context, power is knowledge and the ability to produce that which is considered ‘true’” (GRONDIN, 2010, p. 6-7 apud GÖKMEN, 2010, p. 78).

³³ “[...] a discursive practice by which intellectuals of statecraft ‘spatialize’ international politics in such a way as to represent it as a ‘world’ characterized by particular types of places, peoples and dramas. [...] the study of geopolitics is the study of the spatialization of international politics by core powers and hegemonic states” (Ó TUATHAIL; AGNEW, 1992, p. 192).

Seguindo esse raciocínio, Font e Rufí (2006), citados por Karol (2013), ao discorrerem sobre a geopolítica crítica, apontam:

Seu método consiste precisamente em analisar criticamente estas estruturas aparentemente sólidas e indiscutíveis, com o objetivo de oferecer perspectivas alternativas e, frequentemente, desmascarar os mecanismos discursivos do poder estabelecido. (FONT; RUFÍ, 2006 apud Karol, 2013, p. 51)

Complementando:

Tal análise nos permite ver como a vida social e política é construída por meio de discursos. O que é dito ou escrito por elites políticas – toda a comunidade de funcionários do governo, líderes políticos, especialistas em política externa e conselheiros – é resultado da adoção inconsciente de regras de vida, pensamento e fala que estão implícitas nos textos, discursos e documentos. Esse grupo, por outro lado, também é considerado como a elite que guia as massas sobre como elas devem viver, pensar e falar. É, assim, uma forma pronta de pensar e tem semelhanças com as características das ideologias. (GÖKMEN, 2010, p. 79, tradução nossa)³⁴

Nesse sentido, os discursos não são apenas discursos, pois constroem maneiras de enxergar o mundo. “Deste ponto de vista, o discurso significa as regras e os recursos conceituais que as elites políticas usam em contextos históricos específicos para ‘especializar’ a economia política internacional em lugares, povos e disputas” (AGNEW; CORBIDGE, 2003, p. 48, tradução nossa)³⁵.

Para elucidar mais claramente a discussão, os geógrafos da geopolítica crítica compreendem a geopolítica como uma estrutura tripartite. De acordo com Dodds (2007), essa divisão foi realizada para compreender melhor o modo como a geopolítica crítica funciona, sendo ela fragmentada em: geopolítica formal, geopolítica prática e geopolítica popular. A geopolítica formal seria aquela realizada nos âmbitos acadêmicos, em institutos estratégicos e *think tanks*; enquanto que a geopolítica prática seria aquela praticada pelos dirigentes do

³⁴ “Such an analysis enables us to see how social and political life is constructed through discourses. What is said or written by political elites — the whole community of government officials, political leaders, foreign-policy experts and advisors — is a result of the unconscious adoption of rules of living, thinking, and speaking that are implicit in the texts, speeches, and documents. This group, on the other hand, is also considered to be the elite that guides the masses concerning how they should live, think, and speak. It is thus a ready-made way of thinking and has similarities with the characteristics of ideologies” (GÖKMEN, 2010, p. 79).

³⁵ “From this point of view geopolitical discourse signifies the rules and conceptual resources that political élites use in particular historical contexts to ‘spatialize’ the international political economy into places, peoples and disputes” (AGNEW; CORBIDGE, 2003, p. 48).

Estado; por fim, a geopolítica popular estaria relacionada aos efeitos da mídia e demais agentes da cultura popular que têm grande efeito sobre a população.

Conclui-se, então, que essa nova escola denominada de geopolítica crítica, embora traga algumas divergências em relação à geopolítica clássica, principalmente por não se ater ao Estado como único foco de análise, ao mesmo tempo está diretamente relacionada a ela, por buscar compreender as relações de poder interestatais ou entre Estados e demais agentes, mas com uma metodologia nova para os trabalhos e pesquisas em geopolítica que não se encontrava anteriormente aos anos 1990, com o foco na interpretação crítica dos discursos proferidos pelos executores das políticas hegemônicas no cenário internacional.

1.5 O diálogo entre a Geopolítica e a teoria das Relações Internacionais

As Relações Internacionais (RI), como uma ciência acadêmica, ainda possuem um curto período de existência em relação à geografia. Datada do início do século XX, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, mais precisamente no ano de 1919, na Inglaterra, é ainda uma ciência social recente. Porém, é correto afirmar que o seu campo de estudo – mesmo que ainda não sendo considerada uma ciência acadêmica – seria demasiado anterior ao século XX. Castro (2012) aponta que as grandes obras de Heródoto narrando as Guerras Médicas; o clássico *A história da guerra do Peloponeso*, de Tucídides; a *Arte da guerra*, de Sun Tzu; e os livros de Tito Lívio sobre a história de Roma contribuíram, cada um a sua maneira, para a elucidação de um conhecimento sobre política internacional. Também as grandes mudanças ocorridas no século XVII, como o fim da Guerra dos Trinta anos e a consumação do Tratado de Westfália, marcaram o surgimento da sociedade internacional moderna estruturada no Estado-nação. Ou ainda o surgimento da economia-mundo, a qual, explicita Wallerstein, tem como base o surgimento e desenvolvimento do sistema de acumulação capitalista (TAYLOR; FLINT, 2002), também se torna um importante marco para o campo do saber internacional. “Em suma, as Relações Internacionais possuem origens e fontes históricas, geográficas e socioculturais vastas e distintas” (CASTRO, 2012, p. 51).

As RI não é uma ciência desvinculada das demais áreas do conhecimento, sendo possível estabelecer diálogos com a história internacional, com o direito internacional, com a economia internacional, com a ciência política e, sobretudo, com a geopolítica. Seus paradigmas para compreender o sistema internacional são inúmeros e distintos (com pontos incomuns entre alguns, assim como evidentes divergências), mas nesta pesquisa nos

focaremos em duas correntes que, ao nosso ver, possuem uma relação mais próxima com a geopolítica e principalmente nos fornecerão subsídios teóricos para embasar, mais tarde, as relações entre os Estados Unidos e a América do Sul: a corrente do Realismo Político e a da Interdependência Complexa.

A corrente realista é a mais antiga das RI, pois precede a data de 1919, sendo então uma corrente da chamada pré-história das RI. Possui, como seus precursores clássicos, três nomes do mundo antigo oriental e greco-romano: Tucídides, Sun Tzu e Tito Lívio, e três nomes da Europa pós-renascentista: Maquiavel, Hobbes e Richelieu (CASTRO, 2012). Embora esses nomes clássicos tenham inspirado o início do pensamento realista, Hans Morgenthau e Edward Carr, anos mais tarde, com seus maiúsculos trabalhos, iriam se tornar os autores mais conhecidos e apontados como os criadores dessa corrente de pensamento.

Seguindo as perspectivas ideológicas, o realismo político define o Estado como o principal ator no sistema internacional. Esses Estados estariam inseridos num cenário anárquico em que não há um poder soberano ou supranacional que possa impor-lhes limites ou regras, permitindo-lhes agir do modo que lhes fosse mais conveniente para a garantia de seus interesses nacionais. Embora os realistas aceitem que as instituições multilaterais possuam um papel relevante no cenário internacional, elas sempre “correrão o risco de fracassar nas situações-limite, nas quais os superiores interesses de uma ou mais dessas potências prevalecerão sobre o *interesse geral* ou *comum*” (COSTA, 2005, p. 20).

Nesse sentido, os Estados estariam inseridos em uma constante luta pelo poder diante de um cenário competitivo, que pode ser explicado como um jogo de “soma zero”. Isso significa que, para um ganhar, outro precisa perder. Hans Morgenthau, em sua obra mais conhecida, *A política entre as nações*, explica esse cenário por meio da política internacional de um Estado, afirmando que:

A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de um ideal religioso, filosófico, econômico ou social. Podem desejar que esse ideal se materialize, quer em virtude de sua força interna, quer graças à intervenção divina ou como resultado natural do desenvolvimento dos negócios humanos. Podem ainda tentar facilitar sua realização mediante o recurso a meios não políticos, tais como cooperação técnica com outras nações ou organismos internacionais. Contudo, sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder. (MORGENTHAU, 2003, p. 49)

Partindo dessa premissa, os realistas compreendem que a constante busca pelo poder entre os Estados tornaria a guerra um fenômeno natural, não havendo uma moral internacional instaurada, na qual prevalecesse o interesse nacional ao invés do interesse da comunidade internacional. Tal política, que já havia sido destacada anteriormente por Morgenthau, logo depois foi descrita por Martin Wight como a “política do poder”.

Devemos assinalar, em conclusão, que o termo “política do poder” significa, na linguagem corrente, não somente as relações entre potências independentes, mas algo de mais sinistro. De fato, o termo é uma tradução da palavra alemã *Machtpolitik*, que significa a política da força, ou seja, a condução de relações internacionais por intermédio da força ou da ameaça do uso da força, sem consideração pelo direito ou pela justiça. (WIGHT, 2002, p. 8)

Em meio a esse mundo descrito pelos realistas, no qual a preponderância do poder e da força seriam os fatores de maior relevância para os Estados, seria possível pensar em uma paz duradoura? A resposta dos autores realistas é que uma paz ou ordem entre os Estados soberanos poderia ser alcançada a partir de um equilíbrio de poder. Por equilíbrio de poder, entende-se uma situação em que “nenhuma potência possui posição de preponderância absoluta e em condições de determinar a lei para as outras” (VATTEL, 1916, p. 40 apud BULL, 2002, p. 117). O equilíbrio de poder pode ser, segundo Bull (2002), simples, ao modelo do mundo bipolar, em que apenas duas potências disputavam a hegemonia global; ou complexo, como no caso das Guerras Mundiais, em que diversas potências estavam inseridas no jogo de poder mundial.

Em suma, o equilíbrio de poder não possui uma garantia, sem margem de erros, de conservação da paz, pois, de acordo com Bull (2002, p. 124), “a manutenção do equilíbrio de poder exige a guerra, quando ela é o único meio de deter a expansão de um estado potencialmente dominante”, sendo a paz, então, um objetivo auxiliar do equilíbrio de poder. Quando esse equilíbrio encontra a estabilidade, argumenta o autor, a guerra se torna um recurso desnecessário. “No entanto, a principal função do equilíbrio de poder não é preservar a paz, mas preservar o próprio sistema de estados” (BULL, 2002, p. 124). Sendo assim, as concepções sobre a segurança nacional ganham um elevado destaque na escola realista, evidentemente caracterizada por uma forte ênfase militar (BUZAM, 1983).

Com uma abordagem um pouco distante, a corrente da Interdependência Complexa aparece atrelada à vertente neoliberal das RI, a qual acredita na possibilidade de

um cenário internacional cooperativo ao invés de competitivo e anárquico, depositando créditos nas instituições multilaterais.

Os nomes de maior importância na corrente da Interdependência Complexa são Joseph Nye Jr e Robert Keohane, tendo como destaque a obra escrita por ambos, chamada de *Poder e interdependência*. Para os autores, a interdependência “na sua definição mais simples, significa dependência mútua. Na política mundial, a interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores de diferentes países” (KEOHANE; NYE, 1988, p. 22, tradução nossa)³⁶.

Após do declínio do socialismo com o fim da Guerra Fria e com o avanço da globalização, a economia se tornaria o principal fator impulsionador das políticas mundiais, afinal as “redes de interdependência econômica que abrangem o planeta aumentaram à medida que os custos da comunicação e do transporte declinaram e reduziram o efeito da distância” (NYE, 2009, p. 243). Essa interação entre a sociedade internacional é chamada de *canais múltiplos*, os quais:

[...] conectam as sociedades e incluem tanto laços informais entre elites governamentais como acordos formais entre agências de serviço exterior, laços informais entre elites não governamentais (cara a cara e mediante telecomunicações) e organizações transnacionais (tais como bancos ou corporações multinacionais). Esses canais podem resumir-se como relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais. (KEOHANE; NYE, 1988, p. 41, tradução nossa)³⁷

Diferente dos realistas, essa corrente não compartilha do pensamento de que o Estado é o único ator de importância na política internacional, mas também as empresas multinacionais, bancos, grandes corporações, entre outros. E a segurança não é vista do ponto de vista estritamente militar, possuindo demais diretrizes e temas nas agendas dos Estados, como a segurança econômica, a segurança energética, segurança ambiental assim como temas também de política interna.

Porém, assim como no realismo, o poder também é almejado na corrente da interdependência a partir do que os autores classificam como interdependência assimétrica.

³⁶ “[...] en su definición más simple, significa dependencia *mutua*. En política mundial, interdependencia se refiere a situaciones caracterizadas por efectos recíprocos entre países o entre actores en diferentes países” (KEOHANE; NYE, 1988, p. 22).

³⁷ “[...] conectan las sociedades; los mismos incluyen tanto nexos informales entre élites gubernamentales como acuerdos formales entre agencias de servicio exterior, nexos informales entre élites no gubernamentales (cara a cara y mediante telecomunicaciones) y organizaciones transnacionales (tales como bancos o corporaciones multinacionales). Estos canales pueden resumirse como relaciones interestatales, transgubernamentales y transnacionales” (KEOHANE; NYE, 1988, p. 41).

Neste caso, Nye chama a atenção para o fato de que os liberais afirmam que o mundo da interdependência é mais cooperativo ao invés de competitivo. Como demonstra o autor, “o raciocínio deles é que a interdependência gera benefícios conjuntos e que esses benefícios conjuntos encorajam a cooperação” (NYE, 2009, p. 253). No entanto, embora a interdependência possa ser um jogo de soma positiva que gera ganhos mútuos, ela também pode ser utilizada como instrumento de poder.

Um país com “menor” dependência de outro poderá utilizar essa ferramenta como arma de dominação, sendo por isso chamada de interdependência assimétrica. Fatores como sanções comerciais e protecionismo econômico são exemplos desse tipo de demonstração de poder e, com isso, na visão dos autores dessa corrente, o poder militar acaba tornando-se algo secundário.

Tendo uma rápida elucidação dessas duas correntes das RI, a próxima questão a ser respondida é de que maneira seria possível traçar um diálogo entre ambas e a geopolítica? Num primeiro momento, seria evidente uma relação entre a corrente realista e a geopolítica tradicional, sobretudo na concepção sobre o Estado e o poder. “Em suma, se determinássemos os dois elementos mais centrais da geopolítica tradicional e do realismo clássico, esses seriam o estado e o poder [...] A centralidade do poder e do estado constituem a característica comum básica em ambas as abordagens” (GÖKMEN, 2010, p. 157, tradução nossa)³⁸.

De modo semelhante, Becker enfatiza que:

Apoiada nos princípios do paradigma do realismo político, a geopolítica reforça a tradição político-geográfica dos estudos focados no Estado. Mais do que isso, de fato, os estudos geopolíticos clássicos reconhecem o Estado como o único protagonista das relações internacionais, depreendendo-se desse reconhecimento à ideia de que o Estado é a única fonte de poder. (BECKER, 2012, p. 143)

Na visão da autora, o realismo político seria o balizador da geopolítica clássica, apresentando, entre as suas principais características, a visão estadocêntrica do sistema internacional, assim como o poder traduzido na utilização da força militar (BECKER, 2012).

Essa relação torna-se clara ao analisar as geoestratégias desenvolvidas por Mahan, Mackinder, Haushofer e Spykman, já que esses geopolíticos demonstraram, através de suas teorias, o intuito da preservação dos interesses nacionais de seus respectivos países, inseridos

³⁸ “All in all, if we were to determine the two most central elements of traditional geopolitics and classical realism, those would be the state and power [...] The centrality of power and state constitute the basic common characteristic in both approaches” (GÖKMEN, 2010, p. 157).

num cenário global marcado pela competição e potenciais conflitos militares. Seguindo esse raciocínio, “apesar de a segurança ter sido um tema pouco considerado no âmbito da geografia, destacamos diversas correntes da Geopolítica cujos temas se aproximam bastante da questão da segurança, do ponto de vista militar e estatal-nacional” (REGO-MONTEIRO, 2014, p. 54).

Na corrente da interdependência complexa, o diálogo se torna um pouco mais árduo, mas não impossível. Embora as questões econômicas não estivessem em primeiro lugar na preocupação das correntes da geopolítica clássica, ainda assim é possível verificar alguns pontos inter-relacionados em suas teorias com a Interdependência Complexa de Nye e Keohane. Exemplo disso é o caso de Mahan, pois o autor defende a importância de uma marinha mercante que atuasse em todos os mares do mundo, ficando aí evidente o comércio globalizado sendo proposto ainda no século XIX. Outro exemplo é o *Heartland* de Mackinder, que é uma região provida de vastos recursos naturais, sustentáculo do desenvolvimento econômico, que assim se transformaria em poder militar. Ainda como exemplo, podem-se citar as *Pan-Regiões* de Haushofer que, na proposição do autor, teriam autossuficiência em sua produção ou em recursos para evitar a dependência externa, ou seja, cada pan-região deveria ter acesso ao mar para uma maior integração comercial para aquisição dos recursos que não pudessem ser produzidos ou que fossem escassos em seus respectivos territórios.

Ainda que uma relação da corrente da interdependência complexa com a geopolítica clássica seja possível, é com aquela geopolítica que ressurgiu nas décadas de 1970/1980 que o diálogo se torna mais construtivo, sobretudo pelas mudanças ocorridas no cenário bipolar em que as questões militares deixaram de se tornar as únicas preocupações na questão de segurança, como, por exemplo, a crise do petróleo de 1973, a qual demonstrou que a interdependência econômica já estava estabelecida mesmo num cenário de potenciais conflitos militares. Como Kissinger explicou em 1975:

[...] os progressos na gestão da agenda tradicional já não são suficientes. Tem surgido uma série de novas questões e sem precedentes. Os problemas energéticos, dos recursos, do meio ambiente, da população, do uso do espaço e dos mares agora se equiparam às questões de segurança militar, ideológicas e de rivalidade territorial, que tradicionalmente haviam moldado a agenda diplomática. (KISSINGER, 1975, p. 199 apud KEOHANE; NYE, 1988, p. 43, tradução nossa)³⁹

³⁹ “[...] los progresos en el manejo de la agenda tradicional ya no son suficientes. Ha surgido una gama de cuestiones nueva y sin precedentes. Los problemas energéticos, de los recursos, del medio ambiente, de la población, del empleo del espacio y de los mares se equiparan ahora con cuestiones de seguridad militar,

No cenário pós-Guerra Fria, esse diálogo se acentuou gradativamente, pois, como afirma Montclos, após o fim da bipolaridade, as questões econômicas ganharam um destaque nas análises do cenário internacional, levando alguns autores a acreditarem no fim da geopolítica. “Em um mundo global, uma dessas razões é o sucesso do modelo liberal no contexto do Consenso de Washington, que apoia as economias de mercado, a privatização e os programas de ajuste estrutural do Banco Mundial” (MONTCLOS, 2013, p. V, tradução nossa)⁴⁰.

Esse pensamento, que já foi abordado em tópicos anteriores sobre a mudança dos princípios tradicionais da geopolítica em detrimento de uma geoeconomia, possui uma ligação próxima com a teoria defendida pelos autores das correntes liberais das RI, já que, enquanto a geopolítica tradicional estaria ancorada pela competição pelo poder, sobretudo por questões militares, a geoeconomia que estaria emergindo teria como base a cooperação.

Em suma, alguns estudiosos mantêm a opinião de que o ponto de partida da geopolítica tradicional é o confronto de conflitos, enquanto o ponto de partida da geoeconomia é a cooperação, portanto, o fundamento teórico da formulação da estratégia nacional de desenvolvimento pacífico exige abandonar os aspectos geopolíticos tradicionais e considerar o pensamento geoeconômico como o núcleo. (DONGMEI et al., 2014, p. 24, tradução nossa)⁴¹

Mas, de certo modo, embora a geopolítica possa ter uma tonalidade voltada ao alcance dos objetivos nacionais, isso não significa que ela não possa ser utilizada também para a cooperação internacional. Dongmei e seus coautores alegam que a geoeconomia teria mais aptidão à cooperação em relação à geopolítica, porém, ao mesmo tempo, esses autores afirmam que, por se tratar de uma área em que os elementos geográficos aparecem com suma importância e, muitas vezes, indivisíveis o ponto de determinar a sobrevivência de uma nação, há uma ilusão de que a geopolítica está propensa apenas a conflitos militares, sendo que, “na verdade, a geopolítica é apenas uma estratégia que serve para orientar os jogos internacionais”

ideológicas y de rivalidad territorial, las que tradicionalmente habían conformado la agenda diplomática” (KISSINGER, 1975, p. 199 apud KEOHANE; NYE, 1988, p. 43).

⁴⁰ “In a global world, one such reason is the success of the liberal model in the context of the Washington Consensus, which supports market economies, privatization, and the structural adjustment programs of the World Bank” (MONTCLOS, 2013, p. V.).

⁴¹ “In short, some scholars hold the opinion that the start point of traditional geopolitical is conflict confrontation, while the start point of geo-economics is cooperation, therefore, the theoretical foundation of formulating national peaceful development strategy requires to abandon the traditional geopolitical aspects and take geo-economic thinking as the core” (DONGMEI et al., 2014, p. 24).

(DONGMEI et al., 2014, p. 25, tradução nossa)⁴². Os autores abordam as alianças militares, blocos de segurança mútua e organizações de defesa ocorridas em períodos diversos, cooperando por interesses comuns, ou buscando o equilíbrio de poder. Para esses autores:

Se estudarmos todas as teorias de forma abrangente, podemos ver que a cooperação de relações internacionais é baseada na mente geopolítica e foi produzida antes da geoeconomia. A geopolítica fez grandes contribuições para cooperação internacional, então a teoria de que a geopolítica é baseada em conflitos é discutível. (DONGMEI et al., 2014, p. 26, tradução nossa)⁴³

A geopolítica na atualidade nos fornece diversos subsídios para a cooperação além da ênfase militar. Estudos na área apontam também cooperação geopolítica na área estrutural de integração, como construções bilaterais ou multilaterais de ferrovias ou rodovias, cooperação na área energética, ou puramente comercial como os blocos econômicos. A cooperação na geopolítica também pode estabelecer interesses estratégicos para contrabalancear um poder dominante sobre Estados mais fracos numa determinada região, como no caso da recente Unasul, que, além de propor um bloco de cooperação entre os países sul-americanos na área estrutural (Cosiplan), militar (CDS), política e econômica, tem como um de seus intuitos diminuir a dependência de atores ligados diretamente aos interesses dos EUA na região, como a OEA.

Nesse caso, a geopolítica – aquela que ressurgiu depois dos anos 1970/80 e que deixou de lado a exclusividade das preocupações militares e incluiu novos temas de análise – possui uma relação com a corrente da Interdependência Complexa pelo fato de discutir também as questões de importância econômica, a cooperação internacional, assim como o reconhecimento da importância de atores não estatais no cenário internacional.

De fato, aquela geopolítica clássica não morreu em face à geoeconomia, pois os conflitos militares e políticas estratégicas não deixaram de existir. A questão é que a economia passou a ter uma importância global com a interdependência gerada no cenário internacional e, com isso, a geopolítica deu uma atenção maior a esse assunto, a ponto de a geoeconomia estar atrelada a geopolítica, e não a suplantando. Acreditar que a economia responde por todas as relações internacionais é cair num reducionismo abstrato.

⁴² “In fact, geopolitics is just a strategy which is used to guide international games” (DONGMEI et al., 2014, p. 25).

⁴³ “If we study all the theories comprehensively, we can see that cooperation of international relations is based on geopolitical mind, and it was produced earlier than geo-economics. Geopolitics make great contributions to international cooperation, so the theory that geopolitics is based on conflict is debatable” (DONGMEI et al., 2014, p. 26).

Embora alguns conflitos ocorram por questões econômicas, não é um fato exclusivo, e afirmar que apenas a economia é geradora deles:

[...] tende a ignorar as razões políticas e simbólicas para o conflito, que também podem ser causado pela qualidade das instituições de um país, a forma como o governo está organizado, sua cultura administrativa e o equilíbrio de poder dentro de uma determinada sociedade. (MONTCLOS, 2013, p. II, tradução nossa)⁴⁴

Seguindo esse raciocínio, Giblin (2013) defende que muitos conflitos geopolíticos ainda persistem na rivalidade territorial, passando longe de aspectos puramente econômicos. Mas isso não significa que a geopolítica deve ignorá-los, pois, segundo o autor, a análise dos fatos econômicos contribui para o enriquecimento da abordagem geopolítica.

1.5.1 O Realismo e a Interdependência Complexa como subsídio para compreender as relações entre os Estados Unidos e a América do Sul

Após estabelecer o diálogo entre a corrente realista e a interdependência complexa com a geopolítica – área em que se situa este trabalho –, é necessário esclarecer por quais motivos ambas as correntes das RI foram escolhidas para embasar uma pesquisa entre as relações dos EUA com os países da América do Sul.

A nosso juízo, ambas as correntes são complementares para uma análise não apenas do objeto desta pesquisa, mas também das diversas relações decorrentes no sistema internacional. Como lembra Joseph Nye, “o mundo real situa-se em algum ponto entre estes dois. Podemos indagar onde as relações com determinado país se encaixam no espectro entre o realismo e a interdependência complexa” (NYE, 2009, p. 264).

O autor explica essa questão a partir de diversos exemplos, como as relações entre países do Oriente Médio, que estão mais voltados ao espectro realista, enquanto que as relações entre EUA e Canadá ou França e Alemanha, na atualidade, adequam-se mais ao modelo da interdependência complexa. Os modelos de luta pelo poder apresentam-se de diferentes maneiras de acordo com sua localização geográfica (NYE, 2009) e há, ainda, os países que, ao mesmo tempo, possuem relações com ambos os espectros, como é citado pelo autor nas relações entre EUA e China.

⁴⁴ “[...] it tends to ignore the political and symbolic reasons for conflict, which can also be caused by the quality of a country’s institutions, the way in which government is organized, its administrative culture, and the balance of power within any given society” (MONTCLOS, 2013, p. II).

Embora o relacionamento comercial bilateral entre os Estados Unidos e a China seja assimétrico em favor da China, os Estados Unidos não são particularmente vulneráveis aos potenciais embargos comerciais chineses porque poderiam compensar a potencial perda de mercadorias chinesas pela compra delas em outros lugares, e a China tem fortes incentivos internos para exportar para os Estados Unidos. [...] Ao mesmo tempo, o rápido crescimento da força econômica e militar da chinesa teve um forte efeito sobre as percepções do equilíbrio de poder no Extremo Oriente e contribuiu para o revigoramento da aliança de segurança entre os Estados Unidos e Japão iniciada em 1995. (NYE, 2009, p. 256)

Nesse sentido, a definição variável, ora corrente realista, ora corrente da interdependência complexa, também é válida para a compreensão das relações estadunidenses com os países sul-americanos, pois é observável que as relações históricas entre eles até a atualidade foram construídas em eventos pendulares entre as correntes citadas.

O início da política realista de Washington para o subcontinente teve início logo após as *ondas* de descolonização política nos países da América Latina, quando os EUA, com a implementação da Doutrina Monroe em 1823, anunciaram sua intenção de hegemonia sobre esses países. Logo mais, em 1904, foi aprovado como um dos princípios dessa doutrina o Corolário Roosevelt, também chamado de *Big Stick*, assegurando “o direito de intervenção militar preventiva [na América Latina], não para implementar as reivindicações de *seus* cidadãos, mas para impedir intervenção europeia” (SCHOUTZ, 2000, p. 325 apud PAGLIARI, 2004, p. 33). Após os anos de 1930, os EUA procuraram se desvincular de novas intervenções na região inaugurando a política da chamada “boa vizinhança”, porém logo, com as mudanças no cenário internacional com a emergência da Guerra Fria, as políticas de caráter militar voltaram a ser recorrentes na região. Um exemplo clássico que iremos explicar mais profundamente no próximo capítulo foi a formação de um bloco de segurança mútua denominado de TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), assinado em 1947, dois anos antes da OTAN.

O acordo TIAR significou, na realidade, a “abdicação, por parte dos exércitos dos países signatários da responsabilidade máxima de tomar a iniciativa de defesa de seus territórios, em caso de conflito com a União Soviética” (GIANNASI, 2011, p. 95), colocando-os em uma posição subalterna em relação aos exércitos dos EUA.

Durante a segunda metade dos anos 40 até o início da década de 1960, as movimentações políticas estadunidenses sempre objetivavam criar um “guarda chuva” sobre as Américas que, diante da confrontação bipolar da Guerra Fria anulasse os riscos e ameaças soviéticas no Hemisfério. Desse

modo, o caminho encontrado pela potência norte-americana foi o de estabelecer mecanismos de segurança e defesa próprios e institucionalizados para toda a região. (VELOZZO JÚNIOR, 2006, p. 54)

Os evidentes objetivos dos EUA de garantir a supremacia regional na América Latina por meio dos fatores militares os aproximam da perspectiva realista, pois qualquer país que buscasse alternativas divergentes dos interesses de Washington sofreria reveses por conta da potência hegemônica, como ocorreu na América Central e na América do Sul a partir de intervenções diretas e queda de governantes em virtude do apoio a governos militares alinhados aos EUA.

Após o declínio do comunismo e a derrocada da Guerra Fria, a agenda hemisférica passou por grandes mudanças. Henry Kissinger (2001), em sua obra *Does America need a foreign policy?: toward a diplomacy for 21st century*, publicada em 2001, aborda os novos desafios que a região traria ao governo estadunidense, tendo como exemplos o combate ao narcotráfico e a guerrilha na Colômbia, a ascensão de governos populistas e não alinhados como Chávez na Venezuela, e a expansão do livre comércio a partir de planos bilaterais ou de blocos comerciais (KISSINGER, 2001). Mesmo com essa mudança, o viés realista permaneceu incorporado nas relações inter-regionais. A partir do narcotráfico, intensificou-se a presença militar dos EUA na região com a criação do Plano Colômbia, em 2000, assim como a ratificação de um acordo bilateral, no mesmo ano, entre EUA e Equador que concebia aos estadunidenses o direito de instalação de uma base militar em Manta, localizada no país andino⁴⁵.

Anos mais tarde, em 2008, a presença estadunidense na América do Sul ganhou uma nova discussão a partir da reativação da IV Frota Naval, que estava desativada desde o fim da Segunda Guerra Mundial, responsável pela fiscalização no Atlântico Sul. De acordo com Moniz Bandeira (2010a), a reativação da IV Frota estava diretamente relacionada às recentes descobertas de hidrocarbonetos no litoral brasileiro.

Após o fim da Guerra Fria, com o fortalecimento da dinâmica econômica no sistema internacional, a dinamização da globalização e o “declínio” das temáticas de guerra, “estabeleceu-se um consenso, em esfera planetária, que a literatura definiu ora com os termos de *globalização*, ora de nova *interdependência*, ora de *neoliberalismo*” (CERVO, 2000, p. 5).

⁴⁵ No imediato pós-Guerra Fria, o combate ao narcotráfico foi uma das principais diretrizes de segurança regional colocada pelos Estados Unidos para a América Latina. Em 1996, “o subsecretário de Política da Secretaria de Defesa norte-americana, Walter Slocombe, reafirmou a tradicional posição norte-americana de militarizar o combate ao narcotráfico na região, sem diferenciar os países produtores daqueles que não o eram” (SAIN, 2003, p. 180). O projeto piloto desta militarização seria formulado mais tarde com o nome de Plano Colômbia.

Esses pontos criaram um ambiente favorável à aplicação de políticas que podem ser relacionadas à corrente da Interdependência Complexa.

Vitoriosos na Guerra Fria, os EUA incitaram a investida de uma nova agenda carregada de uma ideologia neoliberal não apenas para a América do Sul, mas para toda a América Latina. As ideias neoliberais iriam se tornar o pensamento predominante entre os líderes latino-americanos e, embora a região “tenha demonstrado a maior coerência dentre todas as regiões do mundo na adoção do consenso neoliberal, não houve uniformidade na intensidade e nos ritmos das reformas internas requeridas pela nova forma de inserção internacional” (CERVO, 2000, p. 5)⁴⁶.

De acordo com Pecequilo (2013):

[...] esta agenda ofensiva dos Estados Unidos era composta por três pilares: o Consenso de Washington, a integração regional (Iniciativa para as Américas, Acordo de Livre Comércio para a América do Norte e a Área de Livre Comércio das Américas – IA, NAFTA e ALCA, respectivamente) e [...] novos temas (segurança compartilhada para lidar com meio ambiente, tráfico de drogas, imigração, direitos humanos, boa governança, dentre outros). (PECEQUILO, 2013, p. 102)

Essas políticas iniciadas na década de 1990 seriam, de acordo com a autora, a prescrição de uma nova era de relações hemisféricas, caracterizadas pela substituição da antiga Doutrina Monroe em detrimento da cooperação regional. A região, então, “se apresentava como uma válvula de escape importante para a economia dos Estados Unidos, por meio de novos projetos de inserção comercial e política na região” (PECEQUILO, 2012, p. 37).

Esses projetos visavam garantir a manutenção e preservação de sua zona de influência estratégica, sobretudo diante da reafirmação de demais competidores como os mercados europeus e asiáticos (PECEQUILO, 2012). A Iniciativa para as Américas (IA), apresentada por George W. H. Bush em 1990, trazia como objetivo a criação de uma Zona Hemisférica de Livre Comércio (ZHLC). A IA foi basicamente o projeto embrião da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e era um projeto ambicioso que buscava utilizar as relações comerciais como um instrumento de poder, sendo alguns credos neoliberais denunciados pelo ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso e chamado por ele de

⁴⁶ O autor, em seu artigo “Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina”, explana sobre as diferenças entre a intensidade da ideologia neoliberal nos países da América Latina. Segundo o autor, embora o Brasil também tenha sido incorporado por esse pensamento, a veemência não foi a mesma que ocorreu na Argentina e no Chile.

globalização assimétrica (CERVO, 2000, grifo nosso). Complementando o pensamento, Moniz Bandeira expõe que:

Seu propósito central consistia em criar um conjunto de regras, a fim de incorporar os países da América do Sul, sobretudo o Brasil, ao espaço econômico (e ao sistema político) dos Estados Unidos, de forma assimétrica e subordinada [...] a vertente econômica da estratégia global dos Estados Unidos para manter a hegemonia no hemisfério, conjugou-se com a aplicação das medidas neoliberais, estabelecidas pelo Consenso de Washington [...] no sentido de reduzir o papel do Estado, torná-lo miniatura de Estado, o Estado mínimo, o que significava, em meio à globalização da economia, o constrangimento da própria soberania nacional dos países da América do Sul (também de outros continentes), com a entrega de todo poder econômico às corporações transnacionais, a maioria das quais americanas, que se assenhoravam das empresas estatais, postas à venda pelos governos, sob o signo da privatização, que implicava, na maioria dos casos, sua estrangeirização. (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 53)

A questão do narcotráfico, além das políticas de militarização da América do Sul, trouxe políticas de cooperação entre os Estados Unidos e os países andinos, voltados para o desenvolvimento econômicos desses últimos, como a *Andean Trade Preference Act* (ATPA), criada em 1991, por George H. W. Bush e rebatizada, em 2002, como *Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act* (ATPDEA), por seu filho George W. Bush. Essa política previa um sistema de preferências comerciais com tarifa zero para alguns produtos em troca do comprometimento na luta contra o narcotráfico, sendo os países beneficiados: Colômbia, Peru, Equador e Bolívia.

Por fim, é importante citar também, sem aprofundar para mais bem discutir esta questão em outros capítulos, a tentativa de formalizar acordos bilaterais de livre comércio como opção ao fracasso da criação de uma área de livre comércio comum à região.

Em suma, é perceptível que a política dos EUA para a América do Sul possui a possibilidade de ser encarada a partir da dialética entre as correntes do Realismo e da Interdependência Complexa (esta com destaque a partir dos anos de 1990). Como demonstraremos no próximo capítulo, as relações entre os EUA e a região foram marcadas por períodos em que houve o predomínio da força militar como forma de manter a hegemonia estadunidense no hemisfério e períodos em que políticas de cooperação foram encabeçadas pela potência do Norte, contudo, essas políticas de cooperação nada mais eram do que meios para a manutenção da hegemonia hemisférica dos EUA, mas travestidas de discursos de cooperação.

1.5.2 Geopolítica e Análise de Política Externa: Os EUA e a América do Sul

Para finalizar o capítulo, cabe discutir a importância da abordagem da análise de política externa como subdisciplina das RI e sua relação com a geopolítica.

A Análise de Política Externa (APE) não se diferencia em grande parte de sua disciplina mãe, as RI, pois ambas discutem conflito e cooperação no sistema internacional, mas a especificidade da APE está em seu objeto, que consiste no “estudo da política externa de governos específicos, considerando seus determinantes, objetivos, tomada de decisões e ações efetivamente realizadas” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 40).

Continuando o pensamento de Salomón e Pinheiro (2013), o artigo pioneiro em APE foi publicado em 1954, por Richard Snyder, Henry W. Bruck e Burton Sapin, intitulado de *Decision-making as an approach to the study of international politics*. Os autores traziam como proposta a ideia de que a política externa era antes de tudo um resultado de uma série de decisões tomadas por gestores do Estado, decisões tomadas de acordo com o entendimento deles sobre uma determinada situação.

De fato, nem sempre as consequências da tomada de decisão de uma política externa alcançam os resultados esperados, por isso Kjell Goldmann e Laura Neack (2008 apud FREIRE, 2011) enfatizam a distinção de uma política externa verbalizada (quanto ocorre a declaração dos objetivos perseguidos) e a política externa não verbalizada (quando não há a declaração dos objetivos perseguidos). Ambos os casos são válidos para a APE, pois as análises devem levar em conta a razão pela qual os decisores declaram ou não seus objetivos porque a APE implica o estudo dos processos, as declarações e o comportamento dos decisores (NEAK, 2008 apud FREIRE, 2011).

O debate entre realistas e liberais nas RI, citados por Figueira (2011) como tradicionalistas e pluralistas, respectivamente, também repercutiu na subdisciplina de APE. A perspectiva tradicionalista aponta “os Estados como atores unitários e monolíticos, em que as decisões de política externa estão centradas exclusivamente nas mãos do Executivo, desconsiderando a interação entre os agentes domésticos como partícipes do processo de tomada de decisão” (FIGUEIRA, 2011, p. 13). Para os tradicionalistas, portanto, os fatores sistêmicos são os principais elementos a moldar as ações políticas dos Estados. Deste modo, esta corrente está diretamente ligada à estrutura do sistema internacional em relação à distribuição do poder.

Em contrapartida, os pluralistas consideram que uma multiplicidade de atores influencia a tomada de decisão da política externa adotada pelos Estados, como as

organizações internacionais, empresas multinacionais, grupos de *think tanks*, opinião pública etc. Milner (1997) entende a

[...] política externa como resultado de um embate entre diversos atores domésticos, sejam eles governamentais, não-governamentais e privados. Com essa perspectiva, entende-se que o interesse nacional, desse modo, é mutável, pois pode variar ao longo do tempo, dependendo das preferências e interesses das coalizões vencedoras na arena política doméstica. Nesse contexto, quanto maior a participação de parlamentares, da iniciativa privada e de atores da sociedade civil, por exemplo, mais contemplados estarão os anseios democráticos, que, por sua vez, serão refletidos no interesse nacional. (MILNER, 1997 apud MANSANI; REIS, 2014, p. 24)

Para os autores da corrente pluralista, o cenário interno de um país possui um peso relevante em sua conduta externa. “A partir dos anos 1990, os defensores da ‘tese da paz democrática’ defenderam a ideia de que um fator doméstico (tipo de regime político) é fundamental para explicar a conduta belicosa ou pacífica dos Estados” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 45).

É nessa perspectiva que Celso Lafer enfatiza que:

[...] toda política externa constitui um esforço, mais ou menos bem-sucedido, de compatibilizar o quadro interno de um país com seu contexto externo. É por isso que, na análise da política externa de um Estado, convém, analiticamente, levar em conta duas dimensões distintas, porém complementares. A primeira diz respeito às normas de funcionamento da ordem mundial num dado momento. A segunda trata de esclarecer as modalidades específicas de inserção de um Estado na dinâmica de funcionamento do sistema internacional. (LAFER apud OLIVEIRA, 2005, p. 9)

A partir das abordagens expostas, é perceptível que ambas as correntes concordam que a distribuição de poder no sistema internacional afeta o comportamento externo dos países. Desse modo, é importante ressaltar as diferenças de poder entre os EUA e os países sul-americanos. Para nos auxiliar, utilizaremos os conceitos de relações de centro e periferia, elaborados por Wallerstein ao apresentar sua teoria sobre o Sistema Mundial Moderno.

Centro e periferia devem ser vistos mais como conceitos da economia-mundo capitalista do que como regiões geográficas, isto é, só têm significado em uma análise sistêmica [...] Historicamente, capitalistas e Estados organizam o processo de produção mundial entre várias regiões geográficas, de forma que haja uma concentração de atividades monopolistas em determinada regiões, tornando-as regiões centrais (que podem coincidir com territórios de Estados nacionais), e atividades sem condições de escapar

da concorrência de seus competidores e da troca desigual dos monopolistas em outras regiões, tornando-as regiões periféricas (da mesma forma, podendo coincidir com territórios nacionais ou mesmo continentais). (ARIENTE; FILOMENO, 2007, p. 108)

Mesmo que a análise de Wallerstein se mantenha no foco econômico, é possível interpretá-la a partir de outras naturezas, como a militar e a política, no sentido de que a hegemonia estadunidense em todas essas áreas lhe garante o *status* de país central no hemisfério, enquanto que os países da América do Sul são vistos como periferia⁴⁷. Essas relações de centro-periferia possuem um peso significativo nas políticas externas de ambos os lados, tanto na região central como nas regiões periféricas.

A assimetria estrutural do sistema internacional, caracterizada por uma plena superioridade estadunidense no âmbito econômico-tecnológico e político-militar, assim como a participação de sua elite como titulares em diversos papéis internacionais, garante o domínio dos interesses públicos e privados de Washington em suas relações internacionais.

Os países centrais modelam suas políticas para manter sua influência em áreas periféricas, algo similar à *Teoria da Dependência*, que, de acordo com Serfati (2005, p. 140), “é caracterizada pela relação de dependência entre os Estados periféricos e centrais, na qual o padrão de trocas comerciais desiguais acentua suas diferenças econômicas”. Para Machado (1999, p. 200) “a dependência está nas relações internacionais de domínio e submissão no sistema de interdependências”. Como a interdependência ocorre de maneira assimétrica no sistema internacional, o resultado é um desequilíbrio nas relações de poder entre os países, afetando diretamente as diretrizes e tomadas de decisões de uma política externa. Nesse sentido:

A política externa de um país dependente está condicionada, simultaneamente, ao sistema de poder em que se situa, bem como às conjunturas políticas, interna e externa (a saber, o processo imediato de decisões no centro hegemônico bem como nos países dependentes). Essa hipótese, por um lado, acentua a necessidade de conjugar as determinações estruturais, que delimitam o campo de ação dos agentes decisores, com determinações conjunturais, dadas pela decisão e ação dos *policy-makers*; por outro lado, repele a noção de que a política externa de um país dependente é um simples reflexo das decisões do centro hegemônico e nega também que se possa entendê-la mediante o exame exclusivo das decisões

⁴⁷ Porém, alguns países, como o Brasil, deixaram para trás sua caracterização como país periférico, tornando-se da semiperiferia, realizando “simultânea e paralelamente, atividades centrais e periféricas, ou atividades que absorvem valor de atividades periféricas, de um lado, e transferem valor para atividades centrais, de outro” (ARIENTE; FILOMENO, 2007, p. 108). Taylor e Flint (2002) afirmam que, para Wallerstein, o papel assumido pela semiperiferia é mais político do que econômico, pois é a região intermediária para as relações entre as três áreas.

no país subordinado. (MOURA, 1980, p. 42-43 apud OLIVEIRA, 2005, p. 10-11)

Dentro dessa perspectiva, ao analisar a política externa dos EUA para a América do Sul, durante a gestão Obama, foi necessário verificar se as diretrizes da política externa dos países da região estavam alinhadas ao americanismo, tendo o estreitamento e alinhamento a Washington como ponto norteador de suas diretrizes, ou ao globalismo, significando uma procura por maior diversificação de parcerias no sistema internacional, em vez de se restringir a um número seletivo de parceiros. Essa vertente globalista dialoga com os conceitos de “revisão periférica” de Cesar Guimarães (2008). O revisionismo periférico significa:

[...] uma revisão de política de um país de periferia em relação à potência, calcada na clara condição assimétrica de relações, e obviamente repleta de limitações, mas com o propósito de reverter antigos alinhamentos cujos benefícios, ao contrário do que se supunha anteriormente, não foram grandes o suficiente para compensar as grandes crises econômicas e sociais decorrentes. (MONTEIRO, 2014, p. 179)

Para o realismo periférico, “o sistema internacional, constituído por atores unitários, possui tendência à multipolaridade, em detrimento de uma unipolaridade quase sempre frágil e instável” (MONTEIRO, 2014).

Por fim, é possível afirmar que “a política externa é uma área abrangente cujo enfoque inclui questões diversas, como segurança, economia, ambiente, e cultura” (FREIRE, 2011, p. 19), relacionando-se diretamente com a geopolítica por possuírem como objeto os mesmos enfoques, no sentido de que os aspectos geopolíticos de um país têm grande influência em sua política externa.

Assim, coube a esta pesquisa tentar responder as seguintes questões: de que maneira a política externa dos EUA para América do Sul, na gestão de Barack Obama, pode ser compreendida? Ela seguiu o discurso de Obama, embasado por palavras que enalteciam relações positivas, ou sua política manteve o viés de manutenção de poder na região, assim como políticas de caráter comercial visando uma interdependência assimétrica? Ou, ainda, um caráter pendular entre momentos de cooperação e momentos de contradição? E de que maneira os países da América do Sul se portaram diante das ações de Washington?

2. AS RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A AMÉRICA DO SUL E A PROJEÇÃO DO SUBCONTINENTE NO CENÁRIO INTERNACIONAL

A construção de um debate histórico sobre as relações internacionais envolvendo os EUA e os países sul-americanos não é algo novo e foi realizada pelos mais variados autores de diversas áreas do conhecimento, como a história, a geografia, as relações internacionais e a ciência política. Entre eles, estão Schoultz (2001), Ayerbe (2002), Moniz Bandeira (2010a), Pecequilo (2011) e Tulchin (2016). Mas, para se chegar ao objetivo principal da pesquisa, que se concentra no governo de Barack Obama, entendemos que é preciso realizar uma análise dos fatos ocorridos no passado, construindo uma linha de pensamento que nos proporcionará uma compreensão dos eventos concatenados nos anos atuais.

Sendo assim, embora este seja um trabalho da área da geografia/geopolítica, com interconexão com a área das Relações Internacionais, nos primeiros tópicos deste capítulo, utilizamos como metodologia o método histórico, que busca investigar os acontecimentos no passado para assimilar suas influências em períodos recentes. Nesse caso, é importante pensar que a construção e evolução dos acontecimentos atuais na política internacional possuem traços de eventos passados, salvo algumas exceções, e “difícilmente se pode compreender a política exterior ou as relações internacionais de um país, sem situá-las em sua concreticidade histórica [...] passado vivo, [que] constitui a substância real do presente, que nada mais é do que um permanente devenir” (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 40).

Ao iniciar o resgate histórico, é necessário ter em mente que o diálogo deve partir de uma questão mais ampla, englobando não apenas os países sul-americanos, mas toda a América Latina, pois, como será demonstrado, no século XIX e início do século XX, os países da América Central e do Caribe foram os que mais sentiram o poder hegemônico dos EUA. Isso não significa que a América do Sul não estivesse envolvida nos planos de Washington, mas, no princípio, talvez pela proximidade geográfica, as políticas estadunidenses tiveram maior intensidade nos países centro-americanos e caribenhos, cabendo aos países sul-americanos um maior destaque anos mais tarde, em especial após a Primeira Guerra Mundial (TULCHIN, 2016).

O continente americano, também chamado de Novo Mundo, é caracterizado por países dotados de uma história semelhante, mas com resultados diferentes. Semelhantes por passarem por um período colonial sob a égide das grandes potências europeias, mas com

resultados diferentes porque um desses países da porção norte do hemisfério se tornaria, anos mais tarde, hegemônico no mundo.

O primeiro passo dos EUA para a projeção de poder além de suas fronteiras foi em direção ao sul, onde países recém-independentes, com sistemas políticos em construção e com frágeis estruturas internas, estariam fadados ao domínio do Norte. Como denota Kissinger (2007, p. 13), “os americanos habitaram um continente praticamente deserto, protegido das potências predatórias por dois oceanos imensos e tendo países fracos como vizinhos”. Historicamente falando, a América Latina teve um papel de subordinação aos interesses estrangeiros, em um primeiro momento se submetendo às metrópoles colonialistas europeias e, em um segundo momento, orbitando os Estados Unidos.

Este capítulo será composto por diferentes tópicos, avançando cronologicamente sobre a relação hegemônica dos EUA com os países sul-americanos e procurando demonstrar como a política externa de Washington foi modelada ao longo desses anos. Além disso, será destacada também a visão (ou relação) dos países do subcontinente com o país hegemônico. Como o objetivo principal desta pesquisa é compreender as relações geopolíticas do governo de Barack Obama com a América do Sul, iremos apresentar, de maneira sucinta, um breve histórico das relações entre os EUA e a América do Sul, buscando dar mais enfoque nessa relação ao período pós-Guerra Fria, pois, pela proximidade temporal, as políticas adotadas pelos governos desse período tendem a ter maior repercussão no governo de Barack Obama.

Como foi explanado em alguns parágrafos acima, nos primeiros tópicos, nos quais serão trabalhados os primórdios da construção hegemônica dos EUA no hemisfério, utilizaremos o termo América Latina – especificando quando houver referência aos países sul-americanos –, pelo fato de não haver uma política exclusiva para os países da América do Sul, mas sim para todo o subcontinente, com intensidade inicial maior na América Central e Caribe. No decorrer do capítulo, o recorte espacial será redirecionado para América do Sul, com menor preocupação em relação aos países centro-americanos e caribenhos.

2.1 Os primórdios da construção da hegemonia estadunidense na América Latina

2.1.1 Os princípios da Doutrina Monroe

O dia dois de dezembro de 1823 marcou o início da política dos EUA para a América Latina, a partir da mensagem enviada pelo então presidente James Monroe (1817-

1825) ao congresso estadunidense. Tal pronunciamento, carregado de uma carga ideológica, ficaria conhecido como Doutrina Monroe. Nele, estava declarado apoio ao processo de independência dos países da América Ibérica, que teve uma duração de 1808 a 1826. A intenção primordial de Washington era a eliminação das antigas metrópoles europeias, evitando novas pressões neocolonialistas na América Latina.

De acordo com Gilderhus (2006), a Doutrina Monroe estava embasada em uma proposta idealista e de altos princípios, ao defender o direito dos países recém-independentes à liberdade, democracia e paz. Influenciados pela ideologia do Destino Manifesto⁴⁸, os estadunidenses se enxergavam como missionários do processo civilizador, levando seus princípios de democracia e liberdade aonde quer que houvesse “barbárie”. Como demonstra Tulchin (2016, p. 28), “a frase mais frequente na época era que as nações mais civilizadas ‘levariam a civilização para’ os menos civilizados”.

Mas, ao mesmo tempo, a Doutrina Monroe significou “uma afirmação da posição norte-americana dentro de seu continente, sinalizando aos demais países sua zona de influência” (PECEQUILO, 2011, p. 67). Moniz Bandeira (2010a, p. 41) complementa, afirmando que “o *destino manifesto* dos EUA consistia em expandir suas fronteiras não apenas territoriais, mas também econômicas por todo o hemisfério”.

O afastamento das potências europeias do continente americano tinha se tornado um imperativo para o governo de Washington, pois aqueles países recém-independentes apareciam como novas oportunidades comerciais, que até então estavam atreladas a suas metrópoles. Alguns países europeus, especialmente aqueles formadores da Santa Aliança⁴⁹, demonstraram interesses em uma tentativa de recolonizar os países da região. Esses países já estavam exercendo políticas intervencionistas no chamado Velho Mundo, o que fez o então Secretário de Estado dos EUA, John Quincy Adams, preocupar-se em saber se tais ambições poderiam ser estendidas ao continente americano (GILDERHUS, 2006).

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, George Canning, a fim de preservar seus interesses comerciais no continente, mostrou-se apoiador convicto da posição

⁴⁸ De acordo com Pecequilo (2011), o Destino Manifesto ocupa um grande espaço no imaginário estadunidense. No período de sua formação territorial, a anexação de novas terras a partir das treze colônias ao Pacífico foi compreendido como algo natural e inevitável, como se fosse algo destinado a eles. No imaginário estadunidense, os “Estados Unidos têm um grande destino no mundo, que é o de disseminar a excelência dos seus princípios, ampliando os domínios de experimento norte-americano, das virtudes da democracia, da república e da liberdade” (PECEQUILO, 2011, p. 65).

⁴⁹ A Santa Aliança passou a existir após o fim das Guerras Napoleônicas, em 1815, sendo inicialmente formada pelo Império Russo, Império Austríaco e Reino da Prússia. A Inglaterra chegou a participar da coligação formando, então, a Quádrupla Aliança, porém ela acabou deixando o grupo devido à sua posição ter passado a ser de apoio a independência dos países do Novo Mundo.

assumida pelos EUA, com o objetivo de manter os países da Santa Aliança distantes das ex-colônias espanholas. Porém, Adams não tinha confiança no apoio britânico e “incitou o presidente Monroe a excluir o colonialismo europeu das Américas a partir de uma decisão unilateral americana” (KISSINGER, 2007, p. 26).

Sendo assim, o presidente James Monroe enviou sua mensagem ao Congresso, demonstrando claramente seus objetivos em relação aos países latino-americanos. Nas palavras dele:

[...] devemos considerar qualquer tentativa da parte deles de estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como perigosa para a nossa paz e segurança. Com as colônias existentes ou dependências de qualquer poder europeu, não interferimos e não devemos interferir. Mas, com os Governos que declararam sua independência e a mantêm, e cuja independência nós temos, em grande consideração e em princípios justos, reconhecido, não poderíamos ver qualquer interposição com o propósito de oprimi-los ou controlar de qualquer outro modo seu destino, por qualquer poder europeu em qualquer outra luz, do que como a manifestação de uma disposição hostil em relação aos Estados Unidos. (MONROE, 1823, n.p., tradução nossa)⁵⁰

Com o depoimento do presidente ao Congresso, ficou evidente a postura assumida pelos EUA, a qual poderia ser separada em três eixos principais: a não formação de novas colônias na América, o não envolvimento dos europeus nos assuntos internos dos países do novo mundo e a posição de isolacionismo dos EUA em relação aos assuntos europeus. A Doutrina Monroe declarava que uma nova tentativa de colonização ou de interferência nos países latinos seria compreendida por Washington como uma afronta à sua segurança.

Até esse momento, a regra principal da política externa americana tinha sido a do não envolvimento nas disputas europeias pelo poder. A Doutrina Monroe deu o passo seguinte, declarando que a Europa não devia envolver-se nos assuntos americanos. E a noção de Monroe do que constituía os assuntos americanos era, na realidade, extensiva: compreendia o todo hemisfério ocidental [...]. Sob a influência da Doutrina Monroe, a América podia conduzir políticas que não diferiam muito dos sonhos de qualquer rei europeu – expandir seu comércio e sua influência [...]. (KISSINGER, 2007, p. 26-27)

⁵⁰ “[...] we should consider any attempt on their part to extend their system to any portion of this hemisphere as dangerous to our peace and safety. With the existing colonies or dependencies of any European power, we have not interfered and shall not interfere. But with the Governments who have declared their independence and maintain it, and whose independence we have, on great consideration and on just principles, acknowledged, we could not view any interposition for the purpose of oppressing them, or controlling in any other manner their destiny, by any European power in any other light than as the manifestation of an unfriendly disposition toward the United States” (MONROE, 1823, n.p.).

Para os Estados Unidos, a periferia da América tornara-se sua zona de ação e influência imediata, o que passou a significar um local diretamente ligado à sua segurança nacional (PAGLIARI, 2004), pois, de acordo com a concepção de Pecequilo (2011), o governo estadunidense presumia que uma ameaça ao hemisfério seria respectivamente uma ameaça aos seus interesses, os quais não eram puramente econômicos, mas também estratégicos e geopolíticos.

A mensagem do presidente James Monroe ao Congresso logo iria se tornar conhecida nos países sul-americanos, sendo inicialmente aceita por alguns estadistas do continente e publicada na íntegra ou em trechos nos principais jornais da América do Sul da época. Robertson (1915) explana que os relatórios relativos à mensagem chegaram à Colômbia no início de 1824, tendo se tornado conhecida pelo público por um artigo publicado no dia 1º de fevereiro de 1824, no jornal *Gaceta de Colombia*, que provavelmente foi escrito pelo vice-presidente da época, Francisco de Paula Santander, seguido de alguns parágrafos da mensagem de Monroe. Entre os trechos do jornal, cabe destacar:

Muito prazer nos deu para ver isso na mensagem que temos em vista, que o presidente dos Estados Unidos aproveitou a oportunidade das diferenças pendentes com a Rússia para assegurar que os continentes americanos já são livres e independentes, que, doravante, não podem ser o teatro da colonização para qualquer potência europeia. Sim; os americanos do norte e do sul deste continente não verão mais em suas terras aquelas hordas de estrangeiros, que, com a cruz em uma mão e a adaga na outra, venham a interromper a felicidade e a paz que agora desfrutam. (GACETA DE COLOMBIA, 1824, n.p., tradução nossa)⁵¹

Santander chegou até mesmo a citar a Doutrina Monroe em cartas enviadas por ele a Símon Bolívar. Em uma delas, o então vice-presidente escreveu:

A mensagem para o congresso dos Estados Unidos fez uma profunda impressão na Europa. A Santa Aliança está queimando de raiva, não só porque o Presidente Monroe assumiu um tom ameaçador, mas porque é suspeito que a Grã-Bretanha concordou com a mensagem. (O' LEARY, [18-] apud ROBERTSON, 1915, p. 85)

⁵¹ “Mucho placer nos ha dado por esto el ver em el mensaje que tenemos a la vista, que el presidente de los Estados-Unidos haya aprovechado la oportunidad de las diferencias pendientes con la Rusia, para asentar que los continentes americanos son ya de tal manera libres e independientes, que em adelante ellos no pueden ser el teatro de colonizacion para ninguna potencia Europea. Si; los americanos del norte y sur de este continente, no verán mas en sus tierras esas hordas de advenedizos, que con la cruz en una mano, y el puñal en la otra, vengan a interrumpir la dicha y la paz de que ahora disfrutan” (GACETA DE COLOMBIA, 1824, n.p.).

No Brasil, após os EUA reconhecerem a independência brasileira e darem início aos assuntos diplomáticos, por medo de Portugal tentar reconquistar o território brasileiro, o então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, José Silvestre Rebello, em uma conversa com Adams, em 27 de janeiro de 1825, chegou a propor a formação de uma aliança entre os EUA e o Brasil, à qual outros países sul-americanos deveriam ser convidados a participar (ROBERTSON, 1915). Porém, não houve avanços significativos.

Outro político brasileiro que viria a apoiar firmemente a Doutrina Monroe, anos mais tarde, foi o ex-diplomata Joaquim Nabuco. De acordo com Tulchin (2016), embora Nabuco fosse contrário à escravidão, ele fazia parte de uma elite que defendia, com mãos de ferro, a soberania territorial do Brasil – a mesma que apoiou a Guerra do Paraguai em 1865, pelo domínio da Bacia Platina, e defendeu as políticas de ocupação populacional no interior do país pelos bandeirantes –, considerando que era “a Doutrina Monroe e a consequente ambição hegemônica dos EUA o melhor método de garantir essa soberania” (TULCHIN, 2016, p. 45)⁵². Na visão de Darc Costa, uma aproximação com os EUA seria vantajosa para o Brasil, pois “refletia um claro esforço de desvincular-se da Inglaterra e demais nações da Europa” (COSTA, 2009, p. 510).

De fato, embora desafiadora aos países europeus, as possibilidades de intervenção direta dos EUA para a defesa do continente, em caso de uma tentativa de recolonização, era extremamente baixa, pois sua capacidade militar naquele período estava em níveis inferiores à dos países do Velho Mundo, carente de meios para ser aplicada (LIPMAN, 1943 apud PECEQUILO, 2011) – realidade que seria mudada na Guerra Hispano-Americana, em 1898. Sendo assim, a Doutrina Monroe representou mais uma política de caráter discursivo do que efetividade prática.

Em 1889, o governo de Washington procurou dinamizar seus interesses na região, buscando uma alternativa aplicável, e não apenas discursiva, com foco em aspectos econômicos e no aprofundamento do comércio hemisférico. Após um efetivo crescimento econômico entremeado por árduas recessões como as de 1873 a 1878 e 1882 a 1885 (SANTOS, 2007), os EUA buscavam novos mercados para suas manufaturas, bem como fontes de matéria-prima para alavancar sua crescente economia.

A partir desses episódios, foi idealizado pelo secretário de Estado James Blaine, a ideia do Pan-Americanismo, resultando na organização da *1ª Conferência Pan-Americana*,

⁵² Embora inicialmente a Doutrina Monroe tenha sido bem aceita, logo mais tarde ela viria a ser questionada por estadistas e intelectuais de diversos países, casos de Carlos Calvo e Luis María Drago, na Argentina, assim como José Bonifácio e Oliveira Lima, no Brasil. Um dos fatores principais que desencadeou uma visão negativa sobre a doutrina foi a efetivação do Corolário Roosevelt, que abordaremos neste capítulo.

em Washington, em 1889, na qual os ambiciosos desejos comerciais trariam a proposta de criar uma espécie de união aduaneira entre os países americanos e também a um sistema de arbitragem para resolução pacífica de conflitos (SANTOS, 2007).

Segundo Stuart (1998):

[...] essa primeira conferência pan-americana almejava a ampliação do diálogo entre os Estados Unidos e a América Latina, ao mesmo tempo que procurava excluir, agora definitiva, das potências europeias (principalmente a Grã-Bretanha) do hemisfério ocidental, tanto do ponto de vista econômico quanto político. (STUART, 1998 apud PECEQUILO, 2011, p. 74)

Dulci (2008) aponta que, diante de tal cenário, era esperado que a Grã-Bretanha fizesse forte oposição a esta conferência, visando à manutenção de seu influente comércio junto aos países da região. Por sua vez, a Argentina, por se apresentar naquele período como um grande parceiro econômico dos ingleses, foi o país que mais resistiu às propostas estadunidenses. Moniz Bandeira (2010a) complementa afirmando que o representante argentino na conferência, Roque Sáenz Peña, chegou a ser acusado de “europeísmo”, por contrariar os interesses dos EUA na conferência. Peña era contrário à Doutrina Monroe e não concordava com o fato dos EUA se colocarem como “chanceleres” do Novo Mundo; para ele, nenhum Estado teria o direito de falar em nome do hemisfério como um todo (MONIZ BANDEIRA, 2010a).

Sendo assim, os avanços da *1ª Conferência Pan-Americana* foram quase nulos, exceto “pela criação da União Internacional das Repúblicas Americanas (posteriormente União Pan-Americana), órgão destinado a reunir dados sobre o comércio do continente e a publicar boletins com esses dados” (DULCI, 2008. p. 27)⁵³. De acordo com a autora, esse órgão foi quem se responsabilizou pela organização das demais Conferências Pan-Americanas.

Um fato importante que incitou atitudes reveladoras sobre o desejo dos EUA na América Latina viria a ocorrer no ano de 1895, a partir de uma questão mal resolvida entre a Venezuela e a Inglaterra, de caráter fronteiriço pela região de Essequibo, na Guiana (ainda colônia inglesa). O governo estadunidense ficou com a responsabilidade de intermediar esta situação e declarou, por meio de uma mensagem do secretário de Estado Richard Olney aos britânicos, que; “hoje os Estados Unidos são praticamente soberanos neste continente, e seu

⁵³ Entre os dados publicados pela União Internacional das Repúblicas Americanas estariam tarifas comerciais, regulamentos aduaneiros, entre outros (DULCI, 2008).

decreto é lei sobre os assuntos para com os quais se limita a sua interposição” (GILDERHUS, 2006, p. 10, tradução nossa)⁵⁴.

Mas o primeiro envolvimento militar dos EUA na América Latina viria a ocorrer três anos mais tarde, em 1898, na chamada Guerra Hispano-Americana. Essa foi a primeira guerra extracontinental que os EUA lutaram, desde seu surgimento como nação (PECEQUILO, 2011). Nesse conflito, os EUA lutaram com a Espanha para dar apoio a Cuba em sua independência. Desta forma,

[...] a participação norte-americana procurou garantir a autonomia da ilha e expulsar os antigos colonizadores. Conforme a Doutrina Monroe, as nações americanas deveriam ser livres para escolher seus caminhos, suas formas de governo e regime, o que significava a garantia de sua liberdade das metrópoles europeias e a eliminação do risco de colonização. Em Cuba, a Espanha estava violando esses princípios e, naquele momento, os Estados Unidos estavam prontos para interferir diretamente a fim de garantir a Doutrina Monroe. (PECEQUILO, 2011, p. 83)

A bem da verdade, o que ocorreu foi uma transferência de dominador, pois Cuba passaria de uma colônia espanhola a um protetorado dos EUA, por meio da Emenda Platt, de 1901, aprovada em 1903. A Emenda Platt foi um acordo que garantia o direito dos EUA de intervir nos assuntos da ilha para manter a estabilidade nacional, o que de fato significava interferir quando seus interesses estivessem ameaçados.

[...] Cuba era fundamental para a segurança da Flórida e do Vale do Mississippi. Se uma potência mais forte que a Espanha ocupasse a ilha, o canal de Yucatán, entre o México e Cuba, e o Estreito da Flórida, entre a Flórida e Cuba, poderiam ser fechados, ocasionando uma ameaça geopolítica séria aos Estados Unidos. (FARIAS, 2008, p. 37)

De modo semelhante, Moniz Bandeira (2009) afirma que os interesses estadunidenses na região não estavam vinculados apenas ao viés econômico, do comércio de produtos como açúcar, café e tabaco. “Eram também estratégicos. O governo americano percebia o domínio de Cuba [...] como fundamental para as rotas no Golfo do México e para a defesa do canal que projetava abrir no istmo do Panamá” (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 47).

Nesse episódio, ficou clara a forte influência da teoria de Mahan na política externa norte-americana, já que esse autor defendia a expansão da influência de seu país na região caribenha. A importância da posição geográfica de Cuba, destacada por Mahan, foi

⁵⁴ “[...] today the United States is practically sovereign on this continent, and its fiat is law upon the subjects to which it confines its interposition [...]” (GILDERHUS, 2006, p. 10).

defendida também por políticos estadunidenses da época. Ademais, a influência norte-americana já extravasava o continente americano, pois, entre 1897 e 1898, os EUA “anexaram o Hawaí como mais um Estado, expandindo sua influência a Cuba, Porto Rico, Guam, Ilhas Wake, Samoa e Filipinas”⁵⁵ (PECEQUILO, 2011, p. 84).

Além da Guerra Hispano-Americana, outros episódios marcaram as relações entre EUA e a América Latina na virada do século XIX para o século XX, como o bloqueio naval realizado pelos países europeus à Venezuela, em 1902. Nesse caso, o governo venezuelano, sob a égide de Cipriano Castro, não conseguiu pagar suas dívidas de títulos negociados com bancos dos países do Velho Mundo, resultando num bloqueio naval ao país sul-americano por parte da Alemanha, Inglaterra e Itália. Como demonstra Hernández (2015, p. 487, tradução nossa), “as hostilidades dos aliados se materializaram através do bloqueio de portos, a captura dos navios nacionais, o naufrágio de alguns navios e o bombardeio dos castelos de San Carlos e Puerto Cabello”⁵⁶. Assim,

O serviço diplomático alemão relatou seu plano de entrada no Caribe ao Departamento de Estado, solicitando que os EUA reconhecessem a validade de sua ação. Roosevelt assentiu. Poucos dias depois, porém, ele arrependeu-se de ter sancionado uma invasão armada ao hemisfério ocidental por um governo europeu em nome de acionistas europeus. Onde estava a Doutrina Monroe? (TULCHIN, 2016, p. 56)

A indiferença dos EUA em relação à atividade militar dos países europeus sobre a Venezuela foi alvo de críticas por parte de governos da América da Sul, em especial da Argentina. O ministro das relações exteriores da Argentina, Luís Maria Drago enviou, no dia 29 de dezembro de 1902, uma mensagem ao representante de seu país nos EUA, García Mérou, demonstrando sua reprovação na intervenção europeia no continente para a cobrança de dívidas públicas, alegando que tal atitude feria a soberania nacional dos países do Novo Mundo, em especial dos latino-americanos.

De acordo com Souza (2008), a nota enviada pelo ministro argentino gerou uma grande repercussão no continente, primeiramente pelo apelo à recorrência do direito internacional, em vez da lei das canhoneiras aplicável a essas situações e, segundo, pela

⁵⁵ Posteriormente, em 1903, os EUA incitaram a independência do Panamá em relação à Colômbia, objetivando manter o controle político sobre país recém-independente para garantir o acesso do oceano Atlântico ao Pacífico através da construção do Canal do Panamá, cujas obras tiveram início em 1904, sendo inaugurado em 1914. Nesse episódio, também é claramente notável a influência de Mahan na política externa de Washington.

⁵⁶ “Las hostilidades de los aliados se materializaron a través del bloqueo de puertos, la captura de los buques nacionales el hundimiento de algunas naves y el bombardeo a los castillos de San Carlos y Puerto Cabello” (HERNÁNDEZ, 2015, p. 487).

posição assumida pelos EUA, sendo que o princípio da Doutrina Monroe consistia na intolerância às intervenções europeias nesses países. Ainda segundo Souza (2008), a resposta estadunidense, na época sob o governo Roosevelt, foi que, por não ter sido uma tentativa de colonização ou anexação territorial, mas uma cobrança de inadimplência da Venezuela, os EUA nada poderiam fazer. Mas por quais motivos estaria a Argentina invocando os preceitos da Doutrina Monroe – justo o principal país a contrariar a formação de uma união aduaneira na Conferência Pan-Americana de 1889 e que negou o reconhecimento dos EUA como os “chanceleres” do Novo Mundo?

Nas palavras de Drago (1903), naquele período, observava-se, nas publicações da imprensa e manifestações da opinião europeia, uma forte defesa da ideia que a região ainda seria passiva e adequada para novas expansões territoriais. Também diversos escritores europeus descreviam a América do Sul com uma região de vastos recursos naturais e com um clima favorável para qualquer tipo de produção agrícola. Luís Maria Drago (1903) afirmava que:

A tendência humana expansiva, aquecida pelas sugestões de opinião e da imprensa, pode, em qualquer momento, tomar uma direção agressiva, mesmo contra a vontade das atuais classes de governantes. E não se negará que o caminho mais simples de apropriações e da fácil suplantação das autoridades locais pelos governos europeus é precisamente a partir de intervenções financeiras [...] Em uma palavra, o princípio que deve ser reconhecido é que a dívida pública não pode dar lugar a uma intervenção armada, muito menos à ocupação material do solo das nações americanas por uma potência europeia. (DRAGO, 1903, p. 7, tradução nossa)⁵⁷

Um temor de Drago (1903) era que os países europeus formalizassem intervenções militares contra países sul-americanos inadimplentes e, com isso, readquirissem novas possessões territoriais. Embora o governo argentino tivesse contrariado os EUA e ficado a favor da Inglaterra na *1ª Conferência Pan-Americana*, em Washington, no episódio do bloqueio naval à Venezuela, o então ministro argentino tomou uma atitude contrária, clamando, além da aplicação do direito internacional, o auxílio dos EUA por meio da

⁵⁷ "La tendencia humana expansiva, caldeada así por las sugerencias de la opinión y de la prensa, puede, en cualquier momento, tomar una dirección agresiva, aun contra la voluntad de las actuales clases gobernantes. Y no se negará que el camino más sencillo para las apropiaciones y la fácil suplantación de las autoridades locales por los gobiernos europeos, es precisamente el de las intervenciones financieras [...] En una palabra, el principio que quisiera ver reconocido es el de que la deuda pública no puede dar lugar a la intervención armada, ni menos a la ocupación material del suelo de las naciones americanas por una potencia europea" (DRAGO, 1903, p. 7).

Doutrina Monroe. A atitude tomada por Luís Maria Drago ficou conhecida como a “Doutrina Drago”⁵⁸.

2.1.2 Manda quem pode, obedece quem tem juízo: a política do Grande Porrete

Embora Roosevelt, a princípio, tivesse assentido com a cobrança dos países europeus pelas dívidas dos países sul-americanos, desde que não houvesse tentativa de anexação territorial, o desencadeamento dos episódios, como a captura e o naufrágio de navios e bombardeio ao território da Venezuela, fez o então presidente recuar em sua posição e propor que a resolução desse caso fosse realizada a partir de uma arbitragem internacional. Roosevelt chegou até mesmo a enviar um comunicado à Alemanha alegando que o não aceite da proposta de resolução a partir de uma arbitragem internacional resultaria na intervenção militar estadunidense para a resolução de tal questão, a partir do envio da frota Dewey, que, naquele momento, encontrava-se em Porto Rico (MITCHELL, 1996; FARIAS, 2008).

Após a aceitação dos países europeus pela arbitragem na resolução, a questão foi levada a Haia e, “em fevereiro de 1904, o Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia decidiu favoravelmente às potências que haviam participado do bloqueio, concedendo a elas a preferência no recebimento das dívidas da Venezuela” (FARIAS, 2008, p. 86). O episódio da intervenção militar, assim como a decisão do tribunal internacional, colocou a posição dos EUA no continente em xeque, pois uma intervenção militar, mesmo sendo de caráter econômico e não territorial, significava uma afronta às soberanias dos países da região, assim como um desafio à Doutrina Monroe. Roosevelt, a princípio, fez “vista grossa” para o bloqueio continental na Venezuela, mas logo percebeu que o que estava em jogo era a influência estadunidense em seu “quintal”, sua área estratégica de projeção de poder imediata.

Sendo assim, no dia 12 de maio de 1904, Roosevelt enviou uma mensagem ao seu Secretário de Guerra, Elihu Root, apresentando sua frustração em relação às possíveis interferências dos países europeus no continente. Em sua mensagem, estava escrito: “se pretendemos dizer ‘tirem as mãos’ às potencias da Europa [...] então cedo ou tarde nós mesmos teremos que manter a ordem” (BOOT, 2002, p. 136 apud FARIAS, 2008, p. 86).

⁵⁸ A mensagem oficial de Drago e documentos e comentários sobre ela podem ser visualizadas no livro *La República Argentina y el caso de Venezuela: documentos, juicios y comentarios relacionados con la nota pasada al ministro argentino en Washington*. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.gob.ar/files/original/13/847/drago-luis_republica-argentina-caso-venezuela_1903.1.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

Roosevelt estava pronto para inaugurar sua nova política externa, um corolário que proclamou em 06 de dezembro e que viria complementar, de modo prático e ativo, a Doutrina Monroe. O Corolário Roosevelt, também chamado de *Big Stick* (Grande Porrete), concedia o direito de intervenção militar dos EUA em qualquer país do continente sempre que eles achassem necessário.

Como demonstra Kissinger (2007), Roosevelt possuía uma visão das relações internacionais calcada na perspectiva realista, ou seja, para o ex-presidente dos EUA, “a vida internacional significava luta, e a teoria de Darwin, sobre a sobrevivência dos mais aptos era um melhor guia para a história do que a moralidade pessoal” (KISSINGER, 2007, p. 30). Em sua concepção, “num mundo regulado pelo poder, a ordem natural das coisas se refletia no conceito das “esferas de influência”, que imputava uma influência preponderante sobre vastas regiões a potências específicas” (KISSINGER, 2007, p. 31), que, neste caso, significaria a subalternidade da América Latina ao domínio de Washington.

Roosevelt tinha percebido o papel que os EUA estavam desempenhando no cenário internacional, pois as condições materiais de poder desse país no início do século XX eram completamente diferentes daquelas de quando a Doutrina Monroe fora anunciada, passando de uma potência regional à ambição de potência global (KISSINGER, 2007). Desse modo, após um vitorioso conflito com a Espanha pela ilha de Cuba e com uma potencial participação militar contrária à Alemanha no caso da Venezuela, os EUA passaram, através dessa política externa elaborada por Roosevelt, a exercer uma hegemonia não mais discursiva, como em 1823, mas efetiva e prática.

Se uma nação mostra que sabe agir com razoável eficiência e decência em questões sociais e políticas, se mantém a ordem e paga suas obrigações, não precisa temer a interferência dos Estados Unidos. [...] no Hemisfério Ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, embora com relutância, em casos flagrantes de tal delito ou impotência, ao exercício de um poder de polícia internacional. (ROOSEVELT, 1904, p. 33, tradução nossa)⁵⁹

Embora o Corolário Roosevelt ou *Big Stick* tenha sido pronunciado apenas no fim de 1904, as intervenções estadunidenses na América Latina já estavam ocorrendo pouco anteriormente a esse período. Como registra Santos:

⁵⁹ “If a nation shows that it knows how to act with reasonable efficiency and decency in social and political matters, if it keeps order and pays its obligations, it need fear no interference from the United States. [...] in the Western Hemisphere the adherence of the United States to the Monroe Doctrine may force the United States, however reluctantly, in flagrant cases of such wrongdoing or impotence, to the exercise of an international police power” (ROOSEVELT, 1904, p. 33).

Em 1898, a Guerra Hispano-Americana garantiu a supremacia norte-americana sobre Cuba, Filipinas e Porto Rico. Em 1902 o Haiti foi forçado pelos EUA a pagar suas dívidas com credores europeus. Ainda em 1902, a assinatura da Emenda Platt concedeu aos EUA o direito de intervir em Cuba, negando ao país a sua soberania. Além disso, em 1903, os EUA foram autorizados a instalar uma base militar em Guantánamo. Também em 1903, os EUA estimularam o Panamá a se separar da Colômbia, garantindo posteriormente o controle do Canal do Panamá. (SANTOS, 2007, p. 28)

Zimmermann (apud MONIZ BANDEIRA, 2009) afirma que Roosevelt, em seus dois mandatos, construiu a primeira presidência imperial dos EUA, tratando de governar possessões próximas ou distantes do território estadunidense, consolidar o poder na região caribenha e América Central, assim como elevar a posição de sua Marinha para a segunda mais poderosa do mundo. A política do *Big Stick* duraria até a década de 1930 – e seria retomada novamente após a Segunda Guerra Mundial –, passando por diversos governantes posteriores a seu fundador. Para Smith (1996 apud PECEQUILO, 2011), entre os anos de 1898 e 1934, foram realizadas mais de trinta intervenções militares pelos EUA na América Latina, na quais ocorria o envio de tropas a diversos países e pelas mais variadas razões, sendo destacadas pelo autor as intervenções de caráter político e, principalmente, econômico, ambas para reafirmar a hegemonia estadunidense na região⁶⁰. Além da intervenção militar direta, outros métodos também foram utilizados, como o apoio à deposição de governos que não agradavam a Washington, ou a influência em eleições, buscando colocar no poder, governantes que seguissem a linha ditada pelo país hegemônico.

No campo econômico, o sucessor de Roosevelt criaria uma política que viria a incrementar os interesses dos EUA na região, porém com viés não militarista. William Howard Taft (1909-1913) inauguraria, no ano de 1912, a chamada “Diplomacia do Dólar”, “a qual consistia na utilização de recursos econômicos, como empréstimos e investimentos, para a expansão e manutenção da supremacia norte-americana na região” (SANTOS, 2007, p. 30), assim como o controle da “alfândega e os fluxos comerciais e financeiros de alguns países” (PECEQUILO, 2011, p. 90). Seguindo esse pensamento, Rego-Monteiro aborda que “a ‘diplomacia do dólar’, com a substituição das dívidas em libra esterlina dos países latino-americanos por dívidas em dólar americano, foi o complemento econômico para as dimensões ideológica e militar do corolário Roosevelt” (REGO-MONTEIRO, 2014, p. 101).

⁶⁰ De acordo com Pecequilo (2011, p. 91), os países listados na Bacia do Caribe são Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua e Panamá.

Essa estratégia facilitava a influência dos EUA nos mercados e na economia dos países da América Latina. Impulsionados pelo capital estadunidense, a injeção de dólares auxiliava a manutenção da estabilidade dos países economicamente frágeis que estivessem à beira de uma convulsão social, bem como contribuía para o pagamento de dívidas externas de países europeus, garantindo o afastamento deles da região.

[...] a administração de Taft viu o comércio e o investimento exterior como promotores da saúde geral da economia dos EUA e, apenas por coincidência, como o aumento dos lucros corporativos. [...] a principal motivação para a Diplomacia do Dólar veio de uma crença que foi extraída de uma mistura dessas considerações econômicas e de segurança, uma crença de que o Corolário Roosevelt conferiu aos Estados Unidos a obrigação de garantir que os latino-americanos pagassem suas dívidas. (SCHOULTZ, 2001, p. 209, tradução nossa)⁶¹

A Diplomacia do Dólar, mesmo sendo uma política estratégica travestida de ações econômicas, não significou o fim do intervencionismo militar estadunidense no hemisfério. Domício da Gama (1911, n.p. apud Moniz Bandeira, 2010a, p. 131) comenta um discurso do presidente Taft, no qual este enfatizara: “os EUA têm o direito de intervir como o irmão maior (*big brother*) na vida política das irmãs intranquilas, para ensinar-lhes como se vive”.

Mesmo no período posterior à Primeira Guerra Mundial, com a política isolacionista aplicada por Woodrow Wilson em escala global, as relações hemisféricas não se alteraram, sendo mantidos os princípios da Doutrina Monroe e do *Big Stick* (PECEQUILO, 2011). “Wilson levou a Diplomacia do Dólar ao paroxismo na América Latina, aumentando o número de intervenções militares e legitimando-as também com o zelo missionário de exportação da democracia” (BASTOS, 2012, p. 16).

Após os envolvimento na Colômbia para incitar a independência panamenha e no caso do bloqueio da Venezuela, os EUA não tinham planos de intervir nas questões internas dos países da América do Sul, até seu ingresso na Primeira Mundial (TULCHIN, 2016). O mesmo não acontecia com os países caribenhos e da América Central, onde a hegemonia estadunidense era muito mais presente e antecedeu a esse período. Com a eclosão da guerra, “os EUA ampliaram suas estratégias geograficamente e incluíram pela primeira vez a América do Sul, com o intuito de debilitar o comércio alemão com a América Latina e

⁶¹ “[...] the Taft administration saw foreign trade and investment as promoting the general health of the U.S. economy, and only coincidentally as boosting corporate profits. [...] the principal motivation for Dollar Diplomacy came from a belief that was distilled from a blend of these economic and security considerations, a belief that the Roosevelt Corollary conferred upon the United States an obligation to ensure that Latin Americans paid their debts” (SCHOULTZ, 2001, p. 209).

enfraquecer a força comercial do país depois da guerra” (TULCHIN, 2016, p. 67)⁶². Ainda em Tulchin (2016, p. 67), uma das principais estratégias dos EUA era a lista negra, “uma extensão da beligerância para nações que se consideravam neutras”, pressionando-as para declararem uma posição em relação ao conflito, obviamente ao lado dos EUA e contrário aos alemães⁶³.

Com a Alemanha sendo uma potência industrial e militar, o temor dos EUA em relação ao seu poder era marcante, pois esse país era visto como a principal ameaça do Velho Mundo no continente americano. O próprio Roosevelt compartilhava dessa visão; para ele, “se a Alemanha tivesse vencido esta guerra, esmagado a frota inglesa e destruído o império britânico, dentro de um ano ou dois, insistiria em assumir uma posição dominante nas Américas Central e do Sul” (ROOSEVELT, 1914, p. 823 apud KISSINGER, 2007, p. 33)⁶⁴. Mas, de fato, os EUA se tornaram, no período da Primeira Guerra Mundial, uma potência dominante na América do Sul, suplantando definitivamente os europeus, pois se aproveitaram da interrupção comercial da região com a Europa “para dominar-lhe completamente o comércio exterior, tornando-se também seu principal fornecedor de manufaturados” (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 135).

Sendo assim, as relações entre EUA e América Latina, nas duas primeiras décadas do século XX, ficariam marcadas pelas intervenções militares, garantidas pela aplicação do Corolário Roosevelt e pelo avanço dos mercados estadunidenses na região por meio da política complementar de caráter econômico, a Diplomacia do Dólar; e, mais especificamente na América do Sul, a queda das relações comerciais da região com a Europa no período da

⁶² É importante ressaltar que, mesmo que a influência dos EUA na América do Sul tenha se tornado mais atuante após a Primeira Guerra Mundial, isso não quer dizer que ela não existisse anteriormente. Entre um dos episódios de destaque, cabe lembrar a rivalidade entre Brasil e Argentina que foi amplamente explorada pelos EUA através do comércio de equipamentos militares para ambos os países, objetivando mantê-los separados, pois uma possível aproximação entre as duas maiores potências regionais poderia significar um revés à sua influência na região (TEIXEIRA, 2014). Como consequência, o Barão do Rio Branco chegou a propor um pacto de não agressão entre Argentina, Brasil e Chile, o qual viria a ser chamado de Pacto ABC, trazendo como objetivo a pacificação do cone sul-americano e a união entre esses países para contrabalancear a influência dos EUA na região (MONIZ BANDEIRA, 2010a). Porém o pacto não teve um avanço satisfatório, sendo ratificado apenas no Brasil, no ano de 1915.

⁶³ Nesse conflito, a Argentina, mesmo após ter navios afundados pelos alemães, manteve-se em neutralidade devido a suas estreitas relações econômicas com esse país, posição também assumida pelo Chile. Enquanto o Brasil agiu de maneira contrária, pois, além de romper as relações com a Alemanha, permitiu a utilização de seus portos pelos EUA e posteriormente pela Grã-Bretanha, França e Itália, demonstrando claramente sua oposição aos alemães na guerra (MONIZ BANDEIRA, 2010a).

⁶⁴ Essa posição da Alemanha como a principal ameaça aos interesses dos EUA no continente americano foi bem abordada pelo geógrafo britânico Mackinder (1904) em sua conferência “*The geographical pivot of History*”, no qual afirmava que as potencialidades da América do Sul poderiam ter uma influência decisiva na disputa de poder mundial, podendo fortalecer os EUA ou a Alemanha se esta viesse a desafiar, com sucesso, o domínio da Doutrina Monroe.

Primeira Guerra Mundial contribuiu para a consolidação dessa hegemonia regional. De fato, após a Primeira Guerra Mundial, os EUA alcançaram um novo patamar no sistema internacional, consolidando-se não apenas como uma potência do continente americano, mas também como uma potência global.

2.1.3 Alterando os instrumentos da política externa norte-americana: o início da “Boa Vizinhança”

Após duas décadas de turbulentas intervenções militares na região, o início dos anos 1930 marcaria uma alteração na política externa dos EUA para a América Latina, em contexto de questionamento da eficiência e dos resultados da prática do *Big Stick* nos bastidores da Casa Branca. Segundo Pecequilo (2011), os motivos disso estão diretamente relacionados a três fatores de destaque: os desastres econômicos trazidos pela Grande Depressão e a crise ocasionada pela quebra da bolsa de valores de 1929, resultando numa redução dos recursos disponíveis para as ações externas dos EUA nos países da América Latina; a ascensão de regimes totalitários na Europa, os quais trouxeram um clima de guerra que gerou a incerteza sobre o futuro do cenário internacional; e, por último, a demonstração da crescente insatisfação dos países latino-americanos às políticas intervencionistas dos EUA. Dessa forma, foi apresentada na 6ª *Conferência Pan-americana* em Havana, em 1928, uma vigorosa reprovação à conduta dos EUA no continente (SPYKMAN, 1944).

Entre as décadas de 1920 e 1930, um forte pensamento nacionalista tomou conta dos governos da América Latina, havendo uma forte rejeição ao imperialismo das grandes potências. Nesse período, “desenvolveu-se bastante a ideia de defender o interesse nacional, questão que foi de utilidade para o surgimento do pensamento modernizador industrialista característico do período posterior” (VALDÉS, 1997, p. 322).

Desse modo, o governo dos EUA compreendeu que não havia outra opção, além de uma reestruturação nas relações hemisféricas. Sob a égide de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), Washington inauguraria, em 1933, uma política externa para a região que buscava se desvencilhar das intervenções militares dos anos anteriores. Chamada de *Good Neighbour Policy*, ou Política da Boa Vizinhança (PBV), promovia uma aproximação da potência hegemônica com os países latino-americanos por meio da cooperação, deixando de lado a ação coerciva.

A PBV, de acordo com Spykman (1944), demonstrou, nos anos que se seguiram à 7ª Conferência Pan-americana, realizada em 1933 em Montevideu, que os EUA haviam se redimido do pecado da intervenção, pois esse país reconheceu:

[...] a soberania cubana pondo fim a Emenda Platt; retiraram tropas de fuzileiros do Haiti e da Nicarágua; deixaram de intervir nos assuntos internos do Panamá e da República Dominicana; toleraram o governo da Frente Popular no Chile; ofereceram créditos ao governo de Getúlio Vargas para a construção da empresa Siderúrgica de Volta Redonda; aceitaram timidamente a nacionalização do petróleo no México de Lázaro Cárdenas etc. (SANTOS, 2007, p. 34)

Roosevelt estava fazendo uma política similar ao modelo do Pan-Americanismo aplicado no fim do século XIX por James Blaine buscando promover o comércio, a cooperação, a liberdade, o progresso e a harmonia no continente. Embora a PBV tenha alterado a forma das relações entre os EUA e os países latino-americanos, seu objetivo de garantir sua influência na região foi mantido, sendo apenas travestido de ações cooperativas. A “redefinição do relacionamento pode ser entendida como uma mudança tática da política externa dos Estados Unidos, sem que se alterassem conteúdos ou prioridades estratégicas continentais” (PECEQUILO, 2011, p. 118).

A PBV teve continuidade no período da Segunda Guerra Mundial, principalmente para angariar aliados na região e manter afastada a influência exógena dos países do Eixo. Como citado no capítulo anterior, Nicholas Spykman foi um importante formulador das estratégias geopolíticas dos EUA no contexto da Segunda Guerra Mundial, incluindo aquelas para a América do Sul.

Spykman era seguidor da Doutrina Monroe e, embora defendesse uma política de caráter intervencionista dos EUA na Europa, em escala regional apoiava um imperialismo “benevolente” no subcontinente. Em sua análise geopolítica, a América Latina deveria ser separada em dois grupos: o primeiro chamado pelo autor de Mediterrâneo Americano, formado por México, a América Central, os países caribenhos em sua totalidade e a Colômbia, a Venezuela e as Guianas; em contrapartida, o segundo grupo seria formado pelos demais países sul-americanos, classificados por ele como a “América do Sul”. Para o autor, Colômbia e Venezuela geopoliticamente não faziam parte do segundo grupo pelo fato de que suas características geográficas limitavam seus meios de comunicação com os demais países sul-americanos, tendo como exemplo os planaltos dos Andes e das Guianas e a selva amazônica, o que tornava ambos os países isolados em relação à América do Sul, mas, ao

mesmo tempo, mais próximos dos países mediterrâneos devido ao fato de seus litorais estarem voltados em direção ao Mar do Caribe (SPYKMAN, 1944).

A partir disso, o autor afirmava que a hegemonia estadunidense na região era algo incontestável e que o primeiro grupo não apresentava nenhum tipo de subversão ao domínio do Norte, pois estava geograficamente próximo dos EUA e separado dos demais países sul-americanos. Já no segundo grupo, Spykman chamava a atenção para os países de maior destaque da região, Argentina, Brasil e Chile (ABC), países com um vasto litoral, distantes dos EUA e nos quais a influência de alguma potência externa à região seria mais facilmente conseguida, podendo ocorrer um contrabalanceamento de forças à hegemonia estadunidense.

A principal preocupação de Spykman viria, sem dúvida, da Alemanha. Para aumentar sua influência na região, “os alemães faziam ameaças de restrições comerciais, usavam submarinos e demonstravam seu poderio naval, mesmo limitado, no Atlântico” (TULCHIN, 2016, p. 85), bem como utilizavam a estratégia de guerra psicológica para expandir a propaganda do regime nazista nos países do subcontinente a partir da população de ascendência alemã (SPYKMAN, 1944).

Nas palavras de Spykman (1944, p. 235, tradução nossa), “as repúblicas do México, Panamá, e os estados sul-americanos denominados de ABC, quer dizer, os grupos politicamente mais importantes, são os países da América Latina a que Hitler consagrou a maior parte de seus esforços”⁶⁵ de cooptação, sendo que “Brasil e Argentina são os casos sempre mencionados da adesão a regimes políticos de inspiração fascista” (PECEQUILO, 2011, p. 118).

Para afirmar o poderio norte-americano no continente, Spykman propôs como estratégia inicial o que ele denominou de “cooperação econômica pan-americana”, conjugado a um único sistema de defesa continental. Para este sistema, ele elaborou a teoria das fímbrias marítimas, na qual propugnava a instalação de bases protetoras ao redor de todo o continente americano, em particular o Atlântico, onde se instalariam bases marítimas avançadas, formando um cordão protetor (o cordão sanitário) que desse tempo aos EUA para entrar em alerta no caso de agressão. (PENHA, 2011, p. 79-80)

Como afirma Tulchin (2016, p. 82), “pela primeira vez, os geopolíticos norte-americanos consideravam que a zona de segurança se estendia para além do Caribe”, pois o Atlântico Sul poderia servir como um trampolim geopolítico para uma invasão dos países do

⁶⁵ “Las Repúblicas de México, Panamá y los estados sudamericanos del A.B.C., es decir, los grupos políticamente más importantes, son los países de la América Latina a los que Hitler há consagrado la mayor parte de sus esfuerzos” (SPYKMAN, 1944, p. 235).

Eixo na América do Sul. Deste modo, com a concatenação dos episódios da guerra, “a ideia da cooperação interamericana foi ainda mais incrementada pela retórica da parceria e da cooperação (‘fazer a guerra juntos’), com ênfase na solidariedade e na segurança hemisférica” (PECEQUILO, 2011, p. 118).

Finalizando, presenciou-se, desde a década de 1930, uma mudança drástica nos padrões das relações hemisféricas, com o abandono dos princípios intervencionistas do *Big Stick* em função de uma agenda cooperativa e solidária. Com o fim da Segunda Guerra, o esperado era que essas primazias fossem mantidas, porém, com a reorientação do sistema internacional que caminhava para a bipolaridade, os EUA viram-se obrigados a rever sua política externa, resultando em novas orientações nas relações hemisféricas. A perseguição por uma política efetiva em escala global colocou a América Latina como uma, entre muitas, prioridades internacionais, em um processo que diminuiu a atenção dos EUA no hemisfério (PECEQUILO, 2011). De fato, a queda na centralidade da região na política global dos EUA não significou uma ausência de interesses deles no subcontinente, porém o relacionamento construído com a PBV acabou virando algo do passado e sendo substituído pela “constante oscilação dos EUA em sua definição de segurança e com uma depreciação da soberania latino-americana que aparentemente não conhecia limites” (TULCHIN, 2016, p. 84).

2.2 A Guerra Fria e o mundo bipolar: uma reorientação nas relações hemisféricas?

Em razão das mudanças no cenário internacional promovidas no período bipolar, a geoestratégia estadunidense envolvendo a América Latina passou por alterações. Concordamos com Pecequilo (2011) quando afirma que as relações de parceria embasadas pela PBV do período anterior deixaram de possuir a mesma importância, iniciando um período de negligência dos EUA em relação à região. De fato, agora, os interesses prioritários de Washington estavam voltados para a região eurasiática do *Heartland*, agora dominado pela URSS.

O poder global dos EUA dependia da necessidade de impedir que o avanço soviético se estendesse até o *Rimland*, algo que ficou claro no pronunciamento do então presidente Harry Truman, em 1947⁶⁶. Porém, mesmo que a América Latina tenha assumido

⁶⁶ O discurso proferido ao Congresso dos EUA por Harry Truman, no dia 12 de março de 1947, ficou conhecido como a Doutrina Truman. Nele o então presidente anunciou seu comprometimento e dever em relação à contenção do expansionismo da URSS.

uma posição secundária na agenda externa dos EUA, isso não significou uma ausência e desinteresse total deles pela região, pois alguns planos já ensaiados, ainda que de maneira tímida no contexto da Segunda Guerra Mundial, iriam se tornar realidade durante os primeiros anos da Guerra Fria.

2.2.1 Os primeiros anos da Guerra Fria e a estratégia de segurança hemisférica

A disputa pelo poder global entre as duas superpotências trouxe a necessidade de garantir o domínio de regiões geopolíticas estratégicas e, embora a Europa fosse o cenário de maior cobiça, ambas as potências possuíam áreas de influência imediata fora desse continente, sendo um imperativo defendê-la do domínio inimigo, como o sudeste asiático para a URSS e a América Latina para os EUA.

Desse modo, a “solidariedade” hemisférica no continente americano se traduziu na formação de laços militares que abrangessem toda a região para a prevenção de ataques externos. Desde o início do século XIX, os Estados Unidos sinalizavam um plano de segurança hemisférica para formar uma espécie de protetorado militar sobre sua área de influência imediata. Mas foi apenas quando a Segunda Guerra Mundial apareceu como ameaça real no horizonte que surgiram esforços no sentido de formas institucionais mais elaboradas:

As bases institucionais deste sistema foram estabelecidas em 1942, porém, a adoção de mecanismos comuns de segurança e defesa foi sendo delineada a partir de 1936, quando na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz, foi aprovada a Declaração de Princípios de Solidariedade e Cooperação Interamericana, com o intuito de considerar que cada ato suscetível de perturbar a paz da América seria um ato que afetaria cada uma e todas as repúblicas americanas. (PAGLIARI, 2006, p. 28)

Também em 1942 foi criada, na Conferência do Rio de Janeiro, a chamada Junta Interamericana de Defesa (JID)⁶⁷, órgão que ficaria responsável pelo planejamento da defesa do continente contra potenciais agressões extrarregionais. Assim, “caberia preparar gradualmente as repúblicas americanas para a defesa conjunta do continente, mediante a realização de estudos e a recomendação de medidas para este fim” (PAGLIAIRI, 2006, p. 28).

⁶⁷ Em 1962, a JID fundou o Colégio Interamericano de Defesa (CID) para auxiliar na elaboração de estratégias e planos militares logísticos e de combate.

Dois anos mais tarde, em 1945, ocorreu, na Cidade do México, um encontro no qual os países americanos se reuniram para discutir a paz no pós-guerra e assinaram a Ata de Chapultepec⁶⁸, em que constava uma declaração de “Assistência Recíproca e Solidariedade Americana”, firmando-se, nesse documento, o compromisso da solidariedade entre os países do hemisfério (PAGLIARI, 2006).

Mas foi no ano de 1947 (mesmo ano do pronunciamento da Doutrina Truman) que tais reuniões e atas realmente “saíram do papel” e tiveram uma formalização prática com a assinatura do *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (TIAR), também conhecido por Tratado do Rio, um acordo regional para implementar a Doutrina Truman na América Latina e que institucionalizava os mecanismos de segurança hemisférica previstos na Ata de Chapultepec. Sendo assim,

[...] nesse momento, as alianças da guerra estavam desfeitas e a URSS era considerada uma força agressiva em busca de expansão. O tratado configura-se, então, como um pacto de segurança e defesa coletiva, e, ao invés de acordos bilaterais, estabelece um acordo de assistência militar mútua multilateral contra ameaças externas; que recomenda aos Estados o uso de métodos pacíficos de solução de conflitos, condenado o uso da força ou o recurso à guerra. A sua ideia era a da formação de uma frente comum em caso de ataque a qualquer membro, invocando o exercício imaneente da legítima defesa individual ou coletiva. (PAGLIARI, 2006, p. 29)

De acordo com Veneroni (1971), entre os governos de Harry Truman (1945-1953) e principalmente do general Dwight D. Eisenhower (1963-1961), os EUA mantiveram a doutrina de agressão extracontinental, o que significou que os países latino-americanos desempenhariam o papel tradicional de proteção da soberania política e territorial de seus respectivos países. Inicialmente, a proposta estadunidense de segurança hemisférica deixava de fora algumas áreas reivindicadas pela Argentina, como os arquipélagos subantárticos e a própria Antártica, o que foi corrigido posteriormente com a criação do TIAR (Figura 8):

A área definida pela Declaração do Panamá só atingia o hemisfério austral até 58 graus de latitude sul, incluindo os meridianos de 57 e 80 graus de longitude oeste, equivalendo, portanto, apenas a inclusão da Passagem de Drake. Conseguida a ampliação dos limites da zona de segurança, o TIAR atingiu o polo sul e, conseqüentemente, criou-se a Antártica Americana. (CASTRO, 1994, p. 289)

⁶⁸ O Tratado de Chapultepec fazia discriminação em relação à Argentina, em razão da neutralidade do país na Segunda Guerra e pela simpatia de seu governo pelos regimes totalitários europeus, vistos como antagonicos ao avanço do liberalismo estadunidense (CASTRO, 1994).

Figura 8: Área de abrangência do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)



Fonte: Teixeira (2019).

Na realidade, aos países latino-americanos cabia apenas a missão de manutenção da ordem interna e de auxiliar as forças armadas estadunidenses em caso de intervenções militares de fora do hemisfério, enquanto que aos Estados Unidos caberia a defesa militar da região. Assim, no caso de agressão externa, as forças armadas latino-americanas, com sua baixa projeção de poder militar, serviriam apenas como primeira linha, até que chegassem as tropas estadunidenses para garantir a segurança:

[...] o TIAR é uma aliança militar, mas não pressupõe a existência de um comando militar unificado. Dessa forma, há o reconhecimento da defesa dos Estados membros em caso de ataque externo ou de conflito intra-hemisférico, mas não existe um aparelho militar próprio, autônomo, que operacionalize qualquer intervenção nas Américas. (VELLOZO JÚNIOR, 2006, p. 51)

E, como foi explanado no capítulo anterior por Giannasi (2011), por meio do TIAR, Washington mantinha os militares latino-americanos em posição subalterna em relação aos comandos estadunidenses, sendo que muitos militares da região receberam treinamento

nos EUA, por meio da Política de Segurança Nacional e do *Plano de Assistência Militar* (PAM) de 1952, que apresentaremos nos próximos parágrafos.

A *Doutrina de Segurança Nacional*, instaurada em 1947 a partir do *Nacional Security Act*, foi responsável pela criação do Conselho de Segurança Nacional (*Nacional Security Council*, NCS), assim como a Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency*, CIA) e trazia consigo o objetivo de:

[...] não só justificar a ação norte-americana em todo o planeta, em se tratando de barrar o avanço da União Soviética, mas também que desse a seus militares a orientação de como agir. E mais importante ainda, sobre como deveria ocorrer a cooptação de governos e forças armadas de todas as Américas, por sua política externa, a cargo do Departamento de Estado, para que tal objetivo fosse conseguido. (GIANNASI, 2011, p. 88)⁶⁹

Um ano mais tarde à formação do TIAR, foi criada, na *9ª Conferência Pan-Americana*, no ano de 1948, em Bogotá, a Organização dos Países Americanos (OEA), com objetivos complementares ao bloco de segurança hemisférico, porém, sua natureza não visava à cooperação militar; era um organismo que buscava fortalecer a solidariedade no campo político, “propondo soluções coletivas e multilaterais para problemas e responsabilidades comuns no hemisfério” (PECEQUILO, 2011, p. 220).

Ambos eram, na verdade, em nível regional, representantes do esforço norte-americano em construir um arcabouço de parceria e cooperação no sistema internacional, seguindo lógica semelhante, à encontrada nas Nações Unidas e nas demais organizações e instituições de inspiração liberal e democrática fundadas no pós-guerra e que se espalharam pelo mundo. (PECEQUILO, 2011, p. 220)

Continuando:

O TIAR e a OEA se baseavam em quatro princípios jurídicos essenciais: a) a não-intervenção, b) a igualdade jurídica dos Estados, c) o arranjo pacífico das diferenças e d) a defesa coletiva contra agressões... Os primeiros dois princípios implicam a defesa da soberania dos Estados; os outros dois enfatizam a cooperação entre eles. Em certos momentos, essas duas ideias básicas se tornam contraditórias na prática. Em todo caso, as duas últimas podem ser administradas pela potência hegemônica. (BOERSNER, 1990, p. 238 apud AYERBE, 2002, p. 82)

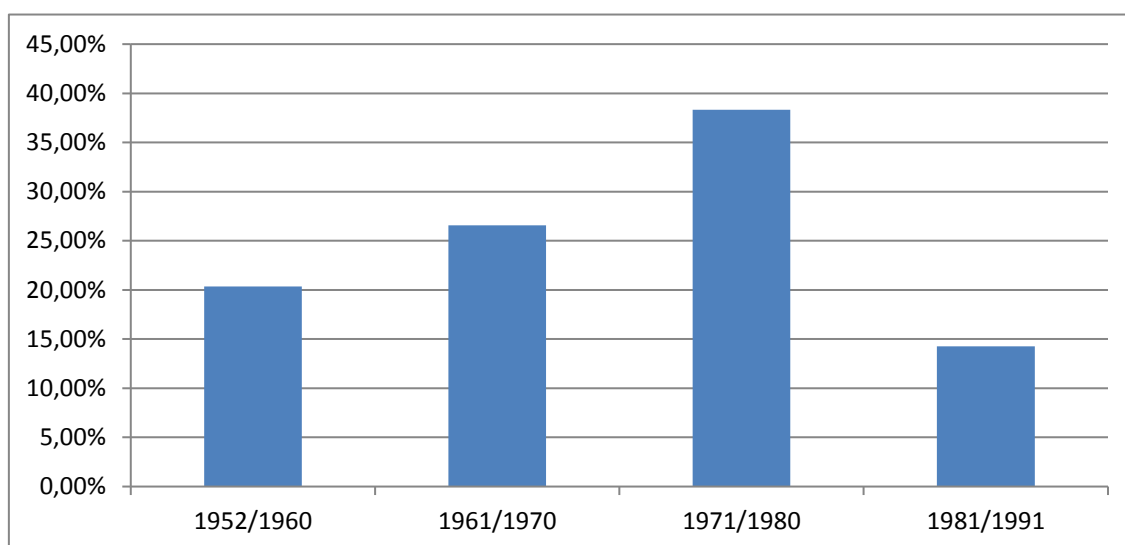
⁶⁹ Dentro do cenário de inserção da Doutrina de Segurança Nacional, a JID e CID desempenharam o papel de transmissão da estratégia do Pentágono à América Latina (COMBLIN, 1978).

Como consequência do TIAR, os EUA passaram então a influenciar a América Latina no plano militar de diversas formas, ou por meio de reuniões de chefes militares, ou por meio de programas de ajuda militar e de venda de armas ou ainda por meio de treinamento de oficiais em suas escolas militares estadunidenses (COMBLIN, 1978, p. 134), como por exemplo, o *Nacional War College*. Os EUA, a partir da formalização do *Programa de Assistência Militar* (PAM), de 1952, instituído pela Lei de Segurança Mútua de 1951, forneciam equipamentos militares para os países da região que ratificassem o acordo de caráter bilateral com Washington (COMBLIN, 1978). Entre os anos de 1952 e 1955, dentre os países latino-americanos que ratificaram o acordo estavam Equador, Cuba, Colômbia, Peru, Chile, Brasil, República Dominicana, Uruguai, Nicarágua, Honduras, Haiti e Guatemala; entrando, anos mais tarde, a Bolívia, em 1958, e a Argentina, em 1964 (VENERONI, 1975). Ainda com Veneroni (1975) tomamos conhecimento de que tais equipamentos eram fornecidos através de empréstimos, doações ou vendas a preços modestos e esses equipamentos eram materiais excedentes da Segunda Guerra Mundial (VERONI, 1975; GUIMARÃES, 1987 apud PENHA, 2011).

Por outro lado, para Comblin (1978), o envio desse material bélico ajudou os Estados Unidos a se desfazerem de equipamentos antiquados e, ao mesmo tempo, ajudou a causar dependência dos países da região em relação a seu complexo industrial-militar, pois o serviço de treinamento e de manutenção periódica exigia o fornecimento de peças e técnicos estadunidenses. Desse modo, além de os EUA tentarem criar um monopólio no comércio de equipamentos militares com a América Latina, buscando diminuir o comércio da região com os europeus – que sempre foram exportadores tradicionais desses equipamentos ao subcontinente –, a forte dependência buscava também impedir o desenvolvimento de uma indústria de defesa autônoma nos países latino-americanos.

De fato, o papel destinado aos países latino-americanos, no início da Guerra Fria, trazia a necessidade do envio de equipamentos militares à região, devido a suas baixas capacidades bélicas. No Gráfico 1, apresentamos as porcentagens da exportação dos equipamentos militares dos EUA para a América do Sul, do período que corresponde entre 1952, início do PAM, a 1991, que marca o fim da bipolaridade.

Gráfico 1: Porcentagem do total de equipamentos militares exportados pelos Estados Unidos para a América do Sul de 1952 a 1991 (por décadas)⁷⁰

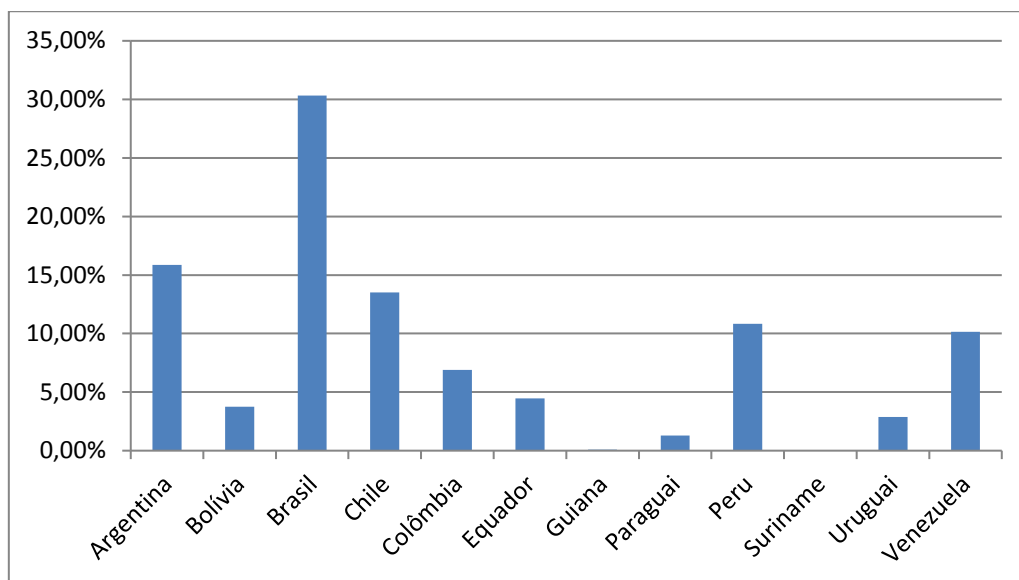


Fonte: SIPRI
Organização: Brigola (2018)

Em quantidades absolutas, o envio desses equipamentos foi significativo nos períodos de 1952/1960 e 1961/1970. Porém, a partir da década de 1970, eles se tornaram mais intensos, logo assumindo uma queda marcante nos anos de 1980, por motivos que serão mais bem analisados adiante. Em suma, o predomínio da exportação desses equipamentos tinha como destino os países de maior destaque na região, casos de Brasil, com 30,32%; Argentina com 15,86%; e Chile com 13,50%, como é possível concluir a partir do Gráfico 2.

⁷⁰ A pesquisa foi realizada com todos os países sul-americanos, à exceção do departamento ultramarino francês, a Guiana Francesa, sobre as seguintes classes de equipamentos militares: aeronaves, armas navais, artilharia, defesa antiaérea, mísseis, navios e veículos blindados. Os dados incluem todos os tipos de equipamento dessas classes, não se restringindo, por exemplo, a aeronaves ou navios apenas de combate.

Gráfico 2: Porcentagem do total de equipamentos militares exportados pelos Estados Unidos para os países da América do Sul de 1952 a 1991



Fonte: SIPRI
Organização: Brigola (2018)

Os países chamados de ABC, já apontados na estratégia geopolítica elaborada por Spykman desde a Segunda Guerra Mundial, assumiram uma posição determinante no cenário bipolar, em especial Brasil e Argentina por sua localização atlântica. Sobre ambos, cabe destacar a gritante diferença de valores das exportações dos EUA para cada um deles, estando o Brasil em primeiro lugar com aproximadamente o dobro do valor das importações realizadas pela Argentina, fato que pode estar diretamente ligado à posição mais estreita do Brasil em relação aos mercados estadunidenses, a maioria da extensão de seu litoral – o que resultaria na necessidade de elevada demanda de importação de armamentos para sua proteção, seu superior poder econômico ou ainda pela sua ratificação do *Programa de Assistência Militar* (PAM) ter ocorrido anos antes à ratificação da Argentina. Nota-se também que alguns países que não aderiram ao PAM importaram uma quantidade superior de equipamentos em relação a alguns países signatários, caso da Venezuela, em comparação com a Bolívia, a Colômbia, o Equador e o Uruguai, estando esse fato relacionado às reservas de petróleo venezuelanas.

No caso do Brasil, Penha (2011) reforça que, entre o fim dos anos 1940 e ao longo dos anos 1950, o país já incorporava a dimensão atlântica em suas diretrizes geopolíticas devido a dois episódios inter-relacionados: a assinatura do TIAR, em 1947, quando foi

definido o papel do país na defesa do Atlântico Sul e a formulação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, amplamente inspirada na estadunidense *Nacional War College*.

O papel brasileiro da contenção soviética no Atlântico Sul foi fortemente absorvido por seus geopolíticos da época, em especial militares. Um dos nomes mais marcantes da escola brasileira de geopolítica foi o do General Golbery do Couto e Silva, que registrou suas ideias no livro *Geopolítica do Brasil*, publicado em 1967⁷¹.

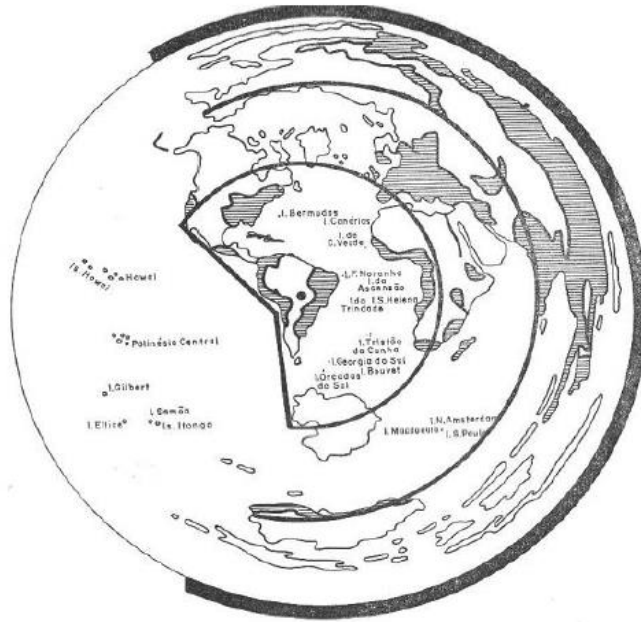
O general Golbery defendia a ideia de inserção do Brasil na estratégia militar de defesa do bloco ocidental, mas não se contentava em ficar inteiramente sob o “guarda-chuva” estadunidense. Para esse geopolítico militar, o Brasil não era imune às ameaças externas e sua fragilidade nas estruturas internas o expunha perigosamente ao eixo Moscou-Pequim. Nesse sentido, Golbery aspirava que Washington reconhecesse a importância brasileira na estratégia atlântica de confronto com o mundo comunista:

Admitida essa importância, deveriam os Estados Unidos cooperar no sentido de promover o fortalecimento da economia nacional e, também e principalmente, preencher as enormes carências nacionais de instrumentos de defesa. Cumprido esse programa, teriam os Estados Unidos reforçado o território sul-americano contra os inimigos externos e internos e, ao mesmo tempo, protegido o Atlântico Sul e a África Meridional, outro ponto vulnerável da estratégia global do Ocidente. (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 214)

Golbery argumentava que a distância do Atlântico Sul em relação ao *Heartland* eurasiático chamava o Brasil a desempenhar um papel proeminente na segurança sul-atlântica, porção do oceano à margem das disputas entre as potências mundiais. Para ele, assim como a costa oeste, a América do Sul estava totalmente protegida pela imensidão do Oceano Pacífico e pela muralha natural da Cordilheira do Andes, a maior vulnerabilidade sul-americana residia na fachada atlântica, cujas terras avançavam em diagonal ao promontório nordestino. Essa projeção mundial do Brasil foi retratada por Golbery na chamada “Tese dos Hemiciclos”, ilustrada na Figura 9.

⁷¹ Penha (2011) mostra que, além de Golbery do Couto e Silva autores como Delgado de Carvalho, Theresinha de Castro, Lysias Rodrigues e Meira Mattos, ainda que com pontos de vista divergentes, em comum ressaltaram a importância do Atlântico Sul na contenção ao bloco comunista e, sobretudo, a relevância do Brasil neste processo.

Figura 9: A tese dos Hemiciclos de Golbery do Couto e Silva



Fonte: Couto e Silva (1967)

O hemiciclo interior correspondia aos territórios num raio médio de 10.000 km, envolvendo o norte da América do Norte, o oeste da África e o norte da Antártida. Essas três massas terrestres apresentam graus díspares de ocupação humana e de potencial econômico, sendo, em relação à América do Sul, “máximo a noroeste, muito incipiente a leste, e nulo ao sul” (COUTO E SILVA, 1967, p. 80). De acordo com o autor, nesse hemiciclo não haveria nenhuma ameaça à América do Sul, pois os países africanos não possuíam poder militar significativo (salvo as bases soviéticas instalados em alguns países), a Antártida não era ocupada e os Estados Unidos eram um aliado que garantia a segurança do continente. Para além do hemiciclo interior, encontrava-se o hemiciclo exterior, formado por um bloco maciço de terras abrangendo uma distância média de 15.000 km:

[...] aquém do raio médio, avançando até morder levemente o hemiciclo interior na aberta nordeste, o poderoso núcleo europeu, incluídas aí a grande Rússia asiática e a região caucasiana, o qual se infiltra tênue, mas profundamente, no dorso truncado do continente africano [...] duas massas que se correspondem, uma por detrás da África a outra por detrás da Antártida, ambas por motivos distintos embora, ainda não suficientemente potentes, mas apresentando perspectivas altamente favoráveis [...] pra lá ainda do arco demarcador, a transbordante humanidade amarela do Japão e da China a prolongar-se pela Indochina, pela Malásia, pela Indonésia e Filipinas. (COUTO E SILVA, 1967, p. 82)

Todas as ameaças à segurança sul-americana se encontravam nesse hemisfério, de acordo com Golbery, sejam ameaças passadas, como as da Alemanha (com Guilherme II e Hitler) e do Japão (com Hirohito), sejam ameaças correspondentes ao período bipolar, caso do eixo Moscou-Pequim. Sendo assim, tornou-se um imperativo ao Brasil impedir que potências inimigas expandissem sua influência ou dominassem áreas dentro do hemisfério interior. Para isso, o general defendia que o país desenvolvesse seu aparato militar condizente com as necessidades de segurança envolvendo distâncias intercontinentais (COUTO E SILVA, 1967).

É importante lembrar que as bacias do Atlântico Sul, na costa brasileira e na costa africana, possuem milhares de metros de profundidade, sendo um local propício para o esconderijo de gigantescos submarinos nucleares (CASTRO, 1984), os quais podem ficar ofuscados nas profundidades, esperando para atacar seus alvos, militares ou não. De acordo com Ayerbe (2002), as regiões de maiores atenções dos EUA, as mais suscetíveis a receber um potencial ataque soviético seriam o Caribe e a costa Atlântica em sua porção meridional. Desse modo, a maior parte do fornecimento de equipamentos militares dava ênfase para essas regiões, “destinando os recursos ao fornecimento de barcos, aviões de reconhecimento e treinamento para operações antissubmarinas” (SELSER; DIAS, 1975, p. 61 apud AYERBE, 2002, p. 83). A Marinha brasileira, então “coirmã” da U. S. Navy, era responsável pela proteção oceânica contra os submarinos soviéticos, dedicando, “nesse sentido, todos os equipamentos e as manobras navais à luta antissubmarino” (COUTAU-BÉGARIE, 1985 apud PENHA, 2011, p. 100).

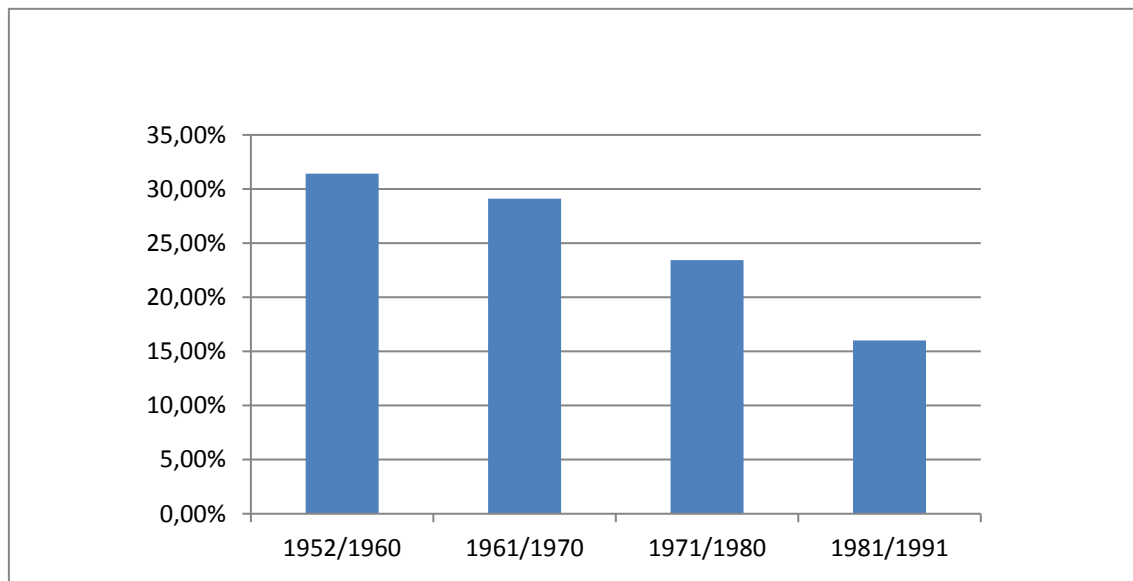
2.2.2 A reestruturação na estratégia de contenção ao comunismo na América Latina nos anos 1960

Com a ascensão de John F. Kennedy à presidência dos EUA, em 1961, a postura defendida por Washington para os países latino-americanos na Guerra Fria tenderia a mudar drasticamente. A revolução cubana de 1959, que tornou Cuba uma “vitrine de propaganda” do comunismo na América, e a deflagração de conflitos ideológicos na Ásia alteraram as preocupações e as diretrizes dos EUA sobre a segurança hemisférica, que foram repensadas. Vellozo Júnior (2006) assevera que os EUA passaram a temer a expansão do comunismo a partir de núcleos da própria região, em substituição à visão da ameaça exógena. Desta forma,

a noção de defesa continental que orientou os investimentos no aparelhamento da marinha e da aeronáutica, para o controle das vias de acesso de potências extracontinentais pela Costa Atlântica, cede espaço para uma visão centrada na contrainsurgência, fortalecendo as forças militares e paramilitares de cada país para enfrentar inimigos internos. (AYERBE, 2002, p. 123)

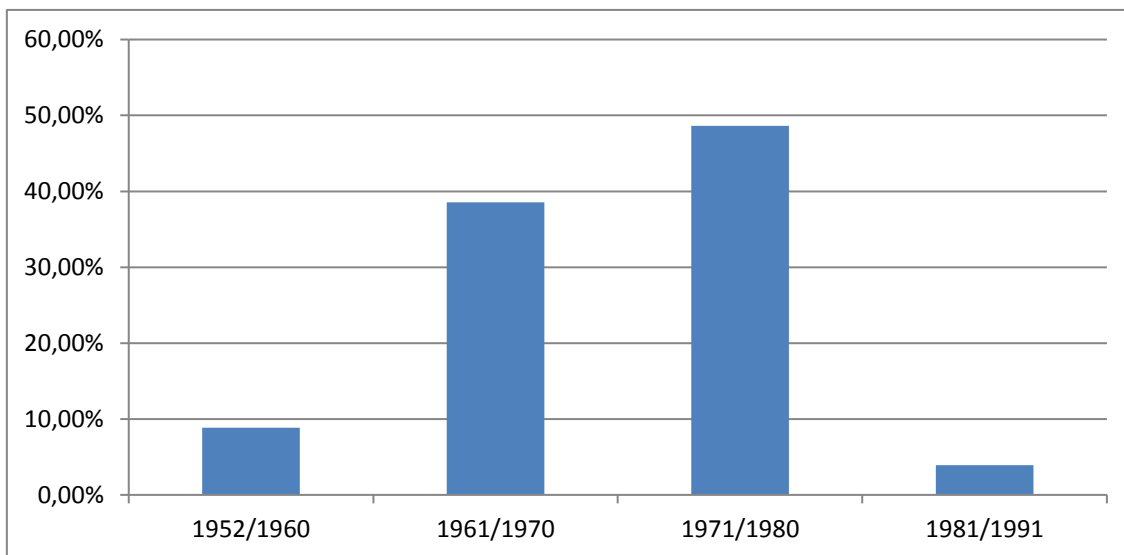
Essa mudança de estratégia alterou também o fornecimento de equipamentos dos EUA para região por meio do PAM, considerando-se não ser mais viável o envio de um elevado número de equipamentos pesados, como aeronaves e grandes navios, mas, sim, aqueles mais precisos para serem utilizados em eventos de contrainsurgência, como veículos blindados, caminhões, entre outros (BAINES, 1972). Essa alteração estratégica, no entanto, não significou o não envio de materiais pesados, mas sua diminuição, como é possível verificar nos Gráficos 3, 4 e 5.

Gráfico 3: Porcentagem do total de aeronaves exportadas pelos Estados Unidos para a América do Sul de 1952 a 1991 (por décadas)



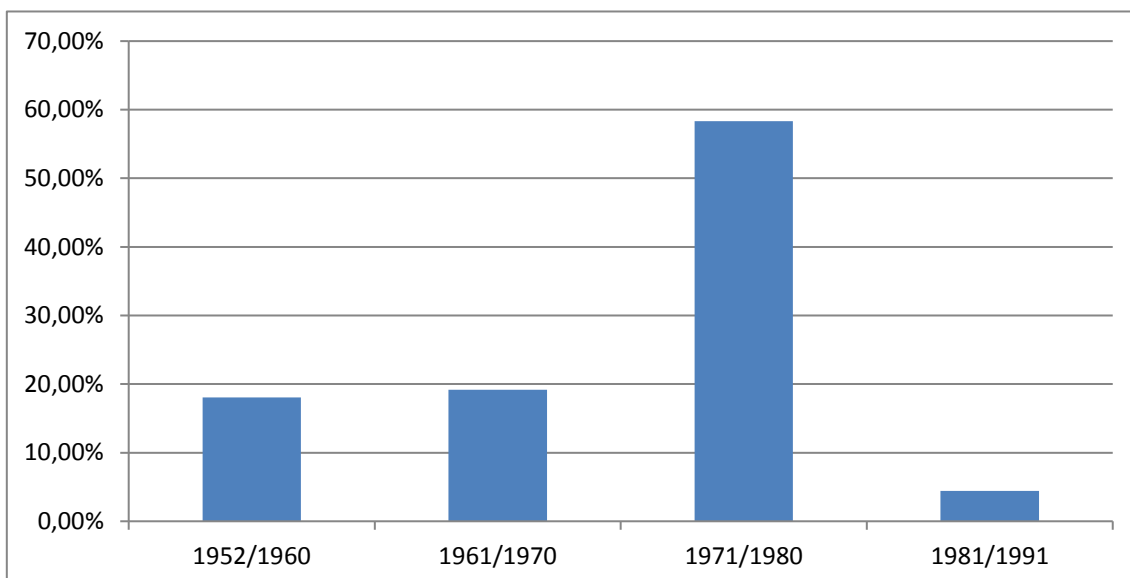
Fonte: SIPRI
Organização: Brigola (2018).

Gráfico 4: Porcentagem do total de equipamentos de artilharia exportados pelos Estados Unidos para os países da América do Sul de 1952 a 1991 (por décadas)



Fonte: SIPRI
Organização: Brigola (2018)

Gráfico 5: Porcentagem do total de veículos blindados exportados pelos Estados Unidos para os países da América do Sul de 1952 a 1991 (por décadas)



Fonte: SIPRI
Organização: Brigola (2018)

Como pode ser observado nos Gráficos 3, 4 e 5, é evidente a diminuição do fornecimento de equipamentos mais pesados, voltados para proteção de ataques externos, em

função do envio de aparatos que pudessem dar um melhor apoio para o controle de subversões internas. O ápice do envio de aeronaves para a América do Sul foi entre os anos de 1952 e 1960, a primeira década desde a criação do PAM, sendo marcado, nas décadas posteriores, por números decrescentes. Em contrapartida, o envio de equipamentos de artilharia aumentou significativamente, em especial nos anos 1971/1980, igualmente em relação aos veículos blindados, sendo que a grande maioria do envio desses equipamentos são datados dos primeiros anos da década de 1970, pois a posição nacionalista adotada pelos regimes militares nos países sul-americanos, em especial na segunda metade da década citada, resultou na diminuição do envio de equipamentos para a região e praticamente suprimiu o PAM em 1976 (COMBLIN, 1978), fato demonstrado nos gráficos pela gigantesca queda dos números nos anos 1981/1991.

Autores como Comblin (1978) alegam que a postura norte-americana de não doar ou vender material para a guerra convencional a partir da década de 1960, limitando-se ao fornecimento para subversão interna, fez os países procurarem por esse material em mercados europeus. Todavia, visando garantir o mercado da região, os EUA aprovaram a Lei de Assistência ao Estrangeiro (*Foreign Assistance Act*), em 1968, que autorizava a venda de equipamentos para guerras convencionais, sob as condições de que a transação não trouxesse ameaças para a segurança nacional dos EUA (VENERONI, 1971). De fato, como já citado, a aquisição de equipamentos modernos pelos países do subcontinente não fazia parte do repertório de Washington, restringindo-se apenas a materiais sobressalentes da Segunda Guerra Mundial.

Para além da mudança na política externa de caráter militar, o governo Kennedy procurou também ampliar as relações entre EUA e a América Latina no viés econômico e social, buscando uma cooperação para o desenvolvimento em troca da garantia dos governos de evitarem o enraizamento de ideologias de cunho comunista dentro de suas fronteiras. Tal projeto foi batizado de Aliança para o Progresso (*Alliance for Progress – Alpro*), lançado pelo então presidente norte-americano em agosto de 1961, na Conferência Pan-americana em Punta del Leste. Esse plano contava com três princípios básicos e interdependentes: o crescimento econômico, as mudanças sociais e estruturais e por fim, a democratização política (SCHLESINGER JR, 1975). De acordo com Pecequilo (2011), foram recuperadas algumas diretrizes da Política da Boa Vizinhança, promovendo a cooperação hemisférica e a boa relação entre os EUA e a região. Mas a Aliança para o Progresso influenciava não só o desenvolvimento econômico, enfocando também questões políticas e sociais em sua agenda.

Entre os principais objetivos, destacam-se a reforma agrária, o crescimento do produto bruto *per capita* a uma média anual de 2,5%, a eliminação do analfabetismo até o ano de 1970, a redução pela metade da mortalidade infantil, e o estímulo à industrialização e à integração econômica das nações. (AYERBE, 2002, p. 118-119)

Nesse sentido, o debate sobre a Aliança para o Progresso tinha como base a ideia de que a fome e o subdesenvolvimento eram fatores impulsionadores da instabilidade social, tornando o comunismo um caminho atrativo. Por isso, havia o entendimento de que a cooperação para o desenvolvimento econômico e social tenderia a fortalecer cada país na contenção das subversões internas e, sendo assim, facilitaria a fidelidade dos países da região em se manterem fiéis ao modelo estabelecido por Washington (TULCHIN, 2016).

Tendo suas metas estabelecidas, “os Estados Unidos se comprometiam a promover o desenvolvimento local, trabalhando em conjunto com os países da América Latina para atingir metas de progresso e reestruturação social, política e econômica” (PECEQUILO, 2011, p. 229). Na tabela 1, há dados da pesquisa realizada por Tulchin, com base no Serviço de Investigação do Senado dos Estados Unidos, sobre a ajuda que os EUA enviaram para a região, na qual “o Estado fornecia a maior parte do capital [...] e os líderes locais tinham de definir as metas de desenvolvimento de suas nações e negociar normas para o uso do auxílio ao desenvolvimento” (TULCHIN, 2016, p. 99).

Tabela 1: Ajuda total dos Estados Unidos à América Latina entre 1952 e 1975 (em milhões de dólares constantes para 1989)

Ano	Militar	Não Militar	Total	Ano	Militar	Não Militar	Total
1952	231.503	129.963	361.466	1964	401.158	3.596.356	3.997.514
1953	452.154	179.934	632.088	1965	352.446	2.625.777	2.978.223
1954	106.224	211.442	317.666	1966	463.233	2.832.830	3.296.063
1955	120.714	429.288	550.002	1967	308.153	2.052.937	2.361.090
1956	149.495	983.082	1.132.577	1968	256.481	1.888.519	2.145.000
1957	257.195	1.154.243	1.411.438	1969	139.921	1.216.872	1.356.793
1958	193.249	694.507	887.756	1970	73.737	1.622.415	1.696.152
1959	252.400	685.910	938.310	1971	228.886	1.186.806	1.415.692
1960	282.437	623.781	906.218	1972	261.713	1.193.705	1.455.418
1961	466.517	1.604.880	2.071.397	1973	222.373	907.528	1.129.901
1962	603.844	3.221.310	3.825.154	1974	340.098	960.444	1.300.542
1963	359.076	3.053.770	3.412.846	1975	340.736	873.478	1.214.214

Fonte: Tulchin (1990) apud Ayerbe (2002), com base no Serviço de Investigação do Senado dos Estados Unidos.

É notável que os valores do auxílio de Washington para a região tiveram um aumento significativo a partir do início da década de 1960, tendo seu ápice entre 1962 e 1968, seguidos de uma queda em 1969 e 1970, mas voltando a aumentar, ainda que de maneira bem mais tímida comparada a 1962-1968, nos primeiros anos da década de 1970.

Porém, mesmo com os investimentos de recursos fornecidos pelos EUA, os países da América Latina não conseguiram trilhar seu desenvolvimento e a Aliança para o Progresso não alcançou o resultado esperado. Os próprios governos latino-americanos foram incapazes de promover o crescimento de seus países, sendo que as próprias elites da América Latina foram as principais responsáveis pelo entrave às mudanças, conforme assevera Ayerbe (2002), baseado em Kryzaneck:

Os Estados Unidos viram que, apesar do crescimento econômico, a população em aumento tornava difícil conseguir um desenvolvimento significativo. Além disso, os arquitetos da Aliança compreenderam que solicitar aos latino-americanos que cooperassem na realização de reformas econômicas e sociais nem sempre assegurava o cumprimento. Os funcionários americanos acharam grande resistência de parte das elites governantes e econômicas para avançar na área de reforma agrária, equalização de impostos e formação de programas de bem-estar social. Finalmente, havia uma desconfiança subjacente entre os latino-americanos para este novo grande projeto dos Estados Unidos. Os latino-americanos haviam ouvido essas promessas antes e não estavam demasiado ansiosos por aderir à Aliança para o Progresso. (KRYZANEK, 1987, p. 108 apud AYERBE, 2002, p. 122)

Sendo assim, ainda na década de 1960 até a década de 1970, a Aliança para o Progresso desapareceu da agenda externa estadunidense devido ao resultado insatisfatório (PECEQUILO, 2011). Mesmo que, com a Aliança para o Progresso, os EUA tivessem assumido o comprometimento em contribuir com o desenvolvimento econômico, político e social dos países latino-americanos, a política de Washington objetivava garantir esses países em sua órbita durante o período bipolar.

Nos anos de 1960, as relações entre EUA e a América Latina ficaram marcadas por outro fator além da criação da Aliança para o Progresso: o apoio de Washington aos regimes militares na região. Com o crescimento de grupos revolucionários, os EUA passaram a temer uma possível revolução interna de cunho comunista nos países, iniciando uma onda de sabotagem e golpes de Estado a governos populistas ou que dirigissem suas políticas ao modelo de aspiração socialista, ou ainda que fossem contrários aos interesses estadunidenses.

Em consequência, a região vivenciou uma onda de regimes militares de tendência à direita, monitorados e impulsionados por Washington para controlar subversões internas e

lutas de cunho revolucionário: “a opção por regimes ditatoriais deveu-se ao entendimento, por parte dos EUA, de que esses governos poderiam agir de maneira mais eficiente, inclusive, de que regimes democráticos, contra a ameaça comunista” (PAGLIARI, 2004, p. 40).

A ascensão de governos militares na América Latina remeteu a uma clara demonstração do ápice da bipolaridade, na qual os EUA temiam que a ideologia comunista adentrasse em sua área de influência e pudesse contrabalancear sua hegemonia regional. Na América do Sul, o Paraguai foi o primeiro a vivenciar um regime militar, em 1954, anterior à Revolução Cubana. Mesmo o Paraguai não representando uma aspiração socialista, o governo dos EUA, sob a égide de Eisenhower, apoiou o golpe em nome do regime totalitário que viria a ser governado por Stroessner (GESTEIRA, 2014). Logo depois, nas décadas de 1960 e 1970, outros países sul-americanos, como Argentina (1963 e 1976), Brasil (1964), Bolívia (1964), Chile (1973), Equador (1972), Peru (1968) e Uruguai (1973), vieram a se juntar ao Paraguai, sendo governados por ditaduras militares impulsionadas pelos EUA e influenciadas pela Doutrina de Segurança Nacional.

Embora, aos olhos dos EUA, a estratégia de apoio aos regimes ditatoriais tenha se mostrado eficaz entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, as ideias do nacionalismo tomaram conta do pensamento de parte dos militares da América Latina e alguns governos da região passaram a focalizar em seus interesses específicos, não mais simplificando sua orientação apenas pela oposição Leste-Oeste. O desenvolvimento econômico se tornou o fator impulsionador da política externa, e não a ideologia.

Desse modo, a estratégia estadunidense para a região passou a olhar com desconfiança esse novo pensamento nacionalista militar, principalmente porque significaria o abandono da estratégia de segurança nacional imposta por Washington. Agora, não bastava apenas apoiar os governos militares na região, era necessário analisar que tipo de governos seriam formados e dividi-los em “garantidos” e “nacionalistas” (COMBLIN, 1978)⁷². Essa reviravolta do pensamento de parte das lideranças regionais gerou a recusa estadunidense para a doação ou vendas de armas mais sofisticadas para guerras convencionais a esses países, limitando as remessas apenas ao necessário para o combate à subversão interna (COMBLIN, 1978). Como já comentado, esse fato levou diversos governos latino-americanos a procurarem um comércio mais estreito com a Europa Ocidental, e o Brasil não foi exceção.

⁷² Entende-se por governos “garantidos” aqueles que possuíam um alinhamento estreito com Washington, não perseguindo puramente seus objetivos nacionais.

No Brasil, com o presidente Geisel em 1974, o Estado brasileiro iniciou uma multilateralização de sua agenda em uma política que ficaria conhecida como o “pragmatismo responsável”, tendo como foco:

[...] autonomia e universalismo, o novo projeto de política internacional do Brasil, [que] pressupunha o fim do alinhamento automático com os EUA, o abandono dos condicionantes ideológicos impostos pela Guerra Fria e a identificação com o Terceiro Mundo. (HIRST, 2009, p. 48)

Assim, mesmo que os regimes militares da Argentina e do Brasil tivessem um forte caráter anticomunista, os reveses nas relações políticas e econômicas com os EUA os fizeram aproximar-se da URSS com o intuito de ampliarem sua margem de autonomia no cenário internacional (MONIZ BANDEIRA, 2010a). Nesse período, dentre os fatos que se delineavam no cenário geopolítico, é importante destacar “o início da corrida nuclear entre os países do Terceiro Mundo, desencadeado pela detonação do primeiro artefato nuclear indiano, ocorrido em 18 de maio de 1974, no deserto de Rajastã” (MEDEIROS, 2005, p. 68).

No âmbito regional, Brasil e Argentina foram os países que ambicionavam o domínio da energia nuclear, sendo que, até então, eles eram não signatários do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), embora também tivessem assinado, em 1967, o Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe, conhecido como Tratado de Tlatelolco, que só viria a vigorar em 1994⁷³.

2.2.3 Guerra das Malvinas, redemocratização e combate às drogas: o ocaso da Guerra Fria

Com a chegada dos anos 1980, a última década da Guerra Fria, as relações entre os EUA e a América Latina seriam afetadas por diferentes episódios. Ao findar o governo de Jimmy Carter (1977-1981), marcado por uma política externa menos agressiva, com menor ênfase intervencionista e pautada na defesa dos direitos humanos – o que incluiu até mesmo

⁷³ Sobre esse caso, cabe destacar aqui o acordo nuclear realizado entre Brasil e Alemanha, em 1975, responsável pela criação da usina de Angra II, que, diferente do acordo com os EUA na criação de Angra I, previa a transferência de tecnologias, algo aspirado pelo governo brasileiro para um possível desenvolvimento de uma bomba nuclear. Porém, o acordo teve resultados aquém do esperado, sendo alvo de diversas críticas. Enrique Guglielmelli, um importante geopolítico argentino do período, defendia que o desenvolvimento de armas nucleares na Argentina deveria ocorrer apenas se o Brasil o fizesse primeiro e iniciasse uma corrida armamentista na América do Sul (KELLY, 1997).

denunciar ditaduras militares nos países latino-americanos por sua violência –, o governo de Ronald Reagan (1981-1989), que o sucedeu, passou por um revigoramento da luta dos EUA contra a URSS, sendo esse período classificado como a segunda Guerra Fria.

Em âmbito global, a política externa do governo Reagan não assumiu um caráter apaziguador nas relações com a URSS, pelo contrário, “Reagan fora eleito com a promessa de lutar contra o comunismo e cumpriu sua palavra” (KISSINGER, 2007, p. 670). Sua política teve um caráter nitidamente militarista, pois, além de aumentar o orçamento em defesa, fortalecer a presença dos EUA em áreas geopoliticamente estratégicas, como Oriente Médio e Ásia Central, Reagan também lançaria o projeto de contenção de ataques nucleares, chamado, a princípio, de *Iniciativa de Defesa Estratégica* (IDE), posteriormente rebatizado de projeto *Guerra nas Estrelas*⁷⁴.

No âmbito regional, as mesmas diretrizes globais foram mantidas. Na visão de Reagan, o governo Carter teve pouca competência para manter a Doutrina Monroe na região, permitindo que a ideologia comunista se espalhasse pelos governos regionais. Em sua concepção, Washington havia “aberto mão de suas posições nas Américas durante a Guerra Fria e havia chegado a hora de recuperá-las” (PECEQUILO, 2011, p. 235). A América Central foi marcada por novas intervenções militares, pois, no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, no mesmo período em que o debate entre os direitos humanos e a luta anticomunista estava sendo delineadas nos EUA, as instabilidades regionais na América Central estiveram em constante ascensão (SCHOULTZ, 2001). Na América do Sul, em 1982, o argumento estadunidense da solidariedade hemisférica ruiu de vez quando Argentina e Inglaterra se defrontaram pela posse das ilhas Malvinas/Falklands, enfraquecendo a credibilidade que diversos países da região depositavam no bloco hemisférico.

A gênese da chamada Guerra das Malvinas provém de longa data. A Argentina, no pós-independência, tomou posse daquela ilha por se considerar herdeira direta da Espanha. Mas a ilha tinha um passado marcado pela disputa entre França, Espanha e Inglaterra e estes últimos a retomaram pela força naval em 1833, ordenando que a Argentina deixasse as Malvinas.

Tendo passado quase 150 anos da posse britânica da ilha, a retomada das aspirações geopolíticas argentinas em relação ao arquipélago, durante um regime militar

⁷⁴ O projeto *Guerra nas Estrelas* de Reagan consistia na formação de uma espécie de escudo espacial composto por satélites de reconhecimento que detectariam os mísseis inimigos quando lançados, para que satélites armados de raios laser e mísseis antibalísticos, baseados em terra, destruíssem a ameaça antes que ela alcançasse o território dos EUA (BERTONHA, 2006). Devido a inúmeras críticas e dificuldades tecnológicas, o projeto não teve avanço. Bill Clinton e George W. Bush tentaram reativar o projeto, porém, acabou sendo engavetado no governo de Barack Obama.

fortemente questionado no plano econômico e político, tomou força, sendo elaborada, então, a estratégia de recuperação das ilhas (TEIXEIRA, 2011).

No governo do General Galtieri – momento de esfriamento das relações da Argentina com os EUA, aquele governante se posicionava favorável a uma relação mais estreita com Washington. A Argentina procurou realizar negociações diplomáticas com a Inglaterra, reivindicando o direito de soberania sobre a ilha. Com o fracasso das negociações, a Argentina, no dia 2 de abril de 1982, realizou militarmente a retomada das Malvinas. Segundo Penha (2011), foram três juízos equivocados:

[...] o primeiro, da diplomacia britânica, foi no sentido de que a Argentina não buscava tomar pela força o que se havia negado pela via da negociação; o segundo e o terceiro foram argentinos que os britânicos não reagiriam militarmente; e que os EUA respaldariam a atitude argentina levando-se em consideração a defesa da Doutrina Monroe e os princípios contidos no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. (PENHA, 2011, p. 139-140)

Evidente que a Inglaterra era aliada de maior peso estratégico dos EUA, comparada à Argentina, em razão dos interesses globais estadunidenses. Nesse sentido, os EUA, sob fortes pressões da opinião pública interna e para honrar seus compromissos com o OTAN, não apenas deixaram de proteger a Argentina como também se mantiveram ao lado da tradicional aliada europeia, dando todo o respaldo logístico para que as ilhas fossem recuperadas pelos ingleses (MONIZ BANDEIRA, 2010a).

Os países da América do Sul reagiram de forma diferenciada. O Chile se inclinava favoravelmente à Inglaterra, também em razão das disputas geopolíticas com a Argentina pelo canal de Beagle. O Peru concedia apoio diplomático à Argentina, talvez pela oposição ao Estado chileno, o qual havia conquistado uma parte do território peruano no século XIX, ao fim da Guerra do Pacífico; assim como a Venezuela, que mantinha uma disputa com a Inglaterra pela posse da região de Essequibo, na Guiana Inglesa. Caso a Inglaterra cedesse as Malvinas à Argentina, abriria precedente para a devolução da região de Essequibo ao Estado venezuelano (TEIXEIRA, 2011). Por sua vez, o Brasil se manteve ao lado da Argentina, devido às boas relações provindas da assinatura de ambos no Tratado Tripartite, em 1979.

Se a solidariedade sul-americana não se traduziu em ajuda militar, esse conflito arruinou de vez a credibilidade do TIAR, pois, naquela ocasião, o pacto americano demonstrou-se uma falácia, em que os EUA deixaram de proteger o país sul-americano. Com a ineficiência do TIAR frente à crise das Malvinas, os países da região passaram a questionar

sua funcionalidade e, embora ainda exista o bloco, sua credibilidade pelos países sul-americanos foi perdida.

Nessa década, alguns países da América do Sul iniciaram seu processo de democratização para darem fim aos regimes autoritários, situação que, ao invés de encontrar a resistência dos EUA, que haviam sustentado o processo dos golpes militares na região, encontrou auxílio por parte desse país. É possível dizer que quase simultaneamente a esse processo, outro fator aparece na agenda estadunidense para os países da região, o combate às drogas.

A política antidrogas já era defendida pelos EUA desde anos anteriores, mas, no governo Reagan, teve um forte impulso, tornando-se militarizada. Durante sua gestão, foi desenvolvida uma força em escala continental e extracontinental envolvendo órgãos como o DEA (*Drug Enforcement Administration* – Administração de Fiscalização de Drogas), FBI e polícia de países Europeus, do México e da América do Sul para o combate à produção e tráfico de substâncias consideradas ilícitas (FRAGA, 2007).

Quando foram redigidas as *National Security Decision Directives* (NSDD) - 221, em 1986, ficou clara a preocupação de seus autores com o narcotráfico. Nelas alegava-se que o tráfico de entorpecentes desestabilizava os governos democráticos aliados, corrompendo suas instituições políticas e judiciárias; contribuía para o aumento da violência nos países produtores e consumidores; colaborava com a aquisição de armamentos ilegais. Além disso, com o dinheiro ilegal da venda de entorpecentes, aumentava o poder de grupos insurgentes, financiando grupos terroristas. Desse modo, os Estados soberanos ou aqueles que passavam por turbulentas tentativas de revoluções poderiam tolerar o tráfico de drogas para obter benefícios financeiros e políticos (THE WHITE HOUSE, 1986).

Entre algumas medidas práticas para a implementação da política de combate ao narcotráfico, destacam-se: assistência a outras agências governamentais dos EUA, tanto no planejamento como na execução de grandes operações contra narcóticos; coleta, análise e disseminação de serviços de inteligência; realização de exercícios em pequena escala, visando melhorar o planejamento, inteligência, mobilidade e comunicações; assessoria de treinamentos das forças militares de outros países em seu planejamento e execução das políticas antidrogas; fornecimento de suporte técnico e material com o intuito de garantir a melhoria na capacidade de governos estrangeiros atuarem no combate à produção e ao tráfico de entorpecentes (THE WHITE HOUSE, 1986).

No mesmo ano de 1986, foi realizada uma lista na qual constavam 30 países classificados como de maior prioridade no combate às drogas, sendo que tais países não

deveriam medir esforços em suas políticas, seguindo os padrões impostos pela Casa Branca, caso contrário resultaria em sanções econômicas por parte dos EUA, situação que poderia acarretar problemas em suas economias (FRAGA, 2007).

A inclusão nesta lista, que normalmente abrange 30 países, automaticamente inicia um processo de sanções, a menos que o presidente decida “certificar” o país. Aqueles que se consideram inteiramente cooperantes nos esforços para o controle das drogas são certificados. Aqueles considerados pouco cooperativos perdem o certificado, o que resulta em cortes na assistência do governo dos Estados Unidos (com exceção da ajuda humanitária e dos fundos para o controle das Drogas), oposição dos Estados Unidos à concessão de empréstimos multilaterais para o desenvolvimento para esses países e o estigma de ser marcado como nação traficante de drogas. (FALCO, 1998, p. 146 apud AYERBE, 2002, p. 215)

No ano de 1989, o Congresso dos EUA delegou o papel para detecção e monitoramento das drogas provindas do exterior ao Departamento de Defesa, permitindo ao Pentágono utilizar seus recursos para realização das mais variadas atividades operacionais, como voos e patrulhas marítimas, construção de radares e ações de vigilância (AYERBE, 2009). É importante sublinhar a possibilidade de ter havido *lobby* dos militares para continuarem recebendo alto orçamento no setor de defesa, o que não se justificaria sem um novo inimigo, o narcotráfico, a substituir a URSS, que se encontrava em constante declínio.

Durante o governo Reagan, os recursos gastos para o combate ao tráfico de drogas foram aumentando ano a ano, desde 1982 a 1989, como está demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2: Valores destinados ao combate às drogas nos Anos Fiscais do Governo Reagan (1982-1989)

Ano Fiscal	Total do valor (em milhões de dólares)*	Valor destinado à redução de oferta	% do total destinada à redução de oferta	Valor destinado à redução de demanda	% do total destinada à redução de demanda
1982	2,903.4	1,768	61%	1,135.4	39%
1983	3,268.4	2,044.9	63%	1,223.5	37%
1984	3,707.3	2,464.8	66.5%	1,242.5	33.5%
1985	4,167.1	2,856.6	68.5%	1,310.5	31.5%
1986	4,284.8	2,976.5	69.5%	1,308.3	30.5%
1987	6,876.3	4,825.9	70%	2,050.4	30%
1988	6,486.7	4,413.5	69%	2,073.7	31%
1989	8,759.5	5,993.5	69%	2,766	31%
Total	40,453.5	27,163.5	67%	13,290.0	33%

*O valor está ajustado em relação ao valor do dólar em 1998.

Fonte: GUZZI (2008), com base no *Transactional Records Access Clearinghouse* (TRAC).

Como se pode notar na Tabela 2, desde 1982 até o término de seu mandato em 1989, o governo Reagan não apresentou decréscimo nos gastos registrados pelos anos fiscais abrangendo o combate ao narcotráfico. Desses recursos, uma maior proporção foi aplicada com a finalidade de reduzir a oferta dos produtos ilícitos, ou seja, combater a entrada das substâncias ilícitas em território estadunidense, quer por meio da contenção na própria fonte, quer nos países produtores com a aplicação de leis para erradicação.

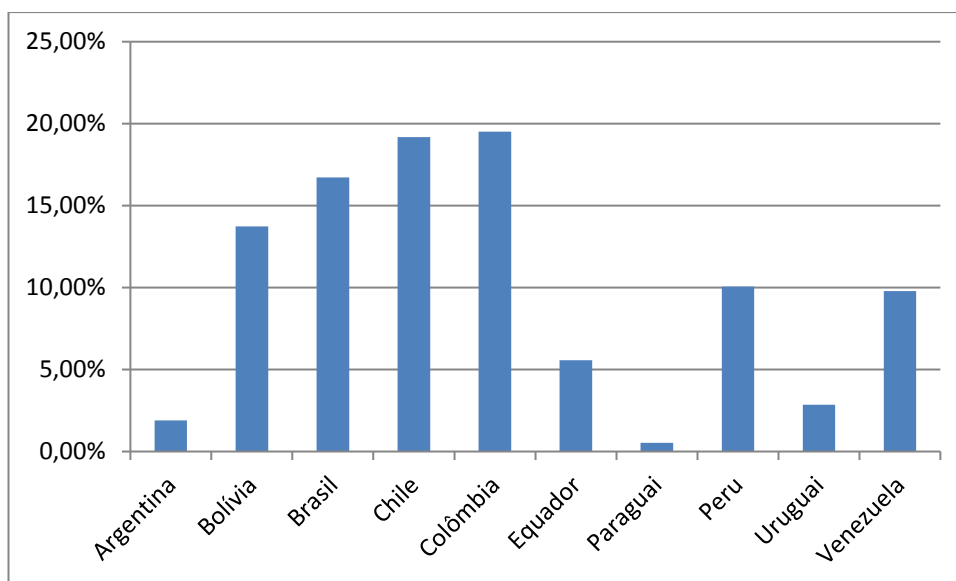
Em 1982, o valor total destinado à redução da oferta e da demanda era de US\$ 2.903,4 milhões, tendo 61% do total investido na redução da oferta, e 39% na redução da demanda; em 1989, o valor total destinado à redução da oferta e demanda receberia um acréscimo relativamente alto, totalizando US\$ 8.759,5 milhões, quase o triplo do valor gasto em 1982. Deste total, 69% foram destinados a redução da oferta, e 31% destinado a redução da demanda. A redução da demanda contaria com programas como prevenção, educação, tratamento, reabilitação e repressão com vistas a conter o consumo interno dos ilícitos (CIMADAMORE, 1997 apud GUZZI, 2008). E, embora apareça com o dispêndio inferior de recursos em relação à redução da oferta, também não houve redução dos recursos destinados para esta finalidade. De fato, seu crescimento foi tímido, tendo sido investidos US\$ 1.135,4 milhões em 1982, representando 39% do total investido naquele ano. O ano de 1989 foi finalizado com US\$ 2.766 milhões, um pouco a mais que o dobro dos dispêndios iniciais e representando 31% do total investido naquele ano, ou seja, uma queda de 8% em relação ao ano de 1982.

Colômbia, Peru e Bolívia eram os principais produtores de cocaína da América do Sul, sendo que a Colômbia possuía, na década de 1970, uma posição de destaque no refino da substância, responsabilizando-se por aproximadamente 75% do tráfico dos países andinos com o destino ao mercado estadunidense (BAGLEY, 1988). Com o fortalecimento de grupos guerrilheiros de orientação marxista, como as FARC (*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*), além de grupos que dominavam cartéis de drogas utilizando seus recursos para garantir influência entre os parlamentares colombianos, surgiu, na década de 1980, o conceito de “narcoterrorismo”, sendo proferido pela primeira vez “pelo embaixador norte-americano na Colômbia, que buscava qualificar o ‘terrorismo’ praticado pelos grupos do ‘narcotráfico’ colombiano” (REGO-MONTEIRO, 2014, p. 182).

É importante destacar que, naquele período, a ajuda militar fornecida pelos EUA pelo PAM já havia sido cancelada. Porém, continuava a aquisição, pelos países da América do Sul, de equipamentos militares importados de Washington, mesmo que de maneira mais modesta que nos anos 1960 e 1970. Em números absolutos, dentre os países sul-americanos, a

Colômbia foi o país que mais importou aeronaves dos EUA neste período, com aproximadamente 19,52% do total, ficando pouco à frente do Chile, com aproximadamente 19,18%, como demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6: Porcentagem do total de aeronaves exportadas pelos Estados Unidos para os países da América do Sul de 1981 a 1991



Fonte: SIPRI
Organização: Brigola (2018)

Entre as aeronaves, destacam-se o avião *Dragon Fly*, um avião para missões de contra insurgência e apoio próximo, e também o helicóptero UH-1N; ambos utilizados na Guerra do Vietnã no combate às guerrilhas e que passaram a ter a mesma função na Colômbia, nas missões antinarcóticos.

Não foram encontrados documentos que comprovassem que tais equipamentos tenham sido adquiridos por meio da ajuda dos EUA, semelhante ao que acontecia no PAM ou por compra a preços de mercado. Mas, de fato, essas aquisições indicam o comprometimento do governo colombiano com a agenda de segurança de Washington, considerando que a Colômbia era o principal produtor e exportador de cocaína entre os países da América do Sul.

As diretrizes políticas entre Washington e a América Latina permaneceram basicamente as mesmas nos dois anos finais da Guerra Fria, embora tenha ocorrido a entrada de George Herbert Walker Bush, em 1989, na presidência dos EUA. Esse presidente deu continuidade às diretrizes da agenda que herdara de Ronald Reagan e, em nome das lutas contra as drogas, realizou uma intervenção no Panamá no mesmo ano de sua posse. Além

disso, encabeçou o Plano Brady, uma nova proposta para ajudar na recuperação econômica e reestruturação das dívidas externas dos países da região (PECEQUILO, 2011), lançando, em 1990, a Iniciativa para as Américas. Tanto a agenda antidrogas, como as iniciativas de políticas econômicas para a região foram diretrizes que, mesmo com as mudanças no sistema internacional inauguradas com o fim da Guerra Fria, tiveram continuidade no período da Nova Ordem Mundial, como será analisado no item a seguir.

2.3 As relações hemisféricas no mundo multipolar: entre a aproximação com os EUA e a autonomia sul-americana

No intervalo de apenas dois anos, uma sucessão incrível de eventos, como a queda do muro de Berlim (novembro de 1989), a reunificação da Alemanha (outubro de 1990), a dissolução do Pacto de Varsóvia (abril de 1991) e o fim da potência socialista soviética (dezembro de 1991), marcou o triunfo norte-americano e o final da ordem bipolar, inaugurando o que George H. W. Bush denominou de Nova Ordem Mundial. A geopolítica global sofreu uma enorme transição, pois um dos sistemas socioeconômicos que disputara a hegemonia global sucumbiu, tornando o capitalismo neoliberal, sob a égide dos EUA, o sistema dominante no cenário mundial. Aqueles países que, no passado, aderiram aos ideais da economia planificada tiveram que “migrar” para a economia de mercado.

Embora muitos analistas da política internacional, já citados no primeiro capítulo, defendessem que as questões econômicas predominariam no pós-Guerra Fria, a bem da verdade é que a economia se mostrou atrelada à geopolítica, sendo um dos fatores que moveu as relações internacionais desse período, ainda que não unicamente, pois não foram apenas as agendas externas de caráter econômico que tiveram que ser repensadas. A mudança ocorrida no cenário mundial, a partir do dismantelamento da ordem bipolar, contribuiu para a desatualização dos parâmetros doutrinários das políticas de defesa e concepções de segurança, inclusive sobre as percepções de ameaças e constituição das missões e estruturas operativas e funcionais das forças armadas (MONTENEGRO, 2003).

Para além das ameaças ditas tradicionais, ou seja, de caráter militar, ganhavam relevância ameaças não tradicionais que englobavam questões políticas, econômicas, sociais, de saúde e ambientais (PAGLIARI, 2004), tais como o caso do terrorismo, do crime

organizado, do tráfico de drogas, atos de corrupção e lavagem de dinheiro, tráfico de armas, desastres naturais, entre outros⁷⁵. Desta forma,

Na medida em que não existe nenhum Estado (ou mesmo um conjunto de Estados) com capacidade militar de se contrapor aos Estados Unidos, e colocar em risco o seu sistema doméstico, econômico, social e político como ocorria no caso da União Soviética, com o seu poderio militar convencional, nuclear e missilístico e sua ideologia -, os novos inimigos são apresentados agora sob forma de novas ameaças. (GUIMARÃES, 2005, p. 303)

É preciso destacar que, com o desaparecimento do inimigo soviético, tornava-se difícil justificar os gastos no complexo industrial-militar, que eram absurdamente altos⁷⁶. Assim, era necessário focalizar novas ameaças, embaladas numa nova concepção de segurança. Não que a noção de inimigo tradicional tivesse desaparecido, mas ela foi ampliada de modo a incorporar também os inimigos difusos ou “ameaças”. Nessa visão estadunidense, qualquer grupo ou atividade que pudesse interferir no desenvolvimento do sistema capitalista, na democracia ou abalar seu controle do sistema político internacional representaria uma ameaça. Com isso, puderam ser considerados também como ameaças ao território e sociedade norte-americana quaisquer eventos que pudessem afetar os interesses políticos, econômicos e estratégicos de seu governo, mesmo que distantes milhares de quilômetros de seu próprio território nacional (GUIMARÃES, 2005).

De fato, as mudanças estruturais ocorridas no sistema internacional com o fim da Guerra Fria repercutiram nas relações hemisféricas, em especial na América do Sul. Pecequillo (2012) classificou as relações entre Washington e os países sul-americanos em três períodos distintos, sendo o primeiro (1990-1998) caracterizado por uma intensa ofensiva regional pelos Estados Unidos, devido à fragilidade econômica dos países europeus e à possibilidade da propagação das políticas neoliberais aos países sul-americanos; o segundo (1999-2004) ficou marcado por crises e um maior distanciamento nas relações entre o país hegemônico e a periferia sul-americana. Esse distanciamento pode ser interpretado a partir dos ataques às

⁷⁵ O renomado autor sobre estudos em segurança, Barry Buzan, reconheceu que as ameaças surgidas no pós-Guerra Fria não derivam apenas do caráter militar. Seu livro *People, States and fear: the national security problem in International Relations*, publicado em 1983, foi reeditado em 1991 com o título *People, States and fear: an agenda for international security studies in the post-Cold War Era*. Nele o autor tornou mais abrangente a classificação de ameaças na Nova Ordem Mundial.

⁷⁶ O complexo industrial-militar dos Estados Unidos foi o único setor que atravessou incólume todas as crises econômicas do período da Guerra Fria, não sofrendo as agruras do mercado, em razão de seus gastos terem sido custeados pelo Estado (DANTAS, 2007). Ao contrário, em períodos de crise econômica, o complexo industrial-militar teve mesmo seus recursos ampliados. Se o Pentágono fosse um país, estaria entre as quinze primeiras economias do mundo (BLINDER, 2003 apud DANTAS, 2007).

Torres Gêmeas em Nova York, em 2001, que reorientou a política externa estadunidense para a campanha no Oriente Médio; e, por fim, o terceiro período (2005-2012) foi aquele no qual ocorreu uma mudança de foco, quando os Estados Unidos passaram a buscar uma reaproximação com os países da região, dando uma atenção especial ao Brasil, ainda que a América do Sul não estivesse em um patamar privilegiado em relação aos interesses globais dos EUA.

Embora consideremos adequada a periodização realizada pela autora acima, a análise proposta nesta tese se dará a partir dos diferentes governos que dirigiram a Casa Branca, buscando resgatar os acontecimentos históricos e compreender as relações deles com os países da América do Sul. Iniciaremos pelos anos finais de George Herbert Walker Bush (1991-1993), em seguida a gestão de Bill Clinton (1993-2001) e posteriormente o governo de George Walker Bush (2001-2009). Para esta análise, além do uso de fontes bibliográficas, daremos maior ênfase aos planos de governos e dados oficiais fornecidos pelas autoridades dos países envolvidos na pesquisa.

2.3.1 Os primeiros anos pós-Guerra Fria e o final do mandato de George Herbert Walker Bush na Casa Branca (1991-1993): a “Nova Ordem Mundial” resultou em novas relações hemisféricas?

Embora a Guerra Fria tivesse acabado oficialmente em dezembro de 1991, desde a queda do Muro de Berlim o mundo socialista já estava com seus dias contados. Essa conclusão se tornou evidente aos olhares dos estrategistas de Washington quando escreveram o documento *Nacional Security Strategy* em março de 1991, o qual já demonstrava, em seu corpo, os objetivos estadunidenses na chamada Nova Ordem Mundial. Nas primeiras páginas do documento, foi destacada a posição de liderança dos EUA no sistema internacional que acabara de ser instaurado, tendo a possibilidade de moldá-lo de acordo com seus valores e ideais (THE WHITE HOUSE, 1991). Questões como democracia, livre mercado, meio ambiente, tráfico de drogas e armas de destruição em massa foram alguns dos pontos salientados na nova agenda global estadunidense, com rebatimentos evidentes na América do Sul.

O Quadro 1, a seguir, ilustra os principais tópicos da agenda econômica e política estabelecidos pelo governo estadunidense em nível global, que constam na *Nacional Security Strategy* (1991), não sendo incluídos os tópicos sobre a agenda de defesa. Destacamos, neste

quadro, os pontos relativos às prioridades hemisféricas. Embora alguns temas globais não tenham sido abordados nos assuntos hemisféricos, como, por exemplo, questões ambientais e não proliferação de armas de destruição em massa, não significa que esses assuntos não tivessem relevância para a região. Um exemplo disso está no caso do Brasil, o qual foi o responsável por sediar o evento mais importante sobre meio ambiente, naquela década, a chamada *Eco-92*. As discussões ambientais tiveram início a partir da Conferência de Estocolmo de 1972, mas foi após a *Eco-92* ocorrida no Rio de Janeiro que a temática adquiriu maior relevância.

Embora, no documento em questão, o tema sobre a não proliferação de armas de destruição em massa também não aparecesse nos assuntos hemisféricos, cabe destacar que, nos tópicos sobre a agenda política, era apontada a importância dos países da América Latina assinarem acordos que certificassem o compromisso de tais países com os EUA quanto a essa questão. Sendo assim, “Argentina e Brasil concordaram em aceitar salvaguardas da AIEA em todas as suas instalações nucleares e tomar medida para a entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco, que origina uma América Latina livre de armas nucleares” (THE WHITE HOUSE, 1991, p. 16, tradução nossa)⁷⁷.

⁷⁷ “Argentina and Brazil have agreed to accept IAEA safeguards on all their nuclear facilities and to take steps toward bringing into force the Treaty of Tlatelolco, which creates a Latin American nuclear-weapons-free zone” (THE WHITE HOUSE, 1991, p. 16).

Quadro 1: Tópicos da agenda global política e econômica dos Estados Unidos e as prioridades hemisféricas de acordo com a *Nacional Security Strategy*, de 1991

Agenda Política	Agenda Econômica	Questões Hemisféricas
Alianças e Cooperação com outros países e as Nações Unidas	Desafios Econômicos nos anos de 1990	Consolidação e Fortalecimento da Democracia
Defesa da Democracia	Manutenção do Crescimento Econômico	Cooperação Militar
Controle de Armas	Desequilíbrios Globais	
Não proliferação de armas de destruição em massa	Dívida dos Países em Desenvolvimento	Expansão do Comércio
Programas de Inteligência	Expansão do Comércio e Abertura de Mercados	Reformas Econômicas com Base no Neoliberalismo
Assistência em Segurança e Economia	Transferência de Tecnologias Cíveis e Militares	Formação de Blocos de Livre-Comércio
Tráfico de Drogas e Substâncias Ilícitas	Suprimento de Recursos Energéticos	Investimento Econômico e Negociação da Dívida Externa
	Questões Ambientais	
Refugiados e Imigrantes	Tecnologias, Pesquisas e Viagens Espaciais	Combate ao Narcotráfico

Fonte: *Nacional Security Strategy* (WHITE HOUSE, 1991).
Organização: Brigola (2018)

Ao observar o Quadro 1, é notável a predominância de assuntos de caráter econômico como as principais preocupações dos EUA na região. Como demonstra Herz (2002), as prioridades hemisféricas mais imediatas para Washington se concentrariam basicamente em duas agendas: o progresso das reformas econômicas de cunho neoliberal e o combate ao comércio ilícito de drogas.

Com a chamada “década perdida” dos anos de 1980, os países não apenas da América do Sul, mas de toda América Latina se encontravam numa situação na qual uma aproximação com os EUA era vista como o melhor caminho a ser percorrido, sendo esse pensamento sustentado pela ideia “de que uma aliança preferencial com os norte-americanos colocava-se como a única maneira viável do hemisfério de retomar o seu desenvolvimento e reinserir-se no cenário internacional pós-bipolaridade” (PECEQUILO, 2012, p. 38). Essa reaproximação com Washington era devida, em grande parte, ao otimismo pelo neoliberalismo, ideologia que tornou o continente americano um laboratório para as políticas aplicadas pelo governo estadunidense.

A primeira tentativa de penetração das ideias neoliberais deu-se com a chamada *Enterprise for the Americas Initiative* (Iniciativa para as Américas – IA), sendo difundida por George H. W. Bush, ainda em 1990, um ano antes da derrocada da URSS. Tal política objetivava expor uma visão de prosperidade hemisférica sustentada por três pilares: o livre mercado, com a criação de uma Zona Hemisférica de Livre Comércio (ZHLC); o aumento dos investimentos externos na região e a renegociação para a redução da dívida de países com débitos a serem pagos (THE WHITE HOUSE, 1991). Em seu discurso, George H. W. Bush deixou claros seus objetivos, afirmando que:

Para expandir o comércio, proponho que iniciemos o processo de criação de uma zona de livre comércio que abranja todo o hemisfério; para aumentar o investimento, proponho que nós tomemos medidas para criar um fluxo líquido de capital para a região; e para continuar reduzindo o peso da dívida, proponho uma nova abordagem em relação à dívida regional, com benefícios importantes para o nosso meio ambiente. (BUSH, 1990, p. 51, tradução nossa)⁷⁸

De acordo com Yopo Herrera e Soler (1993), naquele período a IA foi o projeto mais abrangente para as relações hemisféricas desde a iniciativa da Aliança para o Progresso. Porém, dos três pilares da IA anunciadas por George H. W. Bush, apenas a redução da dívida externa teve algum resultado positivo, enquanto as outras foram insatisfatórias (PECEQUILO, 2012).

Para além da IA, George H. W. Bush criou uma política econômica para beneficiar os países da América Andina, que estaria atrelada ao tema de sua agenda relacionada à produção e tráfico de drogas. Lançada em 1991 e batizada pelo nome de *Andean Trade Preference Act* (ATPA), tal política consistia no fornecimento de benefícios tarifários da parte dos EUA aos produtos do comércio exterior da Colômbia, da Bolívia, do Equador e do Peru, intentando expandir alternativas econômicas desses países em virtude da luta contra a produção e o tráfico de drogas em seus territórios, tendo a validade de dez anos (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2001). De acordo com o *Third Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act*, publicado pelo *Office of United States Trade Representative* (USTR), em 2001, entre os anos de 1991 a 1999, as

⁷⁸ O discurso foi traduzido da publicação realizada pela *Revista Mexicana de Política Exterior*: “Para ampliar el comercio, propongo que empecemos el proceso de crear una zona de libre comercio que abarque todo el hemisferio; para aumentar la inversión, propongo que adoptemos medidas para crear un flujo neto de capital hacia la región; y para seguir reduciendo la carga de la deuda, propongo un nuevo enfoque hacia la deuda regional, con beneficios importantes para nuestro medio ambiente” (BUSH, 1990, p. 51).

exportações dos EUA aos países andinos beneficiados pelo ATPA aumentaram 65% e as importações, 98%, tendo uma queda após o ano de 1999, como demonstra a Tabela 3.

Tabela 3: Relações comerciais dos EUA com os países do ATPA (1991-agosto/2000)

Ano	Exportações estadunidenses aos países do ATPA*	Participação do ATPA nas exportações mundiais dos EUA	Importações estadunidenses dos países do ATPA**	Participação do ATPA nas importações mundiais dos EUA	Balança Comercial dos EUA
	Milhões \$\$	Porcentagem	Milhões \$\$	Porcentagem	Milhões \$\$
1991	3,798.2	0.9	4,969.5	1.0	-1,171.3
1992	5,319.7	1.3	5,058.7	1.0	261.0
1993	5,359.1	1.2	5,282.3	0.9	76.7
1994	6,445.0	1.3	5,879.5	0.9	565.5
1995	7,820.2	1.4	6,968.7	0.9	851.4
1996	7,718.7	1.3	7,867.6	1.0	-148.9
1997	8,681.8	1.3	8,673.6	1.0	8.2
1998	8,670.1	1.4	8,361.0	0.9	309.1
1999	6,263.2	1.0	9,830.2	1.0	-3,567.0
1999 (Jan-Ago)	4,076.6	1.0	6,173.2	0.9	-2,096.6
2000 (Jan-Ago)	4,156.9	0.9	7,376.8	0.9	-3,219.9

*Exportações domésticas

**Importações para consumo, valor aduaneiro

Fonte: *Third Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act*, USTR, 2001.
Organização: Brigola (2018)

Ao analisar os dados fornecidos pela Tabela 3, percebe-se que as exportações dos EUA aos países do ATPA aumentaram gradualmente até o início de 1999, enquanto que as importações realizadas pelos EUA tiveram um aumento ainda maior, embora também tenha havido um decréscimo no ano de 1999, devido à alta nos preços dos produtos derivados do petróleo (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2001). Entre os principais produtos importados pelos EUA estavam matérias-primas, produtos têxteis, combustíveis minerais, metais preciosos, café, frutas, peixes, entre outros, sendo que, dos países andinos, a Colômbia foi quem obteve o maior destaque nas relações comerciais com os EUA, desde o início do programa (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2001).

Os EUA esperavam que a política de preferência tarifária a esses países resultasse em maior compromisso deles na adesão e esforços ao combate ao narcotráfico, assim como a pretensão de aumento das exportações desses países significaria mais capitais para investir na

contenção da produção e comércio de ilícitos. Por outro lado, a falta de compromisso por parte dos países andinos significaria a exclusão das políticas de preferências providas de Washington.

A política de contenção à produção de ilícitos, além da complementação econômica, ainda se manteve militarizada. De acordo com o *Annual Report of the Secretary of Defense to the President and the Congress*, publicado em 1993, desde 1989 o Departamento de Defesa dos Estados Unidos forneceu bem mais de 200 milhões de dólares em treinamento, equipamentos e planejamento de apoio aos países andinos, tendo como braços de execução o *USSOUTHCOM* (Comando Sul), a *Special Operation Forces* (SOF) e o *Special Operations Command* (*USSOCOM*). No entanto, a presença militar dos EUA na América Latina é relativamente pequena em relação a outras regiões que possuem maior peso estratégico para Washington, como demonstra a Tabela 4.

Tabela 4: Militares dos EUA em áreas estrangeiras, 1984-1992 (fim dos anos fiscais – em milhares)

	FY 84	FY 85	FY 86	FY 87	FY 88	FY 89	FY 90	FY 91	FY 92b
Alemanha	254	247	250	251	249	249	228	203	168
Europa	73	75	75	73	74	71	64	62	58
Europa (embarcada)	25	36	33	31	33	21	18	20	17
Coreia do Sul	41	42	43	45	46	44	41	40	39
Japão	46	47	48	50	50	50	47	45	47
Pacífico	16	16	17	18	17	16	15	9	8
Pacífico (embarcado - incluindo o sudeste da Ásia)	18	20	20	17	28	25	16	11	16
América Latina e Caribe	13	12	13	13	15	21	20	19	20
Diversos	25	20	26	27	29	13	160a	39	20

a - Incluem 118.000 em terra e 39.000 embarcados em apoio à operação DESERT STORM.

b - A partir de 31 de março de 1992.

Fonte: *Report of the Secretary of Defense to the President and the Congress*. Department of Defense, 1993.
Organização: Brigola (2018)

Ao analisar a Tabela 4, é possível concluir que a presença de militares dos EUA até 1987 teve maior concentração na Alemanha, devido às instabilidades internacionais providas da bipolaridade, tendo esse valor diminuído a partir daquele ano até o final da Guerra Fria. Na América Latina e Caribe, o número do efetivo militares foi menor em relação às outras localidades, algo que pode ser compreendido pela hegemonia estadunidense na

região ter fraca contestação. O efetivo norte-americano teve um pequeno aumento a partir de 1986, certamente pela maior militarização com a política antidrogas, iniciada por Ronald Reagan.

No documento acima, não é especificado se esse contingente militar se encontrava em maior parte na América Central e Caribe ou na América do Sul, do mesmo modo também não se especifica a utilidade e ocupação desse contingente. Mas, como demonstrou Luzzani (2012), até 1999 a América do Sul era um território livre de bases permanentes dos EUA, havendo apenas cooperação militar, exercícios conjuntos e missões humanitárias, diferente da realidade dos países centro-americanos e caribenhos.

Em janeiro de 1993, último ano no poder da Casa Branca, George H. W. Bush chegou a publicar uma nova *Nacional Security Strategy*. Os temas abordados seguiam basicamente a mesma agenda da NSS anterior, de 1991, como a reafirmação da liderança dos EUA na Nova Ordem Mundial; a defesa e o fortalecimento da democracia; a expansão do livre comércio; a contenção do tráfico de ilícitos e de produção de armas de destruição em massa, entre outros.

Em relação à América Latina, no novo documento, foi colocada a importância da OEA na defesa e promoção da democracia, sendo a ascensão de governos democráticos no hemisfério um objetivo quase concluído, sendo Cuba uma exceção (THE WHITE HOUSE, 1993). A nova *Nacional Security Strategy* repetiu o discurso de que o desenvolvimento econômico neoliberal é interdependente das questões de democracia e de instabilidades regionais, sendo que, “sem crescimento econômico, pouco progresso seria possível” (THE WHITE HOUSE, 1993, p. 8, tradução nossa)⁷⁹. Para o crescimento ocorrer, além da IA, foi citada novamente a proposta de constituição de bloco de livre comércio na região, como o NAFTA – que foi citado nas duas NSSs do governo George H. W. Bush, mas veio se concretizar apenas no governo de Bill Clinton.

2.3.2 A administração Bill Clinton (1993-2001) e a estratégia do *engagement and enlargement*: novos discursos e as mesmas diretrizes para a América Latina

Após tomar posse da Casa Branca, em 1993, Willian Jefferson “Bill” Clinton, com uma posição ideológica diferente de seu antecessor, ancorada pelo prisma do Partido

⁷⁹ “[...] without economic growth, little progress is possible” (THE WHITE HOUSE, 1993, p. 8).

Democrata, discursaria um modelo de política externa com o slogan *engagement and enlargement* (engajamento e alargamento). Embora de partidos diferentes, George H. W. Bush e Bill Clinton apresentaram algumas semelhanças quanto aos objetivos e estratégias de segurança nacional, buscando proteger interesses internos e no exterior.

Assim como George H. W. Bush, Clinton, em sua primeira NSS – que, embora tenha sido publicada em julho de 1994, remete ao seu governo desde o início de 1993 –, ressaltou a importância da liderança de Washington no cenário internacional pós-Guerra Fria para difusão da democracia e do livre mercado, significando também a continuidade dos exorbitantes gastos em defesa sob a justificativa de preocupação com o surgimento de um potencial inimigo militar⁸⁰, pois “o futuro da Rússia é incerto e a China mantém um regime repressivo, mesmo quando esse país assume um maior papel econômico e político nos assuntos globais” (THE WHITE HOUSE, 1994, p. 1, tradução nossa)⁸¹.

Entre as ameaças registradas em sua NSS, foram incitadas, com grande ênfase, aquelas de natureza além da estritamente militar, como atores transnacionais, a exemplo do terrorismo, narcotráfico, degradação ambiental, rápido crescimento populacional e fluxos de refugiados (THE WHITE HOUSE, 1994).

No *Report of the Secretary of Defense to the President and the Congress*, do ano de 1993, foi destacado que há quatro regiões no pós-Guerra Fria que mereciam uma grande atenção dos EUA, pelo peso estrategicamente crucial para os interesses norte-americanos: Europa, Ásia Oriental, Golfo Pérsico/Oriente Médio e América Latina, respectivamente.

Quatro regiões representam o núcleo de interesses críticos globais dos EUA. A história tem mostrado que a Europa, com mais de um terço do produto nacional bruto (PIB) mundial e com um passado torturado por conflitos regionais e globais, não pode ser ignorada. Ásia Oriental, a região economicamente mais dinâmica no mundo, representa mais do nosso comércio bilateral do que Europa ou América Latina. O Oriente Médio, o Golfo Pérsico, que contém mais da metade das reservas comprovadas de óleo do mundo, testemunhou 10 grandes guerras e conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial, muitos dos quais envolveram amigos dos EUA e exigiram uma resposta americana. Devido à sua proximidade e às ligações econômicas com os Estados Unidos, a América Latina tem uma capacidade

⁸⁰ Tendo como base os dados do *Center for Defense Information* (2002, p. 35), Shimabukuro (2009, p. 40) afirma que, ao “longo da década de 1990, a média dos gastos de defesa, apesar das reduções orçamentárias durante os dois mandatos de Bill Clinton, em torno de US\$ 337 bilhões ficou praticamente inalterado em relação aos níveis da Guerra Fria, de US\$ 344 bilhões [...] Isso indicava o comprometimento do presidente Clinton em manter a posição militar dominante dos Estados Unidos diante das demais potências”.

⁸¹ “[...] Russia's future is uncertain, and China maintains a repressive regime even as that country assumes a more important economic and political role in global affairs” (THE WHITE HOUSE, 1994, p. 1).

única de afetar diretamente segurança e bem-estar dos EUA. (U.S DEPARTMENT OF DEFENSE, 1993, p. 7, tradução nossa⁸²)

Entre os governos norte-americanos no pós-Guerra Fria até o fim do mandato do governo de Barack Obama, a gestão de Bill Clinton foi aquela que redigiu o maior número de NSSs, tendo realizado praticamente uma por ano de governo, deixando de fazê-lo apenas nos seus três últimos anos, como é possível verificar no Quadro 2.

Quadro 2: *Nacional Security Strategy* publicada por governo (1991-2016)

Ano de Publicação	Governo em Vigor
1991	George W. H. Bush
1993	George W. H. Bush
1994	Bill Clinton
1995	Bill Clinton
1996	Bill Clinton
1997	Bill Clinton
1998	Bill Clinton
2002	George W. Bush
2006	George W. Bush
2010	Barack Obama
2015	Barack Obama

Fonte: <http://nssarchive.us/>
Organização: Brigola (2018)

No que se refere à América Latina, em todas suas NSSs, os temas abordados são praticamente os mesmos, variando pouco de uma para a outra. Entre algumas questões que foram citadas na NSS de 1994 e foram repetidos quase com a mesma redação nas NSSs de 1995 e 1996, destacam-se:

[...] a resolução de tensões fronteiriças, controle de insurgências e contenção de pressões para a proliferação de armas, será uma essencial sustentação do progresso político e econômico no hemisfério [...] O triunfo sem precedentes da democracia e das economias de mercado em toda a região oferece uma

⁸² “Four regions represent the core of critical U.S. global interests. History has shown that Europe, with more than a third of the world's gross national product (GNP) and with a tortured past of regional and global conflict, cannot be ignored. East Asia, the most economically dynamic region in the world, accounts for more of our bilateral trade than Europe or Latin America. The Middle East, Persian Gulf, which contains more than half of the world's proven oil reserves, has witnessed 10 major wars and armed conflicts since World War II, many of which have involved close U.S. friends and have required an American response. Because of its proximity to and economic links with the United States, Latin America has a unique ability to affect directly U.S. security and well-being” (DEPARTMENT OF DEFENSE, 1993, p. 7).

oportunidade inigualável de assegurar os benefícios da paz e estabilidade, e promover o crescimento econômico e o comércio [...] Estamos trabalhando com nossos vizinhos por meio da OEA para revigorar a cooperação regional. Tanto bilateralmente como regionalmente, procuramos eliminar o flagelo do narcotráfico, que representa uma séria ameaça à democracia e segurança. (THE WHITE, HOUSE, 1994, p. 25, tradução nossa)⁸³

No tocante à agenda de segurança para América Latina, embora a região possua uma baixa projeção militar, após o fim da Guerra Fria, o governo norte-americano fez exigências e pressionou os países da América Latina, mais precisamente da América do Sul para que renunciassem às suas ambições de se tornarem potências nucleares, especialmente a Argentina e o Brasil, que, em seus períodos militares, almejavam a tecnologia nuclear para fins bélicos. Foi na gestão Clinton que os acordos de maior importância nesse setor, com ambos os países, foram ratificados.

No dia 17 de setembro de 1990, o Brasil, sob o governo Collor, gestão concomitante à de George H. W. Bush nos EUA, encerrou suas atividades nucleares na Serra do Cachimbo, onde realizava explosões subterrâneas experimentais. Uma semana depois, houve anúncio na ONU de “que o Brasil rejeitava a ideia de qualquer prova que implicasse explosões nucleares, mesmo para fins pacíficos” (MONIZ BANDEIRA, 2010b, p. 57).

Com a entrada de Fernando Henrique Cardoso na presidência do Brasil, as diretrizes da política nuclear brasileira de contenção de armamentos não foram alteradas, uma vez que a política externa brasileira daquele governo ampliava o globalismo, mas sem afetar as premissas de melhoria nas relações com os EUA (VIZENTINI, 2005). Logo no início de seu mandato, em 1995, Fernando Henrique assinou a adesão brasileira ao *Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis* (MTCR), uma associação informal e voluntária dos países que compartilhavam os objetivos da não-proliferação de sistemas de entrega não-tripulados capazes de transportar armas de destruição em massa e que procuravam coordenar os esforços de exportação nacional de licenciamento com vista a prevenir sua proliferação. Também ratificou, no ano de 1994, o *Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe* (Tratado de Tlatelolco)⁸⁴, e, em 1998, o Brasil aderiu ao *Tratado de Não-*

⁸³ “[...] the resolution of border tensions, control of insurgencies and containment of pressures for arms proliferation, will be an essential underpinning of political and economic progress in the hemisphere [...] The unprecedented triumph of democracy and market economies throughout the region offers an unparalleled opportunity to secure the benefits of peace and stability, and to promote economic growth and trade [...] We are working with our neighbors through the OAS to invigorate regional cooperation. Both bilaterally and regionally, we seek to eliminate the scourge of drug trafficking, which poses a serious threat to democracy and security” (THE WHITE, HOUSE, 1994, p. 25).

⁸⁴ O Tratado de Tlatelolco foi aberto para assinatura no ano de 1967, na Cidade do México, sendo criada dois anos depois, em 1969, a partir deste tratado, a OPANAL, um organismo internacional que tem a função de

Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que, até então, sempre fora classificado pelo próprio país como discriminatório, pois significava a aceitação do *status* dos países detentores, de modo a legitimar uma ordem internacional baseada no desequilíbrio de poderes entre os Estados (MONIZ BANDEIRA, 2010b). É importante lembrar que os acordos citados também foram ratificados pela Argentina, e mais que isso, a década de 1990 consolidou uma aproximação de caráter cooperativo entre Brasil e Argentina no setor nuclear, com garantia:

[...] à comunidade internacional da utilização exclusivamente pacífica de energia atômica e superando assim as dificuldades para a obtenção de equipamentos e tecnologia avançada no exterior, afastando as suspeitas, que afetavam inclusive as relações bilaterais, sobre uma possível corrida de armas nucleares no Cone Sul. (MONIZ BANDEIRA, 2010b, p. 143)

Essa aproximação, na verdade, teve início ainda na década de 1980, a partir da ratificação do *Acordo de Cooperação para Usos Pacíficos da Energia Nuclear*, firmado em 17 de maio de 1980, tendo, ao longo dessa década e início dos anos 1990, significativos avanços registrados em declarações conjuntas por ambos os países. No ano de 1991, foi celebrado o *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) sobre suas Obrigações, Privilégios e Imunidades*, no qual foram definidos os objetivos da ABACC, suas propriedades na administração e aplicação do *Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC)*, sendo este um conjunto de procedimentos com a função de fiscalizar “que os materiais nucleares em todas as atividades nucleares das Partes não sejam desviados para armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; REPÚBLICA DA ARGENTINA, 1991, ANEXO, artigo I).

Nesse sentido, a política de contenção aos armamentos de natureza nuclear foi concluída na América Latina durante a gestão de Bill Clinton, mais precisamente na América do Sul, pois o Brasil e a Argentina, países que traziam maior preocupação ao governo de Washington, ao assinarem os acordos especificados, atestaram seu comprometimento e alinhamento à política global de utilização da energia nuclear para fins de natureza não militar.

manter a América Latina e o Caribe livres de armamentos nucleares. O Brasil chegou a assinar em 1968, mas com ressalvas, o que praticamente anulava sua funcionalidade. O acordo só foi ser assinado no ano de 1994, passando, então, a vigorar.

Embora a possibilidade da produção de armamentos nucleares na América Latina tenha sido um dos pontos destacados nas estratégias de segurança nacional dos EUA no pós-Guerra Fria, o principal foco de segurança de Washington para a região, durante a década de 1990, foi a “guerra contra as drogas”, particularmente o conflito na Colômbia (SHIMABUKURO, 2009).

De acordo com Santos (2010), o governo colombiano, na gestão de Andrés Pastrana (1998-2002), com o intuito de conter a produção de produtos ilícitos na Colômbia, no início de seu governo elaborou um plano de ação com o nome de *Cambio para construir la paz 1998-2002*, o qual:

[...] apostava numa solução negociada com os movimentos insurgentes, e, por outro, sustentava que o cultivo de substâncias ilícitas era, antes de tudo, um problema social que deveria ser tratado de forma multilateral mediante uma espécie de “Plano Marshall” para Colômbia. (SANTOS, 2010, p. 72)

O plano idealizado por Andrés Pastra, de acordo com Restrepo (2001), iria se desdobrar em três frentes para alcançar seus objetivos:

[...] as visitas a líderes de nações industrializadas, especialmente os Estados Unidos, para organizar sua colaboração; a busca de apoio nos organismos internacionais e o pedido de corresponsabilidade tanto nas diferentes fases do problema mundial das drogas como em suas consequências no conflito armado colombiano. (RESTREPO, 2001, p. 50, tradução nossa)⁸⁵

No entanto “a falta de envolvimento pleno da comunidade internacional, sobretudo financeiro, e as dificuldades estruturais para cumprir os objetivos do plano inviabilizaram essa estratégia” (SANTOS, 2010, p. 72). Tal fato fez com que o governo colombiano recorresse a uma aliança tática com os EUA, estreitando as suas relações com o país do Norte, para que o problema interno da Colômbia fosse resolvido (SANTOS, 2010).

Sendo assim:

Em julho de 2000, o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, sancionou o pacote de ajuda popularmente conhecido como “Plano Colômbia”, a contribuição do governo dos Estados Unidos para um plano de combate ao narcotráfico e de desenvolvimento da Colômbia. A política comprometeria aproximadamente US\$ 1,6 bilhões em assistência financeira e militar dos EUA ao governo colombiano (com uma pequena parte para seus vizinhos andinos) para fortalecer principalmente as capacidades militares e a eficácia

⁸⁵ “[...] las visitas a gobernantes de naciones industrializadas, especialmente de Estados Unidos, para concertar su colaboración; la búsqueda de apoyo en los organismos internacionales, y la solicitud de corresponsabilidad tanto en las distintas fases del problema mundial de las drogas como en sus consecuencias en el conflicto armado colombiano” (RESTREPO, 2001, p. 50).

da Colômbia contra uma insurgência guerrilheira. Os Estados Unidos contribuíram para a estratégia da Colômbia, que priorizou a militarização da luta antinarcóticos em um esforço para estabelecer o estado de direito nas regiões da Colômbia consideradas cruciais para o sucesso na “guerra às drogas dos Estados Unidos”, especificamente áreas de forte cultivo de coca e a presença de longa data das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). (AVILÉS, 2008, p. 410, tradução nossa)⁸⁶

O Plano Colômbia, criado por Bill Clinton, tomou uma dinâmica própria, enfatizando a militarização do combate ao narcotráfico e aos grupos guerrilheiros, diferente do *Cambio para construir la paz 1998-2002*, que, de acordo com Betancourt e Martínez (2000 apud Borges, 2009) era um plano eminentemente social. A princípio, o Plano Colômbia estava previsto para ter duração até dezembro de 2005 (SANTOS, 2010), contudo, ele se tornou o principal vetor estadunidense no combate ao narcotráfico na Colômbia, tendo continuidade nos governos de George W. Bush (2001-2009), Barack Obama (2009-2017) e Donald Trump (2017-2021).

A agenda econômica de Bill Clinton para a América Latina foi de continuidade das propostas feitas, ainda que sem avanços, pelo seu antecessor. Embora George H. W. Bush tivesse objetivado levar os ideais do neoliberalismo para a região, tendo como plano principal a IA, foi no governo Clinton que as propostas começaram a ganhar escopo real. O primeiro passo seria a entrada em vigor do NAFTA, em janeiro de 1994, formalizando um bloco de livre comércio com México e Canadá, bloco criado, em 1991, na gestão de George H. W. Bush, mas sem efetividade até essa formalização.

Nesse período, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai já possuíam seu próprio bloco econômico, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), ratificado em 1991 pelo *Tratado de Assunção*, complementado com o *Tratado de Ouro Preto*, em 1994, o qual lhe concedeu personalidade jurídica. Na sua concepção, o Mercosul ambicionava criar um mercado comum aos moldes da União Europeia, com a eliminação das barreiras alfandegárias e a criação da Tarifa Externa Comum (TEC) a terceiros, prevendo a livre circulação de pessoas, bens e capitais. No entanto, seu desenvolvimento encontrou barreiras que lhe possibilitaram apenas formar uma união aduaneira ainda incompleta.

⁸⁶ “In July 2000, US President, Bill Clinton, signed into law the aid package popularly known as ‘Plan Colombia’, the US government’s contribution to a Colombian counternarcotics and development plan. The policy would commit approximately \$1.6 billion dollars in US financial and military assistance to the Colombian government (with a small part for its Andean neighbors) to primarily strengthen Colombia’s military capabilities and effectiveness against a guerrilla insurgency. The US contributed to Colombia’s strategy, which prioritised the militarisation of the counter-narcotics struggle in an effort to establish the rule of law in those regions of Colombia deemed crucial to success in the ‘US drug war’, specifically areas of heavy coca cultivation and the long established presence of the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC)” (AVILÉS, 2008, p. 410).

De fato, embora tivesse sido criado aos moldes neoliberais e por governos de vertentes neoliberais, o Mercosul provocava uma forte desconfiança em Washington, pois poderia se desenvolver a ponto de angariar a simpatia da maioria dos países sul-americanos, em um regionalismo fechado, excluindo os EUA. Após a posse do presidente Itamar Franco, em 1993, sucedendo o *impeachment* do Fernando Collor, o Brasil chegou a anunciar um projeto para formar uma Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA), tendo o Mercosul como núcleo. Tal projeto pretendia se contrapor ao NAFTA, que, até então, não havia vigorado (MONIZ BANDEIRA, 2010a)⁸⁷. Ainda segundo Moniz Bandeira (2010a), o projeto da ALCSA, anunciado pelo Brasil, provavelmente seria um dos estopins que levariam o governo Clinton a dar um revigoramento na IA de Bush, buscando formalizar a Zona Hemisférica de Livre Comércio (ZLCH), que abarcaria todos os países do hemisfério. Tal proposta viria a ser lançada na *1ª Cúpula das Américas* celebrada em dezembro de 1994.

Como lembra Palmer (2006), o vice-presidente do governo Clinton, Al Gore, visitou o México em 1993 – mesmo ano do lançamento da proposta da ALCSA –, a mando de Bill Clinton, para apurar as negociações sobre o NAFTA. Na ocasião, Al Gore fez um discurso convidando os presidentes e chefes de governo democraticamente eleitos do hemisfério para a Cúpula das Américas, que deveria ocorrer no ano seguinte, em Miami, tendo como meta a discussão de temas como o aprofundamento da cooperação hemisférica por meio da integração econômica e o compromisso com a democracia. Ainda em Palmer (2006), a realização da *1ª Cúpula das Américas*:

[...] representou um ponto alto nas relações entre EUA-América Latina, durante os anos Clinton. A importância simbólica de reunir 33 chefes de Estado democraticamente eleitos e o significado normativo desse evento sem precedentes não pode ser subestimado. (PALMER, 2006, p. 56, tradução nossa)⁸⁸

Os temas discutidos e que ficaram registrados na Declaração de Miami foram: a preservação e fortalecimento da comunidade e da democracia nas Américas; a promoção da prosperidade mediante a integração econômica e o livre comércio; a erradicação da pobreza e da discriminação em nosso hemisfério; e, por fim, a garantia de desenvolvimento sustentável

⁸⁷ Cabe comentar aqui que, após o NAFTA entrar em vigor, Chile e Argentina foram candidatos a aderirem ao bloco de livre comércio sendo que a Argentina já fazia parte do Mercosul. Porém, tais iniciativas não tiveram sucesso.

⁸⁸ “[...] represented a high point in United States–Latin American relations during the Clinton years. The symbolic importance of bringing together 33 democratically elected heads of state and the normative significance of this unprecedented event cannot be underestimated” (PALMER, 2006, p. 56).

e da conservação do nosso meio natural para futuras gerações. Como consta na Declaração de Princípios:

Os Chefes de Estado e de Governo eleitos das América assumem o compromisso de fazer avançar a prosperidade, os valores e as instituições democráticas e a segurança do nosso Hemisfério. Pela primeira vez na História, as Américas são uma comunidade de sociedades democráticas. Embora enfrentem diferentes desafios de desenvolvimento, as Américas estão unidas na busca da prosperidade por meio de mercados abertos, da integração hemisférica e do desenvolvimento sustentável. Estamos determinados a consolidar e levar avante laços mais estreitos de cooperação e a transformar nossas aspirações em realidades concretas. (CÚPULA DAS AMÉRICAS, 1994, n.p.)⁸⁹

Continuando:

Reiteramos a nossa firme adesão aos princípios do Direito Internacional e aos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e na Carta da Organização dos Estados Americanos, inclusive os princípios de igualdade soberana dos Estados, de não intervenção, de autodeterminação e de solução pacífica de controvérsias. Reconhecemos a heterogeneidade e diversidade dos nossos recursos e culturas, assim como estamos convencidos de que, mediante a formação de sólidos vínculos associativos, podemos fazer avançar nossos interesses e valores comuns. (CÚPULA DAS AMÉRICAS, 1994, n.p.)

Embora diversos temas tivessem sido discutidos, o mais importante resultado da cúpula foi a proposta da ZHLC, que fora lançada ainda no governo George H. W. Bush e retomada na reunião por Clinton. Com essa proposta, batizada com o nome de *Free Trade Area of the Americas* (FTAA) e traduzida para o português como Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), foi estabelecido “um cronograma de reuniões e cúpulas para definir e encaminhar o processo negociador” (PECEQUILO, 2011, p. 353). O principal objetivo da ALCA seria a eliminação de barreiras ao comércio e investimentos no hemisfério, com exceção de Cuba. De acordo com a decisão dos trinta e três países somados aos EUA, as negociações deveriam ser finalizadas até o ano de 2005, sendo que, até esse período, outras Cúpulas das Américas e reuniões ministeriais ocorreriam, com o intuito de discutirem a evolução e as normas do novo bloco que estava para ser criado.

O projeto da ALCA previa sua coexistência com outros blocos regionais, de forma que não significaria o fim de blocos como Mercosul ou NAFTA, mas esses passariam a

⁸⁹ A declaração completa está disponível em: <<http://www.summit-americas.org/French&Portuguese/Miamidecl-port.htm>>. Acesso em: 26 set. 2018.

fazer parte da área de livre comércio, ajustando suas políticas para a integração, mantendo a sua autonomia e identidade própria (PECEQUILO, 2011). Os países poderiam negociar sua adesão individualmente ou enquanto membro de um grupo, realizando a negociação como uma unidade. Também os acordos realizados no novo bloco, deveriam possuir compatibilidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Durante a gestão Clinton, foram realizadas cinco reuniões ministeriais em diferentes países, sendo eles: Estados Unidos, Colômbia, Brasil, Costa Rica e Canadá, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3: Reuniões Ministeriais da ALCA na gestão Clinton

Local da reunião	Mês	Ano
Denver	Março	1996
Cartagena	Março	1996
Belo Horizonte	Maior	1997
São José	Março	1998
Toronto	Novembro	1999

Fonte: www.ftaa-alca.org/Minis_p.asp
Organização: Brigola (2018)

As três primeiras reuniões ministeriais tiveram pouco resultado, embora tenha ocorrido um início de atividades, como a divisão de grupos de trabalho. Até então, nada tinha ficado claramente definido sobre o futuro do bloco. Nessas primeiras reuniões, ocorreram mais preparativos para as negociações futuras do que ações práticas.

A partir da reunião ministerial realizada em São José, na Costa Rica, em 1998, os parâmetros do bloco começaram a ser moldados, sendo “recomendado aos chefes de Estado e Governo que iniciassem as negociações, sendo estabelecidos os princípios e objetivos gerais para a condução das mesmas” (CORTES, 2004, p. 358). Naquela reunião, ocorreu a formalização de nove grupos de negociação que deveriam ser acompanhados por um comitê tripartite, formado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), e pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Os grupos seriam divididos entre: acesso a mercados, investimentos, serviços, compras governamentais, solução de controvérsias, agricultura, direitos de propriedade intelectual, subsídios, *antidumping*, e medidas compensatórias e políticas de

concorrência. Também foi estabelecido o Comitê de Negociações Comerciais (CNC), formado por um presidente e vice-presidente, tendo como função:

[...] a responsabilidade de orientar o trabalho dos grupos de negociação e de decidir sobre a arquitetura geral do acordo e assuntos institucionais. Ao CNC caberá a responsabilidade global de assegurar a plena participação de todos os países no processo da ALCA. Ademais, assegurará que este tema, em particular as preocupações das economias menores e aquelas relativas a países com diferentes níveis de desenvolvimento sejam tratadas em cada grupo de negociação. (CÚPULA DAS AMÉRICAS, 1998a, n.p.)

O Comitê de Negociações Comerciais também seria o responsável por indicar os países que representariam os cargos de presidência e vice-presidência dos nove grupos de negociação, sendo eles “selecionados levando[-se] em consideração a necessidade de preservar o equilíbrio geográfico entre os países” (CÚPULA DAS AMÉRICAS, 1998a, n.p.), e cada país escolhido teria um mandato rotativo a cada dezoito meses ou até a reunião ministerial subsequente.

No mesmo ano, após a reunião de São José, ocorreu a 2ª *Cúpula das Américas*, em Santiago, no Chile, onde as negociações formais para o lançamento da ALCA tiveram início (CORTES, 2004).

Hoje instruímos nossos Ministros Responsáveis por Comércio a iniciarem as negociações sobre a ALCA, como estabelecido na Declaração Ministerial de São José, de março de 1998. Reafirmamos nossa determinação em concluir as negociações da ALCA, no mais tardar, até 2005, e de fazer progressos concretos até o final deste século. (CÚPULA DAS AMÉRICAS, 1998b, n.p.)

Por fim, ainda na gestão Clinton, ocorreu a reunião ministerial em Toronto, no Canadá, em 1999. Sendo relatados os seguintes avanços:

Nos últimos dezoito meses, o Comitê de Negociações Comerciais (CNC) estabeleceu o marco institucional inicial necessário para lançar negociações efetivas. Em particular, reconhecemos o acordo e o progresso verificados na implementação dos programas de trabalho para cada um dos nove Grupos de Negociação, para o Grupo Consultivo sobre Economias Menores, para o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil e para o Comitê Conjunto de Especialistas do Governo e do Setor Privado sobre Comércio Eletrônico; o estabelecimento e funcionamento da Secretaria Administrativa em Miami – sede inicial das negociações; o progresso para o desenvolvimento de regras e procedimentos para administrar as negociações, e a criação de um Subcomitê do CNC sobre Orçamento e Administração, visando ao fortalecimento da gestão financeira

nas negociações. (ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS, 1999, n.p.)

Embora tenham ocorrido diversas reuniões entre os países, as propostas estabelecidas pelos EUA tiveram pouco avanço, sobretudo pelas grandes divergências de opiniões com o Brasil e pela preferência do governo de Brasília pelo Mercosul, em vez do bloco proposto por Washington. Em primeira instância, “o modelo da ALCA não era o de mercado comum, nos termos da União Europeia, para os quais o Mercosul se propunha a evoluir” (MONIZ BANDEIRA, 2010a, p. 491). A estrutura da ALCA limitava-se apenas ao livre comércio, ao modelo do NAFTA, eliminando as barreiras alfandegárias, mas não incluindo livre circulação de pessoas, a inclusão de uma TEC (Tarifa Externa Comum) para países exteriores ao bloco e a harmonização de políticas comerciais e setoriais. Cortes (2004) assevera que o Congresso americano não estava:

[...] disposto a fazer concessões, como eliminar os elevados subsídios à agricultura, e a rever a legislação antidumping, que afeta a venda de produtos manufaturados, como os siderúrgicos, exportados pelo Brasil, além de também estabelecer limites para a negociação de carnes, azeite de soja e outros vegetais, frutas, legumes, açúcar, suco de laranja, cacau, chocolate, derivados de café e chá, algodão, cigarros etc., produtos igualmente exportados pelo Brasil. (CORTES, 2004, p. 374)

Com a possibilidade da abertura do comércio no hemisfério, passaria a ocorrer uma competição econômica em condições aparentemente de igualdade – devido à eliminação das barreiras tarifárias. Com a continuação das políticas internas dos EUA, somada a seu maior poder econômico e de competitividade comercial, as relações hemisféricas iriam se tornar assimétricas, levando os produtos estadunidenses a dominar o mercado.

À medida que, com a Alca, as empresas americanas e canadenses passem a desfrutar do mesmo tratamento de tarifa zero nos mercados do Mercosul, as exportações do Brasil e da Argentina intra-Mercosul deverão se reduzir, e os produtos brasileiros e argentinos, hoje protegidos da maior capacidade competitiva daquelas empresas pela tarifa externa comum (TEC), sofrerão uma renovada e forte competição direta em seus próprios mercados nacionais. (GUIMARÃES, 2007, p. 144)

De acordo com a matéria publicada na Folha de S. Paulo, em 20/04/1998, realizada por Marta Salomon, o governo brasileiro, então chefiado por Fernando Henrique

Cardoso, entrou e saiu da 2ª *Cúpula das Américas* com o mesmo discurso cauteloso em relação à formação do bloco de livre comércio, alegando que:

O Brasil continua favorável à Alca, à integração hemisférica. O Brasil apenas quer discutir o conjunto dos problemas e não açodadamente uma questão que pode interessar a um país, aos EUA, por exemplo, ao Canadá, ou a quem seja, e não a nós e aos outros países. (CARDOSO, 1998 apud SALOMON, 1998, n.p.)

De fato, como aponta Guimarães (2005; 2007), o único país que poderia mostrar um peso regional contra a ALCA – ainda que em desvantagem – era o Brasil. A posição do governo de Brasília foi mantida durante todas as Cúpulas das Américas, defendendo um bloco que trouxesse benefícios a todo o hemisfério e que não apenas satisfizesse aos países de maior desenvolvimento, como ficou claro no pronunciamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na 3ª *Cúpula das Américas*, quando afirma que:

Nosso objetivo deve ser o de uma Comunidade das Américas. E “comunidade” pressupõe consciência de um destino comum e, portanto, eliminação de assimetrias e garantia de oportunidades iguais para todos. [...] A ALCA será bem-vinda se sua criação for um passo para dar acesso aos mercados mais dinâmicos; se efetivamente for o caminho para regras compartilhadas sobre antidumping; se reduzir as barreiras não-tarifárias; se evitar a distorção protecionista das boas regras sanitárias; se, ao proteger a propriedade intelectual, promover, ao mesmo tempo, a capacidade tecnológica de nossos povos. (CARDOSO, 2001 apud OLIVEIRA, 2009, p. 55-56)

Nesta mesma Cúpula, o presidente voltou a reforçar que, para o Brasil, o Mercosul continuava sendo “uma prioridade absoluta, uma conquista que veio para ficar, e que não deixará de existir pela participação em esquemas de integração de maior abrangência geográfica” (CARDOSO, 2001 apud OLIVEIRA, 2009, p. 55).

As Tabelas 5 e 6 trazem uma análise comparativa do comércio exterior do Brasil com o Mercosul e com os EUA. A pesquisa teve como fonte o sítio eletrônico do ComexStat, ligado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, do governo brasileiro, tendo como períodos de abrangência de 1997 até 2001. O ano inicial foi 1997 porque os dados disponíveis no sítio eletrônico são a partir dessa data, enquanto o período final escolhido foi 2001, por caracterizar o último ano da gestão Clinton na Casa Branca.

Tabela 5: Valores em dólares (FOB) das Exportações e Importações brasileiras para países do Mercosul (1997-2001)

Exportações/ Bloco Econômico	Países	1997 - Valor FOB (US\$)	1998 - Valor FOB (US\$)	1999 - Valor FOB (US\$)	2000 - Valor FOB (US\$)	2001 - Valor FOB (US\$)
Mercosul	Argentina	6.765.349.920	6.743.435.426	5.359.397.011	6.229.543.769	4.993.052.394
Mercosul	Paraguai	1.406.553.837	1.246.084.684	743.769.183	831.617.667	719.974.900
Mercosul	Uruguai	869.686.178	880.511.490	669.418.487	666.712.667	640.884.747
Total		9.041.589.935	8.870.031.600	6.028.815.498	7.727.874.103	6.353.912.041
Importações/ Bloco Econômico	Países	1997 - Valor FOB (US\$)	1998 - Valor FOB (US\$)	1999 - Valor FOB (US\$)	2000 - Valor FOB (US\$)	2001 - Valor FOB (US\$)
Mercosul	Argentina	7.922.530.187	8.021.078.377	5.810.969.637	6.849.829.801	6.201.513.569
Mercosul	Paraguai	962.871.026	1.041.870.218	646.606.922	605.230.797	502.793.149
Mercosul	Uruguai	510.145.996	350.493.405	260.360.109	351.738.304	300.155.211
Total		9.395.547.209	9.413.442.000	6.717.936.668	7.806.798.902	7.004.461.929

Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>
Organização: Brigola (2018)

Tabela 6: Valores em dólares (FOB) das Exportações e Importações brasileiras para os Estados Unidos (1997-2001)

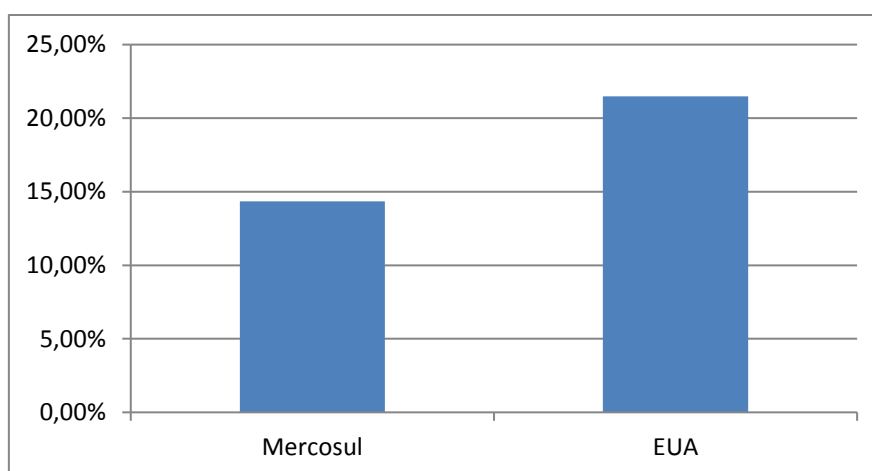
Exportações/ País	1997 - Valor FOB (US\$)	1998 - Valor FOB (US\$)	1999 - Valor FOB (US\$)	2000 - Valor FOB (US\$)	2001 - Valor FOB (US\$)
EUA	9.268.838.126	9.741.246.198	10.662.470.563	13.160.699.765	14.148.505.908
Importações/ País	1997 - Valor FOB (US\$)	1998 - Valor FOB (US\$)	1999 - Valor FOB (US\$)	2000 - Valor FOB (US\$)	2001 - Valor FOB (US\$)
EUA	13.661.679.946	13.481.519.060	11.723.492.200	12.906.099.243	12.859.664.815

Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>
Organização: Brigola (2018)

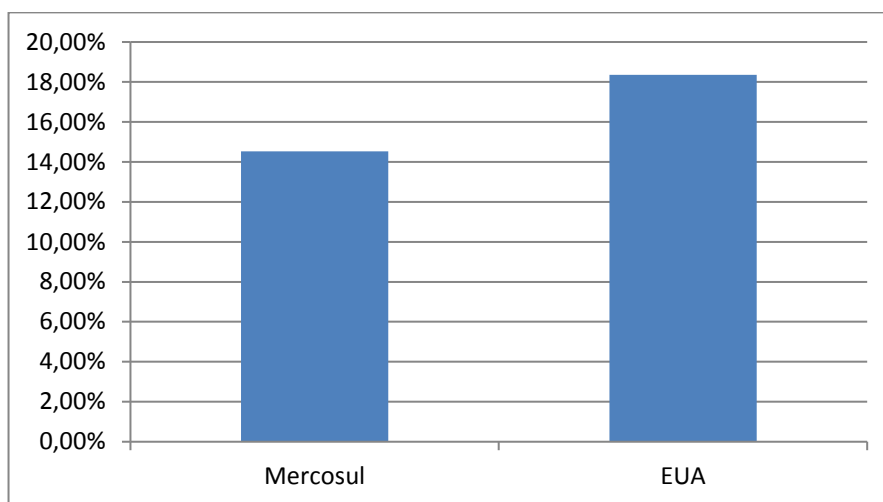
É perceptível que os valores brutos, tanto nas exportações como importações do Brasil, são maiores na relação comercial com os EUA. Com este país, a balança comercial brasileira apresentou uma oscilação, contendo déficits em 1997, 1998 e 1999, mas logo se tornando superavitária em 2000 e 2001, enquanto que, com o Mercosul, a balança comercial apresentou déficit em todo o período analisado, causado basicamente pelas relações comerciais com a Argentina, pois o Brasil era o principal destino das exportações daquele país (MONIZ BANDEIRA, 2010a). Nota-se também uma queda nas exportações brasileiras para o bloco como um todo, o que é explicado por Moniz Bandeira (2010a) a partir da desvalorização do real, em 1998.

Para classificar e comparar a importância de ambos os mercados, seja do Mercosul ou dos EUA com o Brasil, torna-se importante observar os valores das importações e exportações em relação ao restante do mundo, como será verificado nos Gráficos 7 e 8.

Gráfico 7: Exportações brasileiras para o Mercosul e EUA (1997-2001)



Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>
Organização: Brigola (2018)

Gráfico 8: Importações brasileiras do Mercosul e EUA (1997-2001)

Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>
 Organização: Brigola (2018)

Como demonstrado nos Gráficos 7 e 8, o comércio exterior do Brasil com os EUA possuía uma vantagem em relação ao Mercosul. Entre os anos de 1997/2001, os EUA receberam 21,49% das exportações brasileiras e eram responsáveis por 18,36% das importações do Brasil. O Mercosul, por sua vez, acabou ficando em desvantagem, com diferença maior nas exportações, em relação aos EUA, cerca de 14,34% das exportações brasileiras e 14,53% das importações realizadas por este país.

Embora as trocas com o mercado dos EUA pareçam envolver maiores valores para o Brasil, o que estava em jogo com a entrada da ALCA era a potencial diminuição do escoamento de seus produtos para os mercados regionais, em detrimento de um domínio do mercado hemisférico por produtos estadunidenses. Sobre essa questão, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que:

[...] o Brasil não tem força para tanto. O mundo não deve ser pensado em termos de hegemonia. O que acontece é que o Brasil não aceita uma hegemonia absoluta de qualquer outro país e também não queremos impor a nossa. E, além de não termos força, não temos aspirações nesse sentido. O Brasil tem uma atuação a nível global. Os Estados Unidos não são o nosso primeiro cliente; é a Europa, em segundo lugar os Estados Unidos, que é mais ou menos equivalente à América Latina, e depois a Ásia. É melhor para o mundo, inclusive para os Estados Unidos, que exista uma redistribuição mais significativa de poder no plano mundial e nessa redistribuição queremos participar junto com outros países da região. (CARDOSO, 2001, n.p. apud CORTES, 2004 p. 375)

Em suma, os anos iniciais do projeto da ALCA, inaugurado por Clinton, tiveram o Brasil como resistência para sua formalização nos moldes propostos. A América do Sul foi um espaço privilegiado para os mercados brasileiros, pois Brasília assumiu a posição central do maior bloco econômico na porção sul do continente. Mas esse projeto não terminaria nas gestões de Clinton, nos EUA, ou por Fernando Henrique, no Brasil, mas nos governos que os sucederam, em ambos os países. Além disso, uma nova gama de presidentes na América do Sul passariam a questionar as políticas de Washington – entre elas a ALCA–, acusando-as de possuírem intuítos imperialistas, como demonstraremos no item sobre o governo de George W. Bush, e no capítulo 3.⁹⁰

2.3.3 A administração de George W. Bush (2001-2009) e a campanha no Oriente Médio: a “virada de costas” para América do Sul

Após as conturbadas eleições de 2000, tendo como concorrentes o democrata Al Gore – que trazia a proposta de uma agenda com diretrizes voltadas à preocupação com o meio ambiente – e o republicano George W. Bush – que tinha sua pauta de campanha denominada de Internacionalismo Diferenciado⁹¹ –, em janeiro de 2001, assumiu o poder da Casa Branca o candidato republicano. George W. Bush representou o retorno de um presidente denominado neoconservador (*neocoon*)⁹² ao poder dos EUA – até então, Ronald Reagan era o último representante dessa corrente.

A primeira visita internacional de George W. Bush, após assumir a Casa Branca, foi ao México. Comprometido com o discurso da construção do *Século das Américas*, o presidente explanou um dia antes, aos funcionários do Departamento de Estado que: “Nosso futuro não pode estar separado dos nossos vizinhos do Canadá e da América Latina” (BUSH, 2001, n.p.). Era necessário, então, trabalharem juntos “para construir um hemisfério ocidental de liberdade e prosperidade, unido pelas mesmas ideias e pelo livre comércio – desde o

⁹⁰ De acordo com Pecequillo (2012), além da resistência dos países sul-americanos, algumas questões da política interna dos EUA se interpuseram à formalização da iniciativa, enfraquecendo a proposta e chegando ao fim das negociações em 2005.

⁹¹ Como demonstra Pecequillo (2011, p. 266), no campo externo, sob o nome de Internacionalismo Diferenciado, “Bush indicou a desmoralização e o enfraquecimento da posição hegemônica dos Estados Unidos provocados pelas atitudes complacentes e tímidas dos democratas. [...] O momento unipolar, a força unilateral, estavam sendo desperdiçados em meandros burocráticos e temas secundários como meio ambiente. Enquanto isso, as Forças Armadas eram desmontadas e os inimigos avançavam lentamente enquanto a ‘América dormia’”.

⁹² Teixeira (2010) afirma que entre as diretrizes do pensamento neoconservador em política externa estão: o unilateralismo, o internacionalismo não institucional, a democracia e o poder militar.

Ártico, passando pelos Andes, até chegar ao Cabo Horn, ao sul da Argentina” (BUSH, 2001, n.p.).

George W. Bush alegava que a região, em seu governo, iria se tornar mais que uma vaga lembrança na política externa de Washington (FONSECA, 2008), em crítica à inércia democrata no estreitamento das relações hemisféricas (PECEQUILO, 2012):

A Casa Branca saudou o progresso da região em direção à democracia e à economia de mercado e decidiu concluir as negociações em curso para um pacto de livre comércio no hemisfério, construir parcerias econômicas mais amplas e resolver problemas crônicos como imigração e tráfico de drogas. (HAKIM, 2006, p. 41, tradução nossa)⁹³

Porém, os argumentos sobre o *Século das Américas* caíram por terra logo nos primeiros anos do governo George W. Bush, principalmente após os atentados ocorridos em 11/09/2001 (PECEQUILO, 2012). Para a corrente das RI que se empenha na Análise de Política Externa, os atentados foram classificados como um “choque externo”, que pôde influenciar diretamente no processo de tomada de decisão do líder predominante, alterando drasticamente os rumos da política externa (GOMES, 2008, p. 56).

É claro que a América Latina – assim como a América do Sul – não era uma prioridade na política externa de Washington antes dos atentados, pois a Eurásia era o foco principal por apresentar mercados mais dinâmicos, países com potencialidade de desafiar a hegemonia estadunidense, assim como maior acesso a fontes energéticas. Mas a “guerra ao terror” iniciada por George W. Bush “desviou consideravelmente a atenção dos Estados Unidos para longe da região” (SHIMABUKURO, 2009, p. 47), passando, então, as relações entre ambos a serem classificadas por Hakim (2006) como as mais baixas desde o fim da Guerra Fria.

O 11 de Setembro teve um peso fundamental no desempenho de George W. Bush. O consenso estava ali e era de fácil interpretação: o país não poderia deixar impunes os responsáveis pelos ataques. Desde o eleitor norte-americano com pouco contato com temas de política externa até a oposição democrata, todos esperavam uma resposta. E como o líder predominante sensível utiliza as informações oriundas do ambiente político que o rodeia para moldar sua política externa, Bush encontrou-se em um cenário extremamente propício para atuar sem grandes constrangimentos. (GOMES, 2008, p. 61)

⁹³ “The White House hailed the region's progress toward democracy and market economics and set out to complete the ongoing negotiations for a hemisphere-wide free-trade pact, build broader economic partnerships, and resolve such chronic problems as immigration and drug trafficking” (HAKIM, 2006, p. 41).

A guerra contra o terrorismo se tornou um dos princípios norteadores da política externa dos EUA, justificando a adoção de restrições ou sanções ou ainda de intervenções armadas aos países chamados de Estados delinquentes, aqueles acusados de abrigar ou cooperar com Estados que apoiavam grupos terroristas (BUZAM; WAEVER, 2003). Em seu nome, retomam-se o unilateralismo estadunidense, as coalizões militares e as sanções do Conselho de Segurança da ONU.

No mesmo ano de 2001, os EUA iniciaram sua campanha contra o terrorismo no Oriente Médio, em primeira instância no Afeganistão e, dois anos depois, em 2003, no Iraque. A diretriz de política externa no combate ao terrorismo tomou as primeiras páginas dos documentos oficiais do governo estadunidense. No relatório anual do Departamento de Defesa ao presidente, publicado em 2002, o então secretário de defesa do governo George W. Bush, Donald Rumsfeld, destacou que:

Os ataques de 11 de setembro mostraram que os Estados Unidos estão em uma nova e perigosa era. A insularidade histórica dos Estados Unidos deu caminho para uma era de novas vulnerabilidades. Inimigos atuais e futuros procurarão atacar os Estados Unidos e suas forças de maneiras novas e surpreendentes. Como resultado, os Estados Unidos enfrentam um novo imperativo: ele deve ganhar tanto a presente guerra contra o terrorismo e preparar-se para futuras guerras – guerras notavelmente diferentes daquelas do século passado e até mesmo do atual conflito. (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2002, p. 1, tradução nossa)⁹⁴

Ainda sobre os documentos oficiais, a *Nacional Security Strategy*, publicada em 2002, também trazia a questão do terrorismo internacional como um de seus principais tópicos. O documento foi redigido em nove tópicos: I) Visão geral sobre as estratégias dos EUA; II) Aspirações campeãs pela dignidade humana; III) Fortalecer alianças para derrotar o terrorismo global e trabalhar para prevenir ataques contra nós e nossos amigos; IV) Trabalhar com os outros para neutralizar conflitos regionais; V) Evitar que nossos inimigos ameacem a nós, nossos aliados e nossos amigos com armas de destruição em massa; VI) Influir uma nova era de crescimento econômico global através de Livres Mercados e do Livre Comércio; VII) Expandir o círculo de desenvolvimento pelas sociedades abertas e construir a infraestrutura da democracia; VIII) Desenvolver Agendas para Ação Cooperativa com o outros principais

⁹⁴ “The attacks of September 11 showed that the United States is in a new and dangerous period. The historical insularity of the United States has given way to an era of new vulnerabilities. Current and future enemies will seek to strike the United States and U.S. forces in novel and surprising ways. As a result, the United States faces a new imperative: It must both win the present war against terrorism and prepare now for future wars – wars notably different from those of the past century and even from the current conflict” (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2002, p. 1).

centros do poder global; IX) Transformar as instituições de segurança nacional dos EUA para atender os desafios e oportunidades do século XXI (THE WHITE HOUSE, 2002a).

Sendo assim, ambos os documentos, demonstram a preocupação com o combate ao terrorismo nas diretrizes da política externa dos EUA, como ficou claro após as investidas militares no Afeganistão e Iraque. Como aparece na *Nacional Security Strategy*: “Nossa prioridade será primeiro interromper e destruir organizações terroristas de alcance global e atacar sua liderança, comando, controle e comunicação, suporte material e finanças” (THE WHITE HOUSE, 2002a, p. 5, tradução nossa)⁹⁵. A América do Sul chega a ser citada sobre o tema do terrorismo, ao alegar que “milhares de terroristas treinados permanecem à solta com células na América do Norte, América do Sul, Europa, África, Oriente Médio e em toda a Ásia” (THE WHITE HOUSE, 2002a, p. 5, tradução nossa)⁹⁶.

De fato, a América do Sul é citada apenas essa vez na *Nacional Security Strategy*, de 2002; em sua maioria, é utilizado o termo “América Latina” e, ainda assim, citada em poucos parágrafos de alguns itens. Sobre a região, constam no documento preocupações também na área de conflitos regionais, tráfico de drogas, avanço da democracia e livre comércio.

Ainda que a América do Sul – como toda a América Latina – não estivesse dentre as prioridades da política externa dos EUA, no primeiro governo George W. Bush, algumas tímidas relações ainda persistiram, mas com poucos avanços.

No tocante à agenda de segurança, as principais diretrizes dos anos 1990 foram mantidas, como: tráfico de drogas, tráfico de armas, lavagem de dinheiro e terrorismo (SHIMABUKURO, 2009). A instabilidade nos países andinos devido ao tráfico de drogas resultou em políticas econômicas, como o *Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act* (ATPDEA) – que foi a renovação do ATPA, em 2002, com o nome alterado pelo então presidente George W. Bush –, e políticas militares, como o Plano Colômbia, que teve início no governo de Bill Clinton.

A instabilidade contínua na região andina representa uma ameaça aos interesses de segurança dos Estados Unidos e do mundo. Esse problema foi parcialmente resolvido por meio de ajuda externa, como o Plano Colômbia, promulgado pelo Congresso em 2000. Entretanto, somente a ajuda externa não é suficiente. O aprimoramento do comércio legítimo com os Estados

⁹⁵ “Our priority will be first to disrupt and destroy terrorist organizations of global reach and attack their leadership; command, control, and communications; material support; and finances” (THE WHITE HOUSE, 2002a, p. 5).

⁹⁶ “Thousands of trained terrorists remain at large with cells in North America, South America, Europe, Africa, the Middle East, and across Asia” (THE WHITE HOUSE, 2002a, p. 5).

Unidos oferece um meio alternativo para revitalizar e estabilizar as economias da região andina [...] O aumento temporário dos benefícios comerciais para os países beneficiários andinos promoverá o crescimento da livre empresa e das oportunidades econômicas nesses países e servirá aos interesses de segurança dos Estados Unidos, da região e do mundo. (THE WHITE HOUSE, 2002b, n.p., tradução nossa)⁹⁷

A Tabela 7 apresenta dados do comércio exterior dos EUA com os países beneficiados pelo ATPA/ATPDEA: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru do período de 1991 a 2004.

Tabela 7: Relações comerciais dos EUA com os países do ATPA/ATPDEA (1991-2004)

Ano	Exportações estadunidenses aos países do ATPA/ATPDEA*	Participação do ATPA/ATPDEA nas exportações mundiais dos EUA	Importações estadunidenses dos países do ATPA/ATPDEA **	Participação do ATPA/ATPDEA nas importações mundiais dos EUA	Balança Comercial dos EUA
	Milhões \$\$	Porcentagem	Milhões \$\$	Porcentagem	Milhões \$\$
1991	3,798.2	0.9	4,969.5	1.0	-1,171.3
1992	5,319.7	1.3	5,058.7	1.0	261.0
1993	5,359.1	1.2	5,282.3	0.9	76.7
1994	6,445.0	1.3	5,879.5	0.9	565.5
1995	7,820.2	1.4	6,968.7	0.9	851.4
1996	7,718.7	1.3	7,867.6	1.0	-148.9
1997	8,681.8	1.3	8,673.6	1.0	8.2
1998	8,670.1	1.4	8,361.0	0.9	309.1
1999	6,263.2	1.0	9,830.2	1.0	-3,567.0
2000	6,295.1	0.9	11,117.2	0.9	-4,822.1
2001	6,363.3	1.0	9,568.7	0.8	-3,205.3
2002	6,463.8	1.0	9,611.5	0.8	-3,147.7
2003	6,525.7	1.0	11,639.5	0.9	-5,113.8
2004	7,663.6	1.1	15,489.8	1.1	-7,826.2

*Exportações domésticas

**Importações para consumo, valor aduaneiro

Fonte: *Seventh Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act*, USTR, 2013.

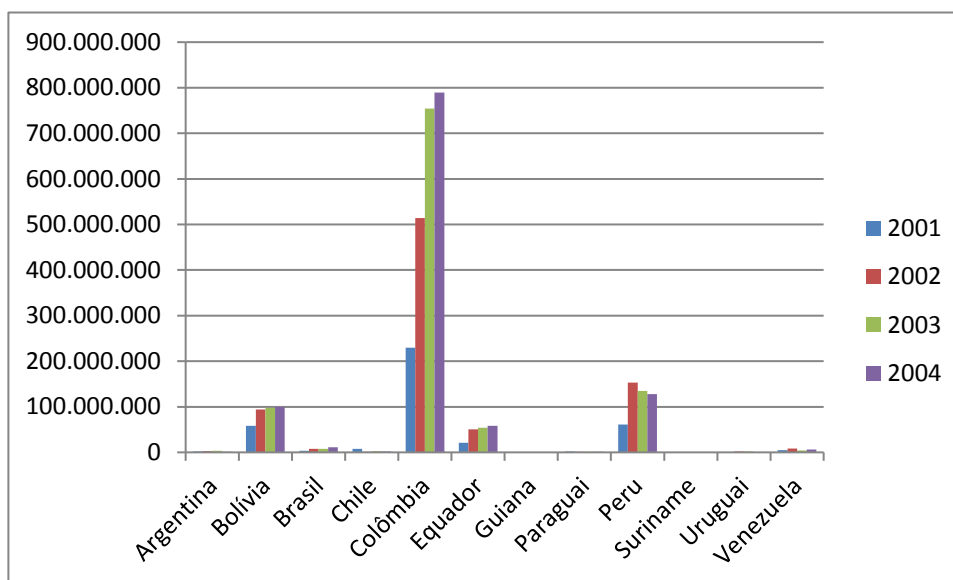
Organização: Brigola (2019)

⁹⁷ “The continuing instability in the Andean region poses a threat to the security interests of the United States and the world. This problem has been partially addressed through foreign aid, such as Plan Colombia, enacted by Congress in 2000. However, foreign aid alone is not sufficient. Enhancement of legitimate trade with the United States provides an alternative means for reviving and stabilizing the economies in the Andean region [...] Temporarily enhancing trade benefits for Andean beneficiary countries will promote the growth of free enterprise and economic opportunity in these countries and serve the security interests of the United States, the region, and the world (THE WHITE HOUSE, 2002b, n.p.).

Com base na tabela acima, é possível compreender que, nos primeiros anos da gestão de George W. Bush, as exportações dos EUA para os países beneficiados pelo ATPA/ATPDEA ficaram praticamente as mesmas que nos governos de George H. W. Bush e Bill Clinton, tendo pouca variação. Porém, as importações realizadas pelos EUA de produtos desses países tiveram um aumento significativo, em especial no ano de 2004, no qual a balança comercial de Washington apresentou o maior déficit, levando-se em conta o período analisado na tabela.

Ainda sobre os países do ATPA/ATPDEA, cabe frisar que foram os países que receberam os maiores montantes em relação às assistências realizadas pelos EUA aos países da América do Sul no tocante à segurança, na qual o narcotráfico era a diretriz de maior prioridade. O Gráfico 9 a seguir ilustra essa questão.

Gráfico 9: Assistência em segurança realizada pelos EUA aos países da América do Sul entre 2001-2004 (em dólares)



Fonte: Security Assistance Monitor
Organização: Brigola (2019)

Entre os países analisados, a Colômbia aparece como o principal receptáculo das assistências estadunidenses, com recursos enviados por meio do Plano Colômbia. O país apresentou uma epopeica vantagem em relação aos demais a partir do ano de 2001, sendo que os valores foram aumentando gradualmente até o ano de 2004. A Colômbia recebeu 67,51% de toda assistência fornecida pelo país do Norte. O Peru foi o segundo país a receber os

maiores montantes, com 14,04%; enquanto que a Bolívia recebeu 10,32%, e o Equador recebeu 5,41% das assistências em segurança, entre 2001 e 2004.

Ainda no tocante à agenda de segurança, vale lembrar que a América do Sul foi alvo de suspeitas de células terroristas na região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Esses países receberam valores extremamente baixos em relação aos países andinos já citados. O Brasil recebeu 0,86% das assistências durante os quatro anos; a Argentina recebeu 0,30%; enquanto o Paraguai recebeu 0,17%. Dentre os grupos suspeitos de atuarem na região, envolvidos no contrabando de produtos ilegais e contando com a ineficiência da fiscalização na área fronteiriça, estavam o Hamas da Palestina; o Hezbollah do Líbano; Al Qaeda, grupo liderado por Osama Bin Laden; e al-Gama'a al-Islamiyya, do Egito. Moniz Bandeira (2010b) afirma que, desde os atentados terroristas, funcionários do governo norte-americano esforçavam-se para, de qualquer modo, vincular a região chamada de *Tri-border Area* (TBA) às atividades terroristas internacionais.

De acordo com Amaral (2008), os generais responsáveis por cada Comando Regional do Pentágono enviavam um documento anual ao Congresso dos EUA relatando as potenciais ameaças em suas respectivas regiões de responsabilidade e descrevendo o modo como elas estavam agindo em relação a tais ameaças e de que modo o Congresso poderia contribuir nessa tarefa. O General James Hill, chefe do Comando Sul do Pentágono (USSOUTHCOM), no ano de 2002, escreveu, em seu relatório ao Congresso dos EUA, a respeito das principais ameaças em sua respectiva região, “sendo a Tríplice Fronteira citada antes até mesmo de tratar das FARC na Colômbia, tradicional foco da atenção do Comando Sul” (AMARAL, 2008, p. 210). Em seu documento, alegava que:

Grupos terroristas baseados no Oriente Médio incluindo o Hamas, o Hizballah e a al-Gama'a al-Islamiyya têm redes e estruturas de apoio ao longo da região [sob responsabilidade do SouthCom, a América Latina, menos o México]. Estas células, que se estendem da América do Sul à América Central e Caribe, consistem não somente de pessoal de logística e apoio, como também de terroristas que têm participado em ataques no Oriente Médio. Apoiadores de islâmicos radicais têm se reunido há longo tempo em áreas como a região da Tríplice Fronteira entre Paraguai, Brasil e Argentina, [área] conhecida por suas ligações profundas com uma ampla gama de atividades criminosas transnacionais. (HILL, 2002, n.p. apud AMARAL, 2008, p. 210)

Assim como o general Hill, o Administrador Assistente para Inteligência da DEA, Steven W. Casteel, em seu discurso ao Congresso dos EUA, em 20 de maio de 2003, também

desferiu acusações sobre a existência de grupos terroristas na Tríplice Fronteira. De acordo com Casteel:

As duas principais organizações terroristas que existem na Tríplice Fronteira do Paraguai, Argentina e Brasil são Hizballah e o Movimento de Resistência Islâmico conhecido como HAMAS. Os membros dessas organizações geralmente assimilam a cultura local e normalmente se tornam comerciantes em *shopping centers* para ocultar suas atividades ilegais. A inteligência indica que as células terroristas fundamentalistas islâmicas operam a partir de fortalezas na Tríplice Fronteira de Paraguai, Brasil e Argentina. Eles geram renda significativa controlando a venda de vários tipos de contrabando nessas áreas, incluindo drogas, bebidas, cigarros, armas e documentos forjados. (CASTEEL, 2003, n.p., tradução nossa)⁹⁸

Ainda em 2003, um artigo foi publicado na revista *Foreign Affairs*, de autoria de Jessica Stern, então docente da *Public Policy at Harvard's John F. Kennedy School of Government*. Nele alegava-se que havia uma crescente evidência terrorista na “*Lowless triborder*” e, por detrás dos grupos já citados, estavam Síria e Irã lhes prestando apoio (MONIZ BANDEIRA, 2010b). No ano seguinte, o embaixador Rubens Barbosa enviou uma carta à citada revista, comentando o artigo de Jessica Stern, qualificando-o como uma acusação injusta:

Essa região, disse ele, estava sob vigilância havia mais de uma década, e, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, os esforços redobram, com a criação pelo Brasil, Argentina e Paraguai do Grupo de Trabalho sobre o Terrorismo, e o mecanismo 3+1, que combinava a coleta de inteligência e intercâmbio de informações pelos três países do Mercosul, em cooperação com os Estados Unidos. Assim ressaltando que o Brasil nunca deixara de investigar uma acusação séria ou confiável a respeito da presença de terroristas, Rubens Barbosa concluiu acentuando que não podia deixar de contestar as alegações feitas sem fundamento de Jessica Stern, que visava perpetuar a “*damaging stereotype*” do Brasil na luta contra o terrorismo e de milhares de brasileiros, argentinos e paraguaios que viviam na Tríplice Fronteira. (MONIZ BANDEIRA, 2010b, p. 326)

⁹⁸ “The two major terrorist organizations that exist in the Tri-Border Area of Paraguay, Argentina, and Brazil are Hizballah and the Islamic Resistance Movement known as HAMAS. The members of these organizations often assimilate into the local culture and typically become merchants in shopping centers to conceal their illegal activities. Intelligence indicates that Islamic fundamentalist terrorist cells operate out of strongholds in the Tri-Border Area of Paraguay, Brazil and Argentina. They generate significant income by controlling the sale of various types of contraband in these areas, including drugs, liquor, cigarettes, weapons, and forged documents” (CASTEEL, 2003, n.p.).

Embora o Brasil tenha apresentado baixos montantes em assistência recebida pelos EUA na área da segurança em relação à Colômbia, Bolívia, Peru e Equador, no ano de 2004 o Brasil teve um aumento de 51,91% no recebimento de assistências dos EUA em relação ao ano de 2003. E, mesmo que a maior parte dos recursos tenham sido destinados ao combate do tráfico de drogas, entre os quatro anos, foi a primeira vez que uma parcela dos recursos foi destinada ao combate ao terrorismo (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2019), o que explica a preocupação dos EUA com a região fronteiriça.

Além da agenda de segurança, em termos de agenda econômica, George W. Bush manteve para a América do Sul o objetivo de expandir o livre comércio através da finalização da ALCA, porém as negociações pouco avançaram, chegando a ocorrer três reuniões ministeriais – Buenos Aires (2001), Quito (2002) e Miami (2003) – e três Cúpulas das Américas – Quebec (2001), Monterrey (2004) e Mar Del Plata (2005). Segundo Pecequilo (2013), antes mesmo de 2005, as negociações da ALCA já estavam esgotadas.

A partir do insucesso das políticas neoliberais implantadas nos anos 1990, com as diretrizes de política externa dos EUA voltadas para o Oriente Médio tornando a América do Sul uma região secundária, com ausência de uma política hemisférica concreta que apresentasse ganhos à região, e, ainda, com a ascensão ao poder de governos progressistas, a América do Sul passou a apresentar uma forte tendência de autonomia em relação a Washington – com algumas exceções, como Colômbia e Chile, principalmente –, dando início a um processo de integração regional em diferentes blocos, com os mais diversos objetivos.

Mas, antes mesmo de minar a proposta da ALCA, os EUA já ensaiavam uma outra estratégia econômica destinada aos países da América do Sul, que seria a assinatura de tratados bilaterais de livre comércio (TLC). O primeiro país sul-americano a assinar esse tipo de acordo com os EUA foi o Chile, em 2003, entrando em vigor em janeiro de 2004. Anos depois, o Peru assinou, em 2006, entrando em vigor em 2009, e a Colômbia assinou, também em 2006, entrando o acordo em vigor em 2012.

Mesmo com a reeleição de George W. Bush em 2005, não houve o renascimento do *Século das Américas*, mantendo-se o esvaziamento das políticas hemisféricas por parte dos EUA, tanto pelas prioridades direcionadas ao Oriente Médio, como pela crise econômica que teve seu auge em 2008 (PECEQUILO, 2013).

A *Nacional Security Strategy* de 2006 apresentou os mesmos objetivos que a de 2002, enfatizando os sucessos obtidos no primeiro mandato de George W. Bush e os desafios que Washington ainda iria enfrentar em seu governo. Sobre a América do Sul, o documento enfatizava novamente a necessidade de contenção ao narcotráfico – embora, no documento, o

termo utilizado seja América Latina – em especial na Colômbia, alegando-se que “na Colômbia, um aliado democrático está lutando contra os ataques persistentes de terroristas marxistas e traficantes de drogas” (THE WHITE HOUSE, 2006, p. 15, tradução nossa)⁹⁹. Já sobre a Venezuela, o tom do texto demonstrou hostilidade em relação ao governo desse país:¹⁰⁰ “Na Venezuela, um demagogo inundado de dinheiro do petróleo está minando a democracia e buscando desestabilizar a região” (THE WHITE HOUSE, 2006, p. 15, tradução nossa)¹⁰¹.

Sobre a expansão do livre mercado e livre comércio, a ALCA não foi sequer citada no documento, sendo mencionados apenas os TLCs com Chile, Colômbia, Equador e Peru – até aquela data, apenas com o Chile havia entrado em vigor, mas o governo de Washington buscava alcançar o mesmo *status* com os demais países.

No âmbito econômico, apenas os TLCs tiveram avanços. A política externa do segundo governo George W. Bush para a América do Sul ficou marcada em especial por sua agenda de segurança. A luta contra o narcotráfico se perpetuou, os países que faziam parte do ATPA/ATPDEA continuaram a receber benefícios no comércio com os EUA, como demonstra a Tabela 8.

Tabela 8: Relações comerciais dos EUA com os países do ATPA/ATPDEA (2001-2008)

Ano	Exportações estadunidenses aos países do ATPA/ATPDEA*	Participação do ATPA/ATPDEA nas exportações mundiais dos EUA	Importações estadunidenses dos países do ATPA/ATPDEA**	Participação do ATPA/ATPDEA nas importações mundiais dos EUA	Balança Comercial dos EUA
	Milhões \$\$	Porcentagem	Milhões \$\$	Porcentagem	Milhões \$\$
2001	6,363.3	1.0	9,568.7	0.8	-3,205.3
2002	6,463.8	1.0	9,611.5	0.8	-3,147.7
2003	6,525.7	1.0	11,639.5	0.9	-5,113.8
2004	7,663.6	1.1	15,489.8	1.1	-7,826.2
2005	8,919.1	1.1	20,060.1	1.2	-11,141.0
2006	11,636.5	1.3	22,510.6	1.2	-10,874.1
2007	14,620.5	1.4	20,922.9	1.1	-6,302.4
2008	19,762.7	1.7	28,483.0	1.4	-8,720.3

⁹⁹ “In Colombia, a democratic ally is fighting the persistent assaults of Marxist terrorists and drug-traffickers” (THE WHITE HOUSE, 2006, p. 15).

¹⁰⁰ Sobre a hostilidade do governo de George W. Bush em relação a Hugo Chávez, vale lembrar a tentativa sem sucesso de golpe de Estado ocorrido na Venezuela contra Chávez em 2002, quando houve indícios de que os EUA estavam cooperando para a derrocada do presidente bolivariano.

¹⁰¹ “In Venezuela, a demagogue awash in oil money is undermining democracy and seeking to destabilize the region” (THE WHITE HOUSE, 2006, p. 15).

*Exportações domésticas

**Importações para consumo, valor aduaneiro

Fonte: *Seventh Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act*, USTR, 2013.

Organização: Brigola (2019).

Diferente do primeiro mandato, o segundo governo de George W. Bush teve um elevado avanço nas relações comerciais com os países do ATPA/ATPDEA, aumentando o número tanto das exportações estadunidenses aos países quanto das importações realizadas pelos EUA, mantendo-se a balança comercial de Washington deficitária.

No ano de 2008, o então presidente boliviano Evo Morales fez acusações ao embaixador estadunidense, Philip Goldberg, de conspiração contra seu governo e incitamento de movimentos separatistas na Bolívia, pedindo, então, que ele se retirasse do país. No mesmo ano, o presidente também cortou relações com a agência antidrogas dos EUA, a DEA, e expulsou seus representantes do solo boliviano, alegando que ela também conspirava contra seu governo¹⁰². “Em represália, o governo de George W. Bush anunciou a eliminação da Bolívia do ATPA/ATPDEA, que condiciona as vantagens tarifárias à luta antidrogas” (GAZETA DO POVO, 2009, n.p.).

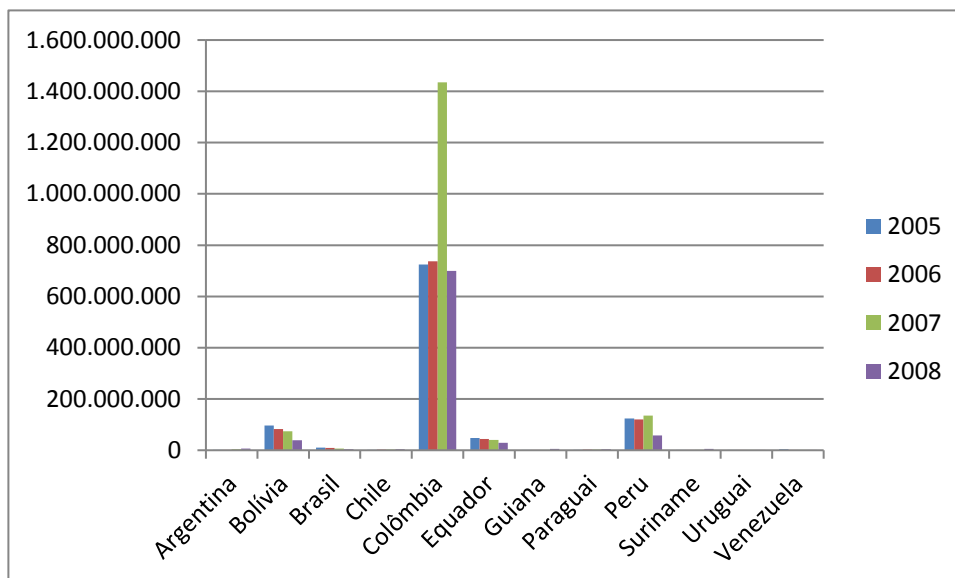
Em 15 de setembro de 2008, o Presidente designou a Bolívia como um país que havia demonstrado, nos últimos 12 meses, não cumprir suas obrigações sob acordos internacionais de combate ao narcotráfico e tomar as medidas estabelecidas na Lei de Assistência Externa de 1961. Em 25 de novembro de 2008, com base no fracasso da Bolívia em atender aos critérios de elegibilidade do ATPA/ATPDEA relacionados à cooperação antinarcóticos, o Presidente suspendeu a designação da Bolívia como país beneficiário sob o ATPA/ATPDEA, a partir de 15 de dezembro de 2008. (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2009, p. 1, tradução nossa)¹⁰³

Mas, de fato, a Colômbia era o principal vetor na luta contra o narcotráfico na América do Sul. Desde o início do Plano Colômbia, o país tinha se tornado o principal receptor das assistências dos EUA para essa finalidade. O Gráfico 10 demonstra esta afirmação.

¹⁰² Em apoio a Evo Morales, o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, também expulsou o embaixador estadunidense, Patrick Duddy, de Caracas.

¹⁰³ “On September 15, 2008, the President designated Bolivia as a country that had failed demonstrably over the previous 12 months to adhere to its obligations under international counternarcotics agreements and to take the measures set forth in the Foreign Assistance Act of 1961. On November 25, 2008, based on Bolivia’s failure to meet ATPA/ATPDEA eligibility criteria related to counternarcotics cooperation, the President suspended Bolivia’s designation as a beneficiary country under the ATPA/ATPDEA, effective December 15, 2008.” (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2009, p. 1).

Gráfico 10: Assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da América do Sul entre 2005 e 2008 (em dólares)



Fonte: Security Assistance Monitor
Organização: Brigola (2019)

A leitura do Gráfico 10 permite uma melhor compreensão sobre a diferença gritante entre a assistência em segurança recebida pela Colômbia em relação aos demais países sul-americanos, devido ao Plano Colômbia. A Colômbia recebeu 78,62% de toda assistência para a América do Sul, durante o período pesquisado; seguida pelo Peru, com 9,53%; Bolívia, com 6,38%, e Equador, com 3,51%; tendo os demais países apresentado números pouco expressivos. Esses dados demonstram que os países que receberam os maiores montantes em assistência dos EUA no tocante à segurança são aqueles com maior envolvimento com o narcotráfico e, portanto, os maiores beneficiados pelo programa ATPA/ATPDEA. Ou seja, o combate ao tráfico de drogas e a grupos armados envolvidos com o narcotráfico são as diretrizes principais da agenda de segurança dos EUA para a América do Sul, durante as gestões de George W. Bush.

As acusações de terrorismo na Tríplice Fronteira voltaram a ocorrer e, de acordo com Amaral (2008), diferente do primeiro mandato, elas não tiveram início com membros do Comando Sul do Pentágono ou do DEA, mas com embaixadores estadunidenses do Cone Sul.

Os Estados Unidos pediram aos seus diplomatas, em 2008, que investigassem a possível presença da Al-Qaeda e outros “grupos terroristas”

islamitas na região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, segundo documentos secretos publicados este domingo pelo site WikiLeaks. Segundo documento difundido pela página do WikiLeaks a vários jornais e publicado pelo britânico The Guardian, a chancelaria americana pediu em 2008 à sua embaixada em Assunção “informação sobre a presença, as intenções, os planos e as atividades de grupos terroristas (...) no Paraguai, concretamente na tríplice fronteira” com o Brasil e a Argentina. (PRESSE, 2010a, n.p.)

Durante a segunda gestão de George W. Bush, o Brasil apresentou queda de 2,69% no recebimento das assistências em segurança fornecida pelos EUA aos países da América do Sul. E, embora a maior parte dos recursos tenham sido, assim como na primeira gestão, despendidos para o combate ao narcotráfico, ocorreu uma significativa parcela voltada ao combate ao terrorismo (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2019). Em contrapartida, os montantes para a Argentina tiveram um acréscimo de 35% em relação à gestão anterior, sendo a maior parte desses recursos para treinamento de militares argentinos, combate ao terrorismo e fornecimento, por parte dos EUA, de equipamentos militares usados e excedentes (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2019). Enquanto que o Paraguai obteve, em relação à primeira gestão de George W. Bush, um aumento de 105% dos valores recebidos em assistência para segurança fornecidos pelos EUA, recursos destinados em especial ao combate ao narcotráfico e ao terrorismo (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2019). Cabe destacar que, em 2005, ocorreu a realização de um acordo entre EUA e Paraguai para que tropas estadunidenses entrassem no país sul-americano e ficassem até o fim de 2016, podendo esse prazo ser prorrogado. O acordo previa o treinamento dos soldados paraguaios para eles “lidarem com o narcotráfico, o terrorismo, a corrupção governamental e as questões domésticas de saúde, garantindo imunidade jurídica aos estadunidenses” (JORGE, 2009, p. 85).

Ainda em 2008, o governo George W. Bush gerou uma polêmica entre os países sul-americanos ao defender a reativação da Quarta Frota Naval dos EUA – que atuava sobre os auspícios do Comando Sul dos EUA (*USSOUTHCOM*) e estava desativada desde o fim da Segunda Guerra Mundial. De acordo com o Chefe de Operações Navais, o Almirante Gary Roughead, “a reconstituição da Quarta Frota reconhece a imensa importância da segurança marítima na parte sul do Hemisfério Ocidental e envia um forte sinal a todos os serviços

marítimos civis e militares da América Central e Latina” (U.S. DEPARTMENT OF NAVY, 2008, n.p., tradução nossa)¹⁰⁴.

Nossa estratégia marítima aumenta a importância de formar parcerias marítimas globais, trabalhando com parceiros internacionais como base para a segurança marítima global. O restabelecimento da Quarta Frota nos permite empregar, de maneira mais eficaz, as forças navais para construir confiança entre os países por meio de esforços coletivos de segurança marítima que se concentram em interesses mútuos. (U. S. DEPARTMENT OF NAVY, 2008, n.p., tradução nossa)¹⁰⁵

Entre os impactos estratégicos da reativação da Quarta Frota no Atlântico Sul, cabe destacar que existem diversas interpretações. Autores como Moniz Bandeira (2010c) ou Pecequillo e Jaeger (2019) trazem uma visão mais pessimista, defendendo que a reativação da Quarta Frota estaria diretamente ligada às descobertas brasileiras de petróleo na camada pré-sal. E consideram ainda que suas forças de atuação “são empregadas em ações diretas e em missões de reconhecimento especial, capazes de empreender guerra não convencional, defesa interna no exterior e operações contra o terrorismo” (MONIZ BANDEIRA, 2010c, p. 71). Por outro lado, Fragelli (2010) afirma que:

[...] do ponto de vista militar, a criação da Quarta Esquadra não traduz nada de novo, pois a verdade é que a Marinha norte-americana possui uma capacidade de se deslocar e operar em qualquer teatro do mundo com grande rapidez e eficiência, especialmente em áreas próximas, como são as do Comando Sul. (FRAGELLI, 2010 apud ABDUL-HAK, 2013, p. 159)

Então para Fragelli (2010 apud ABDUL-HAK, 2013), mesmo sem a Quarta Frota, os EUA poderiam operar no Atlântico Sul sem dificuldades. Sendo verdade ou não, os líderes dos países da América do Sul não olharam com bons olhos para tal atitude do governo Bush, como se pode constatar:

Essa decisão, tomada de forma unilateral pelo governo de George W. Bush, já provocou manifestações de desagrado dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Cristina Kirchner (Argentina), Hugo Chávez (Venezuela) e Evo Morales (Bolívia), apesar de os EUA garantirem que suas embarcações

¹⁰⁴ “Reconstituting the Fourth Fleet recognizes the immense importance of maritime security in the southern part of the Western Hemisphere, and sends a strong signal to all the civil and military maritime services in Central and Latin America” (DEPARTMENT OF NAVY, 2008, n.p.).

¹⁰⁵ “Our maritime strategy raises the importance of forming global maritime partnerships by working with international partners as the basis for global maritime security. Re-establishing Fourth Fleet allows us to more effectively employ naval forces to build confidence and trust among nations through collective maritime security efforts that focus on mutual interests” (U.S. DEPARTMENT OF NAVY, 2008, n.p.).

somente serão utilizadas em “operações de paz, de assistência humanitária e de socorro em caso de desastres naturais”. (THUSWOHL, 2008, n.p.)

O então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, “advertiu que a Quarta Frota naval dos Estados Unidos está de olho nas grandes reservas descobertas na costa brasileira” (PENA NETO, 2008, n.p.). Em uma matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 13/07/2008, por Sérgio Dávila, o autor se posicionou alegando que a reativação da Quarta Frota estaria ligada também a um modo de monitorar uma potencial corrida armamentista na América do Sul, desencadeada pela Venezuela; observar com mais interesses as atuações do Brasil como líder regional, sobretudo em suas articulações para a integração regional a partir do Conselho de Defesa regional; acompanhar o avanço da presença comercial e militar de países extrarregionais como China e Irã; e, por fim, garantir sua presença militar na região compensando a possibilidade de perder a base de Manta no Equador (DÁVILA, 2008).

Concluindo, é possível afirmar que a política externa de George W. Bush para a América do Sul, embora tenha sido caracterizada por um papel secundário, justificada pelo distanciamento devido às prioridades das diretrizes voltadas ao Oriente Médio e pela ascensão de governos de centro-esquerda no subcontinente com a forte tendência à autonomia e integração regional, não negligenciou totalmente a região. O combate ao narcotráfico se manteve a partir da continuidade dos benefícios aplicados pelo ATPA/ATPDEA e pelas assistências militares através do Plano Colômbia. A América do Sul não ficou incólume em relação às diretrizes de Washington sobre a contenção ao terrorismo, sendo acusada, pelo governo dos EUA, de ser um potencial refúgio para grupos extremistas. Por fim, no âmbito econômico, poucos avanços marcaram o governo de George W. Bush para a região, principalmente pela não conclusão da ALCA, sendo esta substituída por uma estratégia de concluir acordos de livre comércio de caráter bilateral com um número seletivo de países. A decadência da hegemonia estadunidense na América do Sul foi certamente percebida pelos estadistas de Washington e talvez a reativação da Quarta Frota possa ter sido um sinal dessa percepção, significando uma tentativa de aproximação com a região.

3. O CENÁRIO GEOPOLÍTICO SUL-AMERICANO NO PERÍODO DE 2009-2016: O REGIONALISMO, A INTEGRAÇÃO REGIONAL E SUAS LIMITAÇÕES

Neste capítulo, analisaremos como estava organizado o cenário regional na América do Sul durante os governos de Barack Obama (2009-2016), tendo como realce o modelo de regionalismo adotado pela maioria dos países sul-americanos, suas estratégias de integração mais recentes e, por fim, pontuaremos algumas de suas principais dificuldades para a concretização de um bloco regional.

Esta análise se torna importante para averiguar de que modo o cenário geopolítico em que a América do Sul se encontrava influenciou a política externa de Barack Obama para a região, sendo que o subcontinente sul-americano estava imerso em um regionalismo autônomo em relação aos EUA, resultado da falta de interesse e do vácuo de poder deixado por Washington na região, durante as gestões anteriores. De acordo com Busso (2016), na segunda década do século XXI – mais precisamente a partir de 2011 –, as relações entre os EUA e a América do Sul passaram por mudanças significativas por uma série de fatores ligados ao cenário que a região apresentava, como a queda de líderes regionais importantes, incipiência das propostas de integração autônomas aos EUA e ascensão da Aliança do Pacífico. Esses fatores, de acordo com o autor, contribuíram para que a política de Washington na região se tornasse mais ativa, em especial na agenda econômica, por isso a necessidade de compreender melhor esses fatores.

Durante a maior parte da Guerra Fria (1945-1991), o continente sul-americano teve uma agenda externa alinhada aos EUA, salvo em alguns episódios. Com a chegada dos anos de 1990, a sub-região foi imersa pela ideia do neoliberalismo, seguindo os ditames do Consenso de Washington – embora a resistência à formalização da ALCA tenha sido grande, principalmente pelo governo brasileiro.

Com a virada do século XX para o século XXI, a América do Sul passou por uma reorganização ideológica a partir da emergência de governos progressistas que questionavam o viés das ideias neoliberais, assim como o posicionamento hegemônico dos EUA na região. Nesse sentido, as políticas externas desses países, além de sofrerem uma revisão de seu relacionamento com Washington, passaram a buscar maior autonomia em suas relações, o que resultou em novas parcerias no cenário internacional e, principalmente, uma posição de forte caráter regional, tentando transformar a América do Sul em um bloco de poder consolidado (VEIGA; RIOS, 2007).

Esses governos tiveram como diretrizes principais, no campo interno, o progresso social e a diminuição da pobreza, além de uma forte presença do Estado na economia, sobretudo no controle de seus recursos naturais. Já no campo externo, a busca pela autonomia ficou marcada pela rejeição à ALCA, em 2005, e também pela aproximação de países que apresentavam maior competitividade em relação aos EUA, casos de Rússia e China.

É possível classificar os países governados por regimes progressistas em duas vertentes, os revolucionários, que apresentaram “uma atuação política marcada pelo confronto com o imperialismo estadunidense e com as elites domésticas”, caso de Venezuela e Bolívia (FUSER, 2018, p. 82); e o grupo dos neodesenvolvimentistas, como o Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, os quais estruturaram suas políticas “a partir de alguma ideia de conciliação de classes. Em política externa, são mais pragmáticos na relação com as potências ocidentais, em especial com os EUA. Em lugar do socialismo, propõem-se a melhorar o sistema vigente” (FUSER, 2018, p. 82).

Nesse sentido, este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, será abordado o fortalecimento do regionalismo na América do Sul – chamado de pós-liberal – e os projetos de integração desenvolvidos durante este período que se iniciou nos anos 2000, tendo como principal força motriz a ascensão dos governos progressistas de centro-esquerda na região. O regionalismo assumido pela maioria dos países apresentou um caráter autônomo, de contraposição à influência dos EUA, enquanto que o discurso do presidente Barack Obama, em seus primeiros dias de mandato, foi de reaproximação com a América do Sul. Caberá então verificar, no último capítulo da pesquisa, até que ponto esse regionalismo teve influência nas relações dos EUA com a região durante o governo Obama (2009-2016).

Na segunda parte, discutiremos os principais obstáculos, no cenário internacional, para a integração da América do Sul como um bloco de poder consolidado. O recorte temporal será também o período de 2009 a 2016. Para embasar a discussão, além de pesquisa bibliográfica e artigos de jornais, serão utilizados dados de sítios eletrônicos especializados nos mais diversos assuntos que estejam relacionados aos temas de integração regional, da geopolítica e de relações internacionais.

3.1 O Regionalismo e a Geopolítica da Integração na América do Sul no século XXI

O fim da Guerra Fria e da polarização de mundo leste-oeste tornou o modelo capitalista-liberal o modelo de produção predominante, consolidando, então, o sistema-mundo

Wallerstein (ARIENTE; FILOMENO, 2007). O avanço da multipolaridade econômica e da globalização, somado à adoção das medidas neoliberais estabelecidas pelo Consenso de Washington contribuíram para o ressurgimento do regionalismo no sistema internacional.

Sobre essa questão, é importante diferenciar o conceito de regionalismo e regionalização. Birle (2018, p. 248), citando Börzel e Risse (2016, p. 7, tradução nossa)¹⁰⁶, frisa que “o regionalismo é entendido como um processo liderado principalmente pelos estados e seus governos para construir e sustentar instituições e organizações regionais formais”, enquanto que “o termo regionalização refere-se a processos que levam ao aumento das interações econômicas, políticas, sociais ou culturais entre estados e sociedades, geograficamente ou culturalmente contíguos” (BÖRZEL; RISSE, 2016, p. 8 apud BIRLE, 2018, p. 248, tradução nossa)¹⁰⁷.

Para Lima e Coutinho:

A hipótese da regionalização como efeito da globalização defendida pela maior parte da literatura especializada mais recente está ancorada na ideia de defesa dos países frente a um processo histórico poderoso do qual não podem fugir, senão apenas buscar uma melhor adaptação estando reunidos em grupos e, dessa forma, suavizando suas vulnerabilidades externas. O regionalismo é, nesse sentido, uma postura reativa, entregue à necessidade de se tornar mais competitivo justamente num momento em que diminui a capacidade dos Estados de individualmente formularem políticas e regularem os mercados. (LIMA; COUTINHO, 2005, p. 3)

Ainda seguindo o pensamento de Lima e Coutinho (2005), os anos 1990 marcaram a ascensão do chamado *Novo Regionalismo*¹⁰⁸, pautado na formação de áreas de livre comércio, união aduaneira, ou integração monetária.

As mudanças estruturais no sistema internacional, a partir do início do século XXI, tiveram uma grande influência no contexto geopolítico da América do Sul, entre eles os atentados às torres do *World Trade Center* de Nova York, em 2001, fato o qual foi responsável pela reorientação da política externa dos EUA com foco no Oriente Médio, deixando certo vácuo de poder na América do Sul, o que possibilitou a ascensão dos governos

¹⁰⁶ “El regionalismo es entendido como un proceso liderado principalmente por los Estados y sus gobiernos para construir y sostener instituciones y organizaciones regionales formales” (BÖRZEL; RISSE, 2016, p. 7 apud BIRLE, 2018, p. 248).

¹⁰⁷ “[...] el término regionalización se refiere a procesos que llevan al aumento de las interacciones económicas, políticas, sociales o culturales entre estados y sociedades geograficamente o culturalmente contiguos” (BÖRZEL; RISSE, 2016, p. 8 apud BIRLE, 2018, p. 248).

¹⁰⁸ “O novo regionalismo está associado à queda do socialismo e à adoção generalizada da agenda neoliberal a partir do assim chamando Consenso de Washington” (LIMA; COUTINHO, 2005, p. 3).

de orientação de centro-esquerda. Esses governos contribuíram para a adoção de outro regionalismo e da adoção, na maioria dos países, de um nacionalismo econômico em detrimento do *Regionalismo Aberto*, também chamado de *Novo Regionalismo*, dos anos de 1990, modelo assumido em resposta aos baixos resultados das medidas liberalizantes na economia determinadas pelo Consenso de Washington¹⁰⁹.

Esse regionalismo em ascensão ficou conhecido por *Regionalismo Pós-liberal* (VEIGA; RIOS, 2007) e também foi classificado por Riggiozzi e Grugel (2015) como *Integração Pós-hegemônica*.

[...] o regionalismo contemporâneo na América do Sul é moldado pela mudança da geopolítica das Américas. O declínio relativo dos Estados Unidos e o fato de Washington se concentrar em preocupações domésticas e crises internacionais fora do hemisfério, combinados com os dilemas da política externa do Brasil, significam que não há hegemonia regional incontestável. (RIGGIROZZI; GRUGEL, 2015, p. 782 apud LUIGI, 2016, p. 82)

É possível afirmar que o *Regionalismo Pós-Liberal* (ou *Integração Pós-hegemônica*) fez um resgate do pensamento regional defendido pela Cepal nos anos 1950, chamado de *Regionalismo Desenvolvimentista*, no qual a industrialização e o fortalecimento econômico contra a vulnerabilidade externa eram primordiais, objetivos que poderiam ser alcançados por meio da integração econômica da região (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012). O intuito do pensamento cepalino, no período destacado, visava a “fortalecer um grupo de economias periféricas e promover sua inserção na economia mundial, de forma a preservar a autonomia de seus Estados nacionais, na condução do processo de desenvolvimento econômico” (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012, p. 15, tradução nossa¹¹⁰).

Pecequillo (2013) aponta que essas novas diretrizes estabelecidas marcaram um desalinhamento em relação a Washington em detrimento de uma cooperação intrarregional e global, em especial no parâmetro Sul-Sul, e não exclusivamente Norte-Sul. A recusa dos países sul-americanos em formalizar a ALCA, em 2005, marcou essa nova guinada.

¹⁰⁹ O Regionalismo Aberto foi um conceito desenvolvido pela Cepal nos anos 1990, caracterizado pela liberalização do comércio. Essa visão de regionalismo estava diretamente relacionada com o cenário econômico embasado nas propostas neoliberais, derivada do Consenso de Washington (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012).

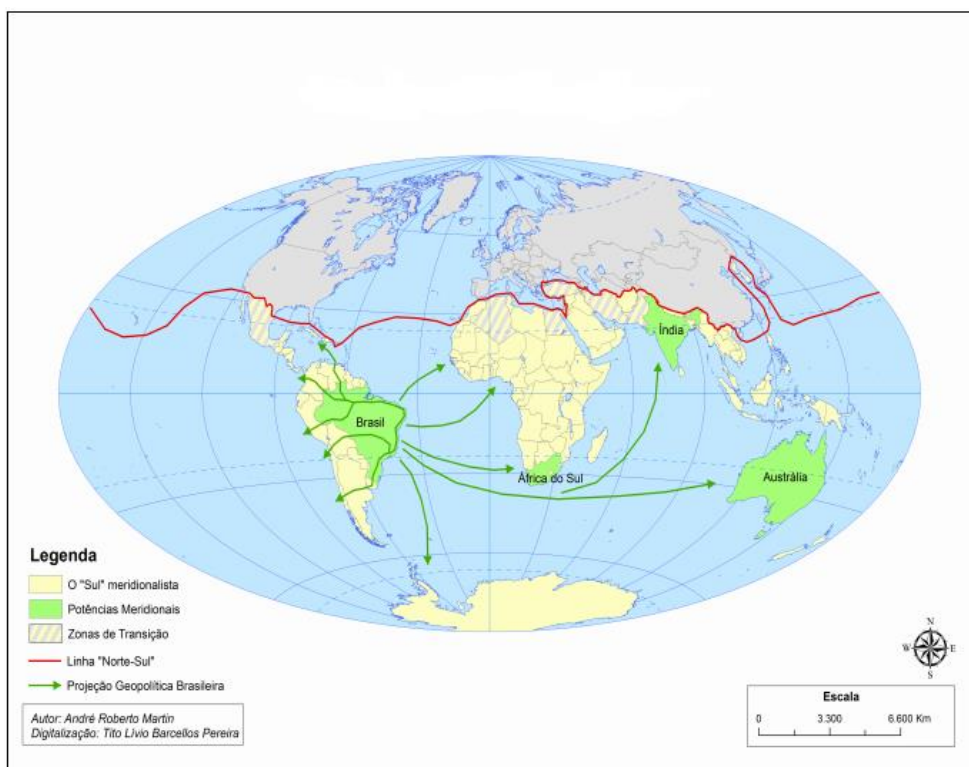
¹¹⁰ “[...] para fortalecer un grupo de economías periféricas y promover su inserción en la economía mundial, con el fin de preservar la autonomía de sus Estados nacionales en la realización del proceso de desarrollo económico” (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2014, p. 15).

A cooperação Sul-Sul foi amplamente explorada pelo professor da USP, André Roberto Martin, em seu artigo “Qual é o nosso ‘bloco’? O Brasil procura o seu lugar no mundo”, publicado em 1993, e em sua tese de livre-docência, intitulada “Brasil, Geopolítica e poder mundial: o anti-Golbery”, publicada em 2007. A teoria desenvolvida por Martin foi batizada de *Meridionalismo* e:

[...] corresponde, no plano da ideologia, à aceitação da condição de meridionalidade e sua utilização como trunfo no contexto internacional global. Se é natural que os fracos se unam e os fortes se dividam, então, a despeito de todas as desvantagens do Sul em relação ao Norte, existe ao menos uma vantagem estratégica no sentido oposto, isto é, precisamente o fato de não se encontrarem no Sul tensões suficientes a ponto de impossibilitar a cooperação hemisférica e o exercício da solidariedade internacional no seu relacionamento vis-à-vis com cada um dos grandes blocos do setentrião. (MARTIN, 1993, p. 117)

Nesse sentido, Martin defende que o *Meridionalismo* seria a emancipação dos povos do Sul contra a hegemonia estabelecida pelo Norte. O autor destaca o papel de um “líder” regional, ou de principal *player* em cada continente, sendo o Brasil o país núcleo no continente sul-americano, a África do Sul no continente africano, a Índia no continente asiático e a Austrália na Oceania, como é possível visualizar na Figura 10.

Figura 10: O mundo na visão Meridionalista de André Martin



Fonte: Albuquerque (2014)

Porém, a integração Sul-Sul ao molde do *Meridionalismo* pouco avançou em termos práticos. O Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), fundado em Brasília, em 2003, foi a proposta mais próxima à ideia do *Meridionalismo*. O objetivo do IBAS visou arquitetar um mecanismo de cooperação entre os três países para “a construção de uma nova arquitetura internacional, unindo vozes em temas globais e aprofundando seu relacionamento mútuo em diferentes áreas” (MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, 2014, n.p.), como educação, defesa, agricultura, energia e meio ambiente.

A posição de Martin sobre a importância do Brasil na proposta meridionalista é algo oportuno em nossa análise, pois cabe ressaltar o papel de liderança que o Brasil passou a assumir na América do Sul, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Sobre o Brasil, Martin afirma que:

A “pérfida Albion” (apelido dado na era do imperialismo à Inglaterra) tudo fazia no intuito de “dividir para dominar” o planeta e em particular o Hemisfério Sul. Cabe ao Brasil, me parece, o papel de “unir para libertar” precisamente esse hemisfério, vítima do colonialismo. América Latina, Ásia, África e Oceania ainda apresentam resquícios daquele período e, não

possuindo inimigos, vejo o Brasil em ótimas condições para “costurar” um bloco diplomático muito amplo, como é a minha ideia do “meridionalismo”. (MARTIN, 2013, n.p. apud ALBUQUERQUE, 2014, p. 11)

O ex-presidente, Lula da Silva, em seu discurso de posse, exclamou: “a grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social” (SILVA, 2003, n.p.). Então para o país:

[...] é indispensável trabalhar de forma consistente e persistente em favor da emergência de um sistema mundial multipolar no qual a América do Sul venha a constituir um dos polos e não ser apenas uma sub-região de qualquer outro polo econômico ou político. (GUIMARÃES, 2005, p. 275)

O primeiro passo dado para a integração dos países da América do Sul foi a proposta brasileira do lançamento da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), criada na *1ª Reunião de Presidentes da América do Sul*, em Brasília, no ano de 2000. De acordo com Costa e Gonzalez, a diligência da IIRSA:

[...] foi idealizada a partir do reconhecimento da importância de se desenvolver e fortalecer uma visão regional que incorporasse e ampliasse as visões nacionais, tendo como ênfase a complementaridade entre as ações de integração regional e desenvolvimento da infraestrutura física. (COSTA; GONZALEZ, 2014, p. 24)

Para Simões:

Por trás da reunião de 2000 não estava uma nova visão política do papel que a América do Sul poderia desempenhar na solução de seus próprios problemas, mas uma intenção mais modesta de articular projetos de infraestrutura para melhorar a vinculação com outros países e regiões. (SIMÕES, 2011, p. 48)

De modo semelhante, Vitte (2006) complementa ao afirmar que a IIRSA visava a:

[...] uma tentativa de integração dos meios de transportes, fontes de energia e redes de telecomunicações, visando organizar o espaço do subcontinente. A partir de um plano de integração elaborado pelo BID (Banco Internacional

de Desenvolvimento) foram apontados os principais problemas que inibem o comércio na América do Sul e feitas propostas para otimizar as trocas internacionais, tendo como referência os chamados eixos de integração e desenvolvimento, recortados considerando os maiores fluxos de intercâmbios e as potencialidades econômicas a serem desenvolvidas. (VITTE, 2006, p. 34)

Porém, mesmo sem objetivos tão ambiciosos, a proposta da IIRSA abriu caminho para outros projetos de integração regional que viriam a surgir nos anos 2000.

Mesmo que a maior parte da América do Sul tenha alterado as suas diretrizes externas no sentido de formalizar políticas revisionistas em relação aos EUA e seus ideais neoliberais, buscando maior autonomia, é preciso esclarecer que os níveis de revisionismos não foram homogêneos¹¹¹.

Em 2006, Coutinho assinalava que:

Examinando todos os casos, observa-se a existência de uma variedade expressiva de continuidade e mudança entre os países da região. Em alguns países, como a Argentina, a mudança de fundamentos da política econômica é bastante clara. Em outros, como o Brasil, a dose de continuidade da ortodoxia é maior. Na Bolívia e na Venezuela, a revisão generalizada de políticas adotadas no período neoliberal, como a privatização, é bem nítida. Já na Colômbia persiste a mesma doutrina liberal. Sendo assim, embora sua força seja inegável, a guinada à esquerda e mais nacionalista que atinge a região na virada de século está muito longe de ser uniforme ou representar o fim completo da liberalização econômica no continente. (COUTINHO, 2006, p. 116)

Embora classificados em grupos distintos, os países sul-americanos passaram a olhar para a América do Sul como algo promissor e a visualizar o âmbito regional como um meio de alcançar seus interesses, sejam eles de natureza econômica, política, social ou militar. A região já experimentou diferentes blocos de integração: a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre-Comércio), criada em 1960 e substituída pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), em 1980; o Pacto Andino, criado em 1969, passando, na década de 1990, a se chamar CAN (Comunidade Andina das Nações); e o Mercosul, criado

¹¹¹ O “revisionismo consiste aqui em tomar a unipolaridade como ‘status quo’ insustentável e/ou insuportável, o que supõe certo tipo, algo aguerrido, de unidade sul-americana, composta com alianças externas pertinentes” (GUIMARÃES, 2008, p. 244 apud MONTEIRO, 2014, p. 180). Para uma leitura mais detalhada sobre os tipos de revisionismos, ver: MONTEIRO, Leonardo Valente. Revisionismos de relações com os Estados Unidos e suas variáveis nos governos progressistas da América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 57, n. 1, p. 177-196, 2014.

em 1991. Os blocos regionais que vieram a se formar após os anos 2000, em sua maioria, derivaram do *Regionalismo Pós-Liberal* que, de acordo com Veiga e Rios (2007), passou a questionar as agendas de viés exclusivamente comercial, expandindo o raio de ação ao espaço político/diplomático, infraestrutural e de segurança¹¹².

Na sequência, pretendemos abordar três organizações institucionalizadas de integração na América do Sul: a Alba, a Unasul e a Aliança do Pacífico. A escolha desses três blocos se deu pelo fato de sua formalização ter ocorrido no momento do *Regionalismo Pós-Liberal* na América do Sul (caso da Unasul e Alba) e por coexistirem com a gestão Obama – embora a Aliança do Pacífico não faça parte do contexto do *Regionalismo Pós-Liberal*, sua formação ocorreu em 2011, no penúltimo ano da primeira gestão de Obama, tendo, anos depois, a participação dos EUA como observador.

Após uma síntese, sobre as características e objetivos dos blocos citados, foi realizada uma discussão sobre as dificuldades encontradas entre os países sul-americanos para uma integração mais concreta no continente.

3.1.1 ALBA

A Alba teve sua formação dentro da Associação de Estados do Caribe. Essa associação visa ao “fortalecimento da cooperação regional e do processo de integração, com o objetivo de criar um espaço econômico expandido na região” (ASOCIACIÓN DE ESTADOS DEL CARIBE, [199-?], n.p., tradução nossa)¹¹³, tendo sido formada em 1994.

Após duas cúpulas de Chefes de Estados ocorrerem – a primeira em 1995, em Trinidad e Tobago, e a segunda em 1999, realizada na República Dominicana –, no ano de 2001, na 3ª *Cúpula de Chefes de Estados e de Governos da Associação de Estados do Caribe*, na Venezuela, surgiu, sob os auspícios ideológicos do presidente Hugo Chávez, a ideia da formalização da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba). Porém, o bloco foi instituído apenas em 2004, após a assinatura do acordo entre Venezuela e Cuba, em Havana, no dia 14 de dezembro de 2004.

Os governos da Venezuela, tecendo inúmeras críticas ao projeto corrente de formalização da ALCA, e de Cuba, devido aos embargos econômicos impostos pelos EUA,

¹¹² A Aliança do Pacífico foi uma exceção ao viés pós-liberal.

¹¹³ “[...] fortalecimiento de la cooperación regional y del proceso de integración, con el propósito de crear un espacio económico ampliado en la región” (ASOCIACIÓN DE ESTADOS DEL CARIBE, [199-?], n.p.).

não participariam do bloco idealizado por Washington. Ambos os governos defendiam a ideia de que uma integração sob as bases neoliberais, ao modelo da ALCA, conduziria a América Latina a uma desunião ainda maior, ao aumento da pobreza e à desnacionalização das economias em virtude de uma subordinação absoluta às regras ditadas a partir do exterior (ALBA, 2004).

A Alba trazia consigo ideais de transformação das sociedades latino-americanas, buscando combater a pobreza e a desigualdade social por meio da integração econômica. A ideologia de condução do bloco partia do princípio de defesa de uma efetiva participação do Estado como regulador e coordenador das atividades econômicas (ALBA, 2004).

Com a alcunha de “Socialismo do Século XXI”, a política externa de Chávez tinha como objetivo “a promoção de um mundo multipolar; o fortalecimento da cooperação sul-sul; e a promoção do ideal bolivariano de integração” (BRICEÑO-RUIZ, 2010, p. 79). O modelo bolivariano de integração adotado por Chávez na formulação da ALBA possuía características aos moldes socialistas, com viés populista e anti-hegemônico, sendo, conseqüentemente, antiestadunidense (SIERRA, 2017).

Os países que integram o bloco afirmam uma crítica à globalização neoliberal, e querem o direito à autodeterminação e soberania nacional inclusive no campo econômico. O conceito de *grannacional*¹¹⁴ utilizado pelo tratado da Alba segue fundamentos históricos e geopolíticos, socioeconômicos e ideológicos. [...] a Alba traz em seu discurso e em algumas ações preocupações de âmbito social, se descolando do aspecto meramente econômico. (SCHENEGOSKI; ALBUQUERQUE, 2014, p. 77)

Na Alba, a questão social “tem assumido desde o início um papel fundamental de integração” (MURH, 2010, p. 617), com destaque para o combate ao analfabetismo e a colaboração de programas de saúde. Sobre os programas *grannacionales* de educação, a iniciativa da ALBA, através do método “*Yo sí puedo*”, “visa a apoiar o processo de alfabetização e oferecer educação primária universal na região” (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2015, p. 19, tradução nossa)¹¹⁵; para além desse método, o programa busca “universalizar o acesso ao ensino superior ou universitário,

¹¹⁴ “Nos documentos oficiais, este conceito se fundamenta nos preceitos de união geopolítica da América Latina, a partir da concepção de ‘Pátria Grande’” (PEDROSO, 2014, p. 99). Na concepção econômica, “designa empresas idealmente formadas por dois ou mais países da região que, diferentemente das empresas transnacionais, não visam a acumulação de capital, mas o bem-estar social” (SCHENEGOSKI; ALBUQUERQUE, 2014, p. 71).

¹¹⁵ “[...] servir de apoyo en el proceso de alfabetización y ofrecer enseñanza primaria universal en la región” (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2015, p. 19).

mediante a adoção de políticas comuns sobre o assunto e a complementaridade dos respectivos subsistemas educacionais” (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2015, p. 19, tradução nossa)¹¹⁶. Na área da saúde, cabe destacar o programa *Misión Milagro Internacional*: desde 2004, “essa iniciativa humanitária liderada pelos governos de Cuba e da Venezuela teve como objetivo prestar assistência médica e cirúrgica a pacientes com diferentes patologias oculares” (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2015, p. 20, tradução nossa)¹¹⁷.

No ano de 2006, durante a 3ª *Cúpula da Alba*, a Bolívia aderiu ao bloco após a assinatura de um acordo de complementação chamado de *Tratado de Comercio de los Pueblos* (TCP), sigla que foi adotada pelo nome do bloco a partir da 6ª *Cúpula da Alba*, em 2009, na qual ele foi rebatizado de Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América, passando-se a utilizar a sigla Alba-TCP. O bloco bolivariano, embora tenha sido idealizado por um país sul-americano, não é restrito à América do Sul, sendo que também participam de diversos países da América Central e Caribe.

Além de Venezuela, Cuba e Bolívia, a Alba conta com os seguintes países membros: Nicarágua, Comunidade da Dominica, Honduras, São Vicente e Granadinas, Equador, Antígua e Barbuda, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, e Granada. É possível verificar, no Quadro 4, o ano de adesão de cada país.

¹¹⁶ “[...] a universalizar el acceso a la educación superior o universitaria, mediante la adopción de políticas comunes en la materia y la complementariedad de los respectivos subsistemas educativos” (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2015, p. 19).

¹¹⁷ “[...] esta iniciativa humanitaria liderada por los Gobiernos de Cuba y Venezuela ha tenido como propósito brindar asistencia médica y quirúrgica a pacientes con distintas patologías oculares” (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2015, p. 20).

Quadro 4: Data de admissão dos países membros da Alba (2004-2015)

Estados Membros	Data de admissão
Venezuela	14 de dezembro de 2004
Cuba	14 de dezembro de 2004
Bolívia	29 de abril de 2006
Nicarágua	11 de janeiro de 2007
Dominica	26 de janeiro de 2008
Equador	24 de junho de 2009
São Vicente e Granadinas	24 de junho de 2009
Antígua e Barbuda	24 de junho de 2009
Santa Lúcia	30 de julho de 2013
São Cristóvão e Névis	14 de dezembro de 2014
Granada	14 de dezembro de 2014

Fonte: Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe (SELA) (2015).
Organização: Brigola (2019).

Como um grande produtor de petróleo, a Venezuela se utilizou da matriz energética para idealizar uma estratégia de integração denominada de *Petroamérica*. Essa estratégia foi subdividida em três iniciativas regionais, sendo elas a *Petrocaribe*, destinada aos países da América Central e do Caribe; a *Petroandina*, que enquadra países da Comunidade Andina de Nações (CAN); e a *Petrosur*, que engloba os países do Mercosul, exceto o Paraguai (LIMA, 2016). A proposta resultaria em acordos que almejavam a integração das empresas energéticas estatais dos países signatários, assim como investimentos conjuntos na exploração e comercialização de petróleo e gás natural, e ainda acordos bilaterais e/ou sub-regionais de financiamentos com preços especiais no fornecimento dos recursos energéticos citados (PDVSA, 2005 apud SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2013). Entre os componentes estruturais dos projetos do *Prosur*, estava a construção de um gasoduto que ligaria a Venezuela à Argentina, passando pelo Brasil e pelo Uruguai (ver Figura 11).

Figura 11: Rota do gasoduto da Petrosur



Fonte: Lima (2016)

No entanto, de acordo com Lima (2016, p. 66), “o governo bolivariano não desenvolveu, até o momento, uma proposta concreta acerca de suas intenções nesse projeto integracionista”. E, mesmo que acordos de caráter bilateral tenham sido assinados, a proposta da Petrosur não apresentou avanços. Diferentemente da Petrosur, a Petrocaribe, embora incompleta, já está em atividade desde os acordos firmados em 2005¹¹⁸.

Entre os avanços institucionais e práticos da Alba, é importante citar a criação do *Banco del Alba*, formalizado em 2008, tendo Cuba, Bolívia, Nicarágua, San Vicente e Granadinas, Dominica e Venezuela como membros. A instituição tinha como finalidade:

[...] criar uma entidade financeira de direito internacional público com personalidade jurídica própria, sobre a denominação de “Banco da ALBA” [...] terá entre outras funções: financiar projetos de desenvolvimento em setores chaves da economia, orientados a melhorar a produtividade e a eficiência. (ALBA-TCP, 2008, n.p., tradução nossa)¹¹⁹

¹¹⁸ De acordo com Nugent (2019, n.p., tradução nossa), “com os preços globais do petróleo em níveis recordes nos primeiros anos do programa, as vendas geraram muito dinheiro [...]. O programa sofreu depois que a economia da Venezuela começou a se deteriorar em 2014, quando uma queda no preço do petróleo revelou os efeitos dos anos de corrupção e má gestão”, prejudicando sobremaneira a atuação da PDVSA”. “With global oil prices at record levels in the early years of the program, the oil sales generated a lot of cash [...] The program suffered after Venezuela’s economy began to break down in 2014, as a drop in the oil price laid bare the effects of years of corruption and mismanagement” (NUGENT, 2009, n.p.).

¹¹⁹ “[...] crear una entidad financiera de derecho internacional público con personalidad jurídica propia, bajo la denominación de ‘Banco del ALBA’ [...] tendrá entre otras funciones: financiar programas y proyectos de desarrollo en sectores claves de la economía, orientados a mejorar la productividad y eficiencia” (ALBA-TCP, 2008, n.p.).

Além de criar um banco, os países da Alba chegaram a lançar uma proposta em 2009 para estabelecer uma moeda em substituição ao dólar, com o nome de Sucre (Sistema Único de Compensação Regional), para ser usada nas transações comerciais internas ao bloco. Inicialmente apenas Bolívia, Equador, Venezuela, Cuba e Nicarágua participariam do sistema monetário (BBC BRASIL, 2009).

Porém, essa moeda, embora tenha entrado em circulação, encontrou muitas dificuldades. Nem todos os produtos eram comercializados com a utilização da moeda comum e os câmbios com as moedas nacionais dos países também se tornaram um problema devido à disparidade do valor entre elas, resultando no final das contas, na continuidade das negociações em dólares (PORTAL TERRA, 2012).

Com a explicação dos projetos da Alba nos parágrafos acima, conclui-se que o bloco, diferentemente dos demais na América do Sul, surgiu com características que lhe enquadram no chamado revisionismo periférico de natureza antagônica, classificado por Monteiro (2014) como “revisionismo antagônico forte”¹²⁰. Os objetivos estabelecidos visam a uma integração regional altamente ideológica, passando a se oporem aos modelos neoliberais encabeçados por Washington e acusando os EUA como um país imperialista na América do Sul. Entre as propostas da Alba, estão o fortalecimento do Estado na economia, por meio de políticas de estatizações ao invés de privatizações – sobretudo na área energética –, a formação de um banco regional e a tentativa de adoção de uma moeda comum. Em termos gerais, a Alba visava a algo além da agenda econômica em suas diretrizes, alcançando também um crescimento social, com projetos “voltados para suprir necessidades prementes dos povos que compõem o bloco bolivariano” (PEDROSO, 2018, p. 54).

Benzi (2016) aponta uma visão crítica à Alba, como no caso do já mencionado *Tratado de Comercio de los Pueblos* (TCP), que foi criado como um instrumento de “comércio justo”, estimulando o comércio intra-Alba, em especial com a Venezuela. O autor afirma que o comércio apresentou um crescimento, ainda que de maneira limitada; contudo, com exceção de Cuba e da Nicarágua, “nenhum país da aliança tem a Venezuela como destino importante para suas exportações, ao mesmo tempo em que a porcentagem do

¹²⁰ O “revisionismo antagônico forte” busca um componente de confrontação. Uma convergência de interesses entre o país periférico e o país hegemônico pode ocorrer com raras exceções, justamente pela razão de que a política assumida por este país estaria pautada na oposição em relação às políticas adotadas pela potência (MONTEIRO, 2014).

comércio venezuelano dentro do esquema é mínima” (BENZI, 2016, p. 89, tradução nossa)¹²¹; além disso, a estrutura agro-exportadora de seus membros limita as relações comerciais (BENZI, 2016).

Benzi (2016) também afirma que os projetos de integração formulados pelo governo da Venezuela encontram fragilidades devido à total dependência do país na renda provinda da exportação de petróleo: segundo o autor, “trata-se da dependência absoluta de um único recurso e da ausência de vantagens em outros setores da economia” (BENZI, 2016, p. 83, tradução nossa)¹²². Sobre essas limitações econômicas, cabe lembrar o *Banco del Alba*, que, como já mencionado, teria a função de financiar projetos de desenvolvimento que impulsionassem a economia dos países; contudo, “é um organismo com capacidades financeiras extraordinariamente limitadas. [...] não corresponderam a uma estruturação e um planejamento adequados que lhe dotassem de visão estratégica e sustentabilidade econômica” (BENZI, 2016, p. 89, tradução nossa)¹²³.

Além dessas dificuldades já enfatizadas, após a morte de Hugo Chávez, em 2013, a iniciativa da Alba se enfraqueceu ainda mais. De acordo com Pedroso (2018), dentre outras razões que contribuíram para seu enfraquecimento, as mais importantes foram a crise econômica, política e social que se instaurara no país ainda no governo de Hugo Chávez, a menor ênfase de Nicolás Maduro (sucessor de Chávez) na política exterior e a debilidade dos governos de centro-esquerda não apenas na América do Sul, mas na América Latina.

3.1.2 UNASUL

Batizado a princípio de Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2004, esse bloco em 2007 se transformou na União das Nações Sul-Americanas (Unasul), ocorrendo em 2008 a assinatura de seu tratado constitutivo, o qual lhe garantiu personalidade jurídica. Porém, o bloco só chegou a vigorar no ano de 2011, após o nono país (o Uruguai) assinar a ratificação do Tratado Constitutivo (LUIGI, 2017).

¹²¹ “[...] ningún país de la alianza cuenta con Venezuela como destino importante de sus exportaciones, mientras que el porcentaje del comercio venezolano dentro del esquema es mínimo” (BENZI, 2016, p. 89).

¹²² “[...] se trata de la dependencia absoluta de un único recurso y de la ausencia de ventajas en otros sectores de la economía” (BENZI, 2016, p. 83).

¹²³ “[...] es un organismo con capacidades financieras extraordinariamente limitadas. [...] no han correspondido una estructuración y planificación apropiadas para dotarlo de visión estratégica y sostenibilidad económica” (BENZI, 2016, p. 89).

Todos os países da América do Sul, exceto a Guiana Francesa, um departamento ultramar francês, passaram a fazer parte da Unasul (ver países participantes e período de ratificação no Quadro 5).

Quadro 5: Os Estados Membros da UNASUL de acordo com sua data de ratificação

PAÍS	DATA DE RATIFICAÇÃO DO TRATADO CONSTITUTIVO
Bolívia	11 de março de 2009
Equador	15 de julho de 2009
Guiana	12 de fevereiro de 2010
Venezuela	13 de março de 2010
Peru	11 de maio de 2010
Argentina	2 de agosto de 2010
Suriname	5 de novembro de 2010
Chile	22 de novembro de 2010
Uruguai	30 de novembro de 2010
Colômbia	28 de janeiro de 2011
Paraguai	9 de junho de 2011
Brasil	14 de julho de 2011

Fonte: Luigi (2017)
Organização: Brigola (2019)

A Unasul formou-se com a ideia de ser um bloco constituído basicamente de países da América do Sul, consolidando e integrando a região como um polo de poder regional com perspectivas de maior projeção desses países no cenário internacional. O artigo nº 19 do Tratado Constitutivo da Unasul alega que países da América Central e Caribe podem aderir ao bloco como membros associados, por meio da aprovação dos chefes do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e Governo. E, de acordo com o artigo nº 20 do tratado, os países aceitos como associados poderiam aderir ao bloco como membros após o período de quatro anos de participação na instituição (UNASUL, 2008). Porém, não havia “países associados ainda à Unasul, apenas países observadores: México e Panamá” (LUIGI, 2017, p. 93).

Nery (2016) classifica as propostas da Unasul como noviças, não se encaixando nos moldes tradicionais das demais iniciativas de integração na América do Sul. Para o autor:

A Unasul tem um perfil diferente das outras iniciativas e se aproxima mais de um instrumento de governança regional do que dos padrões clássicos de integração, [...] enfatiza a autonomia política regional e a necessidade de projetar geopoliticamente a América do Sul. (NERY, 2016, p. 67)

O objetivo da Unasul “não é alcançar um bloco comercial coerente no curto prazo, mas ampliar as possibilidades nas áreas de infraestrutura, investimentos e energia, além de outras possíveis, como segurança e defesa, políticas sociais, educação e saúde” (SIMÕES, 2011, p. 49). Calixtre e Barros (2010) afirmam que a Unasul foi estabelecida para atuar na integração econômica da América do Sul por intermédio de três eixos temáticos: a) infraestrutura, a partir da incorporação da IIRSA ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), em 2009; b) finanças, a partir da Nova Arquitetura Financeira Regional (NAFR), criada em 2008; e c) defesa, com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), em 2008.

A NAFR foi desenvolvida em meados da crise de 2008, buscando contribuir para que os países da Unasul a superassem, estando entre os objetivos:

i) diminuir a dependência dos países sul-americanos do dólar; ii) reduzir custos e facilitar a obtenção de divisas para o comércio; e iii) financiar o desenvolvimento econômico da região, buscando autonomia dos órgãos financiadores tradicionais, como o BID e o Banco Mundial. (CALIXTRE; BARROS, 2010, p. 21-22)

Cabe destacar que segurança e defesa estão entre os temas de primordial importância na Unasul. A construção de uma visão sul-americana de defesa permitiria à região uma maior capacidade dissuasória frente a outros países. Para Teixeira Jr. (2010), além da OEA, a América do Sul não tem apresentado projetos robustos que se encarreguem de assuntos de segurança e defesa, por isso a importância da criação do CDS.

Entre os objetivos gerais do CDS publicados no documento “*Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR*”, constam: a) consolidar a América do Sul como uma zona de paz; b) construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, levando

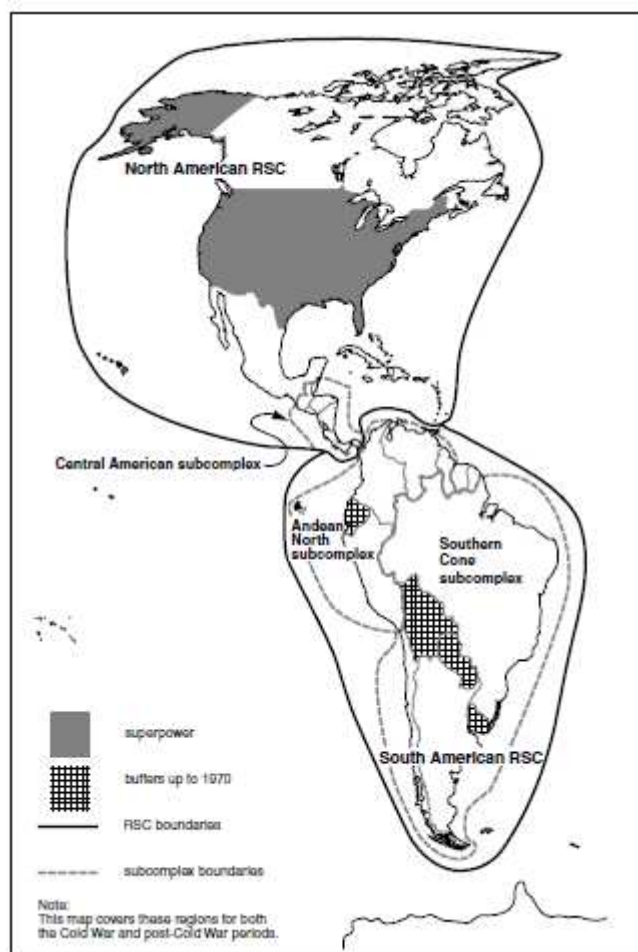
em conta as características sub-regionais e nacionais; e c) gerar consensos para o fortalecimento da cooperação regional em matéria de defesa (UNASUR, 2008).

O documento destaca, entre seus objetivos específicos, a promoção do intercâmbio de informações e análises sobre a situação regional e internacional, com o propósito de identificar alguns fatores potenciais de riscos e ameaças à segurança e à paz regional e mundial; também é destacada a importância do avanço na construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas de defesa e da promoção de diálogo e cooperação com demais países da América Latina e Caribe (UNASUR, 2008).

O intercâmbio e a cooperação no âmbito das indústrias de defesa bem como a cooperação na capacitação militar e no treinamento entre as forças armadas dos países sul-americanos também são ressaltados, assim como a promoção da cooperação acadêmica dos principais centros de estudos em defesa na América do Sul (UNASUR, 2008). Barbosa (2017) contribui alegando que, a partir da criação do CDS, “temas específicos, como os do entorno estratégico (Conselho de Defesa da UNASUL), a defesa das fronteiras, operações de manutenção da paz, Atlântico Sul e África passarão a ter uma coordenação mais efetiva” (BARBOSA 2017, p. 2 apud LUIGI, 2017, p. 125).

Francisco Carlos Teixeira da Silva, citado por Rego-Monteiro (2014), afirmou que o recorte da influência do CDS, conseqüentemente da Unasul, coincide com a proposta dos Complexos Regionais de Seguranças (CRS) elaborados por Buzan e Waeber (2003), conforme ilustrado na Figura 12.

Figura 12: Complexos Regionais de Segurança de acordo com Buzan e Waever (2003)



Fonte: Buzan e Waever (2003).

Embora as questões fronteiriças, de estabilidade regional, desenvolvimento social, guerrilhas e narcotráfico sejam temas recorrentes na região (BUZAN; WAEVER, 2003), o CDS “é proposto como órgão de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa, portanto, não tem poder de intervenção militar” (PAGLIARI, 2010, p. 18).

Por sua vez, a Unasul contou com divergências ideológicas entre seus países membros, sobretudo em relação à posição dos EUA na região. Como demonstra Nery (2016, p. 59), para alguns países, a Unasul é um “lugar de resistência frente ao poder dos Estados Unidos, para outros, trata-se apenas de um foro multilateral de ação coordenada”.

Em seu sentido amplo, o *Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe*, também conhecido como SELA, afirma que a Unasul soma-se:

[...] à criação da Aliança Bolivariana para os Povos das Nossas Américas – o Tratado de Comércio Popular (ALBA-TCP) em 2004, à Aliança do Pacífico em 2012 e à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC em 2011), com os quais o panorama da integração regional mudou por completo, no presente século, devido ao surgimento desses novos mecanismos, que, juntamente com os pré-existentes, como a Comunidade Andina (CAN), a Comunidade do Caribe (CARICOM), o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), representam a consolidação, modernização e aprofundamento da integração da América Latina e do Caribe (ALC). (SELA, 2015, p. 7 apud LUIGI, 2017, p. 87)

Embora o *Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe* (2015), citado por Luigi (2017), defenda que as divergências ideológicas e integracionistas na América do Sul poderiam ser ofuscadas pela Unasul, que é um bloco que integrava todos os países da região, Sierra (2017) afirma que essas divergências ideológicas são antagônicas ao avanço da integração regional.

Por fim, embora a Unasul tenha surgido a partir dos auspícios do regionalismo pós-liberal, fortemente embasado pelos governos de centro-esquerda, é importante destacar que ela se enfraqueceu após uma série de eventos na América do Sul, como o agravamento da crise econômica nos países da região e a transição de governos na Argentina (Cristina Kirchner – Mauricio Macri), no Brasil (Lula da Silva – Dilma Rousseff – Michel Temer) e na Venezuela (Hugo Chávez – Nicolás Maduro). Tais questões serão exploradas mais detalhadamente no item 3.2.

3.1.3 Aliança do Pacífico

Entre as diferentes iniciativas de integração na América do Sul que surgiram após os anos 2000, no início da segunda década do século XXI, mais precisamente em 2011, consolidou-se uma nova proposta de integração que, assim como a Alba, não se limitaria ao continente sul-americano. Batizada de *Aliança do Pacífico*, contando com o Chile, a Colômbia e o Peru, da América do Sul, e o México, da América do Norte, a proposta, embora tenha sido feita em 2011, somente foi formalizada após a ratificação do *Acuerdo Marco*, em 2012, entrando em vigor apenas em 2015 (ORTIZ MORALES, 2017).

Diferentemente dos blocos de integração abordados anteriormente – como a Alba e a Unasul –, a Aliança do Pacífico está ancorada no modelo de regionalismo liberal,

privilegiando o âmbito econômico e comercial (MUÑOZ, 2012). Seus objetivos foram publicados no artigo nº 3 do *Acuerdo Macro*, sendo eles, resumidamente: a) construir uma área de integração profunda¹²⁴ para avançar progressivamente no âmbito da livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas; b) impulsionar maior crescimento, desenvolvimento e competitividade dos países membros, tendo como meta a garantia do bem-estar e da superação das desigualdades econômicas e a inclusão social de seus habitantes; e c) transformar o bloco em uma plataforma de articulação política, econômica e comercial, visando a uma projeção em escala global, tendo como ênfase a região da Ásia, banhada pelo Pacífico (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012).

O bloco visa à criação de uma zona de livre comércio entre os países membros, desenvolvendo políticas para a facilitação comercial e assuntos aduaneiros (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012). Cabe destacar também o artigo nº 9, o qual afirma que o bloco passará a promover iniciativas a partir de interesses regionais para consolidar mecanismos de vinculação com terceiros, tanto com Estados como com organizações internacionais (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012). Segundo a colocação do artigo nº 9, Muñoz (2012, p. 715) defende que a Aliança do Pacífico busca “garantir a autonomia das políticas comerciais estatais, para que cada país possa celebrar acordos de livre comércio – em geral bilaterais – sobretudo com países mais desenvolvidos”.

Villarreal (2016) afirma que a Aliança do Pacífico estabelece requisitos necessários para um país se tornar membro: entre eles estão a democracia, a separação dos três poderes do Estado e a promoção e a garantia dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Além disso, um requisito primordial é que um país membro deva ter um acordo comercial bilateral existente com todos os outros países membros (VILLARREAL, 2016).

Padula contribui alegando que:

Os países da Aliança do Pacífico são economias abertas que vêm firmando unilateralmente TLCs com EUA, países da Ásia (incluindo a China) e a União Europeia, além de participarem do APEC. Tais iniciativas unilaterais dos países andinos do litoral pacífico fizeram com que a Venezuela saísse da Comunidade Andina de Nações (CAN) em 2006, levando também a

¹²⁴ De acordo com Simone Claar e Andreas Nölke (2010, n.p., tradução nossa), “o termo ‘integração profunda’ significa acordos comerciais que não apenas contêm regras sobre tarifas e restrições comerciais não tarifárias convencionais, mas que também regulam o ambiente de negócios em um sentido mais geral. Questões de integração profunda incluem política de concorrência, direitos dos investidores, padrões de produtos, contratos públicos e direitos de propriedade intelectual, por exemplo)”. “The term ‘deep integration’ means trade agreements which do not only contain rules on tariffs and conventional non-tariff trade restrictions, but which also regulate the business environment in a more general sense. Issues of deep integration include competition policy, investor rights, product standards, public procurement and intellectual property rights, for instance” (CLAAR; NOLKE, 2010, n.p.).

questionamentos por parte da Bolívia e do Equador. (PADULA, 2013, p. 10)

A perspectiva de integrar o bloco com economias mais desenvolvidas por meio de TLCs visa também à atração de investimentos e garantir o aumento “da corrente de comércio de bens e serviços, garantindo direitos de propriedade (inclusive propriedade intelectual) e acesso pleno a mercados (inclusive compras governamentais)” (PADULA, 2013, p. 9). No artigo nº 10 do *Acuerdo Marco*, são descritas as normas para Estados Observadores, sendo que tais participantes podem ser admitidos futuramente desde que com a aprovação unânime do Conselho de Ministros (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012). Tendo em vista a Aliança do Pacífico ser um bloco recente, admira-se que ele contenha um número expressivo de Estados observadores: 57 países¹²⁵.

Entre os países observadores, estão os EUA, que, na visão de Padula (2013), Fiori (2014) e Pecequillo (2015), propõem acordos bilaterais de livre comércio com os países do bloco como parte de uma estratégia geopolítica que consiste em possibilitar o avanço das ideias liberais na América do Sul e, em última instância, consolidar, por meio da Aliança do Pacífico, o bloco *Trans-Pacific Partnership (TPP)*, traduzido como Parceria Transpacífico, do qual, entre os países da América do Sul, Chile e Peru já fazem parte. O Tratado Transpacífico foi uma iniciativa de livre comércio capitaneada pelos EUA, durante o governo Obama, e que visava a abarcar países desenvolvidos e em desenvolvimento na região do Pacífico, excluindo a China¹²⁶. Essa questão será mais abordada no próximo capítulo.

Concluindo, a Aliança do Pacífico, diferentemente da Alba e da Unasul, não se enquadra na linha do *Regionalismo Pós-liberal*: pelo contrário, ela resgata aquele pensamento de *Regionalismo Aberto*, também chamado de *Novo Regionalismo*, que imperou na América do Sul nos anos de 1990. Enquanto a Alba e a Unasul visam a projetos revisionistas de caráter autônomo em relação às potências econômicas, a Aliança do Pacífico objetiva a promoção do livre comércio, assim como a atração de investimentos, sobretudo de países desenvolvidos, a exemplo dos EUA. Esse país do Norte possui TLCs com todos os países sul-americanos do bloco, sendo essa iniciativa de grande interesse do Congresso estadunidense “por causa do

¹²⁵ Devido ao grande número de Estados Observadores, não foram citados todos ao longo do texto e, para mais detalhes, consultar: <<https://alianzapacifico.net/en/observant-countries/>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

¹²⁶ Vale salientar que, embora o bloco tenha sido firmado pelo ex-presidente Barack Obama, em 2016, o presidente Donald Trump retirou os EUA do TPP em 2017.

papel dos Estados Unidos como país observador e também por causa dos fortes vínculos entre os Estados Unidos e os países membros” (VILLARREAL, 2016, n.p., tradução nossa)¹²⁷.

Ainda sobre as diferenças em relação à Alba e à Unasul, a Aliança do Pacífico não visa a se limitar ao continente latino-americano como a Alba, ou sul-americano como a Unasul, pois a iniciativa tem como um de seus princípios norteadores a aproximação com os países da Ásia-Pacífico por meio da integração econômica e comercial (VILLARREAL, 2016).

3.2 Os desafios para a integração na América do Sul durante o período da gestão de Barack Obama

Os debates sobre o destino da integração na América do Sul apresentam diferentes pontos de vistas, mas seu futuro ainda é uma incógnita. Vários pontos devem ser levados em consideração ao se analisar esse tema tão delicado, como os diversos projetos de integração que, muitas vezes, passam a esbarrar no objetivo de outro bloco; a heterogeneidade econômica entre os países da região; o compromisso dos países com os acordos firmados; questões burocráticas; as diferentes posturas assumidas pelos países em relação a potências extrarregionais, sobretudo os EUA; os objetivos propostos pelos blocos regionais e as capacidades dos países em colocá-las em prática; entre outros exemplos.

Para Veiga e Ríos (2007, p. 28), “esse duplo movimento – a redução da importância da dimensão comercial da integração e a ampliação da agenda indo mais além dos limites da temática econômica – coloca desafios não triviais para o regionalismo pós-liberal”. A própria elaboração do CDS, embora tenha assumido um papel importante, ainda passa por obstáculos para sua consolidação.

Abdul-Hak (2013) afirma que a presença dos EUA na região seria um agravante para a consolidação do CDS. Embora a hegemonia de Washington tenha diminuído na América do Sul, sobretudo após a sua política externa se direcionar para o Oriente Médio durante o governo Bush e mantendo-se no governo Obama, autores já citados neste trabalho, como Guimarães (2007) e Moniz Bandeira (2008), reafirmam a importância geopolítica da América do Sul para os EUA, enfatizando a necessidade da aquisição dos recursos

¹²⁷ “[...] because of the role of the United States as an observer country and also because of the strong linkages between the United States and the member countries” (VILLARREAL, 2016, n.p.).

energéticos sul-americanos, como o petróleo venezuelano, e da importância comercial da região com o país do Norte. Ainda que a China tenha se tornado o principal parceiro comercial de vários países da América do Sul, os EUA permanecem como um tradicional importador de *commodities* e exportador de tecnologias para a região.

Entre algumas questões que podem ser destacadas sobre a presença dos EUA na região, especialmente em relação ao CDS, estão os acordos militares com a Colômbia assim como a potencial reativação da IV Frota. No ano de 2009, após o fechamento da base estadunidense de Manta, no Equador, por decisão do presidente Rafael Corrêa, os EUA, sob o comando do presidente Barack Obama, tentaram costurar um acordo com a Colômbia para a utilização de sete bases em seu território, com o discurso de combater o narcotráfico.

Tal fato gerou grandes debates e intrigas entre os países da Unasul, pois a maioria deles – como o Brasil e a principalmente a Venezuela – interpretaram esse acordo como uma atitude hostil dos EUA, sendo uma ameaça à soberania dos países da região, em especial por conta do acesso à polêmica base de Palanquero¹²⁸.

Ainda no tocante às dificuldades de integração regional a partir da consolidação do CDS, estaria a integração dos parques industriais de defesa, que é um dos objetivos da entidade. Como demonstra Abdul-Hak (2013, p. 223), “a indústria de defesa sul-americana concentra-se no Cone Sul – mais especificamente, no Brasil, no Chile e na Argentina”, com uma significativa vantagem do Brasil.

Sobre as indústrias de defesa desses países, convém frisar que a potencialidade delas caiu drasticamente. Na produção de blindados, destacavam-se a brasileira ENGESA, que chegou a ser a maior produtora de blindados do mundo (BITZINGER, 1999 apud VILELA, 2009), a argentina TAMSE e a chilena FAMAE. Atualmente a indústria de blindados “foi reduzida à condição de prestadora de serviços de manutenção, sem maior capacidade de produção” (ABDUL-HAK, 2013, p. 225).

No campo de artilharia, na América do Sul, apenas a brasileira AVIBRÁS atua (ABDUL-HAK, 2013)¹²⁹. A empresa vem desenvolvendo um sistema de lançamento de mísseis e foguetes, batizado de ASTROS 2020, projeto com início em 2012 e com previsão de finalização em 2023 (GABINO, 2018). O Programa Estratégico ASTROS 2020 foi resultado de um acordo entre a AVIBRÁS e o Exército Brasileiro e tem por objetivo:

¹²⁸ Esse tema será abordado no capítulo 4 deste trabalho ao analisarmos a política externa do governo Obama para a América do Sul.

¹²⁹ Durante o governo do General Pinochet, a empresa chilena FAMAE também desenvolveu um sistema de artilharia de foguetes, denominado *Rayo*, mas nem o exército chileno teve interesse em comprá-lo (SOHR, 2003 apud VILELA, 2009, p. 159).

[...] ampliar a capacidade da Força Terrestre Nacional com um sistema tecnologicamente superior, de alta referência de desempenho e confiabilidade operacional, está desenvolvendo o Míssil Tático de Cruzeiro (AV-TCM), com tecnologia 100% nacional, desde a sua concepção, projeto de engenharia, protótipos e fabricação. A empresa também fornecerá novas viaturas na versão MK-6, constituídas por lançadoras, viaturas de comando e controle, meteorológicas, de apoio ao solo e remuniadoras. (DEFESANET, 2018, n.p.)

De acordo com Vilela (2009), na América do Sul, a indústria naval de defesa é representada por estaleiros localizados no Brasil, na Argentina, no Chile e no Peru, tendo como destaque a estatal brasileira, EMGEPRON, ligada à Marinha do Brasil. Essa empresa tem capacidade para desenvolver e gerenciar projetos de construção e modernização de embarcações militares, inclusive de submarinos convencionais (VILELA, 2009, p. 159). Cabe salientar o “domínio brasileiro da tecnologia de produção de urânio enriquecido, para uso em um eventual submarino de propulsão nuclear” (ABDUL-HAK, 2013, p. 225).

Ainda de acordo com Abdul-Hak (2013), a indústria aérea é mais competitiva no mercado externo graças à EMBRAER. A empresa possui um amplo mercado que vai além da América do Sul, em especial com a produção da aeronave Super Tucano. Em um relatório publicado pelo SIPRI, entre as cem maiores indústrias bélicas do planeta, em 2017, a EMBRAER ficou classificada em octogésimo quarto lugar, sendo a única indústria citada da América do Sul (FLEURANT et al., 2018). Teixeira (2019, p. 291) afirma que, “apesar da empresa brasileira ter sido privatizada nos anos 1990, ela ainda concentrava suas operações industriais no Brasil, contando com a fabricação de parte de suas aeronaves também na China, Portugal e EUA”.

Sendo assim, fica clara a deficiência das indústrias bélicas sul-americanas, tendo apenas o Brasil como potencial destaque. De acordo com o relatório publicado pelo SIPRI sobre os vinte e cinco maiores exportadores de equipamentos militares no mundo de 2013 a 2017, o Brasil apareceu em vigésimo quarto lugar, com 0,2% das exportações mundiais, tendo como principais clientes a Indonésia, o Afeganistão e Angola (WEZEMAN et al., 2018).

Na América do Sul, os investimentos no setor de defesa são relativamente baixos; entre os países que mais gastaram recursos nessa área, o Brasil possui uma diferença esmagadora em relação aos demais, como demonstra a tabela 9.

Tabela 9: Gastos militares dos países sul-americanos entre 2009-2016 (em milhões de dólares constantes de 2017)

País	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Argentina	4.610 *	4.562 *	4.497 *	4.441 *	4.976*	5.148 *	5.098 *	4.960 *	38.292 *
Bolívia	511	472	523	617	659	691	611	566	4.650
Brasil	26.36 9	29.28 3	28.36 4	28.91 0	29.067	29.64 8	28.96 1	27.49 1	228.09 3
Chile**	4.293	4.831	5.149	4.832	4.883	4.970	4.957	5.121	39.036
Colômbia	8.921	8.853	8.241	8.821	9.605	9.473	9.522	9.388	72.824
Equador	2.505	2.598	2.914	2.927	3.010** *	2.959	2.653	2.524	22.090
Guiana*** *	35.8	34.5	34.3	34.7	35.9	40.0	47.7	52.7	315.6
Paraguai	210	232	265	303	333	352	386	359	2.440
Peru	2.171	2.364	2.410	2.702	3.114	3.085	3.440	2.695	21.981
Uruguai	847	925	899	980	1.029	1.062	1.077	1.104	7.923
Venezuela	1.042	962	1.136	1.341	1.597	954	725*	389*	8.146

Fonte: Military expenditure by country, in constant (2017) US\$ m., 1988-2018, SIPRI (2019)

Organização: Brigola (2019).

Notas: * Dados dotados de incerteza

** Valores referentes ao orçamento adotado e não às despesas reais

*** Estes valores são estimativas do SIPRI

**** Não incluem valores de gastos com pensões militares

De acordo com dados da Tabela 9, entre os anos de 2009 e 2016, o Brasil representou aproximadamente 51% dos gastos em defesa na América do Sul. Porém, nos anos de 2015 a 2016, as crises econômicas enfrentadas pelo país impactaram nos gastos em defesa, chegando a cair em sua posição no ranking mundial. O Brasil ocupava a décima segunda posição entre os países com as maiores despesas militares em 2015, passando a ocupar a décima terceira posição em 2016 (TIAN et al., 2017).

A Colômbia apareceu em segundo lugar, com aproximadamente 16% dos gastos, sua posição de destaque no continente provavelmente se deu pelo empenho do governo no combate às guerrilhas do narcotráfico. Porém, as importações de armas na Colômbia diminuíram 19% de 2012 a 2016 em comparação com o período de 2007 a 2011. A razão da

queda foi o processo de paz do governo colombiano com as FARC (FLEURANT et al., 2017).

O Chile ficou em terceiro lugar, com aproximadamente 9%, amparado pela Lei Reservada do Cobre, a qual “estabelece o repasse às Forças Armadas de 10% das vendas da estatal Codelco, a maior produtora mundial de cobre” (ESTADO DE MINAS, 2017, n.p.).

A Argentina apareceu em quarto lugar, também com 9% dos gastos, mas com valores em dólares pouco abaixo do Chile. De acordo Matos (2016), entre os anos de 2005 e 2015, a Argentina foi o país que apresentou o maior incremento no orçamento de defesa da América do Sul (em dólares constantes de 2014).

Na sequência aparecem Equador e Peru, com 5% cada, mas com uma pequena vantagem do Equador. Ambos apresentaram decréscimos em seus orçamentos a partir de 2014, devido à diminuição das receitas governamentais motivadas pela queda da exportação do petróleo (TIAN et al., 2017).

A Venezuela apresentou 2% dos gastos em defesa durante o período analisado. Matos (2016) afirma que o país teve uma descontinuidade em seu incremento no orçamento de defesa, que teve força até o ano de 2008, pois naquele período o cenário era favorável com elevados preços do petróleo e uma política interna com orientação para o fortalecimento militar. De acordo com os relatórios do SIPRI, o país, devido às quedas nos preços do petróleo a partir de 2014, apresentou cortes em seu orçamento militar de 64% em 2015 (PERLO-FREEMAN et al., 2016) e que, em 2016, suas importações de armas foram de apenas 1,7% do total para o período de 2012 a 2016 (FLEURANT et al., 2017). Porém, ainda nos anos de 2012 a 2016, a Venezuela ocupou a décima sétima posição de maior importador de armamentos do mundo (FLEURANT et al., 2017) e foi o maior importador de armas da América do Sul por dez anos (2008-2017), tendo como principais fornecedores a Rússia e a China (WEZEMAN et al., 2018).

Atrás da Venezuela ficaram Uruguai, também com 3% dos gastos, mas com valores inferiores a Caracas, e Bolívia, Paraguai e Guiana, que somados representaram 1% dos gastos em defesa.

É importante frisar que a maior parte dos gastos em defesa na América do Sul não tem como destino o investimento em suas indústrias nacionais ou aquisição de novos equipamentos, mas, sim, o pagamento de gastos com pessoal, incluindo aposentadoria e pensões, como demonstra a Tabela 10. Os países que tiveram maior número em gastos na última década com aquisição ou intenção de aquisição de novos equipamentos foram o Brasil, o Chile, a Colômbia e a Venezuela, estando entre esses equipamentos “aviões de combate

modernos; aviões não tripulados; sistemas de mísseis ar-ar, ar-terra e superfície-ar; helicópteros de ataque; submarinos convencionais; fragatas e corvetas; tanques e outros veículos de combate” (ABDUL-HAK, 2013, p. 188).

Tabela 10: Porcentagem da distribuição do orçamento em defesa dos países da América do Sul (2008-2016)

País	2008		2010		2012		2014		2016	
	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I
Argentina	78,7	3,1	75,4	3,1	76,4	3,9	78,4	2,3	80,8	2,4
Bolívia	62,1	5,2	62,2	5,8	63,6	3,7	63	5	66,1	3
Brasil	70,3	10,9	71,6	14	70	14	67,6	12,6	74,7	9,4
Chile	50,5	31,6	58,4	24	59,6	21,9	60,4	19,7	67,1	11,7
Colômbia	43,9	25,5	48,8	14	49,3	11,3	49,8	11,9	56,2	5,5
Equador	78,6	1,8	74,4	15,3	81,4	7,2	75,9	8,7	83,7	6,7
Paraguai	84	5,7	81,8	7,1	69,7	18,3	82,3	7,4	83,9	5,6
Peru	47,6	7,9	48,5	14,9	48,4	24,9	51,8	23,3	56,3	24,5
Uruguai	73,8	5,4	79,7	5,8	80	3,3	81	3,1	85,9	1,7
Venezuela	76,7	2,3	82,5	1,6	48,6	40,9	49,4	34,3	69,1	4,3

Legenda: P – Gastos com pessoal; I – Gastos com investimentos e novas aquisições
 Fonte: RESDAL: Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina y Caribe (2016)
 Organização: Brigola (2019)

Ademais, as aquisições de equipamentos dos países sul-americanos são, em sua grande maioria, de mercados externos, sendo muito baixas as transações entre países da região. Dagnino e Campos Filho (2007, p. 35) alegam que, em 1987, as Forças Armadas dos países da América do Sul “não se interessaram em absorver a produção local até então orientada ao mercado externo, e continuaram importando os itens mais intensivos em tecnologia que nunca foram produzidos internamente”.

Com relação aos fornecedores de equipamentos de defesa aos países da América do Sul, a tabela 12 demonstra que os EUA – o tradicional fornecedor para a região –, a França e o Reino Unido perderam mercados no continente, sendo que eram praticamente

predominantes durante a Guerra Fria. Nos últimos anos, esses países passaram a concorrer com a Alemanha, a China e a Rússia, bem como com a Coreia do Sul, Espanha, Israel e Itália, ainda que com volumes mais modestos (TEIXEIRA, 2019).

Tabela 11: Países exportadores de armamento para a América do Sul entre 2008 e 2018 (em unidades)

País	Aviões	Helicópteros	Mísseis	Blindados	Navios	Valores Totais ¹³⁰
Alemanha	10	4		755	10	1.469
China	41	6	384	305		658
Coreia do Sul	28		16		23	261
Espanha	30			15	8	558
EUA	54	224	653	238	1	1.618
França	17	76	78	15	15	720
Israel	15		3.001	7		609
Itália	4	22	100	16		442
Reino Unido		10	200		8	310
Rússia	24	117	7.128	438		3.496
TOTAL	223	459	11.560	1789	56	10.141

Fonte: Teixeira (2019)

Embora os EUA ainda dominem a venda de aviões e helicópteros para a região, entre 2008 e 2018, a Rússia foi o país que mais vendeu equipamentos, em especial mísseis. Entre os anos de 2012 e 2016, a Rússia respondeu por 34% das entregas para a América do Sul, seguida pelos EUA, com 16%, e pela França, com 8,1% (FLEURANT et al., 2017).

Desde o início do século XXI, países como Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela adquiriram equipamentos russos, porém, a Venezuela e o Peru são os países da América do Sul que mais possuem equipamentos de fabricação russa em seus inventários, enquanto os demais países mantiveram seus tradicionais fornecedores, adquirindo a maior parte de seus materiais dos EUA e da Europa, em especial o Chile. (GAMA NETO, 2018). Entre 2012 e 2016, a Venezuela recebeu cerca de 5% das exportações de armamentos russos no mundo (FLEURANT et al., 2017) e foi o país da América do Sul que mais comprou equipamentos de Moscou.

¹³⁰ Valores em milhões de dólares.

A China, que já se mostrava como um grande parceiro comercial dos países da América do Sul, passou a integrar, em sua agenda de exportação para a região, equipamentos de defesa. Entre 2012 e 2016, a China ficou com o terceiro lugar dentre os exportadores de armamentos do mundo, ficando atrás dos EUA e da Rússia (FLEURANT et al., 2017). Na América do Sul, os países que, no período, possuíam governos de esquerda foram os principais compradores da China, tendo como destaque a Argentina, a Bolívia, o Equador e a Venezuela, segundo Gama Neto (2018). Ainda de acordo com o autor:

A compra de material bélico chinês parece ocorrer, principalmente, por questões de preço, eles são mais baratos que os ocidentais e russos, e políticos, os chineses não estabelecem qualquer restrição por causa do regime político do país. Um fato importante para o aumento das vendas tem sido o oferecimento de financiamento via bancos estatais, principalmente o *China Export and Credit Insurance Corporation* (Sinasure) e o *Export-Import Bank of China* (China Exim Bank), para a compra destes materiais. (GAMA NETO, 2018, p. 183-184)

A Coreia do Sul é um país que também se aproximou da América do Sul para o comércio de equipamentos militares, tendo como destaque a exportação de navios. O país se consolidou como um importante fornecedor desses equipamentos a partir de 2012, tendo Colômbia e Peru como seus primeiros compradores (GAMA NETO, 2018). A estratégia adotada por Seul é baseada na doação de equipamentos usados acompanhada de uma venda de novos equipamentos posteriormente (MAHARAJ, 2017).

Para Teixeira:

É necessário notar que uma parcela dos equipamentos vendidos pelas nações extra-regionais fornecedoras dos membros do CDS da UNASUL passou a ser fabricados nos países da região. É o caso dos submarinos vendidos pela França ao Brasil, dos navios e aeronaves sul-coreanos comprados pelo Peru, e da fabricação venezuelana de armas leves russas. Em todos esses casos houve a transferência de tecnologias sensíveis, que permitiram aos países compradores avançar na fabricação de itens próprios. (TEIXEIRA, 2019, p. 290)

Essa questão sobre a grande dependência de mercados externos e os baixos trâmites comerciais entre países sul-americanos na área de defesa pode ser interpretada de dois modos: o primeiro é que, com uma tímida exceção do Brasil, que se apresenta como figura central no mercado de defesa sul-americano (DAGNINO; CAMPOS FILHO, 2007), “a

indústria regional não atende às demandas das Forças Armadas locais” (ABDUL-HAK, 2013, p. 225); em segundo lugar, as antigas rivalidades entre alguns países fazem com que eles evitem comprar armamentos de vizinhos.

De acordo com Teixeira:

Considerando as indústrias nacionais e as parcerias com empresas externas ao subcontinente, a América do Sul conta com a capacidade de produção de navios de superfície (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru), Submarinos (Argentina, Brasil e Chile), veículos blindados (Brasil e Argentina), aeronaves de treinamento (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia), aeronaves de transporte (Brasil), helicópteros (Brasil), mísseis (Brasil), armamento leve (Brasil, Chile e Venezuela). Considerando todas as possibilidades em conjunto, os membros do Conselho de Defesa Sul-Americano teriam condições de fornecer uma parcela significativa das necessidades de equipamentos de defesa. No entanto, como observado, nos dez anos de sua existência, comemorados em 2018, o CDS ainda não foi capaz de alinhar as capacidades com os requerimentos de seus membros, tornando sem efeito as diretrizes anunciadas. (TEIXEIRA, 2019, p. 290-291)

Nesse sentido, os fluxos das vendas de materiais de defesa entre os países da região continuam baixos mesmo com as propostas do CDS de ampliar a interação dos países nessa área (TEIXEIRA, 2019). O desenvolvimento das indústrias de defesa dos países da América do Sul, em conjunto com o avanço da integração sul-americana em matéria de defesa, contribuiria para a redução de temores de uma corrida armamentista na região, assim como diminuiria a dependência externa na aquisição de equipamentos (ABDUL-HAK, 2013). A integração poderia “estimular também a produção de meios comuns aos operadores sul-americanos, o que, além de gerar uma economia de escala, poderá contribuir para o desenvolvimento de uma doutrina comum” (VILELA, 2009, p. 167).

No âmbito econômico, os obstáculos à integração também aparecem. Desiderá Neto (2011, p. 75) frisa que a gama de divergências ideológicas existentes entre os países é “percebida com a detecção da presença de diversos processos de integração simultâneos no continente sul-americano”. O Quadro 6 esboça os diferentes arranjos de integração na América do Sul, com seus respectivos países participantes.

Quadro 6: Participação dos países sul-americanos em arranjos de integração regional

Blocos	Países											
	Arg	Bra	Par	Uru	Ven	Bol	Equa	Per	Col	Chi	Gui	Sur
Mercosul	X	X	X	X	X							
CAN						X	X	X	X			
Caricom											X	X
Aliança do Pacífico								X	X	X		
Alba					X	X	X					
Unasul	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
TLC com EUA								X	X	X		

Fonte: Desiderá Neto (2011).
Organização e atualização: Brigola (2019).

A única organização que é contemplada por todos os países da América do Sul é a Unasul, que pouco avançou no âmbito comercial. Na visão de Simões (2018), seria justamente esse âmbito o catalisador de uma concentração potencial dos demais blocos de integração no subcontinente americano. Contudo, a região estava fragmentada, segundo Desiderá Neto (2011), em quatro subgrupos distintos, sendo eles: o mercosulista, o bolivariano, o liberal e o caribenho.

O subgrupo mercosulista era encabeçado principalmente pelo Brasil e pela Argentina; a Venezuela liderava o bloco bolivariano, embora tenha se tornado membro do Mercosul em 2012; o subgrupo liberal era representado pelos países da CAN e pela recente Aliança do Pacífico, enquanto o Caribenho era representado pelo Caricom.

Os subgrupos liberal e bolivariano surgiram de uma divergência ideológica do bloco CAN (DESIDERÁ NETO, 2011). O Chile já deixara o bloco quando este ainda se chamava Pacto Andino, em 1977, devido às políticas de liberalização comercial adotadas durante o regime do general Augusto Pinochet (BRESSAN; LUCIANO, 2018), vindo a firmar em 2011 sua adesão à Aliança do Pacífico. A Venezuela, por sua vez, mergulhada em seu ideal bolivariano e anti-imperialista, deixou o bloco em 2006, após o Peru e a Colômbia firmarem os TLCs com os EUA, e assinou, nesse mesmo ano, o protocolo com o Mercosul que lhe garantia naquele período o status de “membro pleno em processo de adesão” (ALMEIDA, 2008), sendo aceita como membro pleno do bloco em 2012.

Porém, com as conturbadas crises internas na Venezuela e seu descumprimento dos prazos do Mercosul em relação aos acordos e normas, o governo de Caracas foi impedido pelos membros fundadores de assumir a presidência do bloco em 2016. Foram publicados em

2016, no *site* de notícias G1, as normas e os acordos que, segundo o Itamaraty, não foram incorporados ao ordenamento jurídico da Venezuela, sendo eles:

- Acordo de Complementação Econômica nº 18 (1991), que convencionou um programa de liberação comercial conjunto;
- Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul (2005), que estabelece que nos países do bloco deve haver a plena vigência das instituições democráticas e o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais;
- Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul (2002), que estabelece que os habitantes de um país membro podem obter residência legal em outro país membro do bloco. (G1, 2016a, n.p.)

Além disso, no ano de 2017, o país chegou a ser afastado do bloco, acusado pelos países membros de descumprir o Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no Mercosul, segundo o qual “toda ruptura da ordem democrática constitui obstáculo inaceitável para a continuidade do processo de integração” (MERCOSUL, 2017, n.p.).

Nesse sentido, o antigo bloco da CAN, estava dividido da seguinte maneira:

[...] Colômbia e Peru, com o acordo bilateral com os Estados Unidos e com adesão à Aliança do Pacífico, perseguem antigos objetivos de abertura comercial e estreitamento dos laços com a potência do norte e maior inserção no mercado Ásia-Pacífico. Seguindo outra direção, os governos da Bolívia e Equador conformaram a ALBA antes mesmo da criação da Aliança do Pacífico, e se alinharam ao protagonismo venezuelano e a seus ideais *bolivarianos*. (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p. 72)

Sierra (2017) alertou sobre o posicionamento da Venezuela enquanto líder da Alba, em contraponto aos ideais da Unasul. Na visão do autor, a elevada carga ideológica da iniciativa bolivariana resultou em pouco avanço na construção de um cenário de multilateralismo colaborativo com países que não se enquadram em seu viés ideológico, tornando-se um bloco excludente, sobretudo em relação aos EUA.

De modo contrário, a Unasul visava a uma política de caráter autônomo e não antagônico. Esse revisionismo antagônico de Caracas chegou a ser criticado até mesmo pelo ex-presidente brasileiro Lula – o mais próximo de Chávez dentre os demais presidentes que o sucederam – pelo fato de que o principal comprador do petróleo da Venezuela eram os próprios EUA (SIERRA, 2017).

Veiga e Rios (2007) alegaram que o então projeto da Unasul interessaria ao governo de Caracas na medida em que ele pudesse, através dela, difundir seu modelo político doméstico e externo na América do Sul, aos moldes da Alba. Ainda segundo os autores:

A ALBA é um exemplo eloquente do que resulta da combinação de nacionalismo econômico com extrema politização da agenda da integração. Dificilmente a CSAN (UNASUL) iria nessa mesma direção, dada a diversidade de visões e interesses dos países que participam desse projeto e, nesse caso, a tentativa de instrumentalizar o projeto de integração levaria muito provavelmente ao distanciamento dos países menos identificados com propostas nacionalistas. (VEIGA; RIOS, 2007, p. 30)

Nessa perspectiva, Santos (2016, p. 244) defende que a Unasul não deve “ser vista como o apogeu de uma convergência política entre governos identificados com a *onda progressista*¹³¹ no subcontinente, mas pode ser interpretada como uma entre diversas iniciativas brasileiras que limitaram o alcance geopolítico da ALBA”. Santos (2016), ao citar Kenneth Ramírez (2015), diretor do Conselho Venezuelano de Relações Internacionais, ainda frisa que, do ponto de vista brasileiro, a Venezuela chavista sempre foi uma “pedra no sapato” da Unasul.

Mesmo com as diferenças pontuais entre o Brasil e a Venezuela, durante os governos de Lula e Chávez, esses países faziam valer na Unasul uma vontade política direcionada aos interesses da América do Sul, vontade que foi se deteriorando após a saída desses governantes (DAZA; VOLLENWEIDER, 2017).

Uma série de eventos afetou a integração sul-americana que vinha se constituindo: no Brasil, o final da presidência de Lula (2003-2011) e a posterior destituição de Dilma Rousseff, seguida da posse de seu vice, Michel Temer, em 2016, durante uma crise econômica no país; na Venezuela, a morte de Hugo Chávez, em 2013, acompanhada da instabilidade interna no país durante o governo de seu sucessor, Nicolás Maduro; e, na Argentina, a mudança de governos de centro-esquerda para um governo de pauta liberal, com a saída de Cristina Kirchner e a ascensão de Mauricio Macri, em 2015. Esses foram fatores que afetaram diretamente a cooperação sul-americana e contribuíram para a debilidade institucional da Unasul (BIRLE, 2018).

Cabe sublinhar que o Brasil perdeu força como líder regional durante a gestão de Dilma Rousseff por causa de diversas crises ocorridas em seu governo e porque sua gestão

¹³¹ O termo *onda progressista*, a que se refere o autor, faz alusão aos governos de centro-esquerda que estiveram em ascensão na América do Sul após os anos 2000.

priorizou as questões internas em detrimento da política externa (LIMA, 2018). O primeiro mandato da ex-presidente (2011-2014) foi classificado por Cervo e Lessa (2014 apud Lima, 2018, p. 344) como o “declínio do Brasil nas relações internacionais”.

De modo semelhante, Vaz, Fuccile e Rezende defendem que:

O argumento principal para explicar tais mudanças se baseia na análise do papel brasileiro na UNASUL e CDS. Como ex-candidato hegemônico regional, de 2008 a 2013, o Brasil teve um papel fundamental para a criação e os resultados positivos de tais institucionalizações regionais. No entanto, o surgimento da crise econômica e política brasileira em 2014 levaram a uma rápida retração política, induzindo a UNASUL e a CDS com fraquezas institucionais e políticas. (VAZ; FUCCILE; REZENDE, 2017, p. 2, tradução nossa)¹³²

Ainda, Birle (2018) enfatiza as demais deficiências apresentadas não apenas pela Unasul, mas também pelas organizações regionais da América Latina em seu conjunto, sendo elas: a baixa autoridade na tomada de decisões e a estreita margem de ação; o predomínio das diplomacias presidenciais na política externa, deixando pouco espaço para aspirações supranacionais¹³³; uma baixa eficiência de regras e normas regionais no que tange ao comportamento dos Estados e governos; assim como uma alta tolerância ao descumprimento de acordos multilaterais.

O bloco Aliança do Pacífico, para alguns autores como Padula (2013) e Simões (2018), também era visto como um possível problema para a integração regional no âmbito econômico, por resgatar o viés neoliberal e por estreitar laços de abertura comercial com grandes economias. O bloco possui uma estratégia comum para que economias de países subdesenvolvidos de caráter liberal se integrem com economias mais avançadas (PADULA, 2013), sendo que atualmente a bacia do Pacífico se consolidou como epicentro da economia global, justamente por englobar economias de grande dimensão, como os EUA, a Austrália, o Canadá, o Japão e a China (SIMÕES, 2018).

¹³² “The key argument to explain such changes rely on the analysis of the Brazilian role towards UNASUR and the SADC. As a former regional hegemonic candidate, from 2008 to 2013, Brazil’s role was quintessential for the creation and positive results of such regional institutionalizations. Nevertheless, the emergence of the Brazilian economic and political crises in 2014 led to a quick political retrenchment, inducing UNASUR and the SADC with institutional and political weaknesses” (VAZ; FUCCILE; REZENDE, 2017, p. 2).

¹³³ Sobre esse ponto, Birle (2018) destaca o período em que Lula e Chávez presidiam seus países. O autor frisa que, após o fim dos governos de ambos, ocorreu um vácuo de liderança não apenas na América do Sul, mas na América Latina, o que demonstrou o quão limitado é o escopo da ação das organizações na região.

Os países da Aliança do Pacífico representavam 38% do PIB da América Latina e, em conjunto, eram a oitava economia mundial (RFI, 2018). De acordo com os dados fornecidos pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), considerando toda a América Latina, “Chile, México e Colômbia foram, respectivamente, o primeiro, segundo e terceiro maior investidor estrangeiro da região em 2014 (excluindo os centros financeiros do Caribe)” (HERREROS, 2016, n.p.).

Para Simões (2018), a Aliança do Pacífico, além de procurar expandir o livre comércio na América do Sul por meio de uma frente liberal, busca também atenuar a influência dos principais atores regionais, como Brasil, Argentina e Venezuela. Sobre isso, o autor lembra que três países do Mercosul, Argentina, Paraguai e Uruguai, já são países observadores do bloco voltado ao Oceano Pacífico.

Corrêa (2015), em uma publicação no jornal espanhol *El País*, discute que, por meio da Aliança do Pacífico, naquele período:

A América do Sul, porém, em lugar de se fortalecer, passou a correr o risco de se fragmentar em grupos diferenciados: um que se agrupa em torno do Pacífico, envolvendo o Chile, o Peru e a Colômbia, juntamente com o México (a Aliança do Pacífico); e outro que continua a girar em torno de um Mercosul crescentemente debilitado, mais a Bolívia e o Equador. Configurou-se, assim, conforme já foi dito, uma nova linha de Tordesilhas no espaço sul-americano. (CORRÊA, 2015, n.p.)

A bem da verdade, ao analisar o ponto de vista de Corrêa (2015), é possível dizer que, com as diversas organizações regionais fragmentadas que existem na América do Sul e com a Aliança do Pacífico, a tendência seria aumentar ainda mais as divergências de posições econômicas na região. Ainda sobre o bloco em questão, José Luis Fiori (2014, n.p.) afirma que a Aliança do Pacífico teria para os EUA um viés muito mais estratégico. Após a falha do bloco de livre comércio extenso a toda a região, como a ALCA, os Estados Unidos passaram a dar preferência a blocos com um número seletivo de países (em especial os países andinos), assim como à ratificação de acordos bilaterais de livre comércio. Uma das preocupações centrais da política externa dos Estados Unidos sempre foi evitar o surgimento de uma América do Sul integrada, com identidade própria, capaz de se contrapor à tradicional política estadunidense de balcanização do subcontinente (NERY, 2016, p. 61).

Neste sentido, o apoio à Aliança do Pacífico tratava-se basicamente de uma pequena fatia do verdadeiro projeto econômico do ex-presidente estadunidense Barack

Obama para a região do Pacífico, o “*Trans-Pacific Partnership*” (TPP), que foi assinado por ele em 2016, mas que Donald Trump revogou em 2017.

De acordo com o Departamento de Estado dos EUA, o país desfrutava de:

[...] relações econômicas fortes e produtivas e de um acordo de livre comércio com cada país membro da Aliança do Pacífico. Nossa participação como observador é uma extensão natural das relações econômicas existentes e de nossos esforços cooperativos sob os membros da Parceria Trans-Pacífico com a Aliança, Chile, Peru e México. (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2013a, n.p., tradução nossa)¹³⁴

Washington, de fato, promoveu a fragmentação em diferentes projetos de integração na América do Sul, abrindo espaço político para a sua projeção e hegemonia hemisférica (PADULA, 2013; NERY, 2016). Porém, Zibechi (2013) alega que a questão é muito mais complexa do que observar os reveses da integração regional apenas pela ótica da política de balcanização de Washington para a região. No tocante à rivalidade entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul, o autor alega que o Mercosul possui limitações causadas pela concorrência entre os membros do bloco, sendo um problema de caráter interno e não ligado à criação da Aliança do Pacífico. De acordo com ele:

[...] os quatro países que o criaram (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) exportam os mesmos produtos (soja e carne) para os mesmos mercados. Com essa estrutura de exportações, não há integração possível, que só pode ser forjada com base na complementação produtiva. Por outro lado, e intimamente ligada ao exposto, a disputa em curso entre o Brasil e a Argentina sobre suas exportações industriais (indústrias automotiva e de eletrodomésticos) está atrapalhando a aliança regional. Todo produto argentino que entra no Brasil faz com que diminuam empregos e vice-versa. Os acordos comerciais existentes e a opção de integração ainda não resultaram na criação de indústrias capazes de se complementarem. (ZIBECHI, 2013, n.p., tradução nossa)¹³⁵

¹³⁴ “The United States already enjoys strong and productive economic relations and a free trade agreement with each Pacific Alliance member country. Our participation as an observer is a natural extension of those existing economic relationships and our cooperative efforts under the Trans-Pacific Partnership with Alliance members Chile, Peru, and Mexico” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2013a, n.p.).

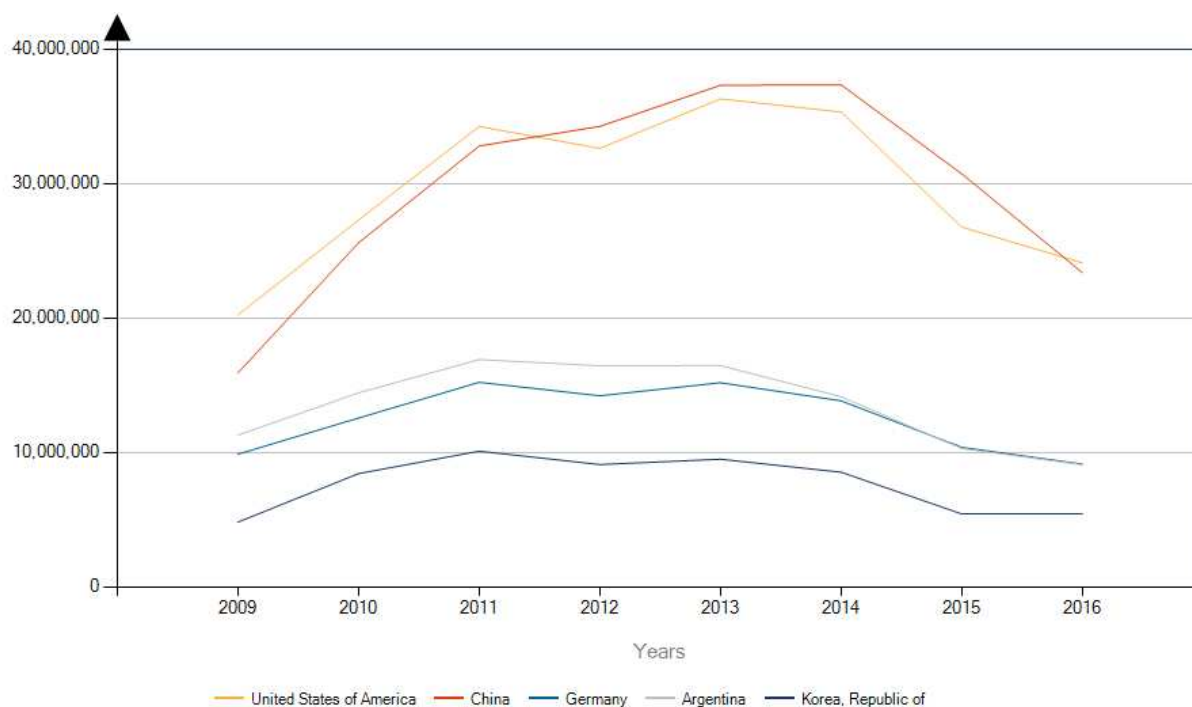
¹³⁵ “[...] los cuatro países que lo crearon (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) exportan los mismos productos (soja y carne) a los mismos mercados. Con esa estructura de las exportaciones no hay integración posible, que sólo puede forjarse sobre la base de la complementación productiva. Por otro, y estrechamente ligado a lo anterior, la permanente disputa entre Brasil y Argentina por sus exportaciones industriales (industrias automotriz y de electrodomésticos) está empantanando la alianza regional. Cada producto argentino que ingresa en Brasil, le hace perder puestos de trabajo, y viceversa. Los acuerdos comerciales existentes y la opción por la integración aún no se tradujeron en la creación de industrias capaces de complementarse” (ZIBECHI, 2013, n.p.).

Simões (2018) defende que o Mercosul corre o risco de se desintegrar a partir das novas lideranças dos países membros, que podem flexibilizar as regras para uma abertura comercial aos mesmos moldes da Aliança do Pacífico, tendo em mente que Argentina, Uruguai e Paraguai já são membros observadores do bloco liberal.

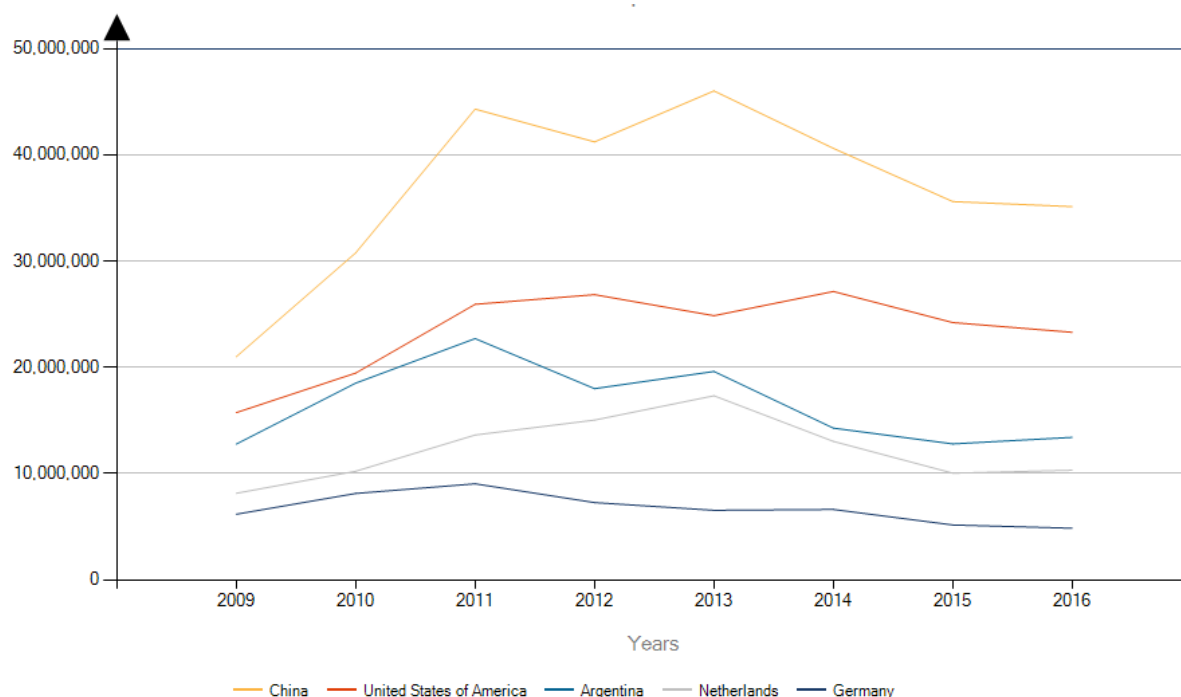
Sendo assim, é possível concluir que, no âmbito econômico, a América do Sul, durante o período estudado, vivia um antagonismo entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico. Nesse sentido, cabe analisar, então, os fluxos e os principais parceiros comerciais dos países-chave dos blocos citados. No caso, analisaremos o Brasil, representando o Mercosul, e o Chile, representando a Aliança do Pacífico – embora o México seja considerado o país de maior poder econômico do bloco, nossa investigação se restringiu ao Chile devido à delimitação da pesquisa ser a América do Sul.

Para melhor ilustrar as questões trazidas, foi realizada uma análise a partir de gráficos coletados no site *TradeMap*, no período de 2009 a 2016, como será possível observar nos Gráficos 11, 12, 13 e 14.

Gráfico 11: Mercados fornecedores para as importações brasileiras (2009-2016)



Fonte: TradeMap.
Organização: Brigola (2019).

Gráfico 12: Mercados compradores das exportações brasileiras (2009-2016)

Fonte: TradeMap.
Organização: Brigola (2019).

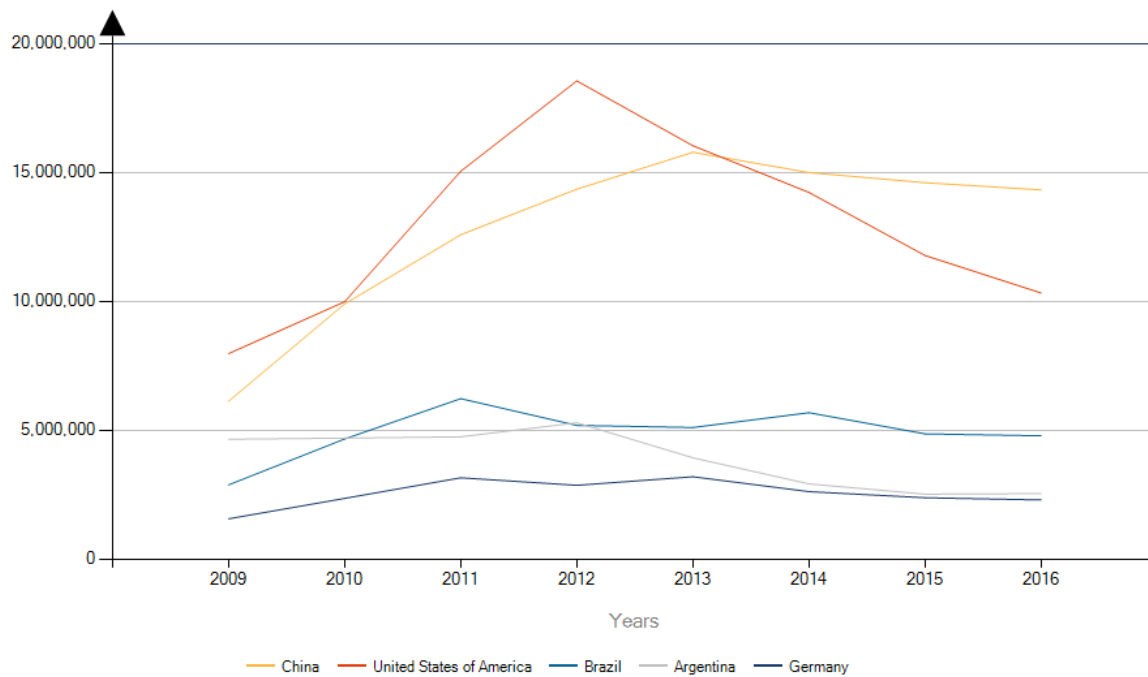
A partir da análise dos Gráficos 11 e 12 sobre as relações comerciais do Brasil de 2009 a 2016, nota-se que a China e os EUA são respectivamente os principais parceiros comerciais do Brasil durante o período analisado. As importações brasileiras oscilaram entre os dois países, sendo que, entre 2009 e 2011, os EUA foram os principais fornecedores ao Brasil e posteriormente a China passou a liderar, de 2012 ao final de 2015, retornando o *status* de primeiro lugar aos EUA em 2016. Das exportações brasileiras, a China aparece como principal comprador – em especial *commodities* – tendo superioridade durante todo o período pesquisado, apresentando uma diferença considerável em relação aos EUA, que aparecem em segundo lugar.

Em seguida aparece a Argentina, tanto nas exportações como nas importações, o que pode ser compreendido pela participação de ambos no Mercosul. A Argentina é uma grande compradora de veículos do Brasil. Ao mesmo tempo, o Brasil também se apresenta como comprador de veículos da Argentina, assim como de cereais e combustíveis minerais.

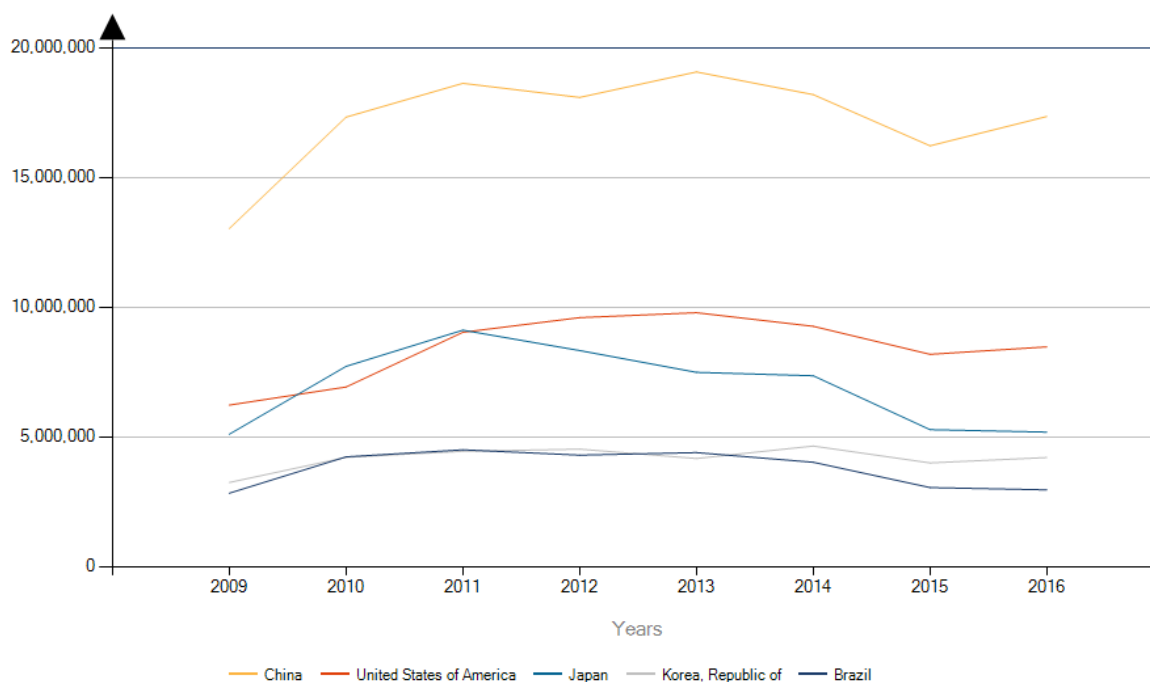
Cabe enfatizar o papel da Alemanha, que aparece como destaque nas importações e exportações do Brasil, porém, com maior participação nas primeiras. Na sequência, aparece

a Holanda como um comprador do Brasil e a Coreia do Sul como país exportador para o mercado brasileiro.

Gráfico 13: Mercados fornecedores para as importações chilenas (2009-2016)



Fonte: TradeMap.
Organização: Brigola (2019).

Gráfico 14: Mercados compradores das exportações chilenas (2009-2016)

Fonte: TradeMap.
Organização: Brigola (2019).

Analisando os gráficos sobre o comércio exterior do Chile, fica claro que as diretrizes comerciais do país estão voltadas para o Pacífico, sobretudo com países desenvolvidos. No gráfico de importações, os EUA aparecem como principal parceiro entre os anos de 2009 a 2013, sendo então, de 2013 a 2016, ultrapassado pela China que, de segundo lugar, passou a ficar com a primeira posição. O Brasil e a Argentina aparecem respectivamente em terceiro e quarto lugares, enquanto a Alemanha em quinto.

As exportações chilenas têm como destino, em primeiro lugar, a China, com uma diferença considerável em relação aos EUA, que está em segundo lugar. O Japão vem em terceiro lugar, sendo que o país chegou a superar os EUA da metade de 2009 até 2011. A Coreia do Sul e o Brasil aparecem em lugar muito semelhante, quase marcando a mesma posição, com vantagem do país asiático após o ano de 2013.

Com exceção do Brasil, todos os países que aparecem no gráfico como principais parceiros comerciais do Chile são observadores da Aliança do Pacífico, além dos EUA, que, durante o período, fazia parte do seletor grupo do TPP, e do Japão, que ainda faz parte do grupo no qual o Chile está incluído.

Ao analisar esses gráficos, é possível verificar que o Brasil, país-chave do Mercosul, e o Chile, país-chave da Aliança do Pacífico na América do Sul, têm em comum a China e os EUA respectivamente como principais parceiros comerciais. Para além de China e EUA, o Brasil tem seu mercado voltado para a América do Sul e a Europa, enquanto o Chile, além da América do Sul e a Europa, pauta suas exportações para o mercado asiático.

Neste sentido, a questão a ser discutida não é com quem se dão as relações comerciais, mas de que modo o comércio é realizado. Como demonstra Lima, o Mercosul:

[...] é comumente referido como uma “fortaleza comercial”, com acesso altamente restrito a mercados internacionais, dado o número limitado de acordos comerciais externos. Os membros não podem negociar acordos comerciais individuais, pois o bloco é, na verdade, uma união aduaneira (imperfeita). Além disso, o Conselho de Mercado Comum Nº 32/00 reafirmou que os estados membros só podem negociar acordos comerciais conjuntos com países terceiros. (LIMA, 2018, p. 346, tradução nossa)¹³⁶

Em contrapartida, a Aliança do Pacífico:

[...] é um exemplo de “regionalismo aberto”, que, ironicamente, foi um dos princípios fundadores do Mercosul nos anos 90. Isso significa que os Estados membros têm maior liberdade para formular políticas comerciais externas, seja em bases multilaterais, preferenciais (regionais ou bilaterais) ou unilaterais. (LIMA, 2018, p. 346, tradução nossa)¹³⁷

A China se mostra cada vez mais presente nos mercados da América do Sul, ampliando seu intercâmbio comercial com Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia, Chile, Argentina e Brasil, interessada, sobretudo, em garantir o suprimento de fontes de energia, como gás e petróleo (MONIZ BANDEIRA, 2010a). Por sua vez, os EUA, mesmo com as políticas revisionistas de alguns países, continuam a ser tradicionais parceiros comerciais da região, até mesmo com a Venezuela, que, embora apresente uma abordagem hostil e

¹³⁶ “[...] is commonly referred to as a ‘commercial fortress,’ with highly restricted access to international markets, given the limited number of external trade agreements. Members may not negotiate individual trade agreements, as the bloc is actually an (imperfect) customs union. Moreover, the decision ‘Conselho do Mercado Comum’ Nº 32/00 has reaffirmed that member states may only negotiate joint trade agreements with third countries” (LIMA, 2018, p. 346).

¹³⁷ “[...] is an example of ‘open regionalism,’ which, ironically, was one of Mercosur’s founding principles in the 1990s. This means that member states have greater freedom to formulate external commercial policies, whether on a multilateral, preferential (regional or bilateral) or unilateral basis” (LIMA, 2018, p. 346).

conflituosa nas relações políticas com Washington, mantém ativamente relações econômicas mutuamente ininterruptas com os EUA por conta do petróleo venezuelano (CORRALES; ROMERO, 2016).

Concluindo este capítulo, afirmamos que, embora a Unasul tenha sido criada para aprofundar a integração sul-americana em diversos aspectos para além do econômico, ainda existiam diversos pontos a serem superados para que a integração regional tivesse uma efetividade maior, sobretudo com a perda de interesse pela instituição após as mudanças de governos que ocorreram nos países da América do Sul, entre os anos de 2011 e 2016, tendo início com o fim do governo Lula da Silva, no Brasil.

Na área da integração em defesa a partir do CDS, foi visto que a maioria dos países da América do Sul possui uma alta deficiência em seus parques industriais militares, gasta mais com pagamento de pessoal do que investe na melhoria e no desenvolvimento deles, e ainda se mantém refém da dependência do mercado externo à região na compra de equipamentos.

Na área econômica, ainda há divergências de pensamento sobre qual modelo de integração é o mais viável, visualizado a partir dos diferentes blocos econômicos regionais.

Lima (2018), semelhante a Desiderá Neto (2011), divide os blocos regionais da América do Sul em três modelos. O primeiro, no qual se encaixa a Aliança do Pacífico, seria um modelo chamado por ele como *trade-driven*, caracterizado pela ênfase no comércio e nos investimentos (LIMA, 2018). O segundo é classificado pelo autor como um modelo híbrido, chamado de *state-driven*, “que combina cooperação comercial com maior intervenção econômica do Estado, além de metas que se estendem para além do comércio” (LIMA, 2018, p. 344, tradução nossa)¹³⁸. A Unasul e o Mercosul entrariam neste modelo, segundo o autor. O terceiro modelo tem como característica enfatizar “os laços sociais e políticos entre os Estados membros, envolve considerável intervenção econômica do Estado e é impulsionado por ideias socialistas, anti-imperialistas ou anti-hegemônicas” (LIMA, 2018, p. 345, tradução nossa)¹³⁹.

Neste sentido, a tentativa de formalizar a América do Sul como um polo autônomo de poder, no período que coincidia com a gestão de Barack Obama (2009-2016), passou por grandes obstáculos a serem superados. E mesmo com as políticas revisionistas em relação aos EUA, Washington permaneceu como um forte parceiro comercial – passando a concorrer diretamente com a China – dos países-chave dos principais blocos econômicos da

¹³⁸ “[...] which combines commercial cooperation with greater state economic intervention, as well as goals stretching beyond trade” (LIMA, 2018, p. 344).

¹³⁹ “[...] social and political bonds among member states, involves considerable state economic intervention, and is driven by socialist, anti-imperialist, or anti-hegemonic ideas” (LIMA, 2018, p. 345).

América do Sul. No âmbito comercial, as dificuldades a serem enfrentadas estavam muito mais voltadas às divergências ideológicas de como se fazer as relações comerciais do que praticamente com quem se deva negociar.

Cabe então analisar, no próximo e último capítulo, a política externa de Barack Obama para a América do Sul, para melhor compreender as relações geopolíticas e geoeconômicas entre os EUA e a região, durante a gestão do ex-presidente. Concluimos que o cenário em que se encontravam os países sul-americanos, embora engajados por projetos de integração, apresentava diversos reveses e dificuldades. No último capítulo, buscaremos verificar essas políticas do ex-presidente para a América do Sul a fim de responder o nosso questionamento principal: a América do Sul, apesar da timidez por parte dos interesses dos EUA na região – como demonstrada nas políticas externas das últimas gestões na Casa Branca – representou uma área geopoliticamente importante para os interesses de Washington na égide de Barack Obama?

4. AS RELAÇÕES GEOPOLÍTICAS DO GOVERNO BARACK OBAMA COM A AMÉRICA DO SUL (2009-2016): UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE NO ÂMBITO POLÍTICO-ESTRATÉGICO E ECONÔMICO

4.1 Uma biografia sucinta de Barack Obama: do estado do Havaí à Casa Branca em Washington D.C.

Este tópico objetiva caracterizar de forma breve a vida e a carreira de Barack Obama até assumir a Casa Branca. Sua trajetória é reveladora de como conseguiu romper fronteiras e fazer história quando conquistou o eleitorado estadunidense e chegou ao poder da nação hegemônica global, em 2009.

Além de ser o primeiro presidente negro dos EUA, o modo como conduziu sua campanha merece destaque, pois, não bastasse ser na época um senador pouco conhecido, teve como adversária, no Partido Democrata, a então membro do *mainstream* da política estadunidense e esposa de um ex-presidente, Hillary Clinton. Outro desafio viria nas eleições presidenciais, quando teve que concorrer com o candidato considerado um herói no país, John McCain, um veterano da Guerra do Vietnã.

Filho de pai queniano, Barack Hussein Obama, e mãe estadunidense nascida no Kansas, Ann Dunham, Barack Hussein Obama Jr. nasceu em 4 de agosto de 1961, em Honolulu, Havaí. Após seu pai deixar a família para continuar seus estudos em Harvard e depois retornar para o Quênia, Barack Obama foi criado por sua mãe no Havaí, passando alguns anos da sua vida na Indonésia, quando sua mãe se casou com Lolo Soetoro – um geólogo indonésio que, na época, estudara no Havaí.

Quatro anos mais tarde, Barack Obama retornou ao seu país de origem para morar com seus avós maternos, iniciando a quinta série na *Punahou School*, considerada a “melhor escola particular do Havaí e a mais antiga a oeste do rio Mississippi” (REMNICK, 2010, p. 86). Em seu livro *A origem dos meus sonhos*, Barack Obama descreveu esse período como o mais turbulento de sua vida, “pois ele se debatia para entender sua herança birracial em uma época em que isso ainda era relativamente pouco comum nos Estados Unidos” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2011, p. 4).

Após se formar no ensino médio na *Punahou School*, Barack Obama chegou a frequentar o *Occidental College*, em Los Angeles, por dois anos, porém se mudou para Nova

York, onde passou a estudar na Universidade Colúmbia, obtendo o diploma de bacharelado em Humanidades, em 1983 (U.S DEPARTMENT OF STATE, 2011).

No ano de 1985, Barack Obama deixou a cidade de Nova York para tentar a vida em Chicago, onde passou a trabalhar “como organizador comunitário para uma coalizão de igrejas locais no lado sul da cidade, área afro-americana pobre e duramente afetada pela transição de centro de manufatura para economia de serviços” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2011, p. 4). Sobre esse trabalho do jovem Obama, Remnick descreve:

Em poucos anos, Obama fez do Projeto de Desenvolvimento Comunitário um programa compacto e eficaz, mais viu com clareza seus limites [...] Obama já pensava em uma atuação mais abrangente, procuravamaneiras de causar maior impacto [...] decidira conquistar os instrumentos necessários para deixar sua assinatura num quadro bem maior do que o disponível para um organizador comunitário. (REMKNICK, 2010, p. 204-205)

Sendo assim, Barack Obama em 1988 se mudou para Cambridge, onde iniciaria seus estudos em Harvard no curso de Direito. “Obama se matriculou em Harvard consciente, por ser um lugar sério capaz de oferecer avanços no conhecimento que jamais adquiriria como organizador da zona sul de Chicago” (REMKNICK, 2010, p. 210). Desse modo, ele cursou a Escola de Direito da renomada universidade de Harvard, obtendo um grande destaque “ao ser eleito o primeiro presidente negro da prestigiada publicação *Harvard Law Review* e ao formar-se em Direito *magna cum laude*¹⁴⁰, em 1991” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2011, p. 4).

Após trabalhar como advogado de direitos civis e professor em Chicago, o ano de 1996 marcou a primeira experiência de Barack Obama na política, quando foi eleito pelo Partido Democrata para o Senado Estadual de Illinois, destacando-se rapidamente “da maioria dos legisladores afro-americanos” (KLEIN, 2009, p. 23). Assim,

Em 1996, foi eleito senador pelo estado de Illinois, tendo uma atuação moderada, porém com ênfase na questão social e dos direitos civis. Dentre seus principais feitos como senador destacamos a tentativa de criar um fundo para o combate a AIDS nacional e internacional; mudança das regras dos

¹⁴⁰ A expressão *magna cum laude* deriva do Latin e significa “com grande honra”. Normalmente é concedida essa honra acadêmica de distinção a um aluno que tenha se formado entre os 10% ou 15% melhores de sua classe. Para mais detalhes ver: CORPORATE FINANCE INSTITUTE, Magna Cum Laude: Second best of three Latin honors given to graduates. Disponível em: <<https://corporatefinanceinstitute.com/resources/careers/recruiting-search/what-is-magna-cum-laude/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

seguros de saúde, dando mais direitos aos inadimplentes e a lei que obriga a instalação e manutenção de câmara nas salas de interrogatório da polícia dos EUA. Como senador, destacou-se também em temas relacionados à África, ao desarmamento militar e aos biocombustíveis. (FINGUERUT, 2009a, p. 37)

No ano de 2000, concorrendo ao Congresso dos EUA, Barack Obama fora derrotado por Bobby L. Rush. Mas, em uma nova tentativa, conseguiu ser eleito em 2004, para o Senado Federal dos EUA, também pelo estado de Illinois. De acordo com Finguerut (2009a, p. 37), Barack Obama “passou a aparecer nas listas de políticos mais influentes do Partido Democrata”, embora ainda não fosse conhecido em escala nacional e mundial (MOMPEAN, 2014).

A influência de Barack Obama no Partido Democrata lhe rendeu o papel de:

[...] orador principal na convenção do Partido Democrata, em 27 de julho de 2004, no Fleet Center, em Boston. Ele fez um discurso que se tornou um marco histórico em sua carreira política, sendo considerado o início de sua trajetória para conseguir a indicação do Partido Democrata para concorrer à Casa Branca em 2008. (MOMPEAN, 2014, p. 16)

Para Amy Sullivan (2009, p. 64), “ele fez o discurso de sua vida. Barack Obama mostrou-se impressionantemente à vontade em sua primeira aparição nacional, arrancando aplausos e improvisando falas como se tivesse feito isso muitas vezes antes”. Como lembra Weisskopf (2009, p. 48), “boa parte da resposta pode ser encontrada nas lições aprendidas naquela primeira derrota. [...] Ele deixou de lado o estilo oratório de Harvard, e aderiu a um discurso informal e mais próximo de seu público”.

Ao proferir seu discurso, Barack Obama iniciou falando sobre a origem simples de sua família. Seu pai era um estudante estrangeiro vindo do Quênia, onde cresceu pastoreando cabras; e sua mãe, nascida no Kansas, mudou-se com seus pais, em busca de oportunidades, para o Havaí, onde ambos se conheceram. Cada parte do discurso de Barack Obama atraía aplausos do público. Destacamos aqui alguns trechos que entendemos como pontos-chave de sua fala:

Meus pais compartilhavam não apenas um amor improvável; eles compartilhavam uma fé permanente nas possibilidades desta nação. Eles me dariam um nome africano, Barack, ou “abençoado”, acreditando que, em

uma América tolerante, seu nome não é uma barreira para o sucesso. (OBAMA, 2004, n. p., tradução nossa)¹⁴¹

A questão das diferenças também foi abordada com um tom de superação delas em prol da união de um único Estados Unidos da América, como é possível verificar na fala a seguir:

Agora, enquanto falamos, há aqueles que estão se preparando para nos dividir, os mestres em distorções e os vendedores de propagandas negativas, que adotam a política do vale tudo. Bem, eu lhes digo hoje à noite, não há uma América liberal e uma América conservadora; há os Estados Unidos da América. Não há uma América negra e uma branca, nem uma América dos latinos e uma América dos asiáticos; há os Estados Unidos da América. (OBAMA, 2004, n. p., tradução nossa)¹⁴²

Nesse mesmo evento, durante seu discurso, Barack Obama ressaltou seu apoio ao candidato democrata John Kerry, afirmando que “nesta eleição, oferecemos essa escolha. Nosso partido escolheu para nos liderar um homem que personifica o melhor que este país tem a oferecer. E esse homem é John Kerry” (OBAMA, 2004, n.p., tradução nossa)¹⁴³. Kerry concorreria às eleições daquele ano, contra o republicano George W. Bush, e acabou sendo derrotado por ele.

No início do ano de 2007, Barack Obama ganhou as manchetes dos jornais ao anunciar que se candidataria para concorrer às eleições presidenciais de 2008. Seu primeiro obstáculo seria então enfrentar a ex-primeira dama e senadora no Estado de Nova York, Hillary Rodham Clinton, nas eleições primárias para decidir quem seria o representante do Partido Democrata nas eleições presidenciais.

Hillary Clinton “era um dos nomes democratas mais conhecidos no país e a favorita para obter a indicação do Partido Democrata numa futura corrida eleitoral pela presidência dos Estados Unidos” (MOMPEAN, 2014, p. 16). De acordo com Finguerut:

¹⁴¹ “My parents shared not only an improbable love; they shared an abiding faith in the possibilities of this nation. They would give me an African name, Barack, or "blessed," believing that in a tolerant America, your name is no barrier to success” (OBAMA, 2004, n.p.).

¹⁴² “Now even as we speak, there are those who are preparing to divide us, the spin masters and negative ad peddlers, who embrace the politics of anything goes. Well, I say to them tonight, there's not a liberal America and a conservative America; there's the United States of America. There's not a black America and white America and Latino America and Asian America; there's the United States of America” (OBAMA, 2004, n.p.).

¹⁴³ “In this election, we offer that choice. Our party has chosen a man to lead us who embodies the best this country has to offer. And that man is John Kerry” (OBAMA, 2004, n.p.).

Sua candidatura fundamentava-se em dois pilares: a gestão Clinton, marcada por uma boa inserção internacional, bons índices econômicos e na imagem de Hillary como mulher de coragem e com experiência capaz de ir à guerra e de responder a altura aos ataques dos conservadores e neoconservadores do partido Republicano. Sua campanha foi cara e centrada em grandes colégios eleitorais. O perfil de seus apoiadores, da metade da campanha para frente, ficou bem definido: um eleitorado mais velho, branco, sindicalizado e também latino, que no passado apoiou Bill Clinton. (FINGUERUT, 2009a, p. 38)

Barack Obama, mesmo com seu implacável discurso em 2004, estava com seu prestígio ainda em formação, enquanto Hillary Clinton liderava as pesquisas. Uma das estratégias para vencer sua oponente foi o uso da tecnologia, como demonstra Tumulty (2009), afirmando que essa foi sua companheira de chapa desde o início de sua campanha. Nas palavras de Barack Obama: “o que eu não previa era a eficácia com que pudemos utilizar a internet para conseguir a participação da base, tanto no aspecto financeiro quanto no organizacional” (TUMULTY, 2009, p. 68).

Ainda de acordo com Tumulty (2009), outro fator relevante para Barack Obama foi a escolha do seu pessoal. Enquanto Hillary Clinton realizava gastos exorbitantes em sua campanha, Barack Obama poupava dinheiro, com muitos voluntários ao seu lado. “Como eu não era o candidato favorito, todas as pessoas que vieram trabalhar nesta campanha acreditavam realmente em seus objetivos. Logo não eram mercenárias”, afirmava o candidato à presidência (TUMULTY, 2009, p. 70). Finguerut frisa que a campanha de Barack Obama contra Hillary Clinton estava ancorada em quatro frentes:

1) Uma campanha cuja essência era um discurso de mudança e esperança; 2) Uma campanha voltada para os jovens (eleitorado até então considerado apático e indiferente ao processo eleitoral), capaz de mobilizar também os afrodescendentes; 3) Buscou construir uma larga base de doadores capazes de dar fôlego a uma campanha longa e cara; 4) Esforçou-se para ter destaque, conquistando vitórias, logo nas primeiras primárias. (FINGUERUT, 2009a, p. 38)

Harnden (2008) assim como Tumulty (2009) destacam a importância que a vitória no Estado de Iowa representou na campanha do futuro presidente dos EUA. A maior arma de Hillary Clinton era seu marido, o que remetia ao passado do país, trazendo ao eleitorado um

sentimento de copresidência por parte de Bill Clinton, enquanto a população estava com anseio por mudança. No estado de Iowa, Bill Clinton, ao discursar, utilizou-se do slogan “de volta ao futuro”, para a candidatura de sua esposa, ao passo que Barack Obama discursava para que não fosse construída uma ponte de retorno ao século XX (HARNDEN, 2008). O administrador da campanha de Barack Obama, David Plouffe, afirmou que “a missão número um era terminar à frente de Hillary Clinton em Iowa” (TUMULTY, 2009, p. 70).

De acordo com um artigo publicado no jornal *The Economist*, Iowa é um estado rural escassamente povoado, onde a população é predominante branca: descendentes de alemães e eslavos, e também de conservadores cristãos. Sua importância nas eleições dos EUA ocorre pois “o comitê de Iowa é o local onde a disputa eleitoral para a presidência começa em 1º de fevereiro e serve como uma indicação precoce de quem poderá ganhar a nomeação nas convenções nacionais e quem tem poucas chances de sucesso” (THE ECONOMIST, 2016, n.p., tradução nossa)¹⁴⁴.

Tanto Barack Obama como Hillary Clinton estavam concorrendo para entrar para a história. Ele tinha a aspiração de se tornar o primeiro presidente afro-descendente dos EUA, e ela, de se tornar a primeira mulher no cargo. Mas a vitória de Barack Obama pôs fim à primeira tentativa de Hillary Clinton.

Quando anunciada a vitória de Barack Obama, o jornal *The Guardian*, em uma edição, alegou que Obama conquistara a reputação de “matador de gigantes políticos, que, depois de menos de quatro anos no Senado dos EUA, derrubou o casal responsável pela criação da máquina política mais poderosa dos democratas” (THE GUARDIAN, 2008, n.p., tradução nossa)¹⁴⁵.

Vencida a etapa de disputa interna no Partido Democrata, o próximo obstáculo de Barack Obama seria enfrentar John McCain, do Partido Republicano. O candidato republicano era senador pelo estado do Arizona, conhecido por ter lutado na Guerra do Vietnã, onde ficou preso por cinco anos, e voltado com vida. Sua reputação era a de um herói nacional.

Porém, a intervenção no Iraque sob a justificativa de coibir a sua suposta produção de armas de destruição em massa marcou a queda da aceitação do presidente George W. Bush, também do Partido Republicano, devido a não comprovação de que o país

¹⁴⁴ “[...] the Iowa caucuses is where the voting contest for the presidency kicks off on February 1st and they serve as an early indication of who might win the nomination at the national conventions and who has little chance of success” (THE ECONOMIST, 2016, n.p.).

¹⁴⁵ “[...] political giant-slayer, who after less than four years in the US Senate brought down the couple credited with creating the Democrats' most powerful political machine” (THE GUARDIAN, 2008, n.p.).

do Oriente Médio estava produzindo tais armas. Essa crise de imagem trouxe uma repercussão negativa na corrida presidencial de John McCain, sendo que ele mesmo foi um dos apoiadores da Doutrina Bush. Como descreve Mompean:

Em 1º de julho de 2008, o *The New York Times* chamou os oito anos do então governo republicano de “era do terror” por ter promulgado a doutrina de guerras preventivas para criar uma lógica mais permissiva para o emprego de forças armadas, além de ter sido um governo que aprimorou as prerrogativas de uma presidência imperial em todos os assuntos relativos à segurança nacional. (MOMPEAN, 2014, p. 42)

Ademais, a crise econômica instaurada em 2008 devido aos empréstimos para o setor imobiliário contribuiu ainda mais para o desprestígio do governo de George W. Bush. Para uma significativa parcela do eleitorado estadunidense, John McCain representava a continuidade das diretrizes da política externa do governo de George W. Bush, devido à sua formação militar, ao apoio às políticas intervencionistas no Oriente Médio, por representar o Partido Republicano e por receber o apoio de George W. Bush em sua campanha.

Embora John McCain tenha disputado com Bush em 2000 as primárias para representar o Partido Republicano nas eleições presidenciais – as quais foram vencidas pelo segundo candidato –, ambos têm um respeito mútuo, sendo que McCain, após perder a disputa em 2000, trabalhou para a eleição e a reeleição de seu adversário. Nas palavras dele: “Estou muito honrado por receber o apoio do presidente, por quem tenho muita admiração e respeito. Tivemos muita competição em 2000, mas tive o prazer de trabalhar por sua eleição e por sua reeleição” (G1, 2008, n.p.). Porém, segundo Thomaz:

Os eleitores norte-americanos nas eleições de 2008, assim como no ano de 2004, orientaram-se, em grande medida pelo medo, mas o principal agente catalisador foi o desejo de mudança. Se em 2004 o medo era em função do terror pós-11 de Setembro, em 2008 o medo estava relacionado com o futuro da economia de seu país. (THOMAZ, 2009, p. 17)

Enquanto a vitória de John McCain era vista como a continuidade do governo anterior, com maior preocupação para as diretrizes externas, a população estava mais preocupada com o futuro econômico dos EUA. Por sua vez, Barack Obama embasou sua campanha com *slogans* de impacto, em torno das palavras *hope* (esperança) e *change*

(mudança), assim como frases do tipo *Change we can believe in* (“A mudança em que podemos acreditar”) e *Yes, we can* (“Sim, nós podemos”) (MOMPEAN, 2014).

Sobre a agenda de Barack Obama, Issues (2008 apud THOMAZ, 2009) afirma que chegou a ser comparada com as diretrizes do *New Deal*, de Franklin Roosevelt. Entre suas metas, estavam:

[...] um plano detalhado para a economia dos Estados Unidos voltarem aos trilhos, através da criação de novos postos de trabalho e aliviando a carga de impostos aos trabalhadores norte-americanos; [...] continuar a longa tradição diplomática, melhorando simultaneamente a posição dos Estados Unidos no mundo; implantar um plano de saúde que dará acesso e cobertura com preços acessíveis para todos; [...] trabalhar com seus comandantes militares responsabilmente para acabar com a guerra no Iraque; reorientar os recursos para combater a Al-Qaeda no Afeganistão e focar-se na luta contra os terroristas responsáveis pelo ataque em 11 de setembro. (ISSUES, 2008 apud THOMAZ, 2009, p. 18)

Obama passou a ganhar notoriedade, sendo “muitas vezes comparado a John F. Kennedy e a Martin Luther King Jr., e caracterizado pelos meios de comunicação de massa como um candidato nascido da miscigenação de raças e culturas, capaz de mudar barreiras culturais e sociais” (MOMPEAN, 2014, p. 11). Thomaz apresenta números que evidenciam os resultados de tal caracterização de Obama:

Com relação aos eleitores negros, principalmente impulsionados pela candidatura de Barack Obama, houve um aumento de 58% em 2004 para 70% em 2008 da participação desse eleitorado, sendo que o candidato democrata recebeu 95% desses votos. Obama ainda teve um aumento de 11% dos votos relativos aos hispânicos, isto é, em 2004 os democratas obtiveram 56% dos votos de hispânicos e em 2008 esse número passou para 67% [...] Obama recebeu 66% de votos dos jovens (18-29 anos) contra 32% dos votos para McCain. Uma diferença como esta somente havia ocorrido duas vezes no histórico das eleições dos Estados Unidos, sendo que jamais fosse tão significativa. (THOMAZ, 2009, p. 17)

Cabe destacar o apoio que a campanha de Barack Obama recebeu de Collin Powell – também negro – que possuía uma grande reputação nos anos 1990 após a Guerra do Golfo, chegando até mesmo a cogitar disputar as eleições presidenciais de 1996, e que depois deixaria de atuar como secretário de Estado do governo de George W. Bush em 2005 (REMICK, 2010).

Powell, em entrevista ao programa *Meer the Press*, soube escolher suas palavras para não desagradar o Partido Republicano, mas não deixou de esconder que havia escolhido um lado nas eleições, como é possível notar na transcrição de Remnick (2010) de um trecho da entrevista:

No lado republicano, nas últimas sete semanas, a mentalidade do Partido Republicano e do senhor McCain vem se tornando cada vez mais estreita. Ao mesmo tempo, o senhor Obama vem nos dando uma visão mais ampla, mais abrangente das necessidades e aspirações do nosso povo [...] Ele é uma nova geração que está surgindo no mundo, no palco mundial, no palco americano. E por essa razão vou votar no senador Barack Obama. (REMKNICK, 2010, p. 623-624)

Outro ponto que destacou a posição de Barack Obama como favorito à presidência foram as viagens realizadas ao exterior, tendo como destino Afeganistão, Iraque, Jordânia, Israel, Cisjordânia, Alemanha, França e Inglaterra. Tal atitude, além de ser vista como uma crítica à política isolacionista de George W. Bush, serviu para que os eleitores avaliassem como o senador de Illinois se sairia no palco diplomático internacional (TUMULTY, 2009). Entre as cidades citadas, Berlim foi a mais significativa e mais lotada de espectadores, onde Barack Obama discursou sobre a importância da cooperação entre os EUA e a Europa “pela superação de diferenças e pela retomada de velhas alianças para restaurar a estabilidade global e, desta maneira, enfrentar ameaças existentes e imprevistas” (MOMPEAN, 2014, p. 52). Mompean ainda acrescenta, comparando Obama a seu oponente na mesma circunstância:

Por outro lado, como o próprio *The Wall Street Journal* admite na passagem antes descrita, o senador McCain fez uma viagem semelhante ao *tour* de Obama no mês de março, mas não foi acompanhado da imprensa e recebeu muito pouca atenção dos meios de comunicação. De acordo com levantamento do Instituto Media Research Center, a viagem de Obama resultou em 92 minutos de cobertura jornalística nos principais telejornais da TV americana, enquanto a viagem de McCain rendeu oito minutos e meio de cobertura. (MOMPEAN, 2014, p. 52)

As imagens de ambos os candidatos no exterior foram analisadas a partir de uma pesquisa de opinião feita pelo Serviço Mundial da BBC em 22 países, mostrando que a grande maioria preferia Barack Obama a John McCain numa margem de aproximadamente quatro para um, e ainda aproximadamente 50% dos entrevistados alegaram que, se Barack Obama se

tornasse presidente, tal fato poderia mudar fundamentalmente a imagem que eles faziam dos EUA (REMICK, 2010).

Sendo assim, o resultado das eleições parecia claro e a vitória de Barack Obama seria certa. No dia 4 de novembro de 2008, a notícia tomou conta dos grandes jornais dos EUA: Barack Obama saíra vitorioso com 365 votos contra 176 de John McCain. O Quadro 7 apresenta os dados sobre as eleições, demonstrando em qual estado cada candidato obteve mais votos.

Quadro 7: Resultados das eleições presidenciais dos EUA de 2008 (por Estado)

Estado	Obama	McCain	Estado	Obama	McCain
Alabama	38%	60%	Montana	47%	50%
Alaska	38%	60%	Nebraska	42%	57%
Arizona	45%	54%	Nevada	55%	43%
Arkansas	39%	59%	New Hampshire	54%	45%
Califórnia	61%	37%	New Jersey	57%	42%
Colorado	54%	45%	New Mexico	57%	42%
Connecticut	61%	38%	New York	62%	37%
Delaware	62%	37%	North Carolina	50%	50%
Flórida	51%	48%	North Dakota	45%	53%
Geórgia	47%	52%	Ohio	51%	47%
Havaí	72%	27%	Oklahoma	34%	66%
Idaho	36%	62%	Oregon	57%	41%
Illinois	62%	37%	Pennsylvania	55%	44%
Indiana	50%	49%	Rhode Island	63%	35%
Iowa	54%	45%	South Carolina	45%	54%
Kansas	41%	57%	South Dakota	45%	53%
Kentucky	41%	57%	Tennessee	42%	57%
Louisiana	40%	59%	Texas	44%	56%
Maine	58%	41%	Utah	35%	62%
Maryland	62%	37%	Vermont	68%	31%
Massachusetts	62%	36%	Virginia	53%	46%
Michigan	57%	41%	Washington	57%	41%
Minnesota	54%	44%	West Virginia	43%	56%
Mississippi	43%	56%	Wisconsin	56%	42%
Missouri	49%	49%	Wyoming	33%	65%
D.C.	93%	7%			

Fonte: The New York Times, 2018. Disponível em:
<https://www.nytimes.com/elections/2008/results/president/votes.html>.
 Organização: Brigola (2019).

Barack Obama saiu vitorioso em 28 estados e Washington D.C., enquanto John McCain conquistou a vitória em 22 estados. De acordo com Thomaz (2009), estados como Carolina do Norte, Colorado, Flórida, Indiana, Nevada e Virgínia elegeram o George. W. Bush nas eleições de 2000 e de 2004, migrando depois para o Partido Democrata. Na Carolina do Norte, um democrata não era eleito desde Jimmy Carter, em 1976, e em Indiana, desde 1964 (THOMAZ, 2009).

Os jornais retrataram em suas publicações a vitória de Barack Obama como o início de uma nova história no país, assim como um acontecimento histórico em escala mundial:

Obama makes history (Obama faz história - *The Washington Post*), *Change has come* (A mudança chegou - *Tampa Tribune*), *History victory* (Vitória histórica - *Boston Globe*), *Historic choice* (Escolha histórica - *New Jersey Herald*), *Obama: Racial Barrier Falls in Decisive Victory* (Obama: A barreira racial cai em uma vitória decisiva - *The New York Times*), *Obama sweeps to historic victory* (Obama ganha em vitória histórica - *The Wall Street Journal*), *Historic win* (Vitória histórica - *The Philadelphia Inquirer*), *Change has come* (A mudança chegou - *The Times Tribune*), *Change has come to America* (A mudança chegou para a América - *Seattle Post*), *It's Obama: Decisive victory makes history* (É Obama: Vitória decisiva faz história - *Los Angeles Times*), *A new dawn* (Um novo começo - *Daily News-Los Angeles*), *A new era* (Uma nova era - *Oakland Tribune*). (MOMPEAN, 2014, p. 11-12)

Em seu discurso de vitória, Barack Obama iniciou alegando que os EUA são o país da oportunidade e que tudo ali é possível, independentemente de sua cor, opção sexual ou visão política. A superação das diferenças ficou clara em sua fala, ao dizer que todos fazem parte do país chamado de Estados Unidos da América, como é possível conferir na citação a seguir:

Se existe alguém que ainda duvida que a América é um lugar onde tudo é possível, que ainda se pergunta se o sonho de nossos fundadores está vivo em nosso tempo, que ainda questiona o poder de nossa democracia, esta noite é a sua resposta. [...] É a resposta dada por jovens e idosos, ricos e pobres, democratas e republicanos, negros, brancos, hispânicos, asiáticos, americanos nativos, gays, heterossexuais, deficientes e não deficientes. Americanos que enviaram uma mensagem ao mundo de que nunca fomos apenas uma coleção de indivíduos ou uma coleção de estados vermelhos e

azuis. [...] Nós somos e sempre seremos os Estados Unidos da América. (OBAMA, 2008a, n.p., tradução nossa)¹⁴⁶

Além de saudar as diferenças, Barack Obama frisou que seu governo significaria mudanças para o país, ao discursar que “hoje à noite, por causa do que fizemos nesta data nesta eleição, neste momento decisivo, a mudança chegou à América” (OBAMA, 2008a, n.p., tradução nossa¹⁴⁷).

Encaminhando para o assunto desta tese, como bem lembra Lowenthal (2011), Barack Obama, em sua campanha, falou pouco sobre a América Latina, mas seu discurso assumido em 28 de maio de 2008, chamado de “*Renewing U.S. Leadership in the Americas*”, era um tanto esperançoso, pois, além de criticar as posturas na política global (assim como regional) adotadas por seu antecessor, George W. Bush, o então novo presidente falava em novas relações hemisféricas, tendo como princípio a cooperação.

O discurso proferido por Barack Obama sobre as relações hemisféricas resultou em um documento de treze páginas intitulado *A new partnership for the Americas*. No documento, foi abordada a intenção de aproximação diplomática dos EUA com a América Latina para restabelecer a liderança estadunidense no hemisfério por meio de três objetivos: 1) aumentar a democracia e o Estado de Direito nas Américas; 2) abordar ameaças comuns como tráfico de drogas, gangues transnacionais e terrorismo; 3) combater a pobreza, a fome, os problemas de saúde e o aquecimento global (OBAMA, 2008b).

Sendo assim, nas próximas sessões verificaremos quais foram as diretrizes da política externa adotada por Barack Obama para a América do Sul. Primeiramente abordaremos as diretrizes de acordo com os principais documentos que regem a política externa estadunidense, como as *National Security Strategies* e os *Strategic Plans*, e posteriormente analisaremos de que modo a política externa de Barack Obama para a América do Sul foi conduzida na prática.

¹⁴⁶ “If there is anyone out there who still doubts that America is a place where all things are possible, who still wonders if the dream of our founders is alive in our time, who still questions the power of our democracy, tonight is your answer. [...] It's the answer spoken by young and old, rich and poor, Democrat and Republican, black, white, Hispanic, Asian, Native American, gay, straight, disabled and not disabled. Americans who sent a message to the world that we have never been just a collection of individuals or a collection of red states and blue states. [...] We are, and always will be, the United States of America” (OBAMA, 2008a, n.p.).

¹⁴⁷ “[...] tonight, because of what we did on this date in this election at this defining moment, change has come to America” (OBAMA, 2008a, n.p.).

4.2 A política global de Barack Obama: uma análise sobre as *National Security Strategies* (2010 e 2015)

Nesta seção, serão abordados os objetivos da política externa de caráter global de Barack Obama – conhecida como *Doutrina Obama* – de acordo com os documentos oficiais de segurança nacional, chamados de *National Security Strategy* (NSS). De acordo com o *Goldwater-Nichols Defense Department Reorganization Act* de 1986, o presidente dos EUA deve elaborar um relatório anual no qual deve constar a estratégia de segurança nacional do país, chamada de *National Security Strategy* (NSS) (SHIMABUKURO, 2009).

Nesse documento, são detalhados os objetivos nacionais vitais para a segurança nacional dos EUA, assim como as diretrizes da política externa e de defesa para que essas determinações sejam alcançadas (SNIDER, 1995). Assim como no governo anterior, de George W. Bush, durante o governo do presidente Barack Obama, foram redigidas apenas duas NSS, uma publicada em 2010 e outra em 2015, após a sua reeleição.

A importância desta análise se dá pelo fato de permitir que se verifique de que modo a América do Sul apareceu nesses documentos, pois a tese que defendemos nesta pesquisa é a de que a América do Sul permanecia sendo uma área de grande importância geopolítica para os EUA, a despeito de aparentemente não ter sido considerada como tal no governo Obama. Os discursos dele, como o já citado *Renewing U.S. Leadership in the Americas*, assim como o realizado na cerimônia de abertura da 5ª *Cúpula das Américas*, em Trinidad e Tobago, no dia 17 de março de 2009, tiveram uma conotação positiva para as relações hemisféricas. Cabe então, nesta análise, averiguar se o discurso se manteve apenas na enunciação ou avançou para a prática.

De acordo com a primeira NSS, publicada em 2010 – a qual definia as primeiras prioridades do governo de Barack Obama desde que assumiu, em 2009 –, o foco principal da estratégia apresentada no documento era, portanto, renovar a liderança global dos EUA, para que assim o país pudesse avançar de modo mais incisivo em seus interesses no século XXI (THE WHITE HOUSE, 2010a).

Os Estados Unidos devem renovar sua liderança no mundo, construindo e cultivando as fontes de nossa força e influência. Nossa segurança nacional depende da capacidade da América de alavancar nossos exclusivos atributos nacionais, assim como a segurança global depende de uma liderança americana forte e responsável. Isso inclui nossa força militar, competitividade econômica, liderança moral, engajamento global e esforços

para moldar um sistema internacional que sirva aos interesses mútuos de nações e povos. (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 7, tradução nossa)¹⁴⁸

A Ásia continuou tendo uma grande atenção do governo estadunidense, sendo a região do Oriente Médio e a Península Coreana prioridades no tocante à ameaça à segurança dos EUA. O combate ao terrorismo internacional permaneceu como uma das diretrizes principais, sendo a *Al Qaeda* o grupo mais citado no documento, seguido pelo *Talibã*: “Sempre procuraremos deslegitimar o uso do terrorismo e isolar aqueles que o praticam [...]. Estamos em guerra com uma rede específica, a *Al Qaeda* e suas afiliadas terroristas que apoiam os esforços para atacar os Estados Unidos, nossos aliados e parceiros” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 20, tradução nossa)¹⁴⁹.

Entre os países citados, aparecem o Afeganistão e o Paquistão, classificados como “o epicentro do terrorismo violento praticado pela *Al Qaeda*” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 20, tradução nossa)¹⁵⁰. Com relação ao Iraque, o presidente Obama falou sobre devolver um país soberano aos iraquianos, sendo que o presidente, então senador na época, posicionou-se contrário à invasão do país árabe pelo governo George W. Bush.

No Iraque, estamos em transição para as plenas soberania e responsabilidade iraquianas – um processo que inclui a remoção de nossas tropas, o fortalecimento de nossa capacidade civil e uma parceria de longo prazo com o governo e o povo iraquiano. (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 4, tradução nossa)¹⁵¹

A questão árabe-israelense também foi citada, ao ponto de o documento enfatizar uma resolução pacífica desse conflito, buscando a paz entre Israel e seus vizinhos e cumprindo as aspirações do povo palestino para a construção de seu Estado-nação.

A política de contenção aos armamentos de destruição em massa apareceu como uma relevante preocupação de Washington sob o comando de Barack Obama. Nesse caso, o

¹⁴⁸ “The United States must renew its leadership in the world by building and cultivating the sources of our strength and influence. Our national security depends upon America’s ability to leverage our unique national attributes, just as global security depends upon strong and responsible American leadership. That includes our military might, economic competitiveness, moral leadership, global engagement, and efforts to shape an international system that serves the mutual interests of nations and peoples” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 7).

¹⁴⁹ “We will always seek to delegitimize the use of terrorism and to isolate those who carry it out [...]. We are at war with a specific network, al-Qa’ida, and its terrorist affiliates who support efforts to attack the United States, our allies, and partners” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 20).

¹⁵⁰ “[...] the epicenter of the violent extremism practiced by al Qa’ida” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 20).

¹⁵¹ “In Iraq, we are transitioning to full Iraqi sovereignty and responsibility — a process that includes the removal of our troops, the strengthening of our civilian capacity, and a long-term partnership to the Iraqi Government and people” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 4).

Irã e a Coreia do Norte aparecem como os *Estados Párias*¹⁵². De acordo com o documento de estratégia de segurança nacional:

Os Estados Unidos buscarão a desnuclearização da península coreana e trabalharão para impedir o Irã de desenvolver uma arma nuclear. Não se trata de selecionar nações – é sobre as responsabilidades de todas as nações e o sucesso do regime de não-proliferação. Ambas as nações enfrentam uma escolha clara. Se a Coreia do Norte eliminar seu programa de armas nucleares e o Irã cumprir suas obrigações internacionais em seu programa nuclear, eles poderão prosseguir no caminho de maior integração política e econômica com a comunidade internacional. Se eles ignorarem suas obrigações internacionais, buscaremos vários meios para aumentar seu isolamento e colocá-los em conformidade com as normas internacionais de não proliferação. (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 23-24, tradução nossa)¹⁵³

O multilateralismo, por meio do fortalecimento das organizações regionais e globais, também foi abordado pela NSS de 2010, assim como temáticas sobre o meio ambiente, a segurança cibernética, a segurança doméstica e o compromisso dos EUA com a democracia e com os direitos humanos (THE WHITE HOUSE, 2010a). Sobre os temas que destacam o multilateralismo, o documento evidencia a busca por parcerias que o governo dos EUA iria realizar no combate às redes criminosas e ao tráfico de ilícitos internacionais.

O combate às redes transnacionais de criminosos e tráfico exige uma estratégia multidimensional que proteja os cidadãos, quebre a força financeira das redes criminosas e terroristas, interrompa as redes de tráfico ilícito, derrote as organizações criminosas transnacionais, combata a corrupção do governo, fortaleça o Estado de direito, reforce os sistemas judiciais e melhore a transparência. Embora esses sejam grandes desafios, os Estados Unidos poderão conceber e executar uma estratégia coletiva com outras nações que enfrentam as mesmas ameaças. (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 49, tradução nossa)¹⁵⁴

¹⁵² O termo *Estado Pária* surgiu durante a gestão Clinton, nos anos 1990, “para designar tanto uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, como um fator desestabilizador da ordem mundial” (DERGHOUKASSIAN, 2002, p. 271).

¹⁵³ “The United States will pursue the denuclearization of the Korean peninsula and work to prevent Iran from developing a nuclear weapon. This is not about singling out nations — it is about the responsibilities of all nations and the success of the nonproliferation regime. Both nations face a clear choice. If North Korea eliminates its nuclear weapons program, and Iran meets its international obligations on its nuclear program, they will be able to proceed on a path to greater political and economic integration with the international community. If they ignore their international obligations, we will pursue multiple means to increase their isolation and bring them into compliance with international nonproliferation norms” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 23-24).

¹⁵⁴ “Combating transnational criminal and trafficking networks requires a multidimensional strategy that safeguards citizens, breaks the financial strength of criminal and terrorist networks, disrupts illicit trafficking networks, defeats transnational criminal organizations, fights government corruption, strengthens the rule of law, bolsters judicial systems, and improves transparency. While these are major challenges, the United States will be

Ainda, como um dos principais objetivos destacados no documento, aparece a recuperação da economia dos EUA pós-crise de 2008, que foi considerada a maior crise econômica desde a Grande Depressão, desencadeada pela queda da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929 (THE WHITE HOUSE, 2010a). Entre os fatores econômicos, foi destacado o engajamento econômico, político e diplomático com a região da Ásia-Pacífico, tendo em vista seu rápido crescimento econômico:

O dramático crescimento econômico da Ásia aumentou sua conexão com a prosperidade futura da América e seus centros de influência emergentes a tornam cada vez mais importante. Tomamos medidas substanciais para aprofundar nosso engajamento na região, por meio de organizações regionais, novos diálogos e diplomacia de alto nível. [...] Trabalharemos para promover esses interesses mútuos por meio de nossas alianças, aprofundar nosso relacionamento com potências emergentes e buscar um papel mais forte na arquitetura multilateral da região, incluindo a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico, a Parceria Transpacífica e a Cúpula do Leste Asiático. (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 43, tradução nossa)¹⁵⁵

Esse objetivo por maior engajamento na região Ásia-Pacífico viria a se tornar, ao longo de seu governo, a maior prioridade da política externa do presidente Obama, chamada de “*Pivô-asiático*”. Essa política consistiu no deslocamento do foco de sua agenda externa do Oriente Médio para a região citada, fato que explicaremos mais detalhadamente nos próximos tópicos.

No tocante às relações hemisféricas, o documento faz jus às declarações de aproximação realizadas por Barack Obama, ao frisar que:

Nas Américas, estamos ligados pela proximidade, pelos mercados integrados, pela interdependência energética, por um compromisso com a democracia amplamente partilhado e pelo Estado de Direito. Nossos profundos laços históricos, familiares e culturais tornam nossas alianças e

able to devise and execute a collective strategy with other nations facing the same threats” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 49).

¹⁵⁵ “Asia’s dramatic economic growth has increased its connection to America’s future prosperity, and its emerging centers of influence make it increasingly important. We have taken substantial steps to deepen our engagement in the region, through regional organizations, new dialogues, and high-level diplomacy. [...] We will work to advance these mutual interests through our alliances, deepen our relationships with emerging powers, and pursue a stronger role in the region’s multilateral architecture, including the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), the Asia Pacific Economic Cooperation forum, the Trans-Pacific Partnership, and the East Asia Summit” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 43).

parcerias críticas para os interesses dos EUA. Trabalharemos em parceria igualitária para promover a inclusão econômica e social, salvaguardar a segurança e a proteção dos cidadãos, promover a energia limpa e defender os valores universais das pessoas do hemisfério. (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 44, tradução nossa)¹⁵⁶

O termo América Latina aparece apenas uma vez no texto, citada juntamente com a África e a região do Pacífico, sendo apontado que, nessas regiões, “potências novas e emergentes oferecem oportunidades de parceria, mesmo que uma quantidade de estados ponha em risco a segurança regional e global ao desrespeitar as normas internacionais” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 8, tradução nossa)¹⁵⁷.

O termo América do Sul não aparece na redação do documento. Os únicos países da América do Sul que são citados, e separadamente, foram a Argentina, em referência a sua participação do G-20, e o Brasil. Sobre o Brasil, foi destacada a liderança regional brasileira no continente sul-americano, sendo enaltecida como “bem-vinda” a posição do país pelos EUA. Destaca também que seus progressos macroeconômicos, “juntamente com seus passos para reduzir as lacunas socioeconômicas, fornecem lições importantes para países das Américas e da África” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 44, tradução nossa)¹⁵⁸. Em conjunto com países emergentes como China, Rússia e Índia, Brasil e Argentina chegaram a ser chamados de “centro de influência emergentes” devido às suas características econômicas, sendo o Brasil também citado como um importante parceiro no combate às mudanças climáticas, assim como na segurança energética “que envolve a cooperação na área de biocombustíveis (etanol) e a atração do mercado de gás e petróleo brasileiro representado pelo pré-sal” (PECEQUILO; FORNER, 2017, p. 376).

As questões de segurança, como o narcotráfico na Colômbia, e a questão da Venezuela não foram citadas especificamente, de modo que ambos os assuntos estivessem inseridos em propostas em âmbito global, como o combate às redes criminosas e ao tráfico de ilícitos internacionais, bem como a promoção da democracia e dos direitos humanos.

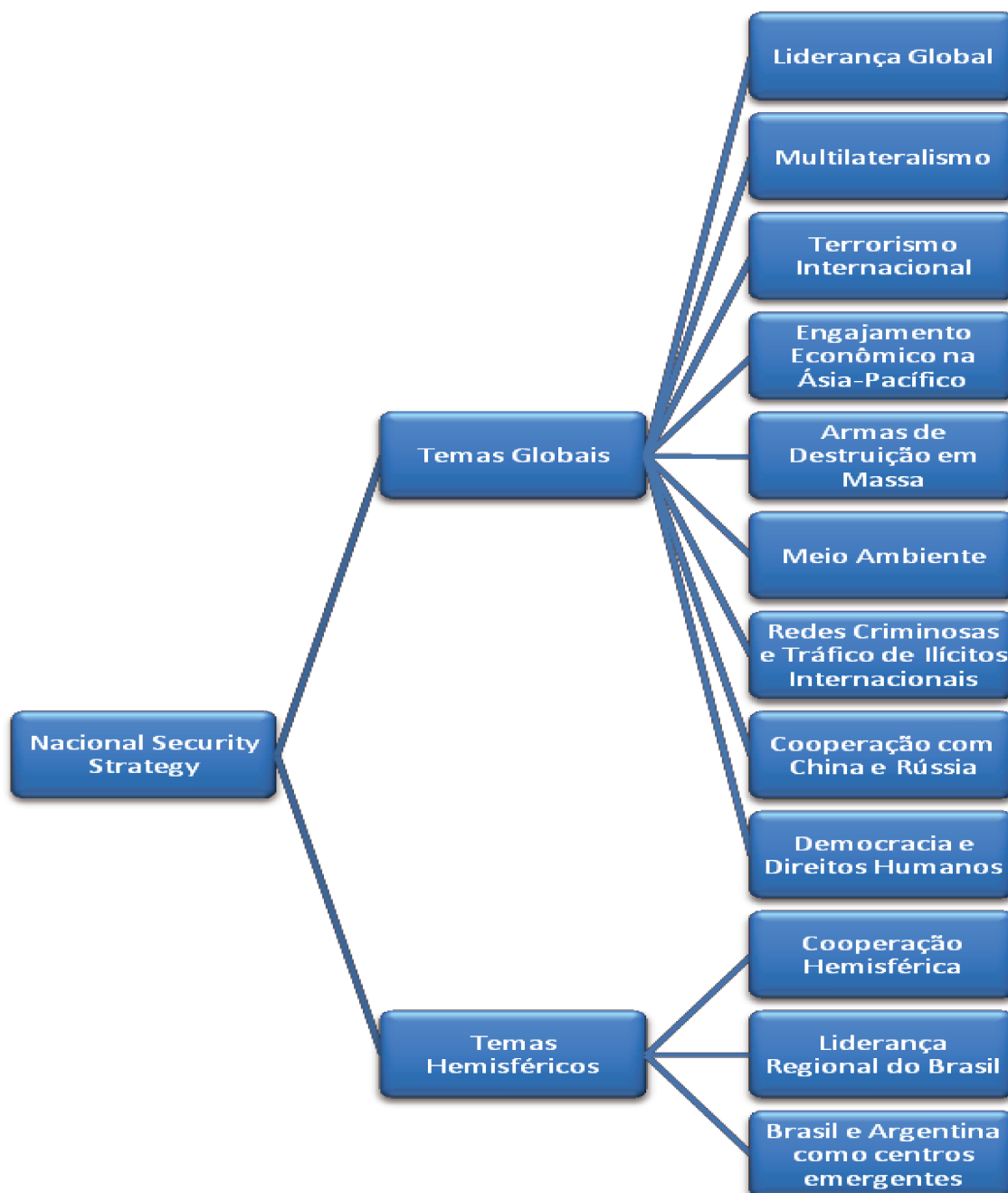
¹⁵⁶ “In the Americas, we are bound by proximity, integrated markets, energy interdependence, a broadly shared commitment to democracy, and the rule of law. Our deep historical, familial, and cultural ties make our alliances and partnerships critical to U.S. interests. We will work in equal partnership to advance economic and social inclusion, safeguard citizen safety and security, promote clean energy, and defend universal values of the people of the hemisphere” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 44).

¹⁵⁷ “[...] new and emerging powers hold out opportunities for partnership, even as a handful of states endanger regional and global security by flouting international norms” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 8).

¹⁵⁸ “[...] coupled with its steps to narrow socioeconomic gaps, provide important lessons for countries throughout the Americas and Africa” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 44).

A Figura 13 apresenta um organograma resumindo em tópicos as principais diretrizes destacadas na NSS de 2010, separadas em temas globais e hemisféricos.

Figura 13: As principais diretrizes apresentadas na *National Security Strategy* de 2010



Fonte: National Security Strategy (2010)
Organização: Brigola (2019)

Como demonstrado, a América do Sul pouco apareceu na primeira NSS apresentada pelo presidente Obama em 2010. Embora alguns temas globais enquadrem

também os países da América do Sul, não houve uma abordagem de temas específicos para a região, apenas a cooperação hemisférica, a liderança regional brasileira e o *status* do Brasil e da Argentina como centros emergentes.

A *National Security Strategy* de 2015, do segundo mandato de Barack Obama, não trouxe mudanças significativas em relação à do primeiro, sendo considerada por Pecequillo e Forner (2017, p. 377) como um “mais do mesmo”, mantendo suas diretrizes em temáticas clássicas.

Ainda prevaleceu a questão da retomada da liderança dos EUA no cenário internacional através da promoção de seus valores para alcançar seus objetivos. Nas palavras do presidente Obama: “a liderança americana é uma força global para o bem, mas está fundamentada em nossos interesses nacionais duradouros, conforme descrito na Estratégia de Segurança Nacional de 2010” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 2, tradução nossa)¹⁵⁹.

Para sustentar a liderança global estadunidense, a economia do país é um dos pilares cruciais; nesse sentido, a recuperação econômica, após a crise devastadora ocorrida em 2008, ainda continuou presente na estratégia de segurança nacional. “Uma economia forte, combinada com uma proeminente presença dos EUA no sistema financeiro global, cria oportunidades para aumentar nossa segurança” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 15, tradução nossa)¹⁶⁰, e ainda, “a economia americana é um motor para o crescimento econômico global e uma fonte de estabilidade para o sistema internacional” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 15, tradução nossa)¹⁶¹.

No âmbito da segurança, o terrorismo ainda foi apresentado como um dos pontos norteadores, juntamente com a contenção da produção de armas de destruição em massa. Sobre o terrorismo, a *Al Qaeda* foi novamente mencionada, e cabe salientar que, no ano de 2011, o líder da organização, Osama Bin Laden, havia sido capturado no Paquistão e morto por militares dos EUA. Mas, embora seu líder tenha sido abatido, o grupo não foi desmantelado, dando continuidade a suas atividades.

Pela primeira vez, foi citado o Estado Islâmico – com a sigla ISIL – e o documento também fez referência a regiões para além do Oriente Médio, citando o Norte da África, possivelmente em alusão aos conflitos civis desencadeados pela Primavera Árabe.

¹⁵⁹ “American leadership is a global force for good, but it is grounded in our enduring national interests as outlined in the 2010 National Security Strategy” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 2).

¹⁶⁰ “A strong economy, combined with a prominent U.S. presence in the global financial system, creates opportunities to advance our security” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 15).

¹⁶¹ “The American economy is an engine for global economic growth and a source of stability for the international system” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 15).

A potencial proliferação de armas de destruição em massa, particularmente armas nucleares, representa um risco grave. Mesmo que tenhamos dizimado a liderança principal da *Al Qaeda*, redes mais difusas da *Al Qaeda*, ISIL e grupos afiliados ameaçam cidadãos, interesses, aliados e parceiros dos EUA. Extremistas violentos exploram a agitação em todo o Oriente Médio e o Norte da África. (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 1, tradução nossa)¹⁶²

Temas como mudanças climáticas, segurança energética, segurança cibernética inovação tecnológica, assim como combate à pobreza extrema e defesa da democracia também são abordados, ainda que de modo mais sucinto.

A promoção de alianças e a cooperação dos EUA com os demais países ou instituições globais para a manutenção da paz e da estabilidade em diferentes regiões do planeta apareceram como uma das principais diretrizes no documento. Sobre a região da Ásia-Pacífico, o estreitamento das relações com países asiáticos foi ressaltado como uma das ferramentas cruciais para responder aos desafios regionais (THE WHITE HOUSE, 2015a). Também foi constatado que os EUA buscavam o fortalecimento dos laços econômicos com países desta região, sendo o bloco Tratado Transpacífico a parte central desse esforço (THE WHITE HOUSE, 2015a). Ainda sobre a Ásia, cabe destacar a posição da China: apesar de não estar entre os participantes do Tratado Transpacífico, no documento consta que Washington procuraria “desenvolver um relacionamento construtivo com a China, que ofereça benefícios para nossos dois povos e promova segurança e prosperidade na Ásia e no mundo” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 24, tradução nossa)¹⁶³. Entre os pontos de cooperação entre ambos, citados no texto da NSS-2015, estão as mudanças climáticas, a saúde pública, o crescimento econômico e a desnuclearização da península coreana; por outro lado, o documento enfatizou o monitoramento de Washington sobre a modernização militar chinesa e a necessidade de expandir a presença militar estadunidense na Ásia.

Sobre a Europa, o documento destacou o aprofundamento da aliança entre os EUA e os países do continente por meio da OTAN, sendo considerada a aliança mais forte que o mundo já conheceu (THE WHITE HOUSE, 2015a). As ofensivas da Rússia na Ucrânia também são citadas, demonstrando o apoio de Washington ao país invadido e a manutenção de sanções contra Moscou.

¹⁶² “The potential proliferation of weapons of mass destruction, particularly nuclear weapons, poses a grave risk. Even as we have decimated al-Qa’ida’s core leadership, more diffuse networks of al-Qa’ida, ISIL, and affiliated groups threaten U.S. citizens, interests, allies, and partners. Violent extremists exploit upheaval across the Middle East and North Africa” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 1).

¹⁶³ “[...] to develop a constructive relationship with China that delivers benefits for our two peoples and promotes security and prosperity in Asia and around the world” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 24).

As regiões do Oriente Médio e do Norte da África aparecem como baluartes de grupos terroristas que devem ser eliminados pelos EUA, assim como se firma o compromisso de Washington com a instauração da democracia nos países dessas regiões, com as resoluções de conflitos e instabilidades regionais e com a concretização de um acordo sobre o programa nuclear iraniano. Enquanto, na África subsaariana, as preocupações estão voltadas para investimentos e auxílios econômicos contra a fome e doenças como o HIV e o Ebola, a atuação militar para a resolução de conflitos internos visava à estabilidade regional, ao respeito aos direitos humanos e às liberdades básicas da população (THE WHITE HOUSE, 2015a).

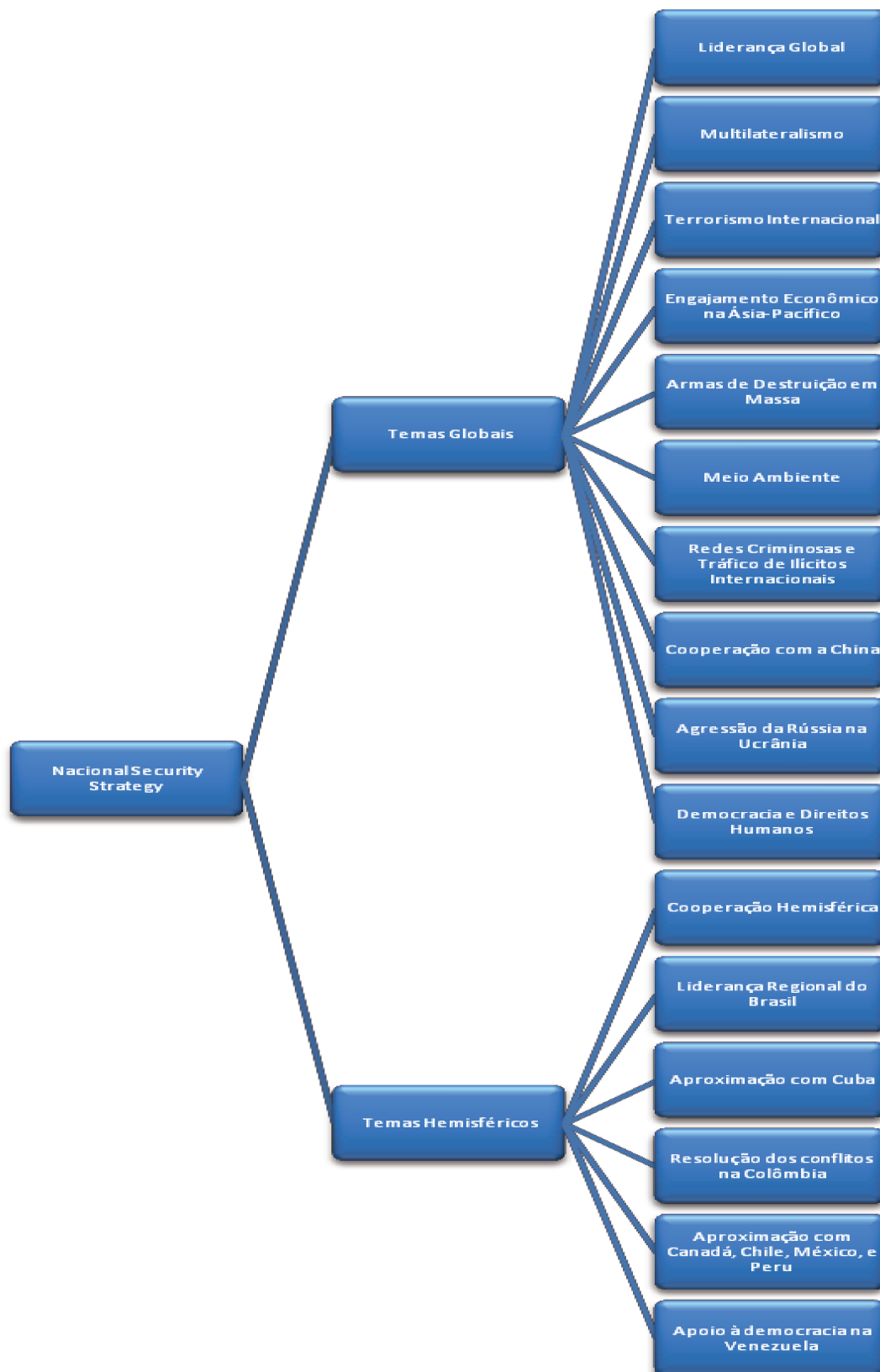
No tocante às Américas, o documento almejou por uma aproximação dos EUA com o continente, visando a um hemisfério próspero, democrático e com maior projeção no sistema internacional. Os maiores desafios para tais avanços aparecem na forma de “instituições fracas, altas taxas de criminalidade, grupos poderosos do crime organizado, tráfico ilícito de drogas, disparidade econômica remanescente e sistemas inadequados de educação e saúde” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 27, tradução nossa)¹⁶⁴.

Uma possível aproximação com Cuba foi abordada no texto, assim como a colaboração com países vulneráveis politicamente, dominados por sindicatos mafiosos, ao exemplo de Guatemala, El Salvador e Honduras; além disso, a solidariedade em relação à reconstrução do Haiti foi comentada.

O documento apresentou também a posição de aproximação econômica dos EUA com Chile, Peru, México e Canadá, objetivando formalizar novos padrões globais de comércio com a concretização do bloco Transpacífico. E, assim como na NSS de 2010, o Brasil foi citado novamente, transparecendo o objetivo de Washington em avançar na parceria econômica com Brasília. Outros aspectos e questões particulares sobre a América do Sul apareceram na NSS de 2015, como a tentativa de resolução dos conflitos e guerrilhas na Colômbia por meio de acordos com as FARC e o apoio às populações dos países em que a democracia se encontra fragilizada, como a Venezuela (THE WHITE HOUSE, 2015a).

¹⁶⁴ “[...] weak institutions, high crime rates, powerful organized crime groups, an illicit drug trade, lingering economic disparity, and inadequate education and health systems” (THE WHITE HOUSE, 2015a, p. 27).

Figura 14: As principais diretrizes apresentadas da *National Security Strategy* de 2015.



Fonte: National Security Strategy (2015)
 Organização: Brigola (2019)

Concluindo, a NSS-2010 e a NSS-2015 possuem, em sua maioria, os mesmos objetivos. Entre algumas novas diretrizes que foram acrescentadas, é possível citar a alteração da posição estadunidense em relação à Rússia, basicamente após a ofensiva militar na Ucrânia, a aproximação diplomática com Cuba, o fortalecimento das relações econômicas com os países latino-americanos (Chile, México e Peru) e com o Canadá por conta do bloco econômico Transpacífico e o apoio à democracia na Venezuela.

Contudo não houve grandes mudanças nas prioridades globais da estratégia almejada por Barack Obama. Ao se remeter às teorias da geopolítica clássica, já discutidas no primeiro capítulo da tese, o *Heartland* e, mais precisamente, o *Rimland* eurasiático continuaram sendo a área pivô dos interesses de Washington, particularmente a região do Oriente Médio, e posteriormente se estendendo para a região Ásia-Pacífico. A recuperação da economia dos EUA por meio de políticas internas ou acordos econômicos com demais países é, indiscutivelmente, um dos pilares do documento de segurança nacional, visto que o país passou por uma crise econômica classificada como a mais severa desde 1929.

Os países da América do Sul foram poucas vezes citados em ambos os documentos, tendo em vista que não foi apresentada, em nenhuma das NSS, uma política voltada especificamente para a região, mas, sim, para a América como um todo, ou para a América Latina. Em particular, o Brasil, por sua liderança regional, é o país de maior destaque do subcontinente no documento, sendo citado na NSS de 2010 e na de 2015. A Argentina foi citada apenas uma vez, na NSS de 2010, por sua posição no G-20.

Por sua vez, a NSS de 2015 apresentou questões mais específicas da América do Sul em relação à NSS de 2010, como o caso da Colômbia, o país que mantém relações mais estreitas com Washington devido a seu apoio no combate ao narcotráfico, aparecendo no documento por essa mesma razão. Chile e Peru são citados a partir do objetivo econômico dos EUA em formalizar o acordo Transpacífico, que não é um bloco restrito apenas à América do Sul. Por fim, a Venezuela, que, por passar por instabilidades políticas internas e por apresentar um viés revisionista antagônico aos EUA, também apareceu como uma preocupação para a segurança nacional estadunidense, sendo que o país sul-americano é um grande fornecedor de petróleo para os EUA e possui uma das maiores reservas petrolíferas do mundo. Provavelmente daí se origina a maior preocupação.

4.2.1 O governo Obama e as diretrizes de política externa do Departamento de Estado e da USAID: os *Strategic Plans* de 2007-2012 e de 2014-2017

Para finalizar esta abordagem, cabe fazer uma relação das duas NSSs com os objetivos nacionais determinados pelos *Strategic Plans*, pois ambos são instrumentos da política externa estadunidense. Diferente da NSS, que é preparada pelo presidente e pelo *National Security Council* (NSC)¹⁶⁵, o *Strategic Plan* é elaborado pelo Departamento de Estado em conjunto com a USAID (*United States Agency for International Development*), que foi incluída a partir de 2002 (CONTRERA; LIMA, 2009). Em suma, o *Strategic Plan* é:

[...] uma formulação que contempla o conjunto dos Assuntos Internacionais e não apenas de Política Externa. A distinção é significativa, já que Assuntos Internacionais cobre toda a gama de interesses nacionais estadunidenses, incluindo a segurança nacional, a estabilidade econômica, proteção dos cidadãos do país do exterior e resposta aos desafios globais para a saúde e o meio ambiente. Em contraste, a política externa centra-se na condução das relações com outros Estados nacionais e organizações internacionais na promoção e na defesa dos interesses nacionais. (CONTRERA; LIMA, 2009, p. 52)

Durante a gestão do presidente Obama, foi redigido apenas um *Strategic Plan*, com o período de abrangência de 2014 a 2017, correspondendo à segunda gestão do então presidente. O *Strategic Plan* anterior, com abrangência de 2007 a 2012, embora tenha correspondido em seu período aos anos da primeira gestão do presidente Obama (2009-2012), foi redigido na gestão de George W. Bush.

Contudo, é de grande importância incluir esse documento na análise, visando averiguar se houve sintonia ou conformidade na política externa do então presidente Obama com o documento. De acordo com Nelson e Tillman (1985 apud CONTRERA, 2017, p. 34), “após a Segunda Guerra Mundial as decisões presidenciais relacionadas à política externa pautaram-se cada vez mais nas informações e recomendações fornecidas pela burocracia de política externa vinculada ao Executivo”. Porém Contrera (2017, p. 34) afirma que “críticos do papel assumido pela burocracia apontaram, contudo, o risco dela estar mais interessada em predeterminar as decisões presidenciais do que simplesmente informar Presidente”.

¹⁶⁵ Desde a sua criação, no governo do presidente Truman, a função do Conselho de Segurança Nacional (NSC) foi a de assessorar e auxiliar o Presidente em matéria de segurança nacional e política externa, coordenando as várias agências governamentais. Os membros estatutários do NSC são o Presidente dos EUA, o Vice-Presidente e os Secretários de Estado e de Defesa. Pelo estatuto, o diretor da CIA e o presidente do *Joint Chiefs of Staff* são conselheiros. Outros conselheiros, incluindo membros de gabinetes adicionais, tais como o Secretário do Tesouro, podem ser convidados (CONTRERA, 2017, p. 30).

De acordo com Contrera e Lima (2009), o *Strategic Plan* de 2007-2012 estava ancorado na NSS de 2006. O documento frisa que a diplomacia estadunidense e a assistência externa estariam embasadas em três crenças fundamentais: “nossa liberdade é mais protegida ao se garantir que os outros sejam livres; nossa segurança depende de um esforço global para garantir os direitos de todos; e nossa prosperidade depende da prosperidade de outros” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 10, tradução nossa)¹⁶⁶. Os objetivos estratégicos e as metas estratégicas estão representados no Quadro 8.

Quadro 8: Objetivos estratégicos do *Strategic Plan* de 2007-2012

Objetivos Estratégicos	Metas Estratégicas
Atingir a Paz e a Segurança	Antiterrorismo
	Armas de destruição em massa e armas convencionais desestabilizadoras
	Cooperação de segurança e reforma do setor de segurança
	Prevenção, mitigação e resposta a conflitos
	Crime transnacional
	Segurança Interna
Governar justamente e democraticamente	Estado de direito e direitos humanos
	Boa governança
	Competição política e construção de consenso
	Sociedade civil
Investir nas pessoas	Saúde
	Educação
	Serviços sociais e proteção para populações especialmente vulneráveis
Promover o crescimento econômico e a prosperidade	Mercados privados
	Comércio e investimento
	Segurança energética
	Meio Ambiente
	Agricultura
Fornecer assistência humanitária	Proteção, assistência e soluções
	Prevenção e mitigação de desastres
	Meios ordenados e humanos para a gestão da migração

Fonte: U.S. Department of State; U.S. Agency for International Development (USAID).
 Strategic Plan 2007-2012 (2007).
 Organização: Brigola (2019)

¹⁶⁶ “[...] our freedom is best protected by ensuring that others are free; our security relies on a global effort to secure the rights of all; and our prosperity depends on the prosperity of others” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007).

O documento demonstra bastante semelhança com a NSS que viria a ser desenvolvida pelo presidente Obama no ano de 2010. As questões de segurança permaneceram praticamente as mesmas, tendo o terrorismo e as armas de destruição em massa um grande destaque. De acordo com o documento:

O terrorismo ameaça a paz e a segurança no país e no exterior, e prevenir o terrorismo é uma das maiores prioridades de nossa nação [...] Nós e nossos parceiros, tanto no Governo dos Estados Unidos quanto na comunidade internacional, trabalharemos para dismantelar a liderança e as redes que fornecem financiamento e outro apoio material aos terroristas. (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 12, tradução nossa)¹⁶⁷

Com relação ao objetivo de *Governar justamente e democraticamente*, o documento alega ser uma questão de princípio do governo dos EUA, e que a garantia de governos democráticos significa uma maior contribuição a sua segurança nacional. Os estados considerados autoritários “que não respondem às necessidades de seu povo ou não respeitam os direitos humanos internacionais e as normas democráticas representam uma ameaça de longo prazo à segurança dos Estados Unidos e de outras democracias” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 18, tradução nossa)¹⁶⁸. De modo semelhante, a NSS publicada em 2010 também possuía a democracia como uma questão de grande relevância, podendo-se ler em seu texto: “estamos trabalhando em estreita colaboração com os cidadãos, comunidades e líderes políticos e da sociedade civil para fortalecer as principais instituições de responsabilidade democrática” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 37, tradução nossa)¹⁶⁹.

Sobre *Promover o crescimento econômico e a prosperidade*, o documento afirma que os EUA escolheram construir sua prosperidade por meio da liderança da economia global. Entre os principais objetivos econômicos que foram registrados nas duas NSSs do governo do presidente Obama, estava a importância da região Ásia-Pacífico para o comércio estadunidense, uma questão que já vinha sendo discutida no *Strategic Plan* de 2007-2012. De

¹⁶⁷ “Terrorism threatens peace and security at home and abroad, and preventing terrorism is one of our Nation’s highest priorities [...] We and our partners, both in the U.S. Government and in the international community, will work toward dismantling the leadership and networks that provide financing and other material support to terrorists” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 12).

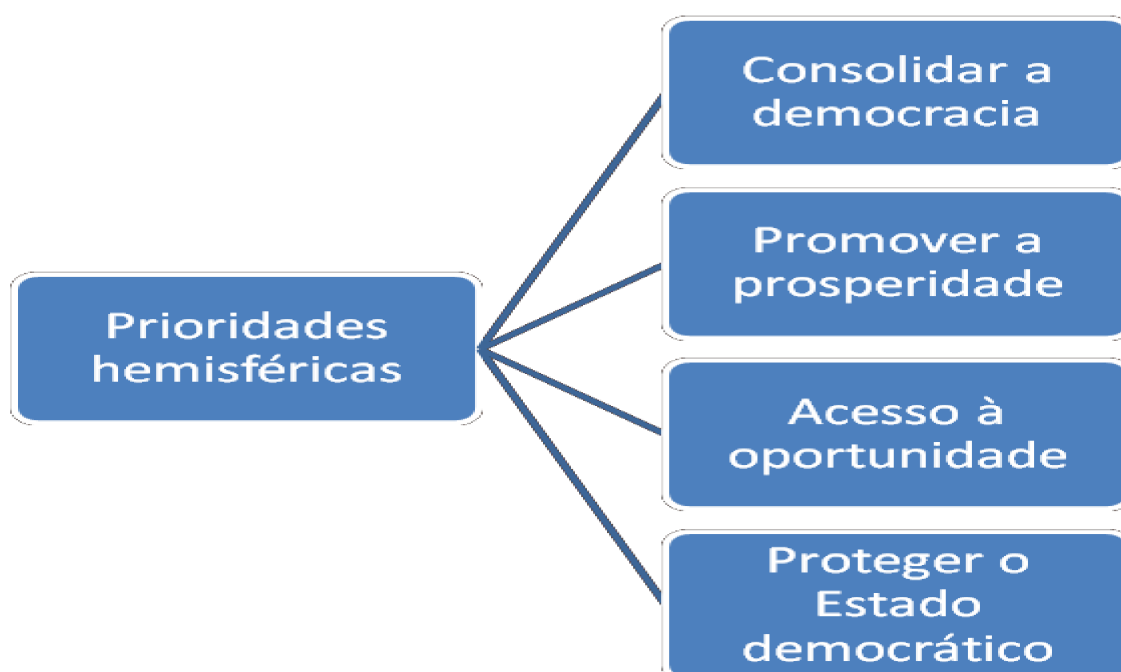
¹⁶⁸ “[...] that do not respond to the needs of their people or respect international human rights and democratic norms pose a long-term threat to the security of the United States and other democracies (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 18).

¹⁶⁹ “We are working closely with citizens, communities, and political and civil society leaders to strengthen key institutions of democratic accountability” (THE WHITE HOUSE, 2010a, p. 37).

acordo com o documento, as economias emergentes do Leste Asiático e Pacífico estavam gerando mudanças históricas nas relações regionais, sendo elas políticas, de segurança e econômicas, e os EUA iriam continuar a promover a abertura do comércio naquela região por meio dos TLCs (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007). Essa posição foi amplamente defendida pelas duas NSSs do presidente Obama, por meio da consolidação do bloco econômico TPP.

O *Strategic Plan* (2007-2012) apresentou em seu texto subdivisões em que estavam definidas as prioridades específicas dos EUA em cada região, estando elas relacionadas às sete metas estratégicas (CONTRERA; LIMA, 2009). As prioridades hemisféricas estão ilustradas na Figura 15.

Figura 15: Prioridades Hemisféricas no *Strategic Plan* (2007-2012)



Fonte: U.S. Department of State; U.S. Agency for International Development (USAID). *Strategic Plan* 2007-2012 (2007).
Organização: Brigola (2019)

Dentro dessas prioridades, cabe destacar que os EUA continuariam a trabalhar em conjunto com seus vizinhos regionais para fortalecer a democracia em todo o hemisfério. Para alcançar esse objetivo, o *Strategic Plan* (2007-2012) afirma que o governo dos EUA iria cooperar para fortalecer as instituições da democracia representativa, como partidos políticos,

legislaturas, agências executivas, mídia e sociedade civil (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007).

No tópico referente ao *Acesso à oportunidade*, foram abordados o combate à pobreza e a melhoria da qualidade de vida da população no hemisfério, combatendo também doenças altamente contagiosas como o HIV. No tocante às questões econômicas, foram abordadas a formalização dos TLCs com os países andinos e a pressão do governo dos EUA “pela reforma de mercado, transparência e ambientes de regulamentação e jurídicos propícios à abertura e à expansão do setor privado doméstico, bem como à atração de investimentos – nacionais e estrangeiros” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 55, tradução nossa)¹⁷⁰. Quanto à questão da segurança, o documento abordou o terrorismo, o crime organizado e o tráfico de ilícitos, afirmando que “os Estados Unidos, trabalhando por meio da Cúpula das Américas e da OEA, continuarão a ajudar a reformular a agenda e as instituições de segurança do hemisfério” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 55, tradução nossa)¹⁷¹. De acordo com o documento, “essas metas estão refletidas em uma agenda hemisférica comum moldada pelas Cúpulas das Américas” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 54, tradução nossa)¹⁷².

O *Strategic Plan* (2007-2012) demonstrou um discurso em direção ao multilateralismo, tanto nas prioridades globais, quanto nas prioridades hemisféricas. O documento até apresentou uma seção específica sobre as Organizações Internacionais. Durante o período em que o *Strategic Plan* (2007-2012) foi formulado, o cargo de Secretário de Estado estava sendo ocupado por Condoleezza Rice e os cargos de Administrador em exercício da USAID e Diretor Interino de Assistência Externa estavam com Henrietta H. Fore, ambas do Partido Republicano. De acordo com Contrera (2017), entre os anos de 1992 e 2012, a ênfase pelo multilateralismo tinha aparecido tanto nos discursos do Partido Democrata como do Partido Republicano, porém, mesmo que os dois partidos se demonstrem mais liberais do que conservadores no tocante ao multilateralismo, os democratas são mais

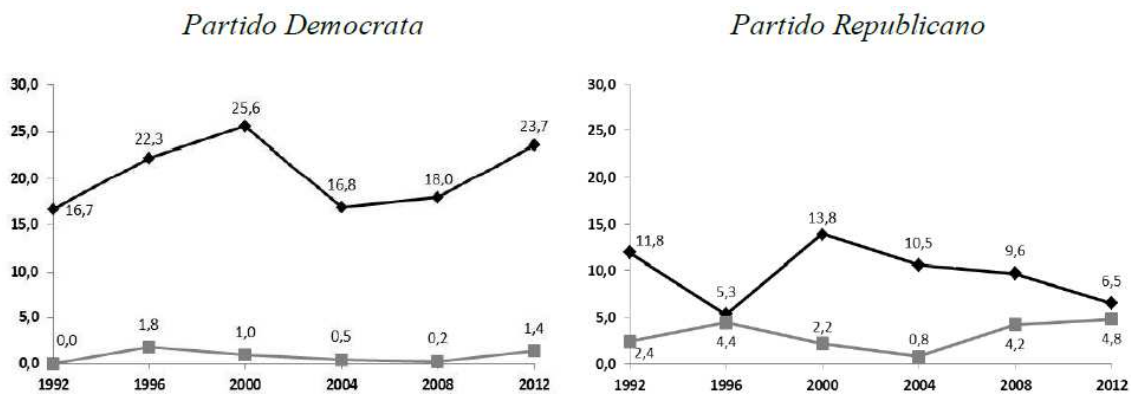
¹⁷⁰ “[...] for market reform, transparency, and regulatory and legal environments conducive to opening and expanding the domestic private sector, as well as attracting investment — domestic and foreign” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 55).

¹⁷¹ “The United States, working through the Summit of the Americas and the OAS, will continue to help reshape the hemisphere’s security agenda and institutions” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 55).

¹⁷² “These goals are reflected in a common hemispheric agenda shaped by the Summits of the Americas” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2007, p. 54).

enfáticos nesta via de política externa do que os republicanos (CONTRERA, 2017). Essa abordagem está ilustrada no Gráfico 15.

Gráfico 15: Frequência de aparição das categorias positiva e negativa do Multilateralismo nos manifestos de democratas e republicanos (1992-2012)



Fonte: Contrera (2017)

O *Strategic Plan* de 2014-2017 foi o único redigido durante a gestão do presidente Obama, e, diferentemente do *Strategic Plan* anterior (2007-2012), foi formulado por membros do Partido Democrata, como o então Secretário de Estado John F. Kerry e Rajiv Shah, então administrador da USAID. Os objetivos estratégicos do *Strategic Plan* de 2014-2017 estão ilustrados no Quadro 9.

Quadro 9: Objetivos estratégicos do *Strategic Plan* de 2014-2017

Objetivos Estratégicos	Metas Estratégicas
Fortalecer o alcance econômico dos EUA e obter um impacto econômico positivo	Expandir o acesso a mercados futuros, investimento e comércio
	Promover o crescimento econômico inclusivo, reduzir a pobreza extrema e melhorar a segurança alimentar
Fortalecer o impacto da Política Externa dos Estados Unidos sobre os nossos desafios estratégicos	Construir uma nova estabilidade no Oriente Médio e no Norte da África
	Reequilibrar a política externa para a região Ásia-Pacífico através de diplomacia aprimorada, cooperação em segurança e desenvolvimento
	Prevenir e responder a crises e conflitos, a fontes de fragilidade e prestar assistência humanitária aos necessitados
	Superar os desafios de segurança globais através do engajamento diplomático e cooperação para o desenvolvimento
	Fortalecer os esforços dos Estados Unidos para combater os desafios de Saúde Global.
Promover a transição para um ambiente de baixa emissão, resiliente ao clima, enquanto expandimos o acesso global a uma energia sustentável	Construção de uma forte ação doméstica, liderar ações internacionais para combater as alterações climáticas
	Promover a segurança energética, o acesso à energia limpa e a transição para uma economia global mais limpa.
Proteger interesses vitais dos EUA através da promoção da Democracia e dos Direitos Humanos e fortalecimento da sociedade civil	Incentivar a governabilidade democrática como uma força para a estabilidade, a paz e a prosperidade
	Promover e Proteger os Direitos Humanos através de um engajamento bilateral e multilateral construtivo e assistência específica
	Fortalecer e proteger a sociedade civil, reconhecendo o papel fundamental da capacidade local na promoção de uma governança democrática e proteção de direitos humanos
Modernizar o modo com que fazemos diplomacia e desenvolvimento	Habilitar diplomatas e profissionais de desenvolvimento para influenciar e operar de forma mais eficiente, eficaz e colaborativa

Fonte: U.S. Department of State; U.S. Agency for International Development (USAID).
 Strategic Plan 2014-2017 (2014).
 Organização: Brigola (2019).

Como é possível observar no Quadro 9, os objetivos descritos no *Strategic Plan* (2014-2017) se complementam com os temas abordados na NSS de 2010 e na de 2015, o que demonstra uma conformidade da burocracia do Departamento de Estado com as diretrizes traçadas pelo presidente Obama. No tocante à economia, o objetivo estratégico sob o título *Fortalecer o alcance econômico dos EUA e obter um impacto econômico positivo* almejou o acesso dos EUA a futuros mercados, investimento e comércio por meio do estímulo à redução de barreiras, à abertura comercial e à negociação de acordos de livre-comércio. De acordo com Contrera (2017, p. 203), “o grande foco naquele momento era a conclusão das negociações da Parceria Transpacífico, a qual estava relacionada a uma meta específica em torno de fortalecer a integração econômica regional”.

Sobre o tema da segurança, sob o título *Fortalecer o impacto da Política Externa dos Estados Unidos sobre os nossos desafios estratégicos*, a estabilidade no Oriente Médio e no Norte da África foi registrada como a principal prioridade desse objetivo estratégico, assim como o combate a grupos terroristas e a contenção do Irã na aquisição de armamento nuclear. A região da Ásia-Pacífico também foi citada nessa temática, sobretudo por conta das atividades envolvendo armamento nuclear com a Coreia do Norte. De acordo com o documento, as “parcerias fortalecidas com a China, a Indonésia e a Índia – e com outros parceiros emergentes, incluindo o Vietnã e a Birmânia – contribuem para a estabilidade e a prosperidade regional” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2014, p. 19, tradução nossa)¹⁷³.

As questões sobre meio ambiente, em especial as mudanças climáticas e as fontes de energia sustentáveis, tiveram destaque como um dos objetivos estratégicos do *Strategic Plan* de 2012-2017, sob o título *Promover a transição para um ambiente de baixa emissão, resiliente ao clima, enquanto expandimos o acesso global a uma energia sustentável*. De acordo com o documento, as mudanças climáticas representam “uma ameaça real e iminente aos interesses centrais dos EUA e à economia global [...] Fontes sustentáveis e seguras de energia são fundamentais para o crescimento econômico global, a prosperidade e a estabilidade” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2014, p. 25, tradução nossa)¹⁷⁴. No *Strategic Plan* anterior (2007-2012),

¹⁷³ “Strengthened partnerships with China, Indonesia, and India – and with other emerging partners, including Vietnam and Burma – contribute to regional stability and prosperity” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2014, p. 19).

¹⁷⁴ “[...] a real and imminent threat to core U.S. interests and to the global economy [...] Sustainable and secure sources of energy are fundamental to global economic growth, prosperity, and stability” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2014, p. 25).

as questões ambientais apareceram como metas estratégicas, atreladas ao objetivo estratégico *Promover o crescimento econômico e a prosperidade*.

No tocante ao objetivo estratégico *Proteger interesses vitais dos EUA através da promoção da Democracia e dos Direitos Humanos e fortalecimento da sociedade civil*, o documento aponta que esses valores são “um investimento estratégico de longo prazo em nossa segurança, uma questão de princípio e uma fonte crucial de nossa influência e força internacional” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2014, p. 30, tradução nossa)¹⁷⁵. A promoção da democracia e dos direitos humanos, que também foi enfatizada no *Strategic Plan* de 2007-2012, manteve-se como temática do Partido Democrata no *Strategic Plan* de 2014-2017, e ainda cabe frisar novamente que tal temática apareceu nas duas NSSs elaboradas durante o governo do presidente Obama.

O último objetivo estratégico foi intitulado *Modernizar o modo com que fazemos diplomacia e desenvolvimento*. O documento ressaltou a relevância do Departamento de Estado e da USAID na condução e na realização das assistências feitas pelos EUA por meio de suas diretrizes de política externa e também o compromisso do governo estadunidense de tornar esses órgãos cada vez mais eficientes. A assistência externa há tempos está presente na agenda de política externa dos EUA, sendo definida por Mateo (2017, p. 46) como “todas as transferências de recursos feitas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, político e social no exterior”. Mais especificamente:

No século XX, a ajuda externa [dos EUA] serviu a múltiplos propósitos: diplomáticos, culturais, de desenvolvimento e segurança, humanitários e comerciais. Após a Guerra Fria, a promoção de transição política e econômica nos antigos países soviéticos, o apoio à governança democrática, a mediação de conflitos, a administração de transições pós-conflito e de problemas climáticos, e a luta internacional contra o terrorismo estão cada vez mais importantes. (PICARD; BUSS, 2009, p. 8 apud MATEO, 2017, p. 58)

Diferentemente do *Strategic Plan* anterior (2007-2012), o *Strategic Plan* de 2014-2017 não apresentou, em seu texto, um capítulo com subdivisões das prioridades estratégicas específicas para cada região do globo terrestre, com exceção do Oriente Médio, do Norte da África e da região da Ásia-Pacífico, que apareceram como título de metas estratégicas. As

¹⁷⁵ “[...] a strategic long-term investment in our security, a matter of principle, and a crucial source of our international influence and strength” (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2014, p. 30).

demais regiões apareceram atreladas aos objetivos estratégicos e às metas estratégicas, porém, sem serem abordadas com especificidade. Praticamente nenhum país sul-americano foi mencionado, mas a América Latina foi citada como um mercado em ascensão para as exportações dos EUA, uma aliada na promoção do crescimento econômico e no combate à pobreza e como uma região com instituições judiciais que seriam fortalecidas pelos EUA (U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2014).

Por fim, concluímos que as NSSs publicadas no governo do presidente Obama (2010 e 2015) mantiveram as diretrizes principais apontadas pelo *Strategic Plan* de 2009-2012. Embora esse documento tenha sido elaborado por republicanos, como já mencionado, ele apresentou uma forte tendência ao multilateralismo, uma característica mais marcante nos governos democratas, e isso provavelmente contribuiu para que o presidente Obama tivesse mantido as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Estado, sendo que o período de abrangência daquele documento envolveria seus primeiros anos de governo.

Após estudar e apresentar as *National Security Strategies* do governo Barack Obama (2010 e 2015) e os *Strategic Plans* (2007-2012 e 2014-2017) do Departamento de Estado e da USAID, na sequência, foi realizada uma pesquisa aprofundada sobre a política externa daquele governo para a América do Sul. Cabe verificar e compreender se o discurso e a proposta apresentados por Barack Obama para a região se concretizaram ou não e, em caso afirmativo, de que modo ocorreram na prática. Foi dada maior ênfase a países como o Brasil e a Venezuela, que se apresentaram como líderes regionais durante o início do governo de Obama – ainda que enfraquecendo essa posição ao longo de seu segundo mandato –, e também a Colômbia, que possui uma relação mais estreita com os EUA no campo da segurança. Isso não significa que os demais países foram descartados da pesquisa: eles foram mencionados quando surgiram questões pertinentes, porém, sem a mesma relevância em relação ao Brasil, à Venezuela e à Colômbia.

4.3 O primeiro mandato de Obama e a América do Sul: esperança e desapontamento

Ao assumir a presidência dos EUA em janeiro de 2009, Obama trouxe esperança aos governantes sul-americanos no que diz respeito às relações entre Washington e os países da América do Sul, em especial após o já mencionado discurso *Renewing U.S. Leadership in the Americas*. A política externa de seu antecessor, George W. Bush, colocou a América do

Sul como uma região de interesse secundário em sua agenda, estando ela direcionada para o *Heartland e Rimland* eurasiático.

O discurso do então novo presidente reacendeu a expectativa de que as relações hemisféricas seriam positivas, sobretudo as relações políticas: Barack Obama afirmou que elas seriam, a partir de seu governo, de caráter cooperativo, em oposição àquela velha política baseada nos princípios da Doutrina Monroe.

De acordo com Lowenthal (2011), após assumir a presidência, Obama e sua equipe rapidamente mostraram interesse pela América Latina como um todo. Algumas reuniões com presidentes sul-americanos foram marcadas, sendo Lula da Silva, do Brasil, o primeiro presidente estrangeiro a ser recebido em *Camp David*. Logo depois, o presidente Obama recebeu Michele Bachellet, do Chile, e Álvaro Uribe, da Colômbia, em Washington. Também o vice-presidente Joseph Biden visitou o Chile em março de 2009 (LOWENTHAL, 2011).

No dia 17 de abril de 2009, ocorreu a 5ª *Cúpula das Américas*, em Trinidad e Tobago. Nesse evento, um fato curioso foi o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, presentear o presidente Obama com o livro *As veias abertas da América Latina*, de autoria de Eduardo Galeano, que retrata o passado histórico da América Latina, caracterizado pela exploração econômica por potências europeias. Após as relações conturbadas da Venezuela durante a gestão de George W. Bush, a atitude de Chávez representou “um sinal de ‘paz’ com o governo americano” (FOLHA DE S. PAULO, 2009).

Durante a 5ª *Cúpula das Américas*, Barack Obama discursou de modo positivo sobre as propostas de sua gestão para as relações hemisféricas de um modo geral, não aparecendo em sua fala algo especificamente sobre a América do Sul. Nas palavras do então presidente dos EUA:

Acho que todos reconhecem que nos reunimos em um momento crítico para o povo das Américas. Nosso bem-estar retrocedeu por uma crise econômica histórica. Nossa segurança está ameaçada por uma ampla gama de ameaças. Mas esse perigo pode ser ofuscado pela promessa de uma nova prosperidade e segurança pessoal e pela proteção da liberdade e da justiça para todas as pessoas do nosso hemisfério. Esse é o futuro que podemos construir juntos, mas apenas se avançarmos com um novo senso de parceria. (OBAMA, 2009, n.p., tradução nossa)¹⁷⁶

¹⁷⁶ “I think everybody recognizes that we come together at a critical moment for the people of the Americas. Our well-being has been set back by a historic economic crisis. Our safety is endangered by a broad range of threats. But this peril can be eclipsed by the promise of a new prosperity and personal security and the protection

Barack Obama também comentou sobre as gestões passadas, sem citar nomes, alegando que as questões mal resolvidas do passado seriam corrigidas em sua gestão:

Sei que as promessas de parceria não foram cumpridas no passado e que essa confiança deve ser conquistada ao longo do tempo [...] Com muita frequência, uma oportunidade de construir uma nova parceria das Américas foi prejudicada por debates obsoletos [...] Não vim aqui para debater o passado – vim aqui para lidar com o futuro [...] E trabalhando juntos, podemos dar passos importantes para avançar na prosperidade, na segurança e na liberdade. Essa é a agenda do século XXI que nos reunimos para aprovar. (OBAMA, 2009, n.p., tradução nossa)¹⁷⁷

Entre as propostas de política externa para o hemisfério, o presidente Obama iniciou pela questão do estímulo ao crescimento econômico dos países, como a atuação de medidas necessárias para que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) conseguisse aumentar seus níveis de empréstimos, assim como o comprometimento dos EUA no trabalho para minorar a desigualdade social. De acordo com Barack Obama, foram pedidos ao Congresso do EUA US\$ 448 milhões em assistência imediata para os países afetados pela crise de 2008 (OBAMA, 2009), e ainda foi anunciado por ele “um novo Fundo de Crescimento das Microfinanças para o hemisfério que pode reiniciar os empréstimos podendo impulsionar empresas e empreendedores” (OBAMA, 2009, n.p., tradução nossa)¹⁷⁸.

Em seu discurso, o presidente Obama também incluiu políticas do meio ambiente, chegando a propor uma Parceria Energética e Climática das Américas, a qual se comprometeria com o progresso de um futuro sustentável. O Brasil chegou a ser citado pelo então presidente, devido ao país possuir destaque no uso de energia renovável.

A questão da segurança também foi abordada, sobretudo em relação ao combate aos cartéis de drogas e à contenção do tráfico de armamentos entre grupos narcoterroristas. Nas palavras do presidente Obama, a segurança só viria com liberdade e justiça, valores

of liberty and justice for all the people of our hemisphere. That's the future that we can build together, but only if we move forward with a new sense of partnership” (OBAMA, 2009, n.p.).

¹⁷⁷ “I know that promises of partnership have gone unfulfilled in the past, and that trust has to be earned over time [...] Too often, an opportunity to build a fresh partnership of the Americas has been undermined by stale debates [...] I didn't come here to debate the past – I came here to deal with the future [...] And by working together, we can take important steps forward to advance prosperity and security and liberty. That is the 21st century agenda that we come together to enact” (OBAMA, 2009, n.p.).

¹⁷⁸ “[...] a new Microfinance Growth Fund for the hemisphere that can restart the lending that can power businesses and entrepreneurs” (OBAMA, 2009, n.p.).

fundamentais da Carta Interamericana de Direitos Humanos, sendo um imperativo promovê-la (OBAMA, 2009).

Por fim, o presidente Obama abordou as relações com Cuba, alegando que seu governo estava disposto a “virar a página” em relação ao passado e buscar um novo começo com o país. Entre as questões sobre a aproximação com a ilha, o presidente Obama frisou a necessidade de rever, sobretudo, as políticas em relação às drogas, à migração e a questões econômicas, de direitos humanos, de liberdade de expressão e de reforma democrática (OBAMA, 2009).

4.3.1 A Política Externa do governo Obama em sua dimensão político-estratégica

Para Colombo e Frechero (2012), foi unânime o entusiasmo entre os países da América Latina com o resultado da 5ª *Cúpula das Américas*, porém, na América do Sul, o entusiasmo foi efêmero. Em agosto de 2009, ainda no primeiro ano da gestão Obama, foi anunciado um acordo militar entre os EUA e a Colômbia (LOWENTHAL, 2011), sendo assinado no dia 30 de outubro do mesmo ano. O acordo de cooperação em defesa entre os EUA e a Colômbia foi batizado formalmente de *Supplemental Agreement for Cooperation and Technical Assistance and Security* (SACTA).

O acordo teria como função “facilitar uma cooperação bilateral eficaz em questões de segurança na Colômbia, incluindo produção e tráfico de narcóticos, terrorismo, contrabando ilícito de todos os tipos e desastres humanitários e naturais” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2009, n.p., tradução nossa)¹⁷⁹. O Departamento de Estado dos EUA destacou que o acordo não permitiria nenhuma base militar estadunidense em solo colombiano, mas garantiria o acesso dos EUA às instalações colombianas acordadas (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2009), que estão representadas na Figura 16. Conforme o texto do acordo, as bases eram:

[...] a Base Aérea Germán Olano Moreno, em Palanquero; a Base Aérea Alberto Pawells Rodríguez, em Malambo; o Forte Militar de Tolemaida, em Nilo; o Forte Militar Larandía, em Florencia; a Base Aérea Capitán Luis Fernando Gómez Niño, em Apíay; a Base Naval ARC Bolívar, em Cartagena; e a Base Naval ARC Málaga em Bahía Málaga; e permitindo o

¹⁷⁹ “[...] facilitate effective bilateral cooperation on security matters in Colombia, including narcotics production and trafficking, terrorism, illicit smuggling of all types, and humanitarian and natural disasters” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2009, n.p.).

acesso e o uso de outras instalações e locais, conforme acordado entre as Partes ou seus Agentes Executivos. (GOVERNMENT OF THE UNITED STATES; GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF COLOMBIA, 2009, n.p., artigo IV, tradução nossa)¹⁸⁰

Figura 16: Bases colombianas citadas no acordo de defesa entre EUA e Colômbia, em 2009



Fonte: Vieira (2014).

Como demonstra Vieira (2014), as bases continuariam pertencendo à Colômbia, mas seriam dirigidas pelos EUA por dez anos, para utilização das Forças Armadas estadunidenses.

¹⁸⁰ “[...] Germán Olano Moreno Air Base, Palanquero; Alberto Pawells Rodríguez Air Base, Malambo; Tolemaida Military Fort, Nilo; Larandia Military Fort, Florencia; Capitán Luis Fernando Gómez Niño Air Base, Apiay; ARC Bolívar Naval Base in Cartagena; and ARC Málaga Naval Base in Bahía Málaga; and by allowing access to and use of other facilities and locations as may be agreed by the Parties or their Executive Agents” (GOVERNMENT OF THE UNITED STATES; GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF COLOMBIA, 2009, n.p., article IV).

Entre as bases, a de *Palanquero* teria o maior destaque, sendo realizado um *addendum* sobre ela no *Military Construction Program – Fiscal Year (FY) 2010, Budget Estimates* – publicado pela Força Aérea dos EUA, em maio de 2009¹⁸¹. Nesse documento, foram registradas as estimativas dos gastos militares da força aérea dos EUA para o ano de 2010, as quais deveriam ser enviadas para a aprovação do Congresso dos EUA.

No documento, consta o pedido de 46 milhões de dólares para investimento na melhoria estrutural da base aérea, pois ela tem a vantagem potencial de apoiar “missões de mobilidade, fornecendo acesso a todo o continente, exceto à região do Cabo Horn, se houver combustível disponível, e a mais da metade do continente, se não for reabastecido” (U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE, 2009, p. 215, tradução nossa)¹⁸².

Para as missões na base de *Palanquero*, seria utilizado o avião de transporte C-17 Globe Master III: seu alcance sem abastecimento está ilustrado na Figura 17. De acordo com o relatório da força aérea, a partir de *Palanquero*, os EUA teriam:

[...] uma oportunidade única para operações de espectro total¹⁸³ em uma sub-região crítica do nosso hemisfério, onde a segurança e a estabilidade estão sob constante ameaça de insurgências terroristas financiadas por narcóticos, governos anti-EUA, pobreza endêmica e desastres naturais recorrentes. (U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE, 2009, p. 215, tradução nossa)¹⁸⁴

¹⁸¹ O *addendum* foi incorporado ao relatório em 16 de novembro de 2009 (U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE, 2009).

¹⁸² “[...] the mobility mission by providing access to the entire South American continent with the exception of the Cape Horn region if fuel is available, and over half of the continent unrefueled (U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE, 2009, p. 215).

¹⁸³ “O Exército define operações de espectro total como a combinação de operações ofensivas, defensivas e de estabilidade no exterior ou operações de apoio civil em solo dos EUA” (SMALL WARS JOURNAL, 2012, n.p., tradução nossa). / “The Army defines full spectrum operations as the combination of offensive, defensive, and either stability operations overseas or civil support operations on U.S. soil” (SMALL WARS JOURNAL, 2012, n.p.).

¹⁸⁴ “[...] a unique opportunity for full spectrum operations in a critical sub region of our hemisphere where security and stability is under constant threat from narcotics funded terrorist insurgencies, anti-US governments, endemic poverty and recurring natural disasters” (U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE, 2009, p. 215).

Figura 17: Alcance de ida e volta sem reabastecimento do avião C-17 Globe Master III na América Latina



Fonte: Vieira (2014).

É importante ressaltar que o acordo entre EUA e Colômbia foi assinado em 30 de outubro de 2009 e submetido ao congresso em 16 de novembro (U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE, 2009) do mesmo ano. Contudo, no dia 28 de outubro de 2009, já havia sido publicado o *National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2010*, no qual constava o aceite do Congresso dos EUA para a liberação dos 46 milhões de dólares para a base de *Palanquero* assim que fosse assinado o acordo entre os países (111th U.S. CONGRESS, 2009). Ou seja, pela análise dos documentos, é evidente que as verbas para a manutenção estrutural da base militar já estavam destinadas antes da assinatura do acordo e da incorporação do *addendum* ao *Military Construction Program— Fiscal Year (FY) 2010, Budget Estimates*.

Entre as bases aéreas estadunidenses que estão localizadas fora do território dos EUA, a base de *Palanquero* seria uma das que receberiam os maiores recursos no ano de 2010. A Tabela 12 mostra que, entre as oito bases aéreas que receberiam esses recursos, *Palanquero* ficaria atrás apenas de *Andersen Air Force Base*, em Guam, e *Al Udeid Air Base*, no Qatar.

Tabela 12: Recursos em milhões de dólares destinados para as bases aéreas estadunidenses fora dos EUA (*Fiscal Year 2010*)

País	Instalação ou Localização	Montante
Afganistão	Bagram Air Base	\$22,000,000
Colômbia	Palanquero Air Base	\$46,000,000
Alemanha	Ramstein Air Base	\$34,700,000
Alemanha	Spangdahlem Air Base	\$23,500,000
Guam	Andersen Air Force Base	\$61,702,000
Itália	Naval Air Station Sigonella	\$31,300,000
Qatar	Al Udeid Air Base	\$60,000,000
Turquia	Incirlik Air Base	\$9,200,000

Fonte: *National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2010*
Organização: Brigola (2020).

Antes da assinatura do acordo com a Colômbia, apenas o anúncio da sua formalização foi suficiente para levantar uma série de discussões entre os países sul-americanos, assunto que acabou se tornando a pauta principal da 3ª *Cúpula da Unasul*, ocorrida em Quito, no dia 10 de agosto de 2009, da qual a Colômbia não participara. O assunto foi levado para uma reunião da Unasul em Bariloche, Argentina, no dia 28 de agosto de 2009, tendo então a presença da Colômbia no evento, situação que, para muitos, especialmente alguns jornais, seria motivo para colocar à prova a utilidade da organização recém-criada em 2008.

O resultado foi uma polarização da região, pois, mesmo com a tentativa de Álvaro Uribe, então presidente da Colômbia, de convencer os demais países que o acordo não afetaria a estabilidade regional por ter como meta apenas o combate ao tráfico de ilícitos, a explicação não foi bem aceita pelos demais governantes e entre os críticos mais severos estavam os governos da Venezuela, da Bolívia e do Equador.

Nas palavras de Álvaro Uribe “não são bases americanas, mas colombianas que contarão com militares dos Estados Unidos” (CARMO, 2009a, n.p.). De acordo com Abdul-Hak (2013), o governo peruano mostrou apoio à Colômbia, enquanto “os demais países

buscaram encontrar um meio termo na polarização provocada pela Colômbia, de um lado, e a Venezuela, o Equador e a Bolívia, de outro” (ABDUL-HAK, 2013, p. 169).

Entre as objeções dos presidentes sul-americanos, Rafael Correa enfatizou que “os problemas são da Colômbia e devem ser resolvidos pela Colômbia” (CARMO, 2009a, n.p.). Hugo Chávez apresentou na reunião o relatório *Global En Route Strategy (Livre Blanco)*, no qual constavam informações sobre a base de *Palanquero*, em especial, sobre a mobilidade do avião C-17, embora ele seja uma aeronave de transporte e não possua armamentos. Para Chávez, “essa ‘mobilidade’ na região poderia surgir a partir deste pacto entre Colômbia e Estados Unidos” (CARMO, 2009b, n.p.).

Com desconfiança de que o acordo poderia ameaçar a soberania dos demais países da América do Sul, os líderes “pediram a Uribe a apresentação do documento do acordo aos integrantes do Conselho de Segurança da Unasul e o acesso de membros do Conselho às bases colombianas que serão usadas pelos americanos” (CARMO, 2009a, n.p.). Essa desconfiança dos países sul-americanos era legítima de acordo com autores como Moniz Bandeira (2008) e Cantor (2012). Para eles, a Colômbia, desde o Plano Colômbia, tornou-se uma peça importante no xadrez sul-americano – semelhante a Israel no Oriente Médio –, passando a ser um país *pivot* para a influência estadunidense na região, em especial para antagonizar países com posicionamentos revisionistas a Washington.

De modo semelhante, Ostos Cetina (2011) afirma que, por conta de a Colômbia estar localizada em um ponto intermediário entre a América Central, o Mar do Caribe e a América do Sul, o país é classificado como o *Rimland* na estratégia dos EUA para a América Latina, sendo um “posto avançado de onde se propõe ‘monitorar’ e atender a tudo o que acontecer no que eles consideram, até hoje, sua principal área de influência em todo o mundo” (OSTOS CETINA, 2011, p. 159, tradução nossa)¹⁸⁵.

O então presidente do Brasil, Lula da Silva, procurou fazer uma intermediação diplomática para que os ânimos não continuassem exaltados durante a reunião, buscando uma solução pacífica para o problema em questão. De acordo com Saraiva (2009), o Brasil optou por buscar “o caminho do meio”, pois não possuía uma política externa de confrontação aos EUA, mas, ao mesmo tempo, não poderia aceitar a presença militar de um ator externo na América do Sul, sua principal área de interesse.

¹⁸⁵ “[...] puesto de avanzada desde el cual se propone ‘vigilar’ y atender todo aquello que se presente en la que consideran hasta el día de hoy, su principal zona de influencia en todo el mundo” (OSTOS CETINA, 2011, p. 159).

O presidente Lula da Silva falou sobre a importância da Unasul para a região, como um mecanismo para solução de problemas internos. O respeito à soberania de cada país também foi abordado pelo então presidente brasileiro:

É importante que a gente deixe claro que nós temos que partir do pressuposto de que toda integração que nós queremos não nos dá o direito de achar que podemos ter ingerência na soberania da Argentina, do Equador, do Brasil, da Bolívia, da Colômbia. Não. Soberania é uma coisa sagrada que cada povo conquistou. (SILVA, 2009, n.p.)

Ademais, o presidente Lula afirmou que havia conversado com o presidente Obama solicitando uma reunião da Unasul, durante uma reunião do G-20 ou da ONU, com a presença do então presidente estadunidense. De acordo com o presidente Lula, o objetivo dessa reunião seria deixar clara a relação que os EUA estavam querendo ter com a América do Sul. Porém a solicitação não foi atendida pelo presidente Obama (SILVA, 2009). Sobre sua fala com o presidente estadunidense, o presidente Lula da Silva afirmou que havia dito a ele que:

[...] nós respeitamos a soberania e os acordos bilaterais que as nações fazem. Mas o que nós queremos? Nos resguardar. E que no tratado estejam contidas garantias jurídicas para que a gente possa ter fórum internacional [capaz] de dizer: olha, está extrapolando o limite. (SILVA, 2009, n.p.)

De acordo com Carmo:

A reunião terminou com um documento indicando que os assuntos de Defesa serão discutidos na próxima reunião do Conselho de Defesa, na primeira quinzena de setembro. O texto final afirma que a América do Sul deve ser uma “área de paz” e que “forças estrangeiras” não devem interferir na soberania dos países da região. O documento diz ainda que as nações sul-americanas devem combater o terrorismo e o narcotráfico. (CARMO, 2009b, n.p.)

Embora os países da Unasul e o CDS tenham tomado uma posição conjunta contra as bases estadunidenses na região, o acordo colombiano com Washington se mostrou um potencial estopim para divergências na América do Sul, com a Colômbia ameaçando deixar o bloco, afirmando “falta de sensibilidade dos Estados membros diante dos problemas

de insegurança que afetam o país, como narcotráfico, terrorismo e tráfico de armas” (ACOSTA, 2009, n.p.).

No dia 27 de novembro de 2009, ocorreu a reunião extraordinária de Ministros de Relações Exteriores e de Defesa da Unasul, em Quito, Equador, como prevista pelo documento que resultou da reunião em Bariloche. Neste encontro, o então ministro das relações exteriores da Colômbia, Jaime Bermúdez, não compareceu, enviando Miguel Ruiz e o segundo comandante das Forças Militares, David Moreno. Esse fato, embora tenha desagradado a delegação da Venezuela, foi compreendido pelos demais países (SAMANIEGO, 2009, n.p.).

Em seu sentido amplo, a “reunião cumpriu, em parte, os seus objetivos e conseguiu criar algumas resoluções para melhorar a clareza de informações no continente” (VIEIRA, 2014, p. 193). Além de ter colocado em registro algumas questões pontuais, tais como: maior intercâmbio nas políticas de defesa dos países da Unasul; transparência nos gastos militares; transparência nos exercícios militares conjuntos com países da região ou externos à região; reafirmação do compromisso com a democracia, os direitos humanos, o combate às drogas e a busca de garantia de um ambiente de paz na América do Sul, entre outras questões, o documento final sobre a reunião acordou que:

Os Estados membros da UNASUL garantirão formalmente que os acordos de cooperação em matéria de defesa dos quais são Partes e que envolvem algum grau de presença em seus territórios de pessoal militar ou civil e/ou de armamento e equipamentos provenientes de Estados da região ou extra-regionais não serão utilizados de maneira que atentem contra a soberania, a segurança, a estabilidade e a integridade territorial dos Estados sul-americanos. Eles garantirão que as atividades emanadas dos referidos acordos não terão efeitos de qualquer natureza sobre o território e o espaço soberano de outro Estado da UNASUL. (UNASUL, 2009, n.p., artigo IV, tradução nossa)¹⁸⁶

Em agosto de 2010, o acordo entre a Colômbia e os EUA foi rejeitado pela Corte Constitucional da Colômbia, a qual alegava que, para sua entrada em vigor, deveria ser

¹⁸⁶ “Los Estados miembros de UNASUR garantizarán formalmente que los acuerdos de cooperación en materia de defensa de los cuales sean Partes y que impliquen algún grado de presencia en sus territorios de personal militar o civil y/o de armamento y de equipos provenientes de Estados de la región o extrarregionales no serán utilizados de forma que atentem contra la soberanía, la seguridad, la estabilidad y la integridad territorial de los Estados Suramericanos. Asegurarán que las actividades emanadas de dichos acuerdos no tendrán efectos de ninguna naturaleza sobre el territorio y el espacio soberano de otro Estado de la UNASUR” (UNASUL, 2009, n.p., artigo IV).

passado e aprovado pelo legislativo colombiano (PRESSE, 2010b). O presidente da Corte, Mauricio González, afirmou que o acordo de 2009 “criava novas cooperações, e não continuava cooperações anteriores” (VIEIRA, 2014, p. 194).

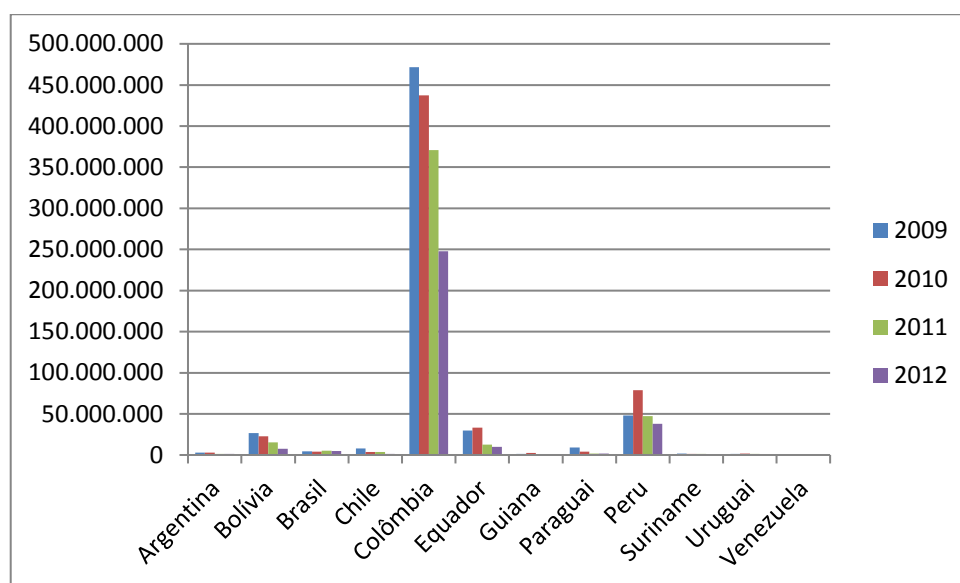
Na decisão do tribunal, foi destacado “que o uso de bases por parte de tropas estrangeiras deve ser amparado por um tratado internacional, e não pelos acordos de cooperação já existentes entre os dois países” (PRESSE, 2010b, n.p.).

A Corte Constitucional esclarece que sua decisão não inclui juízo sobre a validade ou eficácia de outros acordos de cooperação e assistência nas áreas de segurança e defesa pactados anteriormente com Estados Unidos ou outros países. As relações de ajuda, assistência e cooperação entre Colômbia e Estados Unidos continuarão sendo regidas pelos tratados, convênios e acordos simplificados ou complementares vigentes. (PRESSE, 2010b, n.p.)

O governo colombiano, então, acatou a decisão da Corte e o acordo acabou sendo congelado. De acordo com Vieira (2014), a atitude do então presidente colombiano recém-empossado, Juan Manuel Santos – que durante a assinatura do acordo era Ministro da Defesa –, significou um ar de mudança em sua política externa em relação ao governo anterior de Álvaro Uribe, buscando um melhor relacionamento com os países sul-americanos, sem deixar de manter suas relações estreitas com Washington. Para Weisbrot (2011), entre as novas abordagens para as relações regionais de Manuel Santos, estava incluída a reparação das relações com a Venezuela, que estavam até então conflituosas.

Como mencionado acima, o congelamento do acordo de 2009 não significou a anulação de acordos anteriores entre a Colômbia e os EUA. O Gráfico 16 mostra a assistência em segurança realizada pelos EUA aos países América do Sul durante a primeira gestão de Barack Obama e, partir da observação dele, fica evidente que a Colômbia permaneceu sendo o país sul-americano que mais recebeu auxílio militar de Washington, principalmente por causa do Plano Colômbia.

Gráfico 16: Assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da América do Sul entre 2009 e 2012 (em dólares)



Fonte: Security Assistance Monitor
Organização: Brigola (2020)

Devido ao Plano Colômbia, a diferença entre a assistência em segurança oferecida pelos EUA à Colômbia foi esmagadoramente maior em relação aos demais países sul-americanos. De acordo com Arnson e Tickner (2016), a assistência militar e econômica de Washington para Bogotá teve um dos os maiores valores da história de todos os programas de assistência para as Américas. Ainda no Gráfico 14, observa-se que o Peru, o Equador e a Bolívia foram os destaques após a Colômbia, cabendo lembrar que são países incluídos na luta contra o narcotráfico, sendo também beneficiários do ATPA/ATPDEA (com exceção da Bolívia, que foi cortada do programa em 2008), o que justifica que a assistência em segurança esteja diretamente ligada ao combate ao tráfico de narcóticos.

A região mais problemática do Peru são os vales dos rios Apurimac, Ene e Mantaro (VRAEM) que, além de serem localidades com a maior produção de coca do país, são redutos do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso (GAGNE, 2015). Essa região está geograficamente próxima à Bolívia, sendo o principal corredor de exportação de produtos ilícitos. As autoridades peruanas estimam que cerca de 50% da cocaína do Peru transitava pela Bolívia por meio de transbordo aéreo, conhecido como “ponte aérea” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017). No caso do Equador, percebe-se uma diminuição da assistência recebida após os anos de 2009 e 2010, o que pode ser interpretado como uma consequência ao fechamento da Base de Manta, uma postura que desagradou o governo de

Washington, pois demonstrou que o governo equatoriano de Rafael Correa não estava alinhado aos interesses dos EUA.

A Bolívia, mesmo deixando de ser beneficiada pelo ATPA/ATPDEA após 2008, acusada de não cumprir os critérios do programa para combate ao narcotráfico, recebeu montantes consideráveis de assistência em segurança. O então presidente Evo Morales era o principal dirigente dos produtores de coca da região do Chapare, na Bolívia, e lutava contra a descriminalização da produção dessa planta. Em 2012, quando foi reeleito para liderar os produtores de Chapare, Morales afirmou que o processo de descriminalização da produção “está muito avançado porque, na chancelaria, há uma campanha permanente para convencer a comunidade internacional sobre a importância do mastigado de coca nas culturas tradicionais andinas” (MORALES, 2012, n.p.).

Além de Morales defender a produção da folha de coca – por motivos culturais –, o então governo boliviano fazia parte do bloco “bolivariano”, liderado por Hugo Chávez, o que causava descontentamento aos EUA – lembrando que, em 2008, Morales expulsou o DEA da Bolívia, alegando que eles conspiravam contra seu governo. De acordo com uma reportagem publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, em 2012, a Bolívia contava com cerca de 31 mil hectares de cultivos de folha de coca, dos quais 12 mil eram destinados a usos tradicionais e eram cultivos legalizados (CORREIO BRAZILIENSE, 2012, n.p.), porém, com as ações do Plano Colômbia, houve queda na produção colombiana, mas essa queda “tanto em área cultivada como em refino, rendimento da folha e rentabilidade do negócio, foi compensada com aumentos constantes no Peru e Bolívia, os outros dois principais produtores no mundo” (CORREIO BRAZILIENSE, 2012, n.p.).

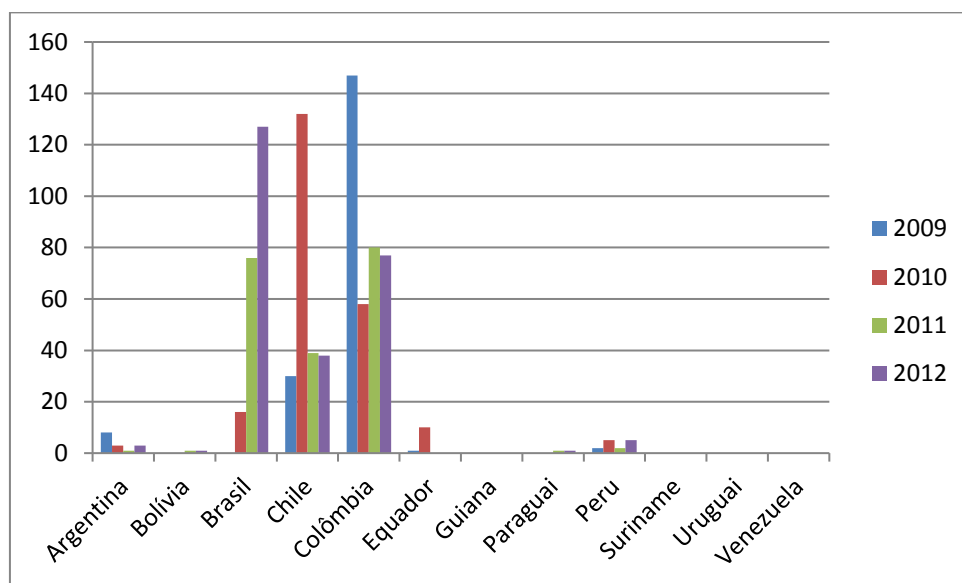
Para além da assistência em matéria de segurança, é importante verificar a exportação de armas e equipamentos militares dos EUA para os países da América do Sul para compreender se há relação com a agenda de segurança na região, em especial por causa do narcotráfico. Para esta pesquisa, utilizamos o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) como referência¹⁸⁷. Os dados apresentados pelo SIPRI seguem a unidade de

¹⁸⁷ “O Banco de Dados de Transferências de Armas não cobre outros equipamentos militares, como armas pequenas e armamento leve (SALW), exceto mísseis guiados portáteis, como sistemas de defesa aérea portáteis (MANPADS) e mísseis antitanque guiados. Caminhões, artilharia com calibre abaixo de 100 mm, munição, equipamentos e componentes de suporte (além dos mencionados acima), serviços de reparo e suporte ou transferências de tecnologia também não estão incluídos no banco de dados” (SIPRI, 2020, n.p., tradução nossa). / “The Arms Transfers Database does not cover other military equipment such as small arms and light weapons (SALW) other than portable guided missiles such as man-portable air defence systems (MANPADS) and guided anti-tank missiles. Trucks, artillery under 100-mm calibre, ammunition, support equipment and components (other than those mentioned above), repair and support services or technology transfers are also not included in the database” (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - SIPRI, 2020).

medida *Trend Indicator Value* (TIV), um valor de unidade exclusivo desenvolvido pelo próprio órgão para medir a transferência internacional de equipamentos seguindo uma unidade comum¹⁸⁸. O Gráfico 17 demonstra as exportações de equipamentos militares dos EUA aos países sul-americanos e os principais países compradores.

¹⁸⁸ “O TIV baseia-se nos custos unitários de produção conhecidos de um conjunto principal de armas e pretende representar a transferência de recursos militares e não o valor financeiro da transferência. As armas cujo custo de produção não é conhecido são comparadas com as armas principais com base: nas características de tamanho e desempenho (peso, velocidade, alcance e carga útil); no tipo de eletrônica, nos arranjos de carga ou descarga, no motor, nos trilhos ou rodas, em armamento e materiais; e no ano em que a arma foi produzida. Uma arma que esteve em serviço em outra força armada vale 40% do valor de uma nova arma. Uma arma usada que foi significativamente reformada ou modificada pelo fornecedor antes da entrega vale 66% do valor de uma nova arma. [...] Os números do SIPRI TIV não representam os preços de venda das transferências de armas. Portanto, não devem ser comparados diretamente com o produto interno bruto (PIB), as despesas militares, os valores de vendas ou o valor financeiro das licenças de exportação na tentativa de medir a carga econômica das importações de armas ou os benefícios econômicos das exportações. Eles são mais usados como dados brutos para calcular tendências nas transferências internacionais de armas ao longo do tempo, porcentagens globais para fornecedores e destinatários e porcentagens para o volume de transferências de ou para estados específicos” (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE – SIPRI, 2020, n.p., tradução nossa). / “The TIV is based on the known unit production costs of a core set of weapons and is intended to represent the transfer of military resources rather than the financial value of the transfer. Weapons for which a production cost is not known are compared with core weapons based on: size and performance characteristics (weight, speed, range and payload); type of electronics, loading or unloading arrangements, engine, tracks or wheels, armament and materials; and the year in which the weapon was produced. A weapon that has been in service in another armed force is given a value 40 per cent of that of a new weapon. A used weapon that has been significantly refurbished or modified by the supplier before delivery is given a value of 66 per cent of that of a new weapon. [...] SIPRI TIV figures do not represent sales prices for arms transfers. They should therefore not be directly compared with gross domestic product (GDP), military expenditure, sales values or the financial value of export licences in an attempt to measure the economic burden of arms imports or the economic benefits of exports. They are best used as the raw data for calculating trends in international arms transfers over periods of time, global percentages for suppliers and recipients, and percentages for the volume of transfers to or from particular states” (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE – SIPRI, 2020, n.p.).

Gráfico 17: Equipamentos militares exportados pelos EUA aos países da América do Sul em TIV (2009-2012)¹⁸⁹



Fonte: SIPRI (2020)
Organização: Brigola (2020)

O fato de a Colômbia oscilar entre a primeira e a segunda posições durante os quatro anos reflete sua relação estreita com Washington, além de sua necessidade de aquisição de novos equipamentos no combate ao narcotráfico. O Brasil passou a adquirir um maior número de equipamentos a partir de 2010, sendo que, nesse mesmo ano, foi celebrado um acordo em matéria de defesa entre o Brasil e os EUA, o qual será abordado adiante.

Uma comparação entre o Gráfico 16 e o Gráfico 17 nos permite concluir que a Colômbia, além de receber o maior montante em assistência em segurança dos EUA, também foi o país que mais adquiriu equipamentos militares do país do Norte. Em contraste, países como o Equador e o Peru, que tiveram um destaque considerável na recepção de assistência em segurança, não apresentaram um número alto de aquisição de equipamentos. Isso pode ser interpretado de modo que os montantes em dólares despendidos pelos EUA para assistência no âmbito da segurança para esses países não seja, em sua maior parte, para a renovação dos equipamentos de suas Forças Armadas, mas para cobrir gastos com treinamento militar, cursos militares ou manutenção dos equipamentos que já possuíam. Na Tabela 13, é possível verificar as unidades dos equipamentos militares adquiridos pelos países da América do Sul durante o período analisado.

¹⁸⁹ Em milhões de TIV.

Tabela 13: Equipamentos militares¹⁹⁰ exportados pelos EUA aos países da América do Sul em unidades (2009-2012)¹⁹¹

	Aviões	Helicópteros	Blindados	Mísseis	Artilharia	Navios
Argentina	0	5	0	0	0	0
Bolívia	0	6	0	0	0	0
Brasil	9	12	0	0	0	0
Chile	3	8	0	210	12	1
Colômbia	33	37	39	0	0	0
Equador	0	2	0	0	0	0
Paraguai	4	0	0	0	0	0
Peru	5	8	0	0	0	0

Fonte: SIPRI (2020).
Organização: Brigola (2020).

De acordo com a Tabela 13, o Chile foi o país que apresentou a maior diversificação na aquisição de novos equipamentos dos EUA, não adquirindo apenas blindados, entre todas as opções; a Colômbia teve destaque na aquisição de aviões, helicópteros e blindados; e o Brasil adquiriu apenas aviões e helicópteros.

Ao comparar o Gráfico 17 com o a Tabela 13, nota-se que alguns países apresentaram um valor maior que outros na aquisição de equipamentos em TIV, mas apresentaram valor inferior na aquisição em número de unidades: isso é explicado pelos diferentes valores de transferência de uma unidade para outra unidade. Por exemplo, a Argentina, embora tenha adquirido um valor maior que a Bolívia em TIV, em unidades adquiriu apenas cinco helicópteros, sendo que a Bolívia adquiriu seis. Porém, os helicópteros que o país platino importou são os Bell-206/OH-58¹⁹², mais caros que os R-44, importados pela Bolívia (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - SIPRI, 2020).

Ainda sobre o Gráfico 17, sua observação indica que o combate ao narcotráfico continuou sendo uma importante diretriz dos EUA na América do Sul, tendo como foco

¹⁹⁰ A pesquisa só levou em conta os equipamentos que foram acordados a partir de 2009. Equipamentos que foram encomendados antes de 2009, mas que foram entregues após esse ano, não foram incluídos na tabela.

¹⁹¹ Os países da América do Sul que não apresentaram aquisição de equipamentos durante o período estudado não foram incluídos na tabela.

¹⁹² Vale ressaltar que a Argentina também adquiriu 15 motores de aviões TFE-731, os quais não foram computados na pesquisa (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - SIPRI, 2020).

principal a Colômbia, a Bolívia, o Equador e o Peru. O fato de a Colômbia ser o país que recebeu elevada assistência militar e importou o maior número de helicópteros, aviões e blindados dos EUA demonstra a continuidade da militarização da política de combate às drogas no primeiro governo Obama, constatando que os equipamentos são voltados para o combate ao narcotráfico e a guerrilha causada por grupos narcotraficantes no país.

De acordo com Milani (2017), as estratégias do presidente Obama para o combate às drogas tiveram uma abordagem própria, diferente da dos governos anteriores.

Em primeiro lugar, a maior mudança refere-se ao reconhecimento do vício como um problema de saúde, e da necessidade de incorporar esse ponto na estratégia de contenção. Em segundo lugar, há a visão de que o narcotráfico é um problema que não tem apenas origem estrangeira, mas que os Estados Unidos também são responsáveis por sua existência, e que, portanto, há a necessidade de focar em contenção interna. (MILANI, 2017, p. 6)

Porém, “a estratégia apresentava o controle da oferta, através da imposição da força, da interdição de drogas em trânsito para os EUA e do desmantelamento das organizações criminosas como objetivos críticos” (MILANI, 2017, p. 6), sendo então utilizada a repressão em âmbito internacional. O *National Drug Control Strategy*, de 2010, aponta que os EUA e a Colômbia tiveram resultados expressivos no combate ao tráfico de drogas nos últimos dez anos e que “os EUA continuarão a apoiar o governo da Colômbia para conter o fluxo de drogas produzidos no exterior e reduzir as consequências devastadoras da produção, tráfico e consumo” (THE WHITE HOUSE, 2010b, p. 83, tradução nossa)¹⁹³.

No ano de 2011, os EUA publicaram a *Strategy to Combat Transnational Organized Crime*, uma estratégia formulada a partir de um princípio unificador que consiste em “construir, equilibrar e integrar as ferramentas do poder americano para combater o crime organizado transnacional e ameaças relacionadas à segurança nacional – e instar nossos parceiros estrangeiros a fazerem o mesmo” (THE WHITE HOUSE, 2011, p. 1)¹⁹⁴. Vale chamar a atenção para a cooperação dos EUA com os demais países que são produtores ou rota do tráfico de ilícitos. No texto da *National Drug Control Strategy*, foi destacado que:

¹⁹³ “The United States will continue to support the Government of Colombia to stem the flow of drugs produced abroad and reduce the devastating consequences of drug production, trafficking, and consumption” (THE WHITE HOUSE, 2010b, p. 83).

¹⁹⁴ “[...] to build, balance, and integrate the tools of American power to combat transnational organized crime and related threats to national security – and to urge our foreign partners to do the same” (THE WHITE HOUSE, 2011, p. 1).

Os Estados Unidos continuarão sua cooperação de longa data com a comunidade internacional em nossos esforços conjuntos para interromper o comércio mundial de drogas por meio do apoio à redução da safra de drogas, promoção de meios de subsistência alternativos e capacitação de nações parceiras. Nossos esforços antinarcóticos aplicarão todas as ferramentas disponíveis para garantir que as melhorias sejam permanentes e sustentáveis pelos aliados internacionais. Esses esforços incluirão programas de assistência complementares e abrangentes em todo o espectro de prevenção, intervenção e aplicação. (THE WHITE HOUSE, 2010b, p. 24, tradução nossa)¹⁹⁵

A Venezuela, embora não seja um produtor de folha de coca nem de cocaína, está conectada ao tráfico como rota no fluxo das drogas. Em setembro de 2012:

[...] o presidente americano, Barack Obama, assinou um memorando que designou a Venezuela, pela sétima vez, como um país que não conseguiu cumprir suas obrigações internacionais para combater o tráfico de drogas. Ele citou um relatório federal que concluiu que o país era “uma das rotas de tráfico preferenciais para se sair da América do Sul” e tinha um “ambiente em geral permissivo”. (NEUMAN, 2012, n.p.)

Contudo, Poljak (2020), ao citar o sociólogo e ex-Diretor Executivo do Programa de Controle de Drogas das Nações Unidas, Pino Arlacchi (2020), afirma que não há nenhuma evidência de fato de que a Venezuela tenha alguma participação como rota de tráfico de drogas para os EUA, definindo essas acusações como caluniosas. Para Poljak (2020), os discursos estadunidenses sobre a falha da Venezuela no combate às drogas era um subterfúgio para manter as políticas restritivas contra Caracas. O governo dos EUA também acusava a Venezuela de compactuar com as ações criminosas das FARC, o que levou o Departamento do Tesouro dos EUA, em setembro de 2011, a sancionar quatro oficiais venezuelanos pelo apoio ao comércio de armas e ao tráfico de drogas das FARC (SULLIVAN, 2013a).

De acordo com Gouvêa:

A unificação entre o “combate ao narcotráfico”, “a luta contra o terrorismo” e “a defesa da democracia” sempre estiveram presentes nos ataques estadunidenses à Revolução Bolivariana na medida em que o governo

¹⁹⁵ “The United States will continue its longstanding cooperation with the international community in our joint efforts to disrupt the world drug trade through support for drug crop reduction, promotion of alternative livelihoods, and partner nation capacity building. Our counternarcotics efforts will apply all available tools to ensure that improvements are permanent and sustainable by international allies. These efforts will include complementary and comprehensive assistance programs across the prevention, intervention, and enforcement spectrum” (THE WHITE HOUSE, 2010b, p. 24).

Chávez era associado pelos EUA à guerrilha colombiana e esta ao narcotráfico e ao terrorismo. (GOUVÊA, 2020, p. 112)

De um modo geral, a Venezuela foi uma grande preocupação dos EUA na América do Sul na questão política e de segurança durante o primeiro ano de gestão de Obama. Washington e Caracas possuíam o que McCoy (2011) chamou de um “casamento inconveniente”, devido às suas divergências ideológicas concomitantes a uma parceria econômica.

O governo de Hugo Chávez (1999-2013) atuava com uma política de autonomia e de confrontação ao imperialismo estadunidense, “coexistindo de maneira paradoxal com uma estreita dependência econômica em relação à superpotência do Norte” (COLOMBO; FRECHERO, 2012, p. 202), pelo fato de os EUA serem os principais compradores do petróleo venezuelano. Em contrapartida, de acordo com McCoy (2011), os EUA possuíam três pontos a serem considerados com relação a seus interesses na Venezuela. Segundo essa autora, os interesses estratégicos dos EUA na Venezuela estariam, em primeiro lugar, pautados no fornecimento de petróleo por parte do país sul-americano a Washington; em segundo lugar, na promoção da democracia em detrimento da concentração excessiva do Poder Executivo – essa concentração de poder resultaria no aumento da violência interna e contribuiria para a desestabilização regional; em terceiro lugar, na aproximação com a Venezuela, pois, sem impasses com países da região, facilitaria ao governo do presidente Obama estabelecer relações mais estreitas de cooperação e resoluções de problemas regionais.

Ambos os países apresentaram relações amistosas na 5ª *Cúpula das Américas*, em Trinidad e Tobago, em 2009, chegando até mesmo a aceitar a reintegração de seus respectivos embaixadores. Chávez, por suspeita de que os EUA estariam intervindo em assuntos internos da Bolívia, expulsara o embaixador estadunidense em Caracas, Patrick Duddy, em apoio ao outro país sul-americano, e os EUA responderam solicitando o afastamento do embaixador venezuelano, Bernardo Alvarez, de seu país (SULLIVAN, M., 2009).

Em 2009, algumas questões tornaram conturbadas as relações de Obama e Chávez, como o caso de Honduras. A Venezuela não reconheceu as eleições realizadas em novembro daquele ano no país da América Central, demonstrando seu apoio ao presidente Manuel Zelaya, que havia sido retirado do poder pelas Forças Armadas e pelos poderes Legislativo e Judiciário, em junho de 2009. Embora os EUA, a princípio, tenham denunciado o golpe de Estado, eles passaram a emitir sinais de reconhecimento às eleições de novembro (NEVES; SPEKTOR, 2011), o que desagradou não apenas a Venezuela, mas os países sul-

americanos em geral. De acordo com Cardoso (2016, p. 122), “os esforços em derrocar o presidente Manuel Zelaya resultaram no fortalecimento de um Estado neoliberal; na supressão de barreiras que pusessem obstáculos à exploração de recursos naturais por empresas nacionais e estrangeiras”, fato que provavelmente esteja ligado à mudança de posicionamento dos EUA sobre o caso.

Para além das diferenças ocasionadas pela questão de Honduras, a Venezuela também foi o país que mais concedeu críticas ao acordo militar entre os EUA e a Colômbia, como já mencionado, criticando o acordo como um instrumento do imperialismo estadunidense na América do Sul.

Mesmo com esses contratemplos, o ano de 2010 poderia ter sido de retomada das boas relações entre ambos os países devido ao processo de reintegração dos embaixadores dos EUA e da Venezuela, mas ocorreu um novo evento que prolongou a crise diplomática entre eles. Larry Palmer foi escolhido por Barack Obama como o novo embaixador estadunidense em Caracas, o que, a princípio, foi formalmente aceito pelo governo venezuelano. Porém, antes de exercer a função, em uma audiência no Senado, Palmer, ao responder um questionário, alegou que “a moral dos militares venezuelanos era baixa e que era necessário investigar a suposta presença das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN) na Venezuela” (JORNAL DE BRASÍLIA, 2011, n.p.), e também afirmou “que Cuba exercia muita influência sobre as Forças Armadas da Venezuela” (RFI, 2010, n.p.). As palavras de Palmer foram, de acordo com Weisbrot (2011), publicadas duas semanas depois no sítio eletrônico do então senador republicano Richard Lugar, chegando ao conhecimento público.

Em resposta, o governo da Venezuela recusou a nomeação de Palmer como embaixador em solo venezuelano, levando os EUA a cancelar o visto do embaixador Bernardo Álvarez, da Venezuela; em contrapartida, o Departamento de Estado americano havia dito que Washington não tinha a intenção de nomear um outro embaixador no lugar de Larry Palmer (RFI, 2010).

Para Weisbrot¹⁹⁶:

¹⁹⁶ “It is clear that this maneuver was executed by staff in cooperation with right-wing allies in the State Department. Of course, President Obama is ultimately in charge and could simply have appointed a new ambassador who would not be tricked into publicly insulting the host government before his appointment. But once the confrontation was engineered, the White House — which has mostly left Latin America policy to the State Department — did not want to take the political risk of being seen as ‘caving to Chávez’” (WEISBROT, 2011, p. 5).

É claro que essa manobra foi executada por funcionários em cooperação com aliados de direita no Departamento de Estado. Obviamente, o presidente Obama estava no comando e poderia simplesmente ter nomeado um novo embaixador que não seria induzido a insultar publicamente o governo anfitrião antes de sua nomeação. Mas uma vez que o confronto foi planejado, a Casa Branca – que deixou a política da América Latina para o Departamento de Estado – não quis correr o risco político de ser vista como “cedendo a Chávez”. (WEISBROT, 2011, p. 5, tradução nossa)

De fato, a política externa de Barack Obama para a Venezuela manteve “as diretrizes do período final do governo George W. Bush, com respostas e ações pontuais de oposição a Hugo Chávez e com a continuidade do monitoramento das ações do governo venezuelano” (COSTA, 2019, p. 13). A então senadora Hillary Clinton sustentou que o governo dos EUA deveria se preocupar com as políticas de Hugo Chávez, mas que não deveria exagerar a respeito da ameaça que ele representava (SULLIVAN, M., 2009).

A preocupação dos EUA com as políticas da Venezuela foi registrada no *Annual Threat Assessment of the Intelligence Community for the Senate Select Committee on Intelligence*, tanto de 2009 como de 2010. Escritos pela Inteligência Nacional dos EUA, os documentos demonstram que a aproximação da Venezuela com países considerados hostis ou concorrentes de Washington, como Rússia, China e Irã, seria algo a merecer atenção. A Venezuela foi citada como uma ponte de aproximação entre o Irã e os demais países latino-americanos (BLAIR, 2009), porém, a aproximação mais estreita e de maior preocupação era com Moscou, em especial pela compra de equipamentos militares, como os caças russos Sukhoi Su-30, em 2006, em substituição aos estadunidenses F-16 (BLAIR, 2009).

No final de 2008, Hugo Chávez anunciou a construção de um reator nuclear na Venezuela com a assistência russa (BLAIR, 2009). Os países chegaram a assinar um acordo em 2010 para construir a primeira usina nuclear venezuelana, porém, o projeto foi suspenso por Chávez em 2011, após o desastre ocorrido na central japonesa de Fukushima (PRESSE, 2011).

O *Annual Threat Assessment of the Intelligence Community for the Senate Select Committee on Intelligence* publicado em 2010 também abordou a Venezuela como motivo de preocupação. A aproximação com o Irã foi novamente citada, a respeito do fato de que a Venezuela poderia se tornar um fornecedor alternativo de gasolina ao regime iraniano

(BLAIR, 2009), coibido pelas sanções internacionais impostas pelos EUA¹⁹⁷. De acordo com Carmo e Pecequilo (2016):

Em maio de 2011, os EUA impuseram sanções à PDVSA por manter relações comerciais com o Irã. Evidentemente, as sanções não têm nenhum efeito prático, especialmente sobre as exportações petrolíferas da Venezuela para os Estados Unidos, mas colabora para aumentar o clima conflituoso entre os dois países. (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 54)

A aquisição de armamentos russos pela Venezuela também foi destacada novamente no texto, com a alegação de que:

Nos últimos cinco anos, a Venezuela comprou mais de US \$ 6 bilhões de armas de Moscou, incluindo 24 caças SU30MK, juntamente com helicópteros, tanques, veículos blindados, mísseis de defesa aérea e armas pequenas. [...] a escala das compras causou preocupação nos países vizinhos, particularmente na Colômbia, e corre o risco de alimentar uma corrida armamentista regional. (BLAIR, 2009, p. 33, tradução nossa)¹⁹⁸

O documento acusava Hugo Chávez de ser um dos maiores detratores internacionais, por denunciar a democracia liberal e o capitalismo de mercado, bem como por se inclinar para uma política mais autoritária e estatista, além de compactuar com grupos terroristas como as FARC.

Mesmo com a crise diplomática, de acordo com Sullivan (2013a), o Departamento de Estado dos EUA sustentava seu comprometimento em buscar uma aproximação com a Venezuela, tendo como foco a atuação antidrogas e antiterrorismo. Contudo, ainda que as relações político-diplomáticas entre os dois países estivessem deterioradas desde a ascensão de Hugo Chávez, com seu revisionismo antagônico aos EUA, as relações econômicas entre os dois países mantiveram-se expressivas, como demonstraremos no item sobre a política externa de Barack Obama para a América do Sul, no âmbito econômico.

¹⁹⁷ De acordo com uma matéria publicada na revista Exame em 2011, mesmo sendo o segundo maior produtor de petróleo da OPEP, “o Irã ainda precisava importar cerca de 20 milhões de litros de gasolina diários na primavera de 2010, ou seja, um terço de seu consumo” (EXAME, 2011, n.p.).

¹⁹⁸ “Over the past five years, Venezuela has purchased more than \$6 billion in weapons from Moscow, including 24 SU30MK multi-role fighters, along with helicopters, tanks, armored personnel carriers, air defenses missiles, and small arms. [...] the scale of the purchases has caused concern in neighboring countries, particularly Colombia, and risks fueling a regional arms race” (BLAIR, 2009, p. 33).

Assim como a Venezuela, mas em menor escala, o Brasil também passou por relações conturbadas com os EUA durante a primeira gestão do presidente Obama. Embora o ex-presidente brasileiro, Lula da Silva, tivesse sido o primeiro presidente a ser recebido por Obama em *Camp David*, as relações entre ambos ficaram marcadas por diversos reveses.

Em 2009, assim como a Venezuela, o Brasil posicionou-se a favor do então presidente deposto, Manuel Zelaya, em Honduras, criticando a postura assumida pelo governo de Washington ao aceitar o novo presidente empossado. E, no caso do acordo dos EUA com a Colômbia, embora o Brasil tivesse feito um papel mais diplomático, Lula da Silva deixou claro que não concordava com uma presença militar externa na América do Sul. Logo, em 2010, ocorreu também a tentativa do Brasil, juntamente com a Turquia, de intermediar um acordo para amenizar os embargos e pressões econômicas dos EUA ao Irã, devido ao programa nuclear iraniano. O acordo consistia na troca de urânio pouco enriquecido do Irã por combustível nuclear enriquecido no exterior, porém, não ocorreu a aprovação de Washington e, conseqüentemente, acabou por levar ao esfriamento das relações dos EUA com o Itamaraty (COLOMBO; FRECHERO, 2012).

Mas nem tudo resultou em saldo negativo: ainda no ano de 2010, no dia 12 de abril, foi celebrado o *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa*, que viria a entrar em vigor em 26 de junho de 2015 (DEFESANET, 2020).

No escopo do acordo, redigido em seu capítulo I, constam seus objetivos, sendo eles:

- a) A cooperação entre as Partes em assuntos relativos à Defesa, particularmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, segurança tecnológica e aquisição de produtos e serviços de Defesa;
- b) A troca de informações e experiências adquiridas no campo de operações e na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira, bem como as relacionadas a operações internacionais de manutenção de paz;
- c) A troca de experiências na área de tecnologia de defesa;
- d) A participação em treinamento e instrução militar combinados, exercícios militares conjuntos e o intercâmbio relacionado a esses temas;
- e) Colaboração em assuntos relacionados a sistemas e equipamentos militares; e
- f) A cooperação em quaisquer outras áreas militares que possa ser de interesse mútuo das Partes. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010, n.p., Artigo I)

Para Neves e Spektor (2011) e também Hirst e Pereira (2016), o acordo possuiu um grande peso simbólico, pois ambos os países não estabeleciam acordos na área de defesa desde o fim do Plano de Assistência Militar (PAM), rompido em 1977. A assinatura do acordo pelo então presidente brasileiro Lula da Silva representou, segundo Milani (2019, p. 207), “um importante contraste à retórica de autonomia e afastamento da potência que predominou naquele momento, mostrando como permaneciam os esforços cooperativos e as relações de clientelismo”¹⁹⁹.

Vale lembrar que, no período da assinatura do acordo em questão, estava em curso o Programa Fx-2, do Brasil, lançado em 2007, que consistia na modernização da Força Aérea brasileira por meio da aquisição de novas aeronaves. Em outubro de 2008, o processo de decisão do governo brasileiro chegava a seu estágio final e três empresas disputavam a compra do Brasil: a empresa francesa, Dassault, ofertando o caça Rafale F3; a empresa sueca Saab, ofertando o caça Gripen; e a empresa estadunidense Boeing, ofertando o caça F-18 E/F Super Hornet.

Nesse sentido, parecia haver uma relação estreita entre a assinatura do acordo de defesa e o interesse dos EUA na venda de seus caças para a Força Aérea Brasileira. Ainda em 2012, foram enviados dois caças F-18 E/F Super Hornet da Marinha dos EUA para fazer uma apresentação no 60º aniversário da Esquadilha da Fumaça, em Pirassununga, Brasil (VALDUGA, 2012), provavelmente com intuito de fazer propaganda de suas aeronaves.

Enfim, em 2013, o governo brasileiro fez a sua escolha, optando pela oferta da empresa sueca Saab, ao anunciar a compra de 36 caças Gripen, a serem pagos e entregues até 2023 (BRAGA; PASSARINHO, 2013). De acordo com o Ministro de Defesa na época, Celso Amorim, a razão pela escolha da empresa sueca “levou em conta performance, transferência efetiva de tecnologia e custo, não só de aquisição, mas de manutenção” (BRAGA; PASSARINHO, 2013, n.p.). Conforme Milani (2019), o Brasil buscava elevar sua autonomia estratégica por meio de dois caminhos: “i) diversificação dos fornecedores de armas e ii) opção por acordos de importação que incluíssem transferência de tecnologia e construção de equipamentos no território nacional” (MILANI, 2019, p. 214).

No entanto, ainda que não tenha se efetivado a compra dos caças norte-americanos pelo Brasil, o acordo bilateral em defesa, celebrado em 2010, foi o maior avanço entre os dois países até aquele momento (HIRST; PEREIRA, 2016). Meacham (2015) afirma

¹⁹⁹ Milani (2019), citando (CARNEY, 1989), afirma que a política baseada no clientelismo significa relações de cooperação entre atores com recursos desiguais, uma posição oposta ao modelo do revisionismo autônomo em que a política externa brasileira estava pautada naquele período.

que o acordo traria benefícios para ambos os países. Do ponto de vista do Brasil, Meacham coloca que:

À medida que o papel do Brasil nas questões globais cresce, o país provavelmente terá que diversificar seu perfil internacional em relação à manutenção da paz e segurança, em particular. Já um líder em questões ambientais e participante ativo em esforços multilaterais de manutenção da paz, o papel do Brasil em questões de defesa e militares provavelmente crescerá. [...] Uma maior cooperação com os Estados Unidos pode ser vital para alcançar os objetivos do Brasil de modernizar suas forças armadas e consolidar sua base de defesa industrial. (MEACHAM, 2015, n.p., tradução nossa)²⁰⁰

E na perspectiva dos EUA:

[...] além do evidente valor comercial que uma parceria de defesa mais estreita com o Brasil implica, os benefícios de uma maior colaboração dependem principalmente de considerações geopolíticas e estratégicas. [...] Apesar de ser uma região bastante estável, a proximidade da América Latina com os Estados Unidos faz dela um particular interesse e uma relevância para Washington. E com isso em mente, uma cooperação militar mais estreita com o Brasil pode ser importante para a coleta de informações. (MEACHAM, 2015, n.p., tradução nossa)²⁰¹

A coleta de informações a que se refere o autor ocorre por conta da assinatura, também em 2010, do *Acordo de Segurança Geral em Informação Militar* (GSOMIA, na sigla em inglês), o qual também viria a vigorar a partir de 2015 e que estabeleceria regras e procedimentos específicos para a troca de informação sensíveis entre ambos os países (MILANI, 2019, p. 206), facilitando o compartilhamento de informações no tocante a assuntos militares, segurança e defesa (MEACHAM, 2015).

²⁰⁰ “As Brazil’s role in global issues grows, the country will likely have to diversify its international profile regarding peacekeeping and security, in particular. Already a leader in environmental issues and an active participant in multilateral peacekeeping efforts, Brazil’s role in defense and military concerns will likely grow. [...] Greater cooperation with the United States could prove vital to attaining Brazil’s goals of modernizing its armed forces and consolidating its industrial defense base” (MEACHAM, 2015, n.p.).

²⁰¹ “[...] aside from the evident commercial value that a closer defense partnership with Brazil entails, the benefits of greater collaboration hinge mainly on geopolitical and strategic considerations. [...] In spite of being a rather stable region, Latin America’s proximity to the United States makes it of particular interest and relevance to Washington. And with this in mind, closer military cooperation with Brazil could prove important for intelligence gathering” (MEACHAM, 2015, n.p.).

Para além do *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa* e do *Acordo de Segurança Geral em Informação Militar*, com o fim do governo de Lula da Silva e início do governo de Dilma Rousseff, em 2011, algumas questões sinalizavam a reestruturação das relações entre ambos os países. Uma dessas questões foi marcada pela visita do presidente Barack Obama ao Brasil, em maio de 2011, o primeiro país sul-americano visitado pelo então presidente desde o início de sua gestão. Na opinião de Aramayo e Pereira (2011), a possibilidade de reestruturação das relações de ambos os países dependia de um governo mais pragmático e menos ideológico por parte da presidente, Dilma Rousseff, recém-empossada.

De acordo com Carmo e Pecequilo (2016), durante a visita do presidente Obama ao Brasil, o presidente estadunidense falou sobre o interesse no aprofundamento da parceria energética, com foco no pré-sal e no etanol; além disso foi citada a possibilidade de uma parceria bilateral para a realização da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016). Porém

Dimensões concretas de concessões, entretanto, não ocorreram em temas chave do interesse brasileiro quando Obama veio ao Brasil: a obtenção do assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU), para a qual não se obteve apoio formal dos norte-americanos, mas uma declaração de “apreço à candidatura”, a reforma e atualização do sistema multilateral em geral e o destravamento das negociações comerciais bi e multilaterais na RDD e OMC. Pode-se indicar que a visita de Obama ao Brasil seguiu o mesmo padrão de passagens do Presidente e da Secretária de Estado Hillary Clinton em outras nações emergentes como China e Índia: declarações positivas, mas sem aberturas significativas de concessões do lado norte-americano, ao mesmo tempo em que se tentaram abrir oportunidades político-econômicas nestes países, buscando reafirmar o domínio estratégico da hegemonia. (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 45)

Após os reveses ocorridos entre o Brasil e os EUA durante a gestão de Lula da Silva, restou para o novo governo brasileiro, de Dilma Rousseff, uma série de questões a serem resolvidas entre ambos os países, como o combate a narcóticos, comércio, energia, meio ambiente, promoção de biocombustíveis, direitos de propriedade intelectual e segurança no Haiti (ARAMAYO; PEREIRA, 2011).

Por fim, no último ano da primeira gestão de Barack Obama, em 2012, ocorreu o *impeachment* do então presidente do Paraguai, Fernando Lugo. A condução do processo em que ocorreu a destituição do ex-presidente paraguaio foi bastante polêmica, gerando posicionamentos divergentes entre os países sul-americanos e os EUA sobre o caso.

Fernando Lugo foi eleito em 2008 pela *Aliança Patriótica*, sendo considerado um presidente de centro-esquerda, e colocou fim ao poder de 61 anos do *Partido Colorado*, de orientação conservadora. De acordo com Toledo (2015), a ascensão ao poder de Fernando Lugo ocorreu sob o prisma de seis eixos programáticos, sendo eles: Reforma agrária, Crescimento econômico com igualdade social, Recuperação da institucionalidade, Justiça soberana e independente, Plano de emergência nacional e Recuperação da soberania, principalmente a energética. Continuando,

A chave da campanha eleitoral de Lugo fundamentava-se em uma base de amplas reformas vinculadas a necessidade de justiça social e distribuição de renda, combatendo a pobreza e as desigualdades. Vinculou-se tais reformas a uma questão externa: a renegociação do Tratado de Itaipu, o que geraria recursos relevantes para o investimento em capital social. (TOLEDO, 2015, p. 59)

O então presidente paraguaio conseguiu realizar amplas melhorias sociais no país, assim como incrementar o PIB nacional, sobretudo por meio de um novo acordo com o então presidente brasileiro Lula da Silva, que triplicaria os montantes que o Brasil pagava ao Paraguai pelo consumo de energia de Itaipu, a que o Paraguai tinha direito, mas não consumia. De fato, Fernando Lugo conquistou a popularidade das classes mais baixas, contudo, desagradou à elite conservadora do país, a qual conquistou seu poder durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) e manteve a hegemonia do país após o período de redemocratização. Essa elite conservadora, em sua maioria, possuía interesses ligados ao agronegócio (ARAÚJO; PEREIRA, 2018) e temia que o governo de Fernando Lugo “pusesse em prática uma ampla reforma agrária, sob pressão dos camponeses, o que foi promessa de campanha” (MONTEIRO, 2018, p. 77).

Em maio de 2012, um grupo de manifestantes sem-terra invadiu a propriedade do empresário e político paraguaio pelo partido Colorado, Blas Riquelme, localizada na região de Curuguaty. De acordo com Carmo (2012), a disputa pelas terras havia se intensificado no país:

[...] com líderes dos sem-terra pedindo uma revisão dos títulos de propriedade dos fazendeiros – em muitos casos brasiguaios – sob argumento de que os latifúndios foram distribuídos de forma ilegal durante o regime militar liderado por Alfredo Stroessner (1954-1989). (CARMO, 2012, n.p.)

Durante a invasão às terras do empresário e político Blas Riquelme, ocorreu um conflito agrário que resultou na morte de 11 sem-terras e 6 policiais, sendo esse fato o estopim para a abertura de um processo de *impeachment* contra o então presidente Fernando Lugo²⁰². O evento ficou conhecido como o *Massacre de Curuguaty* e surgiu como “uma espécie de ‘culminância’ das tensões agrárias entre Fernando Lugo e oposição, empresariado nacional e mesmo seus próprios aliados” (MATTOS, 2018, p. 338). Ainda de acordo com Mattos:

Em menos de uma semana do Massacre de Curuguaty, Fernando Lugo foi removido do cargo, em 22 de junho de 2012, mediante julgamento político promovido pela Câmara de Deputados. O pedido foi feito após o Massacre de Curuguaty pelo deputado Luis Gneiting, do Partido Colorado, tendo forte apoio do Patria Querida e do PLRA, com setenta e seis votos contra três ausentes. O processo foi encerrado no Senado, com trinta e nove votos a favor e quatro contra. O processo foi realizado com inédita rapidez, com um presidente da república sendo julgado e sumariamente afastado em menos de quarenta e oito horas. (MATTOS, 2018, p. 339)

Alguns países da América do Sul, como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Peru e Venezuela, mostraram-se opositores ao julgamento, não reconhecendo o novo governo do até então vice-presidente Federico Franco, do *Partido Liberal Radical Autêntico* (PLRA), classificando a destituição de Fernando Lugo como um golpe de Estado (GAIO, 2012). De modo institucional, a Unasul e o Mercosul posicionaram-se contrários ao processo de *impeachment*, “o Paraguai foi suspenso das decisões políticas dos dois órgãos, enquanto a Organização dos Estados Americanos (OEA) compreendeu que o processo foi legítimo e emitiu parecer favorável à permanência do país sem nenhuma advertência” (ARAÚJO; PEREIRA, 2018, p. 131). O governo dos EUA, por meio da fala da então secretária de Estado adjunta para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Roberta Jacobson, em uma conferência de imprensa, posicionou-se favoravelmente ao governo de Federico Franco, ao defender a permanência do Paraguai na OEA após o processo de *impeachment*.

De fato, os governos de centro-esquerda que emergiram na América do Sul durante os anos 2000 consolidaram-se em um cenário regional marcado pela diminuição da influência dos EUA na região e pela forte tendência da integração regional de caráter revisionista em relação ao governo de Washington. Neste sentido, a posição assumida pelo governo dos EUA em relação ao *impeachment* de Fernando Lugo marcou o término da primeira gestão de Barack Obama com uma política “de realinhamento de sua área de

²⁰² Segundo Monteiro (2018), após a retirada dos manifestantes sem-terra da propriedade questionada, foi comprovado que Blas Riquelme não possuía o direito de propriedade sobre as terras.

influência direta” (MONTEIRO, 2018, p. 62), reconhecendo o governo de Francisco Franco, de orientação liberal, uma posição ideológica que tradicionalmente mantém suas diretrizes externas alinhadas aos interesses dos EUA.

4.3.2 Uma análise sobre a política externa do Governo Obama para a América do Sul em âmbito econômico

As promessas proferidas pelo presidente Obama em 2009 na 5ª *Cúpula das Américas*, em Trinidad e Tobago, assim como seus planos de cooperação econômica, descritos na NSS de 2010 para a América Latina, não chegaram a ocorrer na prática. Em vez de uma renovação na execução da política externa para a região, o que ocorreu foi uma continuidade dos projetos já estabelecidos durante o governo de George W. Bush. Entre eles, pode ser citada a entrada em vigor dos Tratados de Livre Comércio (TLC) com o Peru, em fevereiro de 2009, e com a Colômbia, em maio de 2012, ambos assinados durante a gestão de George W. Bush. Cabe mencionar que os TLCs realizados pelo ex-presidente estadunidense, na época, foram fortemente recusados pelos membros do Partido Democrata, em especial por não enfatizarem questões relativas a meio ambiente, direitos humanos e direitos trabalhistas (LIMA; MENDONÇA, 2013). Quando os democratas se tornaram maioria no Congresso após o ano de 2007, foi pleiteado que tais questões fossem incorporadas nas negociações dos acordos concluídos, como pré-requisito para sua ratificação (LIMA; MENDONÇA, 2013).

Enquanto Senador dos EUA, Barack Obama se mostrou crítico às políticas comerciais adotadas por George W. Bush. Bhandari e Klaphake (2011, p. 73 apud LIMA; MENDONÇA, 2013) apontam que, em dezesseis ocasiões, o então senador Obama votou treze vezes, no tocante à política comercial no Senado, em apoio às barreiras comerciais e contra a diminuição dos subsídios comerciais. Os autores afirmam que Barack Obama se mostrou cético em relação ao livre comércio durante o período em que estava no cargo de senador e também em sua campanha à presidência. Porém, ao ser eleito como presidente, o livre comércio passou a estar presente em suas diretrizes de política externa, como constam em suas duas *National Security Strategies*.

Na sequência, o acordo firmado com o Peru, chamado formalmente de *The United States-Peru Free Trade Agreement* (PTPA), teve como objetivo:

[...] eliminar tarifas e remover barreiras aos serviços dos EUA, fornecer uma estrutura legal previsível e segura para investidores e fortalecer a proteção à propriedade intelectual, aos trabalhadores e ao meio ambiente. O PTPA é o primeiro acordo em vigor que incorpora disposições inovadoras relativas à proteção do meio ambiente e dos direitos trabalhistas que foram incluídas como parte do Acordo Bipartidário de Política Comercial desenvolvido pelos líderes do Congresso em 10 de maio de 2007. (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, [201-?], n.p., tradução nossa)²⁰³

Por sua vez, o acordo com a Colômbia foi formalmente denominado de *The United States-Colombia Trade Promotion Agreement* (TPA), e teve como objetivo:

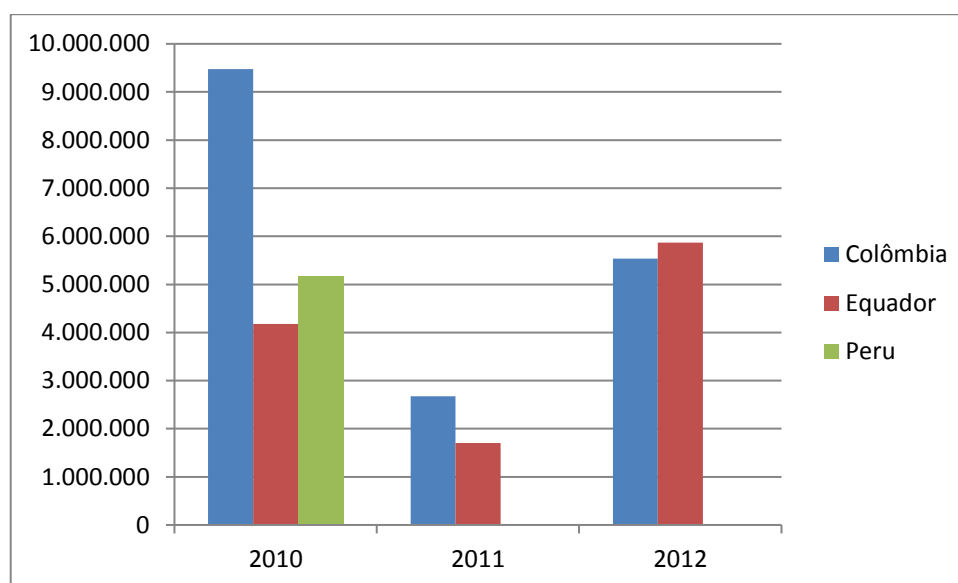
[...] fornecer a eliminação de tarifas e remover barreiras aos serviços dos EUA, incluindo serviços financeiros. Também inclui disciplinas importantes relacionadas à administração aduaneira e à facilitação do comércio, barreiras técnicas ao comércio, compras governamentais, investimentos, telecomunicações, comércio de eletrônicos, direitos de propriedade intelectual e proteção trabalhista e ambiental. (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, [201-?], n.p., tradução nossa)²⁰⁴

É importante frisar que os TLCs que ambos os países sul-americanos assinaram com os EUA substituíram os benefícios gerados pelo ATPA/ATPDEA a partir da data que os TLCs entraram em vigor. A Colômbia foi considerada como um país do ATPA/ATPDEA até o fim de 2012, mas não contou com os benefícios após maio daquele ano. Em 2012, a Colômbia forneceu quase a metade das importações realizadas pelos EUA, no âmbito do ATPA/ATPDEA (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2013), como é possível visualizar no Gráfico 18.

²⁰³ “[...] eliminates tariffs and removes barriers to U.S. services, provides a secure, predictable legal framework for investors, and strengthens protection for intellectual property, workers, and the environment. The PTPA is the first agreement in force that incorporates groundbreaking provisions concerning the protection of the environment and labor rights that were included as part of the Bipartisan Agreement on Trade Policy developed by Congressional leaders on May 10, 2007” (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, [201-?], n.p.).

²⁰⁴ “[...] provides elimination of tariffs and removes barriers to U.S. services, including financial services. It also includes important disciplines relating to customs administration and trade facilitation, technical barriers to trade, government procurement, investment, telecommunications, electronics commerce, intellectual property rights, and labor and environmental protection” (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, [201-?], n.p.).

Gráfico 18: Importações dos EUA sob o ATPA/ATPDEA por países em milhares de dólares (2010-2012)



Fonte: *Seventh Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act*, USTR, 2013.
Organização: Brigola (2020).

Como mostrado no Gráfico 18, a Colômbia vinha sendo a maior beneficiária das importações pelos EUA por meio do ATPA/ATPDEA até 2011, sendo ultrapassada pelo Equador em 2012. Naquele ano, o Equador ficou com 51% das importações realizadas pelos EUA, enquanto a Colômbia ficou com 49%. Cada país teve um aumento de mais de 100% em relação ao ano de 2011. O aumento foi maior para o Equador, devido à sua presença constante no programa durante todo o ano de 2012, sendo, a partir de então, o único beneficiado pelo ATPA/ATPDEA (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2013).

As importações dos EUA dos países ATPA/ATPDEA eram baseadas principalmente em matérias-primas e produtos agrícolas. Em 2012, de forma geral, os combustíveis minerais, em especial o petróleo bruto, responderam por 72% das importações contra 70% em 2011 (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2013), representando um acréscimo em relação ao ano de 2010, no qual se teve 60% das importações estadunidenses (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2012a). Os preços mais altos do petróleo foram os principais responsáveis pelo aumento da participação, mas a quantidade de importações de petróleo também teve expansão (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2013). Outras importações de destaque dos países ATPA / ATPDEA durante os períodos em análise foram metais preciosos, pedras preciosas e joias; ouro não

monetário; café; flores de corte; peixes e crustáceos, especialmente camarões; frutas e nozes, principalmente bananas.

Entre os produtos de maior destaque que os EUA importaram da Colômbia pelo programa, estavam os combustíveis minerais, flores de corte, vestuário e plásticos (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2013). No caso do Equador, os principais produtos importados pelos EUA foram os combustíveis minerais; as flores de corte e frutas; além de legumes frescos e preparados que também se destacaram na venda para os EUA (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2013). Embora o TLC com o Peru tenha entrado em vigor em 2009, o país ainda recebeu os benefícios da ATPA/ATPDEA em 2010, mas não contou com eles a partir de 2011.

Em suma, os três países que possuíam TLCs com os EUA eram membros da Aliança do Pacífico. Criada em 2011, era uma organização econômica a qual, de acordo com Busso (2016), foi um dos motivos que tornaram a política do presidente Obama mais ativa para a América do Sul, em especial em seu segundo mandato.

Como já citado no capítulo anterior, autores como Padula (2013), Fiori (2014) e Pecequillo (2015) afirmaram que a promoção dos TLCs e o apoio à Aliança do Pacífico pelos EUA significavam apenas uma parte de sua estratégia maior, que seria a consolidação do *Trans-Pacific Partnership* – TPP, a peça central “da política de reafirmação do poder econômico e militar norte-americano, na região do Pacífico” (FIORI, 2014, n.p.).

O objetivo da formalização do TPP – que não é um bloco originalmente formulado pelos EUA – veio da nova estratégia do presidente Obama, denominada de “Pivô-asiático”. Percebendo a relevância estratégica da região Ásia-Pacífico, o presidente Obama deslocou “o foco de sua política externa do Oriente Médio, com a retirada de tropas do Iraque e do Afeganistão para aquela região, canalizando esforços militares, diplomáticos e econômicos” (HENDLER; NOGUEIRA, 2016, p. 219). Em novembro de 2011, o presidente norte-americano, em discurso ao parlamento australiano, afirmou seu objetivo de orientar sua política externa para a região Ásia-Pacífico. Nas palavras do então presidente dos EUA, o “novo foco nessa região reflete uma verdade fundamental – os Estados Unidos foram e sempre serão uma nação do Pacífico” (OBAMA, 2011, n.p., tradução nossa)²⁰⁵.

O TPP foi originalmente formado em 2005, iniciando-se as negociações de um acordo multilateral de livre comércio. Os países participantes eram: Brunei, Chile, Nova Zelândia e Singapura, com o nome de *Pacific Four* (P4), e entrou em vigor em 2006

²⁰⁵ “[...] new focus on this region reflects a fundamental truth – the United States has been, and always will be, a Pacific nation” (OBAMA, 2011, n.p.).

(CARNEIRO, 2015)²⁰⁶. A organização logo mudou de nome para *Trans-Pacific Partnership* – TPP com a adesão às negociações de outros países, como a Austrália (2008), os EUA (2008), o Peru (2008) e o Vietnã (2008).

A primeira rodada de negociações do TPP ocorreu em março de 2010, na Austrália. Posteriormente ocorreu a entrada da Malásia (2010), do Canadá (2012), do México (2012) e do Japão (2013). Após diversas rodadas de negociações sem sucesso, em outubro de 2015, os países alcançaram um acordo final, que fora assinado em fevereiro de 2016 (URATA, 2018). No entanto, os EUA se retiraram do acordo em janeiro de 2017, no início da gestão do presidente Donald Trump.

O TPP chegou a ter expressão após 2009, quando o então presidente Obama decidiu participar ativamente das negociações, com o objetivo de formalizar oficialmente o grande bloco econômico no arco do Pacífico, que já vinha sendo idealizado por Brunei, Chile, Nova Zelândia e Singapura desde 2005 (PADULA, 2013). De fato, um documento publicado pelo *United States Trade Representative*, em 2008, já afirmava que o TPP demonstrava “a intenção dos EUA de manter seu envolvimento ativo na região da Ásia-Pacífico” (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2008). Desde então, Washington ditou o ritmo das negociações, buscado um acordo que refletisse “as suas prioridades econômicas e a ampliação da participação de países da região” (PADULA, 2013, p. 11) até o início da gestão Trump em 2017.

Em suma, o TPP era considerado pelo *United States Trade Representative* como um acordo abrangente e relevante que abriria mercados importantes, possibilitando o estabelecimento das regras comerciais de alto padrão, no qual se abordariam as principais questões econômicas globais do século XXI (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2015), dando a entender que elas seriam as relações econômicas realizadas no epicentro da economia mundial, o qual, de acordo com Simões (2018), seria o oceano Pacífico.

Para além da facilitação do acesso aos mercados de bens, serviços e investimentos entre os países membros, o TPP tinha o objetivo de incluir medidas como princípios trabalhistas e de conservação ambiental (CARNEIRO, 2015). Carneiro (2015) afirma que o bloco estaria baseado em cinco aspectos que, de acordo com o *United States Trade Representative*, seriam as características-chave para o TPP se tornar um novo paradigma da economia global. Os aspectos seriam:

²⁰⁶ O *Pacific Four* entrou em vigor por meio do acordo *Trans-Pacific Strategic Economic Partnership* (TPSEP).

i) acesso abrangente a mercados, removendo tarifas e outras barreiras à circulação de bens, serviços e investimentos; *ii)* criação de um acordo verdadeiramente regional, para facilitar o desenvolvimento de cadeias de suprimento entre os membros; *iii)* inclusão de temas transversais ou horizontais, como convergência regulatória e competitividade; *iv)* inclusão de novos temas, como tecnologias verdes e economia digital; *v)* permissão da adaptação e atualização contínua do acordo mesmo após sua inclusão, tornando-o um *acordo vivo* (*living agreement*). (CARNEIRO, 2015, p. 16)

Autores como Amaral e Mattos (2013), Padula (2013) e Pecequilo (2015) defendem que o TPP tinha o propósito de conter o avanço da China na região do Pacífico, garantindo, assim, a supremacia comercial aos moldes de Washington. Li e Whalley (2012), citados por Amaral e Mattos (2013), afirmam que os acordos do TPP viriam a prejudicar a China e os demais países não membros do bloco, e com a possível adesão do Japão, os danos à economia chinesa seriam ainda maiores. Amaral e Mattos (2013, p. 129) afirmam que o TPP pode ser classificado como “um instrumento regional para garantir um protecionismo comercial”, trazendo então benefícios aos países membros.

Pecequilo vai mais além ao afirmar que o TPP:

[...] visa ao isolamento da China na região asiática (e da Índia e da Rússia, indiretamente), à revitalização da aliança bilateral com o Japão e ao fortalecimento da parceria com países como Austrália e Nova Zelândia. Mas a TPP não lida somente com comércio: ela envolve o reposicionamento de forças militares, garantindo a projeção de poder militar no Pacífico e em locais que não parecem tão próximos, mas nos quais a China tem atuado fortemente – a África e a costa do Pacífico da América Latina (que favorece sua projeção no hemisfério). (PECEQUILO, 2015, n.p.)

Lameiras (2018) coloca que o TPP se enquadra no conceito de *poder estrutural* elaborado por Susan Strange em sua obra *States and markets*, sendo o “poder de definir a agenda de discussão ou de criar as regras e os costumes que definem os regimes internacionais destinados a governar as relações econômicas internacionais” (STRANGE, 1994 apud LAMEIRAS, 2018, p. 177).

Nesse sentido, a contenção da China pode ser compreendida como um dos motivos para incitar os TLCs com os países da América do Sul que fazem parte da Aliança do Pacífico, bloco econômico do qual o Chile e o Peru também fazem parte através das negociações do TPP, em contexto de cada vez maior aproximação da China com os países sul-americanos, como é possível visualizar no Quadro 10.

Quadro 10: Posição ocupada pela China como parceiro comercial dos países da América do Sul (2000-2012)

País	Posição da China como destino das exportações		Posição da China como origem das importações	
	2000	2012	2000	2012
Argentina	6	3	4	2
Bolívia	18	9	7	2
Brasil	12	1	11	1
Chile	5	1	4	2
Colômbia	36	2	9	2
Equador	18	11	10	2
Paraguai	15	25	3	1
Peru	4	1	9	2
Uruguai	4	2	7	3
Venezuela	35	2	18	2

Fonte: Slipak (2014)
Organização: Brigola (2020).

A partir dos dados disponíveis no Quadro 10, fica evidente que, em 2012, a China se aproximou significativamente dos países da América do Sul na área comercial. O país asiático ocupou a primeira posição como destino das exportações do Brasil, do Chile e do Peru, a segunda posição do destino das exportações da Colômbia, do Uruguai e da Venezuela e a terceira posição como destino das exportações da Argentina. Sobre a posição da China como origem das importações, o país apareceu em primeiro lugar nas importações do Brasil e do Paraguai, em segundo lugar nas importações da Argentina, da Bolívia, do Chile, da Colômbia, do Equador, do Peru e da Venezuela e em terceiro lugar nas importações do Uruguai. De acordo com Padula, a China:

[...] vem ganhando crescente participação no comércio e nos investimentos da região, sendo responsável em grande parte pelo seu crescimento econômico e pela “bonança de divisas”, processo que vêm reforçando a inserção econômica dos países da América do Sul baseada na exportação de commodities [...] Os principais motivadores econômicos das relações comerciais e investimentos chineses, assim como de suas alianças estratégicas na América do Sul, são: a busca por acesso a recursos naturais e a expansão de mercado para seus bens acabados. (PADULA, 2013, p. 13)

Cabe resgatar aqui as teorias da geopolítica clássica elaboradas por Halford Mackinder e Nicholas Spykman, publicadas respectivamente em 1904 e 1944, frisando que, mesmo após todos esses anos, elas continuaram presentes na política externa dos EUA. A China é um poder econômico e militar ascendente no *Rimland*, que, de acordo com Spykman (1944), corresponde às regiões costeiras que circundam o continente euro-asiático e seus mares marginais. O avanço chinês está se expandido gradativamente para as regiões além do *Rimland*, sendo para o *Heartland* euro-asiático, proposto por Mackinder, por meio das relações comerciais com os países europeus, assim como para o Crescente Externo, conceito também elaborado por Mackinder, no qual a América do Sul está localizada.

Nesse sentido, de acordo com Dueck, em termos atuais, a solução seria “uma presença avançada cuidadosamente mantida pelos EUA para contrabalançar a China e uma campanha contínua de pressão econômica americana contra Pequim” (DUECK, 2019, n.p., tradução nossa)²⁰⁷. Para isso, os EUA deveriam se aproximar de países onde a influência chinesa estivesse crescendo, com o intuito de estreitar as relações com os estadunidenses e “trabalhar ao lado desses aliados para neutralizar a influência econômica, diplomática e estratégica chinesa ao longo do perímetro do Rimland” (DUECK, 2019, n.p., tradução nossa)²⁰⁸.

Pecequillo e Forner (2017) alegam que o apoio dos EUA à Aliança do Pacífico e a tentativa de formalização do TPP, além de conter a aproximação chinesa com países da América do Sul, também visavam a oferecer um contraponto aos arranjos institucionais autônomos encabeçados pelos países sul-americanos, como, por exemplo, a Unasul, que, embora não tivesse avançado nas relações econômicas, era um modelo de integração do qual os EUA não faziam parte. De modo semelhante, Rodrigues (2018) defende que a política adotada por meio da formalização dos TLCs na América do Sul configurava um modelo pautado na *interdependência assimétrica*, pois:

Acordos do tipo TLC's corroboram e intensificam a histórica reprodução das economias latino-americanas de baixo valor agregado e pautado em recursos primários, uma vez que o intercâmbio desigual é acelerado e inviabiliza, direta ou indiretamente, a construção de um parque industrial-tecnológico e militar. (RODRIGUES, 2018, p. 33)

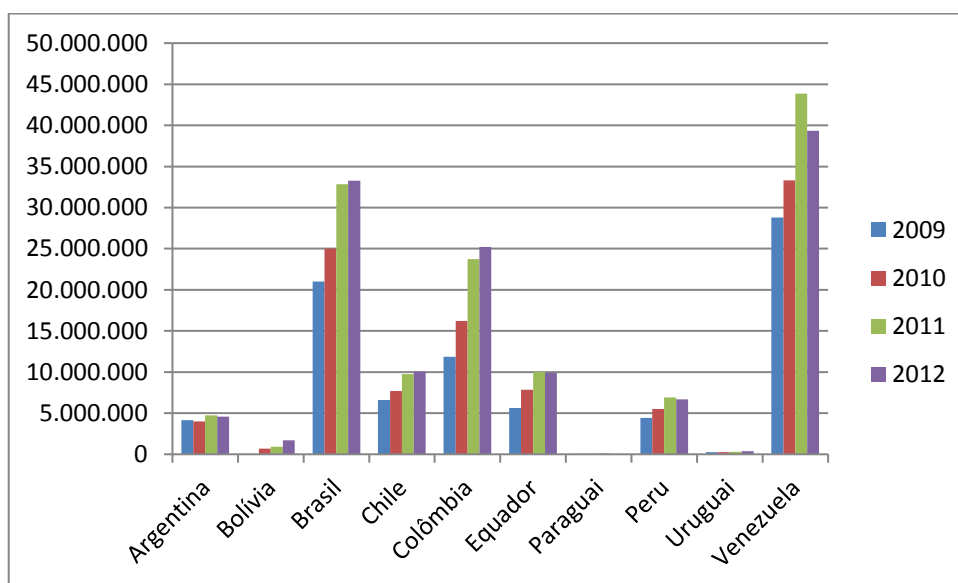
²⁰⁷ “[...] a carefully maintained U.S. forward presence to counterbalance China and a continuing American economic pressure campaign against Beijing” (DUECK, 2019, n.p.).

²⁰⁸ “[...] work alongside those allies to counteract Chinese economic, diplomatic, and strategic influence along the Rimland perimeter” (DUECK, 2019, n.p.).

Para além dessas premissas, foi realizada uma análise das relações comerciais dos EUA com a América do Sul, num âmbito geral, para melhor compreender se as relações econômicas entre ambos, durante a gestão de Barack Obama, tiveram um deslocamento maior para a região do Pacífico a partir da conclusão dos TLCs.

Durante os quatro anos da gestão Obama, o comércio com a América do Sul ficou marcado pelo montante de US\$ 447.645.148 em importações e US\$ 402.401.156 em exportações (TRADEMAP, 2020). O resultado final foi um déficit de US\$ 45.243.992 na balança comercial dos EUA, significando que, durante a primeira gestão de Obama, os EUA importaram mais produtos da América do Sul do que exportaram para ela, sendo as principais parcerias com o Brasil, a Venezuela, a Colômbia, o Chile e o Peru, como mostram os Gráficos 19 e 20.

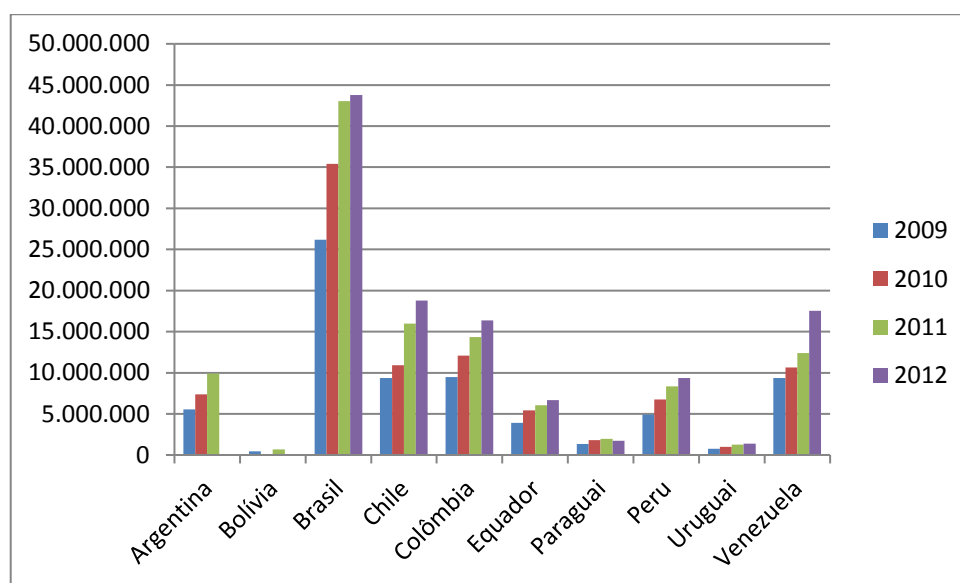
Gráfico 19: Importações estadunidenses dos países da América do Sul em milhares de dólares (2009-2012)²⁰⁹



Fonte: TradeMap
Organização: Brigola (2020).

²⁰⁹ Na pesquisa, não foram incluídos a Guiana e o Suriname.

Gráfico 20: Exportações estadunidenses para os países da América do Sul em milhares de dólares (2009-2012)²¹⁰



Fonte: TradeMap
Organização: Brigola (2020).

Como é possível observar, nos Gráficos 19 e 20, durante a primeira gestão de Barack Obama, a Venezuela foi o principal fornecedor de produtos aos EUA, durante os quatro anos. O país representou aproximadamente 32,45% das importações estadunidenses da América do Sul durante esse período. A liderança venezuelana representada no Gráfico 19 é explicada pelo estreito comércio de petróleo entre a Venezuela e os EUA, sendo o país norte-americano seu principal mercado comprador. O Brasil apareceu em segundo lugar nas importações estadunidenses da América do Sul, dada a dimensão econômica brasileira e sua tradicional parceria comercial com o país do Norte, perfazendo 25,04% das importações estadunidenses da América do Sul. Embora os EUA sejam um tradicional parceiro econômico do Brasil, é importante destacar que, a partir de 2009, a China passou a ser o principal parceiro econômico do país sul-americano, “depois de oitenta anos de predomínio estadunidense ininterrupto” (COLOMBO; FRECHERO, 2012, p. 207).

De acordo com Runde:

[...] a relação Brasil-China é unilateral e focada em indústrias extrativas e pouco qualificadas, como mineração, carne e soja, em vez das indústrias não-*commodities* e de maior valor agregado que o Brasil espera incentivar dentro de suas fronteiras. Os Estados Unidos, por outro lado, tornaram-se o

²¹⁰ Na pesquisa, não foram incluídos a Guiana e o Suriname.

primeiro destino para as exportações brasileiras de manufaturados e semimanufaturados. (RUNDE, 2016, n.p., tradução nossa)²¹¹

Já a Colômbia ocupou a terceira posição no quadro geral, com 17,20% das importações realizadas pelos EUA no subcontinente; o Chile perfez 7,62%, ocupando a quarta posição; o Equador ocupou a quinta posição com 7,45% seguido pelo Peru, que perfez 5,24%, ocupando a sexta posição. Mesmo com o TLC tendo entrado em vigor apenas em 2012, a Colômbia apareceu com maior destaque entre os três países na mesma situação, sendo que o TLC do Chile com os EUA entrou em vigor em 2004 e o do Peru com os EUA vigorou em 2009. Essa posição privilegiada da Colômbia remete à estreita parceria com o país norte-americano originada do combate ao narcotráfico.

A Argentina ocupou a sétima posição, representando 3,89% das importações estadunidenses da América do Sul. Cabe frisar que, no ano de 2012, o presidente Obama excluiu a Argentina do Sistema Generalizado de Preferências (SGP)²¹². O governo dos EUA “considerou na época que o kirchnerismo estava prejudicando as empresas Azurix e Blue Ridge Investment no âmbito do ICSID, devido ao cancelamento de contratos em meio à crise argentina de 2001” (IPROFESIONAL, 2018, n.p., tradução nossa)²¹³. Segundo o iProfesional (2018), vinhos, açúcar, azeite, azeitonas e queijo são alguns dos produtos que eram beneficiados pelo programa sendo que, em 2011, 12% dos produtos argentinos exportados aos EUA se enquadraram no SGP, com tarifa de 0%²¹⁴.

No tocante às exportações providas dos EUA para a América do Sul, o Brasil foi o país que recebeu os maiores montantes, liderando a posição com 36,87% das exportações estadunidenses para a região. O Chile ficou mais bem posicionado em relação às exportações dos EUA para a América do Sul, ocupando a segunda posição no quadro geral durante os quatro anos, recebendo 13,67% dos produtos exportados pelos EUA. A Colômbia ficou com a

²¹¹ [...] the Brazil-China relationship is one sided and focused on extractive and low-skilled industries such as mining, meat, and soy, rather than the noncommodity, more value-added industries that Brazil hopes to encourage within its borders. The United States, on the other hand, has become the first destination for Brazilian manufactured and semi-manufactured exports.

²¹² “O SGP consiste na concessão de preferências tarifárias por países desenvolvidos a certos produtos exportados de países em desenvolvimento, que recebem tratamento preferencial e reduções tarifárias significativas” (IPROFESIONAL, 2018, n.p., tradução nossa)./ “El SGP consiste en el otorgamiento de preferencias arancelarias por parte de países desarrollados a determinados productos exportados desde países en vías de desarrollo, que reciben tratamiento preferencial y reducciones arancelarias significativas” (IPROFESIONAL, 2018, n.p.).

²¹³ “La Casa Blanca consideró en ese entonces que el kirchnerismo estaba perjudicando a las empresas Azurix y Blue Ridge Investment en el marco de CIADI, por la cancelación de contratos en medio de la crisis Argentina de 2001” (IPROFESIONAL, 2018, n.p.).

²¹⁴ No ano de 2018, a Argentina foi formalmente reincorporada ao programa SGP pelo então presidente Trump, dos EUA.

terceira colocação com 12,97% e, conforme a Comissão do Comércio Internacional sobre o TLC da Colômbia com os EUA, “as reduções de tarifas no acordo expandirão as exportações de bens dos EUA em mais de US\$ 1,1 bilhão, apoiando milhares de empregos americanos adicionais” (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2012b, n.p., tradução nossa)²¹⁵, e ainda:

Mais de 80% das exportações dos EUA de produtos industriais e de consumo para a Colômbia ficarão isentas de impostos imediatamente, com as tarifas restantes eliminadas ao longo de 10 anos. Com as tarifas médias das exportações industriais dos EUA variando de 7,4 a 14,6%, isso aumentará substancialmente as exportações dos EUA. (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2012b, n.p., tradução nossa)²¹⁶

A Venezuela representou 12,40% das exportações estadunidenses para a região, ficando na quarta colocação; a Argentina apareceu em quinto lugar, com 8,22% das exportações; o Peru em sexto, com 7,29%, e o Equador em sétimo com 5,48%.

Dentre os países citados, a Colômbia, o Equador e a Venezuela apresentaram um valor maior nas exportações em relação às importações nas relações comerciais com os EUA. Nesse caso, cabe lembrar que a Colômbia e o Equador eram beneficiados pelo ATPA/ATPDEA, acordo o qual oferecia preferências comerciais, com isenção de impostos, para aumentar a exportação dos países andinos beneficiados pelo programa aos EUA, sob o comprometimento com o combate ao narcotráfico em seus respectivos países. O caso da Venezuela, como já citado, remete ao estreito comércio de petróleo, tendo os EUA como seu principal comprador.

Países como Argentina, Brasil, Chile e Peru importaram mais produtos dos EUA, do que exportaram ao país do Norte. Embora o Brasil tenha os EUA com um amplo mercado para seus produtos manufaturados, de acordo com Lima (2019), dos quinze principais produtos exportados pelo Brasil aos EUA, onze enquadram-se na categoria de produtos de baixa e média intensidade tecnológica e apenas quatro produtos são classificados como

²¹⁵ “[...] has estimated that the tariff reductions in the Agreement will expand exports of U.S. goods alone by more than \$1.1 billion, supporting thousands of additional American Jobs” (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2012b, n.p.).

²¹⁶ “Over 80 percent of U.S. exports of consumer and industrial products to Colombia will become duty free immediately, with remaining tariffs phased out over 10 years. With average tariffs on U.S. industrial exports ranging from 7.4 to 14.6 percent, this will substantially increase U.S. exports Jobs” (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2012b, n.p.).

produtos de alta e média intensidade tecnológica²¹⁷. Nesse sentido, conforme Lima (2019), de 2002 a 2014, a tendência geral do comércio entre Brasil e EUA ficou marcada pela maior relevância que os produtos de baixo valor agregado foram ganhando na pauta comercial entre os países, enquanto os produtos de maior intensidade tecnológica foram perdendo espaço. No tocante às importações brasileiras, os produtos importados são predominantemente manufaturados de média e alta intensidade tecnológica, ou seja, de maior valor agregado, resultando em maiores valores nas importações brasileiras provindas dos EUA e um menor valor nas exportações brasileiras aos EUA (LIMA, 2019).

A superioridade das exportações estadunidenses para o Chile e o Peru em relação às importações é explicada pela assinatura dos TLCs que ambos possuem com os EUA. O TLC do Chile com os EUA entrou em vigor em 2004; contudo, desde 2008, o país apresentou déficits em sua balança comercial com o governo de Washington (TRADEMAP, 2020). O Peru foi um dos beneficiados pelo ATPA/ATPDEA até o ano de 2009, tendo sua participação no programa encerrada após a entrada em vigor de seu TLC com os EUA, no mesmo ano. Entre os anos de 2002 – ano em que o ATPA fora rebatizado para ATPA/ATPDEA – e 2007, o Peru possuía superávits em sua balança comercial com os EUA (TRADEMAP, 2020), provavelmente pelo impulso que o programa dava a suas exportações para o parceiro comercial do Norte. Com a entrada em vigor do TLC, em 2009, o Peru fora automaticamente excluído do ATPA/ATPDEA, que foi substituído pelo Tratado de Livre Comércio; desde então, o Peru passou a ter elevados déficits em sua balança comercial com os EUA. Nesse caso, conclui-se que os TLCs beneficiaram mais as exportações estadunidenses do que as exportações dos países sul-americanos. Como demonstra Tosoni (2017), no período entre 2004 e 2013, as exportações chilenas para os EUA cresceram em média de 7,7% ao ano, enquanto as importações chilenas do país do Norte cresceram 19,2%. O caso do Peru foi semelhante: entre 2009 e 2013, as exportações peruanas aos EUA cresceram 12,7% ao ano, enquanto as importações realizadas pelo país sul-americano, dos EUA, cresceram 19,5% ao ano²¹⁸.

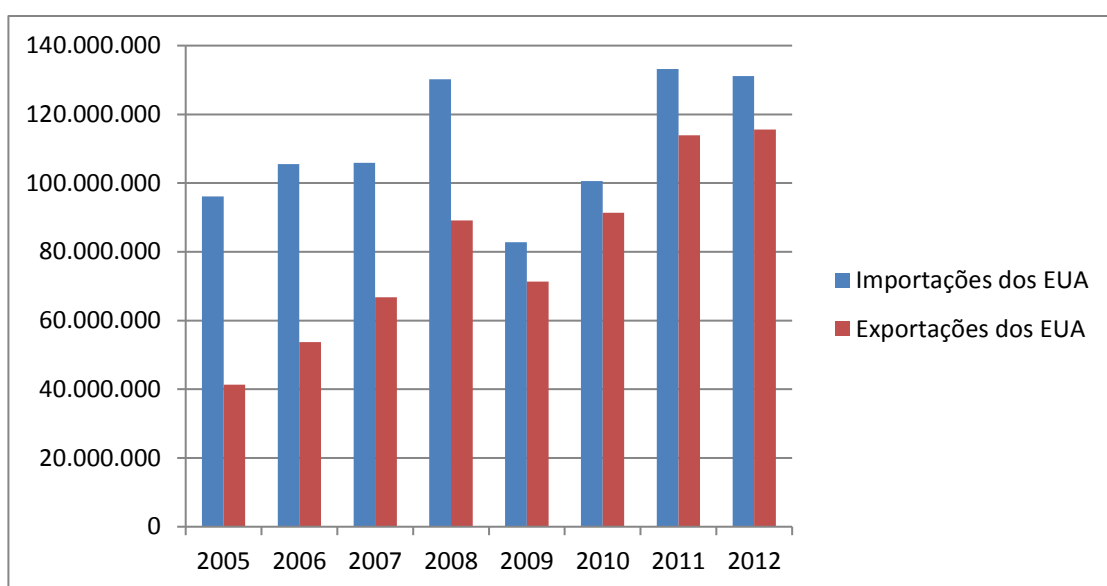
O primeiro ano do governo Obama, em 2009, coincidiu com as consequências da crise econômica de 2008, o que impactou as relações entre os EUA e a América do Sul

²¹⁷ De acordo com Lima (2019), os principais produtos de média e alta tecnologia exportados pelo Brasil aos EUA são aviões, máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração, entre outros, e motores para veículos automóveis e suas partes.

²¹⁸ Tosoni (2017) afirma que não houve aumento do PIB do Chile e do Peru após a assinatura dos TLCs. De acordo com o autor, os períodos de maior crescimento econômico desses países foram anteriores aos Acordos de Livre Comércio, sendo o momento culminante do Chile no início dos anos 1990, e do Peru nos anos 1960 e entre 2006 e 2008.

naquele ano, tendo uma queda considerável nas importações e exportações. Nesse sentido, é de grande importância verificar como ocorreu a evolução do comércio exterior dos EUA com a América do Sul a partir da última gestão do governo George W. Bush seguida pela primeira gestão do governo Obama. Essa análise está ilustrada no Gráfico 21.

Gráfico 21: Evolução do comércio exterior entre os EUA e a América do Sul em milhares de dólares (2005-2012)²¹⁹



Fonte: TradeMap
Organização: Brigola (2020).

De acordo com a análise do Gráfico 21, ficou evidente que as importações foram superiores às exportações em ambos os governos. Sobre o governo de George W. Bush, em 2008, seu último ano de governo, houve o maior impulso nas relações comerciais com a América do Sul, totalizando US\$ 130.222.501 em importações e US\$ 89.100.433 em exportações. As importações dos EUA em 2009 foram US\$ 82.767.805, com uma queda em torno de 36% em relação ao ano anterior, enquanto as exportações ficaram com US\$ 71.295.743, com queda de aproximadamente 19% em relação ao ano anterior.

De acordo com Scott (2010), as informações publicadas no *US Census Bureau* de 2010 apresentaram que o comércio global dos EUA sofreu uma queda no ano de 2009 em relação a 2008. O país apresentou uma redução do comércio de bens e serviços de 45,3%, um reflexo dos “efeitos da recessão e da crise financeira na demanda por bens e serviços e o

²¹⁹ Na pesquisa, não foram incluídos a Guiana e o Suriname.

impacto da escassez generalizada de empréstimos necessários para financiar o comércio” (SCOTT, 2010, n.p., tradução nossa)²²⁰. Por sua vez, o comércio global de mercadorias nos EUA caiu 38,5%. O declínio das importações de petróleo, por conta da diminuição do valor do barril do produto energético, foi responsável por aproximadamente 56% da queda das importações globais de mercadorias realizadas pelos EUA em 2009 e a importação de produtos manufaturados sofreram uma queda de 27% (SCOTT, 2010).

Porém, o Gráfico 21 mostra uma rápida recuperação das relações econômicas entre os EUA e a América do Sul a partir de 2010. Ocorreu um crescimento significativo tanto das importações como das exportações, sendo 2011 o ápice das importações realizadas pelos EUA, com US\$ 133.172.530, representando um aumento de aproximadamente 2% em relação ao ano de 2008, ano que teve o maior valor das importações durante o governo George W. Bush. Em 2012, ocorreu o ápice das exportações dos EUA para a América do Sul, durante o período analisado, com US\$ 115.567.016, representando um aumento de aproximadamente 29% em relação a 2008, ano em que as exportações foram mais significativas durante o governo George W. Bush.

4.3.3 Considerações parciais sobre a Política Externa do presidente Barack Obama para a América do Sul em sua primeira gestão (2009-2012).

Na primeira gestão do governo Obama, poucas mudanças ocorreram nas relações dos EUA com a América do Sul no tocante às questões de segurança e políticas estratégicas. A região continuou tendo a atenção de Washington, porém, de modo secundário, pois o foco principal da agenda do presidente Obama estava voltado para a região euroasiática, num primeiro momento, e na região Ásia-Pacífico num segundo momento.

Embora o presidente Obama discursasse a favor de novas relações hemisféricas, foi mantida a velha política derivada da Doutrina Monroe, como ficou evidente com a tentativa de fechar o acordo militar com a Colômbia, perpetuando a política de militarização contra as drogas, uma efetiva interferência direta nos assuntos da América do Sul.

No âmbito da segurança, ficou claro que o narcotráfico ainda era a maior preocupação de Washington na região, um ponto que foi descrito na NSS de 2010, sendo que os maiores montantes de recursos foram fornecidos para assistência em segurança e tiveram

²²⁰ “[...] the effects of the recession and financial crisis on both the demand for goods and services, and the impact of widespread shortages of loans needed to finance trade” (SCOTT, 2010, n.p.).

como destino os países onde o narcotráfico é mais evidente e atuante. Além do combate ao tráfico de drogas, foram mantidas as divergências entre o governo de Washington e os chamados países bolivarianos, em especial a Venezuela. Embora tivessem ocorrido algumas possibilidades de retomada de suas relações, todas foram marcadas pelo insucesso. O Brasil também apresentou algumas divergências com o governo dos EUA durante a gestão do ex-presidente Lula da Silva (2003-2011), apresentando como único avanço um acordo em matéria de defesa entre o Brasil e os EUA. Porém, quando Dilma Rousseff assumiu a presidência do Brasil em 2011, no último ano de mandato do presidente Obama, as relações entre os dois países estavam dando sinais de que passariam por uma redefinição.

Do mesmo modo que a agenda político-estratégica não avançou para novas relações no primeiro mandato, a agenda econômica também não teve nenhuma novidade. A entrada em vigor dos TLCs não foi nada mais do que a perpetuação da política iniciada por George W. Bush, sendo que esses tratados haviam sido assinados durante a sua gestão. As relações com a Venezuela também mantiveram as mesmas premissas do governo George W. Bush, com reveses nas relações políticas, mas mantendo-se estreitas as relações comerciais, com a continuidade de importação do petróleo venezuelano por parte do governo dos EUA.

Nas relações econômicas dos EUA com a América do Sul durante a primeira gestão Obama, o maior avanço deu-se nas negociações do bloco econômico do TPP, pois, embora durante a gestão George W. Bush os EUA já sinalizassem interesse em fazer parte da organização, foi durante a primeira gestão de Obama que os EUA tomaram as rédeas das negociações, moldando-as aos seus próprios interesses. Porém, ainda que alguns países da América do Sul estejam engajados no TPP, ele não é algo exclusivo para a região, pois envolve países de ampla área do oceano Pacífico, exceto a China, o que é demonstrativo de um interesse apenas indireto nos países sul-americanos.

De um modo geral, a política externa de Barack Obama para a América do Sul, em sua primeira gestão, no período de 2009 a 2012, “pode ser identificada como de estagnação, mesclada a ações retóricas, uma visão defensiva, a qual se contraporá a fase seguinte, de 2013 a 2016, de caráter mais ofensivo” (PECEQUILO; FORNER, 2017, p. 379).

4.4 O segundo mandato de Barack Obama (2013-2016): novas relações hemisféricas?

Em janeiro de 2013, Barack Obama deu início à sua segunda gestão como presidente dos EUA. Analistas das relações internacionais ficaram intrigados sobre como seriam, nessa nova gestão, as relações entre Washington e os países da América do Sul.

Presse (2012) enfatizou que o restante do hemisfério esteve praticamente ausente da segunda campanha para reeleição de Barack Obama. No documento sobre o plano de governo do Partido Democrata, questões como o combate ao crime organizado e o impulso ao comércio foram temas que se destacaram em relação ao subcontinente (G1, 2012).

Durante a 6ª *Cúpula das Américas*, que ocorreu em abril de 2012, na Colômbia, o presidente Obama – que já era candidato para as eleições de novembro – discursou sobre o avanço das relações econômicas entre a potência do Norte e o restante do hemisfério. O presidente Obama não abordou especificamente a América do Sul, mas a América Latina, ao afirmar que:

Na verdade, nenhuma outra região afeta tão profundamente a vida diária das pessoas nos Estados Unidos [...] Eu acredito firmemente que esta região só vai se tornar mais importante para o nosso futuro. É por isso que, em nossa cúpula há três anos em Trinidad e Tobago, prometi buscar parcerias de igualdade, baseada no interesse e no respeito mútuo e enraizada na responsabilidade compartilhada. Eu vou dizer isso novamente – nas Américas não há parceiros seniores ou juniores, somos simplesmente parceiros. (OBAMA, 2012, n.p., tradução nossa)²²¹

De acordo com Morgenfeld (2017), na 6ª *Cúpula das Américas*, o candidato democrata estava buscando reorientar seu discurso, enfatizando sua atenção para o Sul, pois suas aspirações à reeleição o forçariam a lutar pelo voto da população latina, que estava crescendo incessantemente nos EUA. Especificamente em relação aos países da América do Sul, em seu discurso no evento, o presidente Obama abordou questões como o apoio dos EUA no combate ao narcotráfico na Colômbia, assim como a assinatura do TLC com países andinos; o aumento do comércio com o Brasil; e o progresso com Chile e Peru nas negociações do TPP (OBAMA, 2012).

²²¹ “Indeed, no other region so profoundly affects the daily lives of people in the United States [...] I firmly believe that this region is only going to become more important to our future. That’s why, at our summit three years ago in Trinidad and Tobago, I pledged to seek partnerships of equality, based on mutual interest and mutual respect and rooted in shared responsibility. I’ll say it again – in the Americas there are no senior or junior partners, we’re simply partners” (OBAMA 2012, n.p.).

Autores como Busso (2016), assim como Pecequilo e Forner (2017), defendem que as políticas dos EUA para a América do Sul, no segundo mandato do presidente Obama, foram mais ativas, especialmente com o fim do governo Lula e a morte de Chávez, ambos líderes regionais de grande influência, esperando-se, com o fim desses governos, o enfraquecimento das principais organizações e iniciativas regionais que faziam um contraponto à influência dos EUA na região – casos da Unasul e Alba –, e também porque os governantes que sucederam no Brasil e na Venezuela tiveram maior foco em políticas domésticas. Também houve a tentativa de fortalecimento das políticas econômicas dos EUA com os países da Aliança do Pacífico, visando a concretizar seu projeto do TPP e conter o avanço econômico chinês naquela porção do continente.

Cabe frisar que, na segunda gestão Obama, John Kerry substituiu Hillary Clinton no Departamento de Estado dos EUA, aquele que trata da política externa do país. O Secretário John Kerry discursou perante a Organização dos Estados Americanos (OEA), em junho de 2013, afirmando que a Doutrina Monroe havia sido superada e clamando por novas relações hemisféricas.

Como já descrito neste capítulo, a NSS de 2015 afirmava ser um objetivo dos EUA iniciar novas relações hemisféricas. Porém, nada foi apresentado que pudesse ser considerado como novo nessas relações quando comparado ao documento anterior, publicado em 2010, e que apresentava como princípios: a aproximação com o Brasil, pela sua liderança regional, o combate ao narcotráfico e grupos considerados como narcoterroristas na Colômbia, a promoção da democracia e uma aproximação com a Venezuela, assim como o estreitamento econômico com os países da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, México e Peru).

4.4.1 A política externa do segundo mandato de Barack Obama em sua dimensão político-estratégica

Embora o discurso do secretário John Kerry na OEA, em junho de 2013, tenha sido em defesa do fim da Doutrina Monroe, na prática, o que aconteceu foi algo diferente. De acordo com Pecequilo e Fosner (2017), esta é uma estratégia da diplomacia dos EUA que é amplamente conhecida: utilizar-se de declarações retóricas sobre temas polêmicos. Para esses autores, o que “se observa não é a mudança do conteúdo estratégico de fortalecimento geopolítico e geoeconômico dos Estados Unidos no hemisfério, mas a mudança tática pró-

cooperação” (PECEQUILO; FOSNER, 2017, p. 383), significando novas formas de cooperação entre o país hegemônico e a região. Algumas iniciativas de governos anteriores, que já foram mencionadas nesta pesquisa, como a *Aliança para o Progresso*, a *Iniciativa para as Américas* e a ALCA, são alguns exemplos.

Essa estratégia diplomática durante a segunda gestão de governo do presidente Obama pode ser exemplificada nas relações com o Brasil, as quais pareciam estar caminhando para um maior estreitamento dos laços, com a visita do presidente Obama ao Brasil em 2011, quando Dilma Rousseff assumiu a presidência do país sul-americano. Os traços para essas novas relações estavam delineados na medida em que uma visita da presidente Dilma Rousseff à Casa Branca estava agendada para outubro de 2013. Contudo, um preocupante evento foi responsável pelo cancelamento da reunião por parte da então presidente brasileira, que será explicado na sequência.

Ainda em 2013, no primeiro ano da nova gestão Obama, foram vazados pelo ex-analista da agência, Edward Snowden, documentos da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA), os quais constavam atividades de espionagem da agência estadunidense ao governo brasileiro. De acordo com uma publicação de Meachan (2013) no *think tank Center for Strategic and International Studies*:

A princípio, a agência alegou que a vigilância foi feita por preocupação com a segurança nacional dos EUA. Porém, à medida que mais e mais documentos vazavam, o ceticismo aumentava sobre as intenções do programa – particularmente quando foi revelado que os esforços da NSA também podem ter buscado informações comerciais estratégicas sobre petróleo, energia e comércio. (MEACHAM, 2013, n.p., tradução nossa)²²²

Os documentos revelaram “que foi feita espionagem de comunicações da presidente Dilma Rousseff com seus principais assessores. Também é espionada a comunicação dos assessores entre eles e com terceiros” (G1, 2013, n.p.). Outros documentos revelados mostraram que a empresa petrolífera brasileira Petrobras também foi alvo de espionagem. Naquele período, a Petrobras estava “desenvolvendo as maiores descobertas de petróleo deste século, que estão em uma região do pré-sal nas profundezas do Atlântico” (WATTS, 2013, n.p., tradução nossa)²²³. Entre os possíveis objetivos da espionagem na

²²² “At first, the agency claimed the surveillance was done out of concern for U.S. national security. But as more and more documents were leaked, skepticism mounted over the program’s intentions — particularly when it was revealed that the NSA’s efforts may have pursued strategic commercial information on oil, energy, and trade as well” (MEACHAM, 2013, n.p.).

²²³ “[...] developing the biggest oil discoveries of this century, which are in a pre-salt region deep under the Atlantic” (WATTS, 2013, n.p.).

petrolífera brasileira, suspeitava-se que investigavam sobre a tecnologia envolvendo a exploração em alta profundidade na camada pré-sal, mas não se sabe se os dados da Petrobras foram realmente vasculhados nem qual foi o alcance dessa espionagem (BBC BRASIL, 2013).

O governo brasileiro pediu explicações a Washington sobre o conteúdo dos documentos vazados da NSA, sendo que, diante da plenária da *68ª Assembleia Geral das Nações Unidas*, a então presidente brasileira Dilma Rousseff, em seu discurso, acusou Washington “com seus programas de espionagem, de ação ilegal e antidemocrática, por violarem o Direito Internacional, os direitos humanos, a soberania dos países e as liberdades civis” (BARBOSA; LUCA, 2013, n.p.).

Nos Estados Unidos, ambos os partidos da esfera política denunciaram as atividades da NSA. “Rand Paul, um senador republicano de Kentucky, chamou de ‘um ataque total à Constituição’, e o ex-vice-presidente democrata Al Gore disse que eles foram ‘obscenamente ultrajantes’” (BYMAN; WITTES, 2014, p. 127, tradução nossa)²²⁴. O diretor de inteligência nacional dos EUA, James Clapper, chegou a afirmar que “não é segredo que a comunidade de inteligência coleta informações sobre questões econômicas, financeiras e financiamento do terrorismo. [...] Mas ele novamente negou que isso equivale à espionagem industrial” (WATTS, 2013, n.p., tradução nossa)²²⁵.

Esse caso esfriou as relações bilaterais entre os dois países, que, desde o governo de Lula da Silva, tiveram avanços pouco significativos. Mesmo com os sinais de melhoria nas relações com o governo Dilma Rousseff após a visita de Barack Obama ao Brasil, o escândalo envolvendo os documentos sobre a espionagem do governo estadunidense ao Brasil tornou todas as tentativas de novas relações bilaterais infrutuosas.

De acordo com Hirst e Pereira (2016), as perspectivas de retomada das relações bilaterais surgiram no ano de 2015, após a reeleição de Dilma Rousseff, com um novo agendamento da visita da presidente brasileira aos EUA. No encontro, a então presidente do Brasil declarou que as tensões bilaterais de 2013 haviam sido superadas (HARRIS, 2015 apud MILANI, 2019, p. 199). Contudo, o cenário político brasileiro se encontrava diferente daquele de 2013, já que, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, começou a ocorrer uma

²²⁴ “Rand Paul, a Republican senator from Kentucky, called them ‘an all-out assault on the Constitution’, and the former Democratic vice president Al Gore said they were ‘obscenely outrageous’” (BYMAN; WITTES, 2014, p. 127).

²²⁵ “It is not a secret that the intelligence community collects information about economic and financial matters, and terrorist financing. [...] But he again denied this amounted to industrial espionage” (WATTS, 2013, n.p.).

significativa diminuição do apoio interno à presidente, acompanhado de um enfraquecimento da economia brasileira (HIRST; PEREIRA, 2016).

O ano de 2015 foi marcado por uma onda de protestos a favor do *impeachment* da então presidente, Dilma Rousseff, estimulada por uma crise político-econômica que se instaurou no país, especialmente após os escândalos de corrupção denunciados pela *Operação Lava Jato*²²⁶. De acordo com Tatagiba (2018, p. 117-118), a campanha pelo *impeachment* “se destacou por sua força numérica e simbólica. No que se refere ao número de manifestantes e capilaridade territorial, a campanha produziu cinco grandes mobilizações nacionais, quatro delas em 2015 e uma no começo de 2016”. O *impeachment* de Dilma Rousseff ocorreu no final de agosto de 2016, tendo então seu vice, Michel Temer, do partido MDB, assumido o cargo de presidente do Brasil²²⁷.

A princípio, “o governo de Barack Obama optou pelo distanciamento em relação à administração Temer” (AYUSO; CUÉ; SECO, 2016, n.p.), não havendo ao menos uma ligação do presidente estadunidense ao novo governante (interino) do Brasil. Ninio e Mello (2016), em uma reportagem da Folha de S. Paulo, afirmaram que uma ligação oficial legitimaria a opinião dos EUA a favor do governo de Michel Temer ao cargo. Pignotti (2016), em um artigo na Carta Maior, alegou que a afirmação do porta-voz do Departamento de Estado, John Kirby, no dia da cerimônia de posse de Michel Temer após a queda de Dilma Rousseff (em 31 de agosto de 2016), de que “foi uma decisão do povo brasileiro, que obviamente respeitamos” significou que “Washington reconheceu de imediato a nova administração, mas não a incluiu entre as que gozam da sua amizade preferencial” (PIGNOTTI, 2016, n.p.).

²²⁶ A Operação Lava Jato é a maior investigação sobre corrupção conduzida até hoje no Brasil. Ela teve início no Paraná, em 17 de março de 2014, unificando quatro ações que apuravam redes operadas por doleiros que praticavam crimes financeiros com recursos públicos. O nome Lava Jato era uma dessas frentes iniciais e fazia referência a uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de veículos, em Brasília, usada para movimentação de dinheiro ilícito de uma das organizações investigadas inicialmente. Desde então, a operação descobriu a existência de um vasto esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos de vários partidos e algumas das maiores empresas públicas e privadas do país, principalmente empreiteiras (FOLHA DE S. PAULO, [201-?], n.p.).

²²⁷ Alguns autores como Mark Weisbrot, co-diretor do *Center for Economic and Policy Research*, e Andre Korybko, jornalista russo, autor do livro *Guerras Híbridas – Das Revoluções Coloridas aos Golpes* e também conselheiro do *Institute for Strategic Studies and Predictions*, suspeitaram sobre um possível apoio dos EUA ao *impeachment*, por meio de participações na Operação Lava Jato e financiamento e treinamento de grupos de oposição. De acordo com esses autores, o governo estadunidense teria o objetivo de desestabilizar o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Embora a presidência de Dilma Rousseff fosse uma gestão menos ideológica do que a do governo Lula da Silva, ambos eram do mesmo partido de centro-esquerda em um país com *status* de potência regional e não vinha tendo um alinhamento estreito com os interesses de Washington. Essa atividade de apoio à desestabilização de um governo por grupos ativistas de oposição visando substituí-lo por um governo alinhado aos interesses de certo país é classificada por Andrew Korybko como *Guerra Híbrida*. Sobre o conceito de Guerra Híbrida, ver: KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Na abertura da *XX Conferência da CAF* (Banco de Desenvolvimento da América Latina), realizada em Washington, no início de setembro de 2016, o vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, “deu um forte apoio ao Governo de Michel Temer ao afirmar que o Brasil pode continuar a contar com Washington, que aprova o processo de destituição da ex-presidente Dilma Rousseff” (AYUSO, 2016, n.p.). No final do mesmo mês, em setembro, Barack Obama se encontrou com o então presidente do Brasil em um almoço formal da ONU, em homenagem ao secretário-geral da entidade, Ban Ki-moon. O encontro entre os dois presidentes foi resumido em um simples aperto de mão (BASILE, 2016).

Contudo, como afirma Milani (2019), com o fim do governo de Dilma Rousseff, as portas para a aproximação das relações bilaterais entre EUA e Brasil voltariam a se abrir. As diretrizes regionais da política externa brasileira foram reorientadas, passando a condenar o governo de Nicolás Maduro, na Venezuela – enfraquecido após a morte de Hugo Chávez –, e atribuindo menor realce ao regionalismo autônomo, por meio da Unasul. Nesse sentido, o final do governo de Dilma Rousseff representou “uma evidência de que o momento do giro à esquerda na América Latina havia se esgotado, abrindo espaço para uma nova fase nas relações hemisféricas (MILANI, 2019, p. 158)”.

Seguindo esse raciocínio, Pecequillo e Fosner afirmam que:

O rápido enfraquecimento dos governos de esquerda latino-americanos ocorreu não só na Venezuela e Brasil, mas se estendeu a outros: Bolívia de Evo Morales, Equador de Rafael Correa, pressionados pela crescente oposição interna, a ascensão do neoliberalismo no Peru, a vitória eleitoral de Mauricio Macri na Argentina, e a volta de uma política externa Norte-Sul. Com isso, Obama consolidou iniciativas e passou a encontrar novos aliados para a projeção do poder norte-americano. Se em 2011 Obama visitou Rousseff logo após sua posse, em 2016 o mesmo gesto foi repetido com Macri. (PECEQUILO; FOSNER, 2017, p. 385)

Sobre a decadência dos governos de centro-esquerda na América do Sul, é importante mencionar a transição do governo de Cristina Kirchner para o de Mauricio Macri, em dezembro de 2015, na Argentina. A política externa de Kirchner em relação aos EUA seguia as mesmas diretrizes de Lula da Silva no Brasil, apresentando uma tendência à autonomia, mas não de confrontação com a potência do Norte, enquanto Mauricio Macri buscou uma aproximação maior com os EUA. De acordo com Milani (2019, p. 254), no governo Macri, “intensificou-se o clientelismo, no sentido em que a relação bilateral com a potência hegemônica voltou a ser percebida como benéfica e não havia questionamentos a suas recomendações”.

No tocante à Venezuela, as mudanças nas relações bilaterais com os EUA ocorreram devido à morte de Hugo Chávez, em 5 de março de 2013, pondo fim a um governo de quatorze anos, um dos governos sul-americanos que mais trouxe preocupações a Washington. De acordo com Sullivan (2013), entre os principais pontos de preocupações dos formuladores de políticas dos EUA para com o governo Chávez, estavam:

[...] a deterioração dos direitos humanos e condições democráticas, as significativas compras de armas militares na Venezuela, falta de cooperação nos esforços antiterroristas, cooperação bilateral antidrogas limitada e as relações da Venezuela com Cuba e Irã. (SULLIVAN, 2013b, p. 1, tradução nossa)²²⁸

No dia 14 de abril de 2013, o então vice-presidente venezuelano, Nicolás Maduro, que estava como interino desde a morte de Hugo Chávez, foi eleito o novo presidente da Venezuela, pelo mesmo partido chavista, PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela), de orientação de esquerda. O presidente Obama, após a morte de Hugo Chávez, lançou uma declaração que sinalizava uma tentativa de reconstruir as relações político-diplomáticas entre os dois países:

Neste momento desafiador da morte do presidente Hugo Chávez, os Estados Unidos reafirmam seu apoio ao povo venezuelano e seu interesse em desenvolver um relacionamento construtivo com o governo venezuelano. Quando a Venezuela inicia um novo capítulo em sua história, os Estados Unidos continuam comprometidos com políticas que promovam princípios democráticos, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos. (OBAMA, 2013, n.p., tradução nossa)²²⁹

Enfim, parecia que a crise diplomática entre os dois países estava caminhando para novos rumos mais amistosos, sendo que, à margem da Assembleia Geral da OEA, em junho de 2013, o Secretário de Estado dos EUA, John Kerry – que também tinha falado sobre o fim da Doutrina Monroe no evento – teve um encontro com o ministro das relações exteriores da Venezuela, Elías José Jaua. De acordo com uma reportagem da Fox News, o encontro aconteceu a pedido do país sul-americano e “ocorreu poucas horas depois que a

²²⁸ “[...] the deterioration of human rights and democratic conditions, Venezuela’s significant military arms purchases, lack of cooperation on anti-terrorism efforts, limited bilateral anti-drug cooperation, and Venezuela’s relations with Cuba and Iran” (SULLIVAN, 2013b, p. 1).

²²⁹ “At this challenging time of President Hugo Chavez’s passing, the United States reaffirms its support for the Venezuelan people and its interest in developing a constructive relationship with the Venezuelan government. As Venezuela begins a new chapter in its history, the United States remains committed to policies that promote democratic principles, the rule of law, and respect for human rights” (OBAMA, 2013, n.p.).

Venezuela libertou da prisão um cineasta americano que havia sido preso por acusações de espionagem, [...] além de ser a primeira reunião ministerial entre as duas nações desde 2009” (FOX NEWS, 2013, n.p., tradução nossa)²³⁰. Kerry concordou com o chanceler da Venezuela sobre a necessidade de buscar formas para melhorar as relações entre os dois países e acrescentou que a liberação do cineasta americano Timothy Tracy significava um “desenvolvimento positivo” nas relações bilaterais entre ambos (O GLOBO, 2013).

No entanto, logo em setembro de 2013, a Venezuela expulsou três diplomatas estadunidenses de Caracas, sob a alegação de que estavam conspirando para desestabilizar o país e sabotar seu governo em um momento em que a sociedade venezuelana passava por uma divisão entre “chavistas” e oposição. O então porta-voz da Casa Branca, Jay Carney, afirmou que “esta ação do governo venezuelano é claramente um esforço para desviar de seus problemas internos e não é uma forma séria de um país conduzir sua política externa” (CAWTHORNE, 2013, n.p., tradução nossa)²³¹.

Em resposta, os EUA rejeitaram as acusações e expulsaram três embaixadores venezuelanos, incluindo os encarregados de negócios da Embaixada da Venezuela em Washington (SULLIVAN, 2017). Nicolás Maduro repudiou a ação tomada pelo governo estadunidense ao alegar que:

Esta não pode ser considerada uma decisão recíproca, se você olhar para a conduta clara de nossos funcionários, que em nenhum momento ousaram encontrar grupos que se opõem ao governo do presidente Barack Obama, ou pessoas interessadas em agir contra ele. (CAWTHORNE, 2013, n.p., tradução nossa)²³²

A TV estatal venezuelana mostrou uma reportagem sobre uma viagem na qual os três embaixadores estadunidenses deslocaram-se até o estado de Bolívar, em reunião com a Sumate, um órgão não governamental pró-oposição (CAWTHORNE, 2013). De fato, a reunião aconteceu, mas foi explicada pela embaixada estadunidense como um envolvimento diplomático normal, ao alegar que o órgão dos EUA mantém “contatos regulares em todo o

²³⁰ “[...] took place just hours after Venezuela released from prison an American filmmaker who had been jailed on espionage charges [...] in addition to being the first ministerial level meeting between the two nations since 2009” (FOX NEWS, 2013, n.p.).

²³¹ “This action by the Venezuelan government is clearly an effort to distract from its domestic problems and is not a serious way for a country to conduct its foreign policy” (CAWTHORNE, 2013, n.p.).

²³² “This cannot be considered a reciprocal decision, if you look at the clear conduct of our officials, who have at no time dared to meet groups opposed to President Barack Obama’s government, or people interested in acting against it” (CAWTHORNE, 2013, n.p.).

espectro político venezuelano, incluindo o partido no poder” (THE GUARDIAN, 2013, n.p., tradução nossa)²³³.

Sobre esse caso, “apoiadores do governo venezuelano, no entanto, apontam para uma história de oposição dos EUA ao socialismo na Venezuela, incluindo o endosso de Washington a um breve golpe contra Chávez em 2002” (CAWTHORNE, 2013, n.p., tradução nossa)²³⁴, enquanto os críticos do governo venezuelano afirmaram que Nicolás Maduro estava utilizando-se de uma estratégia já realizada por Hugo Chávez, que consistia na invenção de crises para desviar o foco dos problemas econômicos e sociais que a Venezuela estava vivenciando (CAWTHORNE, 2013).

No ano de 2014, uma onda de protestos causados pelos opositores ao governo de Nicolás Maduro tomou conta da Venezuela. Questões como as más condições econômicas, as altas taxas de criminalidade, a recepção violenta, por parte do Estado venezuelano, dos protestos, inclusive com a ocorrência de abuso dos direitos humanos, e ainda, na segunda metade de 2014, a queda dos preços do petróleo pioraram as precárias condições em curso no país bolivariano (SULLIVAN, 2017).

A Venezuela entrara “em uma crise política, econômica, institucional e social generalizada, levando grandes contingentes populacionais a emigrarem do país” (COSTA, 2019, p. 14). Nesse sentido, em sua segunda gestão, Barack Obama encarou uma nova relação com a Venezuela, “já não mais enfrentando o desafio de lidar com Hugo Chávez, mas, sim, com uma crise venezuelana doméstica que gerou novos problemas para a diplomacia estadunidense” (COSTA, 2019, p. 14). De acordo com Sullivan:

Desde meados de 2014, no entanto, o rápido declínio no preço do petróleo, que responde por 96% das exportações venezuelanas, atingiu fortemente a Venezuela, com uma economia em contração, aumento da inflação, declínio das reservas internacionais e aumento da pobreza. A situação econômica também resultou em aumento da escassez de alimentos e medicamentos e altos índices de crimes violentos. As perspectivas econômicas do país para os próximos anos são ruins, e a economia deve permanecer atolada em recessão. Segundo o Banco Mundial, o governo venezuelano deixou de acumular poupanças quando o preço do petróleo estava alto, para que pudesse usar seus recursos para facilitar uma reversão nos termos de troca ou

²³³ “[...] regular contacts across the Venezuelan political spectrum, including the ruling party” (THE GUARDIAN, 2013, n.p.).

²³⁴ “Venezuelan government supporters, however, point to a history of U.S. opposition to socialism in Venezuela, including Washington’s endorsement of a brief coup against Chavez in 2002” (CAWTHORNE, 2013, n.p.).

para amortecer os ajustes macroeconômicos necessários. (SULLIVAN, 2017, p. 24, tradução nossa)²³⁵

Em meio aos protestos ocorridos na Venezuela em 2014, em fevereiro desse mesmo ano, Maduro voltou a acusar os EUA de conspirar contra seu governo, ordenando a expulsão de três diplomatas que, segundo o governo venezuelano, tiveram “participação em reuniões com universitários, ao mesmo tempo em que prosseguem os protestos de estudantes” (UOL NOTÍCIAS, 2014, n.p.). Ainda em fevereiro, “o presidente Maduro anunciou que seu governo limitaria o número de diplomatas dos EUA trabalhando no país” (SULLIVAN, 2017, p. 31, tradução nossa)²³⁶. Os protestos continuaram a ser respondidos com alto grau de repressão e violação dos direitos humanos por parte do governo venezuelano, sendo aprovada, em 2015, uma resolução assinada por Maduro e seu ministro de Defesa, Vladimir Padrino López, que autorizou as Forças Armadas a utilizarem armas de fogo para o controle das manifestações e reuniões públicas. De acordo com Lobo-Guerrero:

A resolução, que não distingue manifestações pacíficas de violentas, vai de encontro a dois artigos da Constituição venezuelana. O principal é o artigo 68, que diz respeito aos direitos políticos, e que diz textualmente: “Fica proibido o uso de armas de fogo e substâncias tóxicas no controle de manifestações pacíficas. A lei regulamentará a atuação dos corpos policiais e de segurança e controle de ordem pública”. (LOBO-GUERRERO, 2015, n.p.)

Em resposta às atitudes do governo venezuelano, o presidente Obama declarou que a Venezuela representava “uma ameaça não usual e extraordinária à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos” (THE WHITE HOUSE, 2015b, n.p., tradução nossa)²³⁷, chegando a emitir, em março, a *Executive Order 13692*, a qual determinava “sanções contra indivíduos que inibem o processo democrático, cometem violências ou

²³⁵ “Since mid-2014, however, the rapid decline in the price of oil, which accounts for 96% of Venezuelan exports, has hit Venezuela hard, with a contracting economy, rising inflation, declining international reserves, and increasing poverty. The economic situation has also resulted in increasing shortages of food and medicines and high rates of violent crime. The country’s economic outlook over the next several years is poor, with the economy expected to remain mired in recession. According to the World Bank, the Venezuelan government neglected to accumulate savings when the price of oil was high so that it could use its resources to ease a reversal in the terms of trade or to cushion necessary macroeconomic adjustments” (SULLIVAN, 2017, p. 24).

²³⁶ “President Maduro announced that his government would limit the number of U.S. diplomats working in the country” (SULLIVAN, 2017, p. 31).

²³⁷ “[...] the unusual and extraordinary threat to the national security and foreign policy of the United States” (THE WHITE HOUSE, 2015b, n.p.).

violações dos direitos humanos, ou se envolvem em corrupção” (SEELKE, 2019, p. 2, tradução nossa)²³⁸.

Os indivíduos que se enquadrassem nessas sanções abordadas pela Ordem Executiva teriam o bloqueio e o congelamento de suas propriedades e seus investimentos nos EUA, ficando os residentes nos EUA proibidos de fazer negócios com a Venezuela, estando também os venezuelanos com a entrada suspensa em território estadunidense (THE WHITE HOUSE, 2015b). Sullivan (2017, p. 30, tradução nossa) afirma que, no início de março de 2015, o Departamento de Estado dos EUA “impôs restrições de visto a um total de 56 venezuelanos por motivos de direitos humanos e corrupção pública”²³⁹, pessoas que pertenciam ao alto escalão de segurança e justiça do governo Maduro (SILVA, 2016).

Por fim, mesmo que os EUA tenham tomado medidas mais ativas contra o governo venezuelano, Corrales e Romero (2016) afirmam que, com as crises internas, em especial após 2015, Maduro devotou menor atenção à política externa, significando um menor ativismo no exterior, tanto nos ataques ao governo estadunidense, como no apoio político e econômico aos países aliados no bloco bolivariano. Ademais, os assuntos internacionais de segurança que envolvessem, ainda que indiretamente, a Venezuela passaram a favorecer os EUA no seu antagonismo com o país sul-americano. Entre esses assuntos, é possível citar: o início das negociações de paz do governo colombiano com as FARC, grupo considerado aliado do governo venezuelano; as negociações sobre o acordo nuclear entre EUA e Irã, outro aliado da Venezuela; e a aproximação dos EUA com Cuba para a normalização das relações, país visto também como aliado ao governo bolivariano. Nesse sentido, o governo de Maduro tornou-se uma ameaça menor do que o governo de Chávez aos EUA, embora temas como o desrespeito aos direitos humanos e o tráfico de drogas tenham permanecido como preocupações de segurança dos EUA na Venezuela (CORRALES; ROMERO, 2016).

Em 2016, o cenário crítico entre os dois países se manteve, sendo que, no início do ano, o presidente Obama “estendeu por mais um ano a declaração de ‘emergência nacional’ sobre a Venezuela, alegando que a erosão dos direitos humanos e a perseguição de dirigentes opositores persistem no país” (G1, 2016b, n.p.). A crise com a Venezuela se estendeu no governo de Donald Trump, o qual chegou a impor novas sanções ao governo venezuelano.

²³⁸ “[...] sanctions against individuals who inhibit democratic processes, commit violence or human rights abuses, or engage in corruption” (SEELKE, 2019, p. 2).

²³⁹ “[...] the State Department had imposed visa restrictions on a total of 56 Venezuelans on both human rights and public corruption grounds” (SULLIVAN, 2017, p. 30).

Ainda sobre a agenda político-estratégica do governo Obama em seu segundo mandato, o combate ao narcotráfico continuou como um forte componente da política externa de Obama para a América do Sul, em especial na Colômbia, onde o tráfico de ilícitos está ligado a grupos considerado narcoterroristas, como as FARC. Na *National Security Strategy* de 2015, o governo dos EUA afirmou que iria apoiar a conclusão de um acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC, considerando a Colômbia um país chave para a contribuição da paz e da segurança internacional (THE WHITE HOUSE, 2015a).

Logo em agosto de 2012, o então presidente colombiano, Juan Manuel Santos, “anunciou que havia aberto conversações de paz exploratórias com as FARC e estava pronto para iniciar conversas formais” (BEITTEL, 2019, p. 6, tradução nossa)²⁴⁰. Países como Noruega e Cuba tiveram um importante papel como mediadores do processo de paz. O acordo a ser negociado seria norteado, segundo Beittel (2019), por seis pontos principais, sendo eles: uso da terra e desenvolvimento rural, participação política das FARC após o desarmamento, cultivos ilícitos e tráfico de drogas, reparações das vítimas e justiça de transição, desmobilização e desarmamento das FARC e um cessar-fogo bilateral, e o sexto seria a criação de mecanismos que implementariam e monitorariam a conclusão do acordo de paz.

Embora os EUA apoiassem o processo de paz iniciado em 2012, apenas em fevereiro de 2015 o governo de Washington posicionou-se de maneira mais ativa, enviando Bernard Aronson como o primeiro mediador dos EUA ao processo de paz colombiano. John Kerry, em um discurso proferido na sede do Departamento de Estado em Washington D.C., afirmou que “a criação dessa posição, que até agora não existia, foi motivada pelo pedido de Santos de que os Estados Unidos assumissem um papel mais ativo nas negociações de paz” (PÁGINA12, 2015, n.p., tradução nossa)²⁴¹. Segundo o jornal Página 12 (2015), o Departamento de Estado dos EUA alegou que o Executivo estadunidense apenas mediará a conclusão do processo, mas não faria parte das negociações de paz (PÁGINA12, 2015).

Em fevereiro de 2016, no aniversário de quinze anos do Plano Colômbia, o governo de Washington reiterou seu apoio ao processo de paz, por meio da Resolução 368, lançada pelo Congresso dos EUA. De acordo com o documento, o Congresso dos EUA reafirma “o apoio inabalável do Governo e do povo dos Estados Unidos no povo da Colômbia

²⁴⁰ “[...] announced he had opened exploratory peace talks with the FARC and was ready to launch formal talks” (BEITTEL, 2019, p. 6).

²⁴¹ “[...] la creación de este puesto, hasta ahora inexistente, estuvo motivada por la petición de Santos para que Estados Unidos adoptara un papel más activo em las conversaciones de paz” (PÁGINA12, 2015, n.p.).

em busca da paz e na aspiração de viver em um país livre de conflitos violentos” (114th U.S. CONGRESS, 2016, p. 4, tradução nossa)²⁴².

Ainda, o Congresso dos EUA, pela Resolução 368:

[...] incentiva o Secretário de Estado a desenvolver uma estratégia abrangente e plurianual para garantir a implementação e sustentabilidade bem-sucedidas de um potencial acordo de paz na Colômbia, se esse acordo for endossado pelo povo colombiano, e fortalecer ainda mais a estreita parceria bilateral compartilhada pelos governos dos Estados Unidos e da Colômbia; e reafirma o seu compromisso de continuar a parceria entre os Estados Unidos e a Colômbia em questões de segurança mútua, incluindo cooperação antinarcóticos, combate ao crime organizado transnacional, e garantir justiça para quem causou danos indelévels às nossas populações. (114th U.S. CONGRESS, 2016, p. 5, tradução nossa)²⁴³

No mesmo dia do décimo quinto aniversário do Plano Colômbia, Barack Obama anunciou um novo projeto para apoiar o processo de paz, chamado de Paz Colômbia, o qual:

[...] concentrará a assistência futura dos EUA em três pilares: 1) consolidar e expandir o progresso em segurança e combate ao narcotráfico enquanto reintegra as FARC na sociedade; 2) Expandir a presença e instituições do Estado para fortalecer o estado de direito e as economias rurais, especialmente nas antigas áreas de conflito; e 3) Promover a justiça e outros serviços essenciais para as vítimas de conflito. (THE WHITE HOUSE, 2016, n.p., tradução nossa)²⁴⁴

De acordo com o *International Narcotics Control Strategy Report*, publicado em 2013, no ano de 2012, a produção de cocaína na Colômbia “caiu para menos de 200 toneladas, de 700 toneladas em 2001, atingindo o nível mais baixo em quase 20 anos” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2013b, p. 16, tradução nossa)²⁴⁵. Contudo, mesmo com as ações do governo contra o narcotráfico, como a erradicação, interdição agressiva e atividades

²⁴² “[...] reaffirms the unwavering support of the Government and people of the United States for the people of Colombia in their pursuit of peace and their aspiration to live in a country free of violent conflict” (114th U.S. CONGRESS, 2016, p. 4).

²⁴³ “[...] encourages the Secretary of State to develop a comprehensive, multiyear strategy to ensure the successful implementation and sustainability of a potential peace accord in Colombia, if such an accord is endorsed by the Colombian people, and further strengthen the close bilateral partnership shared by the Governments of the United States and Colombia; and reaffirms its commitment to continued partnership between the United States and Colombia on issues of mutual security, including counternarcotics cooperation, combating transnational organized crime, and ensuring justice for those who have caused indelible harm to our populations” (114th U.S. CONGRESS, 2016, p.5).

²⁴⁴ “[...] will focus future U.S. assistance under three pillars: 1) consolidating and expanding progress on security and counternarcotics while reintegrating the FARC into society; 2) Expanding state presence and institutions to strengthen the rule of law and rural economies, especially in former conflict areas; and 3) Promoting justice and other essential services for conflict victims” (THE WHITE HOUSE, 2016, n.p.).

²⁴⁵ “[...] decreased to fewer than 200 metric tons from 700 metric tons in 2001, reaching the lowest level in nearly 20 years” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2013b, p. 16).

policiais, ocorreu um aumento de 60% na produção de cocaína em relação a 2014 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017). Seguindo essa realidade:

[...] em 22 de setembro de 2015, o Governo da Colômbia anunciou uma nova estratégia de controle de drogas que reduz o foco na erradicação forçada da coca e aprimora os esforços de interdição; policiamento rural; processar organizações criminosas; antilavagem de dinheiro; desenvolvimento alternativo; projetos de infraestrutura e desenvolvimento; investimento social; e proteção de parques nacionais. (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 132, tradução nossa)²⁴⁶

De acordo com o relatório do Departamento de Estado dos EUA, a mudança de estratégia pelo governo colombiano constituiu uma importante medida para a implementação do acordo de paz, sendo que o governo da Colômbia e as FARC chegaram a um acordo final que deveria ir para plebiscito em 2 de outubro de 2016. No plebiscito, constava a pergunta: *“Você apoia o acordo final para o fim do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura?”* (BBC BRASIL, 2016).

Ocorreu, então, a vitória daqueles que optaram pelo “não”, com 50,2% dos votos, contra 49,7% daqueles que optaram pelo “sim”, sendo que houve uma abstenção de aproximadamente 67% da população no plebiscito (BBC BRASIL, 2016). A principal alegação dos eleitores que se posicionaram contrários ao acordo estava na “ausência de punição aos culpados de crimes – tanto os integrantes das forças oficiais, quanto os da Farc acabariam anistiados caso o acordo de paz fosse confirmado nas urnas, exceto para crimes como torturas, chacinas e estupros” (BBC BRASIL, 2016, n.p.).

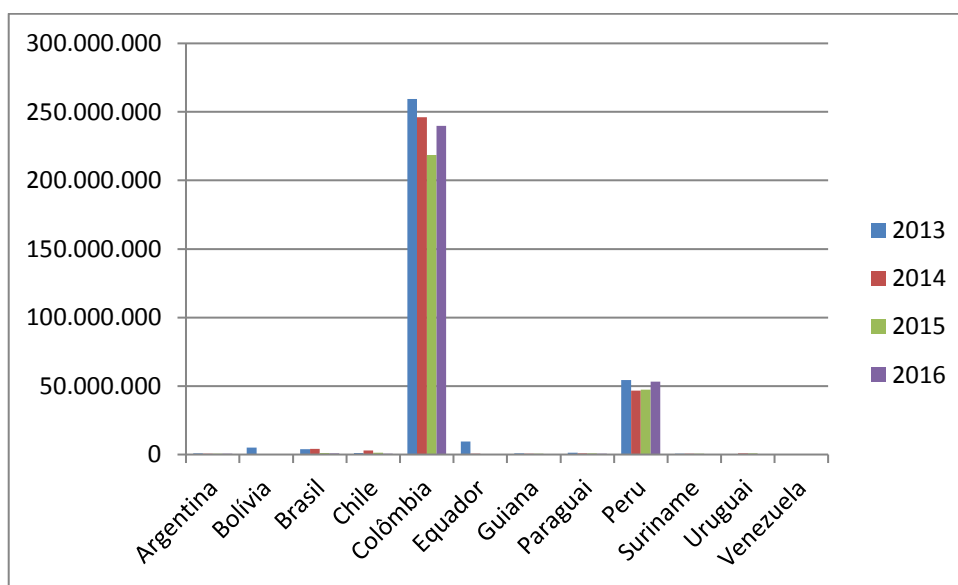
Por fim, um acordo definitivo foi assinado em 24 de novembro de 2016, com alterações em relação ao acordo inicial, com o objetivo de amenizar as críticas dos opositores (KATKOV, 2016). De acordo com Beittel (2019, p. 7, tradução nossa), “o processo de paz foi reconhecido como a conquista mais significativa da presidência de Santos e elogiado fora da Colômbia e em toda a região”²⁴⁷, garantindo ao então presidente colombiano o prêmio Nobel da Paz em dezembro de 2016.

²⁴⁶ “[...] on September 22, 2015, the Government of Colombia announced a new drug control strategy that reduces focus on forced coca eradication, and enhances efforts on interdiction; rural policing; prosecuting criminal organizations; anti-money laundering; alternative development; infrastructure and development projects; social investment; and protection of national parks” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 132).

²⁴⁷ “The peace process was recognized as the most significant achievement of the Santos presidency and lauded outside of Colombia and throughout the region” (BEITTEL 2019, p. 7).

Enquanto o acordo de paz se processava, entre 2012 e 2016, a Colômbia continuou a ser o país que mais recebeu assistências dos EUA em segurança como demonstra o Gráfico 22.

Gráfico 22: Assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da América do Sul entre 2013 e 2016 (em dólares)



Fonte: Security Assistance Monitor
Organização: Brigola (2020)

De acordo com o Gráfico 22, a Colômbia continuou a receber o maior valor em assistência em segurança, perfazendo 79,60% do total fornecido para os países da América do Sul. Entre outubro de 2013 e outubro de 2014, os EUA haviam cessado a assistência para fumigação aérea após o abate – supostamente por grupos ligados ao narcotráfico – de dois aviões que faziam a pulverização, levando à morte de um piloto estadunidense. Em 2015, o então presidente colombiano Juan Manuel Santos ordenou a suspensão da fumigação aérea das vastas plantações ilegais de coca do país (NEUMAN, 2015), um programa amplamente apoiado pelos EUA e que fazia parte do Plano Colômbia desde 2000 (KRAUL, 2013). Além disso, em 2016, mesmo com a ocorrência do processamento do acordo de paz realizado entre o governo colombiano e as FARC, a assistência em segurança teve maiores montantes que em 2015.

O Peru foi o segundo país que mais recebeu assistência em segurança dos EUA de acordo com o Gráfico 22, compreensível pelo fato de aquele país ser o segundo maior produtor de cocaína do mundo. De acordo com McClintock (2016), durante a gestão Obama,

aproximadamente 45% da assistência fornecida pelos EUA foram destinadas às forças de segurança, uma porcentagem similar ao governo de George W. Bush. Assim,

Os Estados Unidos financiam projetos para apoiar a estratégia antidrogas do Peru por meio de treinamento, assistência técnica, capacitação, inteligência e o fornecimento direcionado de equipamentos por meio de organizações internacionais, implementadores não governamentais e do Governo do Peru [...] Os Estados Unidos também fornecem apoio aéreo para atividades de erradicação e interdição. (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 242, tradução nossa)²⁴⁸

No ano de 2012, o Peru passou a utilizar, em sua maior parte, recursos próprios para interdição militar, erradicação e desenvolvimento alternativo (KOVEN; McCLINTOCK, 2015 apud McCLINTOCK, 2016). Durante o governo de Ollanta Humala (2011-2016), o Peru aumentou seu orçamento antinarcótico de US\$ 145 milhões em 2012 para aproximadamente US\$ 211 milhões em 2016 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017). O principal problema nos esforços conjuntos entre os EUA e o Peru para a erradicação do narcotráfico tem sido a incapacidade do país andino de realizar operações na região do VRAEM (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017). Em 2012, um dos líderes do Sendero Luminoso, conhecido como Artemio, foi preso na região do Alto Huallaga e, em 2013, outros líderes do grupo também foram mortos.

McClintock (2016) aponta que as recentes investidas militares do governo peruano na região do VRAEM não tiveram sucessos, lembrando que, como já mencionado, a região do VRAEM é por onde escoam a maior parte da produção de coca peruana para a Bolívia, o terceiro produtor mundial de coca.

Nos relatórios recentes do Departamento de Estado dos EUA, a Bolívia e Venezuela são classificados como países que “falharam comprovadamente” em seus esforços no combate ao narcotráfico. Nota-se que a Bolívia e o Equador, que receberam montantes significativos das assistências em segurança na primeira gestão do presidente Obama, apresentaram uma queda significativa da assistência durante o segundo governo do presidente estadunidense. Ambos os países, por questões ideológicas, manifestaram pouco interesse em trabalhar com os EUA, resultando em reduções significativas na assistência fornecida pelo governo de Washington (MEYER, 2016a).

²⁴⁸ “The United States funds projects to support Peru’s counternarcotics strategy through training, technical assistance, capacity building, intelligence, and the targeted provision of equipment through international organizations, non-governmental implementers, and the Government of Peru [...] The United States also provides aviation support to eradication and interdiction activities” (U.S. Department of State, 2017, p. 242).

De acordo com o Departamento de Estado dos EUA, devido à falta de cooperação da Bolívia em atividades de contenção às drogas, o governo de Washington fechou a seção do *International Narcotics and Law Enforcement Affairs* em La Paz em 2013 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2015). Esse órgão é ligado ao Departamento de Estado dos EUA, encarregado de contribuir com a política de combate às drogas.

Também em 2013, o presidente boliviano Evo Morales expulsou a USAID de seu país, alegando conspiração contra seu governo. A USAID é um órgão ligado ao governo dos EUA, sendo responsável por realizar assistências externas, e vinha operando na Bolívia desde 1964. De acordo com o então presidente Morales, a USAID possuía fins políticos e não sociais, manipulando líderes sindicais para conspirar contra o governo nacional (BBC NEWS, 2013). De acordo com o *International Narcotics Control Strategy Report*, publicado em 2017, a Bolívia tem recebido o maior apoio financeiro externo antinarcóticos da União Europeia (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017).

Sobre o Equador, a USAID encerrou sua missão no país em 2014. Conforme Valencia (2013), o então presidente equatoriano, Rafael Correa, havia informado à USAID que o órgão “não poderia empreender novas atividades ou estender as existentes sem um acordo que regule a assistência bilateral. Isso levou à decisão dos EUA de cancelar o auxílio”. E ainda:

[...] a assistência à Educação e Treinamento Militar Internacional (IMET) e ao Financiamento Militar Estrangeiro (FMF) foram interrompidas e os fundos remanescentes foram realocados quando o governo equatoriano encerrou a cooperação militar bilateral e solicitou à Embaixada dos Estados Unidos que encerrasse as operações de cooperação militar até 30 de abril de 2014. (U.S. FOREIGN ASSISTANCE, [201-?] n.p., tradução nossa)²⁴⁹

De acordo com a página eletrônica do *U.S. Foreign Assistance* [201-?], o governo dos EUA continuaria a fomentar o desenvolvimento das instituições equatorianas e de processos que favoreçam a democracia no país, os direitos humanos e o Estado de Direito. A assistência promovida pelos EUA ao Equador daria apoio à sociedade civil e à liberdade de expressão no país andino.

No tocante à Venezuela, embora o país não seja produtor de coca ou drogas, ele continuou sendo acusado como uma rota para o tráfico. Como afirma Lecce, Gavin e Corbin

²⁴⁹ “[...] International Military Education and Training (IMET) and Foreign Military Financing (FMF) assistance halted and remaining funds were reallocated when the Ecuadorian government terminated bilateral military cooperation and asked the U.S. Embassy to end military cooperation operations by April 30, 2014” (U.S. FOREIGN ASSISTANCE, [201-?], n.p.).

(2014), como as relações entre os EUA e a Venezuela deterioraram-se ao longo do anos 2000, a cooperação na área de combate às drogas diminuiu, tornando o país um dos principais pontos de voos de aeronaves carregadas de drogas com destino aos EUA e à Europa. O Departamento de Estado dos EUA alega que a crise política e econômica instaurada no país contribui com esse processo de tornar o país um ponto importante na rota de traficantes de drogas.

Em 2015, o governo venezuelano se engajou em uma cooperação bilateral mínima com os Estados Unidos. As autoridades venezuelanas não processam efetivamente os traficantes de drogas [...] Além disso, os policiais venezuelanos carecem do equipamento, treinamento e recursos necessários para impedir significativamente as operações das principais organizações de narcotráfico. (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 15, tradução nossa)²⁵⁰

Cabe comentar brevemente o caso da Argentina durante os governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015). Embora as relações com os EUA estivessem marcadas pelo distanciamento naqueles governos, de acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos as relações bilaterais entre os dois países baseam-se em interesses compartilhados no âmbito da segurança, entre eles: a manutenção da paz e estabilidade regional, a não proliferação nuclear e os direitos humanos (SULLIVAN; NELSON, 2015), o que torna a Argentina um aliado estratégico importante para os EUA. Durante o governo de Maurício Macri essa agenda de interesses compartilhados foi intensificada por meio da busca de acordos no campo da segurança estratégica, envolvendo o terrorismo transnacional na Tríplice Fronteira e a cooperação militar no combate ao narcotráfico (HONORIO; JUNQUEIRA, 2016).

Contudo, a assistência em segurança fornecida pelos EUA para a Argentina foi significativamente baixa em ambos os governos do presidente Obama. Segundo Sullivan e Nelson (2015), a Argentina tradicionalmente não recebe muita assistência dos EUA pelo fato de sua renda per capita ser elevada, recebendo nos últimos anos uma pequena quantia de assistência em segurança destinada, em especial, à educação e ao treinamento militar. Esse mesmo caso se aplica ao Brasil, que, por possuir números mais estáveis na economia, também recebe um montante significativamente pequeno em assistência dos EUA (MEYER, 2016b).

²⁵⁰ “In 2015, the Venezuelan government engaged in minimal bilateral law enforcement cooperation with the United States. Venezuelan authorities do not effectively prosecute drug traffickers [...] Additionally, Venezuelan law enforcement officers lack the equipment, training, and resources required to significantly impede the operations of major drug trafficking organizations” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 15).

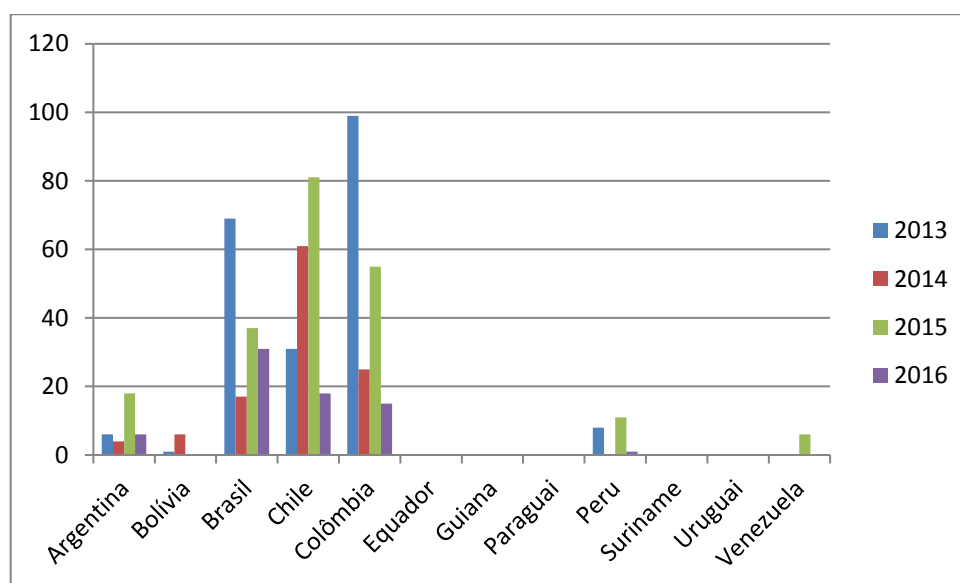
Embora, em 2009, a Casa Branca tenha declarado o “fim da guerra contra as drogas” no sentido de mudar a estratégia no combate aos produtos ilícitos, muitos críticos defendem que essa foi apenas uma mudança de discurso, pois muitas políticas antidrogas permaneceram as mesmas (FONSECA; ROSEN, 2017). Entre elas, é importante frisar, houve a continuidade da militarização dessas políticas.

Com o Plano Colômbia, o país se manteve como principal receptor das assistências em segurança. A tese da continuidade da militarização da política antidrogas também vale para o exemplo do Peru – o segundo maior produtor de cocaína do mundo –, que foi também o segundo país a receber os maiores montantes da assistência em segurança dos EUA na primeira gestão de Obama, permanecendo na mesma posição na segunda gestão.

De acordo com Meyer (2017), as relações dos EUA não apenas com a América do Sul, mas com toda a América Latina e o Caribe, estão se tornando gradativamente menos definidas pela assistência externa devido ao progresso ocasionado por ela. No entanto, as assistências externas continuam a desempenhar um papel importante na política externa dos EUA para a região.

Para além da assistência em segurança, foi realizada novamente uma análise sobre as transferências de equipamentos militares para a América do Sul, tendo em mente que a maioria dos países que receberam esses equipamentos em altas quantidades estão engajados na luta contra o narcotráfico. Essas transferências seguem o valor em TIV, que conforme foi explicado anteriormente, refere-se a um valor de unidade exclusivo desenvolvido pelo SIPRI para medir a transferência internacional de equipamentos seguindo uma unidade comum. Sendo assim, o Gráfico 23 mostra as informações sobre a aquisição de equipamentos militares estadunidenses na América do Sul em TIV de 2013 a 2016.

Gráfico 23: Equipamentos militares exportados pelos EUA aos países da América do Sul em TIV (2013-2016)²⁵¹



Fonte: SIPRI (2020)
Organização: Brigola (2020)

De acordo com o Gráfico 23, a Colômbia continuou a ser o principal receptor dos equipamentos militares estadunidenses, seguida pelo Chile e pelo Brasil. Vale salientar que 2013 foi o ano em que a Argentina e o Peru representaram os maiores valores de aquisição de equipamentos em TIV em toda a gestão de Obama e, o mais emblemático, o ano de 2015 foi o único em que a Venezuela apresentou algum valor na aquisição de equipamentos providos dos EUA, sendo que as relações diplomáticas entre ambos os países estavam deterioradas. O país apresentou 6 milhões em TIV na aquisição de helicópteros leves Enstrom-480 (SIPRI, 2020).

Comparando o Gráfico 22 com o Gráfico 23, em uma média dos quatro anos da segunda gestão do presidente Obama, a Colômbia foi o país que mais recebeu assistência em segurança dos EUA, assim como foi o país que obteve os maiores valores em TIV na aquisição de equipamentos estadunidenses. Gouvêa (2020, p. 113) afirma que a “importância econômica da indústria do narcotráfico e do complexo industrial-militar não deve tampouco ser menosprezada”, pois a venda de equipamentos militares para o combate do tráfico de ilícitos e de contenção aos grupos narcoterroristas torna-se um mercado rentável para os EUA.

De acordo com Cantor (2012), a estreita relação entre Washington e Bogotá, por meio do Plano Colômbia, trouxe melhorias significativas nas capacidades militares da

²⁵¹ Em milhões de TIV.

Colômbia, seja por meio de treinamento militar ou aquisição de equipamentos bélicos com a finalidade de contenção à ação de narcoterroristas. Conforme Graziottin (2017, p. 297), embora as relações estreitas entre EUA e Colômbia tenham sido fontes “de críticas decorrentes de seu papel subserviente a Washington, para Bogotá representou uma escolha pragmática de crescimento do seu poder militar”.

O Peru, que recebeu a segunda maior remessa de assistência em segurança, apresentou um valor baixo em TIV na aquisição de equipamentos, porém, da primeira para a segunda gestão de Obama, o Peru apresentou um aumento de aproximadamente 42% na aquisição de armamentos em TIV. O Chile e o Brasil receberam pouca assistência em segurança dos EUA, mas ficaram respectivamente na segunda e na terceira posição em relação à aquisição de equipamentos militares estadunidenses em TIV. Ambos apresentaram, desde a primeira gestão do presidente Obama, altos valores na aquisição de equipamentos militares em TIV, sendo que o Chile foi o país que mais teve diversificação de equipamentos de todos os países da América do Sul. No caso do Brasil, a continuidade dos altos valores em TIV de aquisição de equipamentos militares pode estar relacionada ao acordo em defesa celebrado em 2010.

Para além das medidas de combate ao tráfico de ilícitos na porção continental da América do Sul, “o problema do narcotráfico propicia uma securitização do espaço sul-atlântico, sobretudo por potências extrarregionais” (PIMENTEL, 2018, p. 72), tendo o narcotráfico como uma justificativa para mobilização de suas marinhas nessa porção do oceano. Em 2008, o ex-presidente George W. Bush reativou a Quarta Frota, subordinada da *USSOUTHCOM*, o comando naval dos EUA com a responsabilidade de atuar em operações de segurança na América Central, América do Sul e Caribe. Alguns países, como o Brasil, entenderam a reativação da Quarta Frota como uma atitude de espionagem relacionada às descobertas de petróleo na camada do pré-sal no litoral brasileiro.

O General John Kelly, nomeado em 2012 pelo presidente Barack Obama para comandar o *USSOUTHCOM*, afirmou que esse órgão atuava em duas missões complementares: “defender as abordagens ao sul dos Estados Unidos e apoiar os esforços das nações parceiras, em coordenação com nossas agências interinstitucionais dos EUA, para conter o fluxo de tráfico ilícitos” (KELLY, 2015, p. 12, tradução nossa)²⁵².

Entre alguns engajamentos do *USSOUTHCOM* na América do Sul, é possível citar: o trabalho conjunto com o DEA, no apoio às ações no Peru contra o grupo Sendero

²⁵² “[...] defending the southern approaches of the United States and supporting partner nation efforts, in coordination with our U.S. interagency partners, to stem the flow of illicit trafficking” (KELLY, 2015, p. 12).

Luminoso; a cooperação com as forças de segurança brasileiras na preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016; e o suporte no combate às drogas e ao processo de paz na Colômbia (KELLY, 2014; 2015). O Quadro 11, a seguir, demonstra a evolução das percepções de ameaças na América do Sul de acordo com os comandantes do *USSOUTHCOM*.

Quadro 11: Percepções de ameaças pelos Comandantes do USSOUTHCOM (2009-2016)

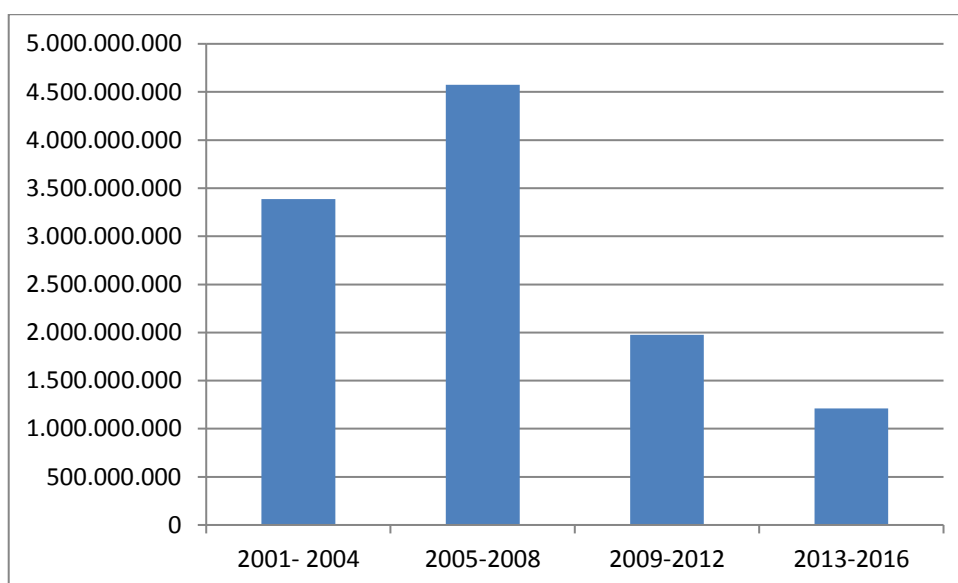
Ano	Comandante	Ameaças Percebidas	Potências citadas como desafios
2009	Admiral James G. Stavridis	Narcoterrorismo Tráfico de drogas Crime Gangues Espectro do terrorismo islâmico transnacional	
2010	General Douglas M. Fraser	Tráfico de ilícitos Terrorismo transnacional e narcoterrorismo Crime Gangues e o potencial de difusão de armas de destruição em massas	China, Rússia Irã
2011	General Douglas M. Fraser	Crime organizado transnacional Desastres naturais	China, Rússia, Irã
2012	General Douglas M. Fraser	Crime organizado transnacional Desastres naturais e humanitários Migração em massa Organizações extremistas e violentas/terrorismo Irã	Irã, Rússia, China
2013	General John F. Kelly	Crime organizado transnacional Irã Terrorismo Potências externas	Irã, China
2014	General John F. Kelly	Crime organizado transnacional Irã e atores extremistas Potências externas	Irã, Rússia, China
2015	General John F. Kelly	Crime organizado transnacional Irã e organizações islâmicas terroristas China e Rússia como ameaças potenciais	Irã, Rússia, China
2016	Admiral Kurt W. Tidd	Redes criminosas transnacionais Terroristas estrangeiros (ISIS)	Irã, Rússia, China

Fonte: Milani (2019)
Organização: Brigola (2020)

Pelas informações contidas no Quadro 11, fica claro que o crime transnacional e o narcotráfico são as principais ameaças à região na percepção dos comandantes do *USSOUTHCOM*. O terrorismo internacional também apareceu com uma ameaça recorrente, provavelmente em alusão às suspeitas de grupos terroristas na chamada *tri-border area*. No entanto, o general Kelly afirmou que, entre os cinco comandos dos EUA, o *USSOUTHCOM* é o que tem menor prioridade: um comando que estava mal equipado para atender às ameaças da América Latina como um todo, alertando também que países como China, Rússia e Irã fizeram esforços conjuntos nos últimos anos para reforçar sua presença e influência na região (KELLY, 2014), sendo países citados em quase todos os anos nas percepções de ameaças regionais. De acordo com Ellis (2019), os recursos fornecidos por meio da assistência na área da segurança dificilmente seriam adequados para algo além de treinamentos militares e exercícios conjuntos.

Cabe verificar a evolução dos montantes de assistência em segurança durante o governo de George W. Bush e de Barack Obama. Essa análise é importante para compreender em qual governo as políticas na área de segurança, em especial as relacionadas ao combate do tráfico de ilícitos, tiveram mais atenção. O Gráfico 24 demonstra os dados para embasar a interpretação.

Gráfico 24: Comparação da assistência em segurança realizada pelos EUA aos países da América do Sul nos governos de G. W. Bush e Barack Obama (em dólares)



Fonte: Security Assistance Monitor
Organização: Brigola (2020)

De acordo com o Gráfico 24, ficou evidente que a assistência em segurança teve um dispêndio maior de recursos durante as gestões de George W. Bush, em especial em seu segundo mandato. Conforme Contrera (2017), a assistência em segurança – classificada pelo autor como ajuda geopolítica –, embora tenha aparecido recentemente tanto na pauta dos governos do Partido Republicano como dos democratas, teve maior ênfase na administração da política externados primeiros do que dos segundos²⁵³. De acordo com o autor, entre os anos de 1992 e 2012, os republicanos manifestaram sua posição sobre essa temática nas seis eleições, enquanto os democratas não se pronunciaram sobre o tema em 1992 e 2000, e apresentaram negação dessa assistência nas eleições de 1996, declarando a “Colômbia inelegível para receber assistência americana, uma vez que os colombianos não cooperavam com os esforços antinarcóticos dos Estados Unidos” (CONTRERA, 2017, p. 128). Contudo, foi na gestão do democrata Bill Clinton, eleito em 1996, que o Plano Colômbia foi criado, programa responsável pela maior parte da assistência em segurança fornecida pelos EUA à América do Sul.

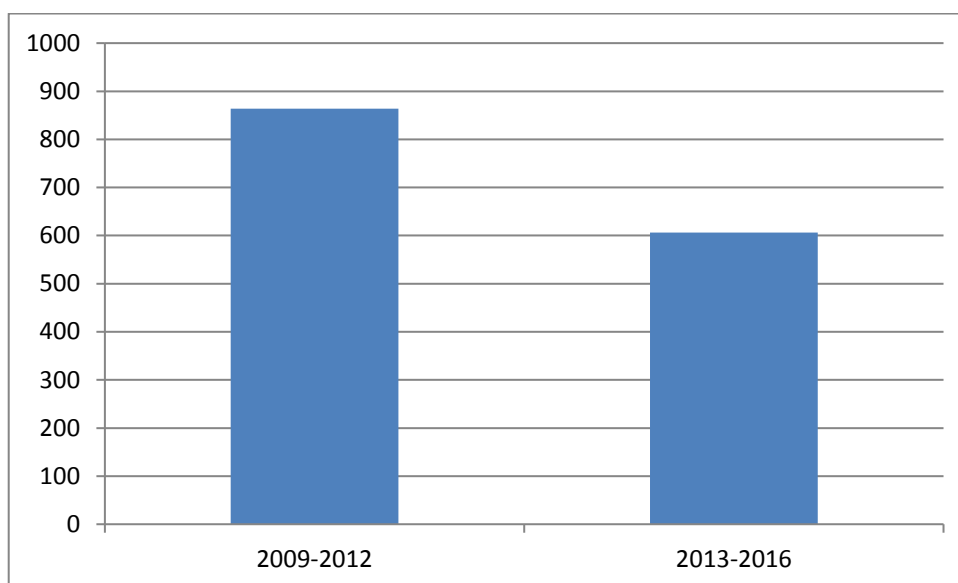
No tocante ao governo de Barack Obama, Meyer (2016a) coloca que as assistências externas dos EUA para a América do Sul tiveram um declínio gradual a partir do

²⁵³ O autor classifica como ajuda geopolítica a transferência ou o apoio de recursos militares a países e regiões aliados dos Estados Unidos que enfrentam ameaças dentro e fora de suas fronteiras (CONTRERA, 2017, p. 128).

Fiscal Year de 2011, voltando a se recuperar apenas no *Fiscal Year* de 2015. Esse declínio foi resultado dos cortes no orçamento geral dos EUA para assistências externas como medida de contenção de déficits orçamentários após a crise e a recessão econômica pós-2008. É possível visualizar essa questão a partir de Mansani e Reis (2014), que, ao citar Putnam (1988), afirmam que as tomadas de decisões sobre a política externa não são influenciadas apenas pelo ambiente externo, mas também pelo ambiente interno do país.

As exportações de equipamentos militares em TIV para a América do Sul, também sofreram baixas na segunda gestão do presidente Obama, como demonstra o Gráfico 25, o que nos leva a pensar que, durante os governos do presidente democrata, a agenda econômica voltada à promoção do livre comércio teve maior importância que a agenda político-estratégica.

Gráfico 25: Comparação por período das exportações de equipamentos militares dos EUA para a América do Sul em TIV (2009-2012, 2013-2016)²⁵⁴



Fonte: SIPRI, 2020.
Organização: Brigola, 2020.

Entre os anos de 2009 e 2012, os EUA exportaram 869 milhões em TIV em equipamentos militares para a América do Sul como um todo. Já entre os anos de 2013 e 2016, as exportações caíram para 606 milhões em TIV, tendo uma queda de 30,26% em relação à primeira gestão Obama. Vale lembrar que, durante o período analisado, ocorreu uma

²⁵⁴ Em milhões de TIV.

diversificação dos fornecedores de equipamentos militares para os países da América do Sul. Como demonstrado no capítulo anterior, a Rússia foi o principal exportador de equipamentos para a região durante o período de 2012 a 2016, em especial de mísseis (FLEURANT et al., 2017), tendo a Venezuela e o Peru seus principais mercados compradores (GAMA NETO, 2018). O governo venezuelano encontrou na aproximação com Moscou – que se iniciou no governo de George W. Bush – uma resposta às proibições impostas pelos EUA para a modernização de suas Forças Armadas devido à crise política instaurada entre ambos os países (GAMA NETO, 2018).

A China, que ocupou a terceira posição mundial de exportador de equipamentos militares de 2012 a 2016, também encontrou bons compradores na América do Sul, como a Argentina, a Bolívia, o Equador e a Venezuela, pois, além de apresentarem preços mais modestos do que os equipamentos ocidentais e russos, os chineses não fazem restrições em suas vendas de equipamentos (GAMA NETO, 2018). De modo contrário, mesmo quando o PAM (Plano de Assistência Militar) ainda estava em atividade, os equipamentos militares fornecidos pelos EUA aos países da América do Sul eram de segunda mão, sobressalentes da Segunda Guerra Mundial, o que significa que a modernização das Forças Armadas dos países da América do Sul não faz parte do repertório estadunidense, utilizando-se, de fato, de medidas restritivas em suas vendas. Um exemplo disso foi a escolha do governo brasileiro em optar pela compra dos caças Gripen, da Suécia, ao invés dos F-18 norte-americanos, justamente pelo fato de o governo de Washington não aceitar a transferência de tecnologia das aeronaves para o Brasil. Sendo assim, a maior aproximação da Rússia e da China no mercado de defesa na América do Sul corroboram a baixa e/ou a diminuição na aquisição de equipamentos militares dos EUA por parte de países como Argentina, Bolívia, Equador, Peru e Venezuela.

4.4.2 Uma análise sobre a política externa da segunda gestão de Barack Obama em âmbito econômico para a América do Sul

O primeiro aspecto a ser destacado em âmbito econômico, durante a segunda gestão do presidente Obama, foi sem dúvida a consolidação do TPP, uma prioridade econômica não na América do Sul de maneira geral, mas para alguns países do arco do Pacífico que possuíam TLCs com os EUA. De acordo com Estevadeordal (2016), os países

membros do TPP em conjunto somavam 40% do PIB global, 26% do comércio internacional e 10% da população global em 2016.

A formalização do TPP foi um dos principais objetivos a serem alcançados durante a gestão do presidente Obama, sendo citada nas duas NSSs de seu governo. A NSS de 2010 afirmava o compromisso dos EUA “com os países parceiros do transpacífico para estabelecer um acordo regional com altos padrões” (THE WHITE HOUSE, 2010, p. 32, tradução nossa)²⁵⁵. Em contrapartida, na NSS de 2015, o documento afirmava que o TPP seria como um motor do crescimento econômico global e, juntamente com o *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP), traduzido para Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento²⁵⁶, colocariam os EUA no centro de uma área de livre comércio que abrange dois terços da economia global (THE WHITE HOUSE, 2015).

Lameiras (2018) assim como Lima e Mendonça (2013) afirmam que a política externa em âmbito econômico na segunda gestão de Barack Obama foi mais assertiva em relação à primeira gestão, sendo que:

[...] esta característica da política comercial “menos ativa” no primeiro governo deveu à priorização de outros temas, como a reforma do sistema de saúde pública, uma enorme crise econômica, além dos atoleiros do Iraque e do Afeganistão. Ao mesmo tempo, e talvez essa seja a variável mais importante, foi reflexo do esgarçamento político-partidário sobre a forma de inserção dos Estados Unidos na economia internacional, especificamente em sua face mais aparente para o conjunto da sociedade: o comércio. Tal esgarçamento vem se processando desde a década de 1990 como uma crescente crítica à globalização incorporada mais diretamente na posição do Partido Democrata. (LIMA; MENDONÇA, 2013, p. 38)

Por sua vez, na segunda gestão Obama, alguns fatores de natureza sistêmica e doméstica contribuíram para que a política externa em seus âmbitos econômicos fosse mais enfatizada, sendo eles:

[...] a recuperação econômica do país, a menor incidência de projetos de lei que acentuassem a clivagem partidária entre republicanos e democratas em matéria de política comercial e a renitente paralisia da Rodada Doha de negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC).²⁵⁷ (LAMEIRAS, 2018, p. 181)

²⁵⁵ “[...] with the transpacific partnership countries to shape a regional agreement with high standards” (THE WHITE HOUSE, 2010, p. 32).

²⁵⁶ O *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP) é um acordo de livre comércio entre os EUA e a União Europeia, em fase de negociação.

²⁵⁷ A Rodada de Doha foi criada em 2001, com sede no Catar, tendo como objetivo discutir a liberalização comercial e o crescimento econômico. Por conta das divergências entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos sobre questões tarifárias e subsídios, houve a paralisação das negociações.

Nesse sentido, tais condições tornaram o ambiente doméstico e externo mais favorável para a conclusão dos objetivos econômicos de Washington. Mesmo com o acordo do TPP sendo assinado apenas em 2016, no último ano da gestão Obama, durante o processo de negociações, os EUA se aproximaram dos países do Pacífico para a expansão do livre comércio por meio dos TLCs. Como já mencionado neste capítulo, os TLCs foram um meio de expandir o livre comércio com os países signatários, sendo essa estratégia uma fatia de um plano maior, que seria a consolidação do TPP. Vale frisar que foi na segunda gestão do presidente Obama que as negociações do TPP tiveram maiores avanços, chegando o bloco a se formalizar em 2016. De acordo com Biegón (2017, p. 6, tradução nossa), o TPP foi “uma tentativa de ressuscitar um consenso mais amplo de livre comércio, sincronizando os acordos comerciais existentes dentro de um único regime, a fim de ir além das limitações da abordagem da liberalização competitiva”²⁵⁸.

Essa opção de fortalecimento com os mercados da Ásia-Pacífico é resultado da política do “Pivô-asiático”, já mencionada no início deste capítulo. De acordo com Brites (2016), o primeiro indício dessa política ocorreu a partir de 2010, quando o então secretário de Defesa, Robert Gates, e Hillary Clinton, então secretária de Estado, realizaram uma visita a Hanói com o intuito de estreitar as relações com o Vietnã.

A importância estratégica na aproximação com países que faziam parte do TPP, para conter a China na região Ásia-Pacífico tornou-se evidente no documento *The Trans-Pacific Partnership: Strategic Importance of TPP*, publicado pelo *United States Trade Representative*, em 2015. De acordo com o documento:

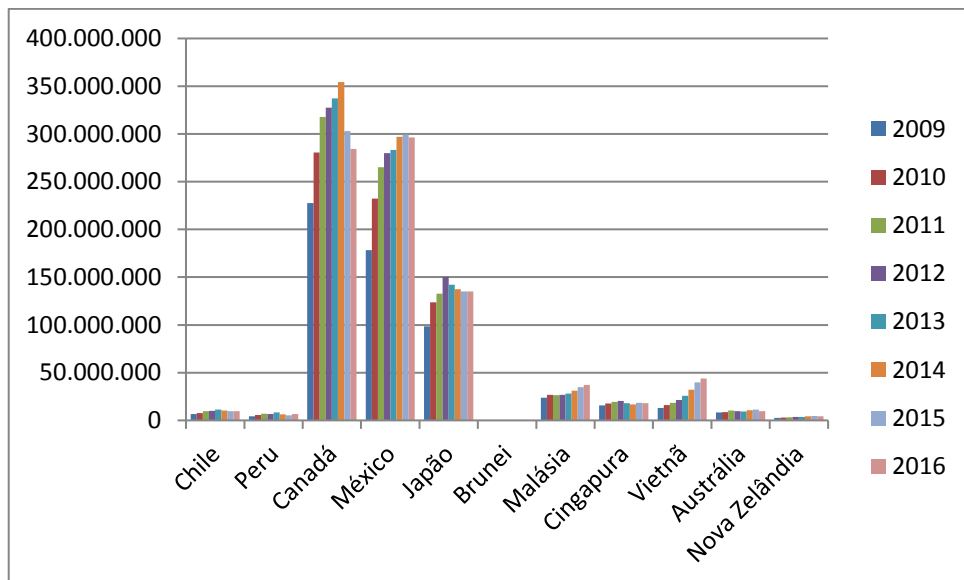
Se não aprovarmos esse contrato e redigirmos essas regras, nossos concorrentes definirão regras fracas, ameaçando empregos e trabalhadores americanos e prejudicando a liderança dos EUA na Ásia [...] O TPP fortalece a economia dos EUA, que é a base da segurança nacional dos EUA e uma fonte crítica de nossa influência no exterior [...] Para enfrentar esse desafio, os Estados Unidos devem escrever regras para fortalecer nossa economia e promover um campo de jogo econômico global justo. TPP é como fazemos isso. E se não liderarmos o comércio, outros que não compartilhem nossos interesses ou valores preencherão esse vazio. (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2015, p. 1-2, tradução nossa)²⁵⁹

²⁵⁸ “[...] it is an attempt to resuscitate a broader free-trade consensus while synchronizing existing trade agreements within a single regime in order to move beyond the limitations of the competitive liberalization approach” (BIEGÓN, 2017, p. 6).

²⁵⁹ “If we don’t pass this agreement and write those rules, our competitors will set weak rules of the road, threatening American jobs and workers and undermining U.S. leadership in Asia [...] TPP strengthens the U.S. economy, which is the foundation of U.S. national security and a critical source of our influence abroad [...] To

No ano de 2014, a região da Ásia-Pacífico representou aproximadamente 45% de todos os bens exportados pelos EUA (LINEBARGER; BERTSCHE, 2016) e por isso é de grande importância analisar o comércio exterior desse país, durante toda a gestão Obama, com os países que foram signatários do TPP, buscando compreender qual é o nível de prioridade da América do Sul nesse bloco. Sendo assim, os Gráficos 26 e 27 trazem informações sobre as importações estadunidenses dos países signatários do TPP, bem como sobre as exportações dos EUA para esses países durante toda a gestão do presidente Obama (2009-2016).

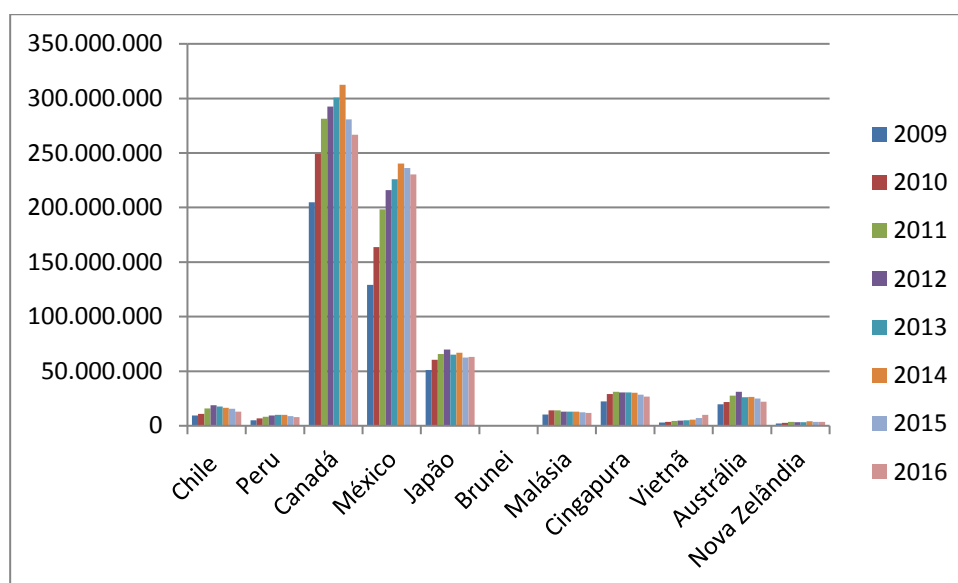
Gráfico 26: Importações estadunidenses dos países membros do TPP em milhares de dólares (2009-2016)



Fonte: TradeMap.
Organização: Brigola (2020).

meet this challenge, the United States must write rules of the road to strengthen our economy and promote a fair global economic playing field. TPP is how we do that. And if we don't lead on trade, others who don't share our interests or values will fill the void" (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2015, p. 1-2).

Gráfico 27: Exportações estadunidenses aos países membros do TPP em milhares de dólares (2009-2016)



Fonte: TradeMap.
Organização: Brigola (2020).

De acordo com os gráficos 26 e 27, fica claro que o Canadá e o México eram, respectivamente, os principais mercados para os EUA entre os membros do bloco, tanto em importações como em exportações. Ambos os países representaram aproximadamente 70,9% das importações realizadas pelos EUA e 74,8% das exportações estadunidenses para os países membros do TPP. Essa relação estreita era resultado do NAFTA, um bloco de livre comércio formado pelos três países em 1994²⁶⁰, além de serem dois grandes mercados de países vizinhos aos EUA.

Os países asiáticos apareceram em seguida, representando 25,6% das importações feitas pelos EUA e recebendo 17,2% das exportações estadunidenses entre os países do bloco. Com números bem menos expressivos, os países da América do Sul (Chile e Peru), representaram 1,9% das importações realizadas pelos EUA, enquanto importaram em torno de 3,6% dos produtos enviados pelos EUA. Por fim, os países da Oceania, como a Austrália e a Nova Zelândia, representaram em torno de 1,6% das importações realizadas pelos EUA e receberam em torno de 4,4% das exportações estadunidenses, ficando à frente dos países da América do Sul.

²⁶⁰ No ano de 2018, sob a liderança de Donald Trump, o NAFTA foi rebatizado com o nome de *United States-Mexico-Canada Agreement* (USMCA).

Cabe observar que os países asiáticos, considerando apenas Brunei, Malásia, Singapura e Vietnã, compuseram cerca de 9,15% das importações dos EUA, uma porcentagem maior que a dos países da América do Sul e Oceania juntos, que somaram 2,5%. No tocante às exportações dos EUA, não houve uma predominância dos países asiáticos, pois eles representaram 7,36% do total, enquanto os países da América do Sul e da Oceania juntos representaram 8%.

Wilson (2015) defende que o TPP iria contribuir para o melhor acesso do Chile e do Peru com os mercados asiáticos, conseqüentemente aumentando as suas exportações, além de melhorar as suas capacidades de atração de investimento direto. Ambos os países são dependentes da exportação de *commodities* para a China, como já foi demonstrado, mas embora essa relação comercial com o país asiático tenha sido altamente profícua, a desaceleração econômica chinesa tem apresentado um desafio significativo para essas relações, sendo o TPP uma oportunidade para expandir suas exportações a outros mercados na Ásia (WILSON, 2015).

Contudo, um estudo realizado por Fleischhaker et al. (2016) alega que o TPP não traria muitas vantagens ao Chile, sendo que o país andino já possui acordos bilaterais com os mais variados países da região Ásia-Pacífico, entre eles os EUA, o Canadá, o Vietnã, a Tailândia, a Malásia, a China, entre outros, bem como com todos os seus parceiros regionais da Aliança do Pacífico (Colômbia, México e Peru). Nesse sentido, argumentam o autores que os benefícios adicionais ao Chile provindos do TPP seriam limitados.

Embora os dados dos Gráficos 26 e 27 tenham mostrado que os países da América do Sul possuíam uma baixa prioridade para os EUA entre os países do TPP, o governo do presidente Obama lançou uma iniciativa econômica para a América Latina denominada de *Look South* em 2014 (SARAGOZA 2014). A iniciativa *Look South* foi anunciada pela Secretária do Comércio, Penny Pritzker, e tinha como objetivo expandir o comércio dos EUA com as economias latino-americanas com as quais os EUA possuíam TLCs (MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY, 2014).

A iniciativa *Look South* estava diretamente relacionada à *Open for Business Agenda*, lançada em 2013 por Penny Pritzker, “construída com base em comércio e investimento, inovação e novos tipos de dados para uso por empresas americanas” (CLARK, 2013, n.p., tradução nossa)²⁶¹, e à *National Export Initiative*, lançada pelo presidente Obama em 2010, “a fim de aprimorar e coordenar os esforços federais para facilitar a criação de

²⁶¹ “[...] built around trade and investment, innovation, and new types of data for use by U.S. businesses” (CLARK, 2013, n.p.).

empregos nos Estados Unidos através da promoção de exportações” (OBAMA, 2010, n.p., tradução nossa)²⁶².

De acordo com Saragoza (2014, p. 7-8, tradução nossa), a iniciativa *Look South* pretendia ajudar as empresas com sede nos EUA a expandir as atividades comerciais nesses países com acordos de livre comércio. Ao citar Barack Obama, uma matéria do *Minority Business Development Agency* (MBDA), de 2014, ligado ao Departamento de Comércio dos EUA, afirmou que mais de 40% das exportações dos EUA têm a América Latina como destino e mais da metade dos países em que o governo estadunidense possui TLCs está na América Latina, totalizando 11 países (MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY, 2014). Desde que a iniciativa foi lançada:

As exportações de mercadorias dos EUA para os mercados *Look South* (nossos 11 países parceiros do Acordo de Livre Comércio (TLC) na América Latina) aumentaram US\$ 16,0 bilhões até novembro de 2014, o que representa mais de um terço do aumento das exportações globais dos EUA no mesmo período em 2013. (MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY, 2015, n.p., tradução nossa)²⁶³

Ainda segundo Saragoza (2014), a iniciativa *Look South* tinha pouco a ver com uma tentativa de reaproximação dos EUA com a América Latina, mas representava uma resposta à presença chinesa que vinha crescendo cada vez mais na região. E, embora os dados sobre a *Look South* tivessem apresentado um aumento das exportações dos EUA para a América Latina, a partir da observação do Gráfico 27, ficou evidente que a maior parte das exportações tinha o México com principal destino, ou seja, um país latino-americano externo à América do Sul.

Além dos países sul-americanos membros do TPP, coube analisar as relações comerciais dos EUA com toda a América do Sul. Os demais países que não fazem parte do TPP são importantes para nossa análise, caso da Colômbia, que possui um TLC com os EUA, do Brasil, que, durante a primeira gestão de Obama, foi o principal receptor das exportações estadunidenses e o segundo maior exportador de produtos aos EUA, e, por fim, da Venezuela, que, mesmo com as questões diplomáticas tensas com Washington, foi, entre os países da

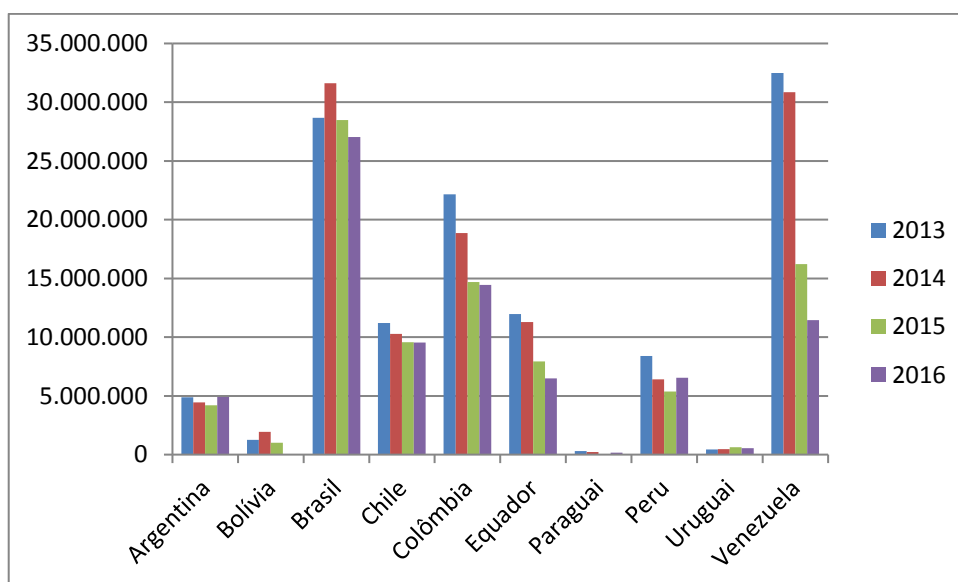
²⁶² “[...] in order to enhance and coordinate Federal efforts to facilitate the creation of jobs in the United States through the promotion of exports” (OBAMA, 2010, n.p.).

²⁶³ “U.S. goods exports to Look South markets (our 11 Free Trade Agreement (FTA) partner countries in Latin America) increased by \$16.0 billion through November 2014, which accounts for more than one-third of the increase in U.S. global exports over the same period in 2013” (MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY, 2015, n.p.).

América do Sul, aquele que teve os maiores valores de exportação para os EUA durante a primeira gestão do presidente Obama, sendo que o país norte-americano era o principal comprador do petróleo venezuelano.

Durante a segunda gestão do presidente Obama, os EUA importaram cerca de US\$ 407.384.197 em produtos da América do Sul e exportaram cerca de US\$ 435.069.726, resultando em um superávit de US\$ 27.685.529. Os Gráficos 28 e 29 ilustram as relações comerciais entre os EUA e os países da América do Sul durante a segunda gestão de Barack Obama.

Gráfico 28: Importações estadunidenses dos países da América do Sul em milhares de dólares (2013-2016)



Fonte: TradeMap.
Organização: Brigola, 2020.

No tocante às importações estadunidenses dos países da América do Sul, a Venezuela liderou o *ranking* de produtos exportados aos EUA durante toda a primeira gestão do presidente Obama, vindo a apresentar quedas em suas exportações aos EUA durante a segunda gestão. Com as quedas nas exportações da Venezuela para os EUA a partir de 2014, o Brasil passou a liderar as exportações sul-americanas para o país do Norte. O total exportado pelo Brasil aos EUA representou 28,42% das importações estadunidenses da América do Sul.

Assim, como já mencionado, o país da América do Norte:

[...] é o principal destino de exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados, compondo cerca de 75% da pauta exportadora brasileira aos EUA, enquanto que, para o resto do mundo, essa participação não chega a 50% (e, para a China, gira em torno de 15%). (BRASIL, 2016, p. 47)

Os EUA permaneceram como o segundo principal parceiro comercial do Brasil, tendo sido superados pela China em 2009. De acordo com Meyer (2016b), o Brasil é o vigésimo segundo maior parceiro comercial dos EUA, exportando ao seu parceiro do Norte produtos como petróleo bruto, aeronaves civis, ferro e aço, maquinaria e café.

A Venezuela, que na gestão anterior liderou o *ranking* de exportações aos EUA, durante a segunda gestão do presidente Obama, liderou apenas no ano de 2013, participando com 26,68% das importações estadunidenses da região naquele ano; contudo, a partir de 2014, suas exportações para os EUA caíram drasticamente, fazendo com que o país fosse superado pelo Brasil. Durante os quatro anos da segunda gestão do presidente Obama, a Venezuela fez 22,33% das exportações da região para o país do Norte. Tais dados demonstram que as relações econômicas mantiveram-se mesmo com as diferenças políticas entre ambos os países e com valores significativos, embora tenha ocorrido uma diminuição da exportação venezuelana aos EUA.

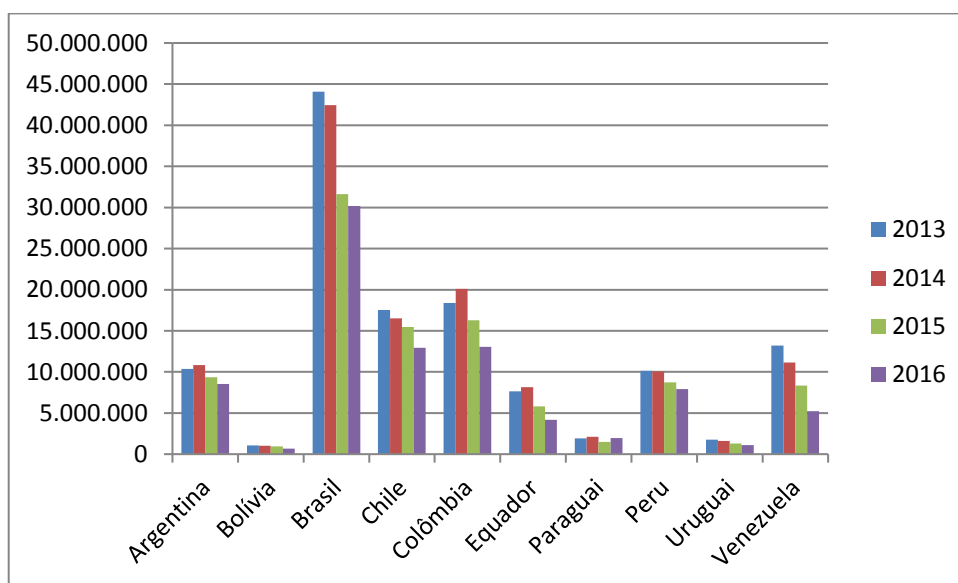
A queda das exportações pode ser entendida pela ótica de que, entre os anos de 2012 e 2015, os EUA, sendo até então o maior importador e consumidor de petróleo do mundo, passaram ao patamar de maior produtor mundial do recurso energético, devido à extração do óleo de xisto por meio do *fracking* (MACHADO, 2016), e também pela queda dos preços do barril do petróleo, em 2014, que agravou a crise econômica no país, diminuiu a produção petrolífera e, conseqüentemente, a receita com as exportações. Segundo Pitts e Rosati (2014), o agravamento da crise econômica na Venezuela gerou um êxodo de trabalhadores qualificados dos campos petrolíferos para o exterior, buscando melhores oportunidades. Essa saída, de acordo com os autores, impactou negativamente a produção de petróleo bruto no país.

A Colômbia apareceu como o terceiro maior país exportador da América do Sul para os EUA no quadro geral, com 17,21% das exportações da região, seguida pelo Chile com 9,96%, ocupando a quarta colocação. De acordo com um relatório realizado pelo *Departamento de Estudios de la Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales del Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile*, publicado em 2015, o TLC trouxe um impacto positivo nas exportações chilenas, em especial por impulsionar alguns

setores e bens que não eram comercializados antes do TLC entrar em vigor, como tangerinas, ouro semitrabalhado, inulina e óxido e hidróxido de lítio, produtos de grande participação no mercado dos EUA (DEPARTAMENTO DE ESTUDIOS DE LA DIRECCIÓN GENERAL DE RELACIONES ECONÓMICAS INTERNACIONALES DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE, 2015).

Nota-se uma queda nas exportações da maioria dos países sul-americanos entre os anos de 2014 e 2015, o que, de acordo com um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi ocasionado pela queda dos preços das *commodities*, afetando não apenas a América do Sul, mas toda a América Latina (GIORDANO et al., 2016).

Gráfico 29: Exportações estadunidenses aos países da América do Sul em milhares de dólares (2013-2016)



Fonte: TradeMap.
Organização: Brigola (2020).

No tocante às exportações estadunidenses para a América do Sul, o Brasil ficou em primeiro lugar, representando 34% das exportações dos EUA para a região durante os quatro anos da segunda gestão de Obama. Em relação à primeira gestão, ocorreu uma queda de menos de 1% nas exportações estadunidenses para o Brasil, ou seja, não ocorreu uma mudança significativa. Em relação à balança comercial entre ambos os países, os EUA obtiveram maior vantagem. Em 2015, o Brasil foi o país com o qual os EUA tiveram o décimo maior superávit comercial, atrás de Hong Kong, Países Baixos, Emirados Árabes Unidos, Bélgica, Austrália, Singapura, Panamá, Chile e Argentina (BRASIL, 2016). Entre os

produtos exportados pelos EUA ao Brasil, em 2015, “incluíram aeronaves civis e peças refinadas, maquinaria pesada e elétrica, derivados de petróleo e equipamentos médicos” (MEYER, 2016b, p. 14, tradução nossa)²⁶⁴.

A Colômbia ficou em segundo lugar, importando 15,58% das exportações dos EUA para a América do Sul. Em relação à primeira gestão de Obama, as exportações estadunidenses para a Colômbia tiveram um aumento de 29,88%.

Desde 2012, quando o TLC entre EUA e Colômbia entrou em vigor:

[...] mais de 80% das exportações americanas de produtos industriais e de produtos de consumo para a Colômbia tornaram-se imediatamente isentas de impostos; as tarifas restantes serão eliminadas gradualmente por um período de dez anos. Recentemente, em 1º de janeiro de 2016, mais de 500 linhas tarifárias adicionais tornaram-se isentas de impostos pela primeira vez. (MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY, 2016, n.p., tradução nossa)²⁶⁵

Como descrito na *Trade Policy Agenda*, publicada em 2017, no ano de 2016, os EUA e a Colômbia continuaram trabalhando para “acelerar a eliminação de tarifas para certos bens no âmbito do Acordo, no estabelecimento de certos elementos relacionados ao mecanismo de solução de controvérsias e atualizações das regras de origem do Acordo” (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2017, p. 122, tradução nossa). Nesse sentido, a maior demanda das exportações estadunidenses para a Colômbia durante a segunda gestão de Obama pode ser explicada pela entrada em vigor do TLC firmado entre os dois países. Em 2017, a Colômbia ficou na vigésima segunda posição entre os mercados de exportação dos EUA (VILARREAL; GARCIA, 2018). De acordo com um artigo publicado no jornal *CONtexto Ganadero* (2018), após a entrada em vigor do TLC, o país apresentou seu primeiro déficit na balança comercial com os EUA, contrariando uma tendência de 1999 a 2013 (CONTEXTO GANADERO, 2018).

O Chile foi o terceiro país que mais recebeu exportações dos EUA durante a segunda gestão de Obama, representando 14,34% das exportações estadunidenses para a América do Sul. Em relação à primeira gestão de Obama, as exportações dos EUA para o Chile aumentaram em torno de 13,40%, sendo que, em 1º de janeiro de 2015, 100% do

²⁶⁴ “[...] included refined civilian aircraft and parts, heavy and electric machinery, oil products, and medical equipment” (MEYER, 2016b, p. 14).

²⁶⁵ “[...] over 80 percent of U.S. exports of consumer and industrial products to Colombia immediately became duty-free; the remaining tariffs are being phased out over a period of ten years. Recently, on January 1, 2016, more than 500 additional tariff lines became duty free for the first time” (MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY, 2016, n.p.).

comércio entre o Chile e os Estados Unidos foi liberalizado, concluindo o programa de redução de tarifas iniciado em 2004 (DEPARTAMENTO DE ESTUDIOS DE LA DIRECCIÓN GENERAL DE RELACIONES ECONÓMICAS INTERNACIONALES DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE, 2015).

Nota-se que dois dos três países que possuem um TLC com os EUA ficaram bem posicionados em relação às exportações estadunidenses na região, ficando a Colômbia em segundo lugar e o Chile em terceiro lugar, respectivamente. O Peru, que também possui um TLC com os EUA, ficou na sexta colocação, atrás dos países citados e também da Argentina e da Venezuela, que ocuparam, respectivamente, a quarta e a quinta colocações. De acordo com os dados do Business Roundtable (2015), em 2013, 46% das exportações globais dos EUA foram para parceiros que possuíam TLC com o governo de Washington.

Ainda sobre os países com TLC com os EUA, durante a segunda gestão de Barack Obama, eles continuaram a apresentar déficits em suas balanças comerciais durante os quatro anos, com exceção da Colômbia, que, em 2013 e 2016, apresentou uma balança superavitária (TRADEMAP, 2020). Contudo, ao se analisar o comércio exterior da Colômbia com os EUA, observa-se que os dados disponibilizados pelo *TradeMap* demonstram que as exportações do país sul-americano para o norte-americano caíram 8% durante a segunda gestão Obama, enquanto as importações subiram 29,88%, dando a entender que, desde a entrada em vigor do TLC entre os dois países em 2012, as relações comerciais foram mais favoráveis ao governo de Washington.

Um estudo realizado por Bohigues e Rivas (2019) sobre as opiniões das elites políticas dos países da América Latina a respeito dos TLCs com os EUA apontou um resultado revelador²⁶⁶. De acordo com os autores, a elite política do Chile, com legislatura em vigência entre 2014 e 2018, mostrou-se favorável ao TLC com os EUA; em contrapartida e, surpreendentemente, a elite política colombiana com legislatura em vigência de 2014 a 2018 se mostrou pouco favorável ao TLC com os EUA. Conforme Velásquez e Torrecillas (2017), na Colômbia, diversos grupos políticos e acadêmicos se posicionaram contra a formalização do TLC com Washington por considerá-lo desvantajoso e assimétrico. Ainda de acordo com Velásquez e Torrecillas:

[...] a constituição do referido acordo de livre comércio representava uma grave desvantagem comparativa e competitiva para a Colômbia, no que diz respeito ao tamanho e à abrangência de ambas as economias. Como

²⁶⁶ Os autores classificam como elites políticas os membros de um gabinete, prefeitos, senadores, deputados, entre outros (BOHIGUES; RIVAS, 2019).

consequência, isso afetaria principalmente a economia mais fraca: a colombiana. Ao falar de desvantagens competitivas e comparativas, dizia-se que o avanço tecnológico dos Estados Unidos, somado à influência política, deixaria o país sul-americano com um tratado desvantajoso, por não ter ferramentas suficientes para poder competir em termos comerciais no mercado norte-americano. (VELÁZQUEZ; TORRECILLAS, 2017, n.p., tradução nossa)²⁶⁷

Cabe mencionar as relações comerciais dos EUA com a Argentina, sendo que o país sul-americano representou 4,5% das exportações da América do Sul para os EUA e importou 8,9% dos produtos estadunidenses para a região. É importante frisar que, no ano de 2014, os EUA tiveram uma vitória sobre a Argentina na OMC. O país sul-americano estava tomando medidas protecionistas para favorecer as suas exportações e conter as importações estadunidenses. Tal medida foi denunciada pelo governo de Washington, sendo então levada à mediação da OMC, a qual favoreceu os EUA em sua decisão. De acordo com o *United States Trade Representative*:

Essas exigências impostas pelo governo argentino significam que muitas empresas norte-americanas que buscam trazer seus produtos para a Argentina precisariam primeiro concordar em exportar produtos argentinos, fazer investimentos na Argentina, baixar os preços de seus produtos ou abster-se de repatriar seus lucros para os Estados Unidos. (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2014, n.p., tradução nossa)²⁶⁸

A Argentina possui uma significativa disparidade em relação à intensidade tecnológica e ao valor agregado de suas exportações em relação às importações dos EUA. As principais exportações dos EUA para a Argentina incluem computadores, produtos químicos industriais e agrícolas, equipamentos agrícolas e de transporte, máquinas-ferramentas, peças para plataformas de petróleo e óleo combustível refinado (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2014), enquanto a Argentina exporta *commodities* para o país do Norte.

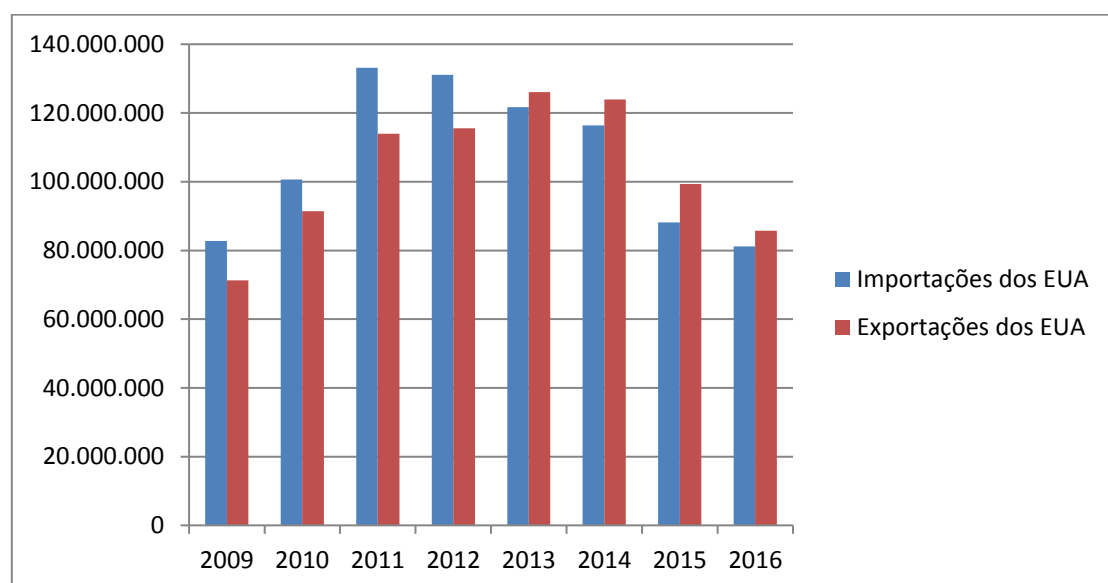
²⁶⁷ “[...] la constitución de dicho tratado de libre comercio representaba para Colombia una seria desventaja comparativa y competitiva, con respecto al tamaño y al alcance de ambas economías. Esto como consecuencia, afectaría primordialmente a la economía más débil: la colombiana. Al hablar de desventajas competitivas y comparativas, se decía que el adelanto tecnológico de Estados Unidos aunado a la influencia política, dejaría al país sudamericano con un tratado desventajoso, por no contar con las herramientas suficientes para poder competir en términos comerciales dentro del mercado estadounidense” (VELÁZQUEZ; TORRECILLAS, 2017, n.p.).

²⁶⁸ “These requirements imposed by the Argentine Government mean that many U.S. companies seeking to bring their products into Argentina have had first to agree to export Argentine goods, make investments in Argentina, lower prices of their products, or refrain from repatriating profits to the United States” (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2014, n.p.).

Em 2014, ocorreu uma queda nas exportações dos países da América do Sul para os EUA devido à queda dos preços das *commodities* no mercado global. O Gráfico 29 mostrou que, nesse mesmo período, também ocorreu uma diminuição das exportações dos EUA para os países sul-americanos (ou uma queda nas importações sul-americanas), ocasionada pela queda dos preços das *commodities*, o que afetou o poder de compra desses países e, ao mesmo tempo, houve uma alta do dólar, consequentemente depreciando as moedas dos países sul-americanos (MARS, 2015).

Por fim, cabe analisar a evolução do comércio exterior dos EUA com a América do Sul durante toda gestão de Barack Obama para constatar seus avanços e retrocessos. O Gráfico 30 apresenta os dados para a análise.

Gráfico 30: Evolução do comércio exterior entre os EUA e a América do Sul em milhares de dólares (2009-2016)



Fonte: TradeMap.
Organização: Brigola, 2020.

De acordo com Gráfico 30, ocorreu uma inversão em relação às exportações e às importações durante as duas gestões de Barack Obama. Assim, enquanto as importações estadunidenses foram maiores na primeira gestão do presidente Obama, as exportações estadunidenses passaram a predominar sobre as importações a partir de 2013, no primeiro ano da segunda gestão, mantendo-se assim até o fim de seu mandato.

As importações da América do Sul realizadas pelos EUA somaram, na primeira gestão de Obama, um total de US\$ 447.645.148 e, na segunda gestão, US\$ 407.384.197,

representando uma queda de 9%. No tocante às exportações estadunidenses para a região, na primeira gestão de Obama, foi exportado o valor de US\$ 392.153.387, sendo que, no segundo mandato, foram US\$ 435.069.726, representando um aumento de 11%. Como já frisado, a diminuição das exportações dos países da América do Sul na segunda gestão de Obama ocorreu durante a queda dos preços das *commodities* no mercado global e também por causa da desvalorização da moeda desses países em relação ao dólar. Por sua vez, as exportações dos EUA para a região no período podem ser compreendidas como resultado das políticas de exportação promovidas pelo governo estadunidense, tais como a *National Export Initiative*, a *Open for Business Agenda* e a *Look South*.

4.4.3 Considerações parciais sobre a Política Externa do presidente Barack Obama para a América do Sul em sua segunda gestão

De um modo geral, a agenda político-estratégica não apresentou novidades para a região durante a segunda gestão do presidente Obama. As relações conturbadas com a Venezuela e a Bolívia mantiveram-se, assim como a política pautada na Doutrina Monroe, evidenciada pela espionagem ao governo do Brasil. Além disso, a luta contra o narcotráfico tem se perpetuado como a maior preocupação de Washington na América do Sul, tendo em vista que a Colômbia manteve-se como o país que mais recebeu assistências dos EUA por meio da USAID para essa finalidade. De acordo com Jorge (2009), após a Guerra Fria, a guerra contra as drogas se tornou o maior motivo da presença militar dos EUA na América do Sul.

Do mesmo modo, a agenda econômica dos EUA para a América do Sul permaneceu a mesma da gestão anterior. Entre seus principais objetivos, estava basicamente o estreitamento dos laços com os países que possuíam TLCs com os EUA como parte do processo de conclusão do TPP. A iniciativa *Look South* pode ser compreendida como algo inovador na política externa de Obama, embora o seu foco não fosse apenas a América do Sul, mas toda a América Latina, estando a iniciativa diretamente alinhada ao estímulo das exportações estadunidenses aos países com os quais se tinha um TLC. Esse fato, além de trazer um benefício maior ao comércio exterior dos EUA do que ao dos países sul-americanos, teve como principal objetivo a contenção da China, e não uma aproximação efetiva com a região.

Mesmo o TPP sendo a maior prioridade em escala global do governo de Barack Obama, sobre esse Tratado, foi possível constatar que os países sul-americanos tinham uma baixa prioridade dentro desse bloco, ficando atrás dos países da América do Norte e da Ásia. Também o aumento do dólar e a queda dos preços das *commodities* terminaram por prejudicar os países sul-americanos em seu fluxo de exportações para os EUA.

Por fim, o Brasil ainda manteve boas relações comerciais com os EUA, sendo esse mercado rentável para as exportações brasileiras de manufaturados, enquanto a Venezuela, que por vários anos garantiu uma balança comercial favorável em relação aos EUA devido à exportação de petróleo, presenciou uma queda em suas vendas ao mercado do Norte, basicamente pela queda dos preços do petróleo e pela diminuição da dependência estadunidense em relação a esse produto energético, graças à exploração de *fracking* nos EUA, diversificando a matriz energética do país do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos embasamentos teóricos guarnecidos pela geopolítica, buscamos compreender melhor as relações entre os EUA e a América do Sul na gestão de Barack Obama como presidente dos EUA. Como afirmou Haushoffer, a geopolítica fornece a base da atuação política para a sobrevivência de um Estado no Sistema Internacional.

Enquanto área do conhecimento, a geopolítica passou por diversas modificações desde seu período considerado como clássico até o período pós-Guerra Fria. No período clássico, a preocupação da geopolítica limitava-se às questões de caráter puramente militar, enquanto, a partir dos anos 1970 e 1980, a área de interesse da geopolítica sofreu uma expansão, abrangendo também temáticas como a economia, o meio ambiente, a integração regional, os transportes, os recursos naturais, entre outros, mas sempre com foco no poder nacional de um Estado-Nação.

Com isso, para ampliar nosso repertório teórico, realizamos um diálogo com a teoria das Relações Internacionais e, revisitando a corrente Realista, pudemos relacionar muitos dos eventos com a realidade de Estados que vivem em um Sistema Internacional anárquico, pela ausência de um poder supranacional e pela constante motivação de países hegemônicos em adquirir poder, sendo a utilização da força algo visto como natural. Também sob inspiração da corrente da Interdependência Complexa da escola Liberal de RI, em sua crença na possibilidade da cooperação entre Estados a partir de uma necessidade mútua, ainda que de modo assimétrico – pois um Estado menos dependente de outro poderá utilizar da cooperação como arma de dominação –, realizamos a análise da relação da política externa estadunidense do governo Obama para a América do Sul.

Ao iniciarmos a pesquisa, nossa hipótese consistia em que, mesmo de modo secundário, a América do Sul ainda representava uma área de importância estratégica e geopolítica para os EUA, seja na questão comercial, como fornecedora de *commodities* e matérias-primas e importadora de manufaturados e produtos de alto valor agregado do país do Norte, seja na questão da segurança devido ao fato de países da região serem fornecedores de produtos ilícitos para os EUA.

Ademais, o cenário geopolítico sul-americano, marcado pelos governos de centro-esquerda que possibilitaram a formalização de iniciativas de integração regional autônoma, cenário diverso das décadas anteriores, estimulou-nos a optar pela América do Sul como recorte espacial para compreender a política externa de Barack Obama (2009-2016) para a região em seu contexto geopolítico e geoeconômico.

Barack Obama, quando concorria à presidência dos Estados Unidos, lançou seu discurso chamado de *Renewing U.S. Leadership in the Americas*, em maio de 2008 e, após ter sido eleito, também discursou na 5ª *Cúpula das Américas*, realizada em Trinidad e Tobago, em março de 2009. Em ambas as iniciativas, observaram-se evidências de que a política externa dos EUA em seu governo daria atenção não só para a América do Sul, mas para toda a América Latina, como uma área geopolítica de grande importância na política externa, e que o governo de Washington, ao contrário da gestão de George W. Bush, iria se aproximar da região de forma cooperativa. Essas foram as primeiras enunciações de intenções em relação ao subcontinente.

Nossel (2002 apud FINGUERUT, 2009b) defendeu que os discursos da política externa assumida por Barack Obama enquadraram-se no internacionalismo liberal, retomando tradições de política externa do Partido Democrata, como a liderança diplomática, econômica e militar, ligadas a objetivos como a democracia, os direitos humanos, o livre comércio e o desenvolvimento econômico (FINGUERUT, 2009b). Por sua vez, Kjell Goldmann e Laura Neack (2008 apud FREIRE; VINHA, 2011) classificam esse tipo de discurso como típicos de uma política externa verbalizada, ou seja, quando os decisores de política externa declaram abertamente seus objetivos perseguidos.

No entanto, embora Barack Obama tenha verbalizado suas diretrizes de política externa para a América Latina e a América do Sul no sentido de melhoria das relações geopolíticas por meio da cooperação e do multilateralismo, na prática, não ocorreram avanços significativos na política externa estadunidense no contexto sul-americano.

A América do Sul pouco foi citada nos documentos oficiais sobre a política externa elaborados por Barack Obama, descritos nas duas *National Security Strategies*, a primeira publicada em 2010 e a segunda em 2015. Os principais objetivos da política externa do então presidente Obama estavam focados em diretrizes de escalas globais ao invés de regionais, como no Oriente Médio, em um primeiro momento, e depois se deslocando para a região da Ásia-Pacífico.

Em ambas as gestões Obama ocorreu uma maior continuidade das políticas de gestões anteriores. Como já mencionado, Pecequillo e Forner (2017) afirmam que, durante o governo de Barack Obama, ocorreu uma estratégia já conhecida da diplomacia estadunidense, sendo ela a preservação do conteúdo estratégico e de consolidação de seu poder geopolítico e geoeconômico no hemisfério, alterando apenas a tática, por meio de discursos que enfatizaram a cooperação.

No tocante à agenda político-estratégica no âmbito da segurança, o combate ao narcotráfico esteve entre as principais diretrizes, uma preocupação de Washington sobre a região e que havia tomado impulso desde o governo de Ronald Reagan nos anos da década de 1980. Embora Barack Obama tivesse abordado, de maneira própria, o combate às drogas, tratando os produtos ilícitos como um problema de saúde e considerando que a contenção do consumo não se presumia estar apenas no exterior, mas no controle da oferta no próprio território dos EUA, persistiram as formas de combate dessa ameaça de gestões anteriores ao governo Obama. Assim, foram mantidos o ATPA, que fora elaborado por George H. W. Bush em 1991 (sendo renovada com a sigla ATPA/ATPDEA por George W. Bush em 2002) e o Plano Colômbia, que fora formalizado por Bill Clinton em 2000. As assistências externas realizadas pelos EUA no âmbito da segurança apresentaram queda na gestão do presidente Barack Obama, tendo uma diminuição mais expressiva na segunda gestão, devido, em especial, aos cortes no orçamento do governo estadunidense em contenção de gastos ocasionados pela recessão pós-crise de 2008.

Uma ação de política externa para a América do Sul no âmbito da segurança, exclusiva do governo de Barack Obama, e, talvez, a mais polêmica, foi a tentativa – embora sem sucesso – de fechar o acordo militar com a Colômbia, em 2009, para que fossem instaladas sete bases colombianas para soldados estadunidenses após o fechamento da base militar de Manta, no Equador. A maioria dos países sul-americanos foi contrária ao acordo, alegando que as bases poderiam servir como um instrumento geopolítico para os EUA manterem sua presença militar na América do Sul, podendo ser uma medida que resultasse em intervenções em assuntos regionais. Como lembra Jorge (2009), no pós-Guerra Fria, o combate às drogas e aos grupos classificados como narcoterroristas foram as principais causas para o envolvimento militar dos EUA na América do Sul, iniciado após o Plano Colômbia.

A promoção da democracia como pauta da política externa também se manteve durante o governo do presidente Obama. Como afirma Anderson (2015), os destinos do capitalismo e o futuro da democracia raramente ficam de fora das diretrizes em política externa dos EUA. Para o governo de Washington, o governo da Venezuela enquadrava-se como uma afronta aos ideais democráticos, sendo o país citado de forma negativa em documentos oficiais do governo estadunidense como negligente quanto aos princípios da democracia, seja no governo de Hugo Chávez, seja no governo de Nicolás Maduro. Durante as duas gestões de Barack Obama, as relações políticas com a Venezuela foram conturbadas. No entanto, o comércio de petróleo venezuelano foi muito ativo.

O Brasil, que foi citado em ambas as *National Security Strategies* por seu destaque como líder regional e por ser uma economia emergente, apresentou poucos avanços nas relações bilaterais com os EUA. O governo de Lula da Silva ficou marcado por divergências nas relações com Washington seguidas de um esfriamento após a tentativa do Brasil de mediar, juntamente com a Turquia, um acordo sobre o programa nuclear iraniano. O maior avanço entre os dois países durante o governo de Lula da Silva foi um acordo em matéria de defesa assinado em 2010. Com a eleição de Dilma Rousseff, as relações bilaterais estavam caminhando para uma melhora, em especial após a visita de Barack Obama ao Brasil. Contudo, após os vazamentos dos documentos que demonstravam uma atitude de espionagem do governo estadunidense ao governo brasileiro, com o objetivo de obter informações sobre a Petrobras e a exploração de petróleo na região do pré-sal, tencionaram-se novamente as relações bilaterais entre ambos os países. E, mesmo após o *impeachment* de Dilma Rousseff e a posse do vice-presidente, Michel Temer, as relações bilaterais entre EUA e Brasil não tiveram proximidade.

No tocante à agenda econômica, o governo Obama também deu continuidade às políticas iniciadas em gestões anteriores. Após o fim da ALCA, os EUA optaram por uma aproximação bilateral com um número seletivo de países por meio de Tratados de Livre Comércio (TLC), em especial, aqueles que compartilhavam da agenda liberal de Washington. Embora os TLCs com o Peru e com a Colômbia tivessem entrado em vigor durante a gestão de Barack Obama, ambos haviam sido assinados durante o governo de George W. Bush e, contraditoriamente, a princípio, eles haviam sido alvos de crítica dos membros do Partido Democrata, até mesmo do próprio Obama, por não darem ênfase a questões como meio ambiente, direitos humanos e direitos trabalhistas. No entanto, essas questões foram pleiteadas a serem incorporadas nas negociações dos TLCs a partir de 2007, quando os democratas se tornaram a maioria no Congresso (LIMA; MENDONÇA, 2013).

O presidente Obama teve como uma das suas diretrizes principais de política externa, em âmbito global, a promoção do livre-comércio por meio da consolidação da Parceria Transpacífica (TPP). Na América do Sul, os países que possuíam TLC com os EUA participaram e eram os mesmos países que faziam parte da iniciativa econômica chamada de Aliança do Pacífico, nesse caso, Chile e Peru, com a exceção da Colômbia.

Embora, desde 2009, a política externa de Barack Obama já considerasse o TPP como um objetivo primordial, em especial devido ao avanço chinês na economia da região Ásia-Pacífico, foi na segunda gestão dele que as negociações foram mais positivas, com a formalização do acordo do TPP, em 2015, e sua assinatura em 2016.

Conforme Anderson (2015), o segundo mandato de Barack Obama teve o comércio internacional como principal diretriz de sua agenda de política externa, sobretudo por conta da China ter se tornado o maior exportador e importador do mundo em 2011 – alcançando 10,4% das exportações e 9,5% das importações mundiais, passando, em 2015, a alcançar 13,8 % e 10,1%, respectivamente (LIMA; PELLANDRA, 2017).

A China, então, passou a ser um importante parceiro comercial da maioria dos países da América do Sul, transformando a região em uma importante fornecedora de matérias-primas, além do que “também se converteu em um mercado para os produtos da potência asiática, desafiando a primazia dos produtos estadunidenses” (PECEQUILO; FORNER, 2017, p. 372-373). Com isso, a política externa da segunda gestão de Barack Obama para a América do Sul foi mais enfática na questão econômica.

Além dos países que possuíam TLCs com os EUA e, ao mesmo tempo, faziam parte do TPP, países como a Venezuela e o Brasil tiveram expressivas participações no comércio exterior com os EUA. No primeiro caso, a Venezuela foi o principal país exportador da região aos EUA até o ano de 2014. Após esse ano, ocorreu uma queda devido à diminuição da dependência estadunidense do petróleo e à queda do preço da *commodity* energética no mercado mundial. Por sua vez, o Brasil foi o maior importador sul-americano de produtos estadunidenses e passou, a partir de 2014, a ser o maior exportador de produtos da região aos EUA. Mesmo com a China tendo ultrapassado os EUA na parceria comercial com o Brasil em 2009, as relações comerciais entre o país sul-americano e o país do Norte mostraram-se bem expressivas, sendo os EUA um mercado lucrativo para os produtos manufaturados brasileiros.

Nas relações econômicas, vale lembrar-se da *Look South*, uma política exclusiva do governo Obama que abrangeu não apenas a América do Sul, mas toda a América Latina. Essa iniciativa consistiu em aumentar as exportações das empresas com sede nos EUA e que atuavam em países que possuíam TLCs com o país do Norte, objetivando, assim, aumentar as suas exportações para o subcontinente. Evidentemente, a *Look South* foi mais uma iniciativa para conter o avanço econômico chinês na região, e não exclusivamente uma tentativa de aproximação com os países sul-americanos.

Finalmente, conclui-se que a política externa, durante as duas gestões de Barack Obama para a América do Sul, teve poucos avanços em relação aos governos anteriores. Os discursos do presidente democrata apresentavam uma conotação cooperativa e multilateral, mas, na prática, a velha política da Doutrina Monroe foi mantida, de forma que a América do Sul manteve-se como uma área de influência imediata dos EUA, ao invés de uma parceria solidária. Constatou-se que a América do Sul continuou a ser uma região que recebe a atenção

do governo de Washington, seja por afetar a segurança nacional dos EUA como uma fonte produtora e exportadora de drogas, seja como uma oportunidade de mercados para o país do Norte, porém, não prioritária nas diretrizes de política externa estadunidense do governo Obama.

Durante a gestão de George W. Bush, ocorreu um vácuo de poder em relação à América do Sul que possibilitou iniciativas de integração regional autônomas em relação aos EUA, sendo encabeçadas pelos governos de centro-esquerda eleitos em diversos países sul-americanos. Contudo, recentemente, após a transição para os governos liberais, as iniciativas de integração regional perderam força e os países, com seus novos governantes, voltaram a ter um posicionamento de aproximação às regras de Washington.

A aproximação de alguns países sul-americanos com a China trouxe maiores preocupações para os EUA em relação à América do Sul, pois uma maior presença chinesa na região poderia afetar, gradativamente, a influência estadunidense no subcontinente. Essa questão nos faz pensar que, enquanto não houver ameaças significativas à influência dos EUA na América do Sul, a atenção estadunidense para a região continuará pouco prioritária, mas, quando surgirem ameaças que possam acarretar perda de influência, de fontes de recursos naturais e de mercado, em contexto que possibilite distanciar os países da América do Sul de um alinhamento com Washington, a postura dos EUA em relação à região poderá ser reorientada.

REFERÊNCIAS

ABDUL-HAK, Ana. **O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

ACOSTA, Luis Jaime. Colômbia diz que avalia permanência na UNASUL. **Rede Brasil Atual**. 16 set. 2009. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2009/09/colombia-diz-que-avalia-permanencia-na-unasul/>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart. **Mastering space: hegemony, territory and international political economy**. United Kingdom: Taylor & Francis e-Library, 2003.

ALBA. I Cumbre: Declaración Conjunta Venezuela-Cuba. **Portal ALBA**, 14 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.portalalba.org/index.php/alba/documentos/1221-2004-12-14-i-cumbre-la-habana-cuba-declaracion-conjunta-venezuela-cuba>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

ALBA-TCP. Acta Fundacional Del Banco ALBA. América **Latina en movimiento**. 27 jan. 2008. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/active/21863>>. Acesso em: 15 maio 2019.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Uma breve história de geopolítica**. Rio de Janeiro: CENEGRI – Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2011.

_____. A teoria geopolítica meridionalista de André Martin. **Revista de Geopolítica**, v. 5, n. 2, p. 5-18, jul./dez. 2014.

ALIANZA DEL PACÍFICO. **Acuerdo marco de la Alianza del Pacífico**. 2012. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/Trade/PAC_ALL/Framework_Agreement_Pacific_Alliance_s.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Evolução histórica do regionalismo econômico e político da América do Sul: um balanço das experiências realizadas. **Cena Internacional**, v. 10, n. 2, p. 72-97, 2008.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **O poder marítimo sob o ponto de vista estratégico entre 1540 e 1945: uma comparação entre as concepções de Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e Herbert William Richmond (1871-1946)**. 2009. 341f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

AMARAL, Arthur Bernardes do. **A guerra ao terror e a tríplice fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos**. 2008. 278f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

AMARAL, Gabriela Grango do; MATTOS, Thais Caroline Lacerda. A Parceria Trans-Pacífico como uma estratégia de contenção da China. **Aurora**, Marília, v. 7, n. 1, p. 111-134, jul./dez. 2013.

ANDERSON, Perry. A política externa norte-americana e seus teóricos. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARAMAYO, Carlos; PEREIRA, Carlos. Obama's Visit to Latin America: Redefining U.S.-Brazil Relations. **Brookings**. 15 mar. 2011. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/opinions/obamas-visit-to-latin-america-redefining-u-s-brazil-relations/>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

ARAÚJO, Matheus Alexandre; PEREIRA, Vanessa dos Santos. Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 125-136, jan./abr. 2018.

ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS. Quinta reunião ministerial de comércio. Declaração dos Ministros. **Área de Livre Comércio das Américas – ALCA**. Canadá, 1999. Disponível em: <http://www.ftaa-alca.org/Ministerials/Toronto/Toronto_p.asp>. Acesso em: 15 out. 2018.

ARIENTE. Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007.

ARNSON, Cynthia J.; TICKNER, Arlene B. Colombia and United States: the path of strategic partnership. In: DOMÍNGUEZ, Jorge I.; CASTRO, Rafael Fernández de. **Contemporary U.S.-Latin American relations: cooperation or conflict in the 21st century?** 2. ed. New York: Routledge, 2016.

ASOCIACIÓN DE ESTADOS DEL CARIBE. Sobre a AEC. **Asociación de Estados Del Caribe**. [199-?]. Disponível em: <<http://www.acs-aec.org/index.php?q=es/sobre-la-aec>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

AVILÉS, William. US Intervention in Colombia: the role of transnational relations. **Bulletin of Latin American Research**, v. 27, n. 3, p. 410-429, 2008.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: UNESP: Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.

AYUSO, Silvia; CUÉ, Carlos; SECO, Raquel. Temer, entre o silêncio dos EUA e o embate com a esquerda da região. **El País**. 20 maio 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/17/politica/1463486544_844691.html>. Acesso em: 18 maio 2020.

_____. EUA respaldam impeachment e prometem trabalhar com Michel Temer. **El País**. 08 set. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/07/internacional/1473281921_337121.html>. Acesso em: 02 abr. 2020.

AZEVEDO, Aroldo de. Geografia a serviço da política. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 21, p. 42-68, out. 1955.

BAGLEY, Bruce Michael. The New Hundred Years War? U.S. National Security and the War on Drugs in Latin America. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 30, n. 1, p. 161-182, Spring 1988.

BAINES, John M. U.S. Military Assistance to Latin America: an assessment. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 14, n. 4, Special Issue: Military and Reform Governments in Latin America, p. 469-487, nov. 1972.

BARBOSA, Flávia; LUCA, Isabel de. Em discurso na Assembleia Geral da ONU, Dilma condena espionagem americana. **O Globo**. 24 set. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/em-discurso-na-assembleia-geral-da-onu-dilma-condena-espionagem-americana-10118779>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

BASILE, Juliano. Encontro entre Temer e Obama se resume a aperto de mão. **Valor Econômico**. 20 set. 2016. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2016/09/20/encontro-entre-temer-e-obama-se-resume-a-aperto-de-mao.ghtml>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

BASTOS, Paulo Zahluth. A política dos Estados Unidos para a América Latina: da diplomacia do dólar à boa vizinhança (1898-1933). **Textos para Discussão**, IE/UNICAMP, n. 204, p. 1-25, abr. 2012.

BBC Brasil. Países da Alba criam nova moeda para comércio no bloco. **BBC Brasil**. 17 out. 2009. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/10/091017_alba_cupula_rw>. Acesso em: 16 maio 2019.

_____. EUA espionaram Petrobras, dizem papeis vazados por Snowden. **BBC Brasil**. 08 set. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_snowden_petrobras_dilma_mm>. Acesso em: 13 abr. 2020.

_____. Em votação apertada, colombianos rejeitam acordo de paz com as Farc. **BBC Brasil**. 02 out. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37532788>>. Acesso em: 24 maio 2020.

BBC NEWS. Bolivian President Evo Morales expels USAID. **BBC News**. 01 maio 2013. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-22371275>>. Acesso em: 20 maio 2020.

BECKER, Berta. **Geografia**: manual do candidato. Brasília: Fundação de Alexandre Gusmão, 2012.

BEITTEL, June S. **Colombia**: background and U.S. relations. Congressional Research Service, 2019. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R43813.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BENZI, Daniele. El exitoso ocaso del ALBA: réquiem para el último vals tercermundista. **Nueva Sociedad**, n. 261, p. 77-91, enero-febrero 2016.

BERTONHA, João Fábio. **Geopolítica e Relações Internacionais na virada do século XXI: uma história do tempo presente**. Maringá: Eduem, 2006.

_____. **A Primeira Guerra Mundial: o conflito que mudou o mundo**. Maringá: Eduem, 2011.

BIEGON, Rubrick. The United States and Latin America in the Trans-Pacific Partnership: renewing hegemony in a post-Washington consensus hemisphere? **Latin American Perspectives**, v. 44, n. 4, p. 81-98, 2017.

BIRLE, Peter. Cooperación e integración regional en América Latina: entre la globalización y la regionalización. In: Andrés Serbin (Editor). **América Latina y el Caribe frente a un Nuevo Orden Mundial: poder, globalización y respuestas regionales**. (Colección Pensamiento Propio ed.). Buenos Aires: Icaria Editorial/Ediciones CRIES, 2018. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2018/06/CRIESnuevo-orden-mundialFINALWEB1.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BLAIR, Dennis C. **Annual threat assessment of the intelligence community for the Senate Select Committee on Intelligence**. U.S. Office of the Director of National Intelligence. 2009. Disponível em: https://www.dni.gov/files/documents/Newsroom/Testimonies/20090212_testimony.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. **Annual threat assessment of the intelligence community for the Senate Select Committee on Intelligence**. U.S. Office of the Director of National Intelligence. 2010. Disponível em: https://www.dni.gov/files/documents/Newsroom/Testimonies/20100202_testimony.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BOHIGUES, Asbel; RIVAS, José Manuel. Free trade agreements and regional alliances: support from Latin American legislators. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 62, n. 1, p. 1-22, 2019.

BORGES, Fábio. A influência dos Estados Unidos nos conflitos colombianos: drogas, guerrilhas e terrorismo (1994-2009). In: AYERBE, Luis Fernando. **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.

BRAGA, Juliana; PASSARINHO, Nathalia. Governo anuncia compra de 36 caças suecos Gripen por US\$ 4,5 bilhões. **G1**. 19 dez. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/12/governo-anuncia-compra-de-36-cacas-suecos-do-modelo-gripen.html>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BRASIL. **Como exportar**: Estados Unidos da América. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: MRE, 2016.

BRAZ, Baracuhy. Geoeconomia: a lógica geopolítica no comércio mundial. **Política Externa**. 19 nov. 2015. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/2814/geoeconomia-logica-geopolitica-comercio-mundial/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BRESSAN, Regiane Nitsch; LUCIANO, Bruno Theodoro. A comunidade andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 65, p. 62-80, mar. 2018.

BRICEÑO-RUIZ, José. O Mercosul na política de integração de Venezuela. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 77-96, jan./abr. 2010.

BRITES, Pedro Vinícius Pereira. A política dos EUA para o Leste Asiático no Governo Obama: o balanceamento da China e a geopolítica regional. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 7-20, 2016.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**: um estudo da ordem na política mundial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

_____. Kissinger: the primacy of Geopolitics. **International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)**, v. 56, n. 3, p. 484-487, Summer 1980.

BUSH, George Herbert Walker. Iniciativa para as Américas. **Revista Mexicana de Política Exterior**, n. 29, p. 51-54, 1990.

BUSH, George Walker. Bush promete “século das Américas”. **BBC Brasil**. 15 fev. 2001. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/010215_bush.shtml>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BUSINESS ROUNDTABLE. How the U. S. Economy Benefits from International Trade & Investment. **Business Roundtable**. 2015. Disponível em: <https://tradepartnership.com/wp-content/uploads/2015/01/US_State_Study.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BUSSO, Annabela. Los desafíos de América de Sur frente a Estados Unidos en la segunda década del siglo XXI. In: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; FUCCILLE, Alexandre (Orgs.). **Visões do Sul**: crise e transformações do sistema internacional, Volume 1. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

BUZAN, Barry. **People, states and fear**: the security national problem in international relations. Brighton: Wheatsheaf, 1983.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. **Regions and powers**: the structure of international security. Cambridge University Press, 2003.

BYMAN, Daniel; WITTES, Benjamin. Reforming the NSA: How to spy after Snowden. **Foreign Affairs**, v. 93, n. 3, p. 127-138, May/June 2014.

CALIXTRE, André Bojikian; BARROS, Pedro Silva. O Banco do Sul e o Brasil na agenda da nova arquitetura financeira regional. **Boletim de Economia e Política Internacional**, IPEA, n. 3, p. 21-25, jul. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4710/3/BEPI_n3_banco.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.

CANTOR, Renan Vega. Colombia Y Geopolítica hoy. **El Ágora USB**, Medellín-Colombia, v. 12, n. 2, p. 214-547, julio/diciembre 2012.

CARDOSO, Sílvia Alvarez. **Golpe de Estado no século XXI: o caso de Honduras (2009) e a recomposição hegemônica neoliberal**. 2016. 128f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais – Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas – Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CARMO, Corival Alves do; PECEQUILO, Cristina Soreanu. Venezuela-Brasil-EUA: uma visão retrospectiva da dinâmica regional (2002/2013). **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 36-60, 2016.

CARMO, Maria. Cúpula da Unasul fracassa em aliviar tensão na região. **BBC Brasil**. 28 ago. 2009a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/08/090828_unasuvaletropico_np>. Acesso em: 12 jun. 2019.

_____. Em cúpula tensa da Unasul, Lula pede moderação a Chávez. **BBC Brasil**. 28 ago. 2009b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/08/090828_unasul_lula_mc>. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. Entenda a crise que pode derrubar presidente paraguaio. **BBC Brasil**. 26 jun. 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120625_qa_paraguai_jp>. Acesso em: 12 jul. 2020.

CARMONA, Ronaldo Gomes. **Geopolítica clássica e geopolítica brasileira contemporânea: Mahan, Mackinder e a “grande estratégia” do Brasil para o século XXI**. 2012. 166f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARNEIRO, Flavio Lyrio Carneiro. Parceria Trans-Pacífico: um acordo megarregional na fronteira da regulação do comércio internacional? **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, Texto para discussão, 2015.

CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Therezinha de. Geografia Política e Geopolítica. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (Org.). **Geografia e geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Centro de Documentação e Disseminação de Informações: Rio de Janeiro, 2009.

CASTEEL, Steven W. **Narco-terrorism**: international drug trafficking and terrorism – a dangerous mix. DEA Congressional Testimony. Disponível em: <<https://www.judiciary.senate.gov/meetings/narco-terrorism-international-drug-trafficking-and-terrorism-a-dangerous-mix>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: territórios, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

CASTRO, Therezinha de. O Atlântico Sul no contexto regional. **A Defesa Nacional**, n. 714, p. 91-108, jul./ago. 1984.

_____. **Nossa América**: geopolítica comparada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

_____. **Geopolítica**: princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora: 1999.

CAWTHORNE, Andrew. U.S. expels three Venezuelan diplomats in tit-for-tat move. **Reuters**. 02 out. 2013. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/idUKBRE9910NE20131002>>. Acesso em: 21/09/2020.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000.

CLAAR, Simone; NÖLKE, Andreas. Deep integration. **Development and Cooperation**. 17 fev. 2010. Disponível em: <<https://www.dandc.eu/en/article/even-though-deep-integration-could-serve-developing-countries-strategy-politically>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

CLARK, Charles S. Commerce Secretary unveils “Open for Business” agenda. **GovExec**. 14 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.govexec.com/management/2013/11/commerce-secretary-unveils-open-business-agenda/73829/>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

COLOMBO, Sandra; FRECHERO, J. Ignacio. Yes We Can? A Política Externa de Obama para a América Latina: da decepção à autonomização da região. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 189-222, jan./jun. 2012.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONTEXTO GANADERO. En 6 años del TLC con Estados Unidos, no ha habido avances significativos. **CONtexto Ganadero**. 25 maio 2018. Disponível em: <<https://www.contextoganadero.com/economia/en-6-anos-del-tlc-con-estados-unidos-no-ha-habido-avances-significativos>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

CONTRERA, Flávio; LIMA, Lilian Ribeiro de. Os interesses nacionais dos Estados Unidos na América Latina. Os Planos Estratégicos do Departamento de Estado de 2000, 2004 e 2007. In: AYERBE, Luis Fernando. **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.

CONTRERA, Flávio. **Política Externa americana no pós-Guerra Fria: como se posicionam democratas e republicanos?** 2017. 334f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

CORRALES, Javier; ROMERO, Carlos A. U.S. Venezuelan Relations after Hugo Chávez: why normalization has been impossible. In: DOMÍNGUEZ, Jorge I.; CASTRO, Rafael Fernández. **Contemporary U.S.-Latin American relations: cooperation or conflict in the 21st century?** 2. ed. New York: Routledge, 2016.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. Integração regional: realidade possível. **El País**. 12 maio 2015: Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/11/opinion/1431355780_775441.html>. Acesso em: 13 maio 2015.

CORREIO BRAZILIENSE. Guerra contra cocaína na Colômbia alimentou cultivos no Peru e na Bolívia. **Correio Braziliense**. 05 jul. 2012. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2012/07/05/interna_mundo,310759/guerra-contra-cocaina-na-colombia-alimentou-cultivos-no-peru-e-na-bolivia.shtml>. Acesso em 23 jan. 2020.

CORTES, Maria Julieta. O Brasil e a ALCA: um estudo a partir da Argentina. **Contexto Internacional**, v. 26, n. 2, p. 355-394, jul./dez. 2004.

COSTA, Carlos Eduardo Lampert; GONZALEZ, Manuel José Forero. Infraestrutura e integração regional: a experiência da IIRSA na América do Sul. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, n. 18, p. 23-40, set./dez. 2014.

COSTA, Darc Antonio da Luz. **Fundamentos para o estudo da Estratégia Nacional**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

COSTA, Gabriela Dorneles Ferreira da. A política externa dos Estados Unidos para a Venezuela: mudanças e continuidades entre os governos Bush e Obama. **Revista NEIBA: cadernos Argentina – Brasil**, v. 8, p. 1-18, 2019.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre território e o poder**. São Paulo: Edusp, 2008.

COUTINHO, Marcelo. Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, n. 27, p. 107-123, nov. 2006.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

CÚPULA DAS AMÉRICAS. **Declaração de princípios**. 1ª Reunião de Cúpula das Américas, Miami, 1994. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org/French&Portuguese/Miamidecl-port.htm>>. Acesso em 12 out. 2018.

_____. **Declaração Ministerial de San José**. Reuniões Ministeriais da ALCA – Quarta reunião ministerial sobre Comércio, San José, 1998a. Disponível em: <http://www.ftaa-alca.org/Ministerials/SanJose/SanJose_p.asp>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Declaração de princípios**. 2ª Reunião de Cúpula das Américas, Santiago, 1998b. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org/French&Portuguese/chiledec-port.htm>>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Declaração Ministerial de Toronto**. Reuniões Ministeriais da ALCA – Quinta reunião ministerial sobre Comércio, Toronto, 1999. Disponível em: <http://www.ftaa-alca.org/Ministerials/Toronto/Toronto_p.asp>. Acesso em: 12 out. 2018.

DAGNINO, Renato Peixoto; CAMPOS FILHO, Luiz Alberto Nascimento. A revitalização da indústria de defesa brasileira: análise da alternativa Cooperação Sul-americana/europeia. **VÉRTICES**, v. 9, n. 1/3, p. 31-42, jan./dez. 2007.

DANTAS, Gilson. **Estados Unidos, militarismo e economia da destruição**: belicismo norte-americano e crise do capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

DÁVILA. Sérgio. Sob polêmica, EUA reativam sua Quarta Frota. **Folha de S. Paulo**. 13 jul. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1307200801.htm>>. Acesso em: 03 set. 2019.

DAZA, Ava Gomez; VOLLENWEIDER, Camila. ¿Había una vez UNASUR? **CELAG**, 20 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.celag.org/habia-una-vez-unasur/>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

DEFESANET. RIDEX: AVIBRAS apresenta programas avançados. **DEFESANET**. 25 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/29685/RIDEX--AVIBRAS-apresenta-programas-avancados/>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

_____. BR-US: Os principais acordos vigentes entre Brasil e EUA. **DEFESANET**. 11 mar. 2020. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/br_usa/noticia/36053/BR-US--Os-principais-acordos-vigentes-entre-Brasil-e-EUA/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

DEPARTAMENTO DE ESTUDIOS DE LA DIRECCIÓN GENERAL DE RELACIONES ECONÓMICAS INTERNACIONALES DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE. **Análisis de las relaciones comerciales entre Chile y Estados Unidos em el marco del Tratado de Libre Comercio**. DIRECON – Ministerio de Relaciones Exteriores, Gobierno de Chile, 2015.

DERGHOUKASSIAN, Khatchik. O Estado cortês nas Relações Internacionais: a disputa por poder e lucro. **Contexto Internacional**, v. 24, n. 2, p. 267-328, jul./dez. 2002.

DESIDERÁ NETO, W.A. Integração Sul-Americana: oportunidades e desafios para uma maior participação do continente na governança global. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian. **Governança global e a integração da América do Sul**. Brasília: IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

DODDS, Klaus. Cold War Geopolitics. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; TOAL, Gerard (Orgs.). **A companion to Political Geography**. United States of America: Blackwell Publishing Ltd., 2007.

_____. **Geopolitics: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2007.

DONGMEI, Han. et al. Conflict and cooperation: the integration and balance of geo-politics and geo-economics. **Review of the Air Force Academy**, n. 1, p. 23-28, 2005.

DRAGO, Luis María. **La República Argentina y el caso de Venezuela: documentos, juicios y comentarios relacionados com la nota pasada al ministro argentino en Washington**. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora de Coni Hermanos, 1903.

DUECK, Colin. Mackinder's Nightmare: part one. **Foreign Policy Research Institute**. 8 out. 2019. Disponível em: <<https://www.fpri.org/article/2019/10/mackinders-nightmare-part-one/>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. 2008. 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ELLIS, Evan. The U. S. Military in support of Strategic Objectives in Latin America and the Caribbean. **PRISM**, v. 8, n. 1, p. 27-39, 2019.

ESTADO DE MINAS. Forças Armadas chilenas mantêm privilégios, herança da ditadura. **Estado de Minas**. 04 ago. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/08/04/interna_internacional,889360/orcas-armadas-chilenas-mantem-privilegios-heranca-da-ditadura.shtml>. Acesso em: 11 ago. 2019.

ESTEVADEORDAL, Antoni. What the TPP means for Latin America and the Caribbean. **Brookings**. 09 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/opinions/what-the-tpp-means-for-latin-america-and-the-caribbean/>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

EXAME. Irã anuncia que possui maior refinaria do Oriente Médio. **EXAME**. 05 fev. 2011. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/ira-anuncia-que-possui-maior-refinaria-do-orientes-medio/>>. Acesso em: 19 maio 2020.

FARIAS, Flávio José de Moura. **A dimensão estratégica da Política Externa dos Estados Unidos no Caribe (1898-1904)**. 2008. 128f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FALK, Richard. Is there a new geopolitics? **Aljazeera**. 13 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2012/08/201281123554276263.html>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

FINGUERUT, Ariel. A vitória de Obama ainda é sobre George W. Bush. In: CINTRA, Rodrigo; MINGUEIS, Ricardo. **O regresso da maioria Democrata e os desafios adiante**. **Revista Autor**, especial Obama, 2009a.

_____. Correntes de pensamento na formulação da política externa estadunidense após o fim da Guerra Fria: a equipe de governo de Barack H. Obama em perspectiva comparada. In: AYERBE, Luis Fernando. **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009b.

FIORI, José Luis. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **OIKOS**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 8, p. 77-106, 2007.

_____. Brasil e o desafio do Pacífico. **Observatório das Metrópoles: Instituto Nacional de Ciência de Tecnologia**. 19 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/brasil-e-o-desafio-do-pacifico-jose-luiz-fiori/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

FLEISCHHAKER, Cornelius; GEORGE, Samuel; FELBERMAYR, Gabriel; AICHELE, Rahel. A chain reaction? Effects of mega-trade agreements on Latin America. GED Study Series. **Bertelsmann Stiftung**. 2016. Disponível em: <https://www.bertelsmann-stiftung.de/fileadmin/files/BSt/Publikationen/GrauePublikationen/NW_A_Chain_Reaction_2016.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

FLEURANT, Aude; WEZEMAN, Pieter D.; WEZEMAN, Siemon T.; TIAN, Nan. **Trends in international arms transfers, 2016**. SIPRI. fev./2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/Trends-in-international-arms-transfers-2016.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

FLEURANT, Aude; KUIMOVA, Alexandra; TIAN, Nan; WEZEMAN, Pieter D.; WEZEMAN, Siemon T. **The SIPRI Top 100 arms-producing and military services companies, 2017**. SIPRI. dez./2018. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/2018-12/fs_arms_industry_2017_0.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. Chávez presenteia Obama com livro e acena paz em cúpula. **Folha de S. Paulo**. 18 abr. 2009. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/mundo/2009/04/552791-chavez-presenteia-obama-com-livro-e-acena-paz-em-cupula.shtml>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

_____. Operação Lava Jato. **Folha de S. Paulo**. [201-?]. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

FONSECA, Carlos da. O governo George W. Bush e o relacionamento EUA-América Latina. **Relações Internacionais**, p. 147-158, 2008.

FONSECA, Brian; ROSEN, Jonathan D. **The new US Security agenda: trends and emerging threats**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

FOX NEWS. John Kerry Meets with Venezuela's Foreign Minister; talk of improving relations. **Fox News**. 06 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.foxnews.com/world/john-kerry-meets-with-venezuelas-foreign-minister-talk-of-improving-relations>>. Acesso em: 01 maio 2020.

FRAGA, Paulo César Pontes. A Geopolítica das drogas na América Latina. **Revista em Pauta**, n. 19, p. 66-88, 2007.

FREIRE, Maria Rachel; VINHA, Luís da. Política externa: modelos, actores e dinâmicas. In: FREIRE, Maria Rachel (Org.). **Política Externa: as relações internacionais em mudança**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. **Saúde Debate**, v. 42, número especial, p. 78-89, 2018.

FURNISS JR, Edgar S. The contribution of Nicholas Spykman to the study of international politics. **World Politics**, v. 4, n. 3, p. 382-401, Apr. 1952.

G1. Bush anuncia apoio à campanha de McCain à presidência. **G1**. 05 mar. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL338237-5602,00-BUSH+ANUNCIA+APOIO+A+CAMPANHA+DE+MCCAIN+A+PRESIDENCIA.html>>. Acesso em: 16 out. 2019.

_____. Programa de Obama vai manter linha política com a América Latina. **G1**. 04 set. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2012/noticia/2012/09/programa-de-obama-vai-manter-linha-politica-com-america-latina.html>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

_____. Documentos da NSA apontam Dilma Rousseff como alvo de espionagem. **G1**. 01 set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/documentos-da-nsa-apontam-dilma-rousseff-como-alvo-de-espionagem.html>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

_____. Fundadores do Mercosul impedem que Venezuela assumo o bloco. **G1**. 14 set. 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/mercosul-bloqueia-presidencia-da-venezuela-e-ameaca-suspende-la.html>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

_____. Obama renova declaração de “emergência nacional” sobre Venezuela. **G1**. 03 mar. 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/obama-renova-declaracao-de-emergencia-nacional-sobre-venezuela.html>>. Acesso em: 16 maio 2020.

GABINO, Anderson. ASTROS 2020: Alcance – Precisão – Poder. **DEFESATV**. 31 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.defesa.tv.br/astros-2020-alcance-precisao-poder/>>. Acesso em: 24 out. 2019.

GACETA DE COLOMBIA (1824). Estados Unidos. **Gaceta de Colombia**. 01 fev. 1824. Disponível em: <<https://angelamarza.files.wordpress.com/2012/02/gaceta-de-colombia-1824.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

GAGNE, David. Colombia overtakes Peru as world's top coca cultivator: UN. **InSight Crime**. 17 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.insightcrime.org/news/analysis/is-peru-no-longer-world-top-cocaine-producer/>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

GAILO, Gabrieli. No meio do caminho tinha uma pedra. **Boletim OPSA: Especial Rio+20**, n. 2, p. 23-26, abr./jun. 2012.

GALLARDO, Francisco Le Dantec. Contribución de la Geopolítica Crítica a la comprensión de la actual concepción de seguridad. **Revista Política y Estrategia**, n. 108, p. 71-108, 2007.

GAMA NETO, Ricardo Borges. Rússia, China e a Coreia do Sul no mercado de defesa sul-americano. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 7, n. 14, p. 164-189, jul./dez. 2018.

GAZETA DO POVO. Obama corta ajuda à Bolívia por falha na luta antidrogas. **Gazeta do Povo**. 01 jul. 2009. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/obama-corta-ajuda-a-bolivia-por-falha-na-luta-antidrogas-bn4xdsx01ky6ystxm4104mzwu/>>. Acesso em: 02 set. 2019.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. **Scientia Plena**, v. 10, n. 12, p. 1-20, 2014.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A Doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico” (1969/1973)**. 2011. 313f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GIBLIN, Béatrice. Economics and Geopolitics: a relationship worth (re)considering. **La Découverte/ Hérodote**, n. 151, p. 3-11, 4th Quarter 2013.

GILDERHUS, Mark Theodore. The Monroe Doctrine: meanings and implications. **Presidential Studies Quarterly**, v. 36, n. 1, Presidential Doctrines, p. 5-16, mar. 2006.

GIORDANO, Paolo; HARRIS, Jeremy; MICHALCZEWSKY, Kathia; RAMOS MARTÍNEZ, Alejandro; IANUZZI, Patricia. **Trade trend estimates Latin America and the Caribbean**. Integration and Trade Sector, IDB, 2016. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/publications/english/document/Latin-American-Trade-Trends---Update-1Q-2016.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

GÖKMEN, Semra Ranâ. **Geopolitics and the study of international relations**. 2010. 239f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of International Relations, Middle East Technical University, Ancara, 2010.

GOMES, Aureo de Toledo. O impacto do 11 de setembro na formulação da política externa norte-americana. **Cena Internacional**, v. 10, n. 2, p. 55-71, 2008.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

GOUVÊA, Marina Machado. Novas tropas dos EUA na Colômbia: contrarrevolução preventiva e aprofundamento da ofensiva em região estratégica, em meio à reconfiguração do capitalismo mundial. In: ÁLVAREZ, Jairo Estrada; JIMÉNEZ, Carolina. **Geopolítica imperial: intervenciones en Nuestra América en el siglo XXI**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

GOVERNMENT OF THE UNITED STATES; GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF COLOMBIA. **Supplemental agreement for cooperation and technical assistance in defense and security between the governments of the United States of America and the Republic of Colombia**. 2009. Disponível em: <<http://www.latinreporters.com/colombieEtatsUnisAccordMilitaireSigneLe30102009Anglais.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

GRAZIOTTIN, Gabriel. As estratégias das relações Estados Unidos-Colômbia e seus desdobramentos para a correlação de forças sul-americanas. **Conjuntura Global**, v. 6, n. 2, p. 289-304, maio/ago. 2017.

GUIMARÃES, Cesar (2008). Integração Hemisférica ou Integração Autônoma. In: LIMA, Maria Regina Soares (org). **Desempenho de governos progressistas do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Edições Iuperj, 2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GUZZI, André Cavaller. **As relações EUA-América Latina: medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas**. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação de mestrado em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP-UNICAMP-PUC/SP, São Paulo, 2008.

HAKIN, Peter. Is Washington losing Latin America? **Foreign Affairs**, v. 85, n. 1, p. 39-53, Jan./Feb. 2006.

HARDEN, Toby. How Barack Obama beat Hillary Clinton. **The Telegraph**. 04 jun. 2008. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/politics/local-elections/2076258/How-Barack-Obama-beat-Hillary-Clinton.html>>. Acesso em: 14 out. 2019.

HENDLER, Bruno; NOGUEIRA, Isabela. O Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China: “arquipélago de economias de mercado” ou palco da competição interestatal capitalista? **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 199-221, 2016.

HEPPLE, Leslie. The revival of geopolitics. **Political Geography Quarterly**, Supplement to v. 5, n. 4, p. S21-S36, out. 1986.

HERREROS, Sebastián. A Aliança do Pacífico: uma ponte entre América Latina e Ásia? **Internacional Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD)**. 15 set. 2016. Disponível em: <<https://ictsd.iisd.org/bridges-news/pontes/news/a-alian%C3%A7a-do-pac%C3%ADfico-uma-ponte-entre-am%C3%A9rica-latina-e-%C3%A1sia>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

HERNÁNDEZ. Alexis Palencia. Escuadra venezolana en tiempos de Castro (1902-1903). **Tiempo y Espacio**, n. 64, p. 475-490, julio/diciembre 2015.

HERZ, Monica. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudios Avanzados**, v. 16, n. 46, p. 85-104, 2002.

HIRST, Monica. **Brasil – Estados Unidos: desencontros e afinidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HIRST, Monica; PEREIRA, Lia Baker Valls. The unsettled nature of U.S.-Brazilian Relations. In: DOMÍNGUEZ, Jorge I.; CASTRO, Rafael Fernández de. **Contemporary U.S.–Latin American relations: cooperation or conflict in the 21st century?** 2. ed. New York: Routledge, 2016.

HONORIO, Karen; JUNQUEIRA, Cairo. Novo ciclo político na América do Sul impacta a segurança regional. **Carta Capital**. 21 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/novo-ciclo-politico-na-america-do-sul-impacta-a-seguranca-regional/>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

HUNTINGTON, Samuel Philips. Choque das civilizações? **Política Externa**, v. 2, n. 4, p. 120-141, mar. 1994.

_____. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IProfesional. Vinos, azúcar, frutas y más: ahora la Argentina tendrá luz verde para exportar a EE.UU. sin aranceles. **iProfesional**. 16 fev. 2018. Disponível em: <https://www.iprofesional.com/notas/263472-estados-unidos-exportaciones-industria-vinos-donald-trump-Vinos-azucar-quesos-frutas-y-mas-la-Argentina-tendra-luz-verde-para-exportar-a-EEUU-sin-aranceles?page_y=0>. Acesso em: 08 jul. 2020.

JORGE, Bernardo Wahl G. de Araújo. A presença militar dos Estados Unidos na América Latina: 1993-2009. In: AYERBE, Luis Fernando. **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.

JORNAL DE BRASÍLIA. EUA deixam aberta a possibilidade de nomear outro embaixador para a Venezuela. **Jornal de Brasília**. 03 jan. 2011. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/mundo/eua-deixam-aberta-a-possibilidade-de-nomear-outro-embaixador-para-a-venezuela/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

KAROL, Eduardo. **Geografia Política e Geopolítica no Brasil (1982-2012)**. 2013. 257f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

KATKOV, Mark. Colombia's Congress ratifies Second Peace Deal with marxist rebels. **NPR**. 01 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.npr.org/sections/thetwo-way/2016/12/01/503950505/colombias-congress-ratifies-second-peace-deal-with-marxist-rebels>>. Acesso em: 25 maio 2016.

KELLY, John F. **Posture Statement of General John F. Kelly, United States Marine Corps Commander, United States Southern Command**. Before the 113th Congress. 2014. Disponível em: <https://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Kelly_03-13-14.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

_____. **Posture Statement of General John F. Kelly, United States Marine Corps Commander, United States Southern Command**. Before the 114th Congress. 2015. Disponível em: <https://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Kelly_03-12-15.pdf>. Acesso em 26 jul. 2020.

KELLY, Philip. **Checkerboard and Shelterbelts: the geopolitics of South America**. Austin: First University of Texas Press Ed., 1997.

KEOHANE, Robert O.; NYE JR., Joseph S. **Poder e interdependência: la política mundial en transición**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

KEYNES, John Maynard. **As consequências econômicas da paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

KISSINGER, Henry Alfred. **Política Externa Americana**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1969.

_____. **Diplomacia**. Lisboa: Gradiva, 2007.

KISS, George. Geografia política na geopolítica: recentes tendências na Alemanha. **Revista Brasileira de Geografia**, ano IV, n. 4, p. 853-862, out./dez. 1942.

KLEIN, Joe. O rosto novo. In: TIME MAGAZINE. **Barack Obama: o caminho para a Casa Branca**. São Paulo: Publifolha, 2009.

KRAUL, Chris. Anti-coca spraying halted in Colombia after 2 U.S. pilots shot down. **Los Angeles Times**. 16 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.latimes.com/world/la-fg-colombia-us-planes-20131217-story.html>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1988 [1976].

LAFEBER, Walter. A note on the “Mercantilistic Imperialism” of Alfred Thayer Mahan. **The Mississippi Valley Historical Review**, v. 48, n. 4, p. 674-685, Mar. 1962.

LAMEIRAS, Leonardo Diniz. A Política de Comércio Exterior dos Governos Obama (2009–2017) à luz do enfoque *strangeano*: implicações para o regime internacional de comércio. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 174-199, 2018.

LECCE, Colonel Daniel; GAVIN, Lieutenant Commander Brendan; CORBIN, Captain Laura. **U.S. Southern Command's role in combating illicit trafficking**. University of Miami, National Security & Armed Conflict Law Review. 2014. Disponível em: <<https://repository.law.miami.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1056&context=umnsac>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

LIMA, Andreza de Melo. **PETROSUR: alternativa bolivariana para a integração energética através do Mercosul**. 2016. 98f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Boa Vista, 2016.

LIMA, Jean Santos. Latin America's decentred economic regionalism: from the FTAA to the Pacific Alliance. **Contexto Internacional**, v. 40, n. 2, p. 339-359, May/Aug. 2018.

LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. Globalização, Regionalização e América do Sul. **Observatório Político Sul-Americano**, Análise de Conjuntura OPSA, n. 6, maio. 2005. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/11731027-Globalizacao-regionalizacao-e-america-do-sul.html#>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

LIMA, Thiago; MENDONÇA, Filipe. A política comercial dos Estados Unidos no primeiro governo Obama: heranças, estratégias e desafios. **Boletim Meridiano** 47, v. 14, n. 139, p. 38-44, set./out. 2013.

LIMA, José Durán. PELLANDRA, Andrea. La irrupción de China y su impacto sobre la estructura productiva y comercial en América Latina y el Caribe. **CEPAL**, 2017. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41021/1/S1700028_es.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

LIMA, Uallace Moreira. As relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos no período 2000-2014. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, Texto para discussão, 2019.

LINEBARGER, Tom; BERTSCHE, Mike. Memo to Donald Trump (and Hillary Clinton): TPP is good for American manufacturers and the people they employ. **New York Daily News**. 01 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.nydailynews.com/opinion/linebarger-bertsche-tpp-good-american-manufacturers-article-1.2695998>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

LOBO-GUERRERO, Catalina. Maduro permite ao exército o uso de armas para reprimir manifestações. **El País**. 30 jan. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/30/internacional/1422575487_568029.html>. Acesso em: 12 maio 2020.

LOPEZ, Jose Ignacio. Una visión de futuro: la geopolítica de Alfred Mahan. **Revista Universidad EAFIT**, Medellín, n. 91, p. 73-80, 2012.

LOWENTHAL. Abraham F. O governo Obama e as Américas: promessa, desapontamento, oportunidade. In: LOWENTHAL. Abraham F; WHITEHEAD, Laurence; PICCONE, Theodore. **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

LUIGI, Ricardo Abrate. **A integração regional na América do Sul: a efetividade da União das Nações Sul-Americanas (Unasul)**. 2017. 211f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2017.

LUZZANI, Telma. **Territorios vigilados: cómo opera la red de bases militares norteamericanas en Sudamérica**. Buenos Aires: Debate, 2012.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 199-215, Jan/Abr, 1999.

MACHADO, Murilo. **Os limites do preço do petróleo**. IPEA. 17 jun. 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3261&catid=28&Itemid=39>. Acesso em 23 dez. 2019.

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of Sea Power upon history 1660-1783**. New York: Dover Publication, 1987.

MAHARAJ, Sanjay Badri. **Decommissioned Military Hardware – a potential diplomatic asset for India**. Institute for Defence Studies and Analyses. 10 jan. 2017. Disponível em: <https://idsa.in/idsacomments/decommissioned-military-hardware_sbmaharaj_100117>. Acesso em: 14 dez. 2019.

MANSANI, Roberta de Souza; REIS, Rafael Pons. As teorias das Relações Internacionais nos estudos de Política Externa: um breve olhar a partir das perspectivas Realista e Liberal. **Revista Andina de Estudios Políticos**, v. IV, n. 1, p. 20-29, 2014.

MARS, Amanda. Todas as grandes moedas caem diante da aceleração do dólar em 2014. **El País**. 01 jan. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/01/economia/1420145248_056652.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MARTIN, André Roberto. Qual é o nosso “bloco”? O Brasil procura o seu lugar no mundo. In: SCARLATO, F.; SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; ARROYO, M. (Orgs.). **Globalização e espaço latino-americano**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATEO, Luiza Rodrigues. **A ajuda externa e a formulação da estratégia internacional dos Estados Unidos a partir do 11 de setembro de 2001**. 2017. 161f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP, UNICAMP, PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2017.

MATOS; Patrícia de Oliveira. Cooperação Regional em Defesa: as limitações do orçamento militar na América do Sul. **ENABED**, 2016. Disponível em: <http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466443989_ARQUIVO_ArtigoPatriciaMatosENABED2016.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

MATTOS, Gustavo Silva. Da instabilidade política ao mau desempenho constitucional: uma análise dos processos de destituição presidencial paraguaios após 1990. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 317-346, mar./jun. 2018.

McCLINTOCK, C. U.S.-Peruvian relations: cooperation within the International System of the twenty-first century. In: DOMÍNGUEZ, Jorge I.; CASTRO, Rafael Fernández de. **Contemporary U.S.-Latin American relations: cooperation or conflict in the 21st century?** 2. ed. New York: Routledge, 2016.

McCOY, Jennifer. O desafio de Chávez a Obama: um casamento inconveniente ou uma gélida separação. In: LOWENTHAL, Abraham F; WHITEHEAD, Laurence; PICCONE, Theodore. **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MEACHAM, Carl. Hey, NSA: Why Latin America? **Center for Strategic and International Studies (CSIS)**. 24 out. 2013. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/hey-nsa-why-latin-america>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

_____. Why does U.S.-Brazil Defense Cooperation matter? **Center for Strategic and International Studies (CSIS)**. 01 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/why-does-us-brazil-defense-cooperation-matter>>. Acesso em: 19 jan, 2020.

MEDEIROS, Tharsila Reis de. **Entraves ao desenvolvimento da tecnologia nuclear no Brasil: dos primórdios da era atômica ao Acordo Nuclear Brasil – Alemanha**. 2005. 97f. Dissertação (Mestrado em Economia) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **A geopolítica e as projeções de poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977.

_____. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Edusp; Hucitec, 1999.

MERCOSUL. Decisão sobre a suspensão da Venezuela no MERCOSUL. **MERCOSUL**. 05 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercosul/>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

MEYER, Peter J. **U.S. foreign assistance to Latin America and the Caribbean: recent trends and FY2016 appropriations**. Congressional Research Service, 2016a. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R44113.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. **Brazil: background and U.S. relations**. Congressional Research Service, 2016b. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL33456.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. **U.S. foreign assistance to Latin America and the Caribbean: trends and FY 2017 appropriations**. Congressional Research Service, 2017. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R44647.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MILANI, Livia Peres. O governo de Barack Obama e a “guerra às drogas”: mais continuidade que mudanças. **Boletim Meridiano** 47, v. 18, p. 1-12, 2017.

_____. **A Argentina e o Brasil frente aos Estados Unidos:** clientelismo e autonomia no campo da segurança internacional. 2019. 317f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas Universidade Estadual de Campinas, em regime interinstitucional com: Relações Internacionais San Tiago Dantas – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Campinas, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL. **IBAS:** Índia, Brasil e África do Sul. Ministério da Defesa do Brasil. 21 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/ibas-india-brasil-e-africa-do-sul>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MINORITY BUSINESS DEVELOPMENT AGENCY. Look South: increasing U.S. trade with Latin America. Minority Business Development Agency (MBDA) – **U.S. Department of Commerce**. 13 jan. 2014. Disponível em: <<https://www.mbda.gov/news/blog/2014/01/look-south-increasing-us-trade-latin-america>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

_____. One year later, Look South looking brighter. Minority Business Development Agency (MBDA) – **U.S. Department of Commerce**. 20 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.mbda.gov/news/blog/2015/01/one-year-later-look-south-looking-brighter>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

_____. The United States-Colombia Trade Promotion Agreement – four years later. Minority Business Development Agency (MBDA) – **U.S. Department of Commerce**. 15 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.mbda.gov/news/blog/2016/07/united-states-colombia-trade-promotion-agreement-four-years-later>>. Acesso em 04 jul. 2020.

MITCHELL, Nancy. The height of the german challenge: the Venezuela blockade, 1902–3. **Diplomatic History**, v. 20, n. 2, p. 185-209, Spring 1996.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MOMPEAN, Adriana. **“Yes, we can”:** Obama nos contratos de comunicação em construções midiáticas na campanha eleitoral nos EUA em 2008. 2014. 136f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A importância Geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 24, n. 50, p. 7-35, jul./dez. 2008.

_____. **Formação do Império Americano:** da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **Brasil, Argentina e Estados Unidos:** conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

_____. **As relações perigosas:** Brasil e Estados Unidos (De Collor a Lula). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

_____. **Geopolítica e Política Exterior:** Estados Unidos, Brasil e América do Sul. 2. ed. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010c.

MONROE, James. **The Monroe Doctrine**, 1923. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/monroedoctrineal00unit/monroedoctrineal00unit_djvu.txt>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MONTCLOS, Marc-Antonie Pérouse de. The limitation of economics in understanding the geopolitics of conflicts in developing countries. **La Découvert/Hérodote**, n. 151, p. 186-198, 4th quarter 2013.

MONTENEGRO, Estebán Germán. Novas ameaças: abordagem a partir de uma perspectiva internacional. In: MATHIAS, Suzeley Kalil; SOARES, Samuel Alves (Orgs.). **Novas ameaças:** dimensões e perspectivas. São Paulo: Sicurezza, 2003.

MONTEIRO, Leonardo Valente. Revisionismos de relações com os Estados Unidos e suas variáveis nos governos progressistas da América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 1, p. 177-196, 2014.

_____. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 55-97, mar./jun. 2018.

MOODIE, A. E. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Geografia:** pequena história crítica. 21, ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MORALES, Evo. Bolívia: Evo Morales reeleito como dirigente dos cocaleiros do Chapare. **Correio Braziliense**. 08 jul. 2012. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2012/07/08/interna_mundo,311152/bolivia-evo-morales-reeleito-como-dirigente-dos-cocaleiros-do-chapare.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2020.

MORGENFELD, Leandro. La visita de Obama y el giro de las relaciones entre Argentina y Estados Unidos. **Nueva Época**, Año 10, n. 41, p. 76-94, octubre 2016 / marzo 2017.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações:** a luta pelo poder e pela paz. Brasília: UNB, 2003.

MUHR, Thomas. Venezuela e ALBA: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 611-627, maio/ago. 2010.

MUÑOZ. Alfredo Sánchez. El nuevo mapa político y económico de América Latina: Alianza Pacífico versus UNASUR. **Estudios Geográficos**, v. 73, n. 273, p. 703-719, julio/diciembre 2012.

NERY, Thiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. SPE 03, p. 59-75, 2016.

NEUMAN, William. Sem barreiras, tráfico de cocaína invade a Venezuela. **Defesanet**. 31 jul. 2012. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/7033/Sem-barreiras-trafico-de-cocaina-invade-a-Venezuela/>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

_____. Defying U.S., Colombia halts aerial spraying of crops used to make cocaine. **The New York Times**. 14 maio 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/05/15/world/americas/colombia-halts-us-backed-spraying-of-illegal-coca-crops.html>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

NEVES, João Augusto Castro; SPEKTOR, Matias. Obama e o Brasil. In: LOWENTHAL, Abraham F; WHITEHEAD, Laurence; PICCONE, Theodore. **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

NINIO, Marcelo; MELLO, Patrícia Campos. Obama não tem planos de ligar para Temer, diz Casa Branca. **Folha de S. Paulo**. 12 maio 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770629-obama-ainda-nao-tem-planos-de-ligar-para-temer-diz-casa-branca.shtml>>. Acesso em: 18 maio 2020.

NUGENT, Ciara. Why a Venezuelan Oil Program is ueling massive street protests in Haiti. **Time**. 24 jun. 2019. Disponível em: <<https://time.com/5609054/haiti-protests-petrocaribe/>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

NYE JR., Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Gente, 2009.

OBAMA, Barack Hussein. Transcript: Illinois Senate candidate Barack Obama. **The Washington Post**. 27 jul. 2004. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A19751-2004Jul27.html>>. Acesso em: 12 out. 2019.

_____. Transcript: “This is your victory”, says Obama. 04 nov; 2008a. **CNN Politics**. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2008/POLITICS/11/04/obama.transcript/>>. Acesso em: 29 out. 2019.

_____. **A new partnership for the Americas**. 2008b. Disponível em: <https://www.casede.org/BibliotecaCasede/ef480f743f9286aea9_k0tmvvt7h.pdf>. Acesso em: 25 out 2019.

_____. **Remarks by the President at the Summit of the Americas Opening Ceremony**. The White House. 17 abr. 2009. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/remarks-president-summit-americas-opening-ceremony>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

_____. **Executive Order 13534 –National Export Initiative**. The White House. 11 mar. 2010. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/executive-order-national-export-initiative>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

_____. **Remarks by President Obama to the Australian Parliament**. Parliament House, Canberra, Australia, 2011. The White House: Office of the Press Secretary. 17 nov. 2011. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

_____. **Remark of President Barack Obama** – as prepared for delivery Summit of the Americas opening plenary. VI Summit of Americas, Colombia, 14 abr. 2012. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_us_en.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

_____. **Statement of President Obama on the death of Venezuelan President Hugo Chavez**. The White House. 05 mar. 2013. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2013/03/05/statement-president-obama-death-venezuelan-president-hugo-chavez>>. Acesso em: 01 maio 2020.

O GLOBO. EUA e Venezuela concordam em buscar relações mais construtivas, diz Kerry. **O Globo**. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/eua-venezuela-concordam-em-buscar-relacoes-mais-construtivas-diz-kerry-8602057>>. Acesso em: 01 maio 2020.

O'LOUGHLIN, John; WUSTEN, Herman Van Der. Political Geography of Panregions. **Geographical Review**, v. 80, n. 1, p. 1-20, Jan. 1990.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. **Discursos selecionados do presidente Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

ORTIZ MORALES, Catherine. La Alianza del Pacífico como actor regional: factores de éxito para la cohesión regional hacia la proyección internacional. **Desafíos** [online], v. 29, n. 1, p. 49-77, 2017.

OSTOS CETINA, María del Pilar. Aplicación de modelos geopolíticos en América Latina: los casos de Brasil y Colombia. **Latinoamérica**. Revista de Estudios Latinoamericanos, n. 53, p. 147-167, 2011.

PADULA, Raphael. A Aliança do Pacífico, o Brasil e o poder global na integração regional da América do Sul. **Anais Eletrônicos do 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**. Belo Horizonte, 18 p., 2013.

PÁGINA12. Obama manda un mediador. **Página 12**. 21 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-266578-2015-02-21.html>>. Acesso em: 20 maio 2020.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança hemisférica e política externa brasileira: temas, prioridades e mecanismos institucionais**. 2004. 141f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 1, p. 26-42, jan./jun. 2006.

_____. Segurança e Defesa na América do Sul: a cooperação regional e o papel do Brasil. **Diálogo**, Canoas, n. 16, p. 13-29, jan./jun. 2010.

PALMER, David Scott. **U.S. Relations with Latin America during the Clinton years: opportunities lost or opportunities squandered?** Gainesville: The University Press of Florida, 2006.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

_____. **Os Estados Unidos e o século XXI.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p. 100-115, jul./dez. 2013.

_____. Obama e o comércio internacional: com ou sem TPA? **International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD)**, 27 fev. 2015. Disponível em: <<https://ictsd.iisd.org/bridges-news/pontes/news/obama-e-o-com%C3%A9rcio-internacional-com-ou-sem-tpa>>. Acesso em: 08 set. 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; FORNER, Clarissa Nascimento. Obama e a América Latina (2009/2016): estagnação ou avanços? **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 6, n. 11, p. 370-394, jan./jun. 2017.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; JAEGER, Bruna Coelho. Os Estados Unidos: a Geopolítica e a Geoeconomia da Energia. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 8, n. 1, p. 7-43, jan./abr. 2019.

PEDROSO, Carolina Silva. **Os projetos políticos de Brasil e Venezuela para a América do Sul do século XXI: a Unasul e a Alba em uma perspectiva comparada.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

_____. Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América. In: RIBEIRO, Elisa de Sousa; GONTIJO, André Pires; ANTUNES, Eloisa Maieski. (Orgs.). **Guia de Organizações Internacionais das Américas.** Brasília: UNICEUB, 2018.

PENA NETO, Mair. Lula diz que Quarta Frota dos EUA está quase em cima do pré-sal. **O Estadão**. 18 jul. 2008. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-diz-que-quarta-frota-dos-eua-esta-quase-em-cima-do-pre-sal,244220>>. Acesso em: 03 set. 2019.

PENHA, Eli, Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul.** Salvador: EDUFBA, 2011.

PERLO-FREEMAN, Sam; FLEURANT Aude; WEZEMAN, Pieter D.; WEZEMAN, Siemon T. **Trends in World Military Expenditure, 2015.** SIPRI. Abr. 2016. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/EMBARGO%20FS1604%20Milex%202015.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2019.

PIGNOTTI, Darío. Por que Obama evitou uma foto com Temer? **Carta Maior**. 06 set. 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Por-que-Obama-evitou-uma-foto-com-Temer-/4/36771>>. Acesso em: 18 maio 2020.

PIMENTEL, Cauê Rodrigues. **Avaliando a performance regional do Brasil no Atlântico Sul**: Diplomacia, Defesa, Cooperação e Comércio em perspectiva comparada. 2018. 341f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PITTS, Pietro D.; ROSATI, Andrew. Êxodo no setor petrolífero da Venezuela reduz produção de petróleo bruto do país. **UOL**. 04 dez 2014. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2014/12/04/exodo-no-setor-petrolifero-da-venezuela-reduz-producao-de-petroleo-bruto-do-pais.htm>>. Acesso em 17 jul. 2020.

POLJAK, Ernesto Villegas. Monroe em drogas. In: ÁLVAREZ, Jairo Estrada; JIMÉNEZ, Carolina. **Geopolítica imperial: intervenciones en Nuestra América en el siglo XXI**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

PORTAL TERRA. Alternativa para negociações da Alba, Sucre não vingou. **Portal Terra**, 18 jul. 2012. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/alternativa-para-negociacoes-da-alba-sucre-nao-vinga,2118885ca376b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>. Acesso em: 17 maio 2019.

PRESSE, France. EUA queriam investigar presença da Al-Qaeda na tríplice fronteira. **G1**. 28 nov. 2010a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/11/eua-queriam-investigar-presenca-da-al-qaeda-na-triplice-fronteira.html>>. Acesso em: 01 set. 2019.

_____. Justiça congela acordo Colômbia-EUA sobre bases militares. **G1**. 18 ago. 2010b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/08/justica-congela-acordo-colombia-eua-sobre-bases-militares-1.html>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

_____. Chávez suspende programa nuclear da Venezuela. **G1**. 15 mar. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/03/chavez-suspende-programa-nuclear-da-venezuela.html>>. Acesso em: 19 maio 2020.

_____. América Latina espera mudanças no 2º mandato de Obama. **G1**. 07 nov. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/11/america-latina-espera-mudancas-no-2o-mandato-de-obama.html>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São. Paulo (SP): Ática, 1993.

REGO-MONTEIRO, Licio Caetano do. **Segurança na América do Sul**: a construção regional e a experiência colombiana. 2014. 279f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

REMNICK, David. **A ponte**: vida e ascensão de Barack Obama. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa.** Ministério das Relações Exteriores. 2010. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6686?TituloAcordo=Acordo%20entre%20o%20Governo%20da%20Rep%C3%BAblica%20Federativa%20do%20Brasil%20e%20o%20Governo%20dos%20Estados%20Unidos%20da%20Am%C3%A9rica%20sobre%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20em%20Mat%C3%A9ria%20de%20Defesa&tipoPesquisa=1&TipoAcordo=BL,TL,ML>>. Acesso em: 02 maio 2020.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; REPÚBLICA DA ARGENTINA. **Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear.** 1991. Disponível em: <<https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Acordo-Bilateral-original-portugu%C3%AAs.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2018.

RESDAL. **Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina y Caribe:** Edição 2016. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: RESDAL, 2016.

RESTREPO, Luis Alberto. (Org.). **El Plan Colombia y la internacionalización del conflicto.** Bogotá: IEPRI/Planeta, 2001.

REUTERS. Assembleia aprova venda de divisão de aviação comercial da Embraer para Boeing. **Reuters.** 26 fev. 2019. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1QF1RH-OBRTPT?feedType=RSS&feedName=topNews>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

RFI. Estados Unidos cancelam visto de embaixador venezuelano. **RFI.** 30 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/br/americas/20101230-estados-unidos-cancelam-visto-de-embaixador-venezuelano>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

_____. Aliança do Pacífico: México, Chile, Colômbia e Peru discutem protecionismo. **RFI.** 23 jul. 2018. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/br/americas/20180723-alianca-do-pacifico-mexico-chile-colombia-e-peru-discutem-protencionismo>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

ROBERTSON, William Spence. South America and the Monroe Doctrine, 1824-1828. **Political Science Quarterly**, v. 30, n. 1, p. 82-105, mar. 1915.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **De Monroe a Obama:** a América Latina como zona geoestratégica dos Estados Unidos. OIKOS, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 23-37, 2018.

ROOSEVELT, Theodore. Corollary to the Monroe Doctrine. 1904. Disponível em: <https://www.ourdocuments.gov/document_data/pdf/doc_056.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

RUNDE, Daniel F. Beyond the headlines: the U.S.-Brazil relationship. **Center for Strategic and International Studies (CSIS).** 17 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/beyond-headlines-us-brazil-relationship>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

SAIN, Marcelo Fabián. Novos horizontes, novos problemas: as Forças Armadas argentinas frente às “novas ameaças” (1990-2001). In: MATHIAS, Suzeley Kalil; SOARES, Samuel Alves (Orgs). **Novas Ameaças: dimensões e perspectivas: desafios para a cooperação em Defesa entre Brasil e Argentina**. São Paulo: Sicurezza, 2003.

SALOMON, Marta. FHC cobra “passo” para democracia em Cuba. **Folha de S. Paulo**. 20 abr. 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft20049802.htm>>. Acesso em: 13 out. 2018.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013.

SAMANIEGO, Maggy Ayala. Reunión de Unsauro logró “significativos avances”. **El Tiempo**. 27 nov. 2009. Disponível em: <<https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-6691048>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SANTIAGO, João Phelipe. **Espaço geográfico e geografia do estado em Friedrich Ratzel**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. UNASUL à luz de um contraste: as relações com Venezuela e Colômbia. Austral. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 5, n. 10, p. 240-263, jul./dez. 2016.

SANTOS, Marcelo. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 67-88, 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra. As trincheiras de Bariloche: a propósito da Reunião de Cúpula da Unasul. **Meridiano**, v. 47, n. 109, p. 11-12, ago. 2009.

SARAGOZA, Alex M. Obama and Latin America: disappointed hopes. **Cahiers des Ameriques Latines**, n. 75, p. 7-14, 2014.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da guerra fria: novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 138-169, jan./jun. 2000.

SCHENEGOSKI, Ana Maria; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. A geopolítica da política externa bolivariana. **GEOUSP – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 71-82, 2014.

SCHLESINGER JR., Arthur M. The Alliance for Progress: a retrospective. In: HELLMAN, R. G. & ROSENBAUM, H. J. (Eds.). **Latin America: the search for a new international role**. New York: J. Wiley, 1975.

SCHOULTZ, Lars. **Beneath the United States: a history of U.S. policy toward Latin America**. Cambridge: Harvard, 2001.

SCOTT, Robert E. U.S. Trade deficit falls in 2009, but larger share goes to China. **Economic Policy Institute**. 11 fev. 2010. Disponível em: <[https://www.epi.org/publication/international_picture_20100211/#:~:text=The%20U.S.%20Census%20Bureau%20reported,of%20%24315.3%20billion%20\(45.3%25\)](https://www.epi.org/publication/international_picture_20100211/#:~:text=The%20U.S.%20Census%20Bureau%20reported,of%20%24315.3%20billion%20(45.3%25).>)>. Acesso em: 12 jun. 2020.

SECURITY ASSISTANCE MONITOR. Data: Security Aid – Pivot Table. **Security Assistance Monitor**. Disponível em: <<http://securityassistance.org/data>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SEELKE, Clare Ribando. Venezuela: political crisis and U.S. Policy. **Congressional Research Service**. 2019. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/IF10230.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

SERFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SHIMABUKURO, Alessandro. Concepções estratégicas dos Estados Unidos sobre a Segurança Internacional dos governos Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama. In: AYERBE, Luis Fernando. **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.

SIERRA, Jerónimo Ríos. La unión de acciones Suramericanas y la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América: ¿otra década perdida? **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 12, n. 2, p. 111-131, julio/diciembre, 2017.

SILVA, Altiva Barbosa da. A geopolítica alemã na República de Weimar: o surgimento da Revista de Geopolítica. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 1-15, dez. 2003.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da reunião extraordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) – Bariloche, 28 de agosto de 2009. **Brasil – Ministério das Relações Exteriores – Presidente da República Federativa do Brasil – Discursos**. 28 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10819-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-reuniao-extraordinaria-do-conselho-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-uniao-de-nacoes-sul-americanas-unasul-bariloche-28-de-agosto-de-2009>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Presidência da República – Secretaria de Imprensa e Divulgação. Brasília, 01 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato/view>>. Acesso em: 15 maio 2019.

SILVA, Vanessa Martina. Obama declara Venezuela ameaça à “segurança nacional” dos EUA e impõe sanções ao país. **Opera Mundi**. 09 mar. 2015. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/39750/obama-declara-venezuela-ameaca-a-seguranca-nacional-dos-eua-e-impoe-sancoes-ao-pais>>. Acesso em: 13 maio 2020.

SIMÕES. Antonio José Ferreira. **Integração: sonho e realidade na América do Sul**. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SIMÕES. Tales Henrique Nascimento. A Aliança do Pacífico e o tabuleiro geopolítico sul-americano. **Confins**, n. 35, 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/12994>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE (SELA). **Acuerdo de Cooperación Energética PETROCARIBE**. Secretaría Permanente del SELA, Caracas, Venezuela, julio 2013.

_____. **La Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América-Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP)**. Secretaría Permanente del SELA Caracas, Venezuela, agosto 2015.

SMALL WARS JOURNAL. Full Spectrum Operations in the Homeland: a “vision” of the future. **Small Wars Journal**. 25 jul. 2012. Disponível em: <<https://smallwarsjournal.com/jrnl/art/full-spectrum-operations-in-the-homeland-a-%E2%80%9Cvision%E2%80%9D-of-the-future>>. Acesso em: 25 maio 2020.

SMITH, Neil. Political geographers of the past: Isaiah Bowman: political geography and geopolitics. **Political Geography Quartely**, v. 3, n. 1, p. 69-76, 1984.

SNIDER, Don M. **The National Security Strategy: documenting strategic Vision**. 2 ed. 15 mar. 1995. Disponível em: <<http://nssarchive.us/wp-content/uploads/2012/05/Snider.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2019.

SOUZA, Christiane Laidler de. A Doutrina Drago e as relações entre as repúblicas americanas. In: **Anais eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**, 2008.

SPYKMAN, Nicholas John. Geography and foreign policy I. **The American Political Science Review**, v. 32, n. 1, p. 28-50, Feb. 1938.

_____. **Estados Unidos frente al mundo**. México: FCE, 1944.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **SIPRI Arms Transfers Database – Sources and methods**. 2020. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/armstransfers/sources-and-methods>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

SULLIVAN, Amy. Nasce um astro. In: TIME MAGAZINE. **Barack Obama: o caminho para a Casa Branca**. São Paulo: Publifolha, 2009.

SULLIVAN, Mark P. **Venezuela: issues in the 111th Congress**. Congressional Research Service, 2009. Disponível em: <https://www.everycrsreport.com/files/20091117_R40938_ffd19ab345bfa2d67e75354cecf0fc5920e44c17.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

_____. **Venezuela: background and U.S. relations**. Congressional Research Service, 2013a.

_____. **Hugo Chávez's death:** implications for Venezuela and U.S. relations. Congressional Research Service, 2013b. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R42989.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

_____. **Venezuela:** issues for Congress, 2013-2016. Congressional Research Service, 2017. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R43239.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SULLIVAN, Mark P; NELSON, Rebecca M. **Argentina:** background and U.S. relations. Congressional Research Service, 2015. Disponível em: <https://www.everycrsreport.com/files/20150811_R43816_f23dd167a9261f0d953d0c9de311ed14ea777a29.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

Ó TUATHAIL, Gearóid; AGNEW, John. Geopolitics and discourse: practical geopolitical reasoning in American foreign policy. **Political Geography**, v. 11, n. 2, p. 190-204, mar. 1992.

TAYLOR, Peter James; FLINT, Colin. **Geografía Política:** economía-mundo, estado-nación y localidad. Madrid: Trama Editorial, 2002.

TATAGIBA, Luciana. **Entre as ruas e as instituições:** os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, n. 17, p. 112-135, 2018.

TEIXEIRA Jr., Augusto W. M. Segurança Sul-Americana e a centralidade do Conselho de Defesa Sul-Americano para a Ordem Regional. **Revista Mundorama**. 2010. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?article=seguranca-sul-americana-e-a-centralidade-do-conselho-de-defesa-sul-americano-para-a-ordem-regional-por-augusto-wagner-menezes-teixeira-junior>>. Acesso em: 12 maio 2019.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **O pensamento neoconservador em política externa dos Estados Unidos**. São Paulo: Editora UNESP: Programa Interinstitucional San Tiago Dantas, 2010.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. La recuperación del desarrollismo en el regionalismo latinoamericano. In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio; TEIXEIRA, Rodrigo Alves (Orgs.). **Perspectivas para la integración de América Latina**. Brasília: Ipea: CAF, 2012.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. A influência do conflito das Malvinas na integração Sul-Americana. **II Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder; I GEOSIMPÓSIO; I GEOTRANS**, 2011.

_____. **A cooperação em defesa na América do Sul como base para a integração do continente**. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2014.

_____. **Geopolítica das Organizações de cooperação em defesa:** limites e possibilidades na América do Sul. 2019. 320f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2019.

THE ECONOMIST. Why Iowa is so important in the presidential election. **The economist**. 31 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.economist.com/the-economist-explains/2016/01/31/why-iowa-is-so-important-in-the-presidential-election>>. Acesso em: 14 out. 2019.

THE GUARDIAN. U.S. elections: Barack Obama wins Democratic nomination for president. **The Guardian**. 04 jun. 2008. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2008/jun/04/barackobama.hillaryclinton>>. Acesso em: 16 out. 2019.

_____. U.S. diplomats expelled from Venezuela for conspiring with “extreme right”. **The Guardian**. 01 out. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/oct/01/us-diplomats-expelled-from-venezuela>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

THE WHITE HOUSE. **National Security Decision Directives (NSDD) – 221**, Narcotics and National Security, 1986. Disponível em: <<https://fas.org/irp/offdocs/nsdd/nsdd-221.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2018.

_____. **National Security Strategy**. Washington, D.C., 1991. Disponível em: <<http://nssarchive.us/national-security-strategy-1991/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

_____. **National Security Strategy**. Washington, D.C., 1993. Disponível em: <<http://nssarchive.us/national-security-strategy-1993/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

_____. **National Security Strategy of Engagement and Enlargement**. Washington, D.C., 1994. Disponível em: <<http://nssarchive.us/national-security-strategy-1994/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

_____. **National Security Strategy of United States**. Washington, D.C., 2002. Disponível em: <<http://nssarchive.us/national-security-strategy-2002/>>. Acesso em: 25 maio 2019.

_____. **Trade Act of 2002**. Andean Trade Preference Act. 2002b. Disponível em: <<http://www.sice.oas.org/ctyindex/USA/tradeact/act10.asp#DIVISION%20C>>. Acesso em: 25 maio 2019.

_____. **National Security Strategy**. Washington, D.C., 2006. Disponível em: <<http://nssarchive.us/national-security-strategy-2006/>>. Acesso em: 25 maio 2019.

_____. **National Security Strategy**. Washington, D.C., 2010a. Disponível em: <<http://nssarchive.us/national-security-strategy-2010/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

_____. **National Drug Control Strategy**. Washington, D.C., 2010b. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/ondcp/policy-and-research/ndcs2010.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

_____. **Strategy to combat Transnational Organized Crime**. Washington, D.C., 2011. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/Strategy_to_Combat_Transnational_Organized_Crime_July_2011.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

_____. **National Security Strategy**. Washington, D.C., 2015a. Disponível em: <<http://nssarchive.us/national-security-strategy-2015/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. FACT SHEET: Venezuela Executive Order. **The White House**. 09 mar. 2015b. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/03/09/fact-sheet-venezuela-executive-order>>. Acesso em: 13 maio 2020.

_____. FACT SHEET: Peace Colombia – a New Era of partnership between the United States and Colombia. **The White House**. 04 fev. 2016. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/02/04/fact-sheet-peace-colombia-new-era-partnership-between-united-states-and>>. Acesso em: 25 maio 2020.

THOMAZ, Laís Forti. O comportamento político do eleitorado americano. In: CINTRA, Rodrigo; MINGUEIS, Ricardo. **O regresso da maioria Democrata e os desafios adiante**. *Revista Autor*, Especial Obama, 2009.

THUSWOHL, Maurício. EUA reativam IV Frota e preocupam dirigentes da AL. **Carta Maior**. 18 jul. 2008. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/EUA-reativam-IV-Frota-e-preocupam-dirigentes-da-AL/6/14205>>. Acesso em: 14 set. 2018.

TIAN, Nan; FLEURANT, Aude; WEZEMAN, Pieter D; WEZEMAN, Siemon T. **Trends in World Military Expenditure, 2016**. SIPRI. Abr./2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/Trends-world-military-expenditure-2016.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

TOLEDO, Sara Basilio de. **Mudança política no Paraguai e as relações com o Brasil: o caso da renegociação do Tratado de Itaipu**. 2015. 205f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2015.

TOSONI, Germán Alarco. Tratados de libre comercio, crecimiento y producto potencial en Chile, México y Perú. **Economíaunam**, v. 14, n. 42, septiembre/diciembre, 2017.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRADEMAP. **Trade statistics for international business development**, 2020. Disponível em: <<https://www.trademap.org/>>. Acesso em: 13 maio 2020.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

TUMULTY, Karen. Derrotando Hillary. In: TIME MAGAZINE. **Barack Obama: o caminho para a Casa Branca**. São Paulo: Publifolha, 2009.

UNASUL. **Tratado Constitutivo da Unasul**. 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/TRAT_CONST_PORT.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2019.

UNASUL. Reunión extraordinaria de ministros de relaciones exteriores y de defensa de la UNASUR. **Unasul**. 27 nov. 2009. Disponível em: <<https://www.resdal.org/csd/reunion-quito-27-11-09.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

UNASUR. **Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR**. 2008. Disponível em: <<https://studylib.es/doc/4445610/estatuto-consejo-de-defensa-suramericano>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Third Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act**. United States Trade Representative (USTR), 2001. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/tpd/USA_ATPA/Studies/2001Report_e.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.

_____. **United States to Negotiate Participation in Trans-Pacific Strategic Economic Partnership**. United States Trade Representative (USTR). 2008. Disponível em: <https://ustr.gov/archive/assets/World_Regions/Southeast_Asia_Pacific/Trans-Pacific_Partnership_Agreement/Fact_Sheets/asset_upload_file602_15133.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

_____. **Fourth Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act**. United States Trade Representative (USTR), 2009. Disponível em: <<https://ustr.gov/sites/default/files/USTR%202009%20ATPA%20Report%20Final.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2019.

_____. **Peru Trade Promotion Agreement**. United States Trade Representative (USTR). [201-?]. Disponível em: <<https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/peru-tpa>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

_____. **United States – Colombia Trade Promotion Agreement**. United States Trade Representative (USTR). [201-?]. Disponível em: <<https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/colombia-tpa>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

_____. **Sixth Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act as Amended**. United States Trade Representative (USTR), 2012a. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/USA_ATPA/USTR2012ATPAReport_e.pdf>. Acesso em 25 abr. 2020.

_____. **FACT SHEET: Benefits of the U.S.-Colombia Trade Promotion Agreement: more American exports, more American jobs**. United States Trade Representative (USTR). 2012b. Disponível em: <<https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/fact-sheets/2012/april/benefits-us-colombia-trade-promotion-agreement-more-ame>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

_____. **Seventh Report to the Congress on the Operation of the Andean Trade Preference Act as Amended**. United States Trade Representative (USTR). 2013. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/GSP/Sources/USTR_7th_ATPA_Rpt_06_20_%202013_e.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

_____. United States prevails in WTO Trade Enforcement Dispute against Argentina's Import Licensing Restrictions. **United States Trade Representative (USTR)**. 22 ago. 2014. Disponível em: <<https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2014/August/US-Prevails-in-WTO-Dispute-Against-Argentinas-Import-Licensing-Restrictions>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

_____. **The Trans-Pacific Partnership: Strategic Importance of TPP**. United States Trade Representative (USTR). 2015. Disponível em: <<https://ustr.gov/sites/default/files/TPP-Strategic-Importance-of-TPP-Fact-Sheet.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. **2017 Trade Policy Agenda and 2016 Annual Report of the President of the United States on the Trade Agreements Program**. United States Trade Representative (USTR). 2017. Disponível em: <<https://ustr.gov/sites/default/files/files/reports/2017/AnnualReport/AnnualReport2017.pdf>>. Acesso em: 01 ago.2020.

UOL NOTÍCIAS. Venezuela dá ultimato de três dias para diplomatas americanos deixarem país. **UOL Notícias**. 17 fev. 2014. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2014/02/17/venezuela-da-ultimato-de-tres-dias-para-diplomatas-americanos-deixarem-pais.htm>>. Acesso em: 16 maio 2020.

URATA, Shujiro. The Trans-Pacific Partnership: origin, evolution, special features and economic implications. **Journal of Southeast Asian Economies**, v. 35, n. 1, Special Issue: Commemorating the 50th Anniversary of the ISEAS – Yusof Ishak Institute, p. 22-38, April 2018.

U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). **U.S. Overseas loans and grants: obligations and loan authorizations, July 1, 1945 – September 30, 2004**. USAID. 2005. Disponível em: <https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADF100.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.

111th U.S. CONGRESS. **National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2010**. 2009. Disponível em: <<https://www.congress.gov/111/plaws/publ84/PLAW-111publ84.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

114th U.S. CONGRESS. **S. RES. 368**. U.S. Congress. 2016. Disponível em: <<https://www.congress.gov/114/bills/sres368/BILLS-114sres368ats.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE. **Military Construction Program – Fiscal Year 2010: budget estimates**. May 2009. Disponível em: <<https://www.saffm.hq.af.mil/Portals/84/documents/FY10/AFD-090511-049.pdf?ver=2016-08-23-091729-770>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. **Annual Report of the Secretary of Defense to the President and the Congress**. U.S. Department of Defense, 1993. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/annual_reports/1993_DoD_AR.pdf?ver=2014-06-24-152422-603>. Acesso em: 30 set. 2018.

_____. **Annual Report of the Secretary of Defense to the President and the Congress.** U.S. Department of Defense, 2002. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/annual_reports/2002_DoD_AR.pdf?ver=2014-06-24-153732-117>. Acesso em: 20 mar. 2019.

U.S DEPARTMENT OF NAVY. Navy Reestablishes U.S. 4th Fleet. **U.S. Department of Navy.** 24 abr. 2008. Disponível em: <https://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=36606>. Acesso em: 03 set. 2019.

_____. U.S. 4th Fleet Officially Re-established. **U.S. Department of Navy.** 07 dez. 2008. Disponível em: <https://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=38366>. Acesso em: 03 set. 2019.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **U.S.-Colombia Defense Cooperation Agreement.** 2009. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2009/oct/131134.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. Barack Obama: 44º Presidente dos Estados Unidos. **U.S. Department of State.** 2011. Disponível em: <<https://photos.state.gov/libraries/164149/2011/BarackObama-pt-screen.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2019.

_____. The United States' participation as an observer to the Pacific Alliance. **U.S. Department of State.** 19 jul. 2013a. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2013/07/212205.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

_____. International Narcotics Control Strategy Report - volume 1: drug and chemical control. **U.S. Department of State.** 2013b. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/documents/organization/204265.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

_____. International Narcotics Control Strategy Report - volume 1: drug and chemical control. **U.S. Department of State.** 2015. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/documents/organization/239560.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

_____. International Narcotics Control Strategy Report - volume 1: drug and chemical control. **U.S. Department of State.** 2017. Disponível em: <<https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/04/2017-INCSR-Vol.-I.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

U.S. DEPARTMENT OF STATE; U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Strategic Plan:** fiscal years 2007-2012. 2007. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/documents/organization/86291.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2019.

_____. **Strategic Plan:** fiscal years 2014-2017. 2014. Disponível em: <<https://2012-2017.usaid.gov/sites/default/files/documents/1868/State%20USAID%20Joint%20Strategic%20Plan%202014-04-02.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2019.

U.S. FOREIGN ASSISTANCE, Foreign Assistance in Ecuador. **U.S. Foreign Assistance.** [201-?]. Disponível em: <<https://www.foreignassistance.gov/explore/country/Ecuador>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

YOPO HERRERA, Boris; SOLER, Enrique. Los organismos internacionales regionales frente a la Iniciativa para las Américas. In: ARAVENA, Francisco Rojas (Ed.). **América Latina y la Iniciativa para las Américas**. FLACSO: Santiago, Chile, 1993.

VALDÉS, Eduardo Devés. O pensamento nacionalista na América Latina e a reivindicação da identidade econômica (1920-1940). **Estudios Históricos**, v. 10, n. 20, p. 321-343, 1997.

VALDUGA, Fernando. Aniversário de 60 anos da Esquadilha da Fumaça terá presença de caças F/A-18F Super Hornets da Marinha dos EUA. **Cavok**. 02 abr. 2012. Disponível em: <<https://www.cavok.com.br/blog/aniversario-de-60-anos-da-esquadilha-da-fumaca-tera-presenca-de-cacas-fa-18f-super-hornets-da-marinha-dos-eua/>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

VALENCIA, Alexandra. United States cancels aid programs to Ecuador officials. **Reuters**. 15 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-ecuador-usa/united-states-cancels-aid-programs-to-ecuador-officials-idUSBRE9BE0HV20131215>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

VAZ, Alcides Costa; FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. UNASUR, Brazil, and the South American defence cooperation: a decade later. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 60, n. 2, p. 1-21, 2017.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra P. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. Serie Comercio Internacional – División de Comercio Internacional e Integración. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

VELÁSQUEZ, Gerardo Trujano; TORRECILLAS, Pablo Bejarano. El TLC de Colombia con Estados Unidos: una breve revisión. **Foreign Affairs – Latino America**. 13 jul. 2017. Disponível em: <<http://revistafal.com/el-tlc-de-colombia-con-estados-unidos-una-breve-revision/>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

VELLOZO JÚNIOR, Joelson. **Dinâmicas de (in)segurança regional nos países em desenvolvimento: uma perspectiva brasileira para a América do Sul**. 2006. 112f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VENERONI, Horacio Luis. **Estados Unidos y las Fuerzas Armadas de La America Latina**. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1971.

VESENTINI, José William. O apogeu e o declínio da geopolítica. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 11, p. 19-28, 1997.

VIEIRA, Heloise Guarise. **A identidade de Segurança Brasileira nas relações com a Colômbia: do Plano Colômbia ao tratado de 2009**. 2014. 221f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VILELA, Fernando de Sousa. Integração das Indústrias de Defesa na América do Sul. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 155-172, 2009.

VILLARREAL, M. Angeles. **The Pacific Alliance: atrade integration initiative in Latin America**. Congress. Congressional Research Service, 2016. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R43748.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2020.

VILLARREAL, M. Angeles; GARCIA, Edward Y. **The U.S.-Colombia Free Trade Agreement: background and issues**. Congressional Research Service, 2018. Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/RL/RL34470/37>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

VIOLANTE. Alexandre Rocha. A teoria do poder marítimo de Mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 223-260, jan./jun. 2015.

VITTE. Claudete de Castro Silva. Integração, soberania e território na América do Sul: um estudo da IIRSA (Iniciativa de integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana). **Terra Livre**, ano 22, v. 2, n. 27, p. 31-48, jul./dez. 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 381-397, jul./dez. 2005.

WATTS, Jonathan. NSA accused of spying on Brazilian oil company Petrobras. **The Guardian**. 09 set. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/sep/09/nsa-spying-brazil-oil-petrobras>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

WEIGERT, Hans W. **Geopolítica: generalz y geógrafos**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1943.

WEISBROT, Mark. Obama's Latin America Policy: continuity without change. **Center for Economic and Policy Research**. 2011. Disponível em: <<https://www.cepr.net/documents/publications/obamas-latin-america-policy-2011-05.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

WEISSKOPF, Michael. Como ele aprendeu a vencer. In: TIME MAGAZINE. **Barack Obama: o caminho para a Casa Branca**. São Paulo: Publifolha, 2009.

WEZEMAN, Pieter D; FLEURANT, Aude; KUIMOVA, Alexandra; TIAN, Nan; WEZEMAN, Siemon T. **Trends in International Arms Transfers, 2017**. SIPRI. Mar./2018. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/2018-03/fssipri_at2017_0.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

WHITTLESEY, Derwent. **Geografia Política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1948.

WIGHT, Martin. **A Política do poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

WILSON, Christopher. The Impact of TPP on Latin America and U.S. relations with the Region. **Wilson Center**. 23 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/article/the-impact-tpp-latin-america-and-us-relations-the-region>>. Acesso em: 15 set. 2020.

ZIBECHI, Raúl. El problema no está en la Alianza del Pacífico. **Observatorio de Multinacionales en América Latina (OMAL)**. 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://omal.info/spip.php?article5512>>. Acesso em: 12 dez. 2019.